



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE HISTÓRIA (FH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)

VINICIUS FELIPE LEAL MACHADO

**O Colégio Pedro Gomes entre projetos de modernidade e práticas
educacionais subjetivas: uma perspectiva a partir das memórias de
Lígia Rebelo (1956-1966)**

GOIÂNIA

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Vinicius Felipe Leal Machado

3. Título do trabalho

O Colégio Pedro Gomes entre projetos de modernidade e práticas educacionais subjetivas: uma perspectiva a partir das memórias de Lígia Rebelo (1956-1966)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Armenia Maria De Souza, Professora do Magistério Superior**, em 26/02/2025, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Felipe Leal Machado, Discente**, em 26/02/2025, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5199626** e o código CRC **1F26E08C**.

VINICIUS FELIPE LEAL MACHADO

**O Colégio Pedro Gomes entre projetos de modernidade e práticas
educacionais subjetivas: uma perspectiva a partir das memórias de
Lígia Rebelo (1956-1966)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Faculdade de História (FH), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História.

Orientadora: Professora Doutora Maria Elizia Borges.

GOIÂNIA

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Machado, Vinicius Felipe Leal

O Colégio Pedro Gomes entre projetos de modernidade e
práticas educacionais subjetivas [manuscrito] : uma perspectiva a
partir das memórias de Lígia Rebelo (1956-1966) / Vinicius Felipe Leal
Machado. - 2025.
360 f.

Orientador: Profa. Dra. Maria Elízia Borges.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2025.
Bibliografia. Anexos.

Inclui fotografias, lista de figuras.

1. Memória. 2. Modernidade. 3. Colégio Pedro Gomes. 4. Lígia
Rebelo. 5. Educação. I. Borges, Maria Elízia, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 003/2025 da sessão de Defesa de Tese de **VINICIUS FELIPE LEAL MACHADO**, que confere o título de **Doutor(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, a partir da(s) 14h00min, via Videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “O Colégio Pedro Gomes entre projetos de modernidade e práticas educacionais subjetivas: uma perspectiva a partir das memórias de Lígia Rebelo (1956-1966)”. Os trabalhos foram instalados pela Presidente da banca, Professor(a) Doutor(a) Armênia Maria de Souza (PPGH/UFG) - a Orientadora Profa. Dra. Maria Elizia Borges (PPGH/UFG) está afastada por motivo de acompanhamento à saúde -, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Heloisa Selma Fernandes Capel (PPGH/UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Ana Raquel Costa Dias (UnB)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Rildo Bento de Souza (PPGH/UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Miriam Bianca do Amaral Ribeiro (FE/UFG)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da Tese, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Maria Elizia Borges**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Coordenador de Pós-Graduação**, em 24/02/2025, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Selma Fernandes Capel, Professora do Magistério Superior**, em 24/02/2025, às 19:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Armenia Maria De Souza, Professora do Magistério Superior**, em 26/02/2025, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rildo Bento De Souza, Professor do Magistério Superior**, em 26/02/2025, às 22:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Bianca Do Amaral Ribeiro, Professora do Magistério Superior**, em 27/02/2025, às 21:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5097945** e o código CRC **57E3A222**.

Referência: Processo nº 23070.002348/2025-70

SEI nº 5097945

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos meus avós Leonício Dolores Machado e Vanda Maria Leal (*in memoriam*).

Ao meu amado Vô Leonício, que é a mais perfeita definição de carisma que conheço: o “doador de memórias” da nossa família, o precioso “narrador de Javé” dos Leal Machado.

Vô, sempre me alegro em te ouvir, pois claramente foste agraciado com o dom da “contação de histórias”. Sua costumeira prosa de características simples é tão espontânea quanto cativante. Tua memória admirável para lembrar detalhes de eventos distantes – cujas demonstrações costumam deixar meu pai espantado - é garantia infalível de que estar em tua companhia sempre será uma oportunidade de aprender algo valioso e, ao mesmo tempo, compartilhar boas risadas.

À minha amada e saudosa “Vó Vanda”, que por pouco não chegou a ver um de seus netos formados em um Doutorado.

Dói pensar que não consegui apresentar o tão sonhado diploma a tempo de termos sorrido juntos e conversado sobre a vida mais uma vez. Desejo que os bons frutos de todos os esforços que venho travando há anos honrem à tua memória e mantenha vivo o teu nome. Vó Vanda, foste minha primeira e maior referência em educação. Serás, para sempre, minha eterna professora.

AGRADECIMENTOS

Registro, aqui, os meus mais sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para que esta pesquisa fosse concluída. Tenho absoluta certeza de que, sem vocês, eu não teria conseguido. Apesar de soar exagerado ou, talvez, um clichê, esta é a mais pura realidade com a qual se depara alguém que termina um trabalho como este: sozinhos nada somos, nem chegamos a lugar algum. Portanto, nada disso teria sido possível sem aqueles que, com sua generosidade, me auxiliaram das mais diversas formas, ao longo desta longa caminhada. A todos vocês, direciono minha eterna gratidão, de antemão pesaroso acerca da possibilidade de estar esquecendo algum nome que, embora não tenha sido mencionado, certamente, guardo em igual estima no meu coração.

Aos meus pais, Izaltino Leal Machado e Maria Lúcia Felipe, em quem me espelho desde sempre e para quem procuro ser, em qualquer circunstância da vida, motivo de orgulho. Meu eterno muito obrigado.

Ao meu irmão, Gabriel Henrique Leal Machado que, apesar da distância que a vida adulta nos impõe, é, e sempre será, meu melhor amigo e a pessoa com quem compartilho as mais ternas memórias fraternais. São esses elos que me fortalecem e me fazem seguir. Obrigado, meu irmão.

À minha esposa e companheira de longa caminhada, Fernanda Lúcia Pureza, por ser a fortaleza que mantém de pé, o porto seguro no qual me abrigo nos frequentes momentos de incerteza e insegurança. Impossível contar quantas horas você dedicou para me acompanhar em longas visitas a arquivos atrás de documentos e em andanças por museus, cujos detalhes do acervo têm o poder de me prender por mais tempo do que você certamente gostaria. Além disso, você está sempre pronta para ouvir, em primeira mão, minhas mais entusiasmadas considerações compartilhadas após a leitura de um documento aleatório. Quantas vezes, ao perguntar por que eu estava rindo com um livro ou papel qualquer na mão, você abriu a brecha para o início de uma longa divagação? Ao longo desses anos, regozijo-me ao perceber que você parece ter adquirido igual fixação por igrejas, edificações, estátuas e monumentos históricos. Sendo assim, creio que você mereça receber um diploma de historiadora honorária, juntamente com o certificado de “melhor companheira que eu poderia ter”. Esta vitória também é sua.

À minha orientadora, professora Dra. Maria Elízia Borges, cuja generosidade não pode ser mensurada neste pequeno espaço, mas é, certamente, tão grandiosa quanto sua vontade de compartilhar de sua vasta experiência e de seu rico acervo pessoal. Desde o primeiro dia, foi ela quem me ensinou a lançar novos olhares sobre o objeto, me guiou com paciência pelos

sinuosos meandros da pesquisa e, acima de tudo, me respeitou como ser humano e pesquisador. Meu muito obrigado.

Aos amigos Rodrigo Augusto Leão Camilo, Marco Aurélio Corrêa de Araújo e Rodrigo Mendes Oliveira que, com suas opiniões e contribuições, se revezaram nos papéis de coautores informais, conselheiros acadêmicos e terapeutas psicoemocionais. Ao longo dessa trajetória, eles me ouviram quase cotidianamente e colaboraram substancialmente para o meu aprimoramento. Não só agora, mas desde a época da nossa graduação, na UEG de Anápolis, onde forjamos as sólidas bases constituintes dos vínculos de solidariedade que ainda nos unem, depois de tanto tempo. Muito obrigado por torcerem pelo meu sucesso, assim como eu torço pelo de vocês.

Agradeço ao Instituto Federal de Goiás, em especial à equipe do Campus Águas Lindas de Goiás que, em respeito às possibilidades previstas em regulamentos institucionais, foram extremamente justos e transparentes, ao me concederem afastamento para concluir a pós-graduação, exatamente quando a incompatibilidade de conciliar minhas atividades docentes com a escrita deste trabalho se mostrava mais severa.

Meu muito obrigado à equipe do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes que, ainda em 2017, me proporcionou acesso aos documentos institucionais que se encontravam arquivados na unidade, os quais remetem à época da fundação da escola e ao período em que Lígia Rebelo a dirigiu.

Agradeço aos profissionais dos museus e arquivos, que tão gentilmente se prontificaram a me auxiliar na busca de documentos, muitas vezes se solidarizando com meus esforços e se empenhando ativamente na localização de pastas e itens específicos. Este foi o caso da competentíssima Maria de Fátima Cançado, arquivista da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, na cidade de Goiás e de seu erudito colega, à época presidente da fundação que gere aquele importante arquivo, Élder Camargo de Passos.

Embora não tenha gravado nomes nos arquivos com equipes maiores, agradeço, também, ao dedicado atendimento que recebi, ainda em tempos de pandemia, no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e no Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

Registro meu mais especial agradecimento à família Rebelo, que recebeu minha proposta de escrever sobre Dona Lígia Rebelo com muito entusiasmo e respeito, desde o primeiro contato. Meu muito obrigado aos filhos de Lígia Rebelo. A Percival Xavier Rebelo Filho (*in memoriam*), que primeiro me atendeu, demonstrando-se feliz com a proposta do trabalho, que dizia ser necessária e honrosa para com a memória de sua mãe. Infelizmente, o Sr. Percival não pôde ver este trabalho finalizado. Muito obrigado a Maria Helena Rebelo, cuja

colaboração foi, sem dúvidas, a mais generosa e imprescindível que esta pesquisa recebeu. Seu aceite em me receber, em um momento especialmente difícil para a família, para compartilhar a preciosidade que constitui o arquivo pessoal de memórias de Lígia Rebelo garantiu parte substancial do corpo documental deste trabalho.

Como não podia deixar de ser, agradeço a Deus, a força inexplicável que me mantém firme e seguido em frente. Independentemente de religião, acredito e sinto o poder desta força que garante sentido aos meus dias. Por isso, sigo dizendo que “entre os sabores e dissabores da vida, fica a certeza de que Deus é bom o tempo todo”.

“Como trazer, para o presente, a complexidade da experiência humana do passado?”

Só pelo esforço da imaginação, pela educação e adestramento do olhar, recolhendo sinais, indícios, tecendo correlações, estabelecendo nexos entre as marcas deixadas, preenchendo lacunas e ausências.”

(PESAVENTO; LANGUE, 2007, p. 20)

RESUMO

Fundado em 1947, o Colégio Estadual Professor Pedro Gomes (CEPPG) foi a primeira instituição de ensino pública, de nível secundário, do bairro de Campinas, antiga cidade da qual se originou Goiânia. Lígia Maria Coelho Rebelo foi diretora desta instituição entre 1956 e 1966. A implantação do então Ginásio Estadual de Campinas, em 1950, representou um paradigmático elemento de modernização que impactou a região, levando, nos anos seguintes, a desdobramentos sociopolíticos que culminaram na principal expansão ocorrida na história da instituição, em 1960. Sob o comando de Lígia Rebelo, o “Colégio Pedro Gomes” estabeleceu parte substancial de suas bases materiais e simbólicas que a levariam à conquista de uma posição de grande visibilidade e prestígio dentro do conjunto das escolas públicas no Estado de Goiás. A tese sustentada por este trabalho é que a gestão de Lígia Rebelo foi responsável pela condução de processos administrativos e político-pedagógicos – práticas educacionais subjetivas - que refletiram, no interior da escola, os processos de modernização socioeconômica externos, promovidos pelo Estado, em Goiás e no país como um todo. Assim sendo, propõe-se discutir a interrelação existente entre tais processos, que resultaram na expansão da infraestrutura e ampliação do escopo das atividades educacionais ofertadas, e a condução de práticas educacionais subjetivas que contribuíram para a construção e consolidação da cultura escolar e da identidade institucional do colégio. Nesse sentido, este trabalho analisa a implantação do projeto que deu origem à banda marcial da escola e as dimensões político-educacionais adquiridas pelo grêmio estudantil. Tomando como base a análise de documentos institucionais, publicações em periódicos da época, e os documentos do arquivo de memórias pessoais de Lígia Rebelo, esta pesquisa investiga a hipótese de que a diretora se equilibrou no exercício das funções de educadora e burocrata, conseguindo, com isto, se beneficiar de uma rede de contatos políticos que lhe garantiu um posicionamento favorável na sociedade, extensivo à instituição sob sua tutela. Assim, Lígia Rebelo estabeleceu o mérito de ter sido a profissional que mais tempo permaneceu na função de diretora do colégio, conseguindo atribuir ao período em que esteve à frente do CEPPG, uma valorosa carga simbólica relacionada à ideia de “momento áureo”: aquele que teria sido, até então, o maior salto qualitativo em direção à modernização do ensino público ofertado à comunidade de Campinas. Sob essa perspectiva, as práticas memorialistas constituídas por Lígia Rebelo, em registros privados ou públicos, servem ao seu propósito pessoal de perpetuar, no imaginário coletivo, seu vínculo com este “momento mítico” da História do Colégio Pedro Gomes, ao mesmo tempo em que revela uma necessidade latente do Estado de incorporar espaços educacionais na sustentação de projetos de autoridade e poder.

Palavras-Chave: Memória; Modernidade; Colégio Pedro Gomes; Lígia Rebelo; Educação.

ABSTRACT

Founded in 1947, “Colégio Estadual Professor Pedro Gomes”, also known as “CEPPG”, was the first public secondary education institution (equivalent to high schools) in the neighborhood, of Campinas, the old city from which Goiânia originated. Lígia Maria Coelho Rebelo was the school principal, in this institution, between 1956 and 1966. The implementation of the then “Ginásio Estadual de Campinas” (an elementary state school, the previous form of CEPPG), in 1950, represented a paradigmatic element of modernization that impacted the region, leading, in the following years, to sociopolitical developments that culminated in the main expansion that occurred in the history of the institution, in 1960. Under the leadership of Lígia Rebelo, “Colégio Pedro Gomes” established a substantial part of its material and symbolic foundations that would lead it to achieve a position of great visibility and prestige within the group of public schools in the State of Goiás. The thesis supported by this work is that Lígia Rebelo's management was responsible for conducting administrative and political-pedagogical processes – subjective educational practices – that reflected, within the school, the external processes of socioeconomic modernization promoted by the government, in Goiás and in the country as a whole. So, we discuss the interrelationship between this processes, that resulted in the expansion of infrastructure and the broadening of the scope of educational activities offered and the conduction of subjective educational practices that contributed to the construction and consolidation of the school culture and the institutional identity of the school. In this sense, this work analyzes the implementation of the project that gave rise to the school's marching band and the political-educational dimensions acquired by the student union. Based on the analysis of institutional documents, publications in periodicals, like newspapers of that time, besides documents from Lígia Rebelo's personal memoir archive, this research investigates the hypothesis that the director was successful in the roles of educator and bureaucrat, thereby managing to benefit from a network of political contacts that guaranteed her a favorable position in society, extending it to the institution under her tutelage. Thus, Lígia Rebelo established the merit of having been the professional who remained the longest in the role of principal of that school, managing to attribute to the period in which she was in charge of CEPPG, a valuable symbolic charge related to the idea of a “golden moment”: what would have been, until then, the greatest qualitative leap towards the modernization of public education offered to the community of Campinas. From this perspective, the memorialist practices established by Lígia Rebelo, in private or public records, serve her personal purpose of perpetuating, in the collective imagination, her link with this “mythical moment” in the History of Colégio Pedro Gomes, while at the same time revealing a latent need for the government to incorporate educational spaces in the support of projects of authority and power.

Keywords: Memory; Modernity; Colégio Pedro Gomes; Lígia Rebelo; Education.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Panorama da Praça Joaquim Lúcio (Campinas/ Goiânia, Década de 1950).....	76
Imagem 2 - Ata da cerimônia de Instalação do Ginásio Estadual de Campinas (1950)	80
Imagem 3 - Jornal de Notícias (Goiânia, 16 de novembro de 1952).....	82
Imagem 4 - Jornal de Notícias (Goiânia, 21 de outubro de 1959).....	83
Imagem 5 - Jornal de Notícias (Goiânia, 08 de setembro de 1959).....	85
Imagem 6 – Capa e aspecto externo do caderno de memórias pessoais de Lígia Rebelo.....	105
Imagem 7 - Contracapa do caderno de memórias pessoais de Lígia Rebelo	105
Imagem 8 - Primeira página do manuscrito autobiográfico de Lígia Rebelo.....	108
Imagem 9 - Primeira página do Curriculum Vitae de Lígia Rebelo	110
Imagem 10 - Página final do Curriculum Vitae de Lígia Rebelo	111
Imagem 11 - Anotações genealógicas feitas por Lígia Rebelo	114
Imagem 12 - Retrato de Lígia Rebelo, aos 15 anos, em vestes escolares (1932).....	115
Imagem 13 - Ata dos Exames Finais da 4ª Série do Curso Normal do Colégio Santana (novembro de 1933).....	117
Imagem 14 - Ata da Sessão de Colação de Grau às Normalistas Diplomadas em 1933 (Colégio Sant'Ana).....	118
Imagem 15 – Comunicado de admissão de Lígia Rebelo no Grupo Escolar Municipal Professora Nhola (27 de julho de 1934).....	119
Imagem 16 - Decreto nº 2063, de 6 de junho de 1939 (recorte).....	122
Imagem 17 - Retrato do corpo Docente do Grupo Escolar Eugênio Jardim (Rio Verde - GO, 1942)	123
Imagem 18 - Fachada do Ginásio Estadual Martins Borges (Rio Verde-GO, sem registro de data).....	124
Imagem 19 – Equipe de funcionários e corpo docente do Ginásio Estadual Martins Borges (Rio Verde-GO, 1949)	125
Imagem 20 - Fachada do prédio do Liceu de Goiânia, em construção (1937).....	126
Imagem 21 - Registro de publicação na Seção "Suas Crônicas" (1989).....	131
Imagem 22 - Anotações sobre parentesco com Pedro Ludovico Teixeira	134
Imagem 23 - Registros fotográficos "Viagem Europa Maravilhosa" (1974)	137
Imagem 24 - Jornal de Notícias (9 de setembro de 1959).....	140
Imagem 25 - Coluna Social “Evidência”, por Luís Carlos Rodrigues (Diário da Manhã, setembro de 1991).....	142
Imagem 26 - Página de recortes (perfil publicado em coluna social e outras notas).....	146
Imagem 27 - Entrevista a Luzian Pelles Honorato (sem registro de data).....	149
Imagem 28 - Fachada do Grupo Escolar Henrique Silva e Ginásio Estadual de Campinas .	168
Imagem 29 – Recorte do Jornal de Notícias (17 de janeiro de 1959): “Inauguração do Colégio Estadual de Campinas”	170
Imagem 30 - Recorte do Diário da Tarde (31 de outubro de 1958): "Colégio Estadual de Campinas será inaugurado em dezembro".	172
Imagem 31 - Recorte do Diário da Tarde (24 de dezembro de 1958): "aspecto do Ginásio de Campinas em fase final de construção"	173
Imagem 32 - Recorte do Jornal Folha de Goiaz (29 de abril de 1959): "Colégio Estadual de Campinas em novas instalações".	175
Imagem 33 - Jornal de Notícias (21 de janeiro de 1959): "Visita do presidente [JK] e inaugurações" em Goiânia.....	177

Imagem 34 - Autoridades presenciam apresentação durante a "Inauguração" do Colégio Estadual de Campinas (data provável: janeiro de 1959).....	178
Imagem 35 - Lei Estadual nº 2791, de 11 de novembro de 1959: pavimentação asfáltica no Bairro de Campinas.....	180
Imagem 36 - Recorte do Diário da Tarde (28 de janeiro de 1959): Inaugurado solenemente o Colégio Estadual de Campinas (texto com reprodução de trechos do discurso de Lígia Rebelo)	181
Imagem 37 - Recorte do documento "Breve Histórico do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes" (Goiânia, 1990).....	182
Imagem 38 – “Ata da Instalação do Ginásio Estadual do Bairro de Campinas” (Recorte da fala do Secretário de Educação contendo promessa à comunidade)	183
Imagem 39 - “Ata da Sessão de Entrega dos Certificados de Conclusão do Curso Ginásial em 1951” (Recorte do registro da fala do diretor Joaquim Gomes Filho).....	184
Imagem 40 - “Ata da Sessão de Entrega dos Certificados de Conclusão do Curso Ginásial em 1952” (Recorte do anúncio frustrado da escolha do local da sede própria).....	185
Imagem 41 - Fac-símile do texto da Lei Estadual nº 705, de 14 de novembro de 1952 (Registro da primeira negociação para aquisição do terreno do Ginásio Estadual de Campinas)	186
Imagem 42 - Fac-símile do texto da Lei Estadual nº 1502, de 17 de julho de 1957 (primeira lei que trata da negociação com o Sr. Eduardo Bilenjiam)	188
Imagem 43 - Fac-símile do texto da Lei Estadual nº 1626, de 16 de outubro de 1957 (Normativa que formalizou a aquisição do terreno para a construção da sede definitiva)	190
Imagem 44 - Fac-símile do texto da Lei Estadual nº 2417, de 17 de dezembro de 1958 (elevação do ginásio ao status de colégio a partir do início do ano letivo de 1959)	191
Imagem 45 - Fac-Símile do texto da Lei Estadual nº 2568, de 10 de setembro de 1959.....	192
Imagem 46 - Ata da Reunião da Congregação dos Professores do Colégio Estadual Prof. Pedro Gomes (Recorte, p. 63, 1961).....	193
Imagem 47 - Ata da Reunião da Congregação dos Professores do Colégio Estadual Prof. Pedro Gomes (Recorte, verso da p. 63, 1961).....	194
Imagem 48 - Fac-símile do texto da Lei Estadual nº 2984, em 17 de agosto de 1960	195
Imagem 49 - Fac-símile da Lei Estadual nº 3857, de 11 de novembro de 1961	196
Imagem 50 - Fac-símile da Lei Estadual nº 7180, de 12 de novembro de 1968	199
Imagem 51 - Recorte do Jornal de Notícias (24 de novembro de 1959): "Exposição Artística no Liceu de Campinas".	203
Imagem 52 - Diário do Oeste (25 de abril de 1962): "Contra disciplina de fascismo, alunos do Liceu em greve geral”	217
Imagem 53 – Recorte do Diário do Oeste (28 de abril de 1962): “Finda crise no Liceu com vitória total da greve”	218
Imagem 54 - Ata de Reunião do Conselho dos Professores do CEPPG, parte inicial, p.2 (9 de março de 1964)	220
Imagem 55 - Ata de Reunião do Conselho dos Professores do CEPPG, parte final, verso (9 de março de 1964)	221
Imagem 56 - Ata da terceira reunião do Conselho dos Professores do CEPPG, verso, parte inicial (12 de novembro de 1964)	223
Imagem 57 - Ata da terceira reunião do Conselho dos Professores do CEPPG, parte final, p. 4 (12 de novembro de 1964).....	224

Imagem 58 - Ata da Quarta reunião do Conselho dos Professores do CEPPG, verso e p.5 (22 de abril de 1965)	226
Imagem 59 - Ata da Quarta reunião do Conselho dos Professores do CEPPG, segunda parte, p. 5 (22 de abril de 1965)	227
Imagem 60 - Ata da Quarta reunião do Conselho dos Professores do CEPPG, verso, parte final (22 de abril de 1965).....	228
Imagem 61 – Monumento a Lígia Rebelo (Péclat de Chavannes, 1961).....	236
Imagem 62 - "Referência": Retrato utilizado por Péclat para elaboração da escultura	237
Imagem 63 - Detalhe da gravação em placa de metal fixada no pedestal.....	257
Imagem 64 - Recorte do Jornal O Popular (Edição do dia 05/07/1994	264
Imagem 65 – "Péclat": Assinatura do autor gravada na parte posterior da peça.....	265
Imagem 66 - Assinatura "Peclat" em detalhe que possibilita melhor visualização.....	265
Imagem 67 - Edição de 20 de janeiro de 1957 do Jornal de Notícias.....	269
Imagem 68 - Painele "A instrução" (Péclat de Chavannes, Antigo IEG/ Atual Sede da SEDUC-GO, 1956).....	279
Imagem 69 - Banda Marcial do Lígia Rebelo em desfile cívico, no ano de 1962.....	284
Imagem 70 - Auditório Lígia Rebelo: vista do palco e da parede lateral em evento realizado em 1966.....	290
Imagem 71 - Auditório Lígia Rebelo: vista parcial da plateia em evento realizado em 1966	291
Imagem 72 - Placa de denominação do auditório em estado atual	292
Imagem 73 - Nota em jornal local sobre evento realizado no auditório do colégio	300
Imagem 74 - Visita do governador Mauro Borges às dependências do CEPPG (13 de dezembro de 1962).....	316
Imagem 75 – Recorte da “Ata da sessão solene de entrega dos certificados aos concluintes de 1962 do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes do Bairro de Campinas” (13 de dezembro de 1962).....	317
Imagem 76 - Caderno de Formatura dos concluintes de 1962 do C.E. Prof. Pedro Gomes ("Homenagens", p. 2).....	318
Imagem 77 - Lei Municipal nº2434, de 5 de setembro de 1963 (Título de Cidadã Goianiense)	319
Imagem 78 - Mensagens recebidas em função das comemorações dos 80 anos de Lígia Rebelo (1997)	321

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Primeira página Relatório "Viagem Europa Maravilhosa"	341
Anexo B - Produção intelectual de Ligia Rebelo: “Uma página de saudades” (Suas Crônicas. O Popular, dez. 1989)	342
Anexo C – Produção intelectual de Ligia Rebelo: “De emoção também se morre” (Suas Crônicas. O Popular, agosto de 1989).....	343
Anexo D - Acróstico de autoria de D. Zizi Paixão em homenagem aos 80 anos de Lígia Rebelo	344
Anexo E - Lista de diretores do Ginásio Estadual de Campinas/ Colégio Estadual de Campinas/ Colégio Estadual Professor Pedro Gomes	345
Anexo F – “Ata da Instalação do Ginásio Estadual do Bairro de Campinas (Goiânia)”: p. 1	346
Anexo G - Ficha de “ordem de serviço” da Loja Goiânia Foto / Eduardo Bilenjam à frente da fachada da loja	347
Anexo H – Publicações das leis de criação do Conselho Estadual de Educação de Goiás, em dois momentos distintos (1939 e 1962).	348
Anexo I - Diário da Tarde (24 de dezembro de 1958) - Capa da Edição em página completa	350
Anexo J - Jornal O Popular (31 de outubro de 1997): "Um colégio que fez história".....	351
Anexo K - Mutirão de limpeza no Colégio Estadual Professor Pedro Gomes (1965)	352
Anexo L - Convite publicado na coluna “Semana Social” para a "tradicional tarde dançante" dos alunos do Colégio Estadual de Campinas (Jornal de Notícias, 8 de novembro de 1959).....	353
Anexo M - Registro fotográfico de Dona Lígia Rebelo ao lado da escultura instalada em sua homenagem.....	354
Anexo N - Sétima página do Jornal de Notícias do dia 20 de janeiro de 1957.....	355
Anexo O - Aspecto do conjunto estatutário (herma, pedestal e placa) em homenagem a Santos Dummont (Goiânia-GO)	356
Anexo P - Verso da fotografia reproduzida na “Imagem 70”	357
Anexo Q - Banda Lígia Rebelo no desfile cívico em celebração do 77º Aniversário de Goiânia (24 de outubro de 2010).....	358
Anexo R - Documento institucional "Histórico do Educandário Sant'Ana"	359

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1 EDUCAÇÃO E MODERNIDADE EM GOIÁS: GOIÂNIA, CAMPINAS E O COLÉGIO PEDRO GOMES NO CONTEXTO DOS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO NACIONAIS-REGIONAIS	33
1.1 Sobre o conceito de modernidade: um problema, múltiplas abordagens.....	33
1.2 “Modernidade à brasileira”: desenvolvimento do paradigma da modernidade e seus usos políticos no contexto nacional	44
1.3 Processos de modernização em Goiás na primeira metade do século XX: a construção de uma modernidade periférica em um contexto de modernização conservadora.....	58
1.4 A “modernidade provinciana” de Campinas: o Colégio Pedro Gomes como componente do “bairrismo campineiro” manifesto desde as disputas esportivas às rivalidades escolares 73	
2 MEMÓRIA PRESERVADA, IDENTIDADE CONSTRUÍDA: LÍGIA REBELO POR ELA MESMA.....	89
2.1 Pesquisa biográfica e historiografia: uma busca pelos sentidos do arquivo pessoal de Lígia Rebelo a partir das intersecções teóricas entre memória e identidade.....	89
2.2 O “Caderno de Memórias”: uma análise descritiva do arquivo pessoal de Lígia Rebelo 102	
2.3 Lígia Rebelo e a escrita de si: a historicização da própria trajetória de vida através da produção de documentos autobiográficos.....	108
2.4 Lígia Rebelo além da figura pública: analisando características da personalidade a partir de seus escritos íntimos e produção intelectual	130
2.5 Lígia Rebelo nas colunas sociais: o vetor autobiográfico presente em entrevistas concedidas a jornais	139
2.6 Como Lígia Rebelo se fez professora: a inserção feminina no mercado de trabalho educacional em Goiás como um aspecto da modernização nacional-regional	152
3 GESTÃO ESCOLAR E PRÁTICAS EDUCACIONAIS SUBJETIVAS: A AÇÃO MODERNIZADORA DE LÍGIA REBELO NO COLÉGIO PEDRO GOMES (1956-1966)	160
3.1 O papel do diretor de escola pública no projeto de modernização do país: Lígia Rebelo entre expectativas e a realidade	160
3.2 Do “Ginásio” ao “Colégio”: entre questões políticas, financeiras e jurídicas, eis a atuação de Lígia Rebelo na implantação da sede própria	162
3.3 Surge um símbolo do Colégio Pedro Gomes: a Banda Marcial Lígia Rebelo	200
3.4 Lígia Rebelo e o grêmio literário: a diretora ante a emergência do movimento estudantil no Colégio Pedro Gomes nos anos 1950 e 1960	214
4 O MONUMENTO A LÍGIA REBELO: OS SENTIDOS SIMBÓLICOS DE UMA HOMENAGEM RECEBIDA EM VIDA E SUA CONSTITUIÇÃO COMO LUGAR DE MEMÓRIA	232

4.1 O “esforço de permanência”: rememoração e atualização imagética visando à autoafirmação da personalidade	232
4.2 História, memória e poder: os sentidos tradicionais do monumento escultórico ..	234
4.3 Os sentidos intrínsecos ao lugar: o monumento a Lígia Rebelo como um exemplar de escultura pública interior e sua inserção na cultura escolar do Colégio Pedro Gomes.	244
4.4 Analisando o monumento como documento histórico: os sentidos da herma de Lígia Rebelo como objeto de interesse historiográfico	248
4.5 Os sentidos artístico-culturais do monumento a Lígia Rebelo: a obra de Péclat de Chavannes e a inserção da escultura no contexto da produção artística em Goiás nos anos 1960.....	262
5 MEMÓRIAS EM DISPUTA: OUTRAS HOMENAGENS A LÍGIA REBELO PRESENTES NA CULTURA ESCOLAR DO CEPPG QUE PERMEIAM A SOCIEDADE	280
5.1 A renomeação da banda marcial do Colégio Pedro Gomes: interpretando a escolha do nome de Lígia Rebelo	281
5.2 O Auditório Professora Lígia Maria Coelho Rebelo: a diretora empresta seu nome ao principal espaço de eventos do colégio.....	289
5.3 O Colégio Pedro Gomes como lugar de memória: relações entre homenagens públicas, política e ideologia no conjunto memorialístico a Lígia Rebelo	303
CONSIDERAÇÕES FINAIS	323
BIBLIOGRAFIA	327
ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS	336
DOCUMENTOS	338
ANEXOS	340

INTRODUÇÃO

De certo modo, este trabalho é fruto de uma pesquisa iniciada formalmente em 2017, constituindo um desdobramento do tema abordado na Dissertação de Mestrado intitulada “Um colégio para Campinas: educação e modernidade na cidade que virou bairro (1947-1961)”. O trabalho em questão foi defendido e aprovado em 2019, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

No trabalho de 2019 sustentamos a tese de que a criação do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, em 1947, representou a materialização de um importante elemento constitutivo dos processos de modernização que incidiram sobre a região de Campinas na primeira metade do século XX.

A proposição defendida ao longo daquela pesquisa teve como base uma ideia amplamente debatida entre historiadores regionais que tratam da modernização como um dos desdobramentos dos eventos de 1930 no Estado de Goiás, contexto no qual se inserem referências importantes, como o trabalho desenvolvido por Ana Lúcia da Silva no livro “A revolução de 1930 em Goiás” (2001), proveniente de sua tese de doutorado, defendida em 1982, e os estudos apresentados pelo professor Nasr Fayad Chaul em “A construção de Goiânia e a transferência da capital” (2001) e “Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade” (2015). Tais referências continuaram servindo ao aprofundamento dos temas abordados no presente trabalho, já que nos auxiliam a colocar nossos objetos em perspectiva historiográfica abalizada, situando-os corretamente dentro do contexto histórico contemplado pelos recortes temporal e temático propostos.

A pesquisa de Eliézer Cardoso de Oliveira “Imagens da mudança em Goiânia”, apresentada em 1999, no PPGH-UFG, também contribuiu significativamente para o debate da modernidade na historiografia goiana, adquirindo, assim, grande importância na composição das reflexões propostas neste trabalho.

Em sua Dissertação de Mestrado, o professor Eliézer Cardoso de Oliveira (1999) se propôs a analisar os reflexos culturais da associação existente entre a emergência de uma nova capital em Goiás e os discursos de modernidade que sustentavam esse projeto. Nesse intuito, seu trabalho conseguiu ampliar o debate sobre a modernização em Goiás - processo no qual a construção de Goiânia ocupa posição central - para além das tradicionais análises focadas essencialmente nas reflexões sobre os projetos políticos que buscaram a inserção econômica do Estado na dinâmica capitalista pós-1930. Além disso, interessa-nos, sobretudo, as constatações de Oliveira que apontam para a existência de um aparente descompasso entre os

ideais de modernidade que revestiam tudo o que se pretendia com a construção de Goiânia e a modesta realidade da centenária comunidade campineira, que suportou as obras da nova cidade.

Sendo assim, neste trabalho, veremos como Lígia Maria Coelho Rebelo atuou como um agente promotor de práticas educacionais subjetivamente associadas ao projeto de modernização idealizado pelos fundadores de Goiânia. Este projeto, primeiramente explicitado no discurso mudancista de Pedro Ludovico, foi apropriado por lideranças políticas dissidentes que estiveram diretamente vinculadas à criação da primeira instituição de ensino secundário mantida pelo poder público estadual em Campinas, da qual Lígia Rebelo ocupou a função de diretora por quase dez anos.

Deste modo, a presente pesquisa visa contribuir com o enriquecimento da História da Educação em Goiás, apresentando elementos até então inéditos sobre a ação de uma educadora e gestora educacional que colaborou para a constituição institucional de uma escola com proeminente valor social para amplos setores da sociedade goianiense. Assim, este trabalho promove a ampliação do escopo proposto na pesquisa anterior, permanecendo focado no campo temático da “História de Instituições Escolares”, mas promovendo, também, um estudo de memória que contempla o campo temático da “História dos Educadores e Educadoras Goianos” – aprofundando-se na análise da ação individual de um sujeito histórico situado em um contexto socioeconômico e cultural específico: a modernização. Para tal empreendimento, esta pesquisa avança seu recorte temporal focal para os anos que compreendem o interstício da atividade profissional da educadora e gestora Lígia Rebelo no Colégio Pedro Gomes (1956-1966), a fim de atingir as novas problemáticas levantadas sobre o objeto original e suscitadas diante dos novos objetos correlacionados.

Sustentamos que Lígia Rebelo foi uma peça na engrenagem de um amplo projeto político-ideológico, assumindo a responsabilidade pela aplicação deste ideal em um contexto específico, traduzindo-o em práticas educacionais alinhadas a um discurso que, entre outros aspectos, preconizava a transformação de uma sociedade majoritariamente rural e iletrada em agentes sociais “civilizados” pelo poder da instrução formal e preparados para as demandas emergentes do anunciado progresso econômico vindouro.

Destarte, através de suas ações como gestora, Lígia Rebelo atuou ativamente pela inserção do bairro de Campinas nos processos de modernização que haviam sido prometidos para a antiga cidade, colocando o Colégio Pedro Gomes em posição de destaque no contexto das transformações modernizantes aguardadas desde sua escolha para sediar a “construção” da nova capital estadual.

Se antes de sua ascensão à função de diretora, a escola ainda era apenas um esboço tímido e improvisado do que havia sido prometido à comunidade da região, até então insuficiente assistida pelo poder público no campo educacional, recaiu sobre Lígia Rebelo a responsabilidade de dirigir o processo de transformação da instituição naquilo que ela realmente deveria ser.

Neste período, de aproximadamente dez anos (1956-1966), o colégio cresceu em seu espaço físico e em número de alunos. Enquanto isso, o cenário político-social à sua volta se alterava, exigindo de sua administração ações coerentes com as novas demandas internas e externas que inevitavelmente surgiam. Assim, tanto no âmbito pedagógico, quanto no simbólico, o colégio se consolidou como um referencial na oferta do ensino secundário durante os anos 1960, passando a ser procurado por famílias oriundas não somente da comunidade local do bairro de Campinas, mas da grande Goiânia e de cidades do interior que ainda dependiam de instituições na capital para que seus jovens pudessem avançar na formação escolar.

Sob o comando de Lígia Rebelo, a instituição Colégio Pedro Gomes estabeleceu as bases materiais e simbólicas que a levariam à conquista de uma posição de visibilidade e prestígio dentro do conjunto das escolas públicas no Estado de Goiás. A este momento se vincula um processo de construção sistemática de uma “Lígia Rebelo mítica”, condutora do “momento áureo”, que seria o ápice da existência da instituição. Tal construção têm como base imagens idealizadas, erigidas sobre um discurso memorial de potencialização do peso de suas ações como diretora do colégio, alçando-a à condição de símbolo de uma época igualmente idealizada: elementos simbólicos construídos em favor da manutenção das estruturas de dominação do moderno Estado brasileiro, que visava incorporar espaços educacionais na sustentação de projetos de autoridade e poder.

Passemos agora, para as considerações relativas ao “fazer” do trabalho que se tem em mãos. Em geral, os caminhos que levam à materialização de uma pesquisa em seu produto final nunca são uma linha reta. Muito pelo contrário, costumam ser sinuosos e, às vezes, repletos de muitos meandros, que se traduzem em idas e vindas, altos e baixos, encontros e desencontros. O ser humano constrói sua subjetividade em meio às influências do tempo e do espaço nos quais experiencia sua existência. Portanto, o produto do seu fazer cultural é, também, um objeto dotado de historicidade própria. Sendo assim, consideramos importante deixar registrado, para conhecimento do leitor de qualquer tempo futuro, as idiosincrasias do contexto em que este trabalho foi produzido.

Na pesquisa em História, explicitar a historicidade do texto ao leitor poderia ser, a princípio, apenas um exercício de metalinguagem, cujo sentido estrito poderia ser encarado

como uma necessidade de revisão do processo pelo próprio autor. Nesse caso, a pertinência de tal compartilhamento poderia ser legitimamente questionada.

Por outro lado, poderia ser encarado, também, como um esforço para proporcionar ao leitor uma camada de transparência que lhe possibilita enxergar o subtexto revelado pela trajetória, pelo processo, enfim, pelo contexto.

Admitindo a segunda perspectiva como princípio norteador deste texto introdutório, a seguir situaremos este trabalho em seu contexto de produção, localizando seu recorte temático no tempo e no espaço, explicitando desde a ideia inicial até a descrição dos processos de pesquisa propriamente ditos: os métodos empregados, os principais conceitos historiográficos utilizados, bem como o acesso e a coleta de fontes que seriam analisadas.

A primeira metade das atividades previstas para esta pesquisa ocorreram sob uma catástrofe de escala global, deflagrada logo no início do curso de doutoramento no PPGH-UFG (março de 2020), e cujos desdobramentos se prolongariam por anos (pelo menos dois, de forma mais severa). Refiro-me à pandemia do vírus Covid-19, também conhecido como coronavírus. Diante da grandeza dos fatos desencadeados por este flagelo, parece pequena a importância deste relato. De fato, talvez seja, realmente. Entretanto, a motivação que nos resguarda é justamente a certeza de que a História dos grandes eventos tende a ocultar pequenas narrativas que possuem sua relevância no microcosmo em que ocorreram. Esta premissa, aliás, é elemento constitutivo básico deste trabalho.

Algumas circunstâncias surgidas como consequência da pandemia, visando sua contenção emergencial, impactaram diretamente no satisfatório aproveitamento do programa de disciplinas, atividades e eventos, normalmente ofertados pelo PPGH-UFG. Provisoriamente, foi afetada, também, a possibilidade de realizar grande parte das atividades previstas para a pesquisa. Por um tempo considerável, inviabilizaram-se encontros presenciais, entrevistas, visitas a arquivos, coleta de documentos e tudo o mais que implicasse contato humano.

Diante deste cenário, o cronograma foi atrasado, transformando-se em uma “bola de neve” que se avolumava cada vez mais. Somado ao contexto geral no mundo (do Brasil, em especial), isto provocou profundos questionamentos, conflitos e desgastes internos. Entre os contemporâneos, que compartilharam aquele momento, foi perceptível que o desgaste e a ansiedade, a princípio individuais, se transformaram em um mal-estar coletivo.

Aquele momento foi difícil para quem pesquisava, para quem estudava, para quem trabalhava. Enfim, ninguém passou ileso e foi difícil para todos de alguma forma. Porém, com toda certeza, foi incomparavelmente mais difícil para quem perdeu alguém querido em meio a todos os acontecimentos perturbadores que se desenrolaram no Brasil ao longo daqueles pouco

mais de dois anos nos quais esperamos, esperançosos, pelos efeitos de uma vacina que nos permitisse voltar a respirar sem medo. Infelizmente, presenciei de perto o drama da família Coelho Rebelo, que foi acometida pela tragédia da perda familiar em 2021.

A propósito de elucidação da relação estabelecida com a família de Lígia Rebelo, seu princípio foi durante a pesquisa para o mestrado. Analisando os documentos da escola, muitos personagens marcantes me foram “revelados”. Na medida em que o trabalho de pesquisa avançava, essas pessoas, antes desconhecidas, foram tendo seus papéis desvelados, quando citados em intrincadas narrativas que se entrecruzavam, despertando, assim, meu fascínio e curiosidade. Como é natural na elaboração de qualquer trabalho acadêmico, muitos recortes foram estabelecidos e certos elementos e personagens foram deixados de fora naquele momento. No entanto, a vontade de produzir algo a mais sobre o universo relacionado a esta pequena parte da História da Educação em Goiás sempre permaneceu.

A oportunidade veio em 2020, depois da aprovação no processo seletivo para o doutorado do mesmo programa onde havia desenvolvido minha pesquisa anterior. Na época da análise dos documentos para a dissertação, um nome havia me chamado especial atenção, devido à recorrência com que aparecia em fontes diversas, bem como pela característica marcadamente positiva de tais menções, que geralmente associavam a personagem ao desempenho de suas funções profissionais no colégio e ao prestígio social dele decorrente.

Este nome era o de Lígia Maria Coelho Rebelo. Seu nome já era muito familiar, antes mesmo do início de qualquer estudo de minha parte, devido ao tempo em que trabalhei como professor no colégio, entre 2010 e 2019. O nome e a presença memorialística de Lígia Rebelo são elementos onipresentes, facilmente perceptíveis pelos frequentadores mais atentos daquele ambiente, sejam eles estudantes, funcionários ou mesmo visitantes. Em diversas ocasiões, amadurecendo esta hipótese de maneira informal, espontaneamente conjecturei que isto devia ocorrer em função, principalmente, da existência de uma escultura dela, postada em local de destaque no pátio do colégio, cujo nome está estampado não apenas no monumento, mas, também, em placas afixadas nas paredes, emprestando seu nome a espaços e a dispositivos de uso cotidiano, elementos significativos da cultura escolar da instituição.

Por anos, fui questionado por alunos sobre quem era a mulher representada na tal escultura. Inicialmente, isso me levou a consultar colegas com mais tempo de casa e mais idade que eu, mas nenhum relato conseguia alcançar os motivos reais de tais homenagens. Ninguém ali havia convivido, de fato, com aquela antiga diretora. Lembro-me, àquela altura, de quase nada saber a seu respeito, além daquilo que era de conhecimento geral entre os poucos colegas mais atentos ao tema (grupo no qual me incluí).

Além do parco conteúdo de informações presentes no monumento em sua homenagem, havia, à minha disposição, apenas algumas suposições que, como tais, eram insatisfatórias e superficiais. “Fatos” compartilhadas por alguns colegas “mais antigos de casa”, alimentados como uma espécie de folclore institucional. Quando inquiridos acerca do assunto, eventualmente essas pessoas afirmavam coisas do seguinte gênero: “*Dona Lígia foi a diretora mais importante daqui*”, ou; “*A família dela era muito importante em Goiânia*”, entre outras afirmações inconclusivas e generalistas. De certo modo, me acostumei a ouvir afirmações de teor semelhante que, com o tempo, foram ficando, também, cada vez mais escassas, na medida em que alguns colegas foram se aposentando ou se afastando da instituição. Senti, então, que o assunto ia se tornando, cada vez mais, apenas um interesse distante, para alguns, apenas “uma excentricidade do professor de História”.

Entretanto, quando Lígia Rebelo faleceu, perto do final de 2016, o tema reascendeu no interior daquele ambiente. Lembro-me de assistir a uma breve matéria noticiando o fato, no Jornal Anhanguera (noticiário local de televisão, veiculado pela retransmissora da Rede Globo).

Nos dias seguintes, observei a circulação, entre os colegas, de matérias de jornais impressos que abordavam o fato. Um relato marcante, naquele contexto, veio de uma professora que estava há décadas no corpo docente do colégio, Dona Vilma Maria. A colega comparecera ao velório e à missa póstuma da ex-diretora e compartilhou suas impressões. Recordo-me, ainda, de ter em mãos, à época, uma matéria que trazia uma breve biografia dela, destacando seu período como diretora do colégio. Este foi meu primeiro vislumbre de algo mais aprofundado sobre a personagem.

O aprofundamento na trajetória daquela instigante figura, empreitada que explicaria sua permanência como elemento tão presente na cultura da escola, só foi realmente possível a partir do momento em que pude lidar com documentos institucionais para a pesquisa desenvolvida durante o mestrado. A partir daquela oportunidade, o interesse cresceu, assim como o esforço de reunir o máximo de informações e documentos possíveis, que fossem relacionados. A consolidação desta ideia - que começou como um interesse nutrido por curiosidade pessoal - logo a transformaria em um projeto de pesquisa acadêmica que deveria permitir a problematização da personagem como objeto historiográfico.

Entretanto, é preciso registrar que isto não ocorreu de forma imediata ao ingresso no Programa para cursar este curso de doutoramento, pois o projeto apresentado na seletiva não expressava ênfase na biografia da personagem. Então, a materialização da ideia pretendida, mas insatisfatoriamente esboçada, enfim, se consumou graças à sugestão de reformulação do projeto de pesquisa inicialmente apresentado, quando a orientadora desta tese, professora Dra. Maria

Elízia Borges, propôs que os objetivos de pesquisa focassem especialmente na ex-diretora e sua gestão no Colégio Pedro Gomes.

Felizmente, esta pesquisa foi marcada pela obtenção de um volume satisfatório de fontes materiais. Quanto à tipologia dos documentos apreciados neste trabalho, constituem nossa base documental fontes escritas e imagéticas, tais como manuscritos, documentos institucionais e material jornalístico. Além de imagens, entre as quais foram analisadas, em destaque, fotografias de diferentes épocas e características de conservação. Para descobrir a existência, encontrar a localização exata e ter a oportunidade de registrar e estudar os documentos que compõem o conjunto das principais fontes desta pesquisa, diferentes arquivos precisaram ser acessados, conforme detalhamos a seguir.

Em ordem cronológica, primeiro obtivemos acesso aos registros sob posse da atual gestão do Colégio Pedro Gomes: trata-se de documentos institucionais diversos das décadas de 1950 e 1960, predominantemente, atas de reuniões, atas de exames de seleção e registros fotográficos, além de materiais pedagógicos e recortes de jornais, em menor quantidade. Tais documentos foram fotografados ainda durante nossa pesquisa para o mestrado (2017-2019) e, desde então, suas digitalizações constituem-se como acervo particular. O processo de registro fotográfico destes documentos ocorreu entre 09 de junho e 18 de setembro de 2017 e os originais continuam em posse da escola.

Em 1º de outubro de 2021, encontrei-me com Dona Maria Helena Rebelo, filha de Lígia Rebelo. O encontro ocorreu em sua residência campestre, nos arredores de Goiânia. Após contatos iniciais com a família, realizados por telefone e por aplicativo de mensagens instantâneas com netas de Lígia Rebelo, fui informado que Dona Maria Helena seria a pessoa mais indicada para me ajudar, pois ela é a detentora do acervo de memórias pessoais deixadas pela mãe. Faz-se necessário o registro de que, desde os primeiros contatos, todos os familiares de Lígia Rebelo se mostraram extremamente compreensivos com relação às minhas intenções como pesquisador. Fui muito bem atendido por todos com quem tive contato. No segundo semestre de 2020, fui, inicialmente, atendido pelo médico pediatra Dr. Percival Rebelo Xavier Rebelo Filho, também filho de Lígia Rebelo. Ele se mostrou entusiasmado com a proposta da pesquisa. Devido ao avanço da pandemia, meus esforços para encontrá-lo nunca se concretizaram. Infelizmente, no ano seguinte, ele e sua esposa, a professora Maria Helena Leal Lúcio Rebelo, faleceram. Ambos foram tragicamente vitimados pela Covid-19. Devido a complicações decorrentes da infecção, após quatro dias de internação hospitalar, Percival faleceu no dia 10 de março de 2021, aos 78 anos. Maria Helena veio a óbito aproximadamente

24 horas depois, na madrugada do dia 11 (O Popular, 10 de março de 2021 e 11 de março de 2021).

Naquele momento, a família sofria bastante e pediu-me que, pelo menos por enquanto, os contatos fossem suspensos e que, posteriormente, assuntos relativos a memórias familiares fossem tratados com muito cuidado. Passados alguns meses, no segundo semestre de 2021, atendendo às orientações que me foram transmitidas, entrei em contato com a Dona Maria Helena. Naquele momento, nossa maior preocupação continuava sendo os riscos decorrentes da pandemia de Covid-19. A filha de Dona Lígia Rebelo se encontrava em isolamento social desde o início do período crítico da pandemia. Mesmo com o avanço de nossos diálogos, como medida preventiva natural a ser tomada, nosso encontro pessoal foi postergado ao máximo, se tornando possível somente após a confirmação mútua de imunização.

Nosso encontro consistiu em uma conversa informal e muito agradável, na qual ele me guiou, com seus relatos e detalhadas explicações, pelos conteúdos inseridos nos documentos deixados por sua mãe. Tanto no manuseio quanto na narrativa, percebia-se claramente que Dona Maria Helena os guarda com carinho e cuidado equivalentes ao esmero demonstrado por Dona Lígia na coleta, organização e colagem das inúmeras referências feitas a ela e membros da família em jornais e publicações de outros tipos, além de impressos diversos e correspondências (muitos dos quais, contendo homenagens de caráter público e privado). Compunha ainda seu rico acervo pessoal: bilhetes, anotações, correspondências como cartas, telegramas, cartões de aniversário, manuscritos autobiográficos e literários (crônicas e poemas) e, por fim, algumas fotografias.

É importante registrar a dificuldade encontrada, durante quase dois anos, para se ter acesso, também, a arquivos públicos que costumavam receber historiadores e demais pesquisadores interessados normalmente, ou seja, sem maiores complicações, antes de março de 2020. Com o recrudescimento das medidas de contenção da pandemia, muitos destes lugares permaneceram completamente fechados ao público até o final de 2021. Com a retomada gradual de muitos serviços e atividades sendo promovida após as campanhas de vacinação iniciadas em meados de 2021, abriu-se, no segundo semestre daquele ano, a oportunidade de realizar as visitas tão necessárias (e ansiosamente esperadas) para a prospecção e captação de fontes complementares.

Porém, depois de reabertos, uma nova rotina de trabalho foi instituída e novos protocolos para a pesquisa foram impostos, visando a segurança de todos os envolvidos. Uma prática conhecida de quem já fez pesquisa com documentos antigos, mesmo antes da pandemia,

tornou-se, naquela época, largamente adotada para qualquer nível de interação social: o uso de máscaras de proteção ao aparelho respiratório, cobrindo nariz e boca.

Dentro dos arquivos, isto não representou novidade. Todo manuseio de documentos teve que ser feito observando esta regra, que geralmente vem acompanhada da imposição do uso de luvas. O que, de fato havia mudado, era a adoção de normas que restringiam qualquer possibilidade de aglomeração de pessoas dentro dos locais de pesquisa. Agora, fazia-se necessário o agendamento prévio da visita, realizado via telefone, observando-se com rigor a restrição à quantidade de pesquisadores por visita. Isto implicou na necessidade de múltiplas consultas dos dias e horários disponíveis, através de insistentes ligações e conversas por aplicativo de mensagens instantâneas com os responsáveis, uma vez que se tornou natural a existência de choques entre dois ou mais grupos de pesquisadores interessados em agendar determinado horário. Vivenciamos este contexto de espera e eventuais limitações nos seguintes campos de pesquisa: Arquivo Histórico Estadual¹, Instituto Histórico e Geográfico de Goiás², ambos situados em Goiânia, e no Arquivo Frei Simão Dorvi³, localizado na Cidade de Goiás.

Entre os dias 18 de fevereiro e 15 de março de 2022 foi realizada a pesquisa nos arquivos do Arquivo Histórico Estadual, onde foram manuseadas pastas com arquivos documentais de instituições públicas, como prefeitura de Goiânia, secretarias estaduais diversas e o Conselho Estadual de Educação. Nos deparamos, também, com atas de registro de cerimônias políticas, como discursos proferidos em assembleias legislativas e atos públicos. Entretanto, nosso foco principal naquele acervo foi a consulta aos jornais de circulação local disponíveis, especificamente edições publicadas entre as décadas de 1950 e 1990 (a partir deste período, o volume de exemplares catalogados era muito grande, além de já não contemplar mais o momento histórico em que Lígia Rebelo atuou formalmente como educadora). Entre as publicações analisadas estavam: Folha de Goiaz, Diário da Tarde, Diário do Oeste, Diário da Manhã, O Popular e Tribuna do Planalto. Com a devida autorização, foram tiradas trezentas e vinte fotos dos documentos selecionados para estudo e análise posteriores.

¹ Instituição mantida pelo Governo do Estado de Goiás, vinculada, atualmente, à Secretaria de Estado da Cultura (Secult Goiás). Está situado no Centro Cultural Marietta Telles Machado, Anexo 2, Praça Cívica (Praça Pedro Ludovico Teixeira) nº 2, no Centro de Goiânia.

² Instituição privada, reconhecida pelo governo estadual, através do Decreto-Lei nº. 2.593 de 21 de novembro de 1939, como “Entidade de Utilidade Pública. Está localizado no anel externo da Praça Cívica, esquina a com Avenida 85, no Centro de Goiânia.

³ Instituição privada mantida pela Fundação Educacional da Cidade de Goiás (FECIGO). O Arquivo Frei Simão Dorvi, oficialmente chamado de Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, fica na Cidade de Goiás, localizado na Rua da Abadia, nº 11, Centro.

No dia 04 de abril de 2022, foi realizada a pesquisa no acervo digitalizado do Jornal Folha de Goiaz, existente no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Seguindo uma pista encontrada em uma edição do mesmo jornal, anteriormente consultada no Arquivo Histórico Estadual e cruzando informações catalogadas, fomos atrás de uma edição específica do referido jornal, a qual não existia no acervo anteriormente consultado.

Para ter acesso ao acervo digitalizado do jornal Folha de Goiaz, de posse do instituto, tivemos que enfrentar quatro semanas de tratativas ao telefone, marcadas por sucessivos adiamentos ocasionados pelo processo de reforma ao qual o prédio-sede estava sendo submetido. Quando a visita finalmente ocorreu, a consulta transcorreu de maneira satisfatória, devido ao dedicado atendimento dos profissionais responsáveis pela sessão consultada. Apesar da limitação técnica imposta ao registro fotográfico adequado dos documentos, que só podiam ser registrados através de fotos tiradas da tela do computador, naquela oportunidade foram feitas 120 fotografias, contemplando edições do jornal Folha de Goiaz, publicadas nos anos de 1964, 1965 e 1966.

Por último, considerando as mais importantes expedições em busca de fontes documentais, foi visitado o Arquivo Histórico da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. A visita ocorreu no dia 1º de agosto de 2022. Na ocasião, fui gentilmente recebido e auxiliado pela historiadora e arquivista responsável, Maria de Fátima Silva Cançado, com quem eu havia estabelecido diálogo, semanas antes, na intenção de agendar um momento pertinente para a realização da pesquisa. Ali, foram analisadas algumas páginas de jornais disponíveis no acervo e, pela primeira vez, revistas. O catálogo continha edições das décadas de 1950 e 1960, dos dois tipos de impressos. No entanto, a visita àquele arquivo fora motivada, principalmente, pelo fato de descobrirmos, ali, a existência de pastas contendo atas originais do antigo Colégio Sant’Ana, além de outros documentos relacionados às primeiras experiências profissionais na área da educação vivenciadas por Lígia Rebelo. Encontramos, por exemplo, a “Ata da Sessão de Colação de Grau às Normalistas diplomada em 1933”, além de um registro manuscrito, assinado pela diretora do Grupo Escolar Professora Nhola, em 1934, atestando a contratação da então recém-formada normalista Lígia Rebelo como professora. Ambos os originais, sem dúvidas, constituem peças importantíssimas na reconstituição da trajetória de nossa personagem.

Outros documentos foram coletados ao longo do tempo, utilizando, principalmente, ferramentas online atualmente disponíveis. Nesse sentido, a Hemeroteca Digital da Biblioteca

Nacional⁴ mostrou-se muito útil, ao proporcionar a pesquisa de impressos periódicos e diários, segmentando-os por período e local de origem, além de possibilitar, na maioria dos casos, a busca por nomes específicos dentro do próprio documento analisado. Outra ferramenta utilizada, foi o arquivo público de leis do Estado de Goiás, mantido no site da Casa Civil do Governo do Estado de Goiás⁵. O volumoso acervo contém digitalizações dos textos originais de leis estaduais publicadas a partir de 1892, entre as quais, foram encontradas algumas que se mostraram interessantes ao escopo desta pesquisa.

A análise dos documentos, bem como as conclusões obtidas a partir deste processo que se repetiu inúmeras vezes, foi orientada por referenciais teóricos que nos permitiram abordar criticamente os vestígios do passado, ao mesmo tempo em que nos manteve em permanente estado de atenção sobre a necessidade de se evitar a incidência de erros de perspectiva anacrônica. Deste modo, o diálogo entre referenciais clássicos e leituras modernas e contemporâneas se fez constante ao longo do trabalho. Entre os distintos capítulos, e mesmo entre suas respectivas sessões ou tópicos, houve variação do instrumental teórico de acordo com a tipologia das fontes e com os objetivos de cada análise. O resultado natural disso foi a constatação da necessidade de uso de um aporte teórico tão variado quanto a multiplicidade de abordagens que propusemos demandava. Diante de tal cenário, prioridades relativas à principal questão levantada pela pesquisa se fizeram imperativas na tomada de decisões acerca dos caminhos teóricos que foram seguidos.

Com relação à estrutura, o trabalho é dividido em cinco capítulos interconectados. A “argamassa” que proporciona coesão entre as partes do texto integral é, justamente, o olhar analítico lançado sobre as diversas faces do nosso objeto, que é a trajetória e a memória autoconstituída e socialmente construída de Lígia Rebelo.

Assim, os capítulos se propõem a apresentar diferentes aspectos da personagem e de sua ação profissional no Colégio Pedro Gomes: sua formação pessoal e escolar, sua vida profissional, com foco em sua ação como gestora no Colégio Pedro Gomes, além da construção e consolidação de sua imagem e memória na esfera pública, bem como seus significados simbólicos.

Primeiramente, fez-se necessário o estabelecimento um fio condutor narrativo, o qual, desde o primeiro momento, colocamos em evidência: a inserção do trabalho de Lígia Rebelo como diretora do Colégio Pedro Gomes no contexto dos processos de modernização

⁴ Endereço eletrônico: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁵ Endereço eletrônico: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/>

socioeconômica pelos quais o país e o Estado de Goiás passaram no século XX. A partir desta “espinha dorsal” temática, buscamos compreender como nossa personagem se inseriu no campo da educação profissional desde cedo, entrelaçando, publicamente, sua vida pessoal com sua trajetória profissional. No processo de escrita, nosso intento foi, metaforicamente, o de “descascar camadas” de um ser humano que desempenhou um papel social singular (e multifacetado) naquilo em que se envolveu, sem deixar de lado sua subjetividade, pois a trajetória de uma pessoa jamais pode ser resumida ao seu trabalho.

No primeiro capítulo, intitulado “Educação e Modernidade em Goiás: Goiânia, Campinas e o Colégio Pedro Gomes no contexto dos processos de modernização nacionais-regionais”, apresentamos uma discussão teórica e uma revisão historiográfica acerca do tema da modernidade e dos processos de modernização locais. O objetivo deste capítulo é familiarizar o leitor ao domínio conceitual que constitui o cerne desta pesquisa, explicitando as referências teóricas que nos levaram às reflexões diante das quais foram apreciadas as hipóteses levantadas ao longo do trabalho. Fazemos isto partindo de discussões mais amplas, para, ao final, sustentar a ideia de “modernidade provinciana” como um tipo ideal, no qual incluímos os processos que atingiram a região de Campinas, em Goiânia, na primeira metade do século XX, contexto no qual a construção do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes se insere.

No segundo capítulo, intitulado “Memória Preservada, identidade construída: Lígia Rebelo por ela mesma” iniciamos a análise documental a partir dos documentos reunidos pela própria Lígia Rebelo em seu arquivo de memórias pessoais. Neste capítulo, o próprio arquivo se torna objeto de investigação, uma vez que a atividade de constituir um volumoso e organizado arquivo sobre si é um dos elementos cujo sentido buscou-se compreender com a finalidade de composição de um adequado entendimento acerca da personalidade da personagem Lígia Rebelo. Com isso, buscamos nos afastar de abordagens reducionistas, focadas na narração acrítica da trajetória de vida do personagem-objeto. Sendo assim, este seguimento do texto é o ponto de partida para o multifacetado estudo de memória que percorre todo o trabalho.

No terceiro capítulo, intitulado “Gestão escolar e práticas educacionais subjetivas: a ação modernizadora de Lígia Rebelo no Colégio Pedro Gomes (1956-1966)” tratamos do papel burocrático de diretor escolar em instituições públicas de ensino nos anos 1950-1960, dos limites pedagógicos inerentes à função e das expectativas sociais e políticas em torno da educação escolar e de seus agentes promotores durante o período recortado. Com isso em perspectiva, investigamos a hipótese de que Lígia Rebelo conseguiu ultrapassar grande parte das limitações impostas a ela pelas circunstâncias. Sua conduta socialmente hábil teria sido

essencial para o sucesso de seu trabalho e para a manutenção de boas relações que lhe favoreceram posteriormente. Neste seguimento do trabalho, Lígia Rebelo é apresentada como uma eficiente agente promotora da modernização conservadora em seu microcosmos de atuação, o colégio, onde se utilizava de práticas educacionais subjetivas para promover uma cultura escolar que representasse sua visão educacional.

No quarto capítulo, intitulado “O monumento a Lígia Rebelo: os sentidos simbólicos de uma homenagem recebida em vida e sua constituição como lugar de memória”, investigamos os mecanismos simbólicos que envolvem a principal homenagem que Lígia Rebelo recebeu no interior do Colégio Pedro Gomes enquanto trabalhou lá: um monumento escultórico de exaltação ao seu trabalho como diretora. Considerando a natureza artística do objeto analisado neste capítulo, recorreremos a teorias elucidativas dos sentidos simbólicos das esculturas públicas, campo que investiga as interconexões entre linguagem, arte e política.

O quinto capítulo, intitulado “Memórias em disputa: outras homenagens a Lígia rebelo presentes na cultura escolar do CEPPG que permeiam a sociedade” dá continuidade à investigação iniciada no quatro capítulo, acerca dos elementos que funcionam como suporte à memória de Lígia Rebelo no interior do colégio. Porém, como os objetos abordados neste capítulo são tipologicamente diferentes da obra de arte abordada no capítulo anterior - neste caso o “Auditório Professora Lígia Maria Coelho Rebelo” que é um lugar ou, mais apropriadamente um recurso pedagógico, e a “Banda Marcial Lígia Rebelo”, que é uma atividade extracurricular - outros instrumentais teóricos foram utilizados. Nesse sentido, recorreremos especialmente ao campo de estudos da Toponímia em busca de recursos que permitissem a interpretação dos sentidos e significados simbólicos atribuídos ao uso de nomes de pessoas em objetos de uso coletivo.

Portanto, o principal objetivo dos Capítulo 4 e 5 é analisar qualitativamente o contexto no qual ocorreu a elaboração de tão marcantes homenagens a Lígia Rebelo. Isto foi necessário para que houvesse elementos que nos permitissem interpretar e compreender o fenômeno da permanência da memória de Lígia Rebelo como elemento legítimo da cultura escolar do colégio até os dias atuais. Em grande medida, esta permanência, mesmo que ressignificada, ocorre graças à presença dos elementos estudados, os quais, em conjunto, transformam o Colégio Pedro Gomes em um “lugar de memória” que dificulta o esquecimento público da ex-diretora.

1 EDUCAÇÃO E MODERNIDADE EM GOIÁS: GOIÂNIA, CAMPINAS E O COLÉGIO PEDRO GOMES NO CONTEXTO DOS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO NACIONAIS-REGIONAIS

“Todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes.”
CASTORIADIS, 1982. p. 147

1.1 Sobre o conceito de modernidade: um problema, múltiplas abordagens

A fim de explicitar os conceitos que sustentam a tese central deste trabalho, devemos, primeiramente, compreender o conceito de modernidade para, a seguir, refletir sobre sua aplicação, bem como a de seus desdobramentos e representações, à realidade sociocultural e à temporalidade na qual nosso objeto se situa, observando os recortes propostos.

As discussões sobre a modernidade e suas representações constituem um campo temático bastante fecundo em teorias, aprofundado nas diversas áreas das “Humanidades”. Nem mesmo nas abordagens mais pragmáticas, do ponto de vista conceitual, nas quais se considera a modernidade objetivamente como período histórico, não há consenso absoluto em relação aos seus marcos fundadores, nem sobre sua extensão precisa, uma vez que há autores que a consideram um período findado, enquanto outros, um momento ainda em curso. Existem ainda, aqueles que relativizam ou desprezam esta abordagem, pois refutam perspectivas historiográficas baseadas em periodizações, sobretudo aquelas que pressupõem qualquer forma de “etapismo”.

Não sendo possível apontar uma definição única e definitiva, buscamos a composição de um quadro teórico em que as diversas abordagens selecionadas se complementem para situar a modernidade no tempo histórico e, ao mesmo tempo, para estabelecê-la como um problema em si, instrumento de reflexão acerca da constituição identitária do indivíduo e das relações sociais nas quais acreditamos que nosso objeto, e nós mesmos, (ainda) estejamos inseridos.

Em nossa busca por bases teóricas, detemo-nos apenas entre filósofos, historiadores e sociólogos, excluindo abordagens que muito se distanciam dos objetivos desta pesquisa, como as reflexões do campo linguístico e literário, por exemplo (Benjamin etc.). Não diz respeito ao escopo deste trabalho fazer uma revisão analítica ou mesmo descritiva do debate sobre o moderno e a modernidade nas chamadas Ciências Humanas. O que se pretende é apresentar ao leitor o domínio conceitual pensado para esta pesquisa a partir das referências apontadas. Ao lembrá-lo do quão amplo, extenso e profundo tem sido o tratamento dado à problemática da modernidade/ moderno/ modernismo, enseja-se a intenção de proporcionar ao leitor certo nível

de aprofundamento elementar no tema, para que haja uma apreensão mais segura dos objetivos da tese, que giram em torno do conceito de modernidade e seus correlatos, que serão exaustivamente evocados ao longo do trabalho.

Primeiramente, analisamos contribuições prestadas ao desenvolvimento de uma teoria da modernidade a partir da historiografia e do campo da Teoria da História. Encontramos, entre referenciais clássicos, significativos esforços em favor da vinculação destes conceitos a um tempo e espaços específicos. Depreende-se destas leituras, a conclusão básica de que sobre quaisquer reflexões conceituais e teóricas, recaem sentidos atribuídos contextualmente, daí a necessidade de buscar e apontar origens, transformações e permanências. Metodologicamente, consideramos que nosso ponto de partida para qualquer raciocínio é o processo histórico. Nesse sentido, encontramos nas reflexões de Jacques Le Goff elementos significativamente contributivos ao debate e objetivamente úteis aos objetivos deste trabalho, ao passo que, entre as proposições de Reinhart Koselleck, um historiador que muito se dedicou à história dos conceitos, elegemos a complementação ideal para a devida apreensão de como o problema da modernidade está situado na Teoria da História e, por conseguinte, como tem sido abordado na historiografia.

No capítulo intitulado “Antigo/ Moderno”, da obra “História e Memória”, Le Goff primeiramente situa a ideia de “moderno” como aquela que seria historicamente primordial dentro desta problemática. A seguir ele localiza, também, sua consequência historiográfica primária e indelével: a periodização tripartite eurocêntrica. Por último, aponta o contexto do surgimento das discussões sobre seus desdobramentos conceituais diretos:

A palavra 'moderno' nasceu com a queda do Império Romano no século V; a periodização da história em antiga, medieval e moderna instaura-se no século XVI, cuja "modernidade" foi assinalada por Henri Hauser [1930]; Théophile Gautier e Baudelaire lançam o conceito de modernidade na França do Segundo Império, quando a Revolução Industrial está se impondo; economistas, sociólogos e politólogos definem e discutem a ideia de modernização logo após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da descolonização e da emergência do Terceiro Mundo. (LE GOFF, 1990, p. 169-170)

Esta perspectiva cronológica foi endossada por Koselleck quando ele, por outros meios, promoveu o rastreio do surgimento e dos usos da ideia de modernidade como período histórico. A partir dos apontamentos feitos por este autor, reforça-se a percepção de que a ideia do moderno realmente passou por um longo amadurecimento, caracterizado pelo descolamento entre o momento ao qual ele designava e sua apreciação no plano teórico-conceitual, ocorrida em consonância com sua naturalização dentro do vocabulário corrente na Europa (suas conclusões partem do cenário cultural germânico):

O conceito de “tempos modernos”, ou “modernidade” [*Neuzeit*], segundo o dicionário de Grimm, só é documentado a partir de 1870, em Freiligrath. Embora possam ser apontados exemplos anteriores – Ranke claramente evitou o conceito, se é que o conheceu –, **o conceito de “modernidade” só veio a impor-se depois de decorridos cerca de quatro séculos do período que ele englobava. Lexicamente só se implantou no último quartel do século XIX.** [Grifo nosso]. Essa constatação surpreendente não deve provocar nossa admiração se constatarmos a naturalidade com que o conceito é usado hoje nos estudos histórico-linguísticos que tratam do século XVI. (KOSELLECK, 2012: p. 269)

Em ambos os autores encontramos raciocínios que nos auxiliam a pensar as ações das nossas personagens como modernas por si mesmas, como expressões de um reflexo naturalizado pela consciência da condição de moderna de si, amalgamada na formação identitária dos indivíduos que compartilham da experiência temporal concernente à época apontada.

A partir de Le Goff, entendemos que as “ações modernas” podem ser assim consideradas quando inseridas no “binômio antigo/ moderno”. Conforme demonstraremos, era assim que os agentes da modernidade aqui estudados enxergavam suas ideias e projetos. No contexto estudado, identificamos, especialmente em seus usos políticos, uma postura de afirmação identitária baseada no antagonismo ao passado, imbuída da intencionalidade de construção do “novo” em face da superação do “antigo”. Assim, consideramos válido o caminho indicado por Le Goff, baseado em um “jogo dialético” no qual “a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado” (1990, p. 169). Desse modo, a mentalidade ocidental moderna, revestida desta consciência - pelo menos no âmbito da cultura hegemônica - age em função do apoderamento e da legitimação da “condição moderna”, tomando-a como exclusividade do momento e do grupo que a originou. É por isso que Le Goff afirma que o elemento moderno, enquanto determinante de um momento histórico: “segrega a ideia de 'modernidade' e, ao mesmo tempo, a cria para denegrir ou exaltar – ou simplesmente, para distinguir e afastar – uma 'antiguidade’”. Eis, então, que uma das finalidades de se destacar uma modernidade consiste na possibilidade de “promovê-la” ou “vilipendiá-la”. (LE GOFF, 1990, p. 170).

Em abordagem semelhante, Koselleck localizou no processo de emergência do Humanismo, ocorrido no contexto que se convencionou chamar de Renascimento ou Renascença, o princípio de um despertar gradual de uma “autoconsciência” do “ser moderno”. Tal condição, como também fora apontado por Le Goff, se desenvolveu especialmente entre a burguesia europeia das localidades alcançadas pela circulação dos ideais humanistas expressos nas linguagens literária, artística e filosóficas:

A partir de então se tornara possível referir-se ao passado como a uma idade média. Os próprios conceitos – a tríade Antiguidade, Idade Média e Moderna – já se

encontravam disponíveis desde o Humanismo, mas foram gradativamente disseminados para a história [*Historie*] apenas a partir da segunda metade do século XVII. **Desde então, o homem passou a viver na modernidade, estando ao mesmo tempo consciente de estar vivendo nela.** [Grifo nosso]. É claro que, conforme as nações e as classes, isso era apenas parcialmente válido. (KOSELLECK, 2012: p. 31)

A propósito do processo pelo qual se originaram os desdobramentos conceituais da ideia do moderno, Le Goff explicita os agentes históricos envolvidos na sua propagação global e, assim, aponta-nos as bases para a compreensão do contexto de chegada da ideia de modernidade em sociedades que, como no caso do Brasil, foram constituídas como periferia da Europa. Sua premissa básica é que “o par antigo/moderno [o embrião da ideia de modernidade] está ligado à história do Ocidente, embora possamos encontrar equivalentes para ele em outras civilizações e em outras historiografias” (LE GOFF, 1990, p. 167). Não obstante, os europeus de meados do século XIX foram, para ele, definitivamente, os responsáveis por sua disseminação na forma de uma construção cultural diretamente relacionada à consolidação do capitalismo industrial, contexto do qual decorre a intensificação da exploração imperialista. Com isso, também fica estabelecido que o desenvolvimento da ideia de modernização no “terceiro mundo” ocorreu condicionado à imposição de modelos pelas nações centrais e à absorção tardia e irrefletida dos ideais de modernidade por parte dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, o autor sugere que a base do pensamento sustentado pela oposição antigo/moderno:

Na metade do século XIX transforma-se, com o aparecimento do conceito de 'modernidade', que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial. Na segunda metade do século XX generaliza-se no Ocidente, ao mesmo tempo que é introduzido em outros locais, principalmente no Terceiro Mundo, privilegiando a ideia de 'modernização', nascida do contato com o Ocidente. (LE GOFF, 1990, p. 167)

Remetendo ao princípio da autoconsciência da condição moderna apontada por Le Goff e Koselleck, da qual acreditamos que nossos personagens estariam contextualmente revestidos, constituiu-se a necessidade de aprofundamento acerca dos efeitos psicossociais da manifestação de tal fenômeno. Deste modo, encontramos no pensamento filosófico as ferramentas necessárias para captar a subjetividade dos indivíduos diante da modernidade e dos processos de modernização.

Do pensamento de Jürgen Habermas extraímos elementos que enriquecem a abordagem crítica dos discursos que sustentam projetos de modernidade, como o discurso estadonovista de Vargas, o discurso mudancista de Pedro Ludovico e o apelo ao progresso que levou à criação do Colégio Pedro Gomes, em Campinas. Do pensamento de Henry Lefebvre, assimilamos a conceituação da consciência do moderno enquanto essência de uma ideologia da modernidade, que o autor chama de modernismo. Consideramos, a partir do que expõe Lefebvre, que essa ideologia se associou fortemente aos projetos de modernização aqui abordados, ao mesmo

tempo em que influenciou na composição do ideário político e nas manifestações culturais no Brasil ao final do século XIX e na primeira metade do século XX. A partir do pensamento de Marshall Berman, refletimos sobre o cenário de recepção aos elementos modernizantes introduzidos na sociedade goiana no momento estudado, pensando, sobretudo, na desconstrução da modernidade utópica e na situação do indivíduo goiano, mormente o “campineiro”, quando confrontado pela disparidade entre a modernidade anunciada nos projetos político-midiático modernistas e “modernização real”, cheia de contradições.

Habermas, ao contrário de muitos filósofos contemporâneos, se presta ao trabalho de delimitar objetivamente a modernidade, estipulando que este conceito se refere a formações societárias específicas de um momento histórico que nos alcança. Se ele não delimita seu fim, pelo menos evoca eventos paradigmáticos, que em sua concepção estão associados ao seu início e consolidação: a Reforma Protestante (séculos XVI e XVII), o Iluminismo (séculos XVII e XVIII), e a Revolução Francesa (século XVIII).

Ao apontar tais acontecimentos, o autor também situa a “modernidade” no tempo histórico, elegendo seus momentos estruturantes, geradores de profundas transformações socioculturais que reverberaram pelo século 20, quando teriam atingido uma escala global. Devemos registrar o fato de que a visão de Habermas é impregnada de eurocentrismo, comum ao pensamento europeu da época em que foi elaborada, e fator compartilhado com as outras referências evocadas até este ponto do texto. Sendo assim, Habermas também situa a modernidade no espaço cultural específico da Europa. Para ele, a origem da ideia é a Europa e seus efeitos propagaram-se pelas sociedades que mantiveram contato com os europeus, chegando mais precocemente às sociedades do “Atlântico Norte” e mais tardiamente àquelas do capitalismo periférico. Nesse sentido, seu pensamento se mostra alinhado ao dos historiadores anteriormente abordados.

Em Habermas, importa-nos sobretudo, compreender que o mental que envolve a modernidade dá origem a um discurso multifacetado de construções de verdades⁶. Este discurso

⁶ Conforme exposto em sua “Teoria da Ação Comunicativa”, apresentada por Habermas em obra de mesmo nome, cujo primeiro volume foi publicado em 1981. A professora Bárbara Freitag explica que na Teoria da Modernidade de Habermas, há a separação dos processos de modernização incidentes sobre a cultura (modernização cultural) em dois caminhos. O primeiro seria, assim como visto em outros teóricos, resultante da racionalização do que ele chama de “subsistemas” econômico e político. Nas sociedades ocidentais, tais subsistemas compõem, juntamente com o que ele chama de “Sistema”, que seria o conjunto das estruturas societárias que asseguram a reprodução material e institucional da sociedade. Estes subsistemas são baseados em criações sociais modernas que asseguram a integração sistêmica: o dinheiro e o poder político, que encontram sua legitimidade em mecanismos reguladores instituídos pelo próprio sistema. O segundo caminho pelo qual ocorre a modernização cultural, segundo Habermas é a “Autonomização”. Para este trabalho, esse processo é o que mais nos interessa, no âmbito do pensamento habermasiano. Em suma, a autonomização diz respeito ao que ocorre na vida das pessoas, independente das instituições sistêmicas. Corresponde às alterações percebidas no cotidiano, inclusive com consequências incidentes

permeia a composição das três esferas de valores modernos consagradas filosófica e sociologicamente: a ciência, a arte e a moral. Em relação ao nosso objeto, apontamos para o uso do discurso da modernidade científica no exercício da política. Utilizado para validar escolhas, projetos e ações, esta postura explora a racionalidade comunicativa (processo argumentativo racional) para alçar a verdade científica à condição de verdade absoluta. Isso ocorre, pois na modernidade, a ciência se torna espaço privilegiado do cultivo da verdade, como potencial para instaurar na cultura geral “discursos teóricos” que reforçam argumentos emitidos por aqueles que invocam domínio técnico.

Nesse sentido, tal manifestação do discurso da modernidade constituiu um poderoso instrumento de autoridade que, em Goiás, foi apropriado pelos agentes políticos da modernidade nas primeiras décadas do século XX para justificar seus projetos, como no caso da construção de Goiânia sob a liderança de Pedro Ludovico e na própria criação do Colégio Pedro Gomes pelo governador, engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno, e pelo Secretário da Educação e Saúde, o também médico Hélio Seixo de Brito. Exploraremos esta abordagem, com base na historiografia regional, mais adiante.

As reflexões de Henry Lefebvre sobre o problema da modernidade foram inauguradas na publicação “Introdução à modernidade”, de 1969. Neste texto, o autor promove um diálogo entre as ideias expressas por Marx e Baudelaire, no século XIX, sobre o assunto. A partir desta premissa, Lefebvre desenvolve construções conceituais que servem aos objetivos de interpretação lançados sobre nossos objetos. Neste autor, encontramos uma tendência filosófica que se repete na abordagem do tema, que é a análise dialética do fenômeno dentro do “binômio modernidade-modernismo”. Assim, a partir de sua leitura podemos pensar os sentidos da modernidade e do seu primeiro e principal desdobramento: o modernismo.

O francês defende que modernidade seria, em grande medida, também uma sensação, ou seja, uma experiência vinculada ao sensível, que seria possibilitada pela vivência de um momento ou período específico, mediada subjetivamente por uma noção de tempo linear. Nesta perspectiva, esta sensação reflete uma postura crítica e autocrítica baseada na percepção de se estar vivendo um momento que difere do momento anterior. Nas palavras do autor: “por

na construção das mentalidades. Habermas chama este contexto de “mundo vivido” (*Lebenswelt*). O mundo vivido é constituído pelos elementos compartilhados culturalmente dentro de uma sociedade (tradições, costumes, idioma etc.) A autonomização ocorre com a prevalência das três “esferas de valor do mundo moderno” (a moral, a ciência e a arte) nas relações sociais do mundo vivido. A esfera da moral, se estabelece como domínio onde se elaboram e se impõem as normas e princípios que regem a ação social. Nela se instauram “discursos práticos” que buscam a adequação permanente a e legitimação destas normas. A esfera da arte é o espaço na qual ocorre a expressão da subjetividade dos atores sociais. Esta esfera permite o questionamento das estruturas sistêmicas e das outras esferas, possibilitando a transformação da subjetividade individual em intersubjetividade coletiva. Por fim, há a esfera da ciência, cujo escopo interessa aos objetivos deste trabalho. (FREITAG, 1995, p. 138-163)

modernidade, nós compreendemos [...] uma reflexão principiante, um espaço mais ou menos adiantado de crítica e autocrítica, numa tentativa de autoconhecimento” (LEFEBVRE, 1969, p. 275). Ele estava dizendo, portanto, que esta sensação só é possível graças à percepção de referenciais e à elaboração de sentidos simbólicos a eles atribuídos, o quais, em conjunto, podem caracterizar o indivíduo como pertencente a uma época adiantada em relação a outra. Seriam estes, portanto, os primordiais elementos formadores de uma “cultura de modernidade”, que ele entende por modernismo:

Por modernismo, nós compreendemos a consciência que tomaram de si mesmos as épocas e os períodos, as gerações sucessivas; o modernismo consiste, pois, em fenômenos da consciência, em imagens e projeções em si, exaltações feitas de muitas ilusões e de um pouco de perspicácia. O modernismo é um fato sociológico e ideológico. (LEFEBVRE, 1969, p. 275)

Deve-se registrar que Lefebvre não se ateu à preocupação de fornecer delimitações temporais claras para a modernidade, mas ele localiza um uso primitivo da ideia de “moderno” em seu país, a França, onde o termo teria começado a circular no final da Idade Média (século XV), em cidades francesas nas quais a burguesia urbana denominava moderno “aquilo que estava fora de moda”. Um dos usos detectados diz respeito à música, naquele contexto considerada uma atividade de vanguarda, pois situava-se no campo da criatividade e do deleite sensorial, em oposição ao caráter ordinário dos trabalhos braçais. Segundo o autor, este uso se inseria na “emergente dicotomia entre o antigo e o moderno”, uma reconfiguração da dinâmica “velho x novo”.

Em síntese, este autor pensa a modernidade como um “estado do ser” fomentado por um “estado das coisas”. Nesta relação, as realidades materiais originam construções psicológicas que colocam em perspectiva comparativa aquilo que se considera “novo” e o que se considera “antigo”. Nesse sentido, o modernismo é a manifestação ativa desta consciência de diferenciação, porém, posicionada em favor do novo, sem assumir postura crítica diante dele. O modernismo é, portanto, “o culto do novo pelo novo” ou o “fetiche pelo novo”, cujo princípio o autor situa no século XIX, associado ao cientificismo, ao positivismo e, vivenciado na França, especialmente na Belle Époque, quando teria se consagrado o fenômeno cultural do “estilo moderno” (LEFEBVRE, 1969, p. 198).

Seguindo na seara das reflexões filosóficas, buscamos, por fim, um pensamento que nos proporcionasse condições de caracterizar o ambiente de uma cidade erigida sob as expectativas de uma modernidade anunciada. A crítica da modernidade e do modernismo proposta pelo estadunidense Marshall Berman em “Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade”, nos auxilia nesta reflexão ao apresentar parâmetros mais tangíveis para a

modernidade, conforme percebida nas primeiras décadas do século XX. A partir de suas colocações, construímos uma imagem da modernidade urbana esperada na jovem Goiânia dos anos 1940, onde o fascínio da modernização convivia com os temores em relação às rápidas transformações e com as decepções relacionadas a algumas de suas consequências que não representavam a “utopia de modernidade” prometida. Este cenário de ambiguidade em relação à modernização se manifestou fortemente em Campinas, nos anos em que se seguiram à inauguração de Goiânia. Berman, assim descreve o ambiente urbano que, para ele, seria o cenário representativo da modernidade conforme concebida no início do século XX:

Se nos adiantarmos cerca de um século para tentar identificar os timbres e ritmos da modernidade do século XX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais, prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano, jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de mídia que se comunicam em escala cada vez maior. (BERMAN, 1986, p.18)

Na mesma perspectiva, o autor explora a situação do indivíduo inserido neste cenário, descrevendo, como característica essencial do indivíduo moderno, uma postura contraditória em relação ao novo e às suas consequências potencialmente transformadoras da realidade até então conhecida. Disto resulta um perfil conflitante, que transita entre a ação modernizante e a reação conservadora:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e, frequentemente, destruir comunidades, valores, vida e, ainda, sentir-se compelido a enfrentar essas forças e lutar para mudar o seu mundo, transformando-o em nosso. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz. (BERMAN, 1986, p.12-13)

Neste ponto, a modernidade pode assumir a condição de espaço a ser disputado, onde o elemento moderno, autoconsciente, se coloca como agente da transformação. Quando este agente assume um discurso em prol da modernidade que pretende representar, temos o exercício do modernismo, conforme apontado por Lefebvre (1969). Concluimos que esta descrição se aplica aos personagens centrais da narrativa construída neste capítulo, em diferentes medidas.

Pedro Ludovico foi um moderno e, destacadamente, também um modernista. Aplicando a ideia de Berman (1986), afirmamos que Ludovico se fez, como personagem político, manobrando habilmente a contradição de ser um “revolucionário-conservador”. Ao invés de se deixar encurralar por esta condição, ele soube atuar dentro dela, trabalhando pela mudança das estruturas políticas e culturais do Estado, mesmo estando preso a elas. Por isso, seu afã modernizador possuía limites, os quais analisaremos a seguir.

Já Lígia Rebelo foi uma agente incumbida da execução de um projeto que se inseria no amplo projeto de modernização do Estado. Como diretora de uma unidade escolar peculiarmente revestida do simbolismo de ser a primeira, e por algum tempo, a única instituição de ensino pública de nível avançado da região (para os padrões da época, em que se consideravam os níveis seguintes à formação elementar, uma formação significativa), ela foi alçada à condição de condutora e responsável pelo sucesso do empreendimento. Nesta condição, percebe-se a busca pelo equilíbrio entre os papéis sociais de educadora e burocrata. Desta forma, ela atuou fazendo a ponte entre as diretrizes do Estado e os anseios da sociedade. Parte substancial do seu trabalho consistiu em administrar, pela via pedagógica, no cotidiano da comunidade do Colégio Pedro Gomes, a inserção da juventude nas transformações culturais pelas quais a sociedade goiana vinha passando, ao mesmo tempo em que lidava com os limites disciplinares impostos à educação escolar naquele complexo contexto sociopolítico, que foi se alterando ao longo dos dez anos em que desempenhou tais funções.

Ambos se colocam, cada um à sua maneira, como agentes promotores e executores de processos que estavam em curso, capturando a oportunidade de liderá-los. Tanto no caso de Pedro Ludovico, que foi nomeado pelo presidente da República para conduzir um processo nacional no âmbito da política estadual, quanto no de Lígia Rebelo, que foi nomeada como diretora e sustentou sua permanência por um período significativo, percebe-se a “expectativa de criar e conservar algo real”.

Estas considerações encontram outros subsídios, que as reforçam, na reflexão proposta pelo professor e historiador Antônio Paulo de Moraes Rezende em sua tese de doutoramento, defendida em 1993. Em seu raciocínio, a modernidade e seus derivados estão visceralmente entrelaçados nas relações sociais estabelecidas entre os indivíduos e instituições modernas. Ao alterar a vida material, o ambiente social, como um todo, se modifica em função da modernidade. Segundo ele, este processo ocorre em praticamente todos os espaços:

A modernidade e todas as suas possíveis derivações têm sua materialidade que atinge o cotidiano da sociedade e modifica as relações sociais. As suas repercussões, a sua penetração nos múltiplos espaços do fazer político, social, econômico, dizem muito das relações de poder existentes. Efetivamente é um processo contraditório, cria conflitos, destrói valores, inventa concepções de mundo e de vida. (REZENDE, 1993, p. 145)

Deste modo, percebe-se que os projetos de modernização são elementos relacionados a projetos de poder cujo sucesso depende da desconstrução de valores e estruturas anteriores para que novas concepções inventadas ocupem os lugares daquilo que se julga ultrapassado. Para abordar as estruturas de poder na modernidade e relacionar projetos de modernização com projetos de poder, recorreremos às leituras sociológicas.

No âmbito da Sociologia, em princípio consideremos o quão é cara a esta ciência a discussão sobre “o problema da modernidade”. Assimilemos, pois, a constatação do professor Sérgio Duarte da Silva (1997) de que as teorias interdependentes da modernização e da modernidade são, em boa parte, a própria “história da Teoria Sociológica” (p. 10), pois a Sociologia nasce, no século XIX, interessada primordialmente nas consequências da modernidade. Portanto, desta ciência provém contributos pioneiros na abordagem da condição moderna como problema.

Em sua obra, justamente denominada “As consequências da modernidade”, Anthony Giddens (1991) explica que “os três patriarcas fundadores” da ciência social se ocuparam do tema, amalgamando-o ao próprio desenvolvimento inicial dela. “Tanto Marx como Durkheim viam a era moderna como uma era turbulenta, mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam suas características negativas” (p. 13), ao passo que “Max Weber era o mais pessimista entre os três, vendo o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material seria obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais” (p. 13).

Sendo assim, interessa-nos a concepção weberiana de modernização, que nos ajuda a pensar a modernidade em sua abrangência estrutural, especialmente no que tange às relações de poder. Isso importa, pois analisaremos o exercício do poder por Lígia Rebelo, enquanto diretora do Colégio Pedro Gomes, à luz da perspectiva da dominação. Nesse sentido, a compreensão do conceito de burocracia é essencial, uma vez que seu trabalho possuía as características de um trabalho inserido na burocracia estatal e ela, como agente de um projeto de modernização, atuou como burocrata.

Grosso modo, Weber identifica modernização à racionalização⁷, que por sua vez, está ligada à burocratização⁸. Eis a essência de seu “paradigma da modernização societária”. Desta concepção, subentende-se que a ideia de modernidade é, conceitualmente, a síntese do próprio “mundo ocidental racionalizado” pela impessoalidade que reveste as relações na economia capitalista, pelo Estado burocrático que trabalha em favor do ordenamento e da manutenção deste sistema, e pela dessacralização da cultura tradicional.

⁷ Para Weber “racionalização” é a institucionalização da “racionalidade instrumental”. Nesse sentido, a título de exemplo, um processo de racionalização da economia de mercado, seria a contabilidade, da administração pública, a burocratização aparato estatal, das relações sociais, a judicialização baseada no direito moderno.

⁸ Weber não apresenta de forma objetiva seu conceito de burocracia. Basicamente, ele a apresenta como uma forma organizacional inerente às instituições modernas, entre elas o Estado. Ele está mais preocupado com suas consequências. Ao desenvolver sua teoria de sociologia política, Weber teoriza sobre as formas de dominação e de legitimação do poder através do qual ela ocorre. Nesta teoria, ele descreve três formas ideais de dominação legítima: a tradicional, a carismática e a racional-legal. A burocracia assume papel central no terceiro tipo.

A propósito da compreensão do processo de burocratização do Estado enquanto organização, devemos primeiro apontar as características gerais da burocracia. Marcos Augusto Maliska (2006) reúne os seguintes elementos encontrados em Weber, no texto *“Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der Verstehenden Soziologie”* / *“Economia e sociedade: Esboço da compreensão da Sociologia”*:

“Têm-se que as atribuições dos empregados são fixas, definidas. No mando, os poderes são distribuídos de forma clara e delimitada e, na execução, cada um tem tarefas definidas. Num e noutro caso as responsabilidades são específicas. Existe um sistema organizado de mando e subordinação. As autoridades superiores inspecionam as inferiores, podendo estas apenas apelar. O mando é vertical e descendente, sendo a forma hierárquica mais desenvolvida aquela em que no topo da pirâmide há uma só pessoa (monocracia). A Administração é baseada em documentos. Para efeitos da administração, só tem existência eficaz o assunto registrado por escrito. Ocorre uma nítida separação entre as atividades burocráticas e as atividades pessoais dos empregados, bem como entre os bens da administração e os bens pessoais dos empregados. Os empregados são protegidos mediante um estatuto e mediante a garantia de uma remuneração regular em dinheiro. O recrutamento para ocupação das vagas existentes se dá por meio de provas e diplomas.” (MALISKA, 2006, p. 26).

Percebida como notavelmente abstrata, a abordagem de Weber é fruto de seu método baseado na elaboração de tipos ideais. Para Silva (1997), “o tipo ideal é a marca do caráter construtivo dos procedimentos weberianos”. É um “conceito marcado pela pureza abstrata conseguida pelo exagero, pela racionalização utópica e pela coerência lógica” (SILVA, 1997, p. 30). Encontramos, contida nesta forma de pensar a realidade - a partir da concepção de tipos ideais - uma marca patente do momento intelectual em que Weber viveu e produziu sua obra, sendo marcadamente influenciado pelo positivismo e suas pretensões de racionalidade e objetividade absolutas, expressas através de métodos. Por fim, Silva explica que o tipo ideal weberiano é uma “imagem do real” e não possui a função de captar a essência das coisas, mas simplesmente “organizá-las a partir de um critério assumido conscientemente” (SILVA, 1997, p. 30).

Pelos motivos apontados por Silva, e visando a adequada transposição do tipo ideal para circunstâncias coerentes com a realidade do Estado moderno brasileiro - no qual nosso objeto se insere - consideramos pertinente a acomodação, entre os referenciais teóricos desta pesquisa, da crítica promovida pelo sociólogo Milton Bins. Ao investigar a aplicação do tipo ideal do burocrata, ele aponta seus limites dentro real-política brasileira, impregnada pelo patrimonialismo, estabelecido entre suas práticas desde o período colonial. Assim, ele propõe um caminho para a construção de uma ideia abrangente à burocracia brasileira real. Segundo o autor, os interesses políticos de indivíduos e organizações, como os partidos, incidem sobre as esferas da administração estatal, sendo determinantes nos desvios observáveis em relação ao tipo ideal. Nesse sentido, Bins avalia que:

Existe o mito de que a administração (pública) pode ser separada da política. Os partidos políticos e outros grupos de interesse disputam avidamente os cargos públicos em razão dos vastos recursos de poder que os mesmos [sic] propiciam. Os costumes tradicionais – o paternalismo, o nepotismo, o clientelismo etc., costumam adentrar às organizações. Não há distinção nítida entre os bens públicos e os bens privados, tornando-se, o cargo – de alto a baixo na hierarquia fonte de lucro pessoal e de toda sorte de outras corrupções. (BINS, 1985, p. 41)

A partir das abordagens sociológicas, extraímos elementos que nos permitiram refletir sobre o trabalho burocrático na educação pública, uma vez que os elementos teóricos discutidos conduzem ao apropriado enquadramento da escola pública como um organismo que compõe a estrutura de poder do Estado. Como tal, a escola cumpre funções relacionadas à sua legitimação e manutenção. De forma sistêmica, faz-se necessária a existência de operadores e executores dos projetos emanados das escalas hierarquicamente superiores na administração pública. A função de diretora/ gestora escolar, exercida de forma longeva por Lígia Rebelo no Colégio Pedro Gomes, possuía esta exata natureza. Discutimos, de maneira aprofundada, esta questão, adiante.

Considerando que as diversas caracterizações da modernidade apresentadas até aqui se complementam para fornecer subsídios adequados à construção de uma visão geral sobre o ambiente de modernização no qual nosso objeto se insere, propomos, agora, avançar para uma abordagem que tomará os fenômenos da modernidade e da modernização como fatos historicamente construídos nas realidades socioeconômicas e culturais do Brasil e de Goiás. Com efeito, elementos dotados de especificidades que devem ser conhecidas, na medida em que impactaram de forma determinante sobre o objeto desta pesquisa.

1.2 “Modernidade à brasileira”: desenvolvimento do paradigma da modernidade e seus usos políticos no contexto nacional

“As palavras mais repetidas na primeira metade do século XX foram ciência, progresso e modernidade” (DEL PRIORE, 2017, p. 219). A afirmação da historiadora Mary Del Priore pode, à primeira vista, parecer exagerada. Na verdade, a contundente afirmação da autora é um recurso estilístico que explicita sua busca pela mais objetiva síntese possível de um momento cultural amplo, cujo contexto certamente foi vivenciado de formas diversas no imenso território brasileiro. Por seu tom resolutivo, a frase é um eficiente artifício para chamar a atenção do leitor para um argumento sustentáculo deste trabalho: o paradigma da modernidade adquiriu tamanha importância no Brasil na primeira metade do século XX, entremeando-se, através da arte, da política e da estética, no imaginário e no cotidiano, a ponto de dominar aspectos da cultura geral sistematizada em torno de discursos hegemônicos. Assim, qualquer acontecimento estruturado

nos espaços de pensamento, de debate, da ação política e da vida pública naquele período - que abarca o momento em Lígia Rebelo desenvolveu sua trajetória profissional na educação - foram influenciados por estas perspectivas.

Diante dos conceitos e reflexões expostos até aqui, algumas questões tornam-se prementes. Primeiramente: como podemos compreender historicamente o contexto apontado? Como historiadores, nossa sanha é buscar por princípios explicativos situados no tempo, investigando origens e compondo trajetos. Então, esta é uma questão cuja busca por resolução conduz à seguinte especificidade inquisitiva: como podemos situar, no tempo e no espaço, as manifestações da modernidade no Brasil até chegar ao contexto de modernização em que a gestão de Lígia Rebelo no Colégio Pedro Gomes estava inserida?

Para tentar responder à questão posta, como ponto de partida, vamos adotar a premissa sustentada pelos referenciais estrangeiros anteriormente citados, de que a ideia de modernidade possui sua origem na Europa e que, a partir de lá se irradiou para outros lugares sob sua influência econômica e cultural.

Ao transpor esta lógica para a realidade interna do nosso país, admitimos também a existência de uma relação de hierarquia entre os diferentes espaços que integram cadeias nacionais e regionais baseadas em trocas econômicas e interações culturais. Nesta relação, os entes envolvidos (as regiões, Estados e cidades) assumem posições relativas, de polos geradores e consumidores. Esta análise não alcança apenas a produção da vida material, como também abrange a produção e circulação de ideias e comportamentos. Por conseguinte, subentende-se que tal situação atinja, também, o campo ideológico, no qual o modernismo, apontado como a ideologia da modernidade, se inclui. Este exercício é necessário pois explicitaremos, com base na historiografia consolidada, um possível caminho cronológico, desde a chegada dos primeiros referenciais do pensamento moderno no Brasil até suas manifestações e expressões mais recentes, selecionando aquelas que julgamos terem tido mais impacto na realidade do Estado de Goiás.

Como vimos, o fenômeno da difusão internacional da ideia de modernidade, aos moldes europeus, vem se desenvolvendo desde o final do século XV, no contexto da principiante globalização concernente à estruturação de um sistema socioeconômico mercantil ultramarino. Este sistema foi articulado em torno dos interesses colonialistas das potências mercantis europeias. A acumulação de capitais que ele possibilitou, ao longo de três séculos, construiu as bases para os outros marcos catalizadores da experiência moderna ocidental: a emergência do capitalismo industrial, que, por sua vez, levou ao fenômeno imperialista do XIX, com seus efeitos diretos extensivos ao século XX. Como resultado disso, sobre as nações subjugadas pelo

colonialismo, incidiram-se dinâmicas internas de ocupação e exploração dos territórios que consideravam exclusivamente seu potencial para atender aos interesses do projeto colonizador/imperialista. Assim, uma patente assimetria se desenvolveu entre as regiões potencialmente mais próximas e as mais distantes de atender a tais interesses.

No Brasil, as regiões mais intensamente integradas ao capitalismo internacional desde suas etapas mais primitivas, foram, a partir do período colonial, mais expostas à presença e à circulação de indivíduos e ideias vindos de fora. Este não foi o caso do processo de formação societária experienciado em Goiás no período moderno, pois foi um fenômeno observado, em geral, nos centros urbanos litorâneos e suas zonas satélites, integradas como polos produtores de gêneros agrícolas de interesse ou centros de comércio receptores de considerável afluxo de pessoas.

Com relação às ideias inerentes às expressões culturais da modernidade, as primeiras manifestações nos territórios da América Portuguesa foram provenientes da chegada dos ecos do Iluminismo, que influenciaram a emergência de um pensamento político liberal ainda embrionário, vislumbrado em diferentes nuances e intensidades em alguns dos diversos movimentos contestatórios do domínio colonial no século XVIII.

No século XIX, notou-se novamente a influência de tendências oriundas do ideário político moderno na cultura brasileira, especialmente a partir das discussões estabelecidas nos meios intelectuais e políticos sobre temas como federalismo, republicanismo e abolicionismo.

Durante o período imperial, a capital nacional recebia, mais que qualquer outro local do país, estas influências de forma mais direta. Isso teve reflexos nas dinâmicas da vida cotidiana, incidindo em questões relativas à estética urbana e cultura geral. A elite carioca, sempre que possível, buscava “emular” tais influências através da arte, das ciências, da arquitetura e de modismos diversos relacionados a vestuário, comportamentos, linguagem etc.⁹. Neste contexto, há, na historiografia, quem aponte para estas manifestações localizadas como uma “Belle Époque Brasileira”, ocorrida à sombra do fenômeno original, alusivo à modernização urbano-industrial francesa. Naquele momento, observaram-se esforços simbólicos e materiais que sugeriam que “várias das principais cidades do Brasil tentaram se tornar “filiais” de Paris, ou pelo menos copiar a maior parte de suas “modas”, já que a França estava tão em alta e representava o ápice da Modernidade do início do século XX”. (LIMA, 2017. p. 10)

⁹ Consideramos importante promover a apreciação destas representações pois, em nosso entendimento, elas seriam as manifestações primárias da modernidade periférica do Brasil, cujos desdobramentos são aprofundados teórica e criticamente, neste trabalho, adiante.

Em relação a estas manifestações, observaram-se, na capital federal, desde 1808, processos descontínuos de assimilação forçosa, em movimentos que oscilavam entre a rejeição e a fascinação, a depender das conveniências conjunturais e dos estratos sociais envolvidos. Diante de cada avanço sinalizado pela chegada de eventos e valores relativos à modernização da vida na cidade, reverberava uma aparente sensação geral que mesclava “euforia e desespero, futurismo e niilismo, revolucionarismo e conservadorismo, louvor e denúncia tecnológica”. (BRADBURY; MACFARLANE, 1989, p. 16 Apud. CHAUL, 2015, p. 185).

A aproximação do ano 1900 trazia consigo uma energia caótica, da qual derivava um ambiente cultural de assombro e esperança que traduzia o peso psicológico que pairava sobre a ideia de “fim do século”, gradativamente substituída pela ideia de “novo começo”. Em síntese, a produção literária e jornalística da época sugeria uma “alegre adesão à crença de que a antiga cultura havia acabado e profunda angústia e receio diante desse fim”. (BRADBURY; MACFARLANE, 1989, p. 16 Apud. CHAUL, 2015, p. 185).

Ambiente social amplamente contemplado pelo interesse historiográfico nacional, a cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX era o caldeirão que concentrava todas estas emoções¹⁰. Foi nele em que o jovem vilaboense Pedro Ludovico estudou medicina entre 1910 e 1916, dos seus 19 aos 25 anos. Naquela altura, o centro político do país havia se consolidado, também, como capital cultural, à qual Nicolau Sevcenko (1998) atribuiu a condição de principal núcleo irradiador de tendências modernas para o restante do país, embora não estivesse sozinha no cenário de introdução do pensamento moderno e das expressões do modernismo, no Brasil, na virada do século.

Importante constatar que cidades como Recife e Salvador¹¹ - de onde intelectuais vinculados às faculdades de Direito e Medicina pensavam a situação nacional à luz das modernas teorias científicas do momento – além de Belém e Manaus¹² – que passavam por intensas transformações modernizantes consequentes da exploração do látex - jamais conseguiram estender sua influência cultural pelo interior do centro-sul do país.

¹⁰ Ver: “SEVCENKO, Nicolau (Org.) História da vida privada no Brasil: da Belle Époque à era do Rádio. 3ª Ed. v.1. Companhia das Letras. São Paulo, 1998”.

¹¹ Ver: “SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). 1ª Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1993”.

¹² Ver: “Ver MALHEIROS, Rogério Guimarães.; ROCHA, Genylton Odilon Redo da. A cidade de Belém e seu processo de modernização: aspectos históricos, econômicos e sociais e sociais aceca da constituição dos ideais de progresso e civilização (1840-1870). Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade/Unicamp, v. 5, p. 178-212, Campinas, 2013”. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/index>>. Acesso em 09 de outubro de 2024.

A cidade com o maior, mais importante e mais movimentado porto do país era, então, o cartão de visitas do Brasil, atraindo estrangeiros, por curiosidade ou negócios, e brasileiros de outras cidades, muitos deles estudantes e trabalhadores. Muitos se decepçionavam, é verdade. Especialmente visitantes estrangeiros, como é fartamente apontado nos estudos que abordam relatos de viajantes. Mesmo assim, dentro do cenário nacional, o Rio de Janeiro parecia ser a locomotiva da modernidade cultural que puxava o país em seu encalço. Mary Del Priore assim resume a importância da cidade para o país, neste aspecto, conferindo-lhe um status que perdurou desde a Proclamação da República, permanecendo enquanto ela foi mantida como capital federal: “a capital, graças à telegrafia sem fio, telefone, meios de transporte, aviação, imprensa, indústria fonográfica, rádio e cinema, teria o papel de caixa de ressonância das transformações em marcha no mundo” (DEL PRIORE, 2017, p. 219). A autora ainda resgata a expressão freyreana que consagrava o Rio de Janeiro dos anos 1920 como “a cidade pan-brasileira”, a cidade que “ditava modas, comportamentos, mudava valores, modos de vida e disposições característicos de uma nova época” (DEL PRIORE, 2017, p. 219).

Nos estertores do império, apenas uma cidade parecia ter condições de rivalizar com o Rio de Janeiro no âmbito das manifestações da modernidade no Brasil: São Paulo, onde circulavam significativos capitais oriundos da atividade cafeeira e se pronunciava o princípio do processo de industrialização brasileiro¹³. Não por acaso, foi nesta emergente metrópole, que a modernidade brasileira se manifestou da maneira mais pungente e intelectualmente estruturado até então, tendo seu discurso exacerbado na forma do Movimento Modernista, que expressou seus valores na Semana de Arte Moderna, realizada no Theatro Municipal de São Paulo, entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922¹⁴.

Enquanto o Movimento Modernista influenciava acalorados debates nos meios intelectuais e artísticos restritos às elites, interessadas em seus desdobramentos estéticos, poéticos e literários, mesmo no Eixo Rio-São Paulo, as manifestações modernizantes no campo da política ainda não eram tão explícitas, conscientes, nem populares entre os dirigentes oligarcas. Grosso modo, limitavam-se, nos primeiros anos do século XX, a menções pontuais aos “melhoramentos” promovidos com a chegada de novas tecnologias urbanas e a apropriações oportunistas de um discurso nacionalista-futurista, ou nacional-primitivista, que em 1926 inspirara Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado na publicação do “Manifesto

¹³ Ver: “SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. Companhia das Letras. São Paulo, 1992”.

¹⁴ Ver: “OLIVEN, Ruben George. Cultura e Modernidade no Brasil. São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 2, p. 3–12, abr. 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000200002>>. Acesso em 09 de outubro de 2024”.

Verde-Amarelo”, cuja adaptação para o plano da política eleitoral e institucional se consumou na criação do Movimento Integralista, em 1932.

Portanto, até a primeira metade da década de 1920, a transposição do modernismo para a seara instrumental do discurso político-eleitoral ainda parecia, especialmente para os situacionistas, desnecessária ou até descabida. Essa concepção de modernização política, formatada dentro do conservadorismo das elites hegemônicas sudestinas, originou, entre os grupos sociais mais próximos dos centros do poder federal, a sensação simplista e paralisante de que o regime republicano, da forma como estava arranjado, já bastava como fator de modernização para o país. Uma perspectiva por demais centralizadora e estanque, que lhes custaria caro.

Para Chaul, aqueles que entendiam que “no plano político nacional, a República, por meio das alterações políticas e sociais, já significava um passo à frente em relação ao projeto de modernização do país” (CHAUL, 2015, p. 181), construíram condições ideais para o crescimento de uma perspectiva contrária, pois, naturalmente, esta impressão não era compartilhada por todos os atores políticos observados no cenário ampliado da política brasileira. Quanto mais distantes do poder central, não só geograficamente, mas principalmente do ponto de vista político-ideológico e simbólico, mais propensos estavam à adesão aos anseios por mudanças no modelo.

Antes da terceira década do século XX, as mais modernas ideias circulavam de maneira difusa entre aqueles que discutiam, nas câmaras de poder, nos jornais e em outros espaços privilegiados, o(s) projeto(s) de nação republicano e o “destino do país”. Neste relativamente estreito debate público, transitava-se entre concepções que estavam em voga nos campos jurídico, médico e filosófico. Assim, através de discussões sobre o papel do Estado e sua influência sobre as características raciais, culturais e econômicas, presentes e futuras, do país, tangenciava-se alguma preocupação estrutural com os rumos da educação e com as condições sanitárias da população (o que mais tarde seria enquadrado no âmbito das políticas de educação e saúde públicas). Muito deste debate estava fortemente impregnado das visões positivistas, darwinistas-sociais e eugenistas oriundas da Europa e dos EUA. Os defensores de tais abordagens depositavam as esperanças de se alcançar o sonhado progresso nacional na cópia de modelos europeus e estadunidenses, estabelecendo como um dos focos prioritários a elaboração de projetos que conduzissem ao “branqueamento geral da população” (SCHWARCZ, 1993, p. 309-312).

Em um país assolado por endemias, parecia legítimo o condicionamento da modernização econômico-social à resolução dos problemas crônicos de saúde que afligiam os

contingentes de mão de obra disponíveis. Nesse sentido, Maria Helena Capelato elucidou a correlação entre os fatores “saber médico”, “poder” e “modernização”: “o saber médico, valorizado em termos de progresso e modernização do país, foi especialmente útil aos que se preocupavam em disciplinar a força de trabalho” (CAPELATO, 1989, p. 84).

Esta conclusão agrega sentido à nossa tese de que a educação formal, conduzida por agentes especializados do Estado nas instituições escolares públicas, seria uma forma de ampliar o alcance destas medidas disciplinadoras entre a população comum, compondo uma medida essencial aos projetos de modernização do país, juntamente com as ações sanitárias. Nesta mesma ótica, Chaul afirma que, para os intelectuais da modernização brasileira: “o remédio capaz de transformar o jeca-tatu em cidadão produtivo e ordeiro estava na disciplinarização, na educação, objetivo do Estado ao longo dos anos 30, principalmente após a decretação do Estado Novo” (CHAUL, 2015, 223-224). Após 1945, o processo de redemocratização da política nacional, ocorrido no contexto da Guerra Fria, contribuiu para a manutenção desta lógica, associando o progresso e o desenvolvimento nacionais à disciplinarização social, efetivada pelo condicionamento da cidadania à assimilação de valores cívicos e morais específicos¹⁵.

Naquele contexto, a emergência do discurso médico-sanitário como a primeira das soluções possíveis para as situações de atraso observadas no país, à luz das vertentes de pensamento da época¹⁶, também representou o fortalecimento simbólico de um determinado aspecto representativo da burocratização da política na modernidade brasileira, nos primeiros anos do século XX: a legitimidade discursiva baseada na autoridade técnica.

Especialmente através dos trabalhos coordenados por Oswaldo Cruz, operou-se, a partir da capital federal, um efetivo combate contra moléstias que assolavam o país há tempos, como a febre amarela, a varíola e a malária¹⁷. A princípio, a modernidade representada pelas

¹⁵ Ver: “SÁ, Nicanor Palhares. Política Educacional e Populismo no Brasil. Cortez Editora/ Editora Autores Associados. São Paulo, 1982”.

¹⁶ O professor Noé Freire Sandes interpretou as preocupações dos governantes e intelectuais da época, que se traduziram politicamente na forma de campanhas sanitárias e reformas na infraestrutura urbana das grandes cidades, como um imperativo determinante para a manutenção das relações econômicas da elite agroexportadora brasileira com o dito “mundo civilizado” europeu. Para a burguesia brasileira, modernizar-se era “acompanhar o ‘processo civilizatório’ que então ocorria na Europa, transformando a cidade em espelho da classe burguesa [...] Para garantir a continuidade dos negócios agroexportadores, era fundamental zelar pelo bom estado sanitário das cidades portuárias” (SANDES, 1989 Apud CHAUL, 2015, p. 216). Esta lógica, a princípio aplicada nas cidades portuárias, consideradas vitrines, foi estendida, mais tarde, às regiões interioranas do país, que como Goiás, dependiam exclusivamente da produção agropecuária para se inserir e se posicionar neste contexto.

¹⁷ Anos mais tarde, Pedro Ludovico abraçou a mesma preocupação observada no trabalho de Oswaldo Cruz transformando-a em Política de Estado, em Goiás. Fez isso ao sancionar o “Regulamento da Saúde Pública”, em 1931, antes de completar seu primeiro ano de governo. Isto demonstrava o tratamento prioritário atribuído à questão. O documento estabeleceu a criação da Delegacia de Higiene, subordinada à Secretaria de Segurança e Assistência Pública. O regulamento e as estruturas criadas objetivavam “erradicar as doenças transmissíveis

campanhas sanitárias causou repulsa, especialmente quando expôs uma população ainda ignorante, carente de esclarecimentos acessíveis, à novidade tecnológica da vacina contra varíola, em 1904. Entretanto, o sucesso das medidas, com resultados positivos percebidos já a curto e médio prazos, contribuiu para a consolidação do primeiro modelo de saúde pública abrangente, elaborado no Brasil: o sistema “sanitarista-campanhista”.

Com efeito, este contexto ressoou profundamente na política goiana, pois contribuiu para a ampliação da presença do discurso médico-sanitário na política, afirmando sua condição de discurso de autoridade. Esta situação guarda íntima relação causal com a construção da vida política de Pedro Ludovico e seu projeto de modernização para Goiás, erigidos com base no que Capelato denominou de “discurso sócio-médico, higienista e educador”, uma forma de fazer política através da manipulação da linguagem científica, atribuindo-lhe roupagem apropriada para “encobrir o exercício de dominação social a que o processo visava” (CAPELATO, 1989, p. 83).

No limiar do século XIX para o XX, outro acontecimento que, confessadamente, influenciou na composição de um imaginário moderno em Pedro Ludovico foi a transferência da capital mineira, cercada por circunstâncias muito parecidas com as quais ele lidaria anos depois. Assim como em Goiás, o discurso mudancista em Minas Gerais evocava argumentos baseados na suposta insalubridade de Ouro Preto e de sua “absoluta incompatibilidade com o crescimento populacional e demais dinâmicas da vida moderna”. Nas palavras do próprio Pedro Ludovico, o paralelo assim se estabelecia:

Foi este o dilema que se apresentou ao Governo de Minas, em 1893, quando os seus dirigentes se convenceram de que Ouro Preto, apesar do seu riquíssimo patrimônio histórico, já não poderia vanguardar, como capital política, o progresso do Estado. Faleciam-lhe, como falecem à cidade de Goiás, todas ou quasi todas as condições essenciais para se metamorfosear numa capital condigna e apresentável, que encabeçasse e dinamizasse o desenvolvimento da grande terra de Santos Dumont. Ali, como em Goiás, o critério da escolha do local fora determinado exclusivamente pela existencia do ouro. Os fundadores de Vila Rica, bem como os de Vila Boa, ávidos do valioso metal e imprevidentes da vida complexa das cidades do futuro, desconheciam totalmente os requisitos cuja falta viria, mais tarde, condenar as duas velhas vilas coloniais ao estacionamento ou ao desaparecimento. (TEIXEIRA, 1933, p. 117)

Para um modernista político em busca de afirmação, como Ludovico, o triunfo do projeto mudancista mineiro deixou clara a força potencial do discurso de autoridade técnica instrumentalizado na política, além de ter oportunizado a inserção de questões relativas ao planejamento urbano, até então inéditas no Brasil, das quais ele se apropriou. Isto porque, em

mediante vacinações e cuidados especiais para com as 24 doenças que mais atingiam as populações urbana e rural de Goiás”. Os órgãos ficaram responsáveis, também, por “traçar normas sanitárias específicas para cada meio e fiscalizar o exercício dos profissionais ligados à saúde”. Monitoravam-se, ainda, “a higiene das escolas e dos estabelecimentos de serviços urbanos, além da produção de gêneros alimentícios”. (CHAUL, 2015, p. 223)

sua opinião, o Brasil teria testemunhado, mediante o anúncio do sucesso da empreitada de “construção de uma cidade planejada”, os frutos resultantes do profissionalismo de uma extensa equipe de engenheiros e arquitetos. Sob a chefia do urbanista Aarão Leal de Carvalho Reis, em dezembro de 1897, Belo Horizonte havia sido inaugurada, com construções ainda em andamento, para marcar simbolicamente a entrada de Minas Gerais no século XX. Logo, outra lição que ficava era de que atender ao afã do discurso político era uma prioridade que suplantava a efetiva conclusão de um projeto ou o cumprimento de uma promessa (como as que ele fizera aos políticos e à população de Campinas, no início dos anos 30, de que a construção de Goiânia tão logo resultaria em melhorias para a localidade).

Alguns anos depois da inauguração de Belo Horizonte, outro marco da modernização urbana no Brasil foi promovido pela iniciativa estatal, desta vez pelo governo federal em conjunto com a administração do Rio de Janeiro: a reforma urbana do centro e da região portuária da cidade, realizada entre 1902 e 1906.

Sob a influência do discurso higienista-sanitarista, mas também preocupado em preparar a cidade para o uso dos automóveis que chegavam por iniciativa dos mais abastados, o presidente Rodrigues Alves (1902-1906) sustentou como projeto político a necessidade de sanear e modernizar a capital nacional. Inspirando-se na reforma urbana de Paris, promovida pelo barão Georges-Eugène Haussmann entre 1852 e 1870, o engenheiro Francisco Pereira Passos, nomeado prefeito da capital com plenos poderes, liderou um processo de desconstrução e reformulação abrangente para os padrões nacionais. O espaço urbano carioca foi alterado ao mesmo tempo em que as brigadas sanitárias de Oswaldo Cruz tentavam alterar comportamentos, hábitos e mentalidades. Com isso, tinha-se em mente a adequação de todos os componentes da vida urbana aos parâmetros da modernidade em que se referenciava o audacioso projeto: higiene, saneamento, trânsito, paisagismo, iluminação pública e moradia.

Sem entrar no mérito das consequências sociais negativas do processo, que ficou conhecido como “Bota-Abaixo”, interessa-nos registrar que, somando-se aos outros processos de modernização promovidos no Brasil no início do século XX, os ecos da reforma de Pereira Passos também foram sentidos aqui em Goiás, reavivando-se no debate público assim que a notícia da possível mudança da capital começou a circular na Cidade de Goiás e pelo interior do Estado, em 1932¹⁸. Por um lado, a reforma do Rio de Janeiro servia de modelo exemplar

¹⁸ Em edição publicada em 1932, no Rio de Janeiro, a revista “A Informação Goyana” (1921-1935) trazia a seguinte nota pertinente à disputa que se anunciava: “O assunto mais palpitante neste momento em todo o Estado, é o da mudança da sua capital, projectada pelo Interventor Pedro Ludovico para outro local. No interior do Estado reina um verdadeiro entusiasmo pela ideia, sendo que a maioria é pela transferência da sede do governo. Na capital,

para a tese antimudancista. Pedro Ludovico, por outro lado, repudiava a proposta de reformismo urbano, argumentando que as características geográficas das capitais federal e estadual eram muito distintas entre si, inviabilizando qualquer tipo de comparação.

Todo esse cenário mostra como a ideia de modernização, compreendida como “progresso promovido pelo Estado” (CHAUL, 2015: p. 185-186), chegou até Goiás, em grande medida por meio de Pedro Ludovico, no bojo das consequências do movimento de 1930. As raízes desse processo a que chamamos de modernização regional são indissociavelmente ligadas a este personagem e a este contexto. Por isso, qualquer estudo a respeito dos processos de modernização em Goiás passa pelas ideias, ações e projetos de Pedro Ludovico e pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder nacional¹⁹. O elo que conecta estas duas figuras aos processos de modernização que originaram o contexto de criação do Colégio Pedro Gomes é a chamada “Marcha para o Oeste”.

Se ao longo da década de 1920, o governo federal se manteve praticamente indolente em relação às demandas relativas à inclusão do interior do país nos processos de modernização, isso deu margem à captura de tais anseios por parte das forças que se colocaram como oposição. Então, a mentalidade modernizante se instalou na política nacional em sintonia com o fortalecimento das aspirações de transformação do sistema político oligárquico, por parte daqueles se sentiam excluídos ou insatisfeitos com o status quo. Discursivamente incompatibilizada com o regime vigente e apropriada pelos opositores, a bandeira da modernização passou ser empunhada por movimentos organizados do operariado urbano, especialmente após as greves de 1917, também por ideólogos do autoritarismo reformador proposto pelo Movimento Tenentista, e até mesmo por representantes de oligarquias dissidentes, como as que deram origem à Aliança Liberal, em 1929.

Na cadeira de presidente, especialmente quando se viu sem as limitações impostas pela normalidade democrática republicana, Vargas quis representar um passo mais à frente, talvez

entretanto, dous terços são a favor, sendo a maioria contrária composta de grandes proprietários”. (In: CHAUL, 2015: p. 232)

¹⁹ Getúlio Vargas foi o primeiro presidente da República a visitar Goiânia. A ocasião teve forte apelo simbólico, pois demarcou o importante papel investido a Goiás no projeto de modernização e integração nacional estadonovista. O presidente foi recebido por Pedro Ludovico e Venerando de Freitas Borges, primeiro prefeito de Goiânia, logo após desembarcar no Aeródromo de Goiânia, à época localizado na região próxima ao final da Avenida Tocantins, atual Setor Aeroporto, no dia 05 de agosto de 1940. A manchete do jornal O Popular do dia seguinte, dia 06, destacava a frase que teria sido proferida por Vargas ao pisar na nova capital: “Minha visita a Goiaz é o início da Marcha para o Oeste” (BORGES, Rogério. Getúlio Vargas: minha visita a Goiaz é o início da Marcha para o Oeste. O Popular. Goiânia, 3 de abril de 2023. O Popular 85 anos, s.p.). Rildo Bento de Souza trouxe uma interpretação que reforça e amplia nossa percepção acerca do ocorrido: “o fato de Getúlio Vargas ser o primeiro presidente brasileiro a visitar Goiás, evidencia que houve uma melhora no papel político desempenhado pelo Estado” (SOUZA, 2015, p. 42).

um salto, em relação a uma concepção de modernização considerada tacanha, restrita aos centros litorâneos, observada, até então, na órbita de ação direta do Governo Federal. Ao abraçar demandas das forças políticas de apoio ao seu regime em regiões remotas, como as do grupo ludoviquista em Goiás, enxergou uma oportunidade de capilarizar estrategicamente sua força política, se fazendo presente também no imaginário construído em torno dos processos de modernização regionais, justamente em um momento em que a presença do Estado deveria ser sinônimo da ação pessoal de Getúlio Vargas.

Foi o sucesso político deste projeto de integração, implementado por vias autoritárias, que consolidou as décadas de 1930 e 1940 como o período paradigmático de amadurecimento do uso político do discurso de modernidade no Brasil, contexto no qual ocorreu, também, a disseminação desta ideologia entre as camadas médias urbanas das até então “atrasadas e isoladas” regiões do interior do país. O Estado Novo, como momento consolidador dos planos de centralização do poder por Vargas, e a Marcha para o Oeste, elaborada por ideólogos do estadonovismo²⁰, tiveram papel determinante neste processo que inseriu, definitivamente, Goiás no contexto da modernidade brasileira.

Embora de forma quase acrítica, devido ao pouco espaço para reflexão e à reduzida expressividade de uma intelectualidade local, as camadas médias de cidades como a jovem Goiânia e a antiga Campininha, passaram a receber, por meio da propaganda oficial e da imprensa aliada, argumentos pró-modernização que antes estavam restritos às elites dos grandes centros. Nos anos 1940, especialmente motivada pelo clima construído anteriormente e alimentado posteriormente ao Batismo Cultural de Goiânia, em 1942, a classe política se

²⁰ Destacam-se entre os principais idealizadores da Marcha para o Oeste, o jornalista e poeta paulista Cassiano Ricardo e o jornalista e político sergipano Lourival Fontes. Ambos são considerados burocratas intelectuais. Ricardo, com veia literária mais pronunciada é considerado, também, um dos ideólogos do Estado Novo. Segundo Arnaldo Daraya Contier (1990, p. 277), Cassiano Ricardo foi responsável pela elaboração de uma mitologia fundadora da Nação a partir dos Bandeirantes, da qual o Estado Novo seria legítimo herdeiro: o ímpeto modernizador do Estado, promotor da Marcha para o Oeste, representava um renascimento, em essência, do “aspecto civilizador” do movimento bandeirante. (CONTIER, 1990: p. 277). Os irmãos Coimbra Bueno chegaram a reivindicar para si a concepção da ideia que deu origem ao projeto da Marcha para o Oeste. Segundo afirmou Abelardo Coimbra Bueno, em depoimento prestado em 8 de junho de 1990, ao Programa de História Oral, promovido pelo Arquivo Público do Distrito Federal, ele e seu irmão apresentaram a ideia da Marcha para Getúlio Vargas, juntamente com a proposta de mudança da capital federal para o interior do território nacional. Vargas teria, então, se interessando pela proposta de sistematização da ocupação e exploração econômica do interior, mas descartou prontamente a possibilidade de tirar a capital do Rio de Janeiro. Esta situação parece ter gerado ressentimentos dos irmãos em relação ao grupo político apoiador do presidente. Abelardo registrou que a ideia da Marcha para o Oeste era fruto do idealismo dele e de seu irmão, mas foi oportunamente tomada pelo então Ministro da Propaganda de Getúlio Vargas, Lourival Fontes (1934 a 1942): “a ideia era puramente idealista, não queríamos nenhuma Cruz de Malta, nenhuma posição, nenhuma vantagem. Mas o Lourival Fontes me tomou a ideia e a transformou numa promoção demagógica. [...] Na verdade, na prática mesmo, a Marcha pro [sic] Oeste tava [sic] reduzida aos irmãos Villas-Boas. O resto era funcionário, cabide de emprego que estava aqui no Rio.” (BUENO, Abelardo Coimbra. Depoimento. Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990).

esforçou para demonstrar que Goiás havia entrado de vez, também na modernidade cultural brasileira²¹.

Era uma manifestação tardia, que pode ser entendida como mais uma demonstração de como nosso processo de modernização se deu em um contexto de modernidade era periférica. Na capital federal e em São Paulo, representantes das expressões artísticas e científicas do modernismo brasileiro já vinham, há anos, propiciando a constituição de um espaço para “repensar os significados de uma possível cultura nacional”, dando origem a um debate público, ainda que de alcance restrito, mas importante fomentador do despertar de uma autoconsciência da modernidade de nosso Estado-Nação. Não é exagero dizer que a contribuição de goianos a este cenário foi irrisória até a década de 1960, quando a transferência da capital federal para Brasília permitiu uma aproximação mais significativa da sociedade goiana com as ideias circulantes entre os representantes do poder nacional.

Portanto, é necessário admitir que o processo de modernização goiano ocorreu em paralelo, não em sincronia, com o que permitia e determinava o cenário nacional. Sob a égide de um regime autoritário implantado em 1937, essa autoconsciência cidadã de pertencimento a um Estado-Nação moderno foi, pela primeira vez, instrumentalizada e explorada politicamente para atingir as massas que, em grande medida, permaneceram alheias às discussões intelectuais anteriores, mas estavam atentas às alterações nas condições da vida material.

Então, a experiência da “modernidade à brasileira” foi moldada de acordo com a conveniência política, por agentes que a construíram ideologicamente em torno da ideia de progresso material induzido pela ação do Estado. Para as massas periféricas, esta foi a única possibilidade apresentada: modernizar-se era se vincular, enquanto sociedade, à identidade, ao desenvolvimento econômico e aos padrões culturais “nacionais”. Se esta mentalidade havia sido experimentada, pelas classes trabalhadoras, primeiramente nas grandes cidades da região Sudeste, a partir das décadas de 1930 e 1940, foi levada ao interior do país. A sistematização desse processo, que se desenrolou ao longo de grande parte do século XX, teve como marco inicial a Marcha para o Oeste.

²¹As primeiras manifestações, em Goiás, do Modernismo nas Artes Plásticas, ocorreram nos anos 1950, especialmente a partir da reunião de artistas plásticos como Antônio Péclat, Luiz Augusto do Carmo Curado, Nazareno Confaloni e Henning Gustav Ritter na Escola Goiana de Belas Artes (EGBA), fundada em 1953. Abordamos este assunto com maior profundidade no Capítulo 3. Contudo, a manifestação de características modernistas na literatura local ocorreu duas décadas antes. Considera-se que a primeira obra modernista publicada em Goiás foi o livro de poesia “Ontem”, de Leo Lynce (pseudônimo de Cileneu Marques de Araújo Vale), publicado em 1928. Ver: “MELLO, Márcia Metran de. Modernismo em Goiás. In: V Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual. Goiânia: UFG, 2012: p. 281-290”.

Mais que o nome de um projeto político com suas especificidades, a expressão “Marcha para o Oeste” foi utilizada como slogan político, uma bandeira, uma marca que pretendia resumir a relação do governo federal com o território e a população do interior do país. A expressão abarcava o conjunto de planos e ações, diretas e indiretas, da administração varguista – executadas em parceria com as interventorias, ou diretamente, pelas autarquias federais - nas regiões que compreendiam o “sertão brasileiro²²”, porção do território na qual Goiás era historicamente inserido. Seu foco era promover a interiorização da presença do poder central e da economia de mercado nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. Na prática, a “Marcha” englobou elementos ideológicos, publicitários (relativos à propaganda oficial)²³ e midiáticos, além de projetos político-econômicos propriamente ditos.

Oficialmente, a Marcha para o Oeste foi lançada pelo governo federal apenas no Estado Novo, em 1937. Apesar disso, sua ideologia já vinha sendo gestada, anos antes, pelos ideólogos do movimento de 1930, inclusive gerando Goiânia como seu primeiro e mais festejado fruto, ainda em 1933. As premissas ideológicas que sustentavam a Marcha para o Oeste remetem às

²² Enquanto categoria conceitual, sertão é um tema amplamente discutido academicamente, constituindo, por si só, um campo temático das Ciências Humanas e Sociais. A ideia de sertão remete às terras pouco ou nada ocupadas pelos colonizadores, desde os movimentos de Entradas e Bandeiras do século XVIII. No século XIX, o termo apareceu, juntamente com a noção do “homem sertanejo”, nas anotações de viajantes que passaram pelo interior do Império. Um destes foi o luso-carioca Oscar Leal, que publicou em Lisboa, em 1892 “Viagem às terras goyanas: Brasil Central”. Ali ele descreveu suas impressões sobre o que presenciou, chamando-nos atenção o seu olhar sobre as pessoas da região de Goiás, caracterizando o sertão e os sertanejos: “Ah, meu caro leitor, se tendes percorrido os nossos sertões, os lugares onde a vida é fácil por causa da caça e da pesca, deveis saber que essa gente caminha para o entorpecimento, para o tûmulo. Esta gente não fala – boceja, não anda – arrasta-se, não vive, vegeta” (LEAL, 1980: p. 26). Na Academia, estudos fundamentais como o da antropóloga Denise Maldí, consagraram a crítica histórico-antropológica do conceito, situando sua definição na cultura política brasileira contemporânea e no processo de construção de identidades nacionais: “a percepção do que é sertão se expressa amplamente, de forma dicotômica, na oposição litoral/ sertão [um sucedâneo do par cidade-campo]. Tal representação parece ter sido forjada dentro das transformações do advento da República no Brasil, que implicaram em uma profunda reorganização do espaço urbano, geográfico e político. A unificação política e a formação de um Estado moderno tiveram como bandeira ideológica a integração [entre estes ‘dois mundos’], na busca de uma identidade nacional” (MALDI, 1994: p. 15).

²³ A partir de 1940, o Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo (D.I.P.) elaborou e difundiu, principalmente por meio de cartazes e cartilhas, a campanha “Marcha para o Oeste: o verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o Oeste”. A frase de efeito foi um dos pontos altos de um dos discursos feitos pelo presidente Getúlio Vargas durante sua visita a Goiânia, em agosto de 1940. No dia 08, ele discursou para uma plateia de ávidos apoiadores, falando de improviso, na inauguração de uma organização local especialmente interessada pelo assunto, a “Associação Cívica Cruzada Rumo ao Oeste”. O contexto em que a célebre frase foi proferida explicita a associação que Vargas fazia entre a ação do governo, os objetivos da campanha e o desenvolvimento nacional: “o verdadeiro sentido de brasilidade é rumo a Oeste. [...]. Deste modo, o programa de ‘Rumo ao Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, pela integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. [...]. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras”. (VARGAS, 1940: p. 31-32).

reflexões intelectuais e ao antigo debate sobre nação, que foi fortemente retomado sob o nacionalismo estadonovista²⁴.

Desde o final do século XIX, intelectuais e políticos pensaram e debateram, dentro de seus nichos, sobre como as marcas da desigual organização socioespacial brasileira, constituída para a manutenção secular de uma economia escravista agroexportadora, refletiriam em obstáculos para a integração econômica e geográfica do Estado nacional. Esta reflexão permaneceu latente no que diz respeito à elaboração de políticas governamentais ao longo da Primeira República. Entretanto, depois de 1930, o assunto voltou a ser prioridade em um governo sedento por legitimidade e centralização, que pregava a renovação e a reconfiguração da realidade interna do país²⁵ em torno de si. Então, no regime do Estado Novo, a questão foi naturalmente assumida como um problema a ser contornado com políticas de Estado. Silva (1997) explica da seguinte forma os sentidos atribuídos à “Marcha para o Oeste” e sua importância, tanto para o governo federal, quanto para Goiás:

A integração do Brasil e sua consequência lógica, a conquista socioeconômica do Centro-Oeste e da Amazônia, tinham sido proposições da propaganda do Estado Novo. A ideia de unidade era a justificativa básica para a implantação do regime que superou a fragmentação liberal da República Velha [*sic*]. O nacionalismo criava a comunidade ideal necessária à legitimação social do novo projeto político. A construção de Goiânia materializa o projeto de inserção de Goiás no projeto nacionalista em curso nos anos 30. (SILVA, 1997: p. 38)

²⁴ Gabriel Frias Araújo e Agnaldo de Souza Barbosa (2016: p. 73) apresentam o cenário do debate político-intelectual da época como um desdobramento dos esforços intelectuais construídos naquele campo no século anterior, porém, desta vez, em resposta às mudanças decorrentes da Primeira Guerra: “desde os anos 20, a o problema nacional ocupa o centro da reflexão intelectual. Em um contexto de crises, ligadas sobretudo aos feitos e reflexos deixados pela Primeira Guerra, “salvar a nação” torna-se uma das principais tarefas de que os intelectuais se incumbem. As tentativas de definir a nação ocuparam um espaço não menos privilegiado no debate intelectual do século anterior, como busca de uma entidade fictícia, uma construção discursiva capaz de sustentar e legitimar os Estados Nacionais” (ARAÚJO; BARBOSA, 2016: p. 73). A ascensão política de Getúlio Vargas e a construção de sua imagem política ocorreu neste contexto de instabilidade econômica, vivenciado em escala global, e cujas consequências políticas culminaram na crise dos regimes liberais, no pós-guerra. Este ambiente escancarou as contradições internas do regime oligárquico, criando condições para a emergência, no cenário nacional, de projetos políticos que se aproveitaram das discussões que vinham sendo travadas no intuito de repensar o Brasil sob diversos aspectos.

²⁵ Mariana de Castro Swchab (2010) explica a construção ideológica do Estado Novo como um amálgama produzido a partir de várias ideias convenientes à legitimação do regime no âmbito nacional, por isso, ideias românticas de nacionalismo adquiriram nova roupagem mais racional, sendo incorporadas a projetos de integração e desenvolvimento: “O Estado Novo procurou produzir, ou até mesmo se apropriar, de um conjunto de ideias e princípios pelos quais poderia se auto interpretar e justificar seu papel na sociedade e na história brasileira. Estas ideias não surgem em 1937, mas são produto do pensamento brasileiro desde o começo do século e de influências externas, que foram adaptadas ao projeto oficial do Estado Novo. Nota-se nessa nova literatura um abandono das características do romantismo, como o ufanismo, em troca uma visão mais científica da realidade brasileira, como a busca de diagnósticos dos problemas nacionais, o que se justifica também pela ascensão das ciências sociais no Brasil. Desta maneira, é possível interpretar a ideologia estadonovista como um processo de produção de significados, signos e valores na vida social, com a intenção de legitimar uma forma de poder político dominante. (SCHWAB, 2010: p. 28).

Portanto, é válido concluir que foi Getúlio Vargas quem levou a concepção de “Estado modernizador” ao sertão e, ao fazer isso, atingiu um patamar de ação efetiva e de construção simbólica em torno da modernização que ainda não havia sido experimentado por outro dirigente político no Brasil. Nas palavras de Chaul: “a Marcha para o Oeste constituiria o fruto momentâneo de uma prática sem precedentes no Brasil, a de interiorização do país, ou, em outras palavras, a da construção da modernidade na selva” (CHAUL, 2015: p. 260).

Do ponto de vista político, a Marcha para o Oeste deu tão certo que, dali em diante, este aspecto da administração varguista “fez escola” entre os projetos político-econômicos que seriam chamados “desenvolvimentistas”, os quais seriam promovidos sob diferentes moldes por outros governantes nacionais. Do Plano Salte, de Dutra, às superintendências de desenvolvimento criadas na Ditadura Civil-Militar, observa-se, em diferentes nuances e contextos, a influência da mentalidade instalada no debate político e na administração pública federal, baseada na associação direta entre progresso socioeconômico e elaboração de projetos estatais de “integração nacional” em associação a políticas de “desenvolvimento regional”²⁶.

1.3 Processos de modernização em Goiás na primeira metade do século XX: a construção de uma modernidade periférica em um contexto de modernização conservadora

Uma vez localizados na conjuntura tempo-espacial a origem e as circunstâncias de desenvolvimento dos processos de modernização que incidiram sobre o Brasil até a sua introdução no Estado de Goiás, sigamos para a caracterização conceitual do fenômeno da modernidade e dos processos de modernização ocorridos em nível local, acompanhando os olhares lançados pela historiografia goiana sobre o fato histórico e seus marcos.

Ao se estabelecer como principal agente da modernização nacional no século XX, o Estado brasileiro se voltou para o interior, planejando e fomentando a composição de redes

²⁶ A esse respeito, Marco Aurélio Corrêa de Araujo (2016) afirmou que “o desenvolvimento regional no Brasil, desde 1943 até o final do regime militar brasileiro, em 1985, era uma questão de Estado. O Centro-Oeste foi, neste período, a região brasileira cujas intervenções federais exerceram papel mais decisivo na ocupação territorial. Os dois organismos de expressão, que foram veículos da intervenção federal no âmbito regional do Centro-Oeste, foram a Fundação Brasil Central (a FCB, fundada em 1943) e, posteriormente, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (a SUDECO, fundada em dezembro de 1967, já no governo Costa e Silva)” (ARAÚJO, 2016: p. 31-32). A FCB, criada no final do Estado Novo pelo decreto-lei nº 5878/43, existiu por quase 25 anos, atravessando os governos de todos os presidentes da Quarta República até ser extinta pela Lei nº 5365/67, a mesma normativa que criou a SUDECO e transferiu-lhe suas atribuições. A FCB órgão tinha como objetivo institucional oficial “desbravar a colonizar as zonas compreendidas entre os altos-rios Araguaia e Xingu, do Brasil Central e Ocidental”, o que foi, na prática, sintetizado nas metas básicas de “promover a urbanização e a modernização econômica e sociocultural, favorecendo, deste modo, a integração desta área de grandes proporções geográficas e de incalculável potencial econômico ao contexto nacional brasileiro” (MACIEL, 2005: p. 03 *Apud* ARAÚJO, 2016: p. 32).

urbanas e estimulando a abertura de fronteiras agrícolas, integradas entre si e ao restante do país, principalmente por meio de investimentos em infraestrutura de transportes e comunicação.

A partir de Vargas, foi posta em prática aquilo que Chaul denominou de “concepção demiúrgica de Estado”. Este “Estado-Demiurgo” era o condutor do projeto de modernização brasileiro orientado para a “salvação coletiva” dos efeitos do “atraso” e dos “perigos da desordem”. Visava-se garantir a unidade territorial e política mediante a proteção de uma identidade nacional forjada sobre mitos histórico-culturais e da permanente intervenção econômica planejada.

Deste modo, estabeleceu-se uma dinâmica interna no país, também baseada na lógica de centro e periferia, entre as regiões de integração mais recente ao projeto e as mais antigas. Como resquício do passado colonial, Goiás, até a primeira metade do século XX, foi integrado ao sistema capitalista internacional na condição de periferia da Região Sudeste, especialmente dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, além da capital federal, guardadas as devidas proporções. Dentro da ordem constituída vigente, o Sudeste brasileiro, por sua vez, representava o Brasil na condição de periferia econômico-cultural da Europa (até a década de 1930) e Estados Unidos (especialmente a partir de 1946). Nesta perspectiva, o Estado de Goiás ocupava a posição de “periferia da periferia”.

De acordo com tal entendimento, o avanço da economia capitalista no Brasil – visto como consequência de sua integração ao cenário do capitalismo internacional - é considerado o principal elemento impulsionador do desenvolvimento das diferentes regiões do país ao longo do século XX. Porém, cada região teria apresentado “diferentes níveis de acumulação”. Este processo resultou na formação de “polos modernos e atrasados”. Por consequência, “as regiões ditas atrasadas teriam sido absorvidas pelos núcleos economicamente hegemônicos, frutos do avanço da urbanização e da industrialização do país” (CHAUL, 2015: p. 183).

Logo, as áreas satélites, que orbitavam em torno da influência de outras, passaram a ser compreendidas como “áreas periféricas do capital”. Chaul propõe que Goiás, que era uma região pertencente a este conjunto, avançou significativamente dentro deste processo no início do século XX: “a partir da década de 1920, [Goiás] era uma região periférica que estava sendo integrada com maior dinamismo ao mercado capitalista”. (CHAUL, 2015: p. 183).

Diante da perspectiva exposta, consideramos que o contexto de modernização em que o Colégio Pedro Gomes se inseriu, desde sua criação até a década de 1960, foi um contexto de “modernidade periférica”. Portanto, adotamos, para efeito de análise, a caracterização da modernidade e da condição modernista no ambiente socioeconômico e cultural da “periferia do

capital”, conforme fora defendido por Luiz Sérgio Duarte da Silva (1997), quando caracterizou tais manifestações em realidades históricas nas quais o caso brasileiro se enquadra:

Nos países da periferia, a herança pré-capitalista é muito pesada e resistente. Os processos de racionalização (intelectualização, autonomização das esferas de valor, “desmagificação”) são limitados ou subvertidos. O mercado, o capital, o trabalho assalariado e a ciência, são forçados a conviver com formas de sociabilidade e dominação – baseadas em personalismo, religiosidade e tradição – bastante resistentes. [...] Nessas condições, uma ideologia do moderno (o discurso dos setores dominantes que tende a legitimar a ordem capitalista erigindo a condição moderna em valor em si, capaz de autoconferir-se positividade, principalmente por meio do seu grande símbolo, a razão), assume importância capital. (SILVA, 1997: p. 22)

Segundo o autor, a modernidade se manifesta na periferia, a princípio, de forma tosca, pois é carente do refinamento conceitual inerente aos modelos que toma como referência, devido ao fato de que estes modelos são impostos por pressões históricas ou circunstanciais originadas externamente, e sua aplicação tende a ser superficial e limitada por circunstâncias econômicas e culturais internas. Nesse sentido, o autor aponta, precisamente, que: “tanto no seu aspecto socioeconômico (a modernização), quanto na sua dimensão cultural (o modernismo), a condição moderna na periferia tende a ser grosseira, devedora do modelo que toma e ao mesmo tempo lhe é imposto” (SILVA, 1997: p. 22).

Caracterizar a modernidade em Goiás como “modernidade periférica” é necessário para interpretarmos as possibilidades políticas e discursivas com as quais os agentes da modernização estudados lidaram, dentro de um ambiente em que as estruturas econômicas historicamente constituídas estavam sendo confrontadas com a necessidade de adoção de novas posturas políticas e econômicas, as quais, por conseguinte, determinariam transformações culturais e sociais. Por isso, deve-se considerar que este cenário implicou na emergência de processos que demandavam certo grau de controle por parte das classes dirigentes. Neste aspecto, a educação escolar assumiu papel relevante, conformando um dos meios institucionais responsáveis pelo direcionamento das alterações culturais vinculadas aos processos de modernização econômica.

Nesse sentido, o Colégio Pedro Gomes foi construído física e simbolicamente como um instrumento a serviço da docilização das camadas médias e, ao mesmo tempo, serviu para a formação profissional, intelectual e moral dos novos atores políticos da sociedade local, bem como à composição de novas gerações de trabalhadores dos mais diferentes níveis, inseridos na dinamização econômica pretendida. Assim, o colégio teve como missão, naquele momento, performar como uma das muitas engrenagens que “fazia a roda do progresso econômico e social girar”. Por isso, esta análise é indissociável de sua raiz, fundada em processos político-econômicos, conforme demonstra a historiografia goiana que abordou o tema.

Deste modo, constatamos que a ideia de modernidade periférica, conforme adotada, é perfeitamente complementada pelo conceito de modernização conservadora²⁷. Se o primeiro conceito auxilia na explicação e compreensão do cenário, o segundo proporciona a devida apreensão da natureza do processo conduzido pelos agentes da modernização em Goiás, desde os operadores dos grandes projetos, como Pedro Ludovico, aos gestores da burocracia responsáveis por orientar e direcionar a aplicação de componentes destes projetos de modernização no cotidiano de setores específicos da sociedade, como Lígia Rebelo.

Nossa perspectiva se baseia no fato de que as teorias explicativas dos processos de modernização em Goiás no século XX, conforme identificou Chaul, atribuem forte importância a fatores econômicos. Ele explica que parte substancial da historiografia regional²⁸ consagrou a tese de que o desenvolvimento econômico-social local se deu em processos efetivamente caracterizados pelo conceito de “modernização conservadora” (CHAUL, 2015: p.183-184). Sob este horizonte, entende-se que, em associação com a condição de periferia, esta forma de modernização foi imposta na realidade local graças a condicionantes estruturais ligados ao “subdesenvolvimento” capitalista e aos interesses das classes dominantes.

Em contrapartida, o professor Barsanufu Gomides Borges foi uma importante voz responsável por estruturar uma crítica à naturalização historiográfica da análise dualista que colocou Goiás na condição de “atrasado”, em comparação com as “regiões modernas” do país. Em mesma medida, sua obra endossou a aplicação da teoria da modernização conservadora em

²⁷ O conceito de modernização conservadora foi elaborado por Barrington Moore Junior, em 1966 (na publicação original, em inglês, de “Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World” a qual, no Brasil, foi publicada em 1975 com o título “As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno”). O termo foi cunhado para analisar o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha e no Japão pré-industriais, onde, segundo o autor, a modernização econômica foi fruto de um pacto político estabelecido entre as elites tradicionais (proprietários de terra) e as ascendentes (burguesia industrial), cujos interesses comuns conduziram estas sociedades rumo à culminância de regimes políticos autocráticos e totalitários. Como a origem do conceito se situa na análise de uma realidade histórica e socioeconômica consideravelmente distante da brasileira, trabalhos pioneiros, como a tese que inaugurou o uso do conceito entre pensadores nacionais, exposta por Alberto Passos Guimarães (“O complexo agroindustrial”, de 1977), tem como base o empreendimento de esforços teóricos de mediação histórico-espacial a fim de compreender as especificidades da ocorrência do fenômeno em contextos de capitalismo periférico, nos quais sociedades foram “empurradas para o mundo moderno”. A partir disso, interessa-nos compreender o ponto central que caracteriza a operacionalização político-social dos processos de modernização conservadora no Brasil. Pires e Ramos (2009) explicam que: “as estruturas econômicas e sociais dos países desenvolvidos apresentam menor grau de heterogeneidade, quando comparadas às dos países subdesenvolvidos, dado que as elites dominantes dos países centrais construíram um projeto de nação que incorporou ao sistema econômico capitalista os estratos inferiores da estrutura social. No caso do Brasil, a elite dominante criou empecilhos ao acesso à cidadania e à democracia, visto que as classes inferiores foram e continuam sendo alijadas das vantagens proporcionadas pela modernização” (PIRES; RAMOS, 2009: p. 416).

²⁸ Para aprofundamento nos referenciais básicos que fomentaram as conclusões de Chaul, ver: “MACHADO, Maria Cristina Teixeira. Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história. Goiânia: Ed. UFG, 1990” e “BORGES, Barsanufu Gomides. Goiás: modernização e crise (1920-1960). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994”.

Goiás. Para isso, ele adotou a visão apresentada pelo sociólogo Luciano Martins de Almeida²⁹ sobre o processo de modernização conservadora promovido pelas classes dirigentes brasileiras no século XX. Ao aplicar este conceito à realidade histórica do Estado, Borges concluiu que a modernização ocorrida em Goiás não resultou em transformações estruturais de nenhuma natureza. Ao contrário, teve alcance limitado, uma vez que pretendeu apenas “ajustar a produção agrária e o consumo da sociedade regional à economia de mercado” (BORGES, 1994: p. 24). Portanto, do ponto de vista socioeconômico, seus resultados foram contraditórios e levaram à potencialização de desigualdades entre indivíduos e regiões do Estado. Assim, o autor concluiu que o processo de modernização conservadora que incidiu sobre Goiás:

Por um lado, promoveu o crescimento e a especialização da produção agropecuária e incrementou o consumo de setores mais abastados da sociedade. Por outro, ao transferir excedentes econômicos para os centros metropolitanos, provocou crises na economia regional e reforçou, em muitos aspectos, a arcaica estrutura de produção no campo, retardando as transformações no setor agrário” (BORGES, 1994: p. 24)

Entendendo a questão econômica como o pano de fundo de todo o processo, interessantes, sobremaneira, compreender também os reflexos culturais da modernização conservadora. Se a modernização conservadora tem como princípio básico a negação de mudanças fundamentais sobre a propriedade da terra, na realidade goiana isto significou a manutenção do latifúndio e a proteção à preponderância econômica firmada historicamente pelo agronegócio em relação a outros setores.

Atendo-nos ao conceito, idealmente, em um processo de modernização conservadora, quaisquer alterações políticas e sociais tendem a ser controladas (daí a emergência de golpes e regimes ditatoriais), pois os grandes proprietários buscam manter o controle sobre a força de trabalho, impedindo, por meio de mecanismos jurídicos e pelo abuso do poder econômico, quaisquer possibilidades de rompimento das relações de subordinação pessoal.

Na sociedade goiana da primeira metade do século XX, as relações tradicionais herdadas do coronelismo se somaram a este conjunto de fatores, dificultando ainda mais o esgotamento deste modelo. A partir da década de 1930, sob a liderança de uma classe dirigente urbana ainda muito ligada à ruralidade, houve a reconfiguração dos interesses dos proprietários, situando-os dentro da proposta de modernização. A partir da construção de uma retórica político-midiática pró-modernização, a ideologia da classe dominante conformou-se em uma "subjetividade coletiva" que mesclava conservadorismo e modernismo, tributária de uma mentalidade cautelosa, potencialmente receptiva a mudanças, mas profundamente apegada a tradições.

²⁹ Ver: “MARTINS, Luciano. Pouvoir politique et développement économique: structure de pouvoir et système de décision au Brésil. Tese (Doutorado). Université de Paris V. Paris, 1983”.

Para ampliar nossa análise, vamos sair do plano puramente conceitual e adentrar na seara das transformações tangíveis, que realmente alteraram o cotidiano da população e proporcionaram a aproximação do fenômeno da modernização idealizado, sustentado no discurso político, com a realidade do indivíduo goiano médio. Nesse sentido, historiadora Maria Cristina Teixeira Machado explicitou, em sua célebre dissertação de mestrado defendida em 1986, publicada como livro em 1990, os elementos materiais e imateriais constituintes do processo esperado pelos agentes políticos responsáveis pela difusão da ideologia do progresso em Goiás:

Em Goiás, o progresso, ou seja, o lento e gradual desenvolvimento do Estado, se daria através da superação do atraso que, segundo o discurso da época, seria possível pela incrementação de novos meios de comunicação, possibilitando a integração do Estado aos centros desenvolvidos do país, pelo desenvolvimento das potencialidades do Estado e ainda, pela superação da mentalidade retrógrada que barrava o caminho do Estado em direção a seu destino. Goiás precisava de estradas, de explorar suas riquezas, de educar sua população, de moralizar a administração pública e de nova mentalidade. (MACHADO, 1986: p. 150)

Em sua análise percebe-se a ênfase concedida a elementos de infraestrutura e à inserção de novas tecnologias voltadas à promoção da interação do Estado com regiões consideradas mais desenvolvidas. O sucesso de tais implementos estaria condicionado à superação, pela via educacional, de uma mentalidade retrógrada, considerada inadequada ao desenvolvimento e até mesmo à otimização da administração pública.

A preocupação com a modernização da administração pública, aliás, segundo a autora era item essencial aos progressistas goianos, uma vez o que governo seria o responsável por guiar a sociedade rumo a “um futuro promissor”, por meio de “planejamento e do cumprimento de metas” que levassem ao desenvolvimento econômico e à “moralização administrativa”, “encarados como elementos fundamentais à superação do atraso e à inserção do Estado na trilha do progresso”. (MACHADO, 1986: p. 150)

Por fim, em sua apreciação do cenário, a autora avaliou as restrições e contradições inerentes à aplicação dos elementos componentes da “ideologia progressista” associados à modernização em Goiás. Segundo ela, este processo foi vivenciado a partir da ação de uma “elite modernizadora” que, na condição de controladora do poder político, promoveu uma agenda vinculada à ideia de progresso, sem, no entanto, propor mudanças estruturais que aprofundassem as transformações para além dos elementos de infraestrutura econômica e administração pública. Esta seria, portanto, a marca de nossa modernização conservadora:

Esta ideologia progressista promoveu, na sua aplicação, o fenômeno que, sociologicamente, conceituou-se modernização. Daí porque, refiro-me ao segmento da classe dominante que promoveu este processo, como elite progressista/modernizadora. O progresso que o Estado passa a vivenciar, se dá via modernização, uma vez que as transformações estruturais não são propostas, e

consoante com a origem e natureza da ideologia revolucionária, não são efetuadas”.
(MACHADO, 1986: p. 150)

A ideologia progressista a que ela se refere foi a tônica do discurso político pós-1930, se irradiando para a cultura geral da maneira irregular, condensando-se especialmente em Goiânia, onde a maioria dos processos modernizantes se concentrou ao longo das décadas seguintes, adquirindo novas proporções na medida em que a cidade crescia.

Conforme apontamos, esta ideologia foi instrumento da construção de uma “subjetividade coletiva” por vezes contraditória e vacilante em relação à modernidade. O discurso político era muito mais forte do que a realidade: a ruptura total com o passado jamais se consolidou culturalmente em Goiás, apesar dos esforços empreendidos pelos “arautos de 30”, que “subestimaram a tradição, negaram o passado histórico e propuseram uma completa ruptura, acreditando que incorporavam o novo, o moderno, em nome do progresso” (CHAUL, 2015: p. 185).

Entretanto, a força com a qual essa premissa se enraizou na mentalidade comum da época foi extremamente importante para a sustentação dos processos de modernização empreendidos a partir de 1930, pois a partir da proposta de renovação política, subentendia-se a extensão de tal perspectiva para além da esfera político-administrativa-eleitoral, já que, oficialmente, “em nome da modernidade, não só se combatia a Primeira República com suas oligarquias retrógradas, como também se propunha uma nova era político-social e econômica para o Estado” (CHAUL, 2015: p. 176). Observa-se que neste ponto reside o grande descompasso entre o discurso da modernização sustentado politicamente e a realidade da modernização conservadora conforme apontada por Maria Cristina Machado. Um descompasso entre expectativa e realidade, fortemente sentido em Campinas, talvez o lugar do Estado mais diretamente atingido por tal situação.

Se, no discurso, Pedro Ludovico defendia a modernização do Estado como um processo necessário e irreversível, que enfim “colocaria Goiás no mapa”, na prática, ele trabalhou com a implementação de elementos político-administrativos e simbólicos que, em conjunto, foram responsáveis por apresentar à sociedade goiana, no máximo, a tal “modernidade possível”, realizada dentro das contingências impostas pela modesta realidade econômica do Estado até aquele momento. Chaul nos ajuda a compreender como o grupo de Pedro Ludovico operou dentro desta lógica dupla, na qual a realidade prática das mudanças operadas por seu regime não conseguia acompanhar a velocidade implícita nas suas promessas de transformação nem imprimir no cotidiano social a mesma força do discurso revolucionário. A solução foi a cooptação ideológica de quaisquer elementos que pudessem ser percebidos como avanços:

A partir de 1930, Goiás vai se incorporando ao mercado capitalista, ampliando sua fronteira agrícola, crescendo e mecanizando a agricultura, acelerando seus níveis de produção e exportação e dinamizando seu setor industrial e comercial. Este desenvolvimento, embora processado já na Primeira República, é apresentado ideologicamente pelos artífices da Revolução de 30, como se fosse fruto exclusivo do movimento. (CHAUL, 2015: p. 210)

Com margem para muito personalismo, graças à confortável posição de interventor nomeado em novembro de 1930 e renomeado em 1937, “sem compromisso com os eleitores e sem Assembleia” (PALACIN, 1976: p. 27), o mandatário local construiu, ao longo de todo o tempo em que permaneceu no poder, em sua primeira passagem, uma sólida rede de apoio para seus projetos e para a sustentação para seu discurso. Seus correligionários e parte da imprensa local, especialmente o *Jornal O Popular*³⁰, que em grande medida funcionava como uma assessoria de comunicação oficial, creditavam-lhe os louros resultantes de ações e ideias que deveriam ser consideradas verdadeiros avanços técnicos na administração do Estado³¹.

Na condição de Interventor Federal (1932-1934 e 1937-1945) e Governador (1935-1937), Pedro Ludovico ficou incumbido de traduzir politicamente, para a sociedade goiana, o projeto de modernização adotado pela administração varguista. Nesse sentido, devemos perceber como o conceito de modernização que foi incorporado à política goiana mediante à ação de Ludovico era uma óbvia instrumentalização funcional das concepções emanadas pelo Governo Federal, compondo uma transposição adequada ao projeto de poder político dos envolvidos na esfera local. Para Chaul, o grupo apoiador de Pedro Ludovico era “um conglomerado de políticos afinados com a política varguista e dispostos a promover o desenvolvimento capitalista da região. **A este processo, que contou com a participação**

³⁰ Entre os jornais que começaram a circular em Goiânia e, por conseguinte, em Campinas ainda na década de 1930, estava o “O Popular”, fundado em 3 de abril de 1938 pelos irmãos Joaquim Câmara Filho, Vicente Rebouças Câmara e Jaime Câmara. Esta publicação, certamente, foi um dos veículos que mais exaltaram – e se beneficiaram – das promessas de modernização do Estado. Seus proprietários enxergaram na implantação da nova capital uma oportunidade de se firmar e expandir sua influência e seu capital. A propósito de elucidar o panorama dos principais impressos formadores de opinião, que circulavam nas primeiras décadas de Goiânia (até a década de 1950), José Mendonça Teles registrou que o primeiro jornal impresso em Goiânia foi chamado, justamente, de “Goiânia”. Foi fundado no dia 20 de novembro de 1935, sob a direção de Oscar Pierucetti. Em 3 de outubro de 1936 começou a circular o “Jornal de Goiânia”, fundado por Venerando de Freitas Borges, prefeito da cidade entre 1935 e 1945. Com vida breve, a publicação deixou de circular naquele mesmo ano. Em 2 de julho de 1939, Gerson de Castro Costa fundou a Folha de Goiás (Folha de Goiaz, na grafia original), que circulou até 1984. Fundados dentro do período de Interventoria, enquanto existiram, todas estas publicações buscaram manter uma relação amistosa com o grupo ludoviquista. O cenário de publicações impressas se reconfigurou apenas no período democrático, quando jornais abertamente críticos a Pedro Ludovico surgiram, alguns com linhas editoriais vinculadas diretamente aos diretórios estaduais dos novos partidos políticos. (TELES, 2004: p. 100)

³¹ Segundo Palacin, a prática discursiva cotidiana do regime de Pedro Ludovico era constituída pelos mesmos argumentos “repetidos incansavelmente pelos homens e pelos jornais do governo com um adereço variável de epítetos louvatórios à obra e a seu principal realizador: “formidável projeto”, “grande empreendimento”. (PALACIN, 1976: p. 29).

relativa das camadas médias urbanas, denominavam modernização” [grifo nosso] (CHAUL, 2015: p. 210).

Por camadas médias urbanas, entende-se a população migrante que comporia a crescente população de Goiânia desde sua inauguração, juntamente com a diminuta população original de Campinas e parcelas consideráveis de grupos urbanos heterogêneos (profissionais liberais, comerciantes, etc.), então orientados por lideranças políticas de municípios espalhados pelo interior do Estado, aliados ao ludoviquismo por força das insatisfações acumuladas com a centralização do poder estadual entre as oligarquias da Cidade de Goiás e outras conveniências específicas. A propósito, Goiânia, foi a síntese representativa do projeto de modernização goiano, seu o símbolo máximo e a vitrine que projetou seu idealizador no cenário da política nacional³², aproximando-o de Vargas. Nesse sentido, Goiânia foi, também, uma antecipação das expectativas que Vargas guardava para a região.

Entretanto, logo de início, uma questão se mostrava relativamente inconveniente aos esforços empreendidos pelo médico “Dr. Pedro”, no intuito de apresentar seus planos e justificar suas ações à luz do discurso do progresso e da modernização pretendidos: a situação de baixa escolaridade geral que afligia a população média de Goiás, a princípio, incapaz até mesmo de compreender o argumento topográfico, associado ao expediente médico-sanitário utilizado pelo interventor como justificativa básica para a mudança da capital. Suas preocupações nesse sentido foram explicitadas, primeiramente, no documento “Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D.D. Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado” (1933), no qual ele reitera seu empenho em “incutir no seio do povo e das administrações as ideias de progresso” (TEIXEIRA, 1933: p. 05).

Logo, a evolução dos acontecimentos mostraria que investir em meios para promover a instrução da população seria algo inevitável a médio prazo, pois do ponto de vista simbólico, o progresso e a modernidade não combinavam com a estagnação cultural e a ignorância

³² Luis Palacín afirma que os “homens da Revolução” adotaram os ideais que guiaram a transferência da capital como uma verdadeira “compulsão psicológica” (1976: p. 22-23) identificada pela “perseguição aguerrida de um futuro a ser construído”. Por isso, viam “a mudança como libertação do passado e como criação de um novo mundo” (1976: p. 23). Muito interessante ao escopo de nossa sustentação é a interpretação que Palacín dá a esta “fixação obsessiva”, que se relacionava não apenas com a “construção de Goiânia”, mas parecia endossar praticamente tudo o que Pedro Ludovico fazia politicamente. Nesse sentido, Goiânia era como a ponta do iceberg do projeto de modernização do Estado conduzido por Pedro Ludovico e seu grupo. Palacín afirmou que o apego exacerbado de Ludovico ao projeto se justificava porque “a construção da nova capital oferecia uma oportunidade política única: a possibilidade de continuar revolucionário depois da revolução” (PALACÍN, 1976: p. 27). De fato, o insistente manuseio e uso político dos ideais mudancistas e modernizadores, ao longo de anos, fez colar na persona do interventor/ governador a imagem de “revolucionário no poder” (p. 27), um traço simbólico atribuído à sua personalidade que ele tratou de manter, como um importante componente de sua biografia política até o fim.

intelectual. Do ponto de vista prático, uma massa insuficientemente educada para os “novos tempos” seria incapaz de contribuir com o projeto do regime, que tinha na urbanização, no crescimento populacional e na dinamização da economia os principais efeitos esperados.

Além disso, aspectos tradicionalmente ligados à conformação do perfil populacional da sociedade goiana ao longo dos séculos anteriores foram pouco alterados nas primeiras décadas do século XX. Permaneciam como traços marcantes, ainda na década de 1940, a predominância da vida rural, associada à quase inexistência de diversificação da matriz econômica, além do baixo nível geral de qualificação técnica e profissional da mão de obra disponível. Claramente, estes elementos se colocavam como barreiras à inserção do Estado nos planos de integração proposto por Vargas mediante as ações vinculadas ao programa da “Marcha para o Oeste”.

Naquele momento, o governo federal esperava que a os incentivos à colonização de novas fronteiras agrícolas no interior do país promovessem o impulso inicial para a integração de áreas consideradas pouco dinâmicas, do ponto de vista econômico, ao sistema capitalista internacional. As regiões como o Estado de Goiás, estavam reservadas as posições de fornecedores de matérias-primas e insumos alimentícios para as áreas densamente povoadas que passavam por processos de acelerada urbanização e ampliação das atividades industriais (como se observava especialmente no Sudeste do país). Ao mesmo tempo, essas regiões do interior do Brasil, ao se alinhar com o projeto, deveriam “ser preparadas” para comportar o adequado recebimento do afluxo populacional estimulado. Isto deveria aumentar o mercado consumidor interno potencial em regiões que até outrora eram economicamente fechadas em si, restringindo-se grandemente a práticas de subsistência.

Deste modo, a ideia de transferir a capital do Estado de uma região aparentemente impossibilitada de se desenvolver populacional e estruturalmente, para um local apto a receber a “marcha do progresso” foi ao encontro do plano deflagrado pela Presidência da República. Apesar dos altos custos envolvidos, a opção pela construção de um novo centro administrativo estadual em uma cidade inteiramente nova, que seria construída a partir de um plano arquitetônico e urbanístico desenvolvido por profissionais alinhados às “mais atuais tendências da área do planejamento urbano e da estética arquitetônica internacionais” seria a materialização perfeita dos ideais de modernidade que guiavam as ações governistas.

No primeiro período ludoviquista, aquela mentalidade paradoxal em relação à modernidade, como apontada por Marshall Bermann (1990: p. 12-13), ganhou corpo e se entremeou à cultura que se construía, a olhos vistos, em torno dos acontecimentos que denunciavam um processo em curso. Assim, as muitas medidas do governo estadual e as demandas sociais nascentes pareciam ser faces de uma mesma moeda, e adquiriam sentido

dentro destes termos. Desde a euforia contemplativa pela aparente superação do suposto arcaísmo da estrutura urbana e do estilo arquitetônico colonial da antiga capital - agora confrontados pela escolha do estilo Art Déco para as fachadas dos principais prédios públicos inaugurados em Goiânia - até o entusiasmo festivo provocado pelas expectativas geradas pelas extensões dos ramais das vias férreas que adentraram a região sul do Estado, a cada nova cidade contemplada (os quais nunca chegaram à Cidade de Goiás, além de também terem demorado a chegar até a nova capital). No campo da educação pública – seara que constituía uma demanda social emergente desde a década de 1920, além de uma necessidade estrutural – esta energia também pôde ser observada em episódios como a transferência do Liceu para Goiânia, em 1937, que deixou, na Cidade de Goiás, uma população desolada e ainda mais ressentida, ao passo que, na nova capital, inflamou as comunidades de Goiânia e de Campinas de maneiras distintas.

Quando o novo Liceu foi inaugurado na região central de Goiânia, em 1937, representantes da sociedade campineira manifestaram descontentamento pela distância geográfica e pela dificuldade, percebida quase de imediato, de a instituição comportar todos os interessados em estudar ali. Seguiram-se, então, demonstrações de que o povo de Campinas não se sentiu contemplado pela nova instituição de ensino, fixada no centro de Goiânia. Os campineiros se ressentiam com as tergiversações de Pedro Ludovico em relação às suas demandas por medidas que sanassem a histórica carência da população local em relação a instituições de ensino destinadas a ambos os sexos e gratuitas (“CURSO GINASIAL EM CAMPINAS. 01/09/1949”. Arquivo da Secretaria do Colégio Santa Clara. *In*: MENEZES, 1981: p. 193). Um colégio público, no qual a população local pudesse avançar nos estudos, sem a necessidade de grandes deslocamentos diários ou mudanças domiciliares, seria algo inédito na história da “cidade que virou bairro”.

Não obstante a isso, alegando limitações financeiras e outras prioridades, Ludovico fazia entender que a transferência do Liceu era sua medida definitiva no campo da educação para a região da nova capital e, por hora, suficientemente satisfatória para suprir as necessidades da população local, na qual incluía os campineiros. Estes, por sua vez, ainda se viam como uma comunidade distinta dos novos goianienses. No futuro, esta falha de Ludovico seria capitalizada pelos seus adversários, que evocariam esta antiga demanda como promessa de campanha, colhendo resultados político-eleitorais favoráveis para si.

Alinhado com a perspectiva utilitarista da educação pública preconizada pelo regime Vargas, o ludoviquismo estava ciente do potencial da educação escolar em formar as mentes e a força de trabalho. Ludovico não ignorou a esfera da educação ao longo dos primeiros quinze anos em que esteve à frente do governo estadual, pelo contrário. Porém, em um período tão

dilatado à frente do poder estadual, pode-se avaliar que sua a atenção concedida à área foi bastante irregular.

Nos primeiros cinco anos, de 1930 a 1935, não houve crescimento significativo da rede escolar, tanto no nível primário, quanto no secundário. Segundo dados analisados por Genesco Ferreira Bretas, o interventor apenas manteve proporcionalmente a taxa de expansão que herdou dos anos dos governos de João Alves de Castro (1917-1921) em diante: “o número de escolas isoladas saltou de 161, em 1930, para 182, em 1935; o de grupos escolares, de 20, em 1930, para 31 em 1935. O número de escolas normais, reconhecidas pelo governo, subiu de 6, em 1930, para 11, em 1935” (BRETAS, 1991: p. 576). São números inexpressivos, se considerarmos o tamanho total do Estado à época. Quando se trata do ensino secundário regular, nada foi realizado de fato, permanecendo em atividade, naquele período, apenas os dois estabelecimentos existentes em todo o Estado: o Liceu de Goyaz e o Ginásio Anchieta, de Bonfim (Silvânia), inaugurado em 1929. Para o autor, a “revolução de 1930” não revolucionou a educação, uma vez que “não houve crescimento extraordinário para se dizer que a mudança de regime tivesse sido benéfica para o ensino” (BRETAS, 1991: p. 576).

Por outro lado, na metade final da década de 1930, o autor aponta uma principiante mudança de rumos, considerando que as ações modernizadoras da economia refletiram positivamente em diversos aspectos da sociedade goiana, inclusive na combatida área da instrução formal da população: “a partir de 1936, houve uma notável transformação no Estado, não só no ensino, mas também em todos os setores da vida goiana” (BRETAS, 1991: p. 576).

A propósito, a visão de Bretas sobre as mudanças pelas quais Goiás vinha passando, ilustram como o conceito de progresso em Goiás estava realmente associado a avanços econômicos que propiciassem a integração da região com o mundo exterior, compreendido aqui, como regiões “mais desenvolvidas” cultural e economicamente. Nos meios político e intelectual brasileiros da época, era relativamente natural a associação entre desenvolvimento econômico e avanço cultural. Como já foi dito, perseguíamos e importávamos modelos culturais oriundos, principalmente, dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto paulistas e fluminenses, nossas referências primárias, por sua vez, olhavam para a Europa em busca das suas. Por isso, em Goiás, desde o século XIX, consideravam-se importantes os eventuais benefícios civilizatórios oriundos do contato com regiões consideradas mais avançadas. No século XX, especialmente a partir do período varguista, exacerbou-se a convicção de que a base dessa noção de progresso seria o desenvolvimento da infraestrutura necessária à circulação de pessoas, riquezas e elementos culturais.

Assim, ansiava-se por uma modernidade que viesse de fora, uma vez que não havia condições materiais, nem culturais para criá-la. A sociedade goiana, então, dependia de “homens corajosos o suficiente para enfrentar as forças responsáveis pelo atraso e arrojados o bastante para conhecer e se cercar dos melhores referenciais possíveis. Para Bretas, a modernidade chegava até a população, essencialmente, a partir dos novos meios de transporte e comunicação, avanços tecnológicos mais perceptíveis, e a partir “dos centros mais desenvolvidos do Estado”, gradativamente ia se instalando nas mentes e no cotidiano das pessoas. Este processo era mais intenso no ambiente urbano, onde a velocidade de percepção, bem como seu compartilhamento, acerca dos novos elementos era ampliada por meio da convivência social quase diuturna.

Nesse sentido, a escola, que na modernidade passou a ocupar a posição de espaço educativo primordial, além de outros espaços de socialização relevantes, como clubes sociais e esportivos, associações, igrejas etc., favoreciam a construção de um ambiente de euforia pelo “novo”, que poderia se irradiar na forma de imaginários coletivos sobre o progresso e suas consequências.

Goiânia e suas estruturas, incluindo todos os demarcadores simbólicos da presença das ações do poder público, incluindo as escolas, cumpriam este papel, e isto foi devidamente manipulado, como ferramenta política, de acordo com a conveniência dos grupos no poder. Ao constatar que Goiás teria passado por um “movimento progressista” nas primeiras décadas do século XX, significativamente intensificado após a instalação de Goiânia, Bretas sintetiza a força simbólica daquele momento que coroava a materialização dos ideais de modernidade em uma região por muito tempo considerada “atrasada”, visão corroborada por intelectuais que trabalharam na sua interpretação historiográfica no passado, como apontou Chaul (2015). A manipulação desta ideia pelos idealizadores de 1930 em Goiás, conseguiu “transmitir às massas uma euforia contagiante nunca antes sentida pelos goianos”, uma vez que “todos os setores da vida goiana se agitaram à procura da prosperidade” (BRETAS, 1991: p. 577).

Esta estratégia, que nem sempre era explícita, em face das especificidades dos arranjos oligárquicos na Primeira República, era uma atualização de um movimento de instrumentalização política do progresso material e de suas supostas consequências culturais, que visava capitalizar, sempre que necessário, a ideia de progresso em favor de grupos e indivíduos que almejavam se projetar em cenários geralmente estagnados. Isto ocorria antes mesmo de 1930, e seguiu se atualizando após 1945, com a redemocratização e a emergência de novos atores e elementos político-eleitorais e socioculturais. Segundo Bretas (1991: p. 576), havia aqui uma “aura de progresso” que “já se sentia desde os anos 20”.

Então, mais uma vez, encontramos neste autor, elementos que ajudam a compreender de forma mais direta a composição do cenário de modernização no Estado nas primeiras décadas do século XX. A seu ver, foram importantes os incrementos na infraestrutura de transportes, cuja ideia de progresso técnico ainda se encontrava associada aos avanços da expansão da malha ferroviária no Estado, merecendo destaque a chegada da estrada de ferro tinha chegado a Tavares (Vianópolis), e alguns anos depois a Anápolis³³. Apontou-se, também, o aumento do uso de automóveis e aumento da rede rodoviária. Os primeiros carros foram trazidos para Goiás em 1919 e, segundo ele, “dentro de mais de 10 anos (1930) todas as cidades do sul do Estado se achavam interligadas por estradas de automóvel” (1991: p. 576).

Outro elemento associado à modernização dos hábitos cotidianos foi a energia elétrica. Nesse sentido Bretas afirma que “pequenas usinas de energia elétrica surgiam por toda parte” no Estado (1991, p. 576). Inclusive, Campinas possuía um exemplar deste tipo desde 1921, quando os padres da Ordem Redentorista fizeram uma pequena barragem no Córrego Cascavel e montaram uma rudimentar usina com a força da água, que movia uma turbina que, por sua vez, alimentava um gerador. O primeiro contato da população de Campinas com a energia elétrica, portanto, ficou restrito àqueles que podiam presenciar seu uso para acender “uma luzinha errática que atendia, por poucas horas do dia, o convento, a igreja matriz, o Colégio Santa Clara e uma ou outra casa próximas” (GODINHO, 2013: p. 38). Notável, também foi a ampliação do acesso aos sistemas de comunicação à distância, através de estações de telégrafo e a chegada das primeiras linhas telefônicas³⁴.

³³A título de complementação da informação trazida por Bretas (1991), estrada de ferro chegou a Tavares (atual Vianópolis) em 1924, a Bonfim (atual Silvânia) em 1930 e em Anápolis em 1935. Leopoldo de Bulhões, que recebeu a estrada em 1931, abrigava a estação mais próxima de Campinas, antes de Goiânia existir. De Leopoldo, os trilhos foram prolongados para Anápolis, chegando a Goiânia somente em 1950. Em 1959, a Campininha festejou a chegada da ferrovia, inaugurando sua estação, que funcionou até a desativação do ramal em 1970. Este é mais um aspecto demonstrativo das idiossincrasias do bairro em relação ao seu processo de integração com Goiânia condicionando-o a elementos considerados modernizantes. O primeiro ramal de prolongamento da Estrada de Ferro Goiás havia chegado a Goiás em 1911, conectando a cidade goiana de Ipameri a Araguari, no Triângulo Mineiro. Gradualmente, a ferrovia deveria ser estendida até o atual Tocantins, partindo do sul do Estado em direção ao norte, onde deveria atingir o rio Araguaia, o que não aconteceu na primeira metade do século XX. Assim, a construção de uma estação ferroviária em uma cidade foi, por muitos anos, considerada uma prerrogativa de desenvolvimento regional e, graças a isso, também foi objeto de intensas disputas entre políticos que representavam os diferentes municípios que buscavam se integrar à malha. Dados econômicos levantados pelo geógrafo Romário Euzébio de Jesus (2018, p. 45) permitem concluir que “por onde o trem passava, transformações iam sendo promovidas. Do ponto de vista das exportações, pode-se citar o arroz, açúcar, fumo, banha, carne de porco, charque, queijos e requeijões, sebo, sola, toucinho, suínos gordos, cabeças de bois e vacas, feijão, manteiga, etc.”. Também eram realizados o transporte de passageiros e importações de sal, querosene, e produtos manufaturados em geral, geralmente oriundos da região sudeste, que se firmou, também, como o principal destino dos produtos goianos.

³⁴ Miguel Archângelo Nogueira dos Santos (1976) registrou o relato do padre João Ribeiro de Carvalho, segundo o qual o primeiro aparelho de telefone do Estado foi instalado em Campinas ficava no convento dos padres Redentoristas, cuja linha conectava Campinas a Trindade (1924). Seu uso era permitido, a um custo de “100 réis a telefonada” (SANTOS, 1976: p. 50). Segundo apurou, em pesquisa para livro ainda não publicado, Luiz Augusto

A eletricidade trouxe outras inovações consigo, alterando, a médio prazo, o panorama do aceso a atrações culturais. Bretas destacou a chegada do cinema, responsável por trazer “imagens do mundo civilizado” e “alegrar o ambiente fechado, acanhado e triste do povo” (1991, p. 576). O bairro de Campinas sediou a primeira sala de cinema inaugurada na nova capital, apenas três anos após a transferência. Tratava-se do “Cine-Teatro Campinas”, aberto em 1936, em um prédio na Avenida 24 de Outubro. Em 1939, entrou em funcionamento o “Cine Popular”, o primeiro localizado na região central de Goiânia, situado, à época, na Rua 24, Setor Central. A relevância destes espaços só viria a ser suplantada pelo “Cine-Teatro Goiânia”, hoje conhecido apenas como “Teatro Goiânia”, fundado em 1942, com escopo de atividades ampliado para eventos revestidos de maior prestígio, como mostras, concertos e apresentações musicais ao vivo.

O quadro de modernização tecnológica somado à chegada de migrantes qualificados concorria para implementação de novos hábitos e para a alteração de comportamentos, conforme identificou o autor:

A imigração aumentava a população, trazendo, ao lado de novas forças de trabalho, métodos de produção mais modernos. O comércio intensifica-se, as rendas privadas e públicas cresciam. Jornais e revistas de São Paulo e Rio de Janeiro chegavam em poucos dias, trazendo notícias frescas. O povo lia mais. O rádio e o telégrafo sem fio completavam o quadro.” (BRETAS, 1991: p. 577)

Assim, se por um lado, o povo lia mais nas cidades goianas, também passou a ouvir rádio cada vez mais. Outro elemento-símbolo da modernidade brasileira, que adentrou os lares nos anos 1940-1950, o rádio tornou-se um componente do cotidiano dos goianos à medida em que as possibilidades de consumo e acesso ao item eram incrementadas. Ao mesmo tempo, a atividade radiofônica passava a ser objeto de interesse político e comercial, sobretudo a partir dos anos 1940. Rapidamente compreendida como um eficiente meio de comunicação e entretenimento dirigido para as massas, a atividade radiofônica emergiu em Goiás, também, graças ao interesse dos governos do Estado e do município de Goiânia, que subsidiaram a

Paranhos Sampaio, que é pesquisador, professor aposentado e escritor membro da Academia Goiana de Letras, a primeira lista de assinantes de linhas telefônicas de Goiânia foi publicada em 1943. No ano de publicação da lista já havia pouco quase 500 assinantes de telefone na nova capital. A maioria dos números pertencia a estabelecimentos comerciais, como lojas de fazendas (tecidos), “firmas” de transporte que faziam o trajeto de Goiânia para a antiga capital do Estado, farmácias, clínicas, os cinemas existentes e outros estabelecimentos privados, como o Jornal O Popular; também constavam os números de órgãos públicos, como a Chefatura de Polícia, o Fórum, o Tribunal de Apelação e o colégio Liceu (que consta no documento como “Colégio Oficial de Goiaz”). Entre os assinantes estavam, também, profissionais liberais, como médicos, odontólogos, advogados e fotógrafos, ao passo algumas poucas famílias abastadas possuíam linhas em suas residências. (DIÁRIO DA MANHÃ, 23 de julho de 2016).

criação de emissoras estatais, como foi o caso da primeira emissora de rádio da capital, a “Rádio-Clube de Goiânia”³⁵.

Portanto, foi neste contexto de profusão de elementos e comportamentos ditos modernos, que a “modernidade” se consolidou como tônica do discurso político nas décadas de 1930 e 1940 e penetrou nas mentes e na “boca do povo da cidade grande”, ou “da Capital”, como se dizia. Na verdade, esse “povo” era uma massa heterogênea em todos os sentidos - menos em seu “provincianismo” - composta pelos habitantes da velha Campininha e da nova Goiânia. A fim de compreender como o processo de modernização que se desenrolou na localidade em que o Colégio Pedro Gomes está localizado, devemos, então, investigar as peculiaridades relativas à forma como este fenômeno foi experienciado em Campinas e quais suas relações com o incremento da educação escolar na região.

1.4 A “modernidade provinciana” de Campinas: o Colégio Pedro Gomes como componente do “bairrismo campineiro” manifesto desde as disputas esportivas às rivalidades escolares

A secular cidade de Campinas, cuja fundação data de 1810 - carinhosamente apelidada de Campininha pelos moradores, além de cronistas e saudosistas em geral - parecia representar a antítese da modernidade (utópica) que era associada à nova capital, pelo menos nas suas três primeiras décadas de existência. Em nossa pesquisa bibliográfica, concluímos que o trabalho do professor Eliézer Cardoso de Oliveira (1999) representa um dos mais significativos subsídios de interpretação historiográfica a respeito desta situação.

O autor sustenta que o avanço dos processos de modernização em Goiânia e seus efeitos não podem ser realmente compreendidos sem que se considere os aspectos provincianos da cidade e de sua sociedade, quando de sua gênese, fundamentalmente influenciados pela preponderância sociocultural da comunidade original de Campinas sobre o novo núcleo urbano.

Em sua análise, Oliveira aponta o espaço temporal das três primeiras décadas de existência de Goiânia como o período culminante para observação desta relação de “influência

³⁵ A Rádio-Clube de Goiânia, cujo prefixo era ZYG-3, foi inaugurada em 05 de julho de 1942 por iniciativa do então prefeito Venerando de Freitas Borges. Apesar de ter sido a primeira da capital, esta foi a segunda emissora radiofônica do Estado, já que a primazia esteve em Anápolis, onde se localizava a sede da “Amplificadora Cultural de Anápolis”, de propriedade de Abelardo Velasco. A emissora anapolina iniciou suas atividades em janeiro daquele mesmo ano. Edmilson Ferreira Marques (2012) explica que a Rádio-Clube, inicialmente, cumpriu a função de divulgar conteúdos de interesse do governo federal, como “notícias” relacionadas aos “avanços” relativos a projetos governamentais como a “Marcha para o Oeste”. Deste modo, a rádio goianiense “serviu constantemente aos interesses do Estado, de forma ampla e constante, uma vez que propagava diariamente programas que serviam de propaganda para o Estado” (MARQUES, 2009: p. 136).

do antigo sobre o novo”, que teria forjado, entre a população goianiense, um ambiente cultural peculiarmente idiossincrásico no que se refere aos componentes socioculturais consequentes da modernização. Assim sendo, desta forma teria se formado um cenário de modernização no qual a “modernidade” era percebida e vivenciada dentro do horizonte cultural limítrofe imposto pelo que o autor chama de “provincianismo”, um traço cultural compartilhado socialmente entre os campineiros e os goianienses neófitos.

Olivera aponta para o avanço gradual do fenômeno de “diluição” da tal modernidade provinciana, pautada nos termos descritos, somente a partir do final da década de 1960, ocasionado pelo progressivo crescimento demográfico decorrente da contínua afluência de migrantes para a região desde a década de 1940, em um processo intensificado após a inauguração de Brasília³⁶.

Sobre tais considerações expostas por Oliveira, torna-se essencial para o cerne argumentativo deste trabalho refletir sobre a relação de causalidade descrita pelo autor, uma vez que, do ponto de vista da formação cultural-societária, a jovem “Goiânia não era apenas Goiânia”, mas um “Complexo Campinas-Goiânia”. Para o autor, “a junção de uma cidade nova com uma antiga, por si só, produz uma simbiose entre dois modos de vida (moderno e tradicional)” (OLIVEIRA, 1999: p. 46-47). Sob este ponto de vista, percebeu-se a evolução de um ambiente de modernização material que foi permanentemente transpassado por relações humanas compreendidas como “provincianas” graças à dimensãoomezinha atribuída às práticas sociais coletivas, incluindo a convivência comunitária e a própria esfera política.

Nesse sentido, o provincianismo reinante no Complexo Campinas-Goiânia foi caracterizado pela invenção, pelo cultivo e pela valorização de tradições eminentemente distintivas, baseadas na lógica do estranhamento estabelecido entre as entidades arquetípicas “nós” e “eles”. Isso deu margem à emergência de rivalidades “bairristas”, em que eventos e elementos comezinhos passaram a adquirir grande importância, por vezes amplificada no palco das disputas políticas.

Por princípio, neste raciocínio, considera-se o fato de que a tradicional comunidade de Campinas teve sua rotina irreversivelmente afetada a partir do momento em que as obras promovidas em sua zona rural adjacente foram iniciadas, em 1933. Todo o dinamismo

³⁶ Oliveira (1999: p. 47), registra que em 1940, a população urbana de Goiânia era de 18.889 habitantes, dos quais mais de 60% residiam no bairro de Campinas. Ao longo dos vinte anos seguintes, o crescimento populacional avassalador presenciado na cidade diluiu, gradativamente, a preponderância demográfica de Campinas. Porém, as marcas culturais desta situação inicial permaneceram arraigadas nas tradições cultivadas entre os moradores pioneiros e seus descendentes. Com efeito, em 1960, a população urbana da capital já batia nos 133.462 habitantes. O número é impressionante, especialmente, quando comparamos com as cidades mais populosas do Estado (Rio Verde, Bonfim etc.), que no mesmo período registravam média de 10.000 habitantes.

relacionado à circulação de pessoas, indo e vindo na outrora pacata cidadezinha, chegou acompanhado de muita curiosidade e, também, promessas políticas (endossadas pelo grupo político do último prefeito que a cidade teve, Licardino de Oliveira Ney³⁷), de que a comunidade se beneficiaria profundamente pela sua incorporação à moderna Goiânia. Diante deste cenário, a criação de expectativas coletivas pereceu algo inevitável. Os campineiros passaram, então, a observar os implementos instalados em Goiânia, ansiando por melhorias de natureza similar.

A juventude local - a primeira geração de goianienses - que crescia nos anos seguintes à implantação de Goiânia, reverberava o comportamento por vezes resabiado dos adultos que conviviam cotidianamente entre si, compartilhando ambientes de trabalho e de lazer. Na década de 1950, a Praça Joaquim Lúcio, localizada a alguns metros de distância do Colégio Pedro Gomes, era o centro social de Campinas, local que possuía a preferência popular como ponto de encontro, além de seu entorno concentrar as principais opções de lazer e comércio da localidade. Nesta foto de autoria desconhecida (*Imagem 1*), encontrada em pasta de documentos avulsos, datada da década de 1950, na Biblioteca Municipal Cora Coralina - cujo prédio, na imagem, pode ser visto com sua função original (Palace Hotel) - observa-se o esmerado paisagismo dedicado ao ambiente, que em nada perdia para neste quesito para o entorno da Praça Cívica, no centro de Goiânia:

³⁷ Ver: “NEY, Licardino de Oliveira. Um lutador. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975” e “MACHADO, 2019: p. 92; 106-108”.

Imagem 1 - Panorama da Praça Joaquim Lúcio (Campinas/ Goiânia, Década de 1950)



Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal Cora Coralina (Goiânia-GO) / Autoria e data indeterminados na fonte/
Reprodução: Vinícius Felipe Leal Machado

Entre moradores novos e antigos, de um lado e de outro, praticamente tudo era motivo para comparações. Então, a instalação de dispositivos urbanos públicos e privados destinados à convivência social e ao desfrute coletivo também passou a ser associada ao imaginário de progresso das populações dos dois núcleos urbanos, que permaneceram, até meados da década de 1950, separados por aproximadamente cinco quilômetros de distância.

Foi assim com os estádios e seus respectivos clubes/ times de futebol, os clubes sociais onde se realizavam bailes de carnaval, as primeiras salas de cinema, a até as praças e calçadas concebidos para a prática do popular “footing”³⁸. Curiosamente, o sentimento originado pela presença ou ausência destes elementos, juntamente com fatores mais subjetivos, como os trejeitos e a linguagem, alimentaram uma profunda e longa dinâmica social de rivalidade³⁹.

³⁸ Ver: “MACHADO, 2019: p. 115-117”; “OLIVEIRA, 1999: p. 40-44” e “SOUZA, 2019: p. 72-80”.

³⁹ Exemplos desta rivalidade foram fartamente registrados por cronistas e memorialistas que escreveram sobre a História de Goiânia e de Campinas, como Horieste Gomes, José Mendonça Teles e Bariani Ortêncio. Esta relação transitou, especialmente durante as décadas iniciais de Goiânia, entre a amistosidade jocosa do cotidiano e a seriedade das disputas políticas. A este respeito, Oliveira pontua que: “a rivalidade entre Goiânia e Campinas

A questão dos clubes de futebol e seus estádios foi sintomática e especialmente representativa neste sentido, pois, segundo Oliveira (1999): “essa rivalidade manifestava-se em vários aspectos do relacionamento em Campinas e Goiânia, porém era nas partidas de futebol que esse antagonismo se tornava mais visível” (p. 40). Por isso, percebemos que as constantes comparações - muitas vezes transformadas em disputas - entre goianienses e campineiros refletiram, naquele momento, a forma como estas populações estavam lidando com as mudanças que os processos de modernização imprimiam sobre suas vidas, especialmente quando nos referimos ao Atlético Clube Goianiense e ao Goiânia Esporte Clube.

O Atlético, apelidado de “Dragão da Campininha”, foi a primeira agremiação fundada em Goiânia sob o status de clube futebolístico profissional, em 2 de abril 1937, enquanto o Goiânia foi fundado, oficialmente, em 28 de julho de 1938⁴⁰.

O Atlético acabou se enraizando fortemente como elemento identitário para a comunidade de Campinas, especialmente depois que seu rival imediato, o Goiânia, foi fundado justamente para que fossem realizadas partidas entre equipes profissionais adversárias. Horieste Gomes explicita a importância simbólica que o fenômeno adquiriu na cidade, afirmando que: “era justamente o que estava faltando para tornar Goiânia uma cidade mais atrativa, acolhedora, capaz de propiciar espetáculos, a exemplo do futebol, como atração coletiva aos campineiros-goianienses” (GOMES, 2014: p. 70).

O estádio do Atlético, batizado em homenagem ao mecenas do clube, Antônio Accioly, foi erguido mediante doações dos torcedores e da comunidade do bairro, na atual avenida 24 de Outubro⁴¹. Mesmo modesto, era motivo de orgulho coletivo, pois fez do Atlético o primeiro time de Goiás a ter um campo de futebol legitimamente próprio, o qual, por muitos anos, serviu para abrigar partidas oficiais, além de funcionar como base de treinamento da equipe.

Já o Goiânia Esporte Clube, cuja ideia de fundação - não efetivada de imediato - remete a 1936, teve uma história de implantação menos orgânica. O clube foi concebido a partir de

perdurou de forma mais aguçada até a década de 60, quando o acentuado crescimento demográfico de Goiânia diluiu essas disputas provincianas.” (OLIVEIRA, 1999: p. 45).

⁴⁰ Data provável, sustentada pela pesquisa de Horieste Gomes (2014), aqui tomado como referência, uma vez que existem divergências historiográficas a respeito do dia exato. Souza (2019, p. 80) fez um levantamento documental que atesta a existência de pelo menos sete datas possíveis para a fundação do Goiânia Esporte Clube.

⁴¹ Segundo Gomes (2014), a posse definitiva do terreno onde se situava o campo em que os jogadores do Atlético jogavam foi obtida em 1942, por meio da influência de Antônio Accioly, que era proprietário do principal cartório de registros de Campinas. Juntamente com Edson Hermano, um ferrenho colaborador da causa atleticana desde a fundação, ele obteve do Estado a doação da área, de 18.000 m², na Avenida 24 de Outubro. Depois, a concessão foi ampliada para 30.000m², mediante assinatura de um termo de responsabilidade em relação à sua destinação exclusiva: a construção de “uma praça esportiva destinada ao desenvolvimento do esporte em Goiânia”, ou seja, o estádio do Atlético. (GOMES, 2014: p. 71). Assim, percebe-se que o interventor Pedro Ludovico atendeu às demandas dos campineiros pela oficialização da posse sobre o terreno como forma de equilibrar o fato de o Goiânia Esporte Clube ter recebido os direitos de mando sobre o Estádio Olímpico no ano anterior.

sugestões de estratégias que poderiam refletir no aumento da popularidade do Interventor. A ideia foi executada por um grupo de homens que uniram sua proximidade com o poder ao gosto pelo futebol. Entre eles, estava o arquiteto José Neddermeyer, funcionário do governo que foi o primeiro presidente do clube. Depois de sua fundação, o clube recebeu do Governo Estadual o direito de usufruto do “Estádio Olímpico Pedro Ludovico Teixeira”, à época conhecido como “Campo da Avenida Paranaíba”, inaugurado em 3 de setembro de 1941.

Naquele tempo, a relação que se estabeleceu entre o clube Atlético, seu estádio e a “identidade campineira”, adotada pela comunidade do bairro - conforme apontou Horieste Gomes - é reveladora de como esta questão possuía implicações culturais profundas, que denotam que o “identitarismo bairrista” pode ser considerado um elemento associado à experiência social da modernização em Campinas, pontualmente caracterizado por manifestações de resistência simbólica:

Foi no Estádio Antônio Accioly [...] que a alma a atleticana foi sendo plasmada e alimentada desde a fundação do Atlético Clube Goianiense, em 2 de abril de 1937, quando o campo ainda era de terra, de cerca de madeira e sem arquibancada. O “espírito da campinidade” está embrenhado na razão de ser e existir do campineiro e do Atlético. (GOMES, 2014: p. 20-21).

Em contrapartida, pairava sobre o Goiânia e seu estádio uma aura de artificialidade e instrumentalização política. Assim como em outros aspectos, a população de Campinas demonstrava sua resistência às “novidades de Goiânia”, contrapondo o Atlético, que identificavam como “time da massa” ou “time do povo”, contra o rival, rotulado como “time da elite” ou “time do Governo”. Faziam parte desta troca, inclusive, persistentes insinuações de que o Goiânia E.C. só vencia porque recebia incentivos financeiros do Governo Estadual, e que seus jogadores eram “funcionários públicos” do Estado (OLIVEIRA, 1999: p. 42).

A evolução política deste quadro de rivalidade expresso no esporte guarda ligação com as promessas feitas pela oposição ao grupo de Ludovico durante a campanha para governador que visava as eleições de janeiro de 1947. Em entrevista, concedida ao jornalista Victor Hugo Lopes para o Jornal Diário da Manhã, o ex-diretor do Museu Pedro Ludovico, Eduardo Benfica, resumiu bem o contexto político da época: “a política era movida por paixões”. Na visão dele, o país passava por um período de renovação após a saída de Vargas em 1945. Como a saída do ditador ainda era recente, a propaganda contra seu legado era muito forte no auge do processo de redemocratização, e encontrava, em Goiás, grande aceitação entre os grupos insatisfeitos com a “hegemonia pedrista”.

Foi deste modo que Coimbra Bueno, ao ser assediado pela oposição ao antigo padrinho e chefe, saiu debaixo das asas de Ludovico para alçar voo solo, deixando-se cooptar pela possibilidade real de vitória no partido que, em Goiás, passou a alocar, os pósteros do

caiadismo. Deste modo, Benfica avaliou que “o Caiadismo voltou à tona” na política goiana naquelas eleições que “pegaram fogo nos dias antecedentes à votação”, que foi marcada por muitas promessas e até mesmo denúncias de episódios de “jaguncismo” (DIÁRIO DA MANHÃ, recorte de jornal impresso, sem data, Biblioteca Municipal Cora Coralina). Esta análise de Benfica corrobora a tese aqui sustentada, de que nossa modernidade ocorreu sobre as bases tradicionalistas de nossa estrutura social e cultura política, em que elementos arcaicos como o “jaguncismo” ainda eram uma possibilidade a ser explorada devido à sua persistência em meio aos processos de modernização em curso.

Interessa-nos, especialmente, o fato de que, naquele pleito, o candidato da UDN, Jerônimo Coimbra Bueno, soube explorar elementos desta rixa, avivando ressentimentos coletivos ao sugerir que Campinas sofrera, ao longo dos anos, com um progressivo descaso por parte do interventor. Deste modo, cabe a constatação de Oliveira, quando afirma que: “depois da redemocratização do país, a partir de 1945, a ligação entre futebol e política fica mais evidente. O Goiânia passou a ser um time ligado ao grupo ludoviquista do PSD, enquanto o Atlético era considerado o time daqueles que manifestavam oposição ao ludoviquismo, como a UDN.” (OLIVEIRA, 1999: p. 42-43)

Nesse sentido, em nossa análise, destacam-se entre as promessas de Coimbra Bueno, seu compromisso em finalmente construir um “Liceu para Campinas”, à revelia das críticas e esforços contrários daqueles que acreditavam que “o bairro não comportava um estabelecimento de ensino de porte semelhante ao do Liceu”. Demonstrava-se, assim, como as comparações eram um terreno fértil a ser explorado politicamente. Em seu livro de memórias, uma coletânea de depoimentos e reflexões com caráter autobiográfico, Hélio Seixo de Brito, que foi Secretário da Educação e Saúde no governo de Coimbra Bueno, lembrou a narrativa política constituída em torno desta promessa e o peso que fora conferido à sua concretização:

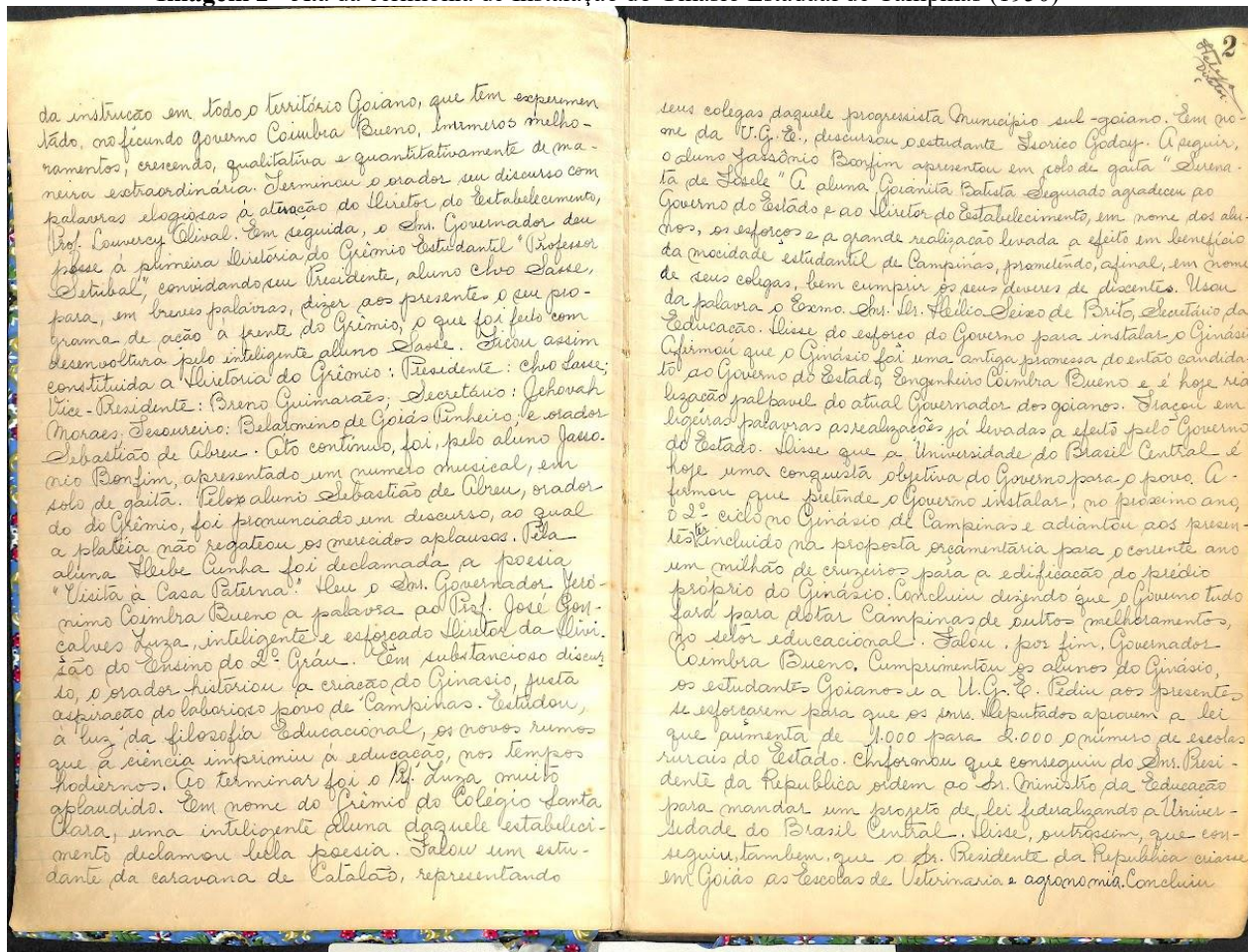
A instalação do Colégio Estadual de Campinas, hoje Colégio Estadual Pedro Gomes, foi outra festa das mais gratificantes, pois era a nossa resposta aos apaixonados adversários políticos que não desejavam o meu sucesso na Secretaria importante da Educação. Para eles – demagogicamente – Campinas não comportava um estabelecimento de ensino daquele porte. A resposta está aí no tamanho do Colégio Pedro Gomes e no benefício enorme que vem fazendo. É a prova de que estávamos certos e, por isso, o meu silêncio às críticas desonestas e insinceras é o que mereciam. (BRITO; 1999: p. 72)

Encontramos referência à tal promessa no contexto do discurso, proferido pelo então Secretário de Estado, durante a cerimônia solene de inauguração do Ginásio Estadual de Campinas, realizada no dia 15 de abril de 1950 (*Imagem 2*). Na ocasião, Seixo de Brito afirmou, diante da plateia presente no “Salão Nobre” do antigo Grupo Escolar Henrique Silva (primeira sede do Ginásio Estadual de Campinas), composta por representantes da comunidade escolar,

da comunidade do bairro e autoridades políticas - entre as quais, o próprio governador - que aquela escola se tratava de uma antiga promessa que o então candidato consubstanciou em realidade, juntamente com outros melhoramentos educacionais prometidos no bojo de sua campanha, que foram citados ao longo de sua fala, conforme registrado no documento:

“[...] Usou da palavra o Exmo. Snr. Dr. Hélio Seixo de Brito, Secretário da Educação. Disse do esforço do Governo para instalar o Ginásio. Afirmou que o Ginásio foi uma antiga promessa do então candidato ao Governo do Estado, Engenheiro Coimbra Bueno, e é hoje realização palpável do atual Governador dos goianos.” (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES. Livro Ata de Instalação do Ginásio Estadual do Bairro de Campinas, 15 de abril de 1950: p. 2)

Imagem 2 - Ata da cerimônia de Instalação do Ginásio Estadual de Campinas (1950)



Fonte: Secretaria do CEPI Professor Pedro Gomes / Digitalização: Vinícius Felipe Leal Machado

Portanto, não foi por acaso que, na década de 1960, quando a instituição de Campinas foi elevada à condição de colégio, estabeleceu-se uma grande rivalidade com o Liceu de Goiânia, tendo em vista que já existia uma ansiedade latente compartilhada, e alimentada politicamente, principalmente através da imprensa instrumentalizada.

Este sentimento foi incorporado pelos estudantes e manifestou-se principalmente no âmbito das disputas esportivas e nos desfiles das bandas marciais escolares. Anteriormente à incorporação destas manifestações à identidade institucional do que viria a se constituir no

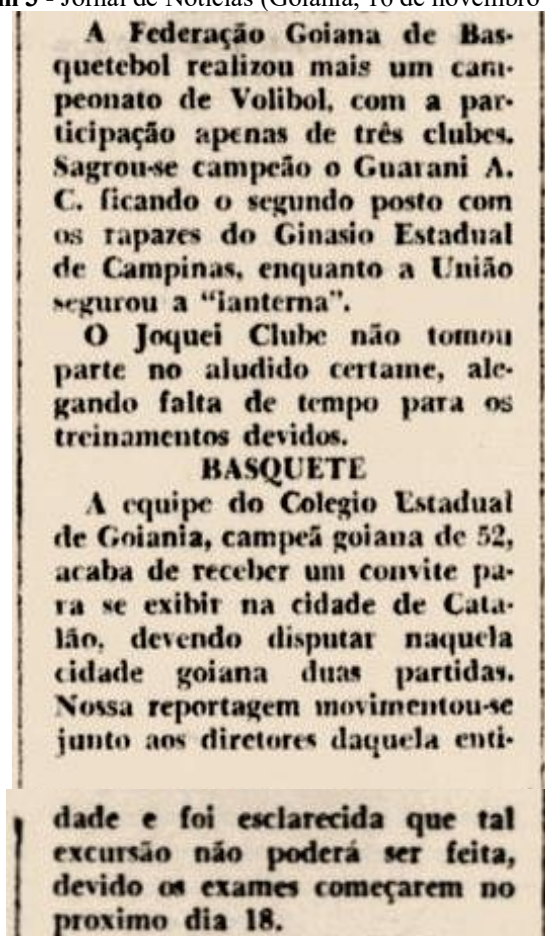
Colégio Pedro Gomes e a se consolidar a partir da gestão de Lígia Rebelo, aquela rivalidade manifestada no esporte profissional já se expressava com força semelhante também nos embates entre estudantes de outras instituições escolares das duas regiões. Oliveira registrou que “a rivalidade entre Goiânia e Campinas não se estendia apenas a estes dois times adultos. [...] As disputas esportivas (principalmente vôlei e basquete), entre os alunos da Escola Normal de Campinas e os do Lyceu de Goiânia, também eram um exemplo da rivalidade entre as duas localidades” (OLIVEIRA, 1999: p. 44).

A atenção dada pela imprensa local às disputas estudantis pode ter refletido o interesse que a sociedade campineira conferia a estas representações promovidas pela juventude local. Naturalmente, as abordagens jornalísticas são, também, reveladoras dos valores e tendências políticas dos interessados em publicizar continuamente o ambiente estudantil.

Em 1952, dois anos após a “Cerimônia de Instalação do Ginásio Estadual de Campinas”, os estudantes da instituição já figuravam nas disputas dos esportes estudantis, se tornando assunto abordado nas páginas do recém-criado diário campineiro *Jornal de Notícias*⁴². A edição de 16 de novembro de 1952 (*Imagem 3*) registrou a participação dos representantes da instituição em um campeonato de basquete de escopo reduzido, com poucas equipes adversárias. Na continuação da nota, o veículo noticiava uma informação que expressava a grandeza alcançada pela equipe, do mesmo esporte, composta por estudantes do Liceu de Goiânia (Colégio Estadual de Goiânia). Esta sagrara-se “campeã goiana de 52” e havia sido convidada para partidas de exibição em Catalão, que não puderam ocorrer devido ao choque com as datas de provas dos estudantes:

⁴² O *Jornal de Notícias* foi fundado em 1952, em Goiânia, pelo advogado, jornalista e professor Alfredo Nasser. Nasser foi uma figura muito ativa nas dinâmicas políticas regionais e nacionais desde a “Revolução de 1930”, ocupando várias funções públicas até seu falecimento, em novembro de 1965, durante exercício de mais um mandato como deputado federal pelo PSP (1959-1963; 1963-1965). O editorial de estreia do *Jornal de Notícias* afirmava que o veículo era um “órgão de imprensa independente” “composto e impresso em oficinas próprias, instaladas em Campinas, à praça Joaquim Lúcio, nº 85.” (JORNAL DE NOTÍCIAS nº 8, 11 de março de 1953: p. 03). A publicação desta “auto-definição” do jornal se repetiu nas edições seguintes, sempre acompanhando o número telefônico pelo qual os leitores e anunciantes poderiam entrar em contato com a redação. Enquanto circulou, o *Jornal de Notícias* foi, de fato, um veículo de imprensa identificado com a região de Campinas, sempre trazendo fatos de interesse dos habitantes, empresários e trabalhadores da localidade: “acontecimentos triviais do cotidiano da comunidade, como até mesmo os efeitos de quedas de energia eram noticiados” (MACHADO, 2019: p. 170).

Imagem 3 - Jornal de Notícias (Goiânia, 16 de novembro de 1952)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Quase sete anos depois, o mesmo veículo jornalístico voltava a demonstrar interesse nos eventos esportivos escolares, dedicando-se, na edição do dia 21 de outubro de 1959 (*Imagem 4*), a noticiar a abertura da "I Olimpíada Escolar Feminina a se realizar no Estado de Goiás", promovida "no afã de comemorar dignamente o 26º aniversário da Capital". No evento, foram anunciados os embates entre estudantes componentes de equipes de voleibol e basquetebol de diferentes escolas de Goiânia. No texto desta notícia, percebe-se a utilização dos nomes "Liceu de Campinas" e "Liceu de Goiânia", subentendendo-se um esforço para estabelecer equivalência entre as duas instituições.

Imagem 4 - Jornal de Notícias (Goiânia, 21 de outubro de 1959)

Sabado a Abertura da Olimpiada

E' o seguinte o programa oficial da abertura da I Olimpiada Escolar Feminina, idealizada pelo cronista Genesio Lopes.

Dia 24 — Sábado — às 8 horas — Concentração na Praça Cívica dos colégios participantes da I OLIMPIADA ESCOLAR FEMININA, a se realizar no Estado de Goiás.

Abertura Solene.

Desfile dos Colégios participantes, pelas principais avenidas da cidade.

Às 15,30 — Abertura dos Jogos da OEF.

1.o jogo: Senac x Escola Técnica de Campinas (Volei)

2.o jogo: Liceu de Campinas x Liceu de Goiânia (Volei)

3.o jogo: Escola Técnica de Campinas x Liceu de Goiânia (basquetebol)

Dia 25 — Domingo — às 8

Assistência...

(Conclusão)

to e Metropolitana e registrando, até agora, ... 15.897 e 164 atendimentos, respectivamente. A localização de Tório terá brevemente também o seu ambulatório, que se acha em construção.

Desnecessário será acentuar a importância de assistência médica proporcionada pelo Governo aos habitantes da futura Capital Federal, através dos Serviços de Tuberculose e da Lepra e do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Em uma época em que os desfiles em comemoração de datas cívicas eram considerados efemérides importantes no cotidiano da cidade, os desfiles de celebração da “Independência do Brasil” causavam grande comoção geral e recebiam atenção especial dos veículos de comunicação. As escolas, instadas a enviarem representantes, viam nestes eventos uma oportunidade de adquirirem prestígio e admiração popular. Mesmo antes de se firmar oficialmente como colégio, a instituição de Campinas passou a figurar anualmente no evento, estimulando seus alunos a buscarem sempre posição de destaque. Como fora noticiado na edição do dia 08 de setembro de 1959 do Jornal de Notícias (*Imagem 5*), o “Colégio Estadual de Campinas foi o primeiro colocado” no desfile daquele ano. A apresentação não era, necessariamente, uma atividade com finalidade competitiva, mas, por uma tradição que explicitava o “espírito da época”, havia se instituído uma comissão de julgamento encarregada de escolher “o colégio que melhor se apresentou ao desfile”, o que parecia motivar bastante o empenho dos jovens.

A análise da edição nos proporciona elementos complementares que permitem refletir sobre as relações de poder circunscritas àquela atividade, as quais, subjetivamente extrapolam o âmbito escolar e a simples “manifestação de civismo”. Em 1959, o Jornal de Notícias, que era editado e publicado em Campinas, seguia linha editorial vinculada aos interesses de seu proprietário, Alfredo Nasser, político filiado ao PSP, partido aliado à UDN, componente do bloco opositor ao PSD, do governador José Feliciano Ferreira (1959-1961)⁴³. Em tom ufanista, o texto fazia questão de se referir ao Ginásio Estadual de Campinas, como colégio, mantendo-se fiel à sua tradição de promover a equiparação informal entre o status deste e o Liceu. Importante ressaltar que, naquele momento, o Liceu de Goiânia era oficialmente chamado de Colégio Estadual de Goiânia⁴⁴. Naturalmente, a instituição “do centro de Goiânia” também foi citada na matéria.

O jornal aproveitou os informes sobre o sucesso do evento transcorrido para apresentar duras críticas ao governador José Feliciano, por ele, supostamente, ter indicado a intenção de cancelar o desfile, do qual o Ginásio de Campinas vinha participando anualmente com grande interesse. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 08 de setembro de 1959).

⁴³ José Feliciano Ferreira era um político jataiense proveniente de família ligada ao agronegócio. Construiu laços políticos com as oligarquias do sudoeste do Estado, as quais favoreceram uma rápida ascensão em sua carreira política dentro do partido de Pedro Ludovico. Em 1950 elegeu-se deputado estadual pelo PSD. Foi Secretário de Educação de Goiás durante o mandato de seu antecessor, José Ludovico de Almeida (1955-1959), também do PSD. Ocupou o cargo entre 1955 e 1958. Nas eleições de outubro de 1958, foi eleito governador, ao derrotar César da Cunha Bastos, da UDN, assumindo em fevereiro de 1959. Foi de suas mãos que veio a assinatura da “Lei nº 2568, de 10 de setembro de 1959”, dispositivo legal que determinou a elevação do Ginásio Estadual de Campinas à categoria de colégio, e oficializou, a partir do ano seguinte, a adoção do nome “C.E. Professor Pedro Gomes”. Feliciano não fugiu à regra tácita da política da época, na qual era proforma encampar um discurso desenvolvimentista, naquele momento fortemente contaminado pela construção de Brasília dentro de nosso Estado, Feliciano conduziu “um governo baseado em três pilares que remetem à ideia de modernização: estradas, energia, escolas”. Neste trinômio, chamamos a atenção para a ênfase concedida aos investimentos na área da educação, principalmente sob o ponto de vista estrutural, com a expansão da rede. Ferreira também priorizou o suporte ao governo federal nas medidas necessárias à construção de Brasília, tendo importante papel na desapropriação da área do novo Distrito Federal e na instalação da rede de transmissão elétrica para a nova sede administrativa do país.

⁴⁴ A questão das alterações dos nomes dos principais colégios estaduais do Estado logo após a redemocratização, também está inserida nas disputas entre o PSD de Pedro Ludovico e a UDN, de Coimbra Bueno e Hélio Seixo de Brito. Além de “criar” o “colégio de Campinas”, a administração destes dois buscou imprimir sua marca nas outras instituições já existentes. Seixo de Brito afirmou que sua gestão reestruturou a educação pública estadual e “criou três colégios estaduais de grande porte”, entre os quais estavam o Colégio Estadual da Cidade de Goiás e o Colégio Estadual de Goiânia. Na verdade, estes colégios não foram criados durante sua administração. Eram os antigos Liceu de Goyaz e o Liceu de Goiânia, respectivamente, que tiveram seus nomes “modernizados” (BRITO, 1999: p. 71).

Imagem 5 - Jornal de Notícias (Goiânia, 08 de setembro de 1959)

BRILHANTISMO, ALEGRIA E ENTUSIASMO NO DESFILE DE 7 DE SETEMBRO
Vitória do Patriotismo da Juventude - Colégio Estadual de Campinas o Primeiro Colocado

Conforme já é do conhecimento público o Governo havia suspenso o desfile do dia 7 de setembro, a ser realizado em homenagem ao dia da Pátria. Foi necessário uma firme e enérgica reação por parte do povo e dos estudantes secundaristas dos diversos colégios de nossa capital, para que as autoridades suspendessem a portaria que feriu os sentimentos cívicos e patrióticos da nossa juventude. Através de nossas colunas, damos a mais ampla cobertura ao movimento estudantil que exigiu do Governador a reconsideração de um ato impatriótico e que demonstrava uma indiferença criminosa pela data magna da nacionalidade.

O DESFILE
 Desfilaram pelas praças, avenidas e ruas de Goiânia as seguintes escolas e colégios: Grupo Escolar Modelo, Instituto Araguaia, Colégio Estadual de Campinas, Instituto de Educação, Colégio Estadual de Goiânia e Ateneu D. Bosco. Em seguida, desfilaram também um Grupo de Cavalaria da Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Banda da Polícia Militar do Estado e o Exército Nacional.

BRILHANTISMO E ENTUSIASMO
 Revestiu-se de grande brilhantismo, alegria e entusiasmo a parada do dia 7 de setembro. Pela Praça Bandeira onde foi armado o palanque oficial e onde se concentrou enorme massa popular, desfilaram os diversos colégios e corporações militares com centenas de bandeiras coloridas e seus uniformes de gala que muito contribuíram para dar maior beleza, alegria e realce às comemorações do Dia da Independência que, em Goiânia, foram realizadas apesar da indiferença e da má vontade governamental. Milhares de pessoas, apesar do calor e de um sol constante assistiram e aplaudiram com entusiasmo, até ao fim e desfile.

COLEGIO ESTADUAL DE CAMPINAS O PRIMEIRO
 A Comissão encarregada de fazer o julgamento dos colégios que rueller se apresentaram ao desfile, concedeu o primeiro lugar, ao Colégio Estadual de Campinas.

Compre por menos Cr\$ 110,00 das preços atuais da praça, comprando diretamente no DEPOSITO DO MOÍNHU FLUMINENSE S.A., a melhor farinha de trigo do mercado, ao preço de Cr\$ 93,50, para qualquer quantidade.

Moinho Fluminense S/A
 (FUNDADO EM 1837)
 DEPOSITO EM GOIANIA - Rua 61, n. 7, Esq. Av. Goiás.

O POVO NEGOU PALMAS AO GOVERNADOR
 A incalculável multidão que de nossa capital para as praças e ruas tirou do desfile do dia da Pátria, foi pródiga em aplausos às entidades escolares e corporações militares participantes.

Entretanto, um fato chamou a atenção de muita gente. O governador José Feliciano, em carro aberto, atravessou a multidão, sem que houvesse uma palma sequer partida do povo. Isso, sem dúvida, veio comprovar a grande impopularidade em que caiu o governador. Então, do fracasso no cumprimento de tantas promessas feitas, outro não deveria ser o comportamento da massa popular. O silêncio com que a

Foram os seguintes os requerimentos apresentados ao desfile de ontem: De autoria do sr. Manoel Joaquim, foi apresentado um requerimento no sentido de ser encarecido junto ao Departamento de Terras, providências para resolver questões relacionadas com os posseiros. De sr. Getúlio Vaz solicitando providências visando a criação de uma Agência Postal Telegráfica em Brasília. De autoria do sr. J. Eduardo Soares, propondo auxílio de dois milhões de cruzeiros para o Serviço Médico Legal, solicitando junto ao presidente da República e o ministro do Trabalho, criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento.

Ainda do mesmo autor pedindo a criação de uma Agência Postal Telegráfica de Itapirapuan. Do sr. Cleopina Araújo, solicitando a reconstituição do projeto de lei que eleva de cento e vinte cruzeiros para quatrocentos e quarenta a multa de multa manual o uso de famula.

Assumindo a tribuna o deputado Waldyr Guina, propôs a inserção na ata, de um voto de pesar pelo falecimento da sr. Maria Neto de Velasco Figueiredo. A ilustrada extinta deixou dois filhos, os srs. José Otávio Velasco Figueiredo, presidente do Diretoria da UDE de Palmeiras e Antônio Velasco Figueiredo, comerciante nesta cidade.

Nada, biapo do Porto Nacional, envolvido de rancore condenável nas injustas e facciosas reportagens do jornal "Última Hora". Jamais aquele ilustre prelado poderia omitir conceitos tão inverídicos, como pretendia o inescrupuloso reporter.

Finalizando a operosa representante norista, leu longo documento, de autoria do sr. Humberto Ludovico, pulverizando as acusações que lhe foram imputadas pelo já

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Ao mesmo tempo em que exaltava o massivo comparecimento do público e o “brilhantismo, alegria e entusiasmo” demonstrado pelas agremiações que desfilaram, o veículo acusou o governador, que estava em seu primeiro ano de mandato, de ser portador de “indiferença criminosa pela data magna da nacionalidade” e que a possibilidade de não realização do evento seria um “ato impatriótico” de um governante “impopular” e “fracassado no cumprimento de promessas feitas”, a quem “o povo negou palmas”, durante o evento.

O teor ácido da crítica se insere em um contexto de turbulência que caracterizou o período democrático Pós-1945 em Goiás, cenário no qual o bairro de Campinas ocupou, em certa medida, posição de epicentro e o Colégio Pedro Gomes acabou se tornando importante peça no tabuleiro.

O mandato de Feliciano Ferreira foi um “período tampão”⁴⁵, ocasionado por uma confusa legislação eleitoral vigente na época. Alguns Estados da Federação, entre eles, Goiás,

⁴⁵ A Constituição de 1946 estipulava que o mandato do Presidente da República teria duração de cinco anos, mas não determinava a duração dos mandatos para os demais cargos eletivos do poder executivo. O “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” determinava que os governadores eleitos em 1947 terminariam seus mandatos no mesmo dia que o presidente Eurico Gaspar Dutra. A partir de então, alguns estados fixaram em cinco anos o mandato de seus governadores, enquanto outros adotaram um mandato de quatro anos. Goiás seguiu o segundo grupo, mas aderiu à regra do quinquênio nas eleições de 1960, quando Mauro Borges foi eleito para, então, cumprir cinco anos de mandato. Para fazer tal ajuste, as eleições de 1958 haviam sido disputadas para eleger um governador para um período de apenas dois anos. (CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

elegeram governadores e vices para um período mais curto que o usual, de apenas dois anos, a fim de ajustar os calendários eleitorais para que coincidisse com as eleições presidenciais e para o Congresso Nacional que seriam realizadas em 1960. Para atingir este objetivo, primeira hipótese cogitada havia sido a extensão do mandato de José Ludovico de Almeida⁴⁶, que passaria a ter seis anos. Juca Ludovico, como era chamado, conseguiu costurar alianças improváveis, entre oposicionistas e situacionistas, na Assembleia Legislativa, que lhe garantiram a aprovação da emenda que prorrogaria seu mandato, além do mandato do prefeito de Goiânia e de seus respectivos vices. No entanto, a emenda foi derrubada por um recurso acatado pelo Supremo Tribunal Federal, o que levou o Tribunal Superior Eleitoral a determinar a realização de eleições em 1958, para a troca de onze governos estaduais, incluindo Goiás.

Apesar de curto, o mandato de Feliciano Ferreira foi marcado por uma intensa troca de acusações mútuas entre governo e oposição. Em geral, o debate público foi tumultuado por insinuações relativas a promessas supostamente não cumpridas e, principalmente, pela má gestão dos recursos públicos por parte dos ludoviquistas. Esta contenda não era novidade. Como demonstramos, o cenário de polarização entre o grupo de Pedro Ludovico e o grupo udenista já havia se firmado desde as eleições de 1947, mas havia se agravado após as eleições de 1954, em que o resultado que dava o candidato do PSD como vitorioso foi questionado pela UDN⁴⁷.

Toda esta situação encontrava ressonância na imprensa e reverberava na maneira como eram conduzidas obras e políticas públicas, entre as quais estavam ações destinadas à educação pública. Genesco Bretas resume aquele período da seguinte forma: “existia entre os dois grandes partidos da época (PSD e UDN) tal animosidade que, quando havia troca de partido no

⁴⁶ José Ludovico de Almeida foi governador de Goiás entre 12 de março de 1955 e 31 de janeiro de 1959, eleito pelo PSD, por votação popular, ao vencer Galeno Paranhos, da coligação UDN-PSP, nas eleições de 3 de outubro de 1954. Sua vitória ocorreu em sua segunda tentativa de chegar ao Palácio das Esmeraldas. Ele já havia sido derrotado, na primeira vez em que disputou, por Jerônimo Coimbra Bueno, da UDN, nas eleições de 19 de janeiro de 1947. Almeida possuía formação em Farmácia e era natural de Itaberaí. Sobrinho de Pedro Ludovico, trilhou grande parte de sua trajetória política sob o apadrinhamento do tio, após a “Revolução de 1930”. Com a redemocratização de 1945, esteve ligado à direção estadual do PSD, partido ao qual permaneceu filiado até pouco antes das eleições realizadas em 3 de outubro de 1960, quando rompeu com seu grupo e tentou voltar ao governo estadual pelo oposicionista Partido Social Progressista (PSP). Na oportunidade, disputou contra seu primo Mauro Borges Teixeira, primogênito de Pedro Ludovico, saindo derrotado. Retornou ao cenário político eleitoral nas eleições estaduais de 1962, quando foi eleito para mandato de Deputado Federal por Goiás.

⁴⁷ Nas eleições de 1954, houve necessidade de realização de uma votação suplementar em Goiás, para definir o novo governador do Estado. Isto ocorreu devido à impugnação de urnas consideradas inaptas por “suspeitas de violação e outras ilegalidades”. A quantidade de votos contabilizados nas urnas impugnadas representava mais do que a diferença entre os dois candidatos a governador, o que levou ao impasse. Como o voto para o cargo de vice era contado em separado, o candidato a vice da chapa encabeçada por José Ludovico, Bernardo Sayão (PSD), obteve votos suficientes para ser empossado no dia 31 de janeiro de 1955, como era previsto. A posse de Juca Ludovico no cargo de governador ocorreu apenas no dia 12 de março daquele ano, depois que sua vitória sobre Galeno Paranhos, da coligação UDN-PSP, foi oficializada após validação das eleições suplementares.

poder, o vencedor não continuava, nem concluía obras começadas pelo partido vencido”. (BRETAS, 1991: p. 585).

Desde o princípio, a história da gestão de Lígia Rebelo no Colégio Pedro Gomes - assim como a própria história da criação da instituição - esteve ligada a este contexto de disputas políticas regionais, no qual Rebelo, a propósito, soube transitar muito bem. Deste trânsito favorável entre as autoridades instituídas, resultaram benefícios para si e para o Colégio Pedro Gomes. Conforme demonstramos ao longo deste capítulo, as disputas políticas com as quais Lígia Rebelo precisou lidar ao longo da carreira, estiveram condicionadas aos processos de modernização conduzidos no âmbito da política e da economia nacionais, encontrando, nos agentes em disputa, os representantes locais de tais projetos.

Deste modo, conclui-se que, em Goiás, os reflexos da modernização conservadora e periférica brasileira possuíram a peculiaridade de estarem limitados pelas históricas idiossincrasias inerentes às estruturas socioeconômicas e culturais locais retrógradas. Estas estruturas eram conduzidas por elites que por muito tempo se mantiveram reticentes contra qualquer progressismo, devido ao fato de terem seu poder, efetivo e simbólico, fundamentalmente vinculados aos valores cultivados no âmbito das relações sociais provincianas e das relações econômicas rurais mais arcaicas.

Neste contexto, a educação formal da população, baseada na expansão e na profissionalização do trabalho educacional foi um aspecto das políticas públicas que se encontrou relegado a um plano negligenciado até o momento em que esta realidade se tornasse definitivamente incompatível como os processos de modernização anunciados a partir da terceira metade do século XX.

Após uma abrupta quebra simbólica dos paradigmas antimodernistas vigentes no Estado, representada pela mudança de capital, os processos de modernização se avolumaram e se aceleraram na medida em que a velocidade das transformações econômicas e demográficas impeliu o Estado a fornecer condições para a população local ser adequadamente inserida no novo contexto.

Deste modo, o trabalho de agentes como Lígia Rebelo se fez necessário no Estado. Uma educadora jovem, porém, experiente, que obteve sua formação escolar e sua inserção profissional justamente quando ocorria a tal transição do paradigma político-cultural-educacional. Ela se fez educadora quando a sociedade goiana dava seus primeiros passos para sair de uma condição caracterizada pela baixa taxa de adesão aos estudos escolares e pela insuficiente profissionalização do trabalho nesta área. Anos depois, ela se fez diretora do maior colégio público do mais antigo bairro de Goiânia, quando um cargo burocrático com este nível

de projeção e responsabilidade ainda era consideravelmente distante da realidade das mulheres no Estado. Por outro lado, sua ascensão marcada por uma necessidade prática dos agentes políticos da modernização goiana. Ocorreu quando os investimentos no campo da educação pública se tornaram um aspecto valorizado entre as autoridades, cada vez mais preocupadas com o potencial eleitoral de suas ações em um contexto de expressivo aumento da demanda por ensino de qualidade para os jovens em formação, vistos como os futuros cidadãos goianos.

Na perspectiva de buscar o aprofundamento nos diversos aspectos levantados por esta discussão e as reflexões iniciais suscitadas, no segundo capítulo, a seguir, apresentaremos a personagem Lígia Rebelo a partir de suas memórias, para que possamos compreender suas ações para além do plano estritamente delimitado por seu papel como diretora do Colégio Pedro Gomes. Desta forma, visamos atingir uma complexidade interpretativa, acerca do sujeito histórico Lígia Rebelo, que leve em conta as múltiplas dimensões de sua formação e trajetória de vida. Propomos, portanto, um estudo que considere a trajetória de vida de Lígia Rebelo a partir de uma concepção omnilateral do indivíduo, ou seja, que considere as esferas da educação e do trabalho definitivamente indissociáveis.

A partir do estudo proposto, os vínculos políticos, familiares e sociais de Lígia Rebelo serão analisados a fim revelar como tais elementos estruturantes de sua personalidade incidiram sobre sua trajetória, até sua gestão no Colégio Pedro Gomes. No terceiro capítulo, continuamos a tratar da sustentação política conferida ao trabalho de Lígia Rebelo, investigando como isso se expressou nas características de seu trabalho, especialmente através daquilo que caracterizamos como “práticas educacionais subjetivas”.

2 MEMÓRIA PRESERVADA, IDENTIDADE CONSTRUÍDA: LÍGIA REBELO POR ELA MESMA

“Esses anotadores... Esse ímpeto de tomar notas... Essa necessidade de deixar firmado... Uma vida, afinal, além de uma vida”.
(SWIFT, 1992: p. 207)

2.1 Pesquisa biográfica e historiografia: uma busca pelos sentidos do arquivo pessoal de Lígia Rebelo a partir das intersecções teóricas entre memória e identidade

Este capítulo se propõe a apresentar um estudo de memória. Consideramos, para efeito de análise, as memórias de Lígia Rebelo registradas pela própria autora e as memórias constituídas sobre ela por terceiros, uma vez que estas também foram objeto de interesse da educadora ao reunir e preservar documentos que lhe serviram ao propósito de rememoração de sua trajetória de vida e afirmação identitária retrospectiva.

Deste modo, nos propusemos a analisar, principalmente, os documentos reunidos pela educadora ao longo de sua vida com a finalidade aparente de organizar registros de seu passado em uma espécie de coleção de suportes de memória. Complementam esta análise, documentos obtidos em arquivos diversos, além dos relatos orais e escritos fornecidos por pessoas que conviveram com ela e presenciaram aspectos de sua trajetória. Esta proposta atende à necessidade de aprofundamento nas características da personagem central desta pesquisa, considerando-a como sujeito histórico cuja integralidade se origina de contextos socioeconômico e culturais específicos, responsáveis por influenciar não somente a sua conduta e características profissionais, mas por formar a base a partir da qual todo o resto de sua trajetória se origina: sua subjetividade enquanto indivíduo.

Antes disso, porém, urge a necessidade da devida apresentação do enquadramento teórico-metodológico em que a pesquisa se situa, uma vez que nele encontramos os fundamentos que justificam a pertinência deste tipo de trabalho para a nossa área e campo, bem como o instrumental que suporta as reflexões apresentadas. Ao lidar com a escrita biográfica e autobiográfica, sob múltiplas perspectivas, primeiramente, propõe-se aqui, a partir de revisão teórico-conceitual, historicizar brevemente o processo evolutivo de produção deste gênero, bem como refletir sobre seu uso tanto como fonte, quanto como objeto e produto da pesquisa em História.

Por princípio, devemos esclarecer que este trabalho não tem a pretensão de ser uma biografia, mas se vale dos gêneros biográfico e autobiográfico, tomados como objetos de

análise, no intuito de atingir os objetivos de pesquisa, que permeiam reflexões sobre arquivos e documentos/ monumentos que suportam testemunhos da trajetória de vida de um indivíduo cuja memória conseguiu se consolidar como fato cultural em seu nicho social, obtendo relevante alcance memorial até a atualidade.

A respeito da construção e registro de narrativas de vida individuais para fins historiográficos, as professoras do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (PPGE-UFG), Diane Valdez e Miriam Fábria Alves, explicam que desde a antiguidade, relatos de vidas privadas de indivíduos considerados exemplares em algum aspecto, especialmente cívico ou religioso, eram objeto de interesse cultural: a condição heroica era o principal critério para imortalização individual. Então, o Estado instrumentalizava o trabalho de escritores que se ocupavam da elaboração de textos que pudessem servir de suporte, tanto à memória coletiva, quanto à exaltação de famílias e grupos em posição de poder.

Valdez e Alves apontam que “a tradição romana de exaltar ações individuais, guiada pela aspiração gloriosa, reforçada no período medieval, influenciou a escrita de narrativas individuais na História” (VALDEZ; ALVES, 2019: p. 2). Portanto, em diferentes momentos e contextos - ora concorrendo com a tradição de transmissão oral das narrativas de vida, ora utilizando-as como fontes para a criação de versões pretensamente definitivas - esses textos passaram a ser encarados como forma de evitar que as histórias não se perdessem, ao deixarem de ser contadas, ou se alterassem a tal ponto que se tornassem irreconhecíveis, não refletindo mais os interesses daqueles que se apropriavam das possibilidades interpretativas dos feitos dos indivíduos que as inspiraram.

Nas sociedades medievais da Europa Ocidental, nos restritos círculos letrados, a criação e preservação das narrativas de vida se fundiam com a postura de adoração e reverência dos autores das hagiografias, textos extremamente elogiosos que se propunham a narrar a vida de beatos ou santos do cânone católico que, não raro, eram reis ou nobres elevados à condição sagrada. Deste modo, as hagiografias exaltavam aspectos da vida de indivíduos que foram, em seu tempo, reconhecidos como exemplos de dedicação e fé no interior da cristandade, sendo, assim, dignos de serem imortalizados, seguidos e imitados por aqueles que tomassem conhecimento de suas histórias.

Na modernidade, narrativas da vida privada de “grandes personalidades” adquiriram status de “relato oficial”, somando-se ao conjunto de artifícios simbólicos utilizados nos esforços de construção dos nacionalismos e servindo a propósitos políticos de coesão social preconizados pelo Estado Moderno. Assim, Alves e Valdez caracterizam o gênero da narrativa

biográfica, antes mesmo do surgimento do termo “biografia”, como uma forma básica de expressão do trabalho historiográfico realizado antes da Revolução Científica:

A escrita da história individual, ou biográfica, durante muito tempo se constituiu como a própria História, tratando de sujeitos idealizados, sob formato de prócer, que, aparentemente, agiam na história de forma individual, conquistando louros e garantindo lugar de reconhecimento. (VALDEZ; ALVES, 2019, p. 2)

As autoras situam o início de uma mudança de paradigma na produção deste tipo de texto no século XVIII, quando os objetivos dos autores passam a ser menos laudatórios e seus interesses mais mundanos: “a despeito de a Antiguidade já exercer a escrita de histórias de vidas privadas, o termo “biografia” se constitui no século XVIII, opondo-se a formas de se escrever histórias e discursos que idealizavam e louvavam sujeitos e histórias em formato laudatório e enaltecedor”. (VALDEZ; ALVES, 2019, p. 2).

A partir deste ponto, abriu-se o caminho para que a vida das chamadas “pessoas comuns” entrasse no foco de pesquisadores e escritores, embora o campo do ordinário ainda não encontrasse o mesmo espaço que os eventos e feitos notáveis que, de alguma forma, levassem o indivíduo a se destacar entre a massa indistinta que compunha as camadas inferiores. Esta constatação encontra respaldo no que afirmou Sabina Loriga, ao pontuar que “ao longo do século XVIII, a reflexão biográfica se desenvolveu sobre dois eixos essenciais: “além da vida dos santos e dos reis, interessou-se cada vez mais pela de poetas, soldados ou criminosos; e adota um tom mais intimista” (LORIGA, 2011, p. 19).

O aprofundamento historiográfico na vida de pessoas pertencentes a grupos invisibilizados pela historiografia clássica só foi efetivamente observado no século XX, a partir da emergência de vertentes de pesquisa historiográfica que propunham abordagens alternativas às visões totalizantes que forjaram a construção do campo científico no qual História acadêmica foi alocada no século XIX⁴⁸.

Não obstante à persistência destas perspectivas, sobretudo na primeira metade do século XX, a escrita e os estudos das biografias historiográficas se ampliaram em temáticas, recortes e métodos possíveis. A partir da crítica à História político-econômica tradicional, o campo se abriu às discussões presentes na história social, cultural e micro-história, passando, também, a dialogar com a literatura, problematizando fronteiras entre história e ficção. Deste modo, o

⁴⁸ No século XIX, o Historicismo priorizava as biografias dos chamados “grandes homens”, caracterizados por trajetórias com algum impacto sobre os campos cívico, militar ou filosófico-científico. Nesse sentido, os historiadores Alexandre Luís de Oliveira e Priscila Musquim Alcântara de Oliveira (2015) explicam que a corrente derivada do pensamento de Leopold von Ranke considerava que “para ser interessante, a biografia deveria ter como objetivo narrar uma existência pessoal que atingiu uma dimensão universal” (p. 169). Tanto a pretensão de investigar trajetórias de “dimensão universal”, quanto a ideia arquetípica de “grande homem” são demonstrativos do caráter restrito das pesquisas realizadas sob este viés, que priorizavam a captação da suposta “essência” do personagem sem imprimir a devida crítica sobre o objeto. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015: p. 169)

campo atualmente “mantém uma relação muito próxima com a antropologia, abordando o papel dos símbolos sociais, da subjetividade e da memória”. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015, p. 170)

Deste modo, a pesquisa biográfica adquire relevância, na Historiografia, ao contribuir para a projeção das relações e transformações sociais promovidas por sujeitos que fogem ao arquétipo dos “grandes homens”, como mulheres, operários e marginalizados em geral. No entanto, contemporaneamente, estes estudos não excluem de suas análises personagens detentores de projeção mais ampla e membros das elites socioeconômicas e políticas, uma vez que servem, também, ao propósito da problematização de figuras históricas cuja trajetória de vida pode ser instrumentalizada para fins ideológicos de dominação.

A desconstrução dos mitos sobre os quais figuras públicas vultuosas tendem a ser cristalizadas historicamente é um processo iniciado ao se oportunizar a apreciação crítica de sua subjetividade individual, muitas vezes ocultada sob uma camada de aparências que Pierre Bourdieu chama de “superfície social”⁴⁹.

Deste modo, o trabalho do pesquisador visa identificar e refletir acerca de “hesitações, conflitos e contradições presentes nessas trajetórias [que] vem à tona ao longo da pesquisa sobre a vida desses indivíduos, em especial por meio de fontes como cartas, diários pessoais e registros de memórias.” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015, p. 170)

Sob tais premissas, tomamos como objeto de análise os suportes de memória constituídos por Lígia Rebelo, investigando de que forma eles contribuíram para a construção da visão apresentada por ela sobre si mesma, a partir da narrativa de sua trajetória de vida, encontrada em sua autobiografia. Da mesma forma, a investigação busca compreender o processo de construção e assimilação de sua identidade pessoal, baseada na figura pública que fora constituída a partir dos efeitos sociais e políticos de seu trabalho como educadora e diretora escolar.

Neste sentido, a análise do conjunto documental que compõe seus arquivos pessoais, onde ela construiu um robusto acervo autobiográfico, representa uma rica oportunidade de adentrar em fatores psicossociais que compuseram a subjetividade de sua personalidade. A própria intenção de compor, manter, alimentar, enfim, conservar um arquivo sobre si e, além disso, escrever sobre si, já diz muito nesse sentido, uma vez que os gestos individuais voltados

⁴⁹ Pierre Bourdieu assim define a interrelação entre a personalidade individual do âmbito privado (indivíduo concreto) e a persona construída no ambiente público (indivíduo construído): “A distinção entre o indivíduo concreto e o indivíduo construído - o agente eficiente - é duplicada pela distinção entre o agente, eficiente num campo, e a personalidade, como individualidade biológica socialmente instituída pela nomeação e dotada de propriedades e de poderes que lhe asseguram (em certos casos) uma superfície social, isto é, a capacidade de existir como agente em diferentes campos.” (BOURDIEU, 2006: p.190).

para estas práticas - que denotam intencionalidade e esforço (pesquisa, seleção, reflexão) - estão ligados ao comportamento que a arquivista australiana Sue McKemmish denominou de “imperativo de testemunhar” (MCKEMMISH, 1996, p.176).

Arquivar, portanto, implica em uma cadeia de intencionalidades que condicionam os sentidos das ações de procurar, selecionar, organizar, armazenar e, por fim, colocar-se como guardião e testemunha da fidedignidade daquilo que foi considerado digno de tais esforços, ou seja, tudo aquilo que desejamos que seja tratado como documento.

Observados dentro do contexto do arquivo, os documentos possuem múltiplas camadas de significados interpretativos, mas quando se trata de um arquivo pessoal, mais camadas são acrescentadas, pois o gesto de arquivar, ali se transforma em “arquivar-se: arquivar a si”. Portanto, a mais superficial camada de sentido atribuída ao arquivo pessoal é justamente a vontade de se preservar em forma de suportes de memória inteligíveis, primeiramente para si, e colateralmente para os outros. Neste sentido, a constatação de McKemmish é fundamental:

A produção e manutenção de registros pessoais é um tipo de construção testemunhal e memorial, um modo particular de comprovar e memorializar nossas vidas individuais e coletivas – nossa existência, nossas atividades e experiências, nossas relações com os outros, nossa identidade, nosso lugar no mundo. (MCKEMMISH, 1996 apud. MCKEMMISH, 2013, p. 23)

Quando tomado como objeto, em análise historiográfica, o arquivo pessoal representa um conjunto que reflete o olhar de quem o concebeu, e, por isso, também tende a reproduzir, em sua forma e conteúdo, as idiossincrasias relativas ao seu contexto de produção: o tempo, o lugar e as condições gerais de seus agentes eficientes. Isto é característica comum a qualquer produção cultural, do documento ao arquivo.

Assim sendo, ao se analisar individualmente cada elemento componente de um arquivo pessoal, deve-se perguntar o que pode ter condicionado aquela seleção. O fato de um recorte jornalístico, por exemplo, estar presente em uma coleção pessoal sugere que a narrativa que o organizador daquele conjunto pretende construir é validada por aquele elemento selecionado. Assim, o que não interessa ao intuito pretendido é descartado, daí a necessidade do recorte.

Através do “recorte de jornal”, busca-se a validação da memória construída sobre um fato específico, registrado através do olhar de terceiros de forma conveniente à proposta de conservação arquivística. Nesse caso, sendo o jornal um veículo comunicacional de massa, seu arquivamento pode ensejar a vontade de potencializar esta validação, uma vez que, como um documento desta natureza, espera-se que ele tenha servido, em sua origem, como meio divulgador e garantidor da exposição pública da informação que se pretende preservar. Por isso, para efeito de análise, a seleção e conservação de recortes são mais representativas em

simbolismo que o arquivamento de edições completas de periódicos, a menos que estes sejam monotemáticos.

Nesse aspecto, a pesquisa evidencia o fato de que Lígia Rebelo se mostrou uma profícua colecionadora de aparições em sessões de “Coluna Social” de jornais de grande circulação. Este tipo de exposição era um importante elemento de distinção social no período hegemônico dos veículos impressos.

Ao analisar as formas de lazer comuns entre as mulheres da primeira metade do século XX e seus aspectos sociais simbólicos, Carmen Rial e Raquel de Barros Miguel (2023, p. 157) apontam o sentimento despertado naqueles que tinham seus nomes e imagens vinculados aos mais prestigiados eventos da cidade em que viviam. Frequentar a coluna social era um atestado de pertencimento ao “clube das altas rodas” e “ter sua foto em um baile publicada na coluna social de um jornal de prestígio era sinal de status em qualquer cidade”. Possuir bom relacionamento com os colunistas era algo desejável, uma vez que isso poderia lhe garantir maior grau de atenção. Esta relação era uma via de mão dupla, uma vez que o colunista também se inseria nos meios sociais que colocava em evidência. Neste processo, havia um tácito pacto de construção de padrões de comportamento:

Colunistas sociais aproveitavam para arbitrar o bom gosto, na moda e no comportamento, divulgando regras de etiqueta sobre como portar-se à mesa, caminhar com elegância, exibir roupas e joias, ecoando o que era ou não aceito nessas ocasiões sociais. Mesmo as que não frequentavam tais eventos corriam os olhos pelos jornais para saber quem eram “As dez mais elegantes” ou como se divertia “a fina-flor” da sociedade local. (MIGUEL; RIAL, 2023: p. 157)

Quando se fala nestes processos de validação da memória pelo “olhar do outro” - e de todos os esforços envolvidos na construção de uma autoimagem “memorializável” - estamos falando, em “identidade”. Identidade é, talvez, o principal fator que ajuda a explicar as intencionalidades e motivações do colecionador de registros memorialísticos e os sentidos do arquivo pessoal. No livro “Memória e Identidade”, o antropólogo francês Jöel Candau (2023: p. 25) expõe três abordagens básicas possíveis para o conceito de identidade individual, considerando que a “depuração conceitual” do termo é bastante complexa:

No que se refere ao indivíduo, identidade pode ser *um estado* – resultante, por exemplo, de uma instância administrativa: meu documento de identidade estabelece minha altura, minha idade, meu endereço etc. – *uma representação* – eu tenho uma ideia de quem sou – e *um conceito* [de escopo filosófico-científico, propriamente dito], o de identidade individual, muito utilizado nas Ciências Humanas e Sociais. (CANDAU, 2023: p. 25)

Pensando nos objetivos da pesquisa, a abordagem que nos interessa, nesta reflexão, é a segunda: identidade como representação, uma ideia construída sobre si. É nesta dimensão que a identidade se relaciona com as formas de manifestação da memória.

Na obra em questão, a qual tomamos como referência, Jöel Candau constrói uma teoria aprofundada a respeito da memória que, para ele, não deve ser reduzida a uma forma de cognição, pois “ela é, sem dúvida, a própria forma da cognição humana” (2023: p. 61). Em sua teoria, o antropólogo estabelece três níveis de manifestação da memória: a protomemória; a memória, propriamente dita; e a metamemória.

A protomemória é um tipo de rememoração de “baixo nível de exigência da atividade consciente”. Tal como o protopensamento, “esta não pode ser destacada da atividade em curso, nem de suas circunstâncias” (2023: p. 21), uma vez que seu profundo nível de assimilação cognitiva permite seu acionamento de forma automática. Neste nível se enquadram as bases memorialísticas daquilo que o indivíduo absorve na forma dos “saberes e experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade”. O francês aponta que, neste nível estão inscritos o *habitus*, estabelecido a partir da repetição e o *ethos*, resultante da maturação do indivíduo. Suas expressões são componentes gestuais, linguísticos, enfim, códigos e costumes “introjetados no espírito sem que neles se pense” (2023: p. 22).

O segundo nível, a memória, propriamente dita, exige alto nível de atividade consciente, uma vez que “é, essencialmente, a memória de recordação ou reconhecimento” (2023: p. 23). Nas palavras de Candau (2023: p. 23), trata-se da capacidade de: “evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc)”. O autor enfatiza que a memória de alto nível é feita igualmente de esquecimento - ou seja, por operações de seleção consciente ou inconsciente - e pode beneficiar-se de extensões artificiais que derivam do fenômeno geral de expansão da memória. Entre estas expansões artificiais, encontram-se os suportes de memória - documentos, monumentos e arquivos - que aumentam a capacidade de armazenamento, evocação e invocação naturais.

Por último, há a metamemória, que é a instância na qual a identidade relativa à memória é construída, de fato. Na teoria de Candau, a metamemória é a “representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e o que diz dela”. Nesta dimensão estão contidas as expressões do “modo de afiliação de um indivíduo a seu passado”, através da qual se produz a “construção explícita da identidade”. Nesse sentido, o autor conclui que, enquanto manifestação identitária, “a metamemória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva”. (2023: p. 23)

Na análise que fizemos do arquivo pessoal de Lígia Rebelo, percebemos a manifestação dos três níveis de memória descritos por Jöel Candau. A protomemória se entremeia em todo o arcabouço contextual e significado cultural dos relatos e documentos coletados pela autora: a

linguagem utilizada, os gestos de arquivamento empreendidos, os valores pessoais, familiares e profissionais evocados explícita e implicitamente etc. A manifestação ativa da memória está contida no próprio ato recordar, pesquisar, organizar e escrever sobre sua trajetória de vida. Por sua vez, a metamemória se manifesta na busca de suportes documentais que correspondam à expectativa de confirmação da identidade construída ao longo da vida, refletida nos esforços de formatação de uma narrativa conveniente acerca da própria vida. Em todo o conjunto documental, estas manifestações se entrelaçam o tempo todo, formando um amálgama complexo de memórias e representações constituintes de uma identidade pessoal que ela desejava imprimir na História. Por mais individual que seja esta construção memorial-identitária, de um “eu-histórico”, sua gênese se faz em relação ao outro e sua afirmação é feita diante dele. Deste modo, conclui-se que a conformação da identidade individual é um processo eminentemente social.

Se buscamos, ao longo da vida, o reconhecimento social de um conjunto de características que nos identifiquem como indivíduo singular e, em mesma medida, como membro de determinados círculos sociais, compreende-se, como natural, o desejo de que tais esforços não sejam perdidos após a morte. Sendo assim, o seguinte raciocínio respalda nossas reflexões acerca dos sentidos identitários atribuídos aos gestos de autoarquivamento realizados por Lígia Rebelo:

Afirmamos nossa própria individualidade, nossa singularidade, quando realçamos nossos atributos distintivos. No entanto, uma forma de definir nossas próprias características é nos identificarmos com os outros, seja em termos de gênero, sexualidade, família, idade, escolaridade, profissão, classe, religião, lugar, etnia, nacionalidade, raça, e assim por diante. As relações e os papéis públicos e privados associados a esses atributos singulares são, a um só tempo, construídos socialmente e moldados pela interação de uma personalidade individual com o constructo social. (MCKEMMISH, 2013: p. 23-24)

Esta busca por afirmação de uma singularidade individual levou Lígia Rebelo a coletar e organizar todo tipo de menção honrosa em deferência à sua vida profissional. Se ainda em vida, muito lhe aprazia o fato de ser lembrada por seus anos como educadora e “diretora-símbolo” do Colégio Pedro Gomes, certamente, ela vislumbrava meios para que este status não se alterasse após sua morte.

A valorização social de seu papel, como professora e diretora, certamente a inseriu na memória coletiva da comunidade atingida pelo seu trabalho, mas nenhum construto cultural, por mais marcante que pareça, é indelével e insuscetível à passagem do tempo se a manutenção de sua memória não for providenciada e alimentada por suportes.

Grosso modo, suas ações nesse sentido visaram a produção de tais suportes. Seu esforço em pesquisar sua hereditariedade a fim de elaborar uma árvore-genealógica que atestasse seus

vínculos com personalidades políticas importantes, como Pedro Ludovico, pode ser interpretado como uma expressão de seu desejo íntimo de se identificar como membro de um grupo de poder tradicional, especificamente ligado às suas origens na antiga capital goiana. Eis um reforço identitário significativo.

Então, a escrita de seu texto memorial autobiográfico foi a materialização destas pulsões de sistematização memorial em busca da afirmação perpétua de sua identidade construída. Assim, ela deu origem a um tipo de documento um tanto singular, em pesquisas bibliográficas como esta: uma elaboração narrativa cronologicamente ordenada e substancialmente detalhada. A existência deste documento e a investigação de seus sentidos fornecem elementos que remetem ao alerta apresentado por Oliveira e Oliveira:

Não se pode esperar encontrar ao longo da pesquisa uma sequência coerente de acontecimentos e posturas semelhantes em todos os âmbitos, do lar ao trabalho. Essas fontes devem ser contrastadas e exploradas de modo a compor as múltiplas dimensões do indivíduo para que não se caia na armadilha da ilusão biográfica, ou seja, aceitar o princípio que supõe a existência de um “eu” que segue uma trajetória linear e coerente, acreditando que determinadas fontes são realmente capazes de traduzir o que realmente aconteceu, como se fosse viável recuperar uma suposta verdade. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015: p. 171)

Portanto, deve-se considerar a narrativa autobiográfica como uma expressão da autoimagem do autor. Sua análise não deve perder de vista o risco da “armadilha” representada pela “ilusão biográfica” primariamente apontada por Bourdieu⁵⁰. Deste modo, entendemos o conjunto documental de Lígia Rebelo como “um quebra-cabeças no qual sempre parecia faltar peças”. Assim, procedemos como se cada registro pudesse contribuir para compreensão de diferentes aspectos da trajetória da vida da personagem, cientes de que a apreensão do todo nada mais é, que uma possibilidade ilusória, do ponto de vista historiográfico: Além disso, como novamente advertem Olivera e Oliveira (2015): “Não há um registro que possamos classificar como mais “verdadeiro” a priori, e cabe ao historiador não os aceitar como verdade absoluta. Essas fontes devem ser submetidas à crítica do pesquisador, que precisa levar em conta quem as produziu e em que contexto se deu a produção.” (p. 171)

Deste modo, torna-se patente a constatação de que o estudo da narrativa da trajetória de vida de Lígia Rebelo lança luz sobre o poder acumulado, ao longo de sua vida, com sua atividade profissional e sua capacidade relacional expandida. Esses elementos funcionam como fiadores da dignidade memorialística pretendida.

Para compreender os sentidos investidos à coleção de itens memorialísticos em sua totalidade (outros componentes do “caderno de memórias” e demais documentos existentes,

⁵⁰ Para original, ver: “Bourdieu, Pierre. *L'illusion biographique*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales (62/63): 69-72, juin 1986”.

além dos escritos autobiográficos), recorremos ao princípio exposto pela, já citada, arquivista australiana Sue McKemmish: por trás da formação de qualquer arquivo pessoal, que pode reunir “todas as formas que as narrativas podem assumir” (MCKEMMISH, 2013: p. 23), existe o que a autora chama de “vetor autobiográfico”.

O raciocínio engendrado por este conceito explicita que todo arquivo pessoal que visa reunir registros de memória sobre a própria vida, é uma busca da “afirmação eterna de si” que independe da racionalização textual. Isso expande a perspectiva da documentação autobiográfica consideravelmente: uma coleção de objetos de uso pessoal, recortes de jornal, álbuns de fotografias, peças audiovisuais gravadas possuem o mesmo valor que um diário de manuscritos. Deste modo, o texto autobiográfico é apenas uma das formas que a narrativa sobre a própria vida pode assumir. De acordo com este entendimento, é possível se autobiografar recorrendo a outras formas de documentação que extrapolam a elaboração e o colecionismo de textos de autoria própria. Assim:

Os registros, sob qualquer forma, nos oferecem, em primeiro lugar, testemunhos de nossas interações com os outros, no contexto de nossas próprias vidas e do lugar que ocupamos nas deles – são provas de nossa existência, de nossas atividades e experiências. (MCKEMMISH, 2013: p. 24)

Nota-se que a autora constrói seu argumento com base na ideia de que o arquivo constitui a reunião de provas acerca da existência individual. Mas o que justificaria o empreendimento de esforços com a finalidade “provar que, quando e como se viveu”?

Admitindo que somos socialmente guiados inconscientemente pelo tal “imperativo de testemunhar”, apontado pela autora como forma de comunicar nossas experiências sensíveis aos semelhantes, a “vida como um todo” também seria um fato passível de tal abordagem. Por isso, observa-se a busca pela construção de narrativas de vida apreciáveis.

Queremos comunicar ao outro sobre nós mesmos, como faríamos e fazemos cotidianamente com elementos externos. “Fabricamos e guardamos os registros que compõem um arquivo pessoal para assegurarmos nosso lugar no presente e no futuro” (MCKEMMISH, 2013: p. 24). O vetor autobiográfico que orienta a construção e manutenção de arquivos pessoais encontra-se fortemente associado ao desejo de não ser esquecido.

Os registros são instrumentos através quais “os indivíduos se situam no mundo” e os arquivos seriam, em última instância, uma “outra maneira de encontrar a eternidade” (MCKEMMISH, 2013: p. 24), pois se a morte física é inevitável, ser esquecido representaria uma segunda morte, esta sim definitiva. Quando se pretende evitar que isto ocorra, o interessado em ter sua memória perpetuada pode recorrer à construção de um acervo que faça jus às idealizações que possui sobre si mesmo. Nada mais justo e lógico aos olhos de quem se

prontifica ao trabalhar por isto. Portanto, a seleção e a permanência de um documento em meio a uma série ou conjunto sinalizam a validação daquele ponto de vista a se preservar: o ponto de vista de seu produtor.

Falar da permanência dos documentos é importante, pois a manutenção dos componentes do arquivo é, também, um ponto a ser considerado, uma vez que o descarte é sempre uma possibilidade quando se deseja, por qualquer motivo, o apagamento ou a reconfiguração da memória construída. A autora chama a destruição deliberada e intencional de suportes de memória de “memoricídio” (MCKEMMISH, 2013: p. 22).

Se estas práticas ganham proporções eventualmente conhecidas, e que acabam se tornando objeto de discussão (e comoção) pública, especialmente quando ocorridas em arquivos públicos, não se pode ignorar que elas também estão presentes em arquivos pessoais. Porém, nestes casos, o “assassinato da memória” adquire ares muito mais compreensíveis, como um processo de seleção, uma vez que o interesse de arquivamento é do próprio indivíduo e os elementos escolhidos representam sua vontade individual, não de uma coletividade.

Do mesmo modo que ocorre com a identidade individual, isso significa que o colecionador não possui uma relação estanque, também, com seu arquivo, ou que a validação obtida pelos documentos selecionados seja sempre de concordância total com seu conteúdo. Para tentar compreender os sentidos atribuídos aos documentos, deve-se ter em mente seu “caráter contingente e instável”, uma vez que as motivações da manutenção de um arquivo desta natureza podem ser calcadas em emoções íntimas, aspectos voláteis e muitas vezes ocultos do conhecimento de terceiros. Essas são emoções, aspectos subjetivos cuja presença, em subtexto, atenta contra qualquer pretensão de crença na “fixidez dos registros”.

Aí está a importância da investigação aprofundada das subjetividades expressas através dos indícios explícitos ou pormenorizados de nuances da personalidade da pessoa estudada. Os detalhes contidos na seleção, na montagem, nas anotações e demais cuidados com um arquivo pessoal podem ser reveladores de pequenas partes que podem ser montadas, realmente como um quebra-cabeças, na medida em que se compreende que “os sentidos dos documentos são conferidos pelas relações documentárias e contextuais nas quais estão inseridos” (McKEMMISH, 1996: p. 179). Conseguir captar estas relações entre os elementos do arquivo pessoal de Lígia Rebelo é parte significativa do esforço pretendido neste capítulo.

Apesar da adoção dos conceitos e o endosso dado às ideias propostas por Sue McKemmish neste trabalho, não podemos deixar de discutir o fato de que a autora é enfática na defesa de sua perspectiva que considera o registro, o documento e, por fim, o arquivo pessoal, como testemunhos. A possibilidade de enxergar a construção destes testemunhos de si como

processos criativos focados na composição de narrativas dotadas de certa ficcionalidade não é considerada pela autora. Em certa medida, isso relativiza o peso que a capacidade de construção de realidades memorialísticas forjadas por idealizações do próprio passado possui na compreensão de terceiros acerca dos sentidos do arquivo pessoal. Concordamos que as “provas de si”, como ela chama os documentos, funcionam objetivamente como testemunhos da própria existência, mas os processos subjetivos que configuram a construção da narrativa de vida devem ser considerados. Em nosso entendimento, o arquivo é, portanto, um “lugar em que as provas são escolhidas e alocadas em função de sua conveniência para a história que se deseja contar (sobre si)”.

Nesse sentido, buscamos complementar nosso aporte teórico a partir da ideia de “coleção de memórias”. O conceito é sustentado a partir do trabalho do francês Philippe Artières (2013), para quem o arquivamento de registros sobre a própria vida constitui um tipo de colecionismo, no qual o indivíduo coloca sua personalidade como o centro de seus interesses e sobre eles imprime esforços de “ajuntamento e organização”.

Forma-se, neste caso, um arquivo pessoal que, para o autor, é uma coleção de suportes de memória baseada na convicção de que a materialidade do documento seria um elemento fiador de uma autoimagem, que é, necessariamente, uma idealização, e de uma narrativa que é uma edição da realidade, responsável por sustentar uma “ficção sobre si”.

A personalidade cristalizada na coleção arquivística é, portanto, um construto erigido a partir de “estratégias de produção de subjetividades” elaborada com base em recortes da realidade objetiva. Entre estas estratégias de produção de subjetividades, que são chamadas de “gestos pessoais de arquivamento”, estão “a seleção, a classificação, e o ordenamento” dos elementos componentes. Estes gestos podem ser observados, nos arquivos pessoais, na forma em que encontramos dispostos seus itens, em sua na forma e conteúdo. Em geral, quando tomados como parte da problemática, sua apreensão depende a investigação do contexto de produção dos documentos (se apropriando de quaisquer indícios disponíveis) e da consequente análise da interrelação documental.

Neste exercício investigativo-interpretativo, Artières lança a questão: “Qual é esta série de gestos que transforma as práticas comuns em pequenos alteres singulares” ou “pequenos monumentos erigidos a si mesmo”? (2013: p. 45) Olhando de fora, os gestos pessoais de arquivamento tendem ser ocultados por uma aura de naturalidade, até mesmo de espontaneidade que, na prática, não ocorre no colecionismo de fato. Organizar um arquivo de si, assim como organizar uma coleção de selos ou moedas, é diferente de simplesmente acumular itens aleatórios. No entanto, as intencionalidades que condicionam estes gestos tendem a submergir

no conteúdo do arquivo, permanecendo implícitas pois, neste caso, não se trata de um processo de catalogação racional exercido por um profissional de arquivística, um arquivologista ou museólogo. O que se tem em mãos é um processo emocional de construção não intermediado pelo distanciamento profissional, que ocorre, então, à margem, ou “paralelamente à prática profissional do arquivamento, aquela dos arquivistas que selecionam, inventariam, acondicionam e marcam documentos” (ARTIÈRES, 2013: p. 45-46).

Artières aponta dois caminhos interpretativos possíveis para a obtenção desta satisfação por parte do “arquivista de si”: a primeira seria a perspectiva de que todo esse processo visaria uma revisão do passado para satisfação íntima. Dentro desta possibilidade, a coleção pode ser vista como um exercício de si, para si: “é a metáfora da própria existência; a tradução, a coleta, a apropriação e, enfim, a afirmação de si. Conhecer a si mesmo parece ter sido, no fundo, seu único objetivo, não para produzir um saber para os outros, mas para si mesmo.” (ARTIÈRES, 2013: p. 53).

Por outro lado, a segunda perspectiva interpretativa seria a da “musealização de si”. Em um sentido oposto, o colecionador de si, pode sugerir, em seus “gestos pessoais de arquivamento”, que os cuidados relativos à seleção e ao ordenamento dos itens do arquivo indicam intenções voltadas para o compartilhamento. A intenção de “musealizar-se” leva ao desdobramento óbvio da ideia de “legado”, quando o arquivo passa a ter a função de “revelar uma estética da existência” (p. 46): a necessidade de deixar algo a alguém.

Nesse sentido, aquilo que é deixado a outrem, investido da carga de legado, está fadado a possuir valor e sentidos distintos para o polo emissor e para o receptor. Então, o acervo organizado para o compartilhamento é revestido, por fim, de um inequívoco sentido de inteligibilidade universal, que traduz as intenções do colecionista de memórias: revelar-se um tesouro pessoal que chegou até o conhecimento de terceiros graças aos seus esforços e à sua vontade. Quando se trata da autobiografia, esta intenção torna-se ainda mais clara, proporcionalmente à medida em quanto mais sintética for a narrativa, quando os recortes pinçados da vida se adquirem ainda mais peso na composição do monumento: “vemos que o ato de anotar e, mais ainda, o de inscrever, é aqui determinante: o essencial está nessa atividade, que consiste, ao mesmo tempo, em extrair um fato real, em construí-lo como acontecimento, inscrevendo-o numa lista, e em conservar esse documento” (ARTIÈRES, 2013: p. 47).

Eis, então, uma possibilidade de motivação essencial do colecionista de si: garantir a si alguma satisfação através da construção de um acervo, um conjunto dotado de materialidade, que teria por finalidade a perpetuação de um tipo de um legado considerado, a priori, intangível: seus valores pessoais e escolhas, todo o aparato mental que teria orientado suas ações e

contribuído para a trajetória de vida testemunhada. Os “eventos memorializáveis” são as partes selecionadas para atestar, em forma de síntese, o valor histórico de um todo, que é o monumento a si: a trajetória de vida em que tais eventos estão circunscritos.

Acreditamos que a análise do conjunto documental de Lígia Rebelo atende a ambas as perspectivas apresentadas, na medida em que sua condição intelectual e socioeconômica lhe permitiu utilizar o arquivamento de memórias tanto para a reflexão íntima, quanto para legá-la aos interessados em “aprender sobre elas” e, a partir delas, extrair algo construtivo para si. Nesse sentido, Lígia Rebelo pode ter empenhado o desejo subliminar de ser reconhecida como uma educadora cuja ação tivesse alcance indeterminado, perpetuando-se como tal para uma existência além da vida.

2.2 O “Caderno de Memórias”: uma análise descritiva do arquivo pessoal de Lígia Rebelo

Os documentos analisados neste capítulo, em imensa maioria, fazem parte do acervo pessoal de Lígia Rebelo. Esta característica, em particular, faz toda a diferença para o tratamento historiográfico dos documentos, uma vez que, como sabemos, existiu uma seleção intencional daquilo que, aos olhos de Lígia Rebelo, mereceu ser guardado, como subentende-se das premissas expostas por Philippe Artières.

Ao considerar que todo o conjunto documental do arquivo possui sentido autobiográfico (vetor autobiográfico), partiremos do princípio descritivo para o analítico pois, neste estudo, consideramos a forma tão importante quanto o conteúdo, conforme os princípios interpretativos apontados por Sue McKemmish.

Como dito anteriormente, ao nos depararmos, logo no início da pesquisa, com a substancial quantidade de documentos, além da constatação de uma considerável variedade tipológica, foi inevitável perceber que Lígia Rebelo desenvolveu bastante apreço pelo registro de sua trajetória de vida, assim como pela produção de escritos com algum caráter reflexivo-existencial. Assim, ela compôs, ao longo do tempo, uma espécie de “memorial pessoal”, no qual elementos imagéticos se misturam com registros escritos produzidos por ela mesma e por outras fontes. É imprescindível relatar que as explicações e os esclarecimentos gentis e pacientemente fornecidos oralmente por D. Maria Helena Rebelo constituíram um precioso arcabouço de informações complementares que, em grande medida, valorizaram o processo de análise documental e levaram ao aprofundamento do exercício reflexivo lançado sobre os documentos.

A presença de memórias escritas representa um diferencial de seu acervo particular, evidenciando o largo horizonte sociocultural em que Lígia Rebelo viveu e as condições psicoafetivas em que envelheceu. Esta consideração é decorrente, sobretudo, do fato de ser uma prática pouco usual, a elaboração e a conservação de memórias escritas por parte do “brasileiro médio”, nos quais se incluem os arquetípicos “pai e mãe de família”, de meados do século passado, tipos ideais que certamente não contemplam, em definição, o status sociocultural da educadora. A prática da manutenção de diário ou de livro de recortes e recordações, por si só, denota um grau de sensibilidade e de formação cultural-educacional específicos que, no caso analisado, deduz-se ter relação com a formação escolar privilegiada e a atividade profissional, voltada à área educacional, desempenhada por Lígia Rebelo ao longo da vida.

O conjunto documental ao qual este estudo teve acesso é composto por muitos textos manuscritos e impressos, entre crônicas (algumas delas publicadas em jornais); poemas (com destaque para uma série de acrósticos); correspondências (entre cartas e telegramas postais); mensagens de familiares e amigos, além de pessoas cujo convívio se deu em círculos sociais alargados, como ex-alunos e figuras públicas goianas (grande parte das mensagens alude às celebrações dos 80 anos de D. Lígia). Entre os escritos há, ainda, relatórios profissionais, projetos de atividades pedagógicas realizadas no Colégio Pedro Gomes na década de 1960, um diário de viagem relativo a uma excursão à Europa e um extenso e detalhado currículo profissional organizado cronologicamente.

Entre as imagens, há uma quantidade razoável de fotografias de diferentes fases de sua vida. Algumas são reproduções, outras originais. A maioria dos registros fotográficos é de situações ligadas ao trabalho. Existem, também, alguns retratos individuais, além de fotos em grupo posadas. Percebe-se que, claramente, aquele conjunto não foi montado para ser um “álbum de família”. Fora o retrato de seu marido, que também era uma pessoa pública, nada possui caráter íntimo. A única exceção notável é uma fotografia, em preto e branco, sem data, na qual os quatro mais velhos de seus seis filhos posam, ainda crianças.

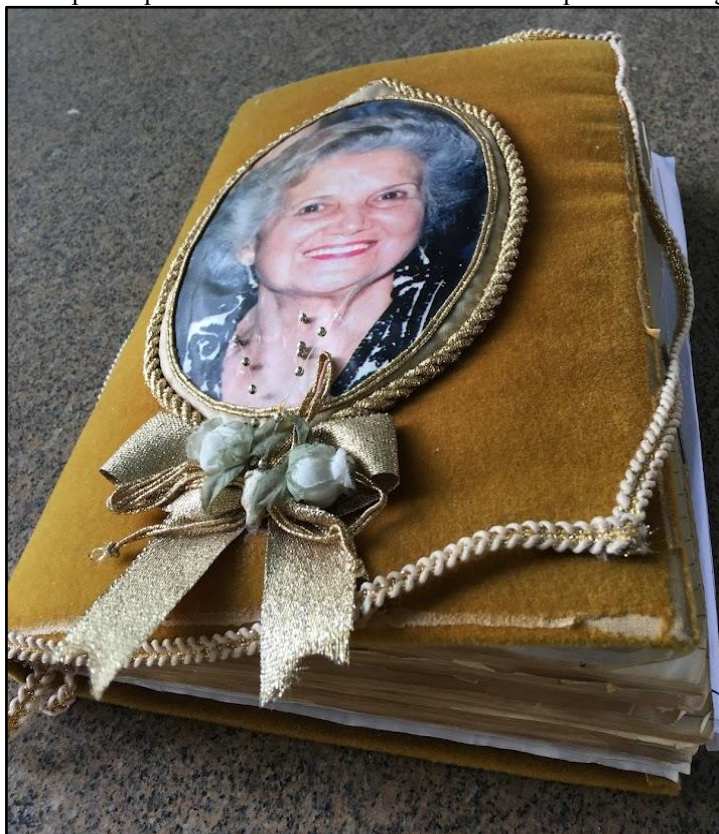
Entre os escritos próprios, há muito mais elementos reveladores de aspectos relativos à esfera das relações familiares, como uma carta endereçada a um de seus netos, além de versos de autoria própria, dedicados a outros netos, além de diversas anotações referentes à sua pesquisa genealógica. São documentos reveladores de aspectos da personalidade de Lígia Rebelo, capazes de fornecer vistas acerca de preocupações, pensamentos e reflexões íntimas de Lígia Rebelo. Tal composição é indício de que o caderno de memórias foi estruturado com este enfoque: rememorar a dimensão pública da trajetória de vida da autora, focando em fatos que já haviam chegado ao conhecimento coletivo em sua época de ocorrência e naqueles que

pudessem se tornar públicos, para informar sobre seus feitos sociais e suas conquistas profissionais sem promover a dissociação com seu lado familiar, de mãe, esposa, avó.

Não obstante esta considerável variedade documental, o tipo mais fartamente representado no corpus organizado por Lígia Rebelo são os recortes de jornais. Entre estes, encontram-se notas curtas, matérias jornalísticas e menções públicas, de cunho geral, citações ao seu nome, ao nome de familiares e ao nome do Colégio Pedro Gomes. Tudo isso foi reunido durante sua vida e organizado da forma com a qual nos deparamos, pela própria Lígia Rebelo, muitos anos depois de sua aposentadoria.

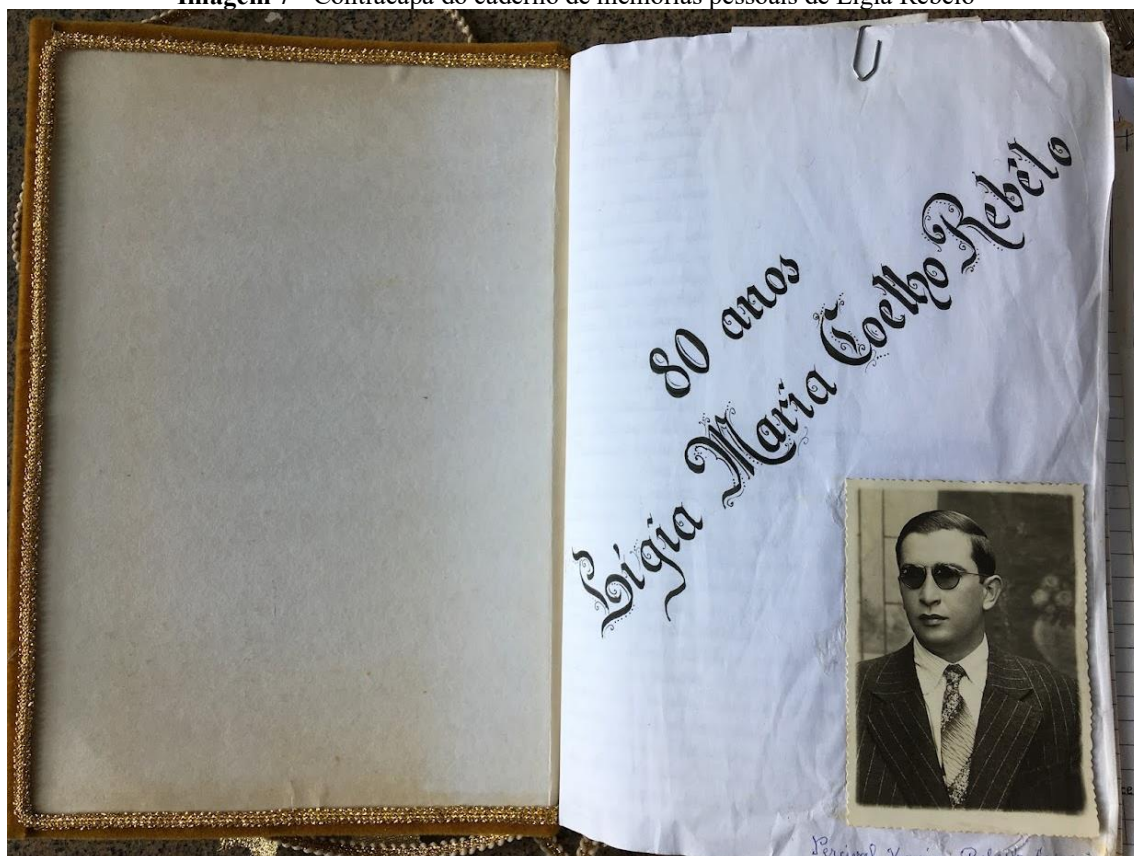
O destaque do conjunto, que possui alguns elementos avulsos, sem dúvidas, fica para seu elemento principal: um caderno do tipo ata (com folhas numeradas), onde se encontram a maior parte dos escritos e dos documentos colados. A peça, que começou a ser organizada quando ela completou 80 anos, conforme registro na contracapa, foi claramente confeccionada com muito cuidado e atenção aos detalhes, como se pode perceber pela capa revestida por tecido aveludado em tom ocre e o retrato colorido que a decora, acondicionado entre delicada moldura centralizada (*Imagem 6*). Na análise da contracapa, é possível notar um rebuscado exercício de caligrafia artística utilizado para a escrita dos dizeres que dão nome ao conjunto documental: “80 anos/ Lígia Maria Coelho Rebêlo”. Este título marca o momento da vida da autora que motivou o início da organização e confecção do memorial contido no caderno. No canto inferior direito, a autora afixou e legendou a fotografia de seu marido, Percival Xavier Rebelo (*Imagem 7*).

Imagem 6 – Capa e aspecto externo do caderno de memórias pessoais de Lígia Rebelo



Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebelo/ Autoria da fotografia: Vinícius Felipe Leal Machado

Imagem 7 - Contracapa do caderno de memórias pessoais de Lígia Rebelo



Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebelo/ Autoria da fotografia: Vinícius Felipe Leal Machado

Este acervo pessoal é o resultado do empenho de quem, em certa altura da vida, considerou importante passar sua trajetória em revista, ou seja, se dedicar à promoção de um exercício de revisitação do próprio passado, permitindo-se, a partir dos suportes de memória disponíveis, refletir sobre si no transcorrer do tempo: os momentos marcantes, as lembranças de família, o resgate das próprias origens, a recordação de feitos pessoais.

Tudo isso é o “tecido” que constitui a memória individual e o exercício de passá-lo a limpo é essencial à própria existência da consciência humana, como explicou Candau:

Sem memória, o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem a lembrança de sua gênese, que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si. (CANDAU, 2023: p. 59-60)

Isto remete ao que já havia sido pontuado, de forma tão contundente quanto poética, ainda em 1920, pelo fisiologista alemão Karl Ewald Hering, ao apresentar suas considerações médicas oriundas de pesquisas sobre os sentidos humanos: “A memória recolhe os incontáveis fenômenos de nossa existência em um todo unitário; não fosse a força unificadora da memória, nossa consciência se estilhaçaria em tantos fragmentos quantos os segundos já vividos” (HERING, 1920: p. 63). Tais raciocínios servem ao propósito de naturalizar o interesse memorialístico de Lígia Rebelo, facilitando a compreensão de seus esforços como um tipo de colecionismo completamente legítimo, posto que advém, também, de uma necessidade psicológica passível de se manifestar em qualquer indivíduo.

Por isso, Rebelo reuniu e conservou, ao longo de décadas (considerando a data dos documentos mais antigos), os elementos que encontrou e considerou pertinentes para a montagem de um arquivo sobre si e sua família. Aos oitenta anos, deu início à sua organização de forma intuitiva, sem obedecer, necessariamente, à cronologia ou a qualquer outro modo de catalogação sistemática dos documentos.

Como vimos, a montagem de um arquivo pessoal compreende um conjunto de operações que denotam intencionalidades relacionadas ao recorte memorialístico de realidades passadas, tendo como fim último a manutenção da memória (recortada) na forma de testemunhos materiais selecionados e reunidos (os documentos). Nesse sentido, encontramos endosso, também, no historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

O arquivo, seja de textos, seja de objetos, é fruto de operações políticas e de sentido. Mesmo aquele documento ou vestígio do passado que possa ter chegado até nós por puro acaso foi produzido no seu tempo obedecendo a intencionalidades, ou seja, as evidências em seu próprio tempo são fabricadas. (ALBUQUERQUE JR., 2007: p. 25).

No caso de arquivos pessoais, caracterizados por sua natureza íntima, como o montado por Lígia Rebelo, este esforço está envolto por intenções muito particulares ligadas a elementos

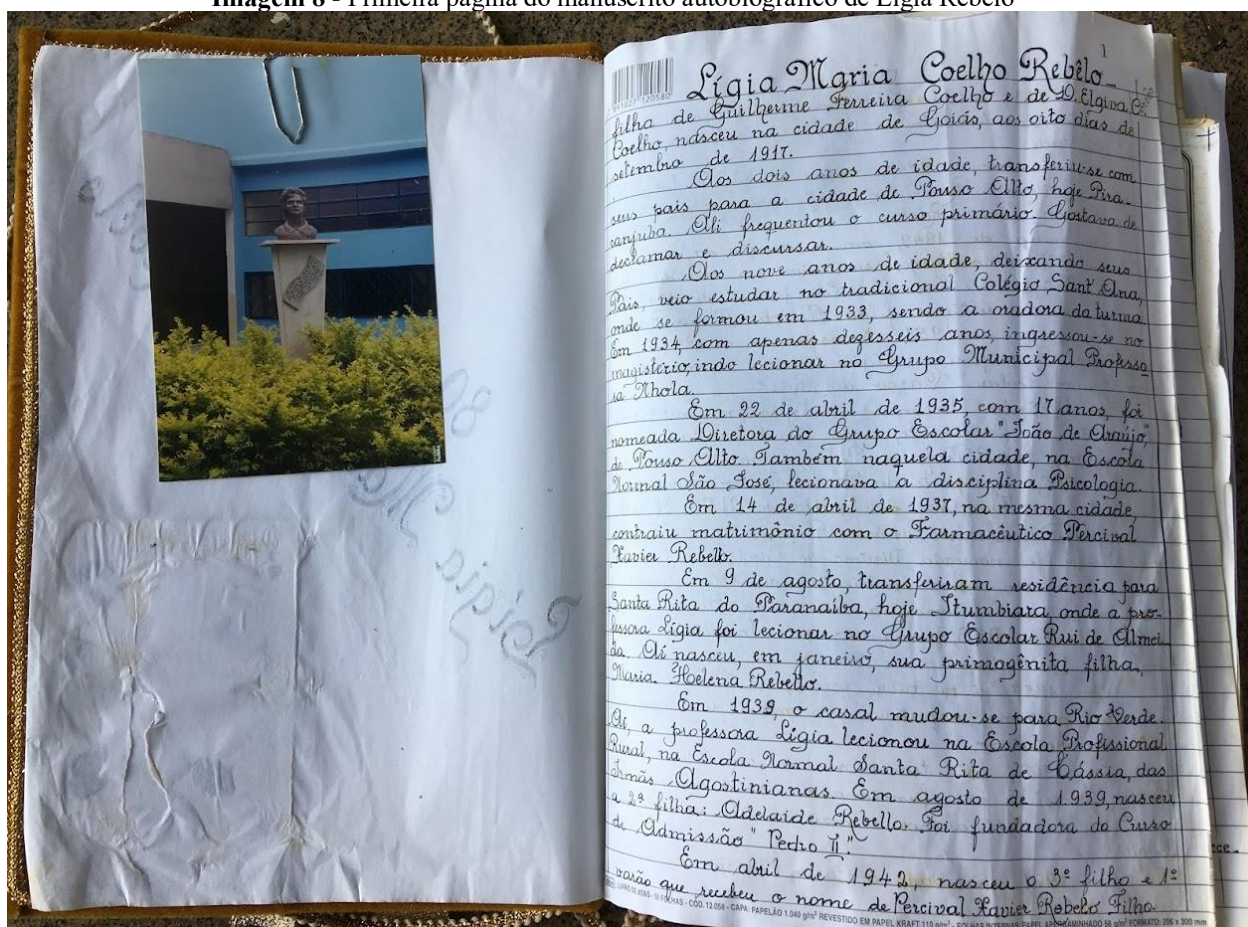
emocionais, geralmente associados à afetividade e suas manifestações. Os vínculos emocionais diretos, estabelecidos com as memórias cujos documentos remetem, são critérios para sua reunião, organização e manutenção.

Dentro deste conjunto documental, merece destaque o documento inaugural do caderno: o manuscrito autobiográfico de Lígia Rebelo (*Imagem 8*). Seu valor, enquanto objeto de análise, caro aos objetivos desta pesquisa, encontram na colocação de Oliveira e Oliveira (2015) definição apropriada:

Um registro mais íntimo do indivíduo, compondo o que a historiografia classifica como “práticas de escrita de si” permite visualizar as múltiplas dimensões de uma vida: o indivíduo, em seu círculo familiar, sua linguagem e seus problemas, pode apresentar-se muito diferente se comparado aos registros desse mesmo indivíduo referentes a um círculo de amigos mais íntimos que por sua vez, difere-se de declarações oficiais publicadas em jornais. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015: p. 170-171)

Este documento compreende um corrido de texto de três laudas, escrito a próprio punho pela ex-professora. Estilisticamente, a autora optou por utilizar a terceira pessoa ao longo de toda a narrativa, que possui tom puramente descritivo, sem espaço para digressões ou reflexões extensas. Nesse sentido, o texto é caracterizado pela objetividade, deixando a subjetividade dos juízos de valor somente por conta de elementos sutis, como a adjetivação e o enfoque dedicado a determinados temas que, como se percebe, se destacam por terem sido mais bem desenvolvidos, como seus anos como diretora no Colégio Pedro Gomes. Familiarizada com o ambiente de produção acadêmica, a autora aparentemente teve o objetivo de elaborar um memorial de vida, um texto que pudesse ser lido por terceiros. O resultado deste esforço foi um texto com características formais, cronologicamente rigoroso, que se apresenta ao leitor como um documento denso em datas, que extrapola o exercício de memória automotivado, mas serve, também, como uma fonte de informações sobre a vida da autora.

Imagem 8 - Primeira página do manuscrito autobiográfico de Lígia Rebelo



Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebelo/ Autoria da fotografia: Vinícius Felipe Leal Machado

A partir deste documento, compreendemos fatos que, ao serem confrontados com outras fontes, elucidam detalhes da trajetória de Lígia Rebelo, desde sua infância. Em seu construto narrativo, ela faz questão de destacar que esteve, desde cedo, dedicada aos estudos, o que se precipitou na oportunidade de ingressar precocemente no mundo do trabalho, especificamente na área da educação. Pela extensão do texto e a riqueza de detalhes dedicados ao assunto, percebe-se claramente que ela considerava que sua carreira teve como ponto culminante o período em que esteve na direção do Colégio Professor Pedro Gomes, conferindo efusivo destaque ao ano de 1965. Do total de vinte e um parágrafos componentes do texto, a autora dedica sete deles aos anos em que dirigiu a instituição de Campinas. Analisemos, então, em detalhes, o documento a seguir.

2.3 Lígia Rebelo e a escrita de si: a historicização da própria trajetória de vida através da produção de documentos autobiográficos

Este tópico tem o objetivo de abordar a narrativa da trajetória de vida de Lígia Rebelo tomando dois documentos como objetos de análise principais: o manuscrito autobiográfico e o

“Curriculum Vitae” (*Imagem 9*). Como o nome sugere, este segundo documento, cuja extensão é de sete páginas, possui características estritamente descritivas e formais, sendo estruturado em tópicos que listam as atividades profissionais desenvolvidas por Lígia Rebelo ao longo da vida, em ordem cronológica crescente, de acordo com seus respectivos anos de ocorrência.

Assim como no texto autobiográfico, propriamente dito, no “Curriculum Vitae” de Lígia Rebelo encontramos informações prestadas pela própria autora, mas com a diferença de que neste há maior detalhamento dos pormenores de sua trajetória profissional: são apresentadas atividades desenvolvidas pontualmente ou que ocuparam menos tempo na carreira de Lígia Rebelo, assim como premiações e outras informações que ficaram de fora do texto autobiográfico narrativo. Este documento também possui alcance temporal mais largo, sendo que seu último registro (acrescentado à mão, posteriormente ao último elemento datilografado, em 1988) atinge o ano 2000. Trata-se de um tópico no qual a atividade descrita remete a uma homenagem pública recebida em Rio Verde, em setembro de 2000, por ocasião da comemoração do Jubileu de Ouro da 1ª Turma de alunos-formandos do Ginásio Estadual Martins Borges. Outra característica a ser considerada na análise deste documento, é sua natureza de eminente fé pública, tanto que nosso acesso a ele se deu quando o encontramos no arquivo da Biblioteca Municipal Cora Coralina, em Campinas.

A inclusão de informações como viagens internacionais realizadas e a quantidade de Estados nacionais que a autora conheceu (*Imagem 10*), além de uma lista com os textos que ela escreveu e publicou, explicitam uma característica importante deste formato de documento, na época de sua produção. O Curriculum Vitae, no contexto em que Lígia Rebelo o produziu, representava uma oportunidade registrar e expor a eventuais interessados, quaisquer informações relativas ao potencial cultural e produtivo de seu autor. Nesse sentido, compreende-se a intensão de agregar esse tipo de valor à trajetória de vida profissional relatada, incluindo elementos que, atualmente, seriam considerados de foro pessoal, como viagens de turismo. Para uma profissional da área educacional, especialmente, apresentar-se como detentora de experiências de vida singulares, como viagens acessíveis a poucos, bem como uma mulher possuidora de publicações em jornais, premiações e homenagens públicas, seria tão importante, no sentido profissional, quanto listar as funções vividas no âmbito da própria carreira.

Imagem 9 - Primeira página do Curriculum Vitae de Lígia Rebelo

CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS

Nome : LÍGIA MARIA COELHO REBELO

Filiação : Guilherme Ferreira Coelho - Advogado
Elgiva Corrêa Coelho

Esposo : Percival Xavier Rebello - Advogado, Professor e Farmacêutico

Filhos : Maria Helena Xavier Rebello Guimarães - Bioquímica
Adelaide Rebello Teixeira - Belas Artes
Percival Xavier Rebello Filho - Médico
Possidônio Guilherme Rebello - Advogado
Peterson Xavier Rebello - Advogado
Péricles Xavier Rebello - Advogado e Escritor

Data Nascimento: 08.09.1917

Naturalidade : Cidade de Goiãs

Cart. Identidade: [REDACTED]

C.P.F. nº : [REDACTED]

Endereço : [REDACTED]

CURSOS

Curso Primário: Pouso Alto, hoje Piracanjuba (8 anos)

Curso Primário: Colégio Sant'Anna em Goiãs, naquela época Capital Estado

Curso Complementar: Colégio Sant'Anna em Goiãs, naquela época Capital
Estado de Goiãs (12) anos

Curso Normal : Colégio Sant'Anna em Goiãs " " " "
(16) anos - 1933

ATIVIDADES

1933 - Professora substituta do Colégio Sant'Anna - Goiãs (ainda aluna)

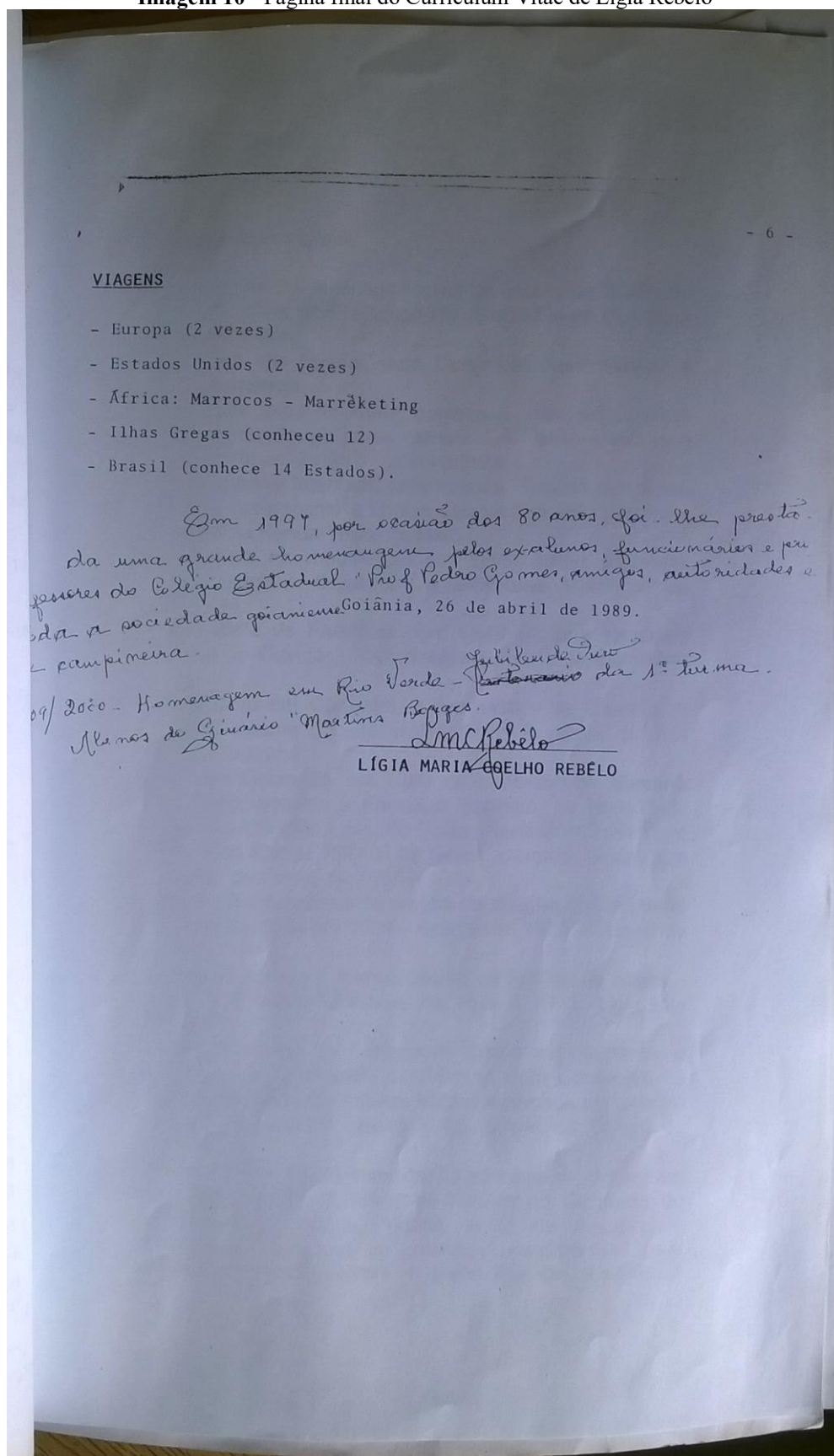
1934 - Professora do Grupo Escolar Municipal "Profª Nhola" - Goiãs

1935 - Professora -Diretora do Grupo Escolar "João de Araújo", em Pouso Alto, hoje Piracanjuba - 22/04 a 8/37

1936 - Professora do Curso Normal do Ginásio "São José", em Pouso Alto

Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal Cora Coralina (Goiânia-GO) / Autoria da fotografia: Vinícius Felipe Leal Machado (Dados pessoais foram ocultados pelo autor)

Imagem 10 - Página final do Curriculum Vitae de Lígia Rebelo



Metodologicamente, a análise historiográfica destes documentos foi condicionada pela pesquisa conduzida em arquivos diversos, de onde resultaram as fontes primárias e demais elementos que possibilitaram a complementação e a comprovação factual dos relatos memorialísticos prestados pela autora-narradora.

Apesar de se aprofundar nos dados e considerações acerca do período em que trabalhou como diretora do Colégio Pedro Gomes, os relatos prestados pela autora, em ambos os documentos analisados, mostram que sua carreira profissional não se resumiu àquele momento.

Mesmo no texto autobiográfico, o fio condutor de sua narrativa é sua trajetória profissional, mas nele, a autora mescla estes eventos com fatos marcantes da esfera pessoal, como seu casamento e o nascimento dos filhos. Considerando a natureza tipológica das memórias compartilhadas pela autora e avaliando o mérito contextual de pontos considerados estruturantes para nosso estudo, abordaremos, neste tópico, aspectos de sua vida que são cronologicamente anteriores ou posteriores ao período de 1956 a 1966, além daqueles que extrapolam a função mais notória de sua vida pública: a de diretora do maior colégio do bairro de Campinas⁵¹.

A narrativa da trajetória de vida, aqui é tomada como objeto de análise a ser destrinchado, em um processo fundamental para a apreensão contextual da personagem, em sua dimensão tempo-espacial. A memória conservada por Lígia Rebelo neste arquivo remete tão somente aos papéis assumidos por ela em sociedade, às relações sociais constituídas e às experiências decorrentes delas, ao longo da vida. Nesse sentido, Pierre Bourdieu afirma:

Não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de superfície social, como descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos. (BOURDIEU, 2006: p.190).

Tendo isso em vista, consideremos, como princípio, seu contexto familiar e suas origens natalícias. Lígia Rebelo nasceu na Cidade de Goiás em 8 de setembro de 1917, filha do advogado Guilherme Ferreira Coelho e Elgiva Corrêa Coelho. Em seu texto autobiográfico,

⁵¹ O período da vida de Lígia Rebelo que compreende seu trabalho como diretora do Colégio Pedro Gomes (1956 a 1966) é abordado analiticamente, neste trabalho, no terceiro capítulo “Gestão escolar e práticas educacionais subjetivas: a ação modernizadora de Lígia Rebelo no Colégio Pedro Gomes (1956-1966)”.

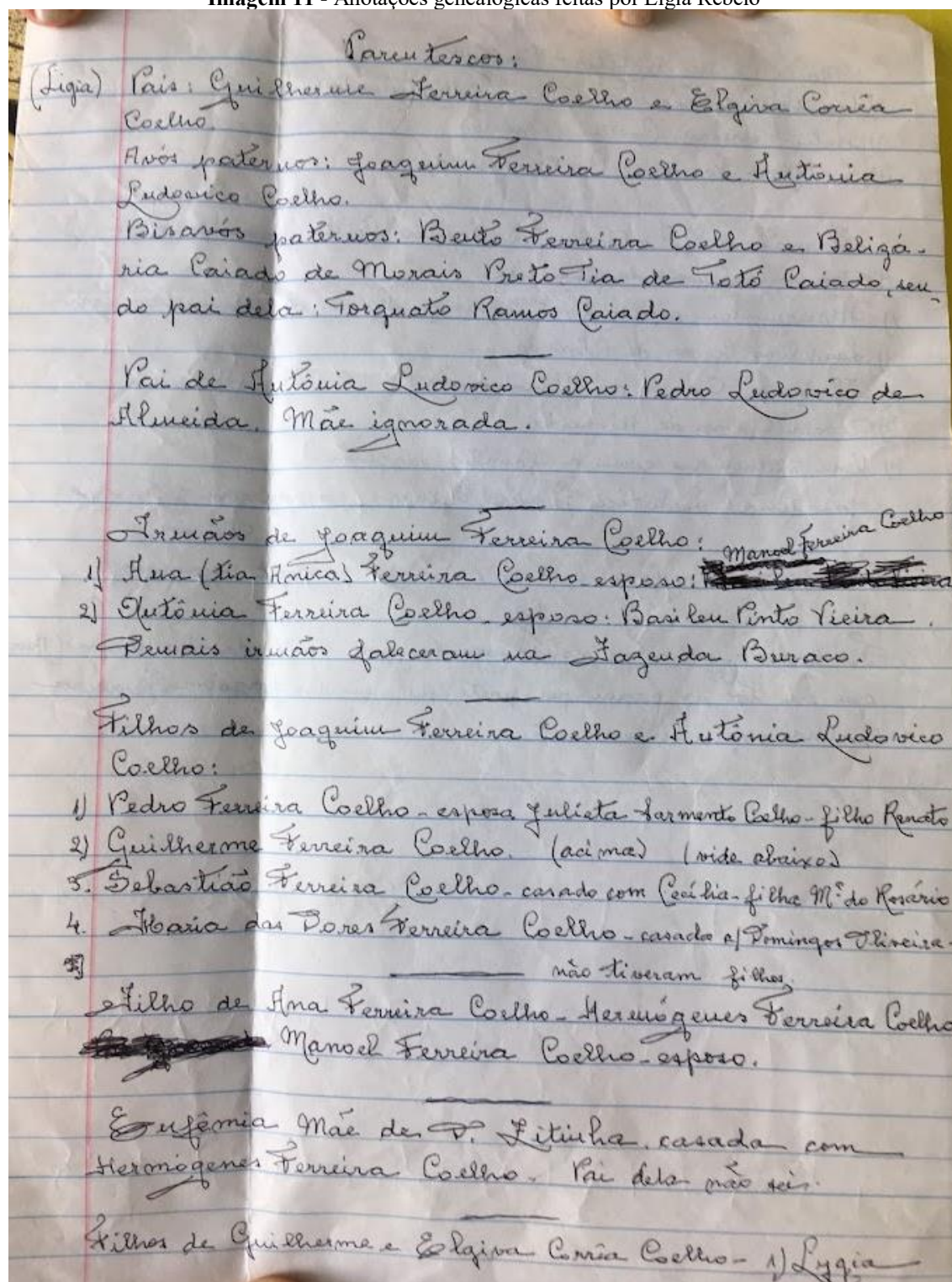
Lígia relata que, desde quando frequentava a escola primária, gostava de declamar e discursar. Ela passou a primeira infância em Pouso Alto, atual Piracanjuba, Goiás, para onde sua família havia se mudado quando tinha dois anos. Em 1926, aos nove anos, foi colocada no internato para prosseguir com os estudos na Cidade de Goiás, retornando, assim, à sua cidade de nascimento.

Com a condição financeira familiar estável, proporcionada pela posição social do pai - um profissional liberal bem relacionado na cidade de Pouso Alto - a jovem Lígia teve condições de estudar na mais renomada instituição privada voltada para a formação escolar feminina da capital estadual: o tradicional Educandário Sant'Ana⁵².

Muito orgulhosa a respeito de suas origens familiares, Lígia Rebelo pesquisou e deixou registrado, em vários manuscritos, os graus de parentesco relativos à sua ancestralidade (*Imagem 11*). Deste modo, reafirmava para si, e atestava para eventuais leitores, vínculos de parentesco que ligava suas raízes à tradicional sociedade da antiga capital, Cidade de Goiás. As anotações analisadas na Imagem 11 são marcas patentes do interesse da autora por este tema e constituem, dentro do conjunto documental estudado, o exemplar mais bem acabado deste tipo de investigação recorrente, apesar do documento em questão possuir características de rascunho.

⁵² Segundo Bretas (1991: p. 442-443), o Educandário Sant'Ana iniciou suas atividades em 1889, na Cidade de Goiás, fundado por um grupo de freiras da Ordem Dominicana, vindas da França. Para manter a instituição, uma "ajuda de custo" no formato de anuidade tinha pagamento facultado às famílias que tinham condições de pagar regularmente (citados como "alunos pagantes" no documento **Anexo R**). O educandário foi fundado pela Irmã Maria Otávia Panis que, inicialmente, contava com colegas da sua congregação para lecionar para somente "uma classe gratuita". Em documento institucional de 1970, obtido no Arquivo Frei Simão Dorvi (**Anexo R**), consta que a frequência no educandário era, em princípio, restrita apenas a jovens do sexo feminino. Crianças do sexo masculino passaram a ser admitidas, "anos depois", mas apenas nas classes primárias.

Imagem 11 - Anotações genealógicas feitas por Lígia Rebelo



Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebelo/ Autoria da fotografia: Vinícius Felipe Leal Machado

O pai de Lígia Rebelo era filho de Joaquim Ferreira Coelho e Antônia Ludovico Coelho. Os pais de Joaquim Ferreira Coelho, ou seja, seus bisavôs eram Bento Ferreira Coelho e Belizária Caiado de Moraes Preto, tia de Antônio Ramos Caiado, o Totó Caiado. Seu outro bisavô, o pai de Antônia Ludovico Coelho, sua avó, era Pedro Ludovico de Almeida. Ou seja, sua avó paterna era da família de Pedro Ludovico. A educadora foi afundo em sua pesquisa,

estudando a árvore genealógica de Pedro Ludovico Teixeira, detalhando ramos de parentescos que ligavam a sua família à dele. (*Imagem 22*).

Em 1933, depois de sete anos de estudos, Lígia Rebelo concluiu o Curso Normal, no Colégio Sant'Anna, diplomando-se para o Magistério aos dezesseis anos. Dentro daquela instituição, viveu sua primeira experiência na atividade docente. Ainda como aluna do último ano, teve a oportunidade de atuar brevemente como professora substituta, lecionando para colegas entrantes. No único retrato arquivado, no conjunto do caderno, que registra esta época da vida de Lígia Rebelo, ela aparece posando com vestes escolares formais, aos quinze anos, conforme deixara escrito à mão, logo abaixo da recordação fotográfica produzida em 1932:

Imagem 12 - Retrato de Lígia Rebelo, aos 15 anos, em vestes escolares (1932)



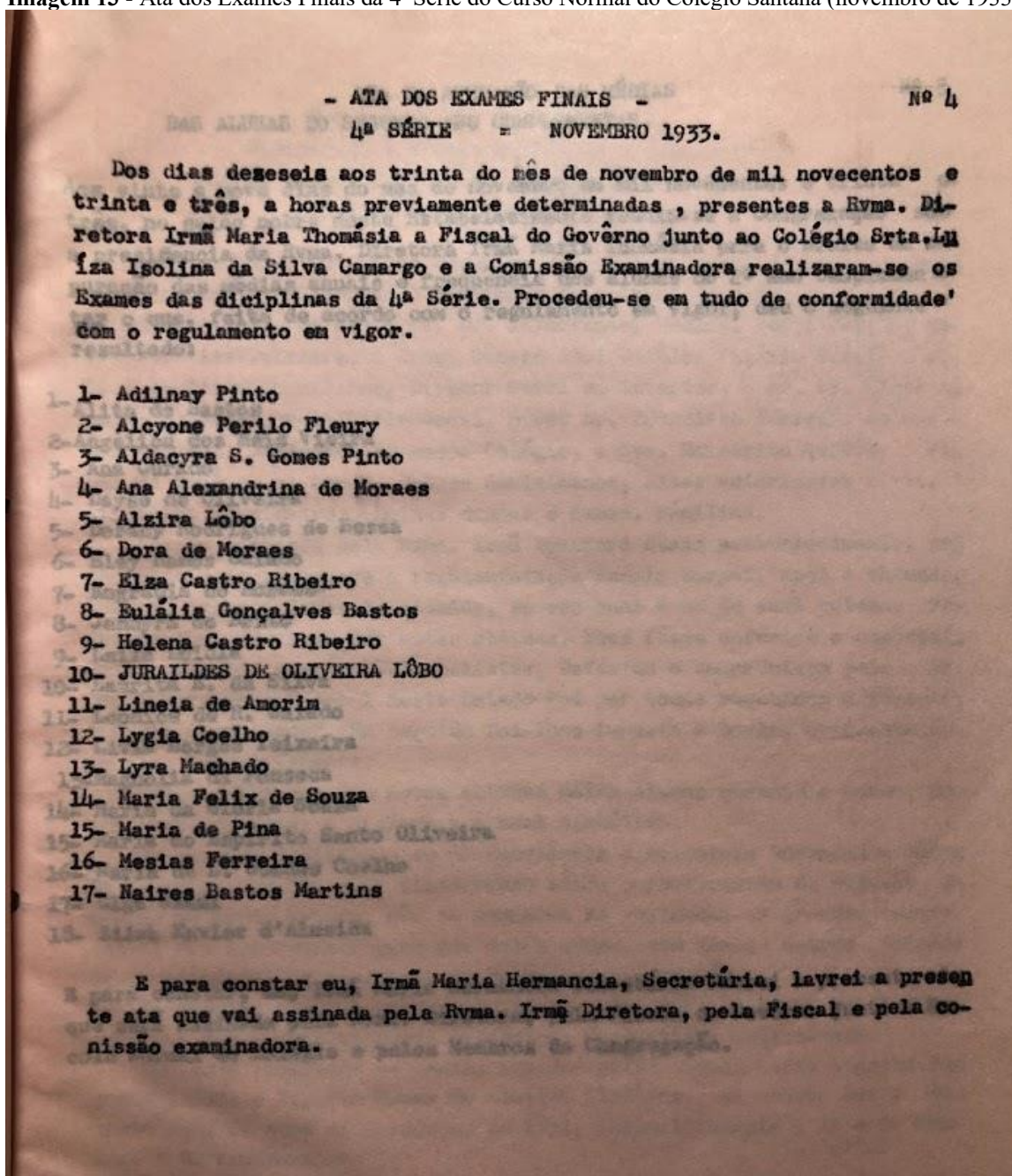
Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebelo/ Reprodução: Vinícius Felipe Leal Machado

O tom austero e um tanto solene do retrato (*Imagem 12*) contrasta com a juventude da retratada. Esta composição, porém, estava de acordo com os resultados educacionais que as instituições católicas para meninas desejavam apresentar às famílias e à sociedade, especialmente em relação às normalistas, cuja cobrança por amadurecimento pessoal acompanhava as exigências relativas à formação profissional. Como explica Arend: “a rígida disciplina em relação ao corpo, o uso dos uniformes impecáveis, os castigos, as orações, as lições de canto e solfejo, as posturas vigadas nas aulas de Educação Física e no refeitório, entre outras práticas, caracterizavam o cotidiano escolar dessas estudantes.” (AREND, 2023: p. 72)

A análise do documento “Ata dos Exames Finais da 4ª Série do Curso Normal do Educandário Sant’Ana” (*Imagem 13*) mostra que as provas finais do curso, nas quais logrou exitoso desempenho, ocorreram entre os dias 16 e 30 de novembro. No documento, chama atenção a grafia incorreta de seu nome, fato que parece ter sido constante ao longo de sua vida, especialmente no que diz respeito ao sobrenome “Rebelo”, adotado após o matrimônio, que frequentemente é encontrado em menções públicas diversas (especialmente em textos jornalísticos), grafado equivocadamente com duas letras “L”⁵³.

⁵³ D. Maria Helena Rebelo esclareceu que, de fato, alguns membros da família, especialmente os descendentes de Lígia Rebelo, optaram pela adoção da grafia com duas letras “L”, registrando-a nos mais jovens e, assim, tornando esta versão alternativa, que antes era uma imprecisão, em uma denominação familiar igualmente oficial.

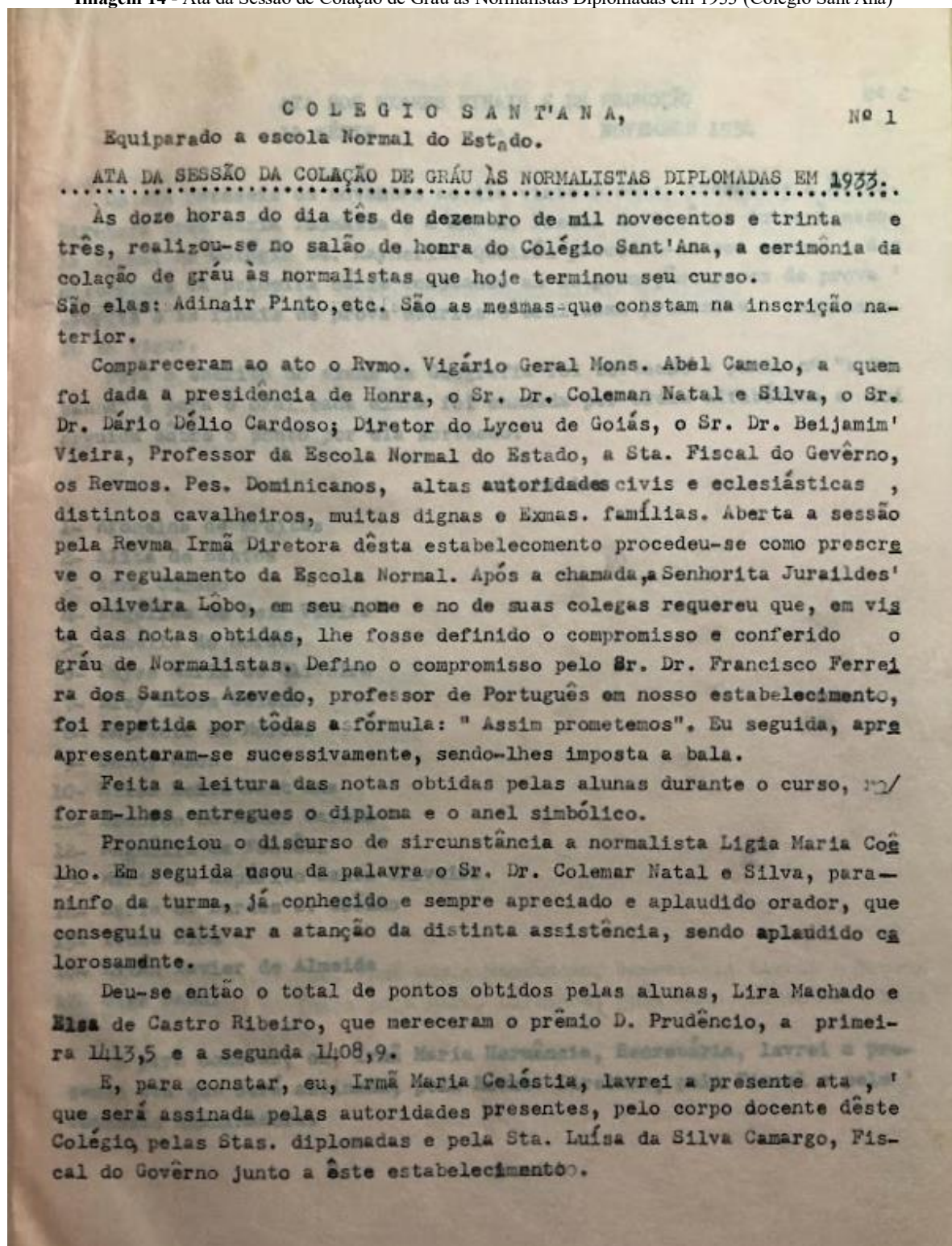
Imagem 13 - Ata dos Exames Finais da 4ª Série do Curso Normal do Colégio Santana (novembro de 1933)



Fonte: Arquivo Frei Simão Dorvi (Cidade de Goiás) / Reprodução em fotografia: Vinícius Felipe Leal Machado

Na cerimônia de colação de grau, realizada no dia 03 de dezembro de 1933, Lígia assumiu posição de destaque que ela tanto apreciava: a de oradora (*Imagem 14*). Ela foi escolhida, entre as dezessete estudantes, para proferir o “discurso de circunstância”, em nome da turma, diante das “altas autoridades civis e eclesiásticas” presentes, além da plateia, composta por familiares. O teor de sua fala não foi registrado pela docente responsável por lavrar a ata, Irmã Maria Celéstia, que dedicou sua efusividade ao discurso proferido logo em seguida à fala da jovem Lígia: o então Secretário do Interior e Justiça da Interventoria Federal, Prof. Dr. Colemar Natal e Silva, paraninfo da turma.

Imagem 14 - Ata da Sessão de Colação de Grau às Normalistas Diplomadas em 1933 (Colégio Sant'Ana)



Fonte: Arquivo Frei Simão Dorvi (Cidade de Goiás) / Reprodução em fotografia: Vinícius Felipe Leal Machado

No ano seguinte, devidamente diplomada - mas ainda sendo vista como normalista, provavelmente graças à pouca idade e à inexperiência - iniciou formalmente sua carreira como professora contratada pelo poder municipal no "Grupo Escolar Professora Nhola", também na Cidade de Goiás. Em documento manuscrito, datado de 27 de julho de 1934 (*Imagem 15*), a

diretora do grupo escolar, Olívia Soares de Camargo, comunicava a admissão de Lígia na instituição, conforme transcrição: “Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que no dia 16 do mês corrente, a normalista Lígia Coelho assumiu o cargo de professora deste Grupo Escolar em substituição à professora Sta. Avelina Laura de Santana”. Ali, antes de completar dezessete anos, a jovem Lígia deu seus primeiros passos profissionais, ocupando-se com a docência nos anos iniciais, conforme sua formação previa.

Imagem 15 – Comunicado de admissão de Lígia Rebelo no Grupo Escolar Municipal Professora Nhola (27 de julho de 1934)

Se. Sol. 11

Nº 7101

Diretoria do Grupo Escolar Professora Nhola, em
Goiás, 27 de julho de 1934.

Se. Sol. 11

*Separar-se p. anotar, a par
tir da data do anuário 28/7/1934.*

J. L. B. B. B.

Exmo. Sr. Vel. Prefeito Municipal:

Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que
no dia 16 do corrente, a normalista Lígia Coelho
assumiu o cargo de professora deste Grupo Escolar
em substituição à professora Sta. Avelina Laura
de Santana.

Apresento a V. Excia. os meus protestos
de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente assinado.

28/7/1934

J. L. B. B. B.

Olívia Soares de Camargo
Diretora

Neste ponto, cabe a inserção de um relato público feito por uma proeminente figura política, cujo discurso construído a respeito desses anos iniciais da trajetória profissional de Lígia Rebelo, convém ser analisado. Trata-se de uma burocrata do campo educacional, com destacado papel na História recente do ensino público em Goiás sobre os anos iniciais da trajetória de Lígia Rebelo: a ex-secretária estadual de Educação Raquel Teixeira⁵⁴, que conhecia Dona Lígia pessoalmente e conviveu, como amiga, com seu primogênito Percival Xavier Rebelo Filho. Após participar, como convidada, de uma de suas últimas celebrações públicas de aniversário, Teixeira relatou ter ouvido da própria Dona Lígia a seguinte afirmação: “Parece-me que ao nascer, comecei a trabalhar” (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 de setembro de 2007). Após o relato, citado o início de seu texto, ela segue narrando suas impressões sobre a história de vida da ex-diretora, conforme lhe fora revelado:

Aos oito anos [*sic*], deixou a casa dos pais para estudar interna no Colégio Santana, na Cidade de Goiás. A convivência de sete anos com as irmãs dominicanas, com certeza, foi decisiva para a formação de seu caráter, aprimoramento de sua inteligência, desenvolvimento de sua personalidade sensível e firme, e de sua fé em Deus. (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 DE SETEMBRO DE 2007).

A análise relato é importante, por permitir a reflexão sobre como as imagens públicas são cuidadosamente construídas e intencionalmente reforçadas convenientemente no discurso político. Deve-se notar o tom laudatório da crônica. Nada surpreendente, uma vez que se trata de uma reverência, uma homenagem prestada de “uma educadora para outra”. O que nos interessa é a origem de tal homenagem e sua intencionalidade.

O texto de Teixeira foi publicado no espaço reservado a artigos de autores pontuais, uma coluna rotativa de “espaço de opinião”, no Diário da Manhã, que em 2007 possuía grande circulação na região metropolitana de Goiânia e interiores. Na oportunidade, Raquel Teixeira fez bom uso do espaço para prestar sua homenagem pública a uma veterana, valorizando-a não somente por sua atuação profissional, mas por suas características pessoais também. Percebe-se que, mais uma vez, que a homenagem busca estabelecer associação dos méritos profissionais de Lígia Rebelo a traços de sua personalidade: determinação, disciplina, inteligência, sensibilidade, firmeza. Tais características são vinculadas ao sucesso obtido no exercício de sua “vocação”. Nesse sentido, Raquel Teixeira reproduz elementos que foram destacados pela própria Lígia Rebelo acerca de si, quando ela se autobiografou e ilustrou fartamente ao colecionar as inúmeras homenagens públicas que recebeu ao longo da vida. Esta foi uma das

⁵⁴ Com carreira política vinculada às administrações do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), no governo estadual de Goiás, Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira ocupou diferentes funções de secretariado. Foi Secretária de Educação nas administrações Marconi Perillo, primeiramente de 1999 até 2001, no primeiro de Perillo e, novamente, de 2015 a 2018. Em 2007, quando escreveu o texto em pauta, era Secretária da pasta de Cidadania do governo Alcides Rodrigues. (Fonte: CPDOC-FGV/ Verbetes biográficos)

formas que Lígia Rebelo encontrou de colher, simbolicamente, os frutos de imagem pública muito bem construída e consolidada no cenário da sociedade goiana. Exploraremos, em análise, outras homenagens selecionadas por Lígia Rebelo em tópico oportuno.

Em 1935, ela retornou para perto de sua família, em Pouso Alto (Piracanjuba-GO). Ali, por uma questão circunstancial, envolveu-se na fundação do “Grupo Escolar João de Araújo”, onde trabalhou como professora e, com apenas 17 anos, foi nomeada diretora da instituição. Esta foi sua primeira oportunidade de lidar com o exercício da gestão escolar, entre abril de 1935 e agosto de 1937.

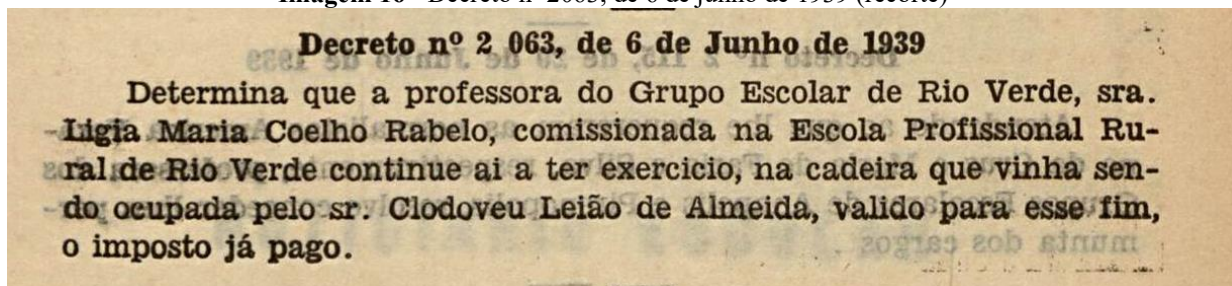
Também em Pouso Alto, já atuou na formação de novos educadores, integrando o corpo docente do “Curso Normal” do “Ginásio São José”, em 1936, quando tinha 18 anos. Neste curso lecionou as disciplinas de Língua Portuguesa, Pedagogia e Psicologia. Além do incremento de experiências na carreira, em Piracanjuba, Lígia Rebelo deu também um grande passo em sua vida pessoal, iniciando ali seu relacionamento com o farmacêutico e advogado – que também lecionava - Percival Xavier Rebelo⁵⁵, que se tornaria seu cônjuge: “É lá que ela reencontra um amigo de infância, Percival, que se torna seu marido, companheiro e grande amor. Foram seis filhos os frutos dessa união, que hoje se multiplicaram em 22 netos e 23 bisnetos.” (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 de setembro de 2007). Eles se casaram em 14 de abril de 1937, meses antes dela completar 20 anos. Os vínculos políticos mantidos pela família de Percival Xavier Rebelo lhes possibilitariam portas abertas para novas oportunidades vindouras. Primeiramente nas cidades onde seus parentes tinham influência direta (Piracanjuba e Itumbiara), depois, onde seus aliados pessedistas haviam construído uma nova hegemonia (Rio Verde e Goiânia).

Em 1938, Lígia Rebelo mudou-se para Itumbiara, naquela época denominada Santa Rita do Paranaíba, onde exerceu brevemente a função de professora no Grupo Escolar Ruy de Almeida. Em Itumbiara nasceu a primeira filha do casal, D. Maria Helena Rebelo.

⁵⁵ Percival Xavier Rebelo nasceu em Pouso Alto (Piracanjuba), em 14 de abril de 1913, filho de Possidônio Xavier Rebelo e Adelaide dos Reis Rebelo. Em sua atuação profissional no campo da educação pública, em Goiânia, ele se destacou como professor dos níveis secundário e superior, além de ter sido diretor da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Goiás e Vice-Reitor, eleito pouco antes de seu falecimento precoce, aos 55 anos, no dia 8 de setembro de 1966. (NOSSO JORNAL, nº 45/46. setembro/ outubro de 1968). Segundo verificaram, em pesquisa, os historiadores Francisco Itami Campos e Arédio Teixeira Duarte, o pai de Percival Rebelo, Possidônio Xavier, foi deputado (1909-1916) e senador estadual (1917-1923), ostentando o título de Cel. da Guarda Nacional. Possidônio Xavier Rebelo faleceu em 1923, em Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), onde também tinha terras. Os pesquisadores averiguaram, ainda, que Possidônio teve outro filho, chamado Emanuel Xavier Rebelo, nascido em 1889. Apesar de não termos encontrado menção a ele em nenhum dos documentos cedidos pela família para estudo, Emanuel seria, então, irmão de Percival e cunhado de Lígia Rebelo. Ele era diplomado em Medicina no Rio de Janeiro (1915), e seguiu os passos do pai na política, fazendo carreira nas regiões das atuais Piracanjuba e Itumbiara, onde exerceu mandatos de prefeito municipal e deputado estadual (1929-1930). (CAMPOS; DUARTE, 1998: p. 83; 231).

Depois disso, a família se mudou para Rio Verde, onde viveram por um longo período, de 1939 até 1951. Este período foi particularmente rico em experiências profissionais. Na cidade do sudoeste goiano, seu primeiro trabalho foi como professora de “primeiras letras” no grupo escolar da cidade, logo complementado pelo posto de professora substituta de Português na Escola Profissional Rural de Rio Verde, onde foi efetivada pelo Decreto nº 2063, de 6 de julho de 1939 (*Imagem 16*):

Imagem 16 - Decreto nº 2063, de 6 de junho de 1939 (recorte)



Fonte: “Revista da Educação” (06 de junho de 1939) / Arquivo Frei Simão Dorvi / Reprodução em fotografia: Vinícius Felipe Leal Machado

O Grupo Escolar de Rio Verde mencionado, era o “Grupo Escolar Eugênio Jardim”, onde ela trabalhou de 1939 a 1947, do qual se legaram documentos cuja análise contribui para a narrativa de sua trajetória. Daquele trabalho, a educadora conservou uma foto original (*Imagem 17*), com características que a distinguem, dentro do conjunto temático específico: sua dimensão ampliada e pela qualidade de impressão excelentes para os padrões de documentos deste tipo naquela época. Trata-se de um registro posado do corpo docente da instituição. O item está devidamente datado e com descrição sucinta de seu conteúdo: “Corpo Docente; Grupo Escolar Eugênio Jardim; Rio Verde - GO, 1942”. A presença destas informações é outra característica destacada, pois são poucos os retratos, componentes da coleção total, que possuem tais informações contextuais.

Imagem 17 - Retrato do corpo Docente do Grupo Escolar Eugênio Jardim (Rio Verde - GO, 1942)



Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebelo/ Reprodução: Vinícius Felipe Leal Machado

A análise do retrato em questão possibilita a verificação de uma realidade bastante comum na área educacional: a chamada “feminização do magistério”, especialmente quando se tratava de profissionais atuantes nas séries iniciais. Trataremos deste significativo aspecto no tópico seguinte. No caso analisado, todo o corpo docente do grupo escolar era composto por mulheres jovens e de pele clara. Todas as professoras, incluindo Lígia Rebelo - que está sentada à frente, na ponta direita, do ponto de vista do observador – estão bem trajadas para o contexto, o que contrasta sutilmente com o aspecto simples da estrutura escolar aparente. Tais elementos são indicadores das condições materiais de trabalho e, ao mesmo tempo, indícios da origem social das educadoras, que conseguiram estudar, se habilitar e trabalhar, contrariando o cenário geral da sociedade do interior de Goiás na década de 1940.

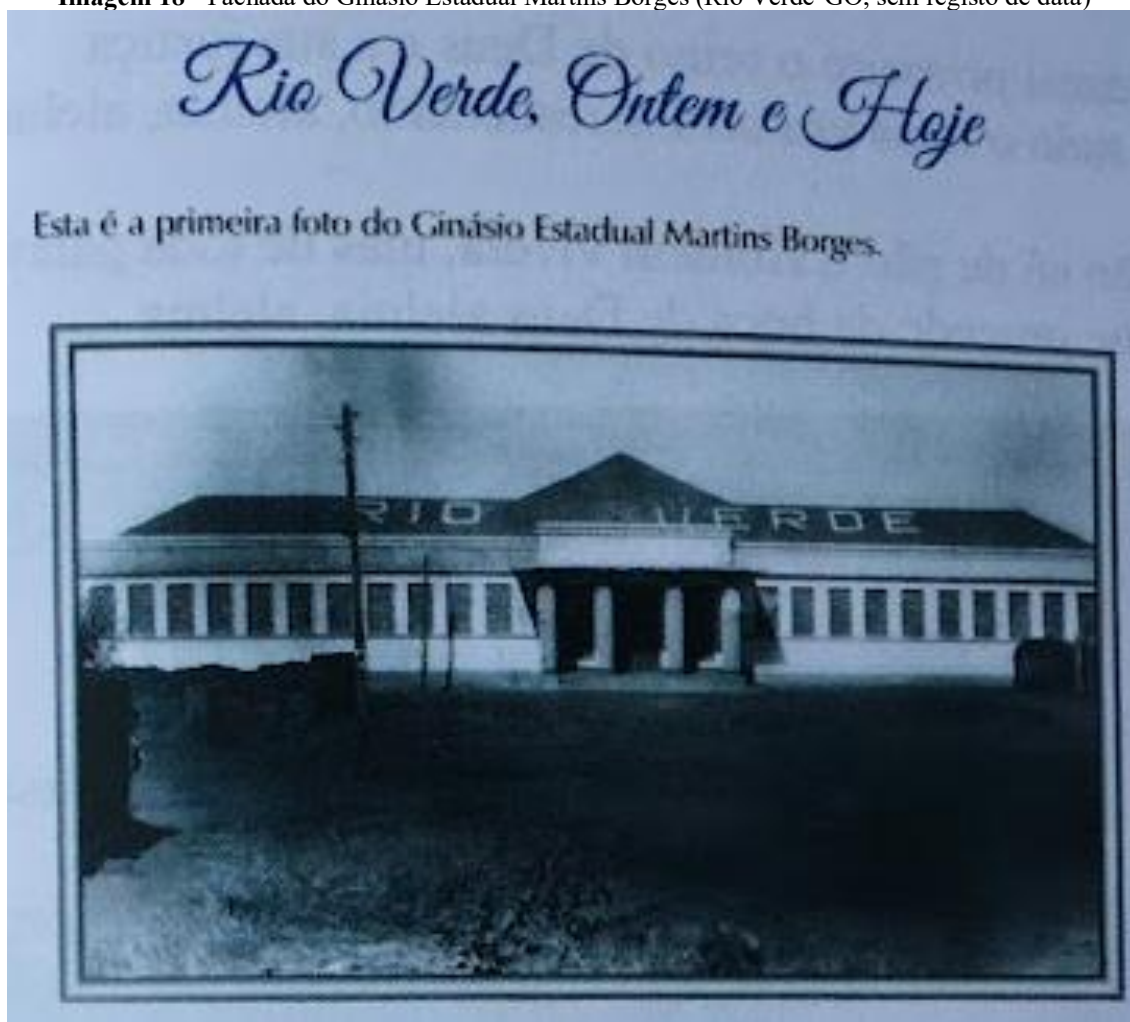
No mesmo ano, também assumiu as aulas de Língua Portuguesa da “Escola Profissional Rural”, onde também permaneceu até 1947. Em 1941, Lígia fundou, ainda na cidade de Rio Verde, um curso preparatório para o processo seletivo de admissão do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, onde lecionava a disciplina de Língua Portuguesa para jovens da elite local.

Na Escola Normal Santa Rita de Cássia, Lígia Rebelo lecionou as disciplinas de Português, Francês, Psicologia e História de Goiás, de 1944 a 1946, colaborando para a

formação de outras professoras. Entre 1945 e 1946, foi professora do “Curso Noturno de Madureza⁵⁶ de Rio Verde”.

Em seguida, ingressou no corpo de profissionais do Ginásio Estadual Martins Borges (*Imagem 18*), onde, entre 1947 e 1951, atuou como professora de Língua Portuguesa e Desenho, além de ter desempenhado a função de Secretária, nos dois primeiros anos, entre 1947 e 1948. Em seus arquivos, Lígia Rebelo guardou uma página com reproduções de registros fotográficos deste período em que trabalhou com seu marido, que foi Diretor da instituição enquanto ela ocupava as atribuições de professora e secretária. Percival Xavier Rebelo aparece ao centro (de roupas brancas), na foto intitulada “Quem fez a História do Ginásio Estadual Martins Borges” (*Imagem 19*):

Imagem 18 - Fachada do Ginásio Estadual Martins Borges (Rio Verde-GO, sem registo de data)



Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebelo/ Reprodução: Vinícius Felipe Leal Machado

⁵⁶ Este curso era voltado para estudantes com 16 anos ou mais, que não haviam frequentado a escola na idade regular. Na legislação atual, seria equivalente à Educação de Jovens e Adultos (E.J.A.). Até a publicação do Decreto-Lei nº 709/69, o curso tinha duração de dois anos para ciclo. Depois, se tornou comum a modalidade curso preparatório para a realização do “Exame de Madureza”, que era um exame de conhecimentos que poderia conferir ao aprovado certificados de conclusão do Ciclo I (ginasial) e/ ou do Ciclo II. Este exame seria equivalente ao atual “Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos” (ENCCEJA).

Imagem 19 – Equipe de funcionários e corpo docente do Ginásio Estadual Martins Borges (Rio Verde-GO, 1949)



Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebelo/ Reprodução: Vinícius Felipe Leal Machado

As legendas originais constantes nos documentos nos auxiliam a compreender o contexto dos registros e o sentido da recordação a que remetem: uma sensação de júbilo pelo fato de o casal ter assumido grandes responsabilidades em uma instituição recém-inaugurada e que se tornaria tão importante para a região sudoeste do Estado, especialmente depois que foi elevada à condição de Colégio, na mesma época em que o Ginásio Estadual de Campinas. Como no documento analisado anteriormente, estes também possuem indícios reveladores de relações sociopolíticas da época.

A título de análise, a imponente e robusta estrutura física externa da instituição (*Imagem 18*) deve ser considerada. É patente que sua fachada guarda certa semelhança com a do Liceu de Goiânia (*Imagem 20*), guardadas as devidas proporções. Ambos possuíam amplas janelas retangulares, perfiladas em sentido vertical, dispostas em observância à simetria bilateral das

respectivas fachadas; no centro, em ambas as fachadas, havia um hall de entrada, coberto por um frontão de linhas simples, sustentado por pilares em forma de robustas colunas. Esta estrutura de telhado proeminente em formato triangular cobria uma pequena varanda em estilo “alpendre”.

Imagem 20 - Fachada do prédio do Liceu de Goiânia, em construção (1937)



(Fonte: Jornal O Popular, Projeto Álbum/ Reprodução)

O esmero apresentado na edificação do educandário rio-verdense, bem como a insinuante semelhança como o Liceu da nova capital, são aspectos relacionados à importância que o interventor Pedro Ludovico atribuía à instituição, que havia sido criada nos estertores de seu primeiro governo. O Ginásio Estadual "Martins Borges", foi criado pelo Decreto Lei nº 124, de 15 de outubro de 1945. O Ginásio, que levava o nome do sogro⁵⁷ de Pedro Ludovico, foi elevado à categoria de colégio pela Lei Estadual nº 2568, de 10 de setembro de 1959 (**Imagem 45**).

Pedro Ludovico possuía forte ligação com a cidade, na qual ele viveu depois de retornar ao Estado após se formar em medicina, de 1917 até 1930. Ali ele havia construído seus vínculos profissionais e políticos, além de constituir família. Ali ele se casou com Gercina Borges

⁵⁷ O nome do colégio foi escolhido em homenagem ao Coronel Antônio Martins Borges, pai de D. Gercina Borges Teixeira. Antônio Martins Borges foi senador e prefeito de Rio Verde em mais de uma oportunidade. Como opositor da oligarquia comandada pelos Caiado, apoiou o movimento liderado por seu genro e lhe deu suporte quando ele ficou preso, por quinze dias, em cadeia pública da cidade a mando de Totó Caiado. A esposa de Pedro Ludovico nasceu em Rio Verde em 26 de agosto de 1900. Sua mãe era D. Maria Conceição Borges. (SOUZA, 2015, p. 18; 20-21).

Teixeira, em 1918 e, em 15 de fevereiro de 1920, o casal celebrou o nascimento de seu primogênito, o futuro governador de Goiás, Mauro Borges Teixeira.

Outra característica a ser analisada nos documentos fotográficos é a diferença da equipe docente do ginásio. Cinco anos após o registro do Grupo Escolar Eugênio Jardim (1942), na nova instituição de nível secundário da cidade, já se observava um corpo docente com presença masculina substancial, incluindo seu diretor. Lecionar no ensino secundário era socialmente mais prestigioso que na educação primária. Isto levava ao preferencial posicionamento masculino nas instituições deste nível.

Em 1951, Lígia Rebelo e sua família se mudaram para Goiânia, motivados por novas oportunidades e desafios. Na nova capital, ela viveria suas experiências profissionais mais notáveis, que acabariam se tornando os marcos de sua carreira na área da educação. Sua primeira experiência como professora, em Goiânia, ocorreu no Grupo Escolar Vasco dos Reis, antigo “Grupo Escolar do Instituto de Educação de Goiás” (I.E.G.), de 1951 a 1953. Durante o ano de 1952, Lígia Rebelo assumiu a função de diretora do grupo escolar sob a indicação do governador Pedro Ludovico.

Ainda em 1952, assumiu, concomitantemente, as aulas da disciplina de Desenho, para turmas do período noturno, no Ginásio Professor Ferreira, uma escola privada subvencionada pelo poder público, aberta naquele ano, que funcionou entre 1952 e 1979. Ela lecionou naquela escola até o final do ano letivo de 1955, quando optou por deixar as aulas devido ao aumento de sua carga horária total, uma vez que já estava trabalhando também no Ginásio Estadual de Campinas (desde 1952), no I.E.G. (desde 1953) e no Liceu de Goiânia (desde 1954).

Desde modo, também foi no ano de 1952 que ela começou sua trajetória no Colégio Pedro Gomes, quando a instituição ainda era o Ginásio Estadual de Campinas. Ela ingressou no quadro de docentes como professora substituta, empossada através de Decreto, datado do dia 28 de março de 1952, como “Professora Primária - Classe D” do Grupo Escolar ‘Professor Vasco dos Reis’. O mesmo dispositivo a alocava na função de “Professora Substituta – Padrão T” no Ginásio Estadual de Campinas, condicionando sua permanência à duração do período de “afastamento legal e temporário do titular da cadeira, professor Helton de Moraes Sarmiento”⁵⁸.

⁵⁸ O jornalista, escritor memorialista e pesquisador da História do Colégio Pedro Gomes, Jales Naves, rastreou a evolução do enquadramento legal das funções exercidas por Lígia Rebelo na instituição., conforme as descrevemos a seguir, com base em sua pesquisa. Depois de ter seu contrato de substituição renovado para mais um mês, diante da extensão concedida ao professor afastado (Helton Sarmiento), ocorreu sua efetivação no quadro docente da escola, ocasionado pelo afastamento permanente de outro colega da área de Português, o professor Raimundo Dias Irmão. Sua efetivação ocorreu por decreto do dia 04 de setembro de 1953. Foi quando Rebelo assumiu, em caráter definitivo as cadeiras de Português, Desenho e Trabalhos Manuais. A partir de 1º de janeiro de 1955, ela foi requalificada enquanto docente em atividade, para o padrão “M”, com base na Lei nº 1.007, de 29 de novembro de 1954 - assinada pelo governador em exercício, Jonas Duarte - que “reorganizava o Quadro Geral do

Naquele ano, a instituição estava sob a direção do professor Newton Paranhos, professor de História graduado em Direito. O diretor, que ficou na função somente durante o ano letivo de 1952, era filho de Galeno Paranhos, candidato da UDN que seria derrotado nas eleições de 1954, disputada contra José Ludovico de Almeida.

Nos três anos seguintes (1953-1955), trabalhou sob a direção de Sebastião Veloso Peleja, um veterano colega da área de Língua Portuguesa. Neste intervalo, atuou como professora de Língua Portuguesa, Desenho e Trabalhos Manuais na casa. Lembrando que foi nesse período em que Lígia Rebelo esteve trabalhando simultaneamente nas principais e maiores escolas públicas da capital, além do Ginásio Professor Ferreira. No ano de 1955, recebeu uma prestigiosa incumbência, da qual demonstrava possuir muito orgulho: integrou, como avaliadora de Língua Portuguesa, a banca examinadora do vestibular da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, função que ela relata ter repetido em 1961.

Depois que assumiu a direção do CEPPG, em 1956, sua dedicação se voltou quase exclusivamente ao exercício da função burocrática na instituição campineira. Neste período, ela lecionou em poucas oportunidades e acrescentou ao currículo apenas atividades paralelas desempenhadas pontualmente.

Em 1957 lecionou a disciplina de Português para o Curso da C.A.D.E.S.⁵⁹, promovido pela Inspeção de Ensino Secundário Seccional Goiânia, cumprindo, também, a função de examinadora no certame.

Nos anos de 1960 a 1963 foi designada, por Portaria da Secretaria de Estado da Educação para a função de coordenadora do evento anual da “Jornada de Diretores do Estado de Goiás”. Paralelamente, de 1961 a 1964, ela cumpriu a função de Técnico em Assuntos Educacionais na Secretaria de Educação de Goiás. Nesta função, ela nomeada pela Portaria nº

Funcionalismo Público do Estado de Goiás”. Formalmente, Lígia se tornou diretora do Ginásio através da seguinte sequência de dispositivos legais: Decreto de 1º de janeiro 1956 - vinculado aos termos do Art. 15, Item I, do Decreto-Lei nº 4.920/ 1941 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Goiás) – cujo texto a nomeia para a função de “Diretora Escolar de Instituição Secundária”; no ano seguinte, veio a “Portaria nº 24, de 15 de outubro de 1957”, expedida pela “Divisão do Ensino de Segundo Grau”, da Secretaria da Educação do Estado, que a manteve no cargo, mas inseriu a descrição técnica da alteração de sua função: de “professora catedrática do ensino secundário”, para “Diretora do Ginásio Estadual de Campinas”, função comissionada específica que havia sido instituída pelo Decreto nº 622/ 1957. (JORNAL A REDAÇÃO, 13 de agosto de 2021).

⁵⁹ “C.A.D.E.S.” é acrônimo para “Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário” cuja origem remonta ao período do mandato democrático de Vargas. Para suprir a defasagem quanto à formação acadêmica dos professores, em 1953, no governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), foi criada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades) a partir do Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953. Esta Campanha tinha por objetivos difundir e elevar o nível do ensino secundário e, para atingi-los, promoveu cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento. Sob a tutela da Cades aconteceram outras ações referentes à formação da equipe de gestão e dos professores para as escolas secundárias, bem como foram publicadas diversas obras tratando de assuntos pedagógicos.

445/ 1962, da Secretaria, para a função de Inspetora de Ensino, responsável pela fiscalização de cursos ginasiais em implantação na capital. Quando ela deixou a função de Diretora do Colégio Pedro Gomes, permaneceu na função de Inspetora de Ensino na instituição até 1966, nomeada pela Resolução nº 1 do Conselho Estadual de Educação.

Entre 1960 e 1966, mediante nomeação do Secretário de Educação, ela acumulou mais uma função burocrática de grande responsabilidade: presidiu a Banca Examinadora aos Titulares de Cartórios de Goiânia e Interior. Entre 1967 e 1985 integrou o Conselho da CNEG (Campanha Nacional pelos Educandários Gratuitos)⁶⁰.

Depois de seu afastamento definitivo do Colégio Pedro Gomes, ao final de 1966, ela se afastou gradativamente do ambiente escolar e do efetivo exercício educacional. Quando colocada à disposição pela Secretaria de Estado da Educação, assumiu a chefia Secretaria Geral da companhia energética estatal CELG (Centrais Elétricas de Goiás S.A.), nomeada pela Portaria nº 167/ 1967. No interior desta empresa, Rebelo desempenhou várias funções em diferentes cargos administrativos, até seu desligamento definitivo, em 1983, aos 66 anos. Neste ínterim, se afastou da empresa apenas entre 1975 e 1979, quando foi convidada a assumir a função de Secretária da Primeira-Dama do Estado, Lúcia Vania Abrão durante o mandato do governador Irapuan Costa Júnior (MDB).

É importante registrar que, em 1963, Lúcia Rebelo obteve do Estado sua primeira aposentadoria, relativa ao cumprimento de vinte e oito anos e três meses de serviços prestados como professora da educação primária. Em 1978, ela obteve uma segunda aposentadoria, relativa à completude de um período de trinta anos como professora de ensino secundário e em 1º de dezembro de 1983, ela obteve sua terceira e última aposentadoria reconhecida junto ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), pelos dezessete anos trabalhados na CELG.

Mesmo exercendo funções administrativas não relacionadas diretamente à área educacional por tantos anos, após seu afastamento do CEPPG, Lúcia Rebelo continuou

⁶⁰ A Campanha Nacional por Educandários Gratuitos (CNEG) foi criada em 1948 pelo advogado paraibano Felipe Tiago Gomes e se, difundiu nacionalmente a partir da primeira metade dos anos de 1950. Esta campanha surgiu em meio às demandas do movimento estudantil do Recife, do qual Felipe Tiago Gomes participava. Em 1943, surgiu, na capital pernambucana, um movimento embrionário, que seria a essência da CNEG, denominado de “Campanha do Ginasiano Pobre (CGP)”. Ao longo da década de 1950, Gomes se empenhou pela difusão da campanha em vários Estados da Federação, o que tornou a Campanha conhecida em todo o território brasileiro e a fez gerar frutos concretos, com a efetiva fundação de escolas (em Goiás foram sete “estabelecimentos cenegistas” fundados até 1953, com subvenção do Estado). Quando esteve em Goiânia pela primeira vez, Felipe Tiago Gomes relatou ter enfrentado “o boato de que a CNEG se tratava de um movimento comunista”, algo comum no cenário de polarização do período. No entanto, Venerando de Freitas Borges, o professor convidado para presidir a Seção Estadual da CNEG, apoiou o movimento. Segundo Gomes, o ex-prefeito, do PSD, teria dito: “Se cuidar da educação do povo é comunismo, eu também sou comunista!” Assim, Venerando tomou posse e presidiu a CNEG em Goiás à época de sua instalação. O primeiro estabelecimento criado sob o escopo da campanha em Goiás foi o Ginásio Professor Ferreira, onde Lúcia Rebelo lecionou na década de 1950. (GOMES, 1965, p. 98).

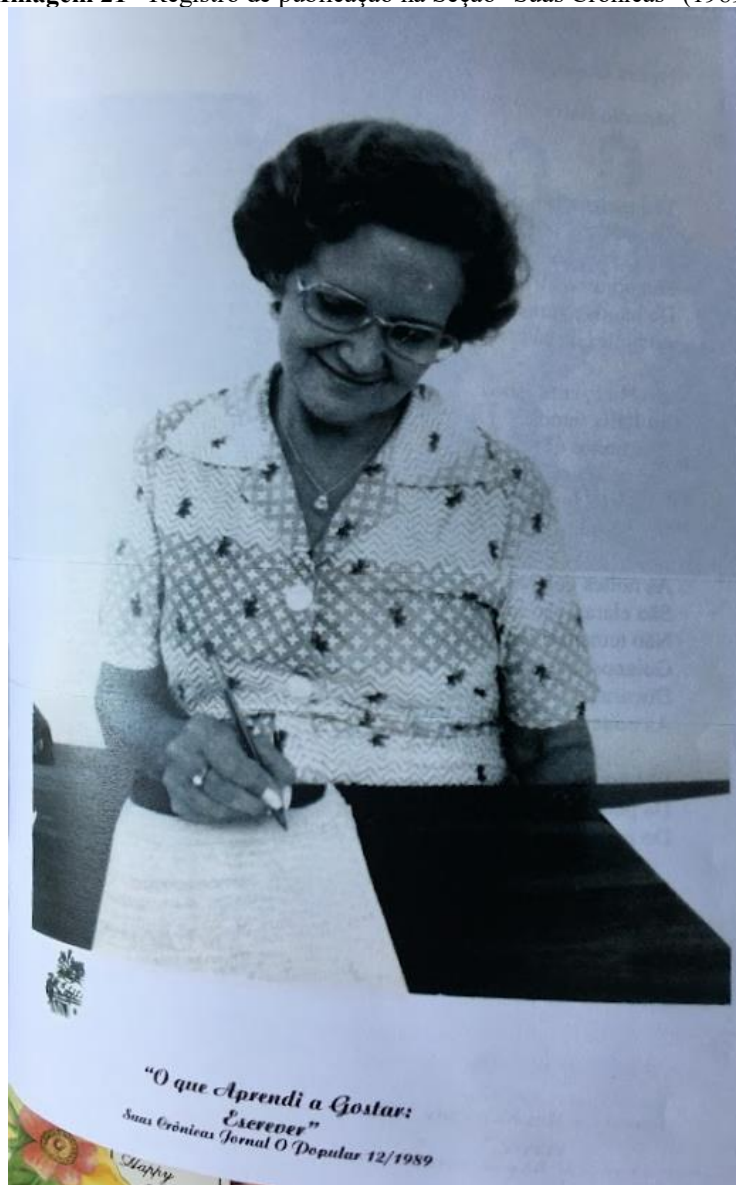
referindo-se a si mesma como “professora” até o final de sua trajetória laboral. Isto revela um vínculo identitário indissociável, solidificado em sua autoimagem, que ela fez questão de registrar. Deste modo, ela concluiu seu texto autobiográfico destacando as qualidades com as quais considerava ter desempenhado o trabalho designado em todos os cargos que ocupou: “Exerceu a prof.^a Lígia outras funções públicas importantes, dando a todas o máximo de sua dedicação, tirocínio e a satisfação do dever cumprido. Assim cumpriu seu Jubileu de Ouro de trabalho: 1934 a 1984. Após esta data, tem D. Lígia recebido inúmeras homenagens como educadora.” (REBELO, 1997, p. 2)

Percebe-se que a autoimagem adotada por ela a respeito da própria história de vida estava alinhada, em essência, com a imagem pública que construiu ao longo da vida. Constatase, nesta avaliação, uma postura de coerência acerca da firme convicção que ela demonstrava nutrir acerca de sua identidade, assentada no arquétipo de “mulher trabalhadora”. Verifica-se, também, a intenção de firmar e afirmar esta identidade, colocando-a em evidência nos registros, tanto naqueles de autoria própria, como nos que ela selecionou.

2.4 Lígia Rebelo além da figura pública: analisando características da personalidade a partir de seus escritos íntimos e produção intelectual

Da mesma forma em que sentia prazer ao colecionar menções ao seu nome e de sua família, Lígia Rebelo também apreciava escrever (*Imagem 21*). Inclusive deixou isso explicitamente registrado em “O que aprendi a gostar: escrever” (JORNAL O POPULAR, Seção “Suas Crônicas”, dezembro de 1989).

Imagem 21 - Registro de publicação na Seção "Suas Crônicas" (1989)



Fonte: Acervo Familiar de Lúcia Rebelo/ Reprodução: Vinícius Felipe Leal Machado

Ela tinha preferência pela escrita de narrativas, especialmente na forma de crônicas. Esse gênero lhe permitia refletir em tom intimista, falar sobre si e suas experiências, além de expor suas ideias através de histórias alegóricas, baseadas em acontecimento reais. Algumas de suas crônicas chegaram a ser publicadas no Jornal O Popular, depois que ela assumiu a vice-presidência do Conselho Municipal de Cultura, em outubro de 1988. Produções textuais como “Uma viagem sem retorno”, “Uma página de saudades”, “Bodas de Prata”, “De emoção também se morre” e “Uma passagem no açougue” encontraram um espaço privilegiado naquele jornal local de grande circulação comercial.

Em seu arquivo pessoal, ela conservou os recortes de algumas destas publicações, como no caso do texto “Uma página de saudades” (Jornal O Popular, dezembro de 1989). Analisando

as características deste escrito (*Anexo B*), em consonância com elementos percebidos nos demais, constata-se que ela experimentou utilizar-se das páginas do jornal para compartilhar, com um público amplo, seu olhar reflexivo acerca daquilo a inspirava, expressando emoções profundas na forma de histórias que simbolicamente representavam aspectos sensíveis de sua personalidade. Entre as preocupações e angústias expressas, as crônicas pareciam consubstanciar, de forma ideal, oportunidades de externalizar sua sensibilidade interior, ao mesmo tempo em que permitiam-lhe exercitar suas faculdades intelectuais.

No caso desta crônica específica, eis que a partir de uma narrativa construída sobre a vida de uma pessoa conhecida, ela reflete sobre passagem do tempo, memória e envelhecimento, revelando-se nostálgica em um lamento carregado de lirismo: “Quantas saudades... Quantas lembranças... Umas mais roxas e doloridas, outras mais amenas e lilases, e outras, mais alvas e repletas de ternura... Arrancadas de um relicário de reminiscências de um passado que não volta jamais.” (REBELO, Lígia. *In*: Suas Crônicas, Jornal O Popular, 1989).

Um de seus textos mais paradigmáticos, nesse sentido revelador de suas preocupações existenciais e, ao mesmo tempo, representativos de seu estilo de escrita é, sem dúvidas, a crônica intitulada “De emoção também se morre”, também publicada no Jornal O Popular, em 1989 (*Anexo C*). No texto, ela rememora um fato ocorrido em 1965, cujos desdobramentos a teriam marcado para o resto da vida: o falecimento do pai de dois irmãos, ambos estudantes do Colégio Pedro Gomes, durante a participação dos filhos no desfile em comemoração ao aniversário de Goiânia, em 24 de outubro de 1965.

Além de proporcionar de forma hábil “uma viagem no tempo”, que revela seu ponto de vista acerca da “energia” coletiva que caracterizava o evento abordado - revelando ao leitor “o espírito reinante na época em Goiânia” a respeito do engajamento popular e estudantil nos desfiles cívicos - o texto é prolífico em elementos que demonstram a consternação sentida pela autora diante do trágico evento narrado.

Colocando-se como narradora-personagem, ela demonstra seu respeito e expressa seu contentamento por ter encontrado os irmãos, outrora vitimados pelo infortúnio, em boa situação, décadas depois do ocorrido: “hoje médico e engenheiro”. Mais uma vez saudosa, a autora revela que: “Passaram-se os anos... A professora, no aniversário de Goiânia, sempre vai à Avenida [Goiás] lembrar os tempos idos e vividos, vendo e ouvindo aquela Banda [a Banda Marcial do CEPPG]. [...] ainda perduram não o esquecimento, que é morte, mas a saudade, que é vida...”. Então, ela conclui com uma reflexão pessoal acerca do valor do trabalho que desempenhou no campo educacional: “Pensativa, lá se foi a mestra, no seu caminhar tranquilo, encontrando, no brado da sua consciência, a relevância do serviço prestado à educação, em

evidente proveito da mocidade, ávida de luz para o espírito”. (REBELO, Lúgia. *In*: Jornal O Popular, 21 de agosto de 1989).

Em outros registros escritos, cuidadosamente preservados, ela assinalou seu afeto pelos netos, ao elaborar elogiosos acrósticos com seus nomes, em singelas homenagens prestadas na forma de poesia, em função das celebrações de aniversário de 15 anos de cada um deles. Um presente de uma avó para seus netos certamente é algo corriqueiro de se presenciar. Analisemos, porém, que a escolha de poemas autorais, redigidos a próprio punho para expressar seus sentimentos é uma possibilidade que ocorre apenas a pessoas suficientemente letradas e que, mais que isso, cultivam certo nível de sensibilidade artística afluída. Nestes documentos, encontramos mais indícios de que, além do domínio da ferramenta (a linguagem), ela possuía forte ímpeto criativo.

Além disso, cabe observar que a forma de acróstico é uma aparente manifestação da permanência do “cacoete de professora” (de Português), uma vez que muito se utilizava, nos anos 1960, desta forma simples de elaboração poética nas atividades escolares, especialmente em processos de alfabetização ou, em qualquer fase da escolarização, para finalidades de exercício criativo de escrita e para estimular a expressão de identidades no âmbito das “tarefas escolares”. A própria Lúgia Rebelo transcreveu e conservou uma homenagem deste tipo (*Anexo D*), que recebeu por ocasião das comemorações de seus 80 anos, de sua colega de trabalho e contemporânea no CEPPG, Maria Conceição da Paixão. Paixão, ou D. Zizi, foi vice-diretora durante sua gestão e a substituiu em 1966. A natureza deste documento reforça o quão presente, esse tipo de criação esteve, na vida destas professoras, além de aludir à existência de uma relação de duradoura cordialidade entre as duas professoras-gestoras.

Como mencionado anteriormente, na análise da Imagem 11, um terceiro tipo de escrito legado por Lúgia Rebelo, em seu arquivo, é demonstrativo de preocupações de natureza mais simbólica do que pragmáticas, no que diz respeito às suas relações familiares. Trata-se dos esforços empreendidos na montagem uma árvore genealógica familiar a partir de si, traçando vínculos de parentesco diversos, aparentemente, até onde sua memória alcançava ou os resultados de sua pesquisa conseguiram atingir.

Destas anotações investigativas, que listam nomes de parentes, dos mais próximos aos mais distantes, notamos seu empenho em organizar os vínculos de ligação entre os indivíduos de diferentes ramos familiares. Em determinado ponto de sua investigação, Lúgia Rebelo conseguiu estabelecer a existência de vínculo de parentesco (não especificado) entre ela e Pedro Ludovico Teixeira (*Imagem 22*):

Imagem 22 - Anotações sobre parentesco com Pedro Ludovico Teixeira

Parentesco de P. Pedro Ludovico Teixeira
 e Hermógenes Ferreira Coelho

Ana Ferreira Coelho (irmã de Cyrla Ferreira Coelho cujos pais eram Antônia Ludovico Ferreira Coelho e Joaquim Ferreira Coelho - Tio Hermógenes - filho de Ana Ferreira Coelho

Joaquim Ferreira Coelho era irmão de Tia Anica. Mãe de tio Hermógenes.

Josafina Ludovico Teixeira Alvares era irmã de Antônia Ludovico Coelho Antônia Ludovico Ferreira Coelho casada com Joaquim Ferreira Coelho que era irmão de tia Anica. Tio parentesco. Hermógenes F. Coelho - Filho de Tia Anica

Tia Anica - Mãe de tio Hermógenes era irmã de Joaquim Ferreira Coelho casado com Antônia Ludovico Ferreira Coelho.

Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebelo/ Autoria da fotografia: Vinícius Felipe Leal Machado

O fato de ter se dedicado à pesquisa e ao registro de anotações manuscritas relativas a este vínculo familiar, em específico, denota a possibilidade de ela ter empreendido um esforço especial para comprovar tal ligação. Cogita-se, portanto, que o fato de ser aparentada do ex-governador do Estado seria motivo de orgulho (interesse simbólico) para ela. Não há como ter certeza em relação a isso, pois se trata de uma instância comportamental de foro íntimo manifestada pela autora, cuja intencionalidade condicionada a esta subjetividade só poderia ter sido revelada com exatidão pela própria pessoa.

Mesmo quando selecionou memórias de foro mais íntimo para seu arquivo, percebemos a expressão de sua verve de educadora, quando aplicava princípios educativos subjetivos a circunstâncias cotidianas específicas. Em uma carta dirigida ao seu neto, Percival, na ocasião em que a família se comprometia com a mudança do jovem para estudar Medicina, distante da família, Dona Lígia demonstrou a preocupação em motivá-lo, ao mesmo tempo em que o orientou conforme aquilo que acreditava ser uma conduta ideal para a sua idade e condição de

estudante, um futuro profissional em formação. A serviço desta finalidade, ela, como costumava fazer, buscou em sua própria experiência de vida vinculada à área da educação, os argumentos para que seu neto se motivasse com a situação de estar longe da casa de seus pais. A valorização do trabalho e da educação na própria trajetória de vida, portanto, aparecia, mais uma vez como motivo de orgulho pessoal a ser externalizado como característica indissociável de seus valores pessoais, os quais ela procurava transmitir à sua descendência:

Lembre-se que de que eu me afastei dos meus familiares com oito anos de idade e fui para o Colégio Sant'Anna, em Goiás, naquela época, para estudar, e venci. Trabalhei muito, durante cinquenta anos, ocupei funções relevantes, mas jamais decepcionei minha família Coelho Rebêlo.

Seja estudioso, cordial e amigo com os que o rodeiam, simpático, alegre com os colegas, de caráter e personalidade, não se deixando influenciar, e sobretudo, humano e honesto para com todos.

Aqui fico, desejando-lhe ânimo, coragem; coloque sua inteligência e boa vontade ao seu serviço e nada lhe faltará.

Estou ao seu inteiro dispor para o que der e vier; o telefone ajuda muito. Peço a Deus que me conceda ainda, já no ocaso da vida, mais uns aninhos de vida para ver o neto, que tanto amo, concluir seus estudos e ser o médico que ainda possa me ajudar a cumprir a nossa missão terrena. (REBELO, Lígia. Manuscrito “Carta ao neto Percival, Sem data).

Este documento é mais uma oportunidade de se conhecer nuances mais profundas do caráter de Lígia Rebelo. Possibilita observar como ela lidava com questões práticas, do cotidiano familiar, neste caso relativas ao curso da vida de uma pessoa com quem possuía forte elo afetivo, mesclando rigidez professoral e disponibilidade emocional. Da proximidade relacional demonstrada entre avó e neto, depreende-se um elo fortalecido por sua capacidade de aconselhamento. Neste caso, presenciamos um aconselhamento embasado pela própria história de vida acerca de uma realidade da qual ela se sentia muito à vontade para falar a respeito com os mais jovens: o mundo dos estudos e do trabalho.

Mesmo em situações de lazer, sem obrigação profissional alguma com a tarefa de escrever, Lígia Rebelo se mostrava disposta a redigir suas impressões e experiências em relatórios detalhados de passagens marcantes, aparentemente apenas pelo prazer do relato e da constituição de um registro indelével. Ao lidar com documentos desta natureza, como um extenso relatório de viagem, é possível perceber outras matizes de sua personalidade. Ali, ela fornecia indícios de ser uma entusiasta de conhecimentos históricos, curiosa em relação a novidades e muito atenta aos detalhes mínimos daquilo que via, vivia e aprendia, até mesmo em momentos informais.

A análise de um manuscrito de 1974, intitulado “Viagem Europa Maravilhosa” (*Anexo A*) enriquece a busca por tais percepções acerca de seu perfil psicológico, sendo, também, elucidativo a respeito de sua condição socioeconômica e afetivo-emocional no momento da realização do passeio registrado no relato.

No documento, datado de julho/ agosto de 1974, ela descreveu, com riqueza de detalhes - ao longo de trinta e quatro páginas numeradas em datilografia - sua experiência de excursionar por 12 países, durante 35 dias, às vésperas de completar 57 anos, por países da Europa e Norte da África com um grupo de amigos.

Mais uma vez, é preciso destacar que este tipo de documento expressa a visão do autor sobre si mesmo em relação às suas próprias experiências com a diversidade cultural presenciada, implicando no registro de sua “visão de mundo”, em sentido estrito. Além disso, como um escrito do tipo “diário de viagem”, o texto constitui-se de uma “versão editada da realidade”, ou seja, uma compilação de recortes selecionados arbitrariamente pela autora. Assim, a autora exerceu ativamente a prerrogativa de eleger aquilo foi considerado memorável, digno de lembrança e compartilhamento, incluindo descrições detalhadas de minúcias técnicas que, por algum motivo, lhe chamaram atenção.

Em uma época em que os registros fotográficos eram feitos com cautela, devido aos custos envolvidos e às limitações tecnológicas, o texto escrito ainda se provava como uma excelente forma de registro daquilo que se via e vivia. Os únicos registros imagéticos correspondentes às experiências desta viagem (*Imagem 23*), arquivados no interior do conjunto analisado, nem de longe se comparam à riqueza de informações encontradas no relatório produzido por Lígia Rebelo:

Imagem 23 - Registros fotográficos "Viagem Europa Maravilhosa" (1974)



Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebelo/ Reprodução fotográfica: Vinícius Felipe Leal Machado

O extenso texto “Viagem Europa Maravilhosa” tem características mistas, transitando, em estrutura, conteúdo e linguagem, entre algo como um relatório, um diário pessoal e uma carta (para potenciais leitores, certamente seus familiares, aos quais ela se dirige diretamente em alguns momentos).

Percebe-se, portanto, pelo patente empenho de elaboração empregado nos relatos, a despeito da pouca atenção estilístico-literária dispensada à narrativa em pauta - fato percebido em trechos com muitas frases curtas e informações técnicas - que Lígia Rebelo realmente elaborou o texto com duas intenções: a primeira seria preservar memórias detalhadas acerca de uma experiência que lhe marcara profundamente; a segunda seria compartilhar suas impressões com terceiros, especificamente pessoas de seu círculo íntimo, como aponta o uso palavras que expressam carinho e gratidão aos que ficaram em Goiânia enquanto ela passeava.

Assim, logo no início do relato, já no primeiro parágrafo do texto, a autora afirma: “Estou me sentindo muito animada e já predisposta a enfrentar o que vier; como seria bom tê-los todos dentro desta aeronave e não *trazê-los* todos apenas no meu coração” (REBELO, Lígia Maria Coelho. Manuscrito “Viagem Europa Maravilhosa”, 1974: p. 1). Já no parágrafo final, um efusivo agradecimento associado a uma afirmação de caráter votivo dirigida às pessoas de sua estima e amizade, não deixa dúvidas a respeito do direcionamento do texto:

“Desejo que todas as pessoas da minha estima e amizade tenham esta feliz oportunidade que os meus adorados filhos e bondosos genros e noras me proporcionaram, pois foram eles que me presentearam com o mais régio presente da minha vida: uma viagem à Europa Maravilhosa”. (REBELO, 1974: p. 35)

Nota-se, pelas características de escrita empregadas na elaboração do documento, um ávido interesse no registro de tudo o que pudesse lhe agregar conhecimento a partir da experiência de conhecer, de perto, lugares de amplo interesse cultural. Pode-se alegar que esta vontade permeia os sentimentos da grande maioria dos turistas que têm a oportunidade de conhecer a Europa. Mas quantos destes se dariam o trabalho de fazer anotações das informações transmitidas pelos guias, além descrever detalhadamente os ambientes, salas e obras dos museus e outros locais visitados?

Seguindo a lógica de um relatório, a descrição sequencial das informações coletadas possui grande ênfase. Por outro lado, há também bastante dedicação ao registro de opiniões pessoais e emoções, eventualmente demonstrando muito bom-humor nas colocações. Assim, ela intitula o relato como “Viagem Europa Maravilhosa”, assumindo, desde o início, seu profundo contentamento com toda a experiência.

No documento, a imersão do leitor é obtida logo no começo do relato, devido ao nível do detalhamento de seus apontamentos. Quando, ainda no voo de ida, entre o Rio de Janeiro e Lisboa, ela registra minúcias, tais como o nome do filme exibido no avião e os cardápios das refeições servidas. Tudo com seu devido horário pontualmente anotado. O mesmo esmero se presencia em relação à altitude no avião e à temperatura ambiente dentro da aeronave. Em 1974, os aviões não possuíam as telas individuais e demais aparatos digitais posicionados à frente da poltrona dos passageiros, prestando-lhes, a seu bel-prazer, informações detalhadas sobre o voo, como se têm hoje. Para tanto, era necessário prestar atenção aos avisos da tripulação ou inquirir a respeito daquilo que se desejasse saber, chamando um dos comissários de bordo até seu assento.

Mas não só de aspectos técnicos, relativos à experiência de desfrutar dos serviços da aviação comercial da época, se fizeram as primeiras impressões de Lígia Rebelo. Aproveitando-se para observar aspectos relacionais humanos, como “a grande animação reinante”, compartilhada no interior da aeronave, ela registrou seu apreço pelas amigas que a acompanharam na excursão, sem deixar de registrar outro detalhe curioso: a marca da pastilha contra que lhe fora cedida por uma delas a fim de “debelar uma ligeira dor no estômago” (REBELO, 1974: p. 1).

A impressionante riqueza de pormenores caracteriza todo o relato, que abrange, com exatidão, horários, locais e circunstâncias de cada atividade desenvolvida nas inúmeras cidades

de Portugal, Espanha, França, Itália, Vaticano, Áustria, Suíça, Alemanha. Holanda, Bélgica, Inglaterra e Marrocos pelas quais a excursão passou ao longo de mais de um mês.

Este documento deixa evidente que a viagem com qual Lígia Rebelo fora presenteadada representou, para ela, uma oportunidade de colocar em prática anos de conhecimentos acumulados em seus estudos e na vida social. A característica geral dos relatos e comentários demonstra que ela se preparou de forma bastante eficiente, adquirindo, previamente, notáveis saberes sobre os países que visitaria. Deste modo, no texto, ela conseguiu demonstrar que desfrutou ao máximo das explicações que recebeu e aproveitou para analisar cada lugar que visitou, além de presenciar pessoalmente experiências que ela só conhecia através de seus estudos e a partir dos relatos de terceiros.

Em 1988, quando Lígia Rebelo redigiu a primeira versão do seu Curriculum Vitae (sem os acréscimos manuscritos que denotavam esforço de atualização), ela reafirmou a importância que atribuía às viagens que fez ao longo da vida. Na última página do documento, ela registrou que, após a viagem de 1974, retornou à Europa em uma segunda oportunidade, desta vez em um cruzeiro marítimo, no qual teve a oportunidade conhecer doze ilhas gregas. Além disso, ela também registrou o fato de ter viajado aos Estados Unidos duas vezes e conhecido catorze Estados brasileiros.

Em última instância, a análise destes documentos relativos à viagem corrobora, também, a manifestação, na esfera pessoal, de características da personalidade de Lígia Rebelo, que foram, por diversas vezes, apontadas como marcas de sua atuação profissional: ela, de fato, se mostrou uma observadora atenta e disciplinada, rigorosa com detalhes e um tanto metódica quanto a hábitos, além de ser socialmente habilidosa, detentora de carisma e sedenta pela ampliação de seu repertório cultural. Tais características parecem ter sido essenciais para que ela construísse uma presença marcante nos diversos círculos sociais nos quais transitou.

2.5 Lígia Rebelo nas colunas sociais: o vetor autobiográfico presente em entrevistas concedidas a jornais

Na edição de 9 de setembro de 1959, Lígia Rebelo teve sua celebração de aniversário de 42 anos noticiada em espaço de destaque, na capa do Jornal de Notícias (*Imagem 24*). Como uma “expressiva e carinhosa homenagem prestada à educadora Lígia Maria”:

Imagem 24 - Jornal de Notícias (9 de setembro de 1959)

Jornal de Notícias

Diretor: JARMUND NASSER

ANO IV ★ Goiânia, bro de 1959 ★ N. 573 quarta-feira, 9 de setem

Aumentado o Preço da Carne

A COAP ACABA CEDENDO — NENHUMA PROVIDÊNCIA DO GOVERNO CONTRA A CARESTIA

Diariamente o povo de Goiânia é surpreendido com um novo aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e de outras mercadorias. O Governo do sr. José Feliciano continua como simples expectador do tremendo drama em que se debate a população de nosso Estado. Apesar da resistência demagógica da COAP, o preço da carne aumentou para 60 cruzeiros o quilo. Goiânia é hoje uma cidade flagelada pelo crescente racionamento do leite, pela sujeira de suas ruas, pela frequente falta de água, pela escassez dos gêneros de primeira necessidade, agravada pelo próprio Governo do Estado que, contrariando uma portaria da COAP, protege os especuladores da fome e da miséria do povo no desvio criminoso e clandestino.

(Conclui na última página)

Quinhentos Mil Cruzeiros Para a Santa Casa de Mis

O deputado Waldyr Quinta, pela sua invulgar capacidade de trabalhar e elevado espírito público conta na sua imensa bagagem de legislador, principalmente, no setor do funcionalismo estadual, com inúmeros projetos de elevado alcance humano e social compreendendo a situação angustiosa por que passa a nossa Santa Casa, obrigada a atender

a gente de todos os quadrantes do Estado foi que o operoso representante udenista apresentou o projeto, agora transformado em lei, cuja íntegra, publicamos a seguir:

"LEI N. 2.533, DE 13 DE AGOSTO DE 1959.

Reajusta a subvenção da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia. A Assembléia Legislativa

do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica reajustada para quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00) mensais a subvenção ordinária concedida à Santa Casa de Misericórdia de São Vicente de Paulo, de Goiânia, pela Lei n. 1.596, de 1.º de outubro de 1957.

Art. 2.º — Além da prestação de serviços de assistência hospitalar gratuita aos doentes pobres, prevista no contrato firmado entre o Estado e a entidade mantenedora da Santa Casa de Misericórdia, deverá esta obligar-se, ainda, à execução de todos os serviços de pronto socorro da capital, sem nenhum outro pagamento pelos cofres estaduais a não ser o da subvenção ora reajustada.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício,

Prefeitura Municipal de Goiânia

GOIANIENSE,

A Prefeitura de Goiânia tem muita satisfação em comunicar-lhe que já está em condições de manter nossa cidade limpa.

Depende, agora, EXCLUSIVAMENTE, de Você. Não jogue papel na rua e muito menos lixo ou material de construção.

Se você atender a este apelo, dentro de breves dias Goiânia, pelo menos nas suas ruas asfaltadas, SERÁ UMA DAS CIDADES MAIS LIMPAS DO BRASIL.

Coopere com a Prefeitura e verá.

Expressiva e Carinhosa Homenagem Prestada à Educadora Lígia Maria

Transcorreu, ontem, o aniversário natalício de d. Lígia Maria Coelho Rabêlo, competente e estimada diretora do Ginásio Estadual de Campinas. Mercê de seus elevados dotes de bondade, inteligência e sobretudo pelo seu es-

pírito compreensivo e fraternal com que dirige o importante estabelecimento de ensino, d. Lígia foi, ontem, alvo de expressiva e carinhosa homenagem dos alunos, professores e funcionários do Gi-

násio. Após a missa, ofereceram-lhe uma bem organizada festa, havendo a homenagem recebida as provas do aprêço e da amizade de todos os que participam das atividades do Ginásio de Campinas.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Este é um dos registros mais antigos, encontrados por esta pesquisa, a respeito da presença do nome de Lígia Rebelo em um conteúdo jornalístico desta natureza: a coluna social. Embora a notícia ainda possua algum interesse genuinamente público, uma vez que dá espaço a uma atividade vinculada à diretora, aos alunos, professores e funcionários da maior instituição pública de ensino da região de Campinas, seu intuito era, de fato, exaltar a pessoa considerada digna de tal comemoração: como “prova do apreço e da amizade de todos”, a “competente e estimada diretora” recebeu, em virtude de “seus elevados dotes de bondade, inteligência e sobretudo pelo seu espírito compreensivo e fraternal, com que dirige o importante estabelecimento”, uma missa e uma “bem organizada festa” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 9 de setembro de 1959).

Este tipo de menção representa um tipo de elogio público, conferido no âmbito jornalístico, ao trabalho e à pessoa de Lígia Rebelo. Este tipo de abordagem se tornaria relativamente comum ao longo de sua vida, uma vez que ela acumulou, até o final, muitas menções que demonstravam o grau de atenção e o espaço que lhe fora concedido em diferentes veículos.

A partir da análise do conjunto de documentos presentes em seu arquivo, conclui-se que, com o passar dos anos, Lígia Rebelo recebeu muita atenção, também, de ex-alunos e pessoas que passaram pelos diversos momentos profissionais da veterana, e que acabaram se consolidando como jornalistas atuantes nesta área, além de amigos de longa data de sua família. Eventualmente, profissionais como Luís Carlos de Moraes Rodrigues, Luiz Augusto Pampinha, tornavam públicas as atividades sociais promovidas pela família. Sob o trabalho de colunistas como eles, a natureza de tais registros, frequentemente, extrapolava o caráter da publicidade elogiosa dos feitos profissionais da ex-diretora do Colégio Pedro Gomes, e adentravam na seara do comportamento cotidiano e das relações sociais estabelecidas pela matriarca e seus familiares mais próximos.

Na coluna “Evidência”, publicada no Jornal Diário da Manhã, após o dia 8 de setembro de 1991 (em data não registrada), o jornalista Luís Carlos de Moraes Rodrigues, apresentou em texto e imagens, os detalhes do evento de comemoração dos 74 anos de Lígia Rebelo (*Imagem 25*). Na ocasião, sua nora, Maria Helena Lúcio Rebelo, reuniu familiares e amigas de D. Lígia para um “elegante chá”. Segundo o colunista, as damas presentes estavam representando “o melhor da sociedade tradicional da cidade”. Algumas delas, inclusive, contribuíram com seus dotes musicais, apresentando músicas folclóricas e modinhas goianas, salientando o distinto ambiente cultural no qual se desenrolou a celebração. O colunista não se furtou a registrar

elementos materiais considerados glamourosos, que “chamaram a atenção” durante a festividade: a mesa de doces com assinatura, postada sobre “toalhas de linho bordadas em richilieu e o serviço em prataria e porcelana inglesa” (DIÁRIO DA MANHÃ, setembro de 1991).

Imagem 25 - Coluna Social “Evidência”, por Luís Carlos Rodrigues (Diário da Manhã, setembro de 1991)

EVIDÊNCIA
LUIZ CARLOS *Diário da Manhã*
Em torno de dona Lúcia

Dona Lúcia e Maria Helena: anfitriã e homenageada

Maria Abrão e a primeira-dama do Município, Geralda Borges Albernaz

Deputada Lúcia Vânia Abrão Costa e dona Lúcia

Carmem Xavier Nunes, Nely Alves de Almeida e Leleza Alencastro Veiga

Walquíria Luna Cecílio, Marilda Castro Coelho e dona Lúcia

A aniversariante com a senhora Maria Leal Lúcio

O elegante chá oferecido por Maria Helena Lúcio Rebelo em sua casa, para comemorar o aniversário de sua sogra Lúcia Coelho Rebelo, na tarde-noite da última terça-feira, foi antes de mais nada uma demonstração de carinho para com a aniversariante pelo grande número de senhoras presentes, representando o melhor da sociedade tradicional da cidade.

Falar da elegância do party é até redundância, pois quem conhece Maria Helena sabe que o requinte é uma das suas características natas. A animação contagiou todas as convidadas e a homenageada, esbanjando energia e alto astral do alto dos seus 74 anos.

Além disso, todas queriam homenagear dona Lúcia, que foi alvo de um belo número de músicas folclóricas por Maria Augusta Callado que, acompanhada ao violão por Márcio Veiga, levou a aniversariante aos bons tempos da antiga Vila Boa; Luzian Pelles Honorato também cantou modinhas goianas, seguida por Maria Helena Guimarães, filha de dona Lúcia, que jogou pra fora todo o seu talento de cantora e emocionou a todos e si própria numa bela homenagem. Eugênia de Pina Oliveira declamou poesias, com toda sua eloquência e a senhora Maria Leal Lúcio, mãe da anfitriã, pronunciou um rápido e significativo discurso saudando a aniversariante.

Enfim, uma festa irrepreensível, onde tudo deu certo. A mesa de doces montada por Rosa Alzira Jayme foi outro detalhe que chamou atenção por sua beleza, junto com as toalhas de linho bordadas em richilieu e o serviço em prataria e porcelana inglesa.

Damasceno registrou os flashes para a coluna.

Ao analisar os sentidos da emergência do “jornalismo de personalidades sociais no Brasil”, o sociólogo Muniz Sodré relaciona, precisamente, o incremento do valor cultural atribuído às colunas sociais aos processos de modernização e à construção de uma nova forma de distinção entre as elites e a população em geral, cuja vida não era considerada “colunável”: “a função histórica da coluna social era a de consagrar a modernização dos estilos de vida das elites”. (SODRÉ, 2003: p. 1).

Embora já existissem, no Brasil, textos de natureza similar desde o século XIX, em publicações periódicas que eventualmente noticiavam os bailes e encontros da elite imperial, e das aristocracias locais, para um restrito público urbano interessado em captar referências comportamentais destes grupos, os anos 1950 representaram uma virada significativa para este gênero jornalístico, marcando sua inserção no imaginário social amplo.

Sodré situa o surgimento do modelo de coluna social moderna em meados do século XX, devido a dois fatores principais: o primeiro é o fim da vigilância sobre a prática jornalística imprimida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.) durante o Estado Novo, cujo sistema de censura constituiu um relevante limitador temático; o segundo, seria “boom” de importações proporcionadas pelas políticas econômicas adotadas pelo governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Este último fator nos interessa sobremaneira, pois revela como uma transformação cultural-comportamental da sociedade, na qual Lígia Rebelo foi constituída como personagem em seu tempo, possui raízes nas transformações estruturais presenciadas no bojo dos processos de modernização em curso deste os anos 1930: o aumento da predominância socioeconômica e cultural das elites urbanas e a busca por hábitos considerados “modernos” pelas classes médias.

Com a ampliação do acesso a bens de consumo de origem estrangeira, desde roupas a bebidas, os eventos públicos passaram ser vistos, pelas elites, como uma oportunidade de distinguir aqueles que tinham condições de desfrutar destas possibilidades de consumo daqueles que não tinham. Assim surgia a ideia de indivíduos e grupos sociais “colunáveis”. Nas palavras do autor, o contexto socioeconômico e o fenômeno cultural assim se se entrelaçavam:

Em termos mais diretos, tratava-se da chegada à coalizão dominante no Brasil de setores ponderáveis da burguesia industrial e mercantil, que depois da Segunda Grande Guerra foi aos poucos tomando o lugar da classe agrário-exportadora. A temperatura ideológica deste gênero, ou seja, aquilo que constituía o “tom” jornalístico da visibilidade social da nova fração de classe no poder, consistia na celebração de sinais exteriores de consumo conspícuo. (SODRÉ, 2003: p.1).

Em consonância à “celebração de sinais exteriores de consumo conspícuo” apontada por Sodré, encontramos em Pierre Bourdieu elementos teóricos que possibilitam uma interpretação do simbolismo que passou a envolver os hábitos dos ditos colunáveis. Deste modo, pretendemos

lançar um olhar acerca da presença constante de Lígia Rebelo na coluna social de jornais de grande circulação em Goiânia - com destaque para O Popular e Diário da Manhã – a partir do seguinte enquadramento:

Cada agente, quer ele saiba ou não, quer ele queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo: porque suas ações e suas obras são o produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual não tem o domínio consciente, encerram uma “intenção objetiva”, que ultrapassa sempre suas intenções conscientes. (BOURDIEU, 1983: p.72)

Primeiramente, devemos considerar que o jornalismo impresso foi um meio de comunicação de massa efetivamente hegemônico durante a segunda metade do século XX. Sendo assim, seus espaços constituíam sítios privilegiados para a divulgação e propagação de elementos culturais formadores de sentidos compartilhados socialmente. Lígia Rebelo e sua família começaram a ter seu nome e imagem vinculados nestes espaços, desde a década de 1950, permanecendo sob o status de “colunável”, ou seja, merecedora deste espaço, ao longo de pelo menos cinco décadas, conforme podemos observar no acervo pessoal da educadora.

Os sentidos sociais atribuídos ao comportamento dos colunáveis, como Lígia Rebelo, estão ligados ao que Bourdieu chamou de “gosto”. Na sociedade capitalista, o “gosto” tende a ser objetivamente condicionado ao poder econômico individual, mas seu simbolismo não se limita a este fator, revelando-se como componente estruturante do “ethos de classe” que, por sua vez, são representações formadas pela percepção do conjunto do “habitus individual”. Ao serem expostos de forma sistematicamente valorizada pelas colunas sociais, cria-se, no imaginário coletivo, a ideia de referencial e a busca pelo espelhamento comportamental.

Nesse sentido, a coluna social pode ser considerada, no âmbito do jornalismo, o espaço da “naturalização da expressão do gosto da classe dominante”, por excelência. Segundo a teoria de Bourdieu, as práticas e preferências apresentadas pelos indivíduos “colunáveis” estão relacionadas a “produtos culturais” cujo valor simbólico está sujeito ao “volume de capital social e cultural” acumulados por eles. Tal acumulação é socialmente mensurada a partir do nível de instrução formal e de cultura geral externalizados pelo indivíduo – características socialmente comunicadas por documentos, como diplomas escolares; experiências, como anos de estudo, cursos e viagens; ou por traços de linguagem especificamente associados a algum grau de erudição – e/ ou de sua origem familiar, destacando-a como detentora de um “capital herdado”. Quando tornadas públicas intencionalmente, estas características funcionam como suportes à construção da identidade individual, na medida em que estruturam uma imagem conveniente ao seu portador, uma vez que, ao encontrar assimilação coletiva, legitimam comportamentos e “gostos”, ao mesmo tempo em que criam e popularizam “novos valores” junto à sociedade.

Deste modo, subentende-se de Bourdieu, que a coluna social funciona como um serviço sistemático de produção e reprodução do ethos da classe hegemônica. Sendo, desta forma, um instrumento responsável pela permanente construção e reconstrução da normatização simbólica de uma hierarquia social produzida através da diferenciação entre “o gosto legítimo burguês” e o “gosto popular”. Uma hierarquia que se expressa, portanto, a partir da tipificação arbitrária de “um consumo esteticamente extraordinário” e um “consumo categoricamente mundano”. (BOURDIEU, 2008: p. 11).

Na rica coleção de menções públicas e notas em colunas sociais organizada por Lígia Rebelo, merecem destaque duas entrevistas que a educadora concedeu em momentos distintos, a jornalistas e veículos diferentes. A primeira que analisaremos é um “perfil”, um tipo de entrevista com perguntas diretas e respostas sucintas, no estilo “ping-pong” (*Imagem 26*):

Imagem 26 - Página de recortes (perfil publicado em coluna social e outras notas)

26

DIA E NOITE

ANA MANUELA



PERFIL

Nome: Lígia Maria Coelho Rebello
 Profissão: Professora aposentada. Atualmente, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Cultura.
 Cidade e data nascimento: Goiás - 08/9
 Signo: Virgem
 Perfume: Côca
 Religião: Católica Apostólica Romana
 Mau gosto: Tocar piano desafinado
 Coisa que incomoda: Político demagogo
 Um amigo: Meu Pai, Guilherme Ferreira Coelho
 Ator: Gary Cooper
 Atriz: Ingrid Bergman
 Cantora: Elizeth Cardoso
 Cantor: Nelson Gonçalves
 Filme: "Por quem os sinos dobram"
 Livro de cabeceira: A Bíblia
 Um poeta: João Cabral de Melo Neto
 Compositor: Chico Buarque de Holanda
 Música: Vai Passar (de Chico Buarque)
 Artista plástico: Siron Franco
 Mito: Tiradentes
 Sonho de consumo: A ambição não faz meu gênero, não souho
 Motivo de orgulho: Meus filhos
 Personalidade: Pedro Ludovico Teixeira
 Presente que gosta de dar: O espontâneo e ditado pelo coração
 E receber: Não tenho preferência, receber é sempre algo que sensibiliza
 Distração preferida: Uma praia
 Uma Cidade: Viena - muito me impressionou
 Mania: Estar sempre atenta aos problemas de família
 Com quem gostaria de encontrar na rua: Um ex-aluno. Traz sempre muita recordação
 Quem deixaria numa ilha deserta: Um bajulador
 Restaurante: Cliff
 Prato que aprecia: Frango com piqui e milho verde
 Momento profissional mais importante: O alto nível do ensino a que atingiu o Colégio Pedro Gomes, nos idos de 1965.
 Um político: Juscelino Kubitschek
 Esperança: Condições para o brasileiro viver com dignidade.

10/9/91

DIA E NOITE

ANA MANUELA

... Sábado passado a família Lucio Rebello esteve em festa. Em reunião íntima foi comemorado o aniversário da chefe do clã, Lígia Rebello. A coluna a cumprimenta, embora com atraso.

9/9/90

Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebello/ Reprodução fotográfica: Vinícius Felipe Leal Machado

A publicação, na Coluna “Dia e Noite”, assinada pela jornalista Ana Manuela Azambuja Fiadeiro (data e veículo não registrados)⁶¹, consegue extrair respostas interessantes, aos nossos objetivos, acerca do que Lígia Rebelo pensava a respeito de assuntos diversos e a respeito de si própria. Este documento é um excelente exemplo de como o gosto pessoal, conforme apontado por Bourdieu, é fruto de uma mediação entre a consciência objetiva e a assimilação passiva do mundo circundante, em uma dinâmica na qual os limites entre a produção e a reprodução de mentalidades e comportamentos consagrados socialmente são difusos.

Lígia Rebelo começa elegendo o ato de “tocar piano desafinado” como sua definição de mau gosto. Podemos compreender esta resposta como um claro marcador distintivo de classe e origem, uma vez que a possibilidade aprender a tocar piano, ou mesmo a oportunidade de presenciar exhibições do instrumento não foi, em nenhum momento da história de Goiás, acessível às camadas populares da sociedade. Sua menção ao piano, certamente está relacionada ao fato dela ter tido aulas com a professora Nhá-Nhá do Couto (Maria Angélica da Costa Brandão, que viveu entre 1880 e 1945), ser amiga da mais famosa pianista goiana, Belkiss Spenciére Carneiro de Mendonça (1928-2005) e, ela própria, cultivar o hábito de estudar e tocar o instrumento.

Ao proporcionar a exposição pública das respostas para questões que apontavam, de forma explícita, para suas preferências pessoais, como a religião da qual era adepta (Católica), além de seu ator (o estadunidense Gary Cooper), atriz (a sueca Ingrid Bergman), cantor (Nelson Gonçalves), cantora (Elizeth Cardoso), compositor (Chico Buarque) e livro (a Bíblia) prediletos, ela deixou marcada sua visão de mundo. Naquele contexto, ela expôs o ethos social ao qual se filiava, situando seu modo de ser em um conjunto simbólico que caracterizava o *modus operandi* de seu círculo social. Deste modo, inconscientemente, ela promoveu a atribuição de sentidos em torno das escolhas e posições que assumia, mostrando domínio sobre produtos culturais que lhe serviam aos propósitos simultâneos de diferenciação individual e pertencimento ao seu grupo social.

Nesta mesma linha de raciocínio, vale a pena considerar suas respostas para questões nas quais ela, voluntária e ativamente se posicionou politicamente. Ao responder sobre algo que lhe deixava incomodada, ela poderia ter escolhido algo entre um universo quase infinito de possibilidades, entretanto ela decidiu responder: “político demagogo”. Isto demonstra como

⁶¹ Pelas informações prestadas, é possível concluir que esta entrevista foi concedida após 1985, uma vez que Lígia Rebelo se declara “professora aposentada” e resume sua atividade profissional, no momento da entrevista, à função de Vice-presidente do Conselho Municipal de Cultura (ela foi nomeada para a função pela Lei Municipal nº 6353, de 05 de dezembro de 1985, na ocasião da criação desta entidade).

esse universo (da política) estava presente em sua vida, ocupando suas preocupações mesmo depois de aposentada, além de firmar sua posição como pessoa ativa no cenário público, uma vez que, na época em que concedeu a entrevista, Lígia Rebelo ocupava a função de Vice-Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Goiânia. Observa-se, ainda, que a escolha de ícones cívicos consagrados na historiografia oficial - como quando expressou seu mito preferido (Tiradentes), sua personalidade predileta (Pedro Ludovico Teixeira) e seu político de preferência (Juscelino Kubitschek) - mostra seu compromisso com a ortodoxia de um pensamento alinhado às mais tradicionais perspectivas sociopolíticas burguesas vigentes. Como veremos no segundo capítulo deste trabalho, as perspectivas representadas pelos personagens citados por Lígia Rebelo estão diretamente associadas aos processos de modernização (conservadora) do país e de Goiás no século XX.

Por último, destacamos a onipresente menção à sua carreira profissional como educadora. Quando questionada pela curiosa pergunta “Com quem gostaria de encontrar na rua?”, Lígia Rebelo aproveita para levar ao público potencial da publicação “um ex-aluno”. Após esta resposta, justificada pela nostalgia de Rebelo, a entrevista se encaminha para um ponto alto de grande interesse para esta pesquisa. Quando questionada sobre qual seria seu momento profissional mais importante, ela respondeu: “O alto nível do ensino que atingiu o Colégio Pedro Gomes nos idos de 1965”. Como veremos, esta foi a segunda oportunidade em que Lígia Rebelo se pronunciou publicamente neste sentido. É importante não perder de vista o notório fato de que a carreira de Lígia Rebelo foi extensa e diversificada, conforme constatamos na análise de sua biografia e curriculum vitae. Mesmo o período em que esteve à frente da direção do Colégio Pedro Gomes foi consideravelmente longo. Ao eleger um ano específico, ao ano de 1965, como seu ponto culminante, Lígia Rebelo tomou uma decisão complexa de seleção memorial, que precisa ser devidamente analisada com base nos elementos disponíveis.

A outra entrevista que Lígia Rebelo conservou em seu arquivo pessoal, e a segunda a ser analisada, por possuir escopo mais voltado à sua história profissional, foi concedida para a amiga Luzian Pelles Honorato (*Imagem 27*):

Imagem 27 - Entrevista a Luzian Pelles Honorato (sem registro de data)



A entrevistada de hoje é a professora Lígia Maria Coelho Rebelo, viúva de Percival Xavier Rebelo, Natural da Cidade de Goiás é professora e funcionária da Centrais Elétricas de Goiás.

Tem seis filhos, "a mais preciosa dívida de Deus", conforme costuma dizer são eles:

Pêricles Xavier Rebelo - Universitário - 40. ano de Direitor da Faculdade Católica e Funcionário da Procuradoria Municipal.

Pêtersen Xavier Rebelo - Advogado militante, sua esposa: Vera Lúcia Rosa Rebelo, seus filhos: Percival e Lígia Karla.

Possidônio Guilherme Rebelo - Advogado militante, sua esposa: Dalmina Martins Coelho Rebelo, seus filhos Sérgio Guilherme, Sandro e Marco Túlio.

Médico Percival Xavier Rebelo Filho - Proprietário da Clínica Infantil Menino Jesus, sua esposa: Professora Maria Helena Lúcio Rebelo, proprietária da Boutique Badalus, Seus filhos: Fernando e Daniela.

Adelaide Rebelo Teixeira, seu esposo: Juracy Xavier Teixeira - Proprietário da Imobiliária Irmãos Teixeira, seus filhos: Ricardo, George, Roberto e Andréa.

Maria Helena Rebelo Guimarães Professora e proprietária da BIP Papelaria, seu esposo: Professor e Vereador Trajano de Sá Guimarães, suas filhas: Patrícia Helena, Flávia Cristina e Valéria Regina.

QUANTO TEMPO EXERCEU O MAGISTÉRIO?

Exatamente há 40 anos. Mas Luzian não exerci, ainda o exerceu no Colégio Prof. "Pedro Gomes" e vou explicar:

Apesar de uma aposentadoria em 1963, com 28 anos de serviços prestados ao magistério goiano, ainda estou em efetivo exercício, por um 2o. cargo, a contar de 1947, quando passei a ministrar aulas no Curso secundário, em Rio Verde. Em 1933 - Quando cursava o último ano do tradicional Colégio Sant'Ana, já lecionava como substituta.

Em 1934 - Na antiga Capital, no Grupo Escolar Municipal "Prof. Nhola".

Em 1935 - Diretora Professora do Grupo Escolar "Cel. João de Araújo", na antiga Pousa Alto, hoje Piracanjuba.

Em 1937 - Grupo Escolar "Ruy de Almeida", na antiga Santa Rita do Paranaíba, hoje Itumbiara.

Em 1939/51 - Grupo Escolar "Ricardo Campos", Escola Profissional Rural e Escola Normal Santa Rita de Cássia em Rio Verde.

1947/51 - Ginásio Estadual "Martins Borges" em Rio Verde.

Em 1951/Julho - Grupo Escolar "Vasco dos Reis", nesta Capital - Professora e Diretora Substituta.

Em 1952/66 - Ginásio Estadual de Campinas, nesta Capital.

Em 1954/56 - Instituto de Educação de Goiás e Ginásio "Prof. Ferreira".

Em 1955/56 - Colégio Estadual de Goiânia.

Em 1966/73 - Colégio Estadual "Prof. Pedro Gomes".

DIRIGIU QUANTOS ANOS O COLEGIO ESTADUAL "PEDRO GOMES"?

Quase dez anos: maio de 1956 a 14 de fevereiro de 1966, mas como professora ali já prestava serviços desde 1952, ministrando aulas de Português e Desenho.

QUAIS FORAM OS MELHORAMENTOS FEITOS DURANTE O TEMPO QUE FOI DIRETORA DAQUELE ESTABELECIMENTO?

Ao assumir a direção em 1956, no antigo casarão da Avenida Minas Gerais, cedido por empréstimo, onde hoje se ergue o imponente Instituto Castelo Branco, o estabelecimento contava com uma matrícula de 180 alunos e funcionava no horário das 7 às 11 horas. Tivemos a honra de contar com a colaboração da colunista naquela época, ministrando aulas da disciplina Música e Canto Orfeônico. Em 1957 foram construídas mais 4 salas de aula e uma quadra de esportes, duplicou-se a matrícula. Por falta de área a ampliação foi impossível. Surgiu então, a ideia de sede própria. Localizado o terreno, uma Comissão da qual eu fazia parte, conseguiu da Secretaria de Educação a compra do terreno e iniciada foi a construção do 1o. e 2o. pavilhões do atual Colégio Estadual "Prof. Pedro Gomes", na Vila Abajá.

Em 1959 já no mesmo prédio funcionamento do turno vespertino com mais 400 alunos, Curso Ginasial.

1.960 - Criação do Curso Colegial matutino e Curso Ginasial noturno.

1.961 - Criação do Curso Colegial noturno.

1.962 - Criação do Curso Clássico matutino e construção do 3o. pavilhão.

1.962 - Criação do Conselho de Professores. Criação do Departamento Pedagógico.

1.963 - Criação do Pré Universitário e do Curso Clássico noturno e migro - o 1o. existente na Capital. Aprovação do Regimento Interno pelo C.E.E. (Colégio Estadual de Educação).

1.964 - O Colégio contava com 3000 alunos.

1.965 - Período áureo do Colégio "Pedro Gomes" pois sagrou-se vencedor, com exceção do futebol de campo em todas as modalidades de esporte disputadas no torneio inter-colegial na época, inclusive desfile escolar e concurso de Bandas Marciais. Sagrando-se campeão dos esportes, em geral - José Simões de Lima, aluno do Colégio.

OUTRAS ATIVIDADES: Laboratórios de Física, Química e Biologia, dirigidos pelos excelentes professores: Carlos Inácio, Nassim Yazigi, Jartas Dolles, Leonardo Rodrigues, Roosevelt de Oliveira, Bráulio Vieira e Bernardo Castro. Biblioteca: Coral-Conjuntos musical - Teatro - Várias Quadras de esportes - Judo - Grêmio Estudantil com sede própria - Tudo funcionava e o Colégio vibrava nos seus três turnos. Ali me realizei como educadora. Você me permitindo, é uma oportunidade que nunca me foi facultada, para agradecer a todos aqueles: pais, alunos, funcionários, professores, autoridades, governo, imprensa, que nunca regatearam o seu apoio e colaboração para o bom funcionamento da aquela Casa de Ensino, pois "uma andorinha só não faz verão".

ATUALMENTE QUAIS SÃO AS OCUPAÇÕES DA SRA.?

1o. lugar: Chefe de Família. No Colégio "Pedro Gomes"; Auxiliar da Coordenação. Na CELG - Assistente de Administração, comissionada na função de Secretária Geral da Empresa.

ATIVIDADES EXTRAS NA CELG: Promoções sociais, assistenciais, pro ver uniforme das funcionárias. Enfim, ali estou sempre pronta a servir, desde que convocada ou solicitada. Membro do Conselho da CNEG (Campanha Nacional do Ensino Gratuito).

SABERIA CITAR ALGUNS NOMES DE SEUS EX-ALUNOS QUE INTEGRAM A SOCIEDADE LOCAL?

Como não, Guardo de todos uma lembrança carinhosa e amiga, porém vou citar alguns: Deputado Manoel Mendonça - Deputado Osmar Cabral, Deputado Wanderlan Moura - Dr. Zander Campos - Dr. Índio do Brasil Artiga - Publicitário Arthur Rezendes - Agrônomo Paulo de Tarso Marini - Desportista César Seba - Médicos: Dilson Antunes, Walter Massi e Saul Couto. Professores: Nobol Taya e Fábio Martini Neto - outros: Dr. Atila Belo - Dr. Hélio Seiko de Brito Jr. e Engen. Zélio Fraissat, Marcô Antonio Machado e Gualter de Carvalho Mendes.

CITE CINCO GRANDES MULHERES GOIANAS.

- 1 - IRMA MARIA GRABIELA (A Duiana da Cunha dos nossos dias);
- 2 - SRA. MARIETA FERREIRA MORAES (A Ana Nery do Sudoeste Goiano)
- 3 - MESTRA NHOLA (Pioneira da educação em Goiás);
- 4 - ELI CAMARGO (O rouxinol goiano - divulgadora da música folclórica goiana);
- 5 - PIANISTA NHÁ-NHÁ DO COUTO (minha inesquecível professora de piano e responsável pelo gênio da execução em Goiás: Belkiss Spenciere).

Embora Lígia Rebelo não tenha tido o cuidado de conservar ou anotar informações acerca do jornal e a data da publicação⁶², assim como a entrevista analisada anteriormente, este documento também traz elementos preciosos para incrementar nosso entendimento acerca da visão sustentada pela própria educadora a respeito de sua vida profissional. Nele, podemos compreender o valor que ela atribuía à inserção social de sua atividade como educadora e como gestora educacional. Nesta entrevista, concedida quando ainda estava trabalhando no Colégio Pedro Gomes - não mais como diretora - ela teve a oportunidade de se aprofundar na exposição de seu ponto de vista acerca do próprio trabalho, apresentando, pela primeira vez, os motivos que a levaram a eleger sua atuação como diretora do Colégio Pedro Gomes, no ano de 1965, como o destaque de toda a sua carreira.

Sobre o ano de 1965, que ela chama de “período áureo do Colégio Pedro Gomes”, a ex-diretora relembrou alguns dos motivos de seu júbilo:

Período áureo do Colégio Pedro Gomes, pois sagrou-se vencedor, com exceção do futebol de campo, em todas as modalidades de esporte disputadas no Torneio Inter-colegial na época, inclusive desfile escolar e concurso de Bandas Marciais. Sagrando-se campeão dos esportes, em geral, José Simões de Lima, aluno do colégio. (REBELO, Lígia Maria Coelho. Entrevista a Luzian Honorato. Sem data).

Logo em seguida, ela complementa a lista de elementos qualitativos da instituição a serem celebrados no referido período:

Outras atividades: Laboratórios de Física, Química e Biologia, dirigidos pelos excelentes professores Carlos Inácio Nassim Yazigi, Jarbas Dolles, Leonardo Rodrigues, Roosevelt de Oliveira, Brailino Vieira e Bernardo Castro. Biblioteca; Coral-Conjunto Musical-Teatro; Várias quadras de esportes; Judô; Grêmio Estudantil com sede própria. (REBELO, Sem data).

Estas falas de Lígia Rebelo são o mais bem acabado exemplo da concepção que ela tinha sobre os efeitos de seu trabalho como diretora escolar, uma função burocrática que ela não encarava como restritiva ao desempenho contínuo de seu papel como educadora. Assim, ela demonstrava que pensava a educação em um sentido global, executada mediante processos pedagógicos objetivos, mas também, através de práticas subjetivas que levavam a vida escolar a espaços que extrapolavam a sala de aula.

Como diretora, ela compreendia que deveria conduzir a instituição rumo à ampliação das oportunidades de sucesso de seus estudantes, para além dos muros da escola. O grande

⁶² Esta entrevista provavelmente foi concedida entre 1967 e 1973 (seu último ano trabalhando em funções administrativas no Colégio Pedro Gomes). Chegamos a esta conclusão graças às seguintes informações prestadas pela entrevistada: ao ser questionada sobre suas ocupações atuais, Rebelo informou que estava trabalhando no Colégio Pedro Gomes como Auxiliar da Coordenação (ela assumiu esta função após sua saída da direção, que ocorreu no dia 07 de fevereiro de 1966); na CELG, na função de Secretária Geral (ela foi nomeada para a função pela Portaria Interna 167/1967 de 06 de novembro de 1967); e era membro do Conselho Regional da CNEG (posição que ocupou entre 1967 e 1985).

engajamento nas competições esportivas estudantis e nos desfiles cívicos e competições de bandas marciais durante sua gestão era amostra desta preocupação. Estas eram as práticas educacionais subjetivas sustentadas pelo trabalho de Lígia Rebelo.

Como gestora de uma instituição que contava com 3000 alunos matriculados em 1964, Lígia Rebelo demonstrou que se regozijava com os feitos relacionados à complexa organização interna do colégio, ao satisfatório nível das instalações e, principalmente, pela qualidade do trabalho conduzido em conjunto com o corpo docente, em conjunto com a sociedade:

Tudo funcionava e o Colégio vibrava nos seus três turnos. Ali me realizei como educadora. Você me permitindo, é uma oportunidade que nunca me foi facultada, para agradecer a todos aqueles: pais, alunos, funcionários, professores, autoridades, governo, imprensa, que nunca regatearam o seu apoio e colaboração para o bom funcionamento daquela casa de ensino, pois “uma andorinha só não faz verão”. (REBELO, Sem data).

Por fim, ela aproveitou o espaço para exaltar outro fruto de seu trabalho: o sucesso profissional e a proeminência social, alcançados, a longo prazo, por estudantes que a tiveram como professora em algum momento da vida, pois nem todos os citados foram seus alunos no Colégio Pedro Gomes:

Guardo de todos uma lembrança carinhosa e amiga, porém vou citar alguns: Deputado Manoel Mendonça, Deputado Osmar Cabral, Deputado Vanderlan Moura; Dr. Zander Campos, Dr. Índio do Brasil Artiaga; Publicitário Arthur Rezende; Agrônomo Paulo de Tarso Marini; Desportista César Sebba; Médicos Dilson Antunes, Walter massi e Saul Couto; Professores Nobol Taya e Fábio martini Neto. Outros: Dr. Átila Belo; Dr. Hélio Seixo de Brito Jr. E Engenheiros Zélio Fraissat, Marco Antônio Machado e Gualter de Carvalho Mendes. (REBELO, Sem data).

Bastante rica é esta lista, para pensarmos no alcance da influência atingida por Lígia Rebelo mediante o exercício de seu trabalho como educadora, ao longo da vida. Entre os nomes citados, presenciamos seus vínculos com deputados que estavam no exercício de seus mandatos, e outros que já haviam exercido a função; o filho de um ex-secretário estadual e prefeito de Goiânia (Hélio Seixo de Brito Júnior, também deputado entre 1979 e 1983), além de um prefeito, propriamente dito (Índio do Brasil Artiaga, 1979 a 1982). Completam a lista de célebres ex-alunos e amigos, uma extensa miríade de profissionais que, hoje, são também reconhecidos como figuras históricas no âmbito local, por suas atuações marcantes em suas respectivas áreas profissionais e pelos destacados posicionamentos alcançados na sociedade goiana, em suas épocas.

Este recorte memorial de Lígia Rebelo, no qual ela selecionou alguns de seus ex-alunos, para evocá-los nominalmente, a título de composição de uma lista exemplar relativa ao sucesso e à longevidade de seu trabalho, refletem sua prestigiada e diversificada trajetória profissional. Com esta fala, ela se firmou, em espaço público privilegiado, na condição de educadora

experiente e influente. Fica implícita a assimilação de uma identidade pública delineada em torno de seu trabalho na área educacional.

Levando em consideração as idades das pessoas citadas àquela altura, depreende-se que sua formação precoce, iniciada na década de 1930, e sua inserção profissional ascendente - desempenhada nas principais escolas e instituições de ensino públicas da antiga e da nova capital, além do interior do Estado - lhe proporcionaram o acúmulo de boas relações sociais ao longo da vida, até aquele momento. Com o objetivo de analisar o contexto e o processo sociohistórico da formação e da inserção profissional de Lígia Rebelo no ambiente da educação profissional, que lhe proporcionou tudo isto, seguimos analisando mais documentos no próximo tópico.

2.6 Como Lígia Rebelo se fez professora: a inserção feminina no mercado de trabalho educacional em Goiás como um aspecto da modernização nacional-regional

Entre 1956 e 1966, Lígia Rebelo trabalhou para imprimir, na medida do possível, sua identidade no cotidiano do Colégio Pedro Gomes. O fato de ter sido a primeira mulher a ocupar o posto é significativo nesse sentido, tanto do ponto de vista individual – considerado no conjunto de suas realizações pessoais - como também no plano sociológico – como peça integrante de uma transformação estrutural relativa à expansão do trabalho feminino, que estava em curso no Brasil e, por conseguinte, em Goiás.

Uma gestão feminina em uma instituição de nível secundário, detentora de todo o simbolismo inerente ao fato de ser o primeiro colégio secundário de Campinas, pode ser considerado um marco modernizador, que sinalizava a chegada um processo de mudanças nas estruturas práticas e simbólicas do poder ligado ao campo da educação pública em Goiás. Depois de Lígia Rebelo, tornou-se natural a alternância entre gestores de ambos os sexos, em consonância com as alterações sociais, culturais e políticas que refletiram, também, sobre o mercado de trabalho da área, na segunda metade do século XX.

Por isso, é importante que este olhar sobre os significados sócio-históricos da inserção a da ascensão de Lígia Rebelo no campo profissional da educação pública seja lançado dentro de um contexto a ser reconhecido e analisado conforme suas especificidades. Tal contexto diz respeito às condições de ingresso e de formação acadêmico-escolar, bem como à construção de uma carreira profissional, por parte de mulheres goianas da elite e das camadas médias urbanas, na primeira metade do século XX. Esta análise está condicionada à compreensão de um mercado de trabalho mutante, formado sobre idiosincrasias culturais e pressões

socioeconômicas que se alteraram profunda, mas gradativamente, a partir da virada do século XIX para o XX. Deste modo, este tópico se propõe a refletir sobre a seguinte questão: o que significava, para uma mulher, ocupar uma posição profissional no campo educacional, em Goiás, quando Lígia Rebelo deu início às suas atividades da área, na década de 1930?

Como dito, para apresentar uma reflexão sobre tal problema, faz-se necessário compreender o cenário sociocultural e econômico no qual a população feminina estava inserida, na primeira metade do século XX, no Estado. Em nosso entendimento, esta discussão resvala, mais uma vez, na questão da modernização econômica da região e é reveladora de um certo descompasso entre a velocidade dos avanços materiais e a necessidade de transformação das mentalidades e costumes da população em relação à posição das mulheres na sociedade.

Enquanto novas demandas pela democratização do acesso à formação escolar emergiam em decorrência da inserção de Goiás nos projetos de desenvolvimento capitalista nacionais encampados pelos governos pós-1930, certas limitações ainda eram impostas à educação da população feminina, como no século anterior.

Mesmo com a gradual ampliação da rede de educandários espalhados pelo Estado, as escolas da década de 1930 ainda atendiam de forma distinta aos públicos masculino e feminino, segregando os gêneros em turmas exclusivas ou mesmo em diferentes escolas. Este traço cultural, por muito tempo, se estendeu também como elemento característico do trabalho docente desenvolvido nas instituições de ensino da região. Mulheres deveriam, a princípio, se encarregar exclusiva ou prioritariamente da educação das meninas, enquanto homens poderiam lecionar para ambos os gêneros - quando não houvesse outra opção -, além de ocupar posições diretivas nas instituições.

Se a dificuldade para a formação e manutenção de turmas escolares voltadas para meninos já era considerável - dadas as limitações de orçamento que impactavam sobre a instrução pública em Goiás - no universo do potencial alunado feminino, os esforços eram sempre maiores, tendo em vista a escassez de professoras que conseguiam obter formação adequada e reconhecimento para serem contratadas para o exercício do magistério. Além disso, sempre havia a possibilidade real de que trajetórias acadêmicas e profissionais fossem interrompidas devido à resistência demonstrada por algumas famílias em permitir que as meninas, moças e mulheres dessem início, prosseguissem ou concluíssem seus estudos escolares, ou ainda, se engajassem em um emprego.

Se um número crescente de mulheres pertencentes à mesma geração de Lígia Rebelo teve a oportunidade vivenciar um momento de alargamento das possibilidades de acesso aos estudos, e de certa naturalização da inserção feminina nesse universo profissional, foi graças às

mudanças socioeconômicas estruturais das primeiras décadas do século XX. A elas se somam os esforços individuais de mulheres que as precederam na ocupação de espaços e na criação de oportunidades no meio educacional goiano.

Nesse sentido, a professora Maria das Graças Cunha Prudente, no texto “Experiências de professoras da Província de Goiás, Séc. XIX”, explica que em seus primórdios, situados no século XVIII, a instrução pública em Goiás já foi caracterizada como um “espaço predominantemente masculino” (PRUDENTE, 2011: p. 13) e que as primeiras educadoras goianas - descritas em sua pesquisa, que abrange o período de 1832 a 1887 - foram responsáveis por atitudes pioneiras que tiveram como resultado a abertura de “um caminho sem volta para a educação feminina”, bem como para a profissionalização de mulheres no campo da docência em Goiás.

Estas pioneiras tiveram, nas palavras da autora, a “ousadia” de “abrir as portas do trabalho remunerado para outras mulheres” em um tempo no qual os contextos socioeconômico e cultural não favoreciam à demonstração de qualquer interesse pelos estudos escolares. Por consequência, a escolarização avançada e o trabalho no campo educacional formal eram atividades atípicas para o goiano médio, mesmo do sexo masculino. (PRUDENTE, 2011: p. 13). Entretanto, essa condição era observável sobretudo entre as mulheres, cuja trajetória de vida, geralmente, não contemplava nada além do roteiro ordinário encadeado por “nascer, crescer, trabalhar, casar, procriar, cuidar da família” (PRUDENTE, 2011: p. 18).

Entre as pioneiras do ensino escolar em Goiás⁶³, a autora destaca, em sua pesquisa, educadoras que desempenharam seu trabalho, essencialmente, na educação de meninas, na Cidade de Goiás, onde as oportunidades para o ofício melhor se desencadearam em todo o Estado até a década de 1930. A princípio, ela aponta: D. Maria Romana da Purificação (1800-1873), primeira professora de Primeiras Letras da Província de Goiás a ser nomeada pelo estado, em 1832, pelo Presidente José Rodrigues Jardim; Mestra⁶⁴ Silvina Ermelinda Xavier de Brito (1848-1920), professora pública concursada, citada como professora de Cora Coralina; Mestra Maria Cyriaca Ferreira (1820-1894), que serviu por mais de trinta anos como professora pública concursada; D. Maria Victória de Moraes Brandão (1842-1911), conhecida como

⁶³ Ver verbetes em: “VALDEZ, Diane (Org). Dicionário de educadores e educadoras em Goiás: séculos XVIII – XXI. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2017”.

⁶⁴ Genesco Bretas esclarece que, no Brasil, em um período no qual a instrução formal era de difícil acesso à imensa maioria da população, a hierarquia entre professores e alunos era um elemento marcante da cultura escolar geral que refletia no tratamento social recebido pelos educadores: “nos tempos antigos, o nome *Mestre* ou *Mestra* era o tratamento respeitoso que se dava a um professor ou a uma professora reconhecidamente dignos da função que exerciam, e era mais usado para professores primários”. (BRETAS, 1991: p. 548)

professora Lili, também responsável pela alfabetização e instrução de meninas na antiga capital e em outras cidades goianas; além da célebre Pacífica Josefina de Castro, a Mestra Nhola (1846-1932), corajosa autodidata, admirada por ter aberto e mantido uma das mais importantes escolas mistas da capital.

Estas educadoras foram precursoras de Lígia Rebelo, não somente por compartilharem da mesma área profissional, mas por terem vivenciado o mesmo espaço sociopolítico-cultural que nossa personagem: a antiga capital do Estado. Esta observação não consta nessa reflexão por acaso, mas atende à necessidade de justificar a constatação de que o contexto em que Lígia Rebelo foi escolarizada e de formou profissionalmente foi, também, um elemento condicionante importante em sua trajetória, não obstante seu posicionamento social relativamente privilegiado.

Em todo o Estado, até 1930, a capital era o ambiente mais propício ao surgimento e à consolidação de uma classe profissional ligada à educação escolar, pois foi o lugar que concentrou as principais iniciativas governamentais voltadas à instrução da população. Em 1929, quando Lígia Rebelo iniciou os estudos Normais, para formar-se professora, esta realidade restritiva ainda pesava sobre as demais regiões do Estado, obrigando as famílias sem condições de enviar seus jovens para a capital, a se contentar com o analfabetismo ou com uma instrução limitada a níveis elementares, obtida junto a professores particulares, quase sempre autodidatas, em “Escolas-Classe Isoladas” ou, quando muito, em Grupos Escolares municipais. A educação feminina era ainda mais restrita, por depender da autorização e do incentivo de pais eventualmente reticentes, graças a questões morais, e da imprevisível disponibilidade de vagas em instituições dedicadas ou com turmas separadas.

Quando se trata da formação profissional Normal, que previa mais quatro anos de estudo, as opções eram ainda mais restritas àquela altura, mas, apesar disso, muitas jovens sonhavam com esta possibilidade, pois a enxergavam como a única alternativa que poderia lhes proporcionar algum grau de emancipação e inserção em círculos sociais mais abrangentes, além de certa respeitabilidade social:

Até meados dos anos 1930, o magistério era uma das poucas possibilidades profissionais atraentes para as mulheres das elites e dos setores médios da sociedade. Seduzia as jovens por proporcionar um ganho financeiro, mas também por conta do aprimoramento intelectual, acenando com as possibilidades de um maior status social e de aceitação em funções públicas e ambientes intelectualizados. Algumas, depois de formadas, exerciam a profissão por toda a vida, enquanto outras a abandonariam em função do casamento ou da maternidade. O magistério também foi considerado adequado às mulheres por poder ser um “trabalho de meio período”, permitindo concatenar a atividade profissional com as obrigações do lar. (BORELLI; MATOS, 2023: p. 137).

Embora outros educandários relevantes já existissem de forma esparsa nos interiores, como o Santa Clara - escola confessional católica para meninas, instalada em Campinas desde 1921, cujo Curso Normal havia sido equiparado à Escola Normal Oficial de Goyaz em 1927 - além das poucas instituições públicas existentes, o ambiente educacional do Estado era de precariedade geral, como descreveu Genesco Bretas (1991). Até 1929, o Liceu de Goyaz, do qual a Escola Normal do Estado era um anexo criado em 1903, era a única instituição de ensino secundário pública em todo o Estado. Somente no ano de 1929 o Ginásio Anchieta, de Bonfim, foi instalado e, em 1930, o Ginásio Municipal de Ipameri seria colocado em funcionamento. (BRETAS, 1991: p. 576).

Segundo Prudente, em Goiás, ao longo de todo o século XIX e início do século XX, a luta pela sobrevivência não se ligava à instrução formal, considerada, pela maioria da população, uma futilidade, ou luxo, com pouca utilidade prática. Nesse sentido, a autora traz a elucidação do contexto específico da Cidade de Goiás, cuja relevância política contribuía para a concentração da maioria dos cidadãos com algum grau de letramento no Estado, especialmente entre o corpo do funcionalismo público e profissionais liberais. Constatou-se que, por décadas, a “nata intelectual” de Goiás esteve concentrada na capital e em Meiaponte (atual Pirenópolis), que, em certa medida, ocupava o posto de “centro cultural regional” (PRUDENTE, 2011: p. 18).

Enquanto estudante em formação e profissional recém-formada, a jovem Lígia Rebelo vivenciou os reflexos de algumas ações político-administrativas que podem ser relacionadas aos tímidos processos de modernização socioeconômica operados em Goiás nos primeiros anos do século XX. Algumas destas ações tiveram tamanho impacto, que podem ser chamadas de reformas, uma vez que levaram a uma pequena alteração do quadro educacional e alteraram sensivelmente o cenário profissional da Educação do estado, ao final da segunda década do século passado: a chamada “Reforma João Alves de Castro” foi, sem dúvidas, uma destas ações.

O presidente do Estado João Alves de Castro (1917-1918; 1919-1921), através da Lei nº 631, de 2 de agosto de 1918, promoveu a reforma estrutural do ensino primário no Estado, estabelecendo que as escolas isoladas ou classes comuns deveriam ser agrupadas nos chamados “Grupos Escolares”, no intuito de ampliar a oferta e, principalmente, organizar o ensino de forma mais padronizada.

Um ponto essencial desta norma levou à proliferação de Grupos Escolares pelas cidades goianas nos anos seguintes: pela lei, o governo do Estado se responsabilizaria (direta ou indiretamente, mediante subvenção) pelo funcionamento de todas as escolas que se adequassem ao modelo de grupo escolar, obrigando as escolas municipais já existentes a seguirem as

mesmas diretrizes das escolas estaduais de mesmo nível. Desta forma, o Estado passava a isentar as administrações municipais da manutenção de escolas primárias e facultava a opção do fornecimento de mais vagas àquelas que conseguissem manter mais unidades com recursos próprios, o que não foi raro de acontecer. Naturalmente, este movimento foi responsável por ocasionar um gradual aumento da demanda pela formação de mais professores ao longo das décadas de 1920 e 1930.

Este cenário movimentou as dinâmicas familiares em função dos estudos das meninas e inspirou jovens a buscarem a formação secundária Normal. Bretas (1991) constatou que: “em 1933, já existiam no Estado 14 estabelecimentos de nível secundário funcionando” (p.530), sendo apenas dois deles oficiais (públicos, mantidos pelo governo estadual). Eram o Liceu e a Escola Normal, ambos na capital. Os outros 12 eram estabelecimentos particulares, “incluindo-se, entre estes, o Ginásio Arquidiocesano Anchieta e o Seminário de Santa Cruz” (p. 530). Bretas também aponta o fato de que, dentro desta expansão, observou-se um expressivo aumento de vagas para meninas em novas instituições secundárias normalistas: “na mesma época, apareceram outras escolas Normais em Morrinhos, Anápolis e Pouso Alto” (p. 530). Só em Bonfim, passaram a existir duas: além do Anchieta, fundou-se, também, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Naquele momento, quando se abria uma escola secundária privada, havia preferência pela oferta do Curso Normal, pois os empresários e ordens religiosas estavam de olho nos “incentivos dados pelo Estado, subvencionando e equiparando à Escola Normal Oficial os estabelecimentos que mantivessem esse curso”. (BRETAS, 1991: p. 530).

Analiticamente, devemos ligar isto ao fato de que, historicamente, o Magistério, especialmente o trabalho com a educação infantil, consolidou-se na cultura brasileira como uma atividade preferencialmente feminina, uma vez que “desde o início do século XX, a sociedade brasileira esperava que as mulheres desempenhassem novos papéis no âmbito doméstico e na esfera pública.” (AREND, 2023: p. 72).

Por fim, a escolarização em larga escala das meninas, nos grandes centros e interiores do Brasil, está associada a um fenômeno socioeconômico e cultural puxado pelo advento da República, influenciado, no Brasil, pelo Positivismo e seu culto ao progresso. Está associado, também, à inserção do Brasil nas novas relações econômicas capitalistas internacionais, que incrementou a demanda por mão de obra e intensificou os processos de urbanização.

Nesse contexto, em que a educação passou a ser valorizada como meio para se atingir o progresso técnico-científico e social, além de sustentar o desenvolvimento econômico almejado, a “mulher instruída” ganhou certa projeção por desempenhar um papel “natural” de “mãe e educadora”, devendo “gerar e formar os filhos da nação”. Essa ideia ampliou as

preocupações com a questão da educação formal de meninas e de moças, levando ao aumento da procura por instituições dedicadas a esta finalidade, e elevando a demanda, no mercado, por “educadoras bem formadas e capazes”. Este fenômeno sistêmico ficou conhecido como “feminização do magistério”. Ele foi fortalecido, na primeira metade do século XX, na medida em que a sociedade brasileira impelia as mulheres a buscarem colocação no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que a imprensa e o Estado promoviam uma mentalidade que incentivava a crença de que a educação era um campo feminino por excelência, pois “as mulheres seriam mais capazes de cuidar, educar e disciplinar as crianças” (BORELLI; MATOS, 2023: p. 137).

Tal ambiente favoreceu Lígia Rebelo, tanto em relação à sua formação, quanto ao exercício profissional, fornecendo-lhe motivações práticas para avançar nos estudos e proporcionando-lhe condições ideais garantidoras de uma imediata absorção pelo mercado de trabalho local, que demandava permanentemente por educadores substitutos, principalmente nos Grupos Escolares. Essa circunstância a levou a assumir precocemente responsabilidades profissionais cada vez maiores, que se avolumavam a cada mudança de local de trabalho (além de lecionar, foi envolvida na abertura de cursos e na direção de grupos escolares).

Por mais que este cenário tivesse favorecido seu ingresso no mundo da educação profissional, sua trajetória, marcada pela rápida consolidação, ocorreu à revelia das grandes dificuldades ainda encontradas por significativa parcela da população feminina de Goiás. Entre os mais pobres, este era um grupo que ainda pedia, distante da falta de incentivos e oportunidades, para atingir formação escolar avançada, inserção profissional e ascensão na carreira. Por isso, afirmamos que a imersão e a permanência de Lígia Rebelo neste campo profissional ocorreram dentro de uma realidade específica de privilégio, assim descrita por Sílvia Arend:

As filhas das famílias das elites e dos setores médios passaram a frequentar o curso primário, o ginásio e, eventualmente, o secundário nas escolas confessionais católicas femininas e de outras congregações religiosas presentes nas capitais dos estados da federação. [...]. Paulatinamente, o saber escolar deixou de ser um privilégio dos meninos. Porém, enquanto vários desses meninos continuavam seus estudos até galgarem o diploma universitário, um número significativo de jovens mulheres, até os anos 1950, mal conseguia concluir o curso secundário. As que seguiam em frente nos estudos quase sempre optavam pelas carreiras profissionais consideradas femininas, ou seja, o Magistério e a Enfermagem. (AREND, 2023: p. 72).

Quando Lígia Rebelo iniciou sua trajetória profissional, em 1934, Goiás ainda vivia os efeitos colaterais desta tendência de feminização-elitização do magistério, contrabalanceada pela crescente demanda pela instrução popular, intensificada pelos projetos de modernização

anunciados pelo “Movimento de 1930”. Este cenário educacional-profissional só seria, de fato, substancialmente alterado no bojo das profundas transformações vivenciadas nos anos 1950:

Na década de 1950, o aumento crescente do número de crianças na escola ampliou a necessidade de docentes, abrindo a área para outros estratos sociais e popularizando a profissão. Na mesma época, a expansão do ensino secundário também exigiu a contratação de novos quadros e abriu maiores possibilidades para as mulheres nesse nível. (BORELLI; MATOS, 2023: p. 138)

Foi neste contexto de modernização geral e expansão das possibilidades profissionais, marcado pela significativa ampliação da rede escolar estadual, ocasionada pelo exponencial crescimento populacional da região de Goiânia-Campinas, além da dinamização socioeconômica de todo o centro-sul do Estado – fenômenos observados a partir da transferência da capital e intensificados com a posterior construção de Brasília - que Lígia Rebelo se fez diretora de uma grande instituição pública de ensino secundário e se consolidou, por tantos anos, nesta posição de poder, antes vetada às mulheres no Estado de Goiás.

Esta ascensão ao corpo burocrático do Estado, em um momento em que ocorriam transformações modernizantes que se mostraram irreversíveis, levou-a a assumir o papel de agente-operadora de uma importante engrenagem social inserida nos processos de modernização que estavam em curso: a formação cívica e profissional da juventude. A realização a contento do empreendimento que lhe fora delegado, claramente lhe abriu as portas para a construção de relações políticas que muito lhe valeram em favor da manutenção do excelente trânsito social registrado ao longo de toda a sua vida.

3 GESTÃO ESCOLAR E PRÁTICAS EDUCACIONAIS SUBJETIVAS: A AÇÃO MODERNIZADORA DE LÍGIA REBELO NO COLÉGIO PEDRO GOMES (1956-1966)

3.1 O papel do diretor de escola pública no projeto de modernização do país: Lígia Rebelo entre expectativas e a realidade

Em termos gerais, as escolas públicas brasileiras são instituições que compõem o aparato estatal de dominação, pois possuem seu ordenamento administrativo, jurídico e financeiro condicionados aos objetivos do Estado, que variam de acordo com os agentes que o controlam. Assim sendo, longe de ser uma entidade abstrata, o Estado é caracterizado como um conjunto de estruturas de amplo alcance, constituídas por pessoas que são, naturalmente, portadoras de subjetividades individuais, que tendem a afetar, em maior ou menor escala, o que se pode denominar de “estilo” ou “perfil” de seu trabalho. Isto ocorre mesmo que elas desempenhem, dentro da estrutura, papéis profissionais racionalmente definidos pelo ordenamento burocrático.

No contexto da modernização brasileira, o Estado passou a depositar fortes expectativas a respeito da formação e organização da sociedade sobre as instituições escolares. Deste modo, esperava-se, de um diretor escolar “moderno”, a capacidade de conciliar capacidades pedagógicas e administrativas. Esta exigência não estava descrita em leis, mas acabou se tornando uma norma tácita ao se considerar a nomeação de profissionais para esta função nas escolas públicas estaduais e municipais. Somente em 1961, uma legislação federal mencionou alguma prerrogativa de perfil para o exercício da função de diretor de unidade de ensino básico e secundário. A LDB de 1961 (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) abordava, de forma extremamente sucinta, este perfil no seu Artigo 42, que dispunha: “O Diretor da escola deverá ser educador qualificado”.

Isso explica, parcialmente, a consolidação de uma tendência existente durante todo o período democrático pós-1945, de a autoridade estatal preferir “docentes experientes”, os chamados “professores de carreira” para função, ao invés de funcionários administrativos ou burocratas de origem, como no caso dos encarregados das funções de secretaria escolar, por exemplo, que frequentemente transitavam entre órgãos públicos diversos.

Na prática, cada Estado tinha liberdade para instituir suas prioridades e, de fato, uma legislação tão vaga neste ponto deixava aberta a possibilidade se utilizar critérios estabelecidos

de acordo com a conveniência dos mandatários da ocasião, que viam a função como “cargo de confiança”, sobretudo nos interiores, em especial a partir dos anos 1960.

Na hierarquização estrutural da educação pública estatal, conforme se firmava em meados do século XX, o diretor ficava incumbido de reproduzir, através de processos educativos objetivos e subjetivos, os preceitos práticos e simbólicos que visavam a garantia da manutenção do sistema.

Tais preceitos eram emanados de esferas superiores da administração pública (políticas educacionais e administrativas) e deveriam ser executados por um agente delegado para a função de coordenar, conduzir e supervisionar, no interior da comunidade escolar, a aplicação das diretrizes, incorporadas como metas institucionais. Assim sendo, este profissional acumulava a função de administrar a máquina institucional, cuidando do ordenamento material e humano necessário para o cumprimento dos objetivos. Educar era um efeito colateral, exercido indiretamente, por meio de suas ações na gestão. Esta era a complexa função do diretor escolar no período democrático populista, momento em que a educação da população adquiriu inédito destaque na Constituição de 1946, onde ela aparecia, pela primeira vez, como “direito de todos”.

O Manifesto “Mais uma vez convocados” - assinado por Fernando de Azevedo e mais 164 personalidades que contribuíam para o cenário cultural brasileiro, publicado em 1959 - sacudiu o debate público em torno da função social da educação escolar, assim como havia feito seu congênere antecessor, ainda que de forma mais discreta, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932. O documento de 1959 reforçava uma premissa que encontrou forte eco nos anseios de amplos setores da sociedade da época: “A escola pública concorre para desenvolver a consciência nacional: ela é um dos mais poderosos fatores de assimilação, como também de desenvolvimento, das instituições democráticas”. (MANIFESTO DOS EDUCADORES, 1959: p. 154).

Nesse sentido, a função de diretor de escola pública adquiria uma relevância que extrapolava as preocupações pedagógicas e atingia o campo político, eventualmente colocando estes domínios em situação de equivalência, uma vez que os “olhos esperançosos” da sociedade se voltavam para estas instituições formadoras.

Como educadora de carreira, selecionada para atuar como burocrata na esfera da educação pública em um Estado periférico que passava por um processo de modernização, Lígia Rebelo, à sua maneira, não só administrou a “coisa pública”, como também educou. Suas memórias deixam claro que ela jamais deixou a posição de gestora anular sua preocupação com a aprendizagem dos jovens, idealizados por ela como “o futuro da nação”. Este, talvez, tenha

sido a característica mais marcante do perfil, ou estilo, de Lígia Rebelo como diretora: uma profissional que se equilibrava entre o idealismo e o pragmatismo, alternando práticas e discursos, sempre que necessário, e incorporando, de forma natural, o paternalismo típico da cultura política de sua época às suas práticas de gestão educacional, em nome do “soerguimento moral do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes”, nas palavras dela própria.

Mesmo quando não estava em sala de aula, sua onipresença simbólica na cultura escolar do CEPPG pode ser encarada como um poderoso instrumento reforçador da autoridade. Isso explicitava sua visão de que os aspectos administrativos, sob sua tutela, estavam indissociáveis da esfera pedagógica. Para ela, administrar, gerir, comandar e mediar se transformaram em oportunidades de instruir permanentemente sobre a importância do conhecimento formal obtido na escola, tão importante quanto o respeito à ordem e à hierarquia, considerados valores cívicos sobrevalorizados no contexto de Guerra Fria, nos anos 1950 e 1960.

Sob o comando de Lígia Rebelo, a instituição Colégio Estadual Professor Pedro Gomes estabeleceu as bases materiais e simbólicas que a levaram à conquista de uma posição de visibilidade e prestígio dentro do conjunto das escolas públicas no Estado de Goiás. Tendo esta premissa como horizonte, neste capítulo, primeiramente analisaremos a participação de Lígia Rebelo na estruturação material do Colégio Pedro Gomes, levando em consideração a maneira como ela mesma avaliou sua gestão neste aspecto, resgatando sua participação na comissão dedicada à construção da sede própria do colégio, até a saturação da capacidade de matrículas, observada na instituição, entre 1964 e 1965. Em um segundo momento, serão analisadas as práticas educacionais subjetivas, desenvolvidas sob sua gestão no CEPPG, que mais se destacam como componentes enraizados na cultura escolar da instituição, tanto nas suas próprias memórias, quanto nos documentos institucionais: a banda marcial e o grêmio literário-estudantil.

3.2 Do “Ginásio” ao “Colégio”: entre questões políticas, financeiras e jurídicas, eis a atuação de Lígia Rebelo na implantação da sede própria

A dinâmica de acirrada rivalidade estabelecida entre PSD e UDN, no período democrático (1945-1964), foi um resquício da permanência da forte influência de Pedro Ludovico sobre a política goiana. Uma marca indelével de como sua figura, e as representações criadas em torno de seu projeto político, continuaram a pautar o debate público e o imaginário social locais, suscitando manifestações favoráveis ou contrárias, nos mais diversos setores da sociedade goiana. Esta dinâmica, cuja camada mais visível se dava justamente nas disputas

partidárias, interferiu diretamente na condução da educação pública no Estado de Goiás ao longo do período estudado por este trabalho, levando a acirradas disputas pela “paternidade política” do Colégio Pedro Gomes. Enquanto isso, Lígia Rebelo, uma ludoviquista pragmática, conduziu a implantação e expansão do colégio em meio a diversas trocas de governo.

Enquanto Hélio Seixo de Brito, cujos argumentos já foram expostos no Capítulo 1, reclamou para si, durante toda a sua carreira política, os direitos sobre a criação da instituição de ensino campineira, vinculando-a à gestão de Jerônimo Coimbra Bueno, os governadores José Ludovico e José Feliciano de Souza também buscaram se associar à criação do colégio estadual do histórico bairro.

José Ludovico se esforçou para firmar sua posição como o governador que anunciou a construção do prédio que serviria como sua sede definitiva, ao mesmo tempo em que fez de tudo para que a inauguração ocorresse antes do término de seu mandato. Por outro lado, Feliciano de Souza firmou-se nessa história, primeiramente, como o Secretário de Educação (no governo de José Ludovico) que havia sido responsável pela assinatura de autorização e pela efetiva condução das obras – ações que Seixo de Brito não havia conseguido concretizar, apesar das intenções alegadas. Depois, já como governador, Feliciano também colheria os louros por “entregar” os elementos estruturais faltantes, responsáveis por conferir o status de conclusão ao projeto do colégio que, a propósito, fora renomeado para “Colégio Estadual Professor Pedro Gomes” por meio de “sua caneta”, na Lei Estadual nº 2568, de 10 de setembro de 1959 (*Imagem 45*).

Nesse sentido, não é por acaso que encontramos, na literatura goiana - em diferentes contextos - menções a estas figuras políticas como “os criadores” do Colégio Estadual de Campinas/ Colégio Estadual Professor Pedro Gomes. O jornalista e escritor Hélio Rocha escreveu que José Ludovico “se destacou por realizações na área educacional”, pois “construiu novas escolas, aperfeiçoou algumas antigas, implantou o Colégio Estadual de Anápolis, aparelhou o Instituto de Educação de Goiânia [*sic*], e construiu o Colégio Estadual de Campinas” (ROCHA, 2004: p. 76).

O mesmo autor destacou que o sucessor de José Ludovico, durante o biênio que governou, o fez elegendo o trinômio “estradas-energia-escolas” como sua prioridade. Sendo assim, a Feliciano Ferreira foram creditadas as seguintes ações no campo educacional: “dobrou o número de professores da rede de ensino estadual, criou o Serviço de Orientação do Ensino, construiu e ampliou dezenas de escolas [incluindo o Colégio Estadual de Campinas] e construiu a sede própria do Instituto de Educação de Goiás” (ROCHA, 2004: p. 86). Entre as ações na área educacional, que foram levantadas e destacadas pelo pesquisador, percebe-se, nos atos de

Ferreira, uma lógica de continuidade dos processos iniciados no mandato do antecessor, mesmo que este tenha se tornado seu adversário.

Embora Feliciano Ferreira e Ludovico de Almeida tivessem rompido relações políticas no primeiro ano de mandato como governador do Ex-Secretário de Educação - quando este anulou 1280 nomeações para cargos públicos no governo estadual, que haviam sido realizadas por Juca Ludovico, supostamente para se aproximar da oposição e conseguir a aprovação da extensão de seu mandato – “Feliciano enxergava, em suas ações como governador, uma oportunidade de apresentar-se à sociedade como um eficiente gestor público, combatente das “politicagem” e responsável pela conclusão de suas ações como Secretário de Educação”. (ROCHA, 2004: p. 85)

Neste contexto, ao ser nomeada para a “Função Comissionada de Diretora do Ginásio Estadual de Campinas”, por Decreto Ordinário, datado do dia 1º de janeiro de 1956, assinado pelo governador José Ludovico de Almeida e seu então Secretário de Educação, José Feliciano Ferreira, Lígia Rebelo foi, definitivamente, inserida no centro das disputas discursivo-eleitorais em que o colégio de Campinas se encontrava, desde que fora criado no papel.

Ao ser investida naquela função comissionada, considerada um “cargo de confiança” dentro da administração pública, o posto de diretora escolar caiu-lhe com maior peso, por se tratar de uma instituição com grande valor simbólico para a, até então, região mais populosa de Goiânia. No entanto, ela colheu os frutos de sua boa relação mantida com os quadros do PSD desde os tempos da Interventoria de Pedro Ludovico, quando este havia confiado a ela e a seu marido, a missão de dirigir a implantação de instituições escolares no interior do Estado (em Piracanjuba e Rio Verde). Desde então, seu discreto alinhamento ao PSD – tenuemente explicitado no exercício de suas funções públicas - pareceu render bons frutos para sua carreira e se refletiu nos resultados obtidos ao longo dos anos em que esteve à frente do Colégio Pedro Gomes, para onde conseguiu atrair as atenções necessárias para a condução de projetos que necessitavam de engajamento e/ ou recursos provenientes do interesse da comunidade e de autoridades políticas.

Lígia Rebelo foi a quinta diretora do ginásio/ colégio, sendo a profissional que mais tempo permaneceu nesta função⁶⁵. Ela foi a primeira mulher a assumir o cargo, após quatro homens, que o ocuparam na seguinte ordem: Louvercy Olival (1950 a 1951), Joaquim Gomes Filho (1951 a 1952), Newton Paranhos (1952 a 1953) e Sebastião Veloso Peleja (1953 a 1955).

⁶⁵ Até a data da defesa deste trabalho (2024), Lígia Rebelo não foi superada por outro gestor escolar em tempo de permanência na função.

Entre os anos de 1956 e 1966, ela exerceu a função de diretora durante o mandato de três governadores do mesmo grupo político, o PSD: José Ludovico de Almeida (1955-1959), José Feliciano Ferreira (1959-1961) e Mauro Borges Teixeira (1961-1964). Este cenário favorável foi vivenciado antes do golpe de 1964, quando a ascensão de Otávio Lage de Siqueira⁶⁶ ao governo do Estado deu início à implantação de um novo modelo de gestão nas escolas públicas estaduais - mais alinhado com as expectativas sociopolíticas dos dirigentes daquele momento que se inaugurava - que resultou em mandatos mais curtos para os diretores, limitados ao período de dois a, no máximo, três anos (ver lista de diretores do período e seus respectivos mandatos no Anexo E).

A singularidade da gestão de Rebelo no Colégio Pedro Gomes não se dá somente pela sua destacada extensão temporal, mas pelas características estruturantes das ações conduzidas sob seu direcionamento, as quais contribuíram para a consolidação da instituição, tanto no plano material, quanto no simbólico, levando ao pleno cumprimento de sua função social nas décadas de 1950 e 1960, e firmando seu nome em posição de destaque no cenário da educação pública no Estado. Como visto no primeiro capítulo, a própria Lígia Rebelo considerava que a colheita dos frutos de seu trabalho teve seu ápice a médio/ longo prazo, já no final de sua gestão, no ano de 1965. Antes disso, porém, logo de início ela precisou lidar, em maior medida, com questões políticas e indefinições de âmbito financeiro, e menos com questões pedagógicas, propriamente ditas. Estas questões complexas, que se colocaram diante de Lígia Rebelo ainda na época do ginásio, diziam respeito, em grande parte, à estruturação física das dependências do futuro colégio.

Depois que Lígia Rebelo assumiu a direção do ginásio, em 1956, a cada ano que se passava, crescia a expectativa de que a instituição obtivesse uma sede própria, que fosse adequada ao funcionamento de mais turmas. A definição desta situação se deu em meio a problemas de ordem jurídica, política e financeira, conforme detalharemos a seguir.

Até a década de 1950, em todo o país, um dos maiores obstáculos para a consolidação de uma robusta rede de educandários públicos era a escassez de recursos destinados pelo poder público para a construção, expansão ou reforma, bem como para a adequada manutenção, de instalações próprias e especializadas para a finalidade de cada instituição de ensino.

Uma das alternativas mais exploradas pelos governantes, até então, era a subvenção parcial das atividades de instituições particulares, especialmente aquelas ligadas a entidades religiosas, como a Igreja Católica. Em troca de benefícios junto ao Estado, estas instituições

⁶⁶ Governador eleito pelo voto direto nas eleições de 3 de outubro de 1965, pela UDN. Filiou-se à ARENA, alinhado aos militares, quando foi imposto o sistema de bipartidarismo na política nacional (1965-1979).

deveriam abrir um quantitativo de vagas para receber alunos em condições especiais de contrapartida financeira ou deveriam ceder suas dependências, e até seus profissionais, para a formação de turmas, de “grupos escolares” ou de cursos de acesso público, organizados pelo Estado.

Na primeira metade do século XX, a administração de Goiás não escapava destas práticas, e tais artifícios foram usados por Pedro Ludovico, nas décadas de 1930 e 1940, quando o interventor/ governador se viu sob forte demanda popular e política pelo provimento de “instrução” para a população da nova capital. As turmas mistas abertas junto ao Colégio Santa Clara, em Campinas, denominadas inicialmente de “Grupo Escolar Pedro Ludovico”, foram exemplo disso.

A verdade é que, após a saída de Pedro Ludovico, este panorama demorou a se alterar na prática, mesmo que a classe política - tanto entre os herdeiros do ludoviquismo, quanto entre seus dissidentes e opositores - tenha se atentado à importância eleitoral de anunciar a área educacional como prioridade. Este foi o caso do governador Jerônimo Coimbra Bueno, udenista, dissidente do grupo anteriormente no poder, que se sagrou - juntamente com o seu Secretário de Educação, Hélio Seixo de Brito - como o “criador” do tão aguardado educandário público do bairro de Campinas, pelo menos no papel. O problema é que esta criação se deu no âmbito legal muito antes do Estado ter condições de imprimir fisicalidade ao projeto. Como costumeiro na política partidária brasileira, entre a promessa (o discurso), a lei de criação (o papel) e a efetiva construção e funcionamento do aparelho público anunciado, houve um hiato temporal considerável.

Como escola nasceu, no papel, em 1947, sem um prédio para desenvolver a função social à qual seria destinada, foi, então, empregado outro subterfúgio frequentemente explorado pelos governantes locais e fartamente registrado na historiografia da educação goiana: o uso compartilhado de dependências já existentes por um universo ampliado de estudantes e profissionais. Desta situação decorria a instalação de escolas, ginásios e cursos normais em situação física e pedagógica inadequada e, muitas vezes, verdadeiramente precária.

Isto ocorria, principalmente, quando estes novos cursos e instituições eram alocados na condição de “Anexos” em prédios onde já funcionava outra instituição. Como exemplos paradigmáticos na realidade local, tivemos a Escola Normal de Goiás⁶⁷, que após ter sido

⁶⁷ A Escola Normal de Goiás foi um tímido anexo do Liceu, desde sua instalação, em 1903, até 1929. Durante este período foi responsável pela diplomação anual apenas três normalistas, em média. (BRETAS, 1991, p. 514). Sua primeira sede própria foi o “Palácio da Instrução”, instalado em um “edifício inacabado, que se construía para a instalação de uma usina de beneficiamento de algodão”, cujo projeto havia sido abandonado pelo Estado. O prédio foi adaptado para contar com seis salas de aula, que abrigavam o Grupo Escolar (de manhã) e as aulas das

fundada, esteve por muito tempo na situação de “Anexa ao Liceu de Goiás”. Da mesma forma, a primeira sede da Escola de Aprendizes e Artífices⁶⁸, que também foi instalada em condições de improviso na antiga capital do Estado. Nos anos 1950, a situação se repetiu na nova capital, quando se inaugurou o Instituto de Educação de Goiás⁶⁹, e quando foi instalado o Ginásio Estadual de Campinas, como pretendemos demonstrar.

Quando “formou” sua primeira turma, no dia 15 de dezembro de 1950, o Ginásio Estadual de Campinas funcionava no mesmo prédio que o “Grupo Escolar Henrique Silva”⁷⁰, uma escola de pequeno porte, voltada para o ensino primário. A única imagem da fachada original do Grupo Escolar Henrique Silva - encontrada sem datação, ou qualquer informação complementar, durante a reforma pela qual o CEPPG passou entre 2009 e 2014, em meio a um grupo de documentos aleatoriamente agrupados - evidencia as proporções modestas daquela

normalistas (à tarde). Havia ainda, o Jardim de Infância, que funcionava em um pequeno pavilhão separado. A função social da Escola Normal foi absorvida pelo Instituto de Educação de Goiás, precariamente instalado em Goiânia, em 1950, em um prédio da Rua 4, no centro.

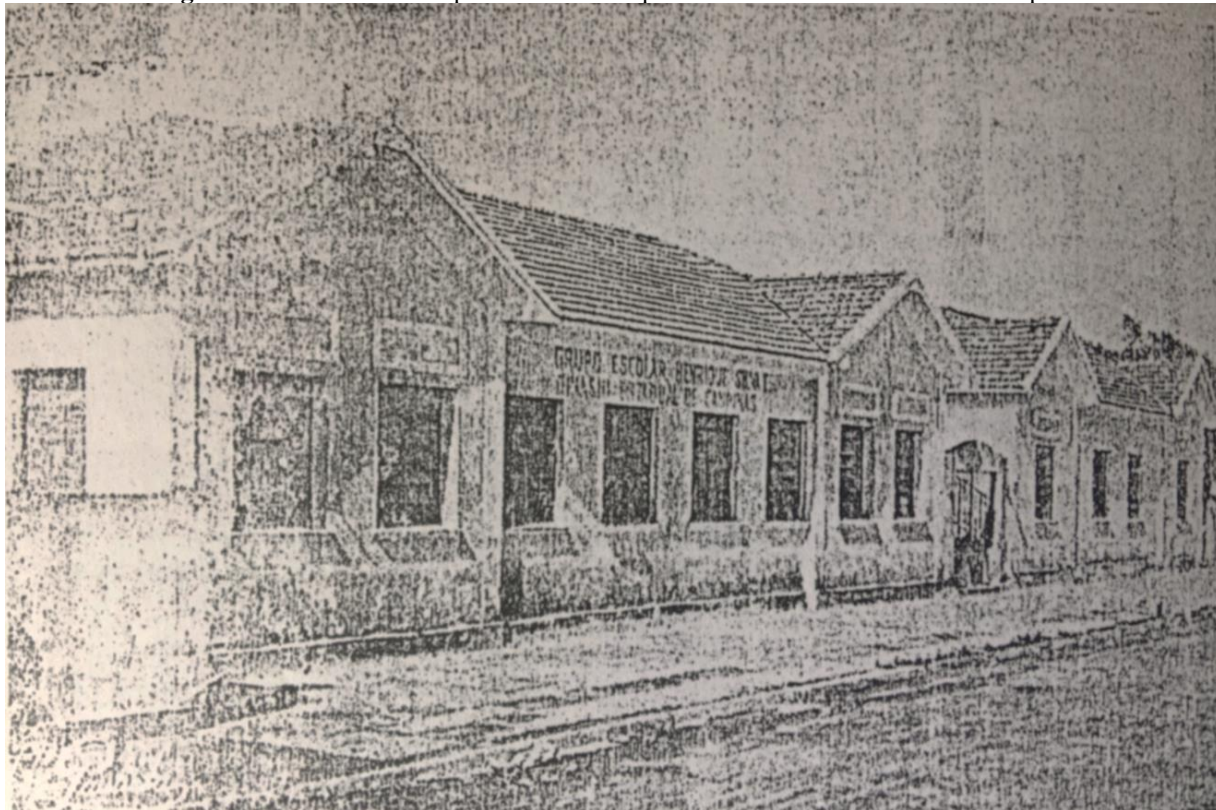
⁶⁸ A Escola de Aprendizes e Artífices de Goiás foi instalada em 10 de janeiro de 1910, em uma precária sede alugada pelo governo na Cidade de Goiás. Tratava-se de um sobrado residencial na Rua da Abadia, que foi comprado pelo poder público estadual anos depois. Segundo apurado por Bretas em relatórios oficiais, o prédio não satisfazia às necessidades: “os cômodos não tinham área suficiente para servirem de salas de aula ou oficinas. Pouca luz, mal arejados e úmidos no tempo chuvoso”. Essa sede funcionou na antiga capital até 1942, quando a instituição foi transferida para Goiânia sob o nome de Escola Técnica de Goiânia. A nova sede foi construída pelo Governo Federal, o que rendeu reverências ao presidente Getúlio Vargas. Bretas avalia que o novo edifício era amplo e moderno, em nada lembrando a antiga sede. (BRETAS, 1991, p.534)

⁶⁹ A instalação do Instituto de Educação de Goiás (I.E.G.) foi um grande imbróglio marcado por disputas políticas e pela falta de recursos. O primeiro plano, elaborado ainda em 1942, consistia na construção de um prédio maior e mais amplo que o do Liceu de Goiânia, em um terreno de 80.000 m² no bairro da Vila Nova. O Liceu seria transferido para este novo prédio e o I.E.G. tomaria o prédio original do Liceu como sua sede. As obras ficaram apenas nos alicerces durante os anos finais da Interventoria de Pedro Ludovico, que alegava falta de recursos, e permaneceu assim durante grande parte do governo de Coimbra Bueno. Deste modo, a primeira sede do I.E.G. funcionou em um sobrado residencial adaptado, localizado na Rua 04, no Centro de Goiânia. Segundo Bretas (1991, p 583), este prédio possuía quatro salas no andar térreo, ocupadas pela diretoria, secretaria, sala de professores e uma sala de aula pequena. No andar superior havia quatro salas de aula de tamanhos distintos. Em 1955, quando o Secretário da Educação era José Feliciano Ferreira, o I.E.G. foi transferido para outro sobrado adaptado, um pouco maior que o anterior, na Rua 31, ainda no Setor Central. Por fim, a sede definitiva do I.E.G. foi aquele prédio na Vila Nova, cuja obra havia sido abandonada por aproximadamente seis anos. O canteiro encontrava-se parado desde quando Pedro Ludovico (eleito em 1950) havia rompido o convênio construtivo entre o Estado e o INEP, firmado na gestão Coimbra Bueno. O prédio foi finalizado pela metade, em 1956, durante o secretariado de Feliciano Ferreira. Mesmo com dezessete salas, o prédio entregue se distanciava muito do projeto original, idealizado em 1942.

⁷⁰ O Grupo Escolar Henrique Silva foi construído entre 1931 e 1935, e inaugurado no ano de 1936, com o nome de “Grupo Escolar Pedro Ludovico”. Foi a primeira escola pública de atendimento misto (para meninos e meninas) na região. Durante o governo de Jerônimo Coimbra Bueno, por motivos políticos, o grupo escolar teve seu nome alterado em homenagem ao militar e escritor bonfinense, que havia falecido em 1935. O prédio que aparece na Imagem 28, na qual é possível ler as inscrições “Grupo Escolar Henrique Silva” e logo abaixo “Ginásio Estadual de Campinas”, já não existe mais naquela configuração. Era situado na Avenida Minas Gerais, próximo à pioneira instituição de ensino de Campinas, o Colégio Santa Clara, com o qual compartilhou alguns membros do corpo docente em seus anos iniciais (ORTÊNCIO, 2011: p. 102). No mesmo endereço, em 1968, foi fundado, a partir da Lei Estadual nº 7180, de 12 de novembro (Imagem 50) o Colégio Estadual Presidente Castelo Branco. Foi no pátio e dependências do Grupo Escolar Henrique Silva que ocorreu a cerimônia solene de instalação do Ginásio Estadual de Campinas, no dia 15 de abril de 1950 (ver ata que registra a cerimônia de instalação no Anexo F).

escola, especialmente em comparação com as estruturas vistas nas instituições de ensino de nível secundário às quais os anseios da população de Campinas remetiam (*Imagem 28*).

Imagem 28 - Fachada do Grupo Escolar Henrique Silva e Ginásio Estadual de Campinas



Fonte: Arquivo da Secretaria do CEPI Professor Pedro Gomes (sem data/ sem registro de autoria)

Enquanto a nova sede do Liceu, em Goiânia, funcionava em um prédio com dois pavimentos, em um terreno amplo, apto a receber novas dependências e equipamentos pedagógicos, como a quadra e o auditório - que foram construídos posteriormente à inauguração - o Grupo Escolar Henrique Silva era uma construção térrea, que se encontrava “espremida” entre residências de porte semelhante.

O Ginásio Estadual de Campinas funcionou, inicialmente, ocupando apenas duas salas daquela estrutura. No primeiro ano, o Ginásio contou com apenas duas turmas de estudantes: uma turma de primeira e uma turma de segunda série do Curso Ginasial⁷¹. Esta situação

⁷¹ A “Lei Orgânica do Ensino Secundário” (Decreto-Lei nº 4244, de 9 de abril de 1942), vigente até 1975, dividia o ensino secundário no Brasil em dois ciclos: o Curso Ginasial, que durava quatro anos, e os cursos Clássico e Científico, que duravam três anos, devendo ser cursados simultaneamente, a depender a disponibilidade de vagas e de oferta no colégio. Traçando um paralelo com as etapas atuais, o Curso Ginasial seria equivalente à segunda fase do Ensino Fundamental, enquanto os cursos Clássico e Científico eram equivalentes ao atual Ensino Médio. De acordo com o texto da lei, o que diferenciava um Ginásio de um Colégio era justamente a oferta dos cursos Clássico e/ ou Científico pelo segundo tipo de instituição. O Artigo 5º do Capítulo III intitulado “Dos tipos de estabelecimento de estabelecimentos de Ensino Secundário”, estabelecia o seguinte: “Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário: o ginásio e o colégio. § 1º Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo; § 2º Colégio será o estabelecimento de ensino

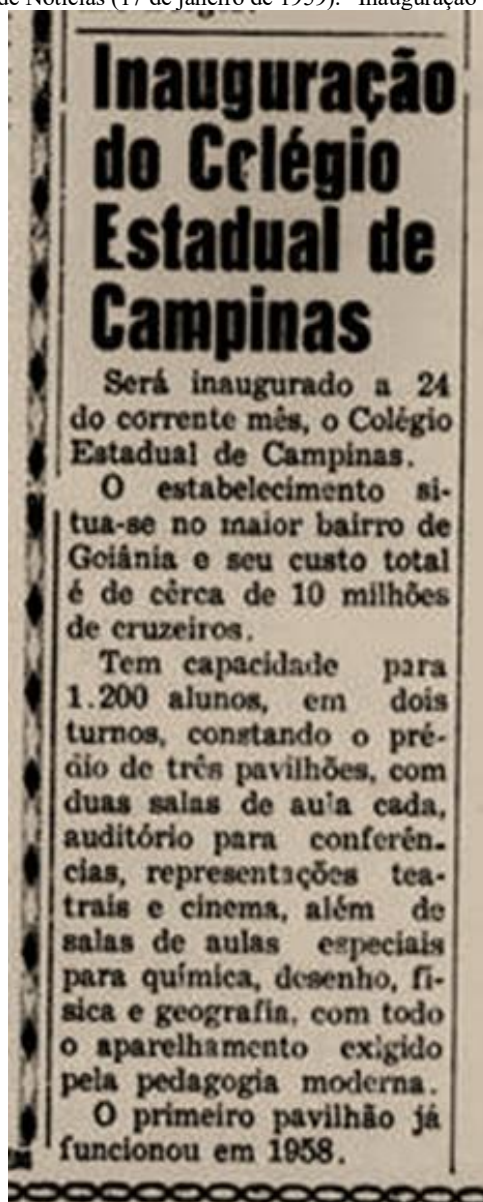
perdurou até que o prédio definitivo tivesse condições para receber os estudantes já matriculados na antiga sede e abrir novas turmas para outros interessados. Estas circunstâncias foram parcialmente concretizadas em 1959 e concluídas apenas no início do ano letivo de 1960.

O noticiário local mostra que, entre a população de Campinas, o ano de 1959 foi significativamente marcado pelo anúncio da transferência da sede da escola para seu novo prédio. Este fato foi anunciado pelo Jornal de Notícias (*Imagem 29*) como uma nova inauguração da instituição, que já existia como ginásio, não como colégio, desde 1950, confinada nas dependências do Grupo Escolar Henrique Silva.

Se considerarmos que, ao mudar de prédio, o Ginásio Estadual de Campinas teve seu status alterado para colégio, de fato, a interpretação do veículo de imprensa não foi mero sensacionalismo, quando assim registrou: “Será inaugurado, a 24 do corrente mês, o Colégio Estadual de Campinas”. A notícia transmite a ideia de que a “inauguração” oficializa a completude das obras previstas, uma vez que é informado que a escola já vinha funcionando, desde 1958, apenas com um pavilhão.

secundário destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, um dos dois cursos de segundo ciclo, ou ambos. (Decreto-Lei nº 4244 de 9 de abril de 1942, Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm#)

Imagem 29 – Recorte do Jornal de Notícias (17 de janeiro de 1959): “Inauguração do Colégio Estadual de Campinas”



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Ao listar um farto número de dependências internas cujas funções lhes conferiam características de modernos recursos didático-pedagógicos, a notícia evoca, explicitamente, o ideal de modernidade e alude à suposta grandiosidade das instalações, mencionando os custos envolvidos e a nova capacidade para receber alunos: “Tem capacidade para 1200 alunos, em dois turnos, constado o prédio de três pavilhões com duas salas de aula cada, auditório para conferências, representações teatrais e cinema, além de salas de aula especiais [...] com todo o aparelhamento exigido pela pedagogia moderna”. Seguindo o costumeiro tom “bairrista”, o jornal associa esses elementos superlativos à importância atribuída ao próprio bairro de Campinas: “O estabelecimento situa-se no maior bairro de Goiânia”. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 17 de janeiro de 1959).

Sem dúvidas, a cobertura mais intensa e constante a respeito da eventual inauguração do novo prédio com Colégio Estadual de Campinas foi feita pelo jornal Diário da Tarde. Comprometido com a exaltação da gestão de José Ludovico de Almeida, o periódico goianiense se dedicou a publicar notas regulares sobre o assunto, desde que as obras tiveram início. Uma nota publicada no dia 31 de outubro de 1958 (*Imagem 30*), chama atenção pela linguagem elogiosa ao governador e à obra, além de, visivelmente, cumprir o papel de alimentar expectativas positivas entre seus leitores: “o moderno estabelecimento, construído sob as mais recentes normas de arquitetura, deverá comportar 1800 alunos e será um dos maiores educandários de Goiás”. (DIÁRIO DA TARDE, 31 DE OUTUBRO DE 1958).

O jornal buscou arrematar a “nota informativa” adotando um tom que remete ao trabalho realizado pelo jornalismo que presta assessoria de imprensa a entidades governamentais: “a construção do Colégio Estadual de Campinas constitui uma das numerosas iniciativas do governo do Sr. José Ludovico de Almeida, pródigo de grandes empreendimentos em benefício do povo” (DIÁRIO DA TARDE, 31 DE OUTUBRO DE 1958).

Na publicação, ainda foi dado espaço às palavras do Secretário da Educação do período final do governo Juca Ludovico, Wilson Lourenço Dias, que informou que o “vultuoso empreendimento do atual governo” seria concluído e inaugurado no próximo mês de dezembro, constituindo-se em “um motivo de orgulho para a população de Campinas”. Como este fato não se consumou até o final do mês anunciado, a cada nova publicação a respeito, o jornal era obrigado a apresentar uma nova data em perspectiva.

Imagem 30 - Recorte do Diário da Tarde (31 de outubro de 1958): "Colégio Estadual de Campinas será inaugurado em dezembro".



Fonte: Arquivo Histórico Estadual (Reprodução fotográfica: Vinícius Felipe Leal Machado)

Neste mesmo veículo de comunicação, encontramos a única fotografia, que foi localizada no âmbito desta pesquisa, do prédio do colégio ainda em construção, antes de sua inauguração oficial (**Imagem 31**). A fotografia ilustrava uma matéria intitulada "Prédios públicos em fase de conclusão" (reprodução da página completa do documento no Anexo I), que destacava obras que o governo de José Ludovico conduziu e que, segundo anunciavam, se encontravam em fase de finalização em dezembro de 1958. O que se vê, no entanto, é uma construção muito distante de sua versão final prevista. Mais do que isso, é possível concluir que a imagem apresenta um conjunto de elementos que mais a aproximam da descrição de um canteiro de obras (vigas, maquinário, operários da construção civil) do que de uma escola prestes a receber estudantes e profissionais.

Imagem 31 - Recorte do Diário da Tarde (24 de dezembro de 1958): "aspecto do Ginásio de Campinas em fase final de construção"



Aspecto do Ginásio de Campinas, em fase final de construção. Inúmeros operários trabalham num dos mais modernos e bem equipados centro de ensino de Goiás. Comportará mais de mil alunos, em três turnos. O prédio compor-se-á de dois pavimentos. Anápolis e Campinas, neste período governamental, foram dotados dos mais amplos e modernos prédios escolares, condizentes com o índice de crescimento de suas populações.

A análise deste documento se enriquece sobremaneira, quando associada à apreciação dos relatos prestados por Lígia Rebelo, aos 80 anos, e pela ex-aluna da instituição e professora, Dora Veronez, ao jornalista Wagner Rolim, que escreveu, no Jornal O Popular do dia 31 de outubro de 1997, matéria alusiva às comemorações de 50 anos no Colégio Pedro Gomes, no celebrado “Jubileu de Ouro do CEPPG” (ver Anexo J).

Na publicação, Dora Veronez, na época com 66 anos, registrou suas memórias acerca do que presenciou na época da construção do novo prédio, quando ia às aulas a pé, junto com os colegas da vizinhança: “Íamos correndo, chutando pedras e comendo gabirola [...] O colégio era como a alma de Campinas e por puro bairrismo foi chamado, durante algum tempo, de Liceu de Campinas”. (O POPULAR, 31 DE OUTUBRO DE 1997).

Apesar de todo esse apego, que parece ser oriundo justamente da grandiosidade do colégio, instalado em uma comunidade pouco habituada a quaisquer traços de opulência, a marca maior de seu relato é a simplicidade do ambiente. Para complementar a análise, em que apontamos para a patente inadequação inicial das instalações do novo prédio e sua ocupação antes do momento correto, Lígia Rebelo deixou registrado:

A mudança de nome para Colégio Estadual Professor Pedro Gomes só foi oficializada em 1961, quando alunos, professores e funcionários já haviam invadido o novo prédio na Vila Abajá. A construção estava pronta, mas faltavam os quadros negros, as carteiras e a autorização do governo para a mudança. As aulas eram com alunos sentados no chão e os professores de pé. (O POPULAR, 31 DE OUTUBRO DE 1997)

Ao final da década de 1950, não foi só o Jornal de Notícias - veículo campineiro que, nos anos seguintes, se habituaria a abrir espaço em suas edições para a cobertura e divulgação de fatos ligados ao colégio – e o Diário da Tarde, publicação abertamente governista-pessedista, que noticiaram o funcionamento do novo prédio em Campinas.

A edição do dia 29 de abril de 1959 do Jornal Folha de Goiaz (*Imagem 32*), publicação vinculada ao “Grupo Diários Associados” que, na época, detinha grande tiragem e largo alcance entre a população da capital, registrou, não a inauguração, mas o funcionamento das novas instalações do colégio. A forma como isto foi feito denota uma abordagem protocolar do assunto, evitando quaisquer adjetivações laudatórias que insinuassem comprometimento político. O texto da nota concedeu ênfase à descrição da estrutura física, edificada sobre os modernos “pilotis”, além de citar o valor investido no mobiliário (“Um milhão de Cruzeiros”) e o quantitativo de estudantes matriculados (“800”).

Imagem 32 - Recorte do Jornal Folha de Goiaz (29 de abril de 1959): "Colégio Estadual de Campinas em novas instalações".



Fonte: Arquivo Histórico Estadual (Reprodução fotográfica: Vinícius Felipe Leal Machado)

No dia 21 de janeiro, um fato noticiado movimentou a sociedade goianiense e avolumou as expectativas em Campinas: a visita do presidente Juscelino Kubitschek à cidade (**Imagem 33**). Estava previsto que JK viria a Goiânia para ser agraciado com o título de “Cidadão Goiano”. Juscelino tinha especial interesse em se posicionar politicamente no cenário eleitoral goiano. Suas intenções se revelaram quando concorreu e foi eleito senador por Goiás, pelo PSD, nas eleições parlamentares realizadas em 4 de junho de 1961.

Aproveitando a ilustre presença, o governador José Ludovico de Almeida - que estava na iminência de encerrar seu mandato e entregar o governo estadual para José Feliciano

Ferreira, seu antigo Secretário da Educação - deflagrou uma série de eventos políticos com grande apelo popular: cerimônias de inauguração.

Na passagem por Goiás, nos dias 24 (sábado) e 25 (domingo) de janeiro de 1959, foi anunciado que o presidente participaria de uma série de visitas a obras estatais e participaria da inauguração simbólica de vários dispositivos de saúde, segurança, infraestrutura e educação. Isto gerou a expectativa de que JK pudesse visitar o Colégio Estadual de Campinas, cuja inauguração já havia sido anunciada dias antes. Isto não ocorreu, pois o presidente retornou a Brasília ainda no sábado, ao final do dia, depois de um dia cheio de compromissos com seus correligionários locais.

Em Goiás, seu único compromisso no interior do Estado havia sido a participação na inauguração da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, localizada na divisa entre os estados de Goiás e Minas Gerais, no curso do Rio Paranaíba. Hidrelétricas, assim como estradas eram um grande símbolo desenvolvimentista, especialmente consagrados durante o governo de JK. Depois disso, sua presença em Goiânia, prestigiou os eventos de inauguração de um sanatório e uma penitenciária, ambos denominados com seu nome⁷².

⁷² Abordamos, em análise, o simbolismo político que envolve o uso de nomes próprios neste tipo de “homenagem pública”, no último capítulo deste trabalho.

Imagem 33 - Jornal de Notícias (21 de janeiro de 1959): "Visita do presidente [JK] e inaugurações" em Goiânia



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Apesar da ausência do Presidente da República, no dia seguinte uma comitiva de políticos percorreu vários pontos de interesse para realizar atos inaugurais pela cidade, alguns deles com grande valor simbólico para a comunidade de Campinas, como o trecho que estendia a Estrada de Ferro Goiás, ligando Goiânia a Campinas. Era a realização de um anseio ancestral dos moradores mais antigos, cujos efeitos práticos podem ser considerados decepcionantes, devido ao progressivo declínio da importância socioeconômica que foi amargado pela ferrovia, renunciado naquele momento, e aprofundado nos anos seguintes. Outras inaugurações, por outro lado, possuíam um valor prático mais efetivo, como a Estação de Tratamento de Água de Campinas. O fato é que havia, naquele momento, um claro esforço para se construir a sensação coletiva de que muito estava sendo feito, em relação ao desenvolvimento do bairro.

Naquela mesma manhã, as autoridades ainda estiveram no “Colégio Estadual de Campinas”, participando, rapidamente, de uma cerimônia pública. Apesar de não ter sido possível identificar nominalmente cada uma das figuras presentes, devido à insuficiência de elementos descritivos diretos ou indiciários, a única foto que supostamente registrou este evento serve ao nosso propósito analítico (*Imagem 34*). O documento em questão, encontrado nos arquivos da escola, possui sérias avarias ocasionadas pelo tempo e pelas condições inadequadas

de armazenamento presenciadas, conforme pode-se constatar na reprodução a seguir. Nele, não consta nenhuma referência à autoria e a única informação adicional identificada em seu corpo é uma inscrição manuscrita, a lápis, no anverso com os dizeres “jan. 59”.

Imagem 34 - Autoridades presenciam apresentação durante a "Inauguração" do Colégio Estadual de Campinas (data provável: janeiro de 1959)



Fonte: Arquivo do CEPI Professor Pedro Gomes / Digitalização: Vinícius Felipe Leal Machado

Na fotografia, podemos observar um grupo de homens com trajes formais em primeiro plano. Provavelmente⁷³, os dois homens ao centro eram os Secretário Estadual da Educação em janeiro de 1959, Wilson Lourenço Dias (de óculos), e o Secretário de Estado de Viação e Obras Públicas, Agenor Diamantino. Pela central posição do grupo no enquadramento da foto, supõe-se que a intenção do fotógrafo, ao retratar a cena, era, efetivamente, registrar aquelas presenças, como forma de prestigiá-las.

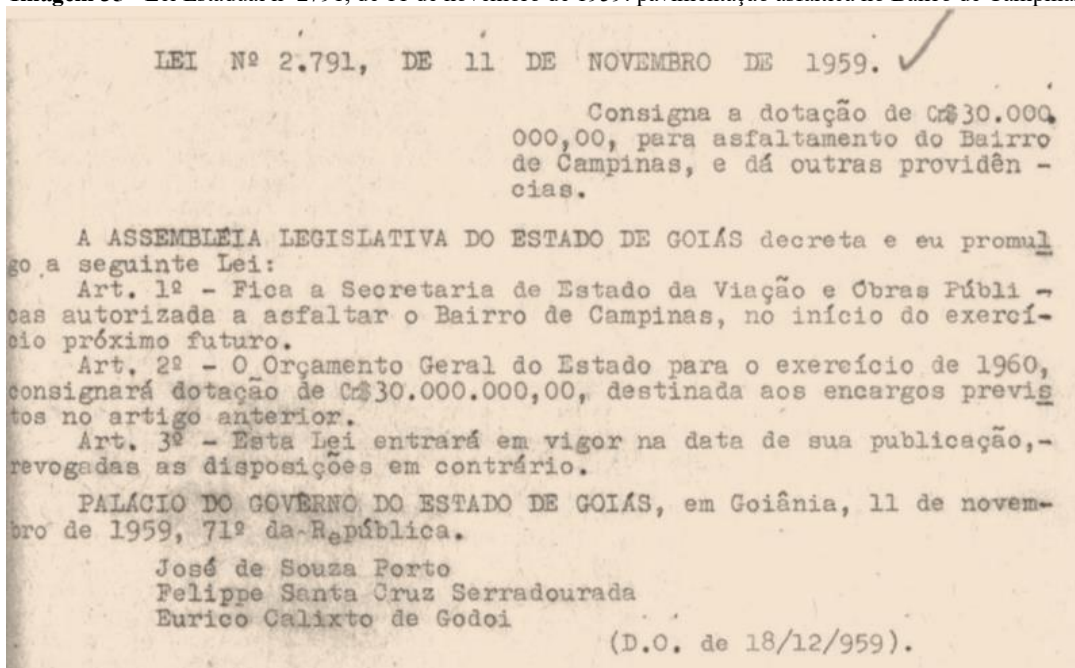
Nota-se que um dos homens utilizava vestes sociais eclesiásticas. Trata-se do Padre Nelson Geraldo Antonino, pároco da Igreja Matriz de Campinas durante a década de 1960, sede da histórica Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Foi comum, entre os registros fotográficos e menções escritas encontradas - ligados aos grandes eventos vinculados ao Colégio Pedro

⁷³ Para fins de confirmação, foram realizadas comparações com outras fotografias, obtidas em fontes diversas, dos sujeitos identificados.

Gomes - datados até a década de 1960, a presença de representantes da Igreja Católica. Este fato denota a grande relevância político-cultural gozada pela instituição naquele contexto e sugere a existência de vínculos institucionais e/ ou pessoais entre representantes da escola, Estado e da Igreja, bem como sua forte influência sobre a comunidade local. É possível, ainda, através da foto, ter um vislumbre de alguns elementos da estrutura do colégio (aparentemente estavam na parte coberta do pátio interno). Podemos, também, perceber a presença de pessoas da comunidade, entre as quais, observam-se jovens e crianças. Segundo o Jornal de Notícias, os atos inaugurais ocorridos naquele contexto consistiram na observação das dependências, e na exposição de falas explicativas sobre “custos, capacidade, importância econômica e social” de cada obra. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 21 de janeiro de 1959).

Nota-se que os esforços para “levar o progresso a Campinas” continuaram sendo explorados como uma relevante ferramenta política também para o sucessor de Juca Ludovico. O ano de 1959 foi realmente prolífico nesse sentido. Como em um pacote de melhorias, o governo promoveu a liberação de verbas destinadas à melhoria da infraestrutura do bairro, a começar pelo asfaltamento das ruas de terra que ainda existiam nas regiões mais centralizadas da região, que compreendiam as cercanias da Praça Joaquim Lúcio e da Igreja Matriz, irradiando-se para as diversas vilas que se formaram em volta do bairro. Através da Lei nº 2791 de 11 de novembro de 1959 (*Imagem 35*), publicada no Diário Oficial de 18 de dezembro daquele ano, o governo gerou expectativas de que as obras se iniciariam no começo de 1960, já que era do interesse do governador José Feliciano preparar o terreno para sua sucessão nas eleições de 03 de outubro. O terreno onde se situavam as obras da nova sede do colégio, situado exatamente nos limites entre Campinas e a Vila Abajá, seria um dos beneficiados.

Imagem 35 - Lei Estadual nº 2791, de 11 de novembro de 1959: pavimentação asfáltica no Bairro de Campinas



Fonte: Casa Civil do Governo do Estado de Goiás

Este contexto de exacerbação midiática das ações da máquina estatal na região de Campinas, associado ao sempre presente discurso de progresso, colocava a diretora do colégio, que era visto como uma das principais obras conduzidas na região, em evidência. Por isso, o acompanhamento das negociações para aquisição do terreno, a supervisão da execução das etapas da obra e o processo de transferência dos equipamentos do ginásio para o colégio foram responsabilidades desempenhadas com grande interesse por Lígia Rebelo, que presidiu a comissão encarregada dos assuntos relativos à implantação da nova sede.

Não foi por acaso, portanto, que o Diário da Tarde de 28 de janeiro de 1959 (*Imagem 36*) dedicou grande espaço às palavras proferidas pela diretora em seu discurso, conduzido durante as solenidades políticas do dia 24 de janeiro. A diretora falou diante das autoridades e membros da comunidade, demonstrando grande habilidade em oratória e afiado entendimento do jogo político. Nos destaques de sua fala, fornecidos pelo jornal, a diretora elogiou assertivamente os esforços das figuras presentes e demais envolvidos no processo, com atenção especial ao governador anterior, José Ludovico e ao que acabava de assumir, José Feliciano: “Honestidade, trabalho, civilização e progresso são fatos que sintetizam a história goiana. São palavras que evocam dois vultos dignos de referência. Dois homens, Dr. José Ludovico de Almeida e Dr. José Feliciano Ferreira, construtores do Colégio Estadual de Campinas” (DIÁRIO DA TARDE, 28 DE JANEIRO DE 1959).

Imagem 36 - Recorte do Diário da Tarde (28 de janeiro de 1959): Inaugurado solenemente o Colégio Estadual de Campinas (texto com reprodução de trechos do discurso de Lígia Rebelo)

Inaugurado, Solenemente, o Colégio Estadual de Campinas

Dizendo que "do acendrado amor ao trabalho é que se chega ao triunfo" a professora Lígia Coelho Rabelo saudou o Governador do Estado, às 8,30 horas, quando da inauguração do Colégio Estadual de Campinas.

Em sua brilhante alocução que publicaremos na íntegra em nossa próxima edição, a diretoria daquele educandário frisou:

"— Honestidade, trabalho, civilização e progresso são fatos que sintetizam a história goiana. São palavras que evocam dois vultos dignos de referência. Dois homens: Dr. José Ludovico de Almeida e dr. José Feliciano Ferreira, construtores do Colégio Estadual de Campinas".

Mais adiante acrescentou a prof. Lígia Maria Coelho Rabelo: "A cada geração o seu destino. Somos nós os felizardos professores de 1959, que vimos abrir as portas deste suntuoso estabelecimento para recebê-lo. V. Exa. vai entrar marchando sobre as pétalas simbólicas da nossa admiração e do nosso entusiasmo. Desde os seus primeiros passos de sua vida pública, sr. Governador, sentimos formar-se e crescer uma sincera e real admiração pelas suas notáveis qualidades de patriotismo, inteligência, espírito cívico, intransigente amor ao nosso torrão natal, integridade sem par.

"As continuas ascensões de V. Exa. na vida pública, o desempenho magistral de todos os mandatos que lhe foram conferidos vieram confirmar e acentuar essa admiração. Foi com convicção que acorremos às urnas para o processo democrático de escolher o mais capaz para nos governar e com redobrado entusiasmo vimos-lo vencedor. Contemplamos, agora, no brilho e no sucesso do seu governo, o acerto dos nossos sentimentos.

AVISO

"BOLSAS PARA CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO DE PROFESSORES PARA SURDOS"

O Secretário de Estado da Educação, Dr. Wilson Lourenço Dias, comunica aos professores normalistas de Goiás que se acha aberta nesta Secretaria, a inscrição para o Curso de Especialização de Professores para Surdos, a realizar-se no Distrito Federal, no corrente ano.

As condições são os seguintes:

- 1º — Ser professor Normalista.
- 2º — Hospedagem e alimentação serão gratuitas com regime de internato.

As candidatas deverão levar um enxoval sóbrio. Terá a duração de 2 anos, sendo obrigatório o uso de uniforme.

As matrículas estarão abertas de janeiro a fevereiro e o início das aulas terá lugar em março próximo.

Outros esclarecimentos na Secretaria de Educação.

Dr. Wilson Lourenço Dias — Secretário de E. da Educação

VISITA AS DEPENDÊNCIAS DO EDUCANDÁRIO

O Governador José Ludovico de Almeida acompanhado de grande número de autoridades, visitou todas as dependências do Educandário, um dos mais modernos da Capital. Após o corte da fita simbólica, falou o sr. Wilson Lourenço Dias, usou da palavra enaltecendo o valor da obra que virá beneficiar grandemente a população estudantil de nossa Capital. Logo após, acompanhado de um cortejo de carros a comitiva governamental rumou para a Estrada Goiânia-Goiás, onde seria procedida a inauguração do trecho asfaltado.

Fonte: Arquivo Histórico Estadual (Reprodução fotográfica: Vinícius Felipe Leal Machado)

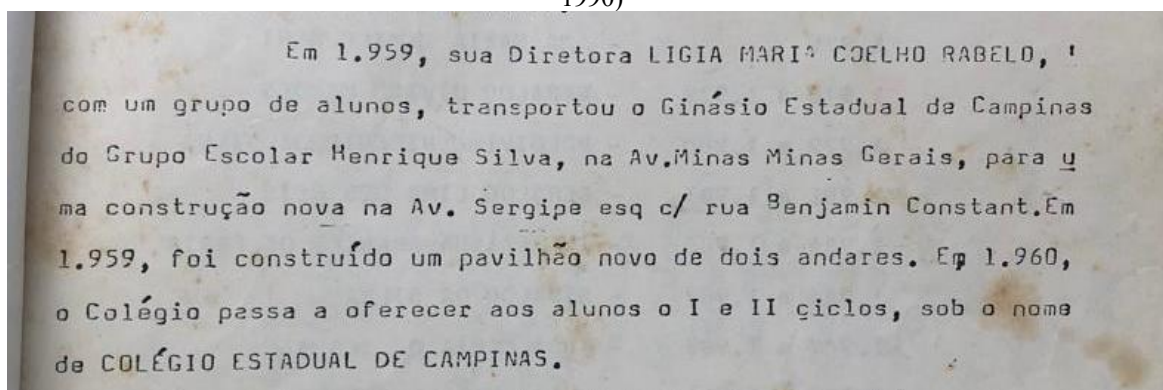
Os aspectos políticos e midiáticos abordados reforçam uma interpretação personalista do envolvimento de Lígia Rebelo neste processo. Soma-se a isto, a constatação de que, nos documentos escolares oriundos da Secretaria do CEPPG, ficou registrado, em reiteradas

oportunidades (em registros produzidos em datas distintas), que o processo de transferência da sede foi a primeira “grande ação orquestrada” pela educadora.

Nestas narrativas, dá-se a entender que a diretora contou com a participação ativa dos alunos e da comunidade para realizar a mudança, ocupando gradativamente as novas dependências, na medida em que os pavilhões iam sendo liberados para uso. O documento institucional “Breve Histórico do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes” (*Imagem 37*) - redigido com considerável distanciamento temporal do fato, em 1990, pela Secretaria do Colégio, por solicitação da diretora Luiza Vaz de Campos - assim registrou o processo de transferência da sede e a expansão coordenada pela antiga diretora:

Em 1959, sua diretora Lígia Maria Coelho Rabelo [sic], com um grupo de alunos, transportou o Ginásio Estadual de Campinas do Grupo Escolar Henrique Silva, na Av. Minas Gerais para uma construção nova na Av. Sergipe esq. c/ rua Benjamin Constant. Em 1959 foi construído um pavilhão novo de dois andares. Em 1960, o Colégio passa o oferecer aos alunos o I e II ciclos, sob o nome de Colégio Estadual de Campinas. (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES, 1990.)

Imagem 37 - Recorte do documento "Breve Histórico do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes" (Goiânia, 1990)

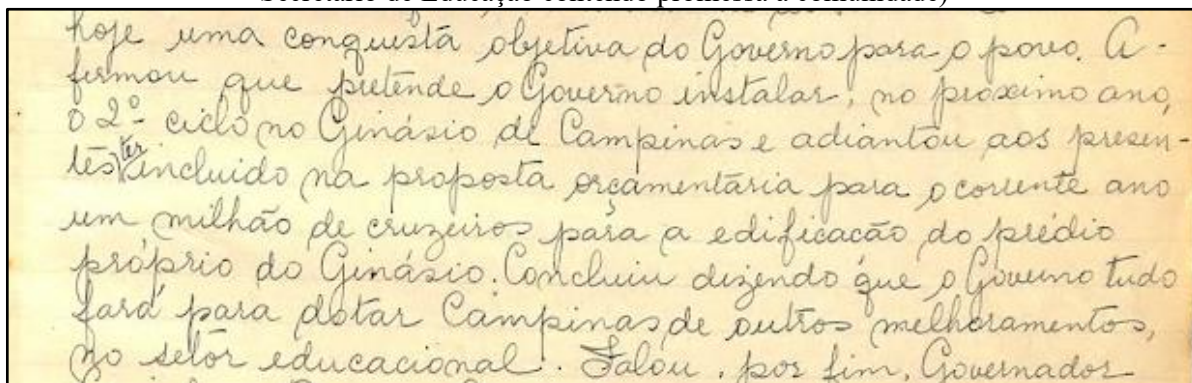


Fonte: Arquivo da Secretaria do CEPI Professor Pedro Gomes / Reprodução fotográfica: Vinícius Felipe Leal Machado

O clima de expectativa, que fazia a comunidade e a imprensa locais voltarem seus olhos, em 1959, para a “verdadeira inauguração”, que a aconteceria somente agora, a partir do funcionamento do novo prédio, está relacionado à grande ansiedade acumulada em decorrência da situação provisória à qual a comunidade escolar estava submetida na sede provisória. A situação estava relacionada com o fato de que, durante a cerimônia de instalação do ginásio, em 15 de abril de 1950, a comunidade havia testemunhado a promessa, feita pelo próprio Secretário de Educação, na presença do governador, de que já no ano seguinte ocorreria a destinação de recursos com a finalidade de expandir e otimizar o atendimento à comunidade. Na ocasião, o Sr. Hélio Seixo de Brito, em fala que precedeu à do próprio governador Coimbra Bueno, conforme consta no registro (*Imagem 38*), afirmou:

Que pretende o Governo instalar, no próximo ano, o segundo ciclo no Ginásio de Campinas e adiantou, aos presentes, ter incluído na proposta orçamentária para o corrente ano um milhão de cruzeiros para a edificação do prédio próprio do ginásio. Concluiu dizendo que o Governo tudo fará para dotar Campinas de outros melhoramentos no setor educacional. (COLÉGIO PEDRO GOMES, ATA DE INSTALAÇÃO DO GINÁSIO E REUNIÕES, 15/04/1950, p. 2)

Imagem 38 – “Ata da Instalação do Ginásio Estadual do Bairro de Campinas” (Recorte da fala do Secretário de Educação contendo promessa à comunidade)



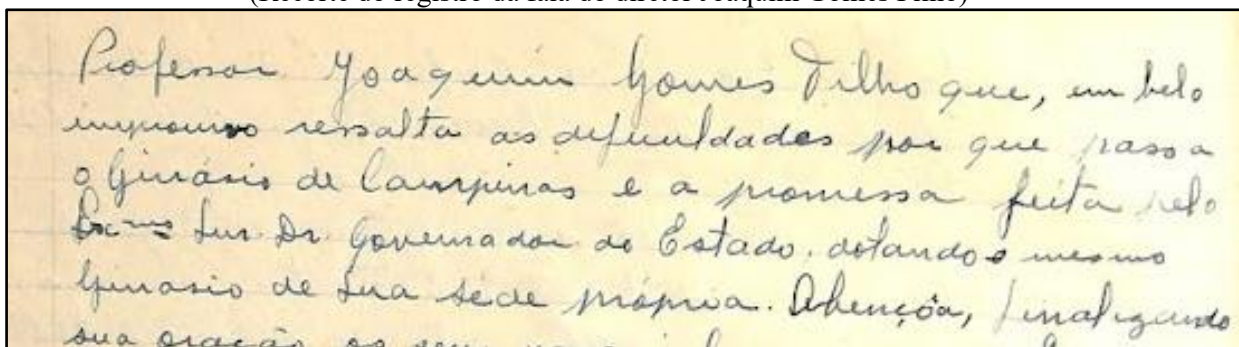
Fonte: Arquivo do Colégio Pedro Gomes/ Reprodução de fotografia de autoria própria.

Por motivos que podem ser considerados legítimos, esta promessa se enraizou como um desejo coletivo que foi expresso, por representantes da comunidade escolar, diante das autoridades, em mais de uma oportunidade. Assim, a cobrança pela sede própria se repetiu nos anos seguintes, tendo como principais porta-vozes professores que tinham a oportunidade de discursar nas solenidades de final de ano. Isto era possível, pois era algo relativamente comum a presença de autoridades políticas nas cerimônias de formatura das turmas de escolas de nível básico, provando que a visibilidade que este tipo de ação proporcionava não podia ser ignorada. Nos primeiros anos, as cerimônias anuais de entrega de certificados de concluintes do ginasial do Ginásio Estadual de Campinas eram realizadas à noite, no Cine Teatro Campinas, com a presença, também, de autoridades religiosas ligadas à Matriz de Campinas, além de estudantes, familiares e convidados.

No documento “Ata da Sessão de Entrega dos Certificados de Conclusão do Curso Ginasial em 1951” (**Imagem 39**), está registrado o teor da fala do então diretor Joaquim Gomes Filho, que discursou na condição de paraninfo da turma de concluintes da segunda a se formar desde a fundação da escola. Na noite de dezembro de 1951, em discurso de improviso, ele falou sobre “as dificuldades por que passa o Ginásio de Campinas e a promessa feita pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, dotando o mesmo ginásio de sua sede própria” (COLÉGIO PEDRO GOMES, “ATA DA SESSÃO DE ENTREGA DOS CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO DE CURSO GINASIAL DE 1951”, 15/12/1951, p. 5).

Além da comunidade local, que compunha a plateia, testemunharam a lembrança da tal promessa (feita pela gestão estadual anterior), os componentes da mesa diretiva da cerimônia, que eram: o representante enviado por Pedro Ludovico Teixeira, governador em exercício, o Cel. Benedito de Albuquerque Melo e Cunha, o Sr. Pedro Viggiano, Diretor de Ensino Secundário da Secretaria Estadual de Educação, representando o também ausente Secretário de Educação, a Sra. Almerinda Magalhães Arantes, Diretora da Divisão de Ensino Primário da Secretaria da Educação, além do Sr. Antônio de Queiroz Barreto, representando o prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges, e o Sr. Justino do Amaral, que compareceu em nome da Câmara de Vereadores.

Imagem 39 - “Ata da Sessão de Entrega dos Certificados de Conclusão do Curso Ginásial em 1951”
(Recorte do registro da fala do diretor Joaquim Gomes Filho)



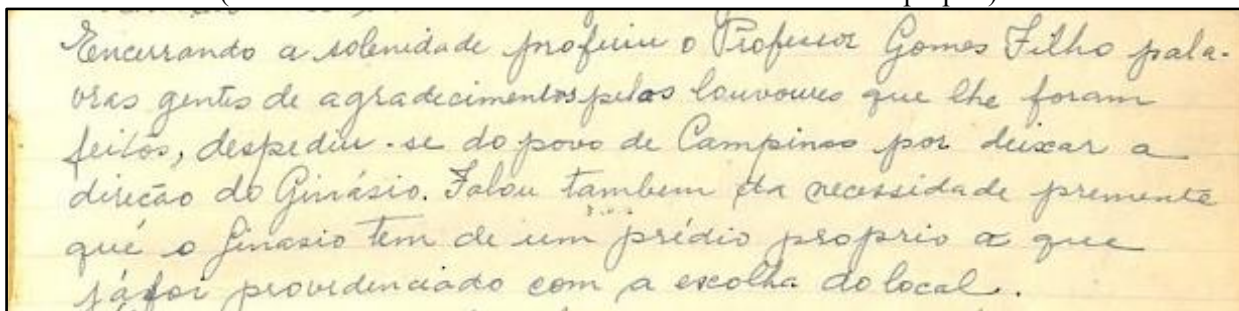
Fonte: Arquivo do Colégio Pedro Gomes/ Reprodução de fotografia de autoria própria.

No ano seguinte, a “Ata da Sessão de Entrega dos Certificados de Conclusão do Curso Ginásial em 1952” (**Imagem 40**) registrou a repetição da demonstração pública da insatisfação de Joaquim Gomes Filho com a situação, seguida, no entanto, de um anúncio que, pelo menos momentaneamente, encheu a comunidade de esperança: o local de construção havia sido, finalmente, providenciado.

Na cerimônia, realizada na noite de 13 de dezembro de 1952, novamente no Cine Teatro Campinas, Gomes Filho havia sido efusivamente homenageado por representantes do corpo discente e por colegas, pois estava deixando a função de diretor, que seria assumida pelo colega, professor Newton Paranhos. Ao final da cerimônia, quando lhe foi conferido o direito à fala, o ex-diretor, mesmo em contexto de despedida “do povo de Campinas”, não se furtou a novamente falar “da necessidade premente que o Ginásio tem de um prédio próprio, ao que já foi providenciado com a escolha do local” (COLÉGIO PEDRO GOMES, “ATA DA SESSÃO DE ENTREGA DOS CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO DE CURSO GINASIAL DE 1952”, 13/12/1952: p. 6). Naquela ocasião, compunham a mesa o representante do governador Pedro Ludovico Teixeira, novamente o Cel. Benedito de Albuquerque Melo e Cunha, também,

novamente, o Sr. Pedro Viggiano, Diretor de Ensino Secundário da Secretaria Estadual de Educação, os professores da própria instituição, Newton Paranhos, Joaquim Gomes Filho e Elizabeth Ribeiro. Entre o grupo, também estava presente o autor da fatídica promessa feita naquela cerimônia de 15 de abril de 1950, o agora deputado Dr. Hélio Seixo de Brito que, por ser da UDN, era opositor ao governador ausente.

Imagem 40 - “Ata da Sessão de Entrega dos Certificados de Conclusão do Curso Ginásial em 1952”
(Recorte do anúncio frustrado da escolha do local da sede própria)

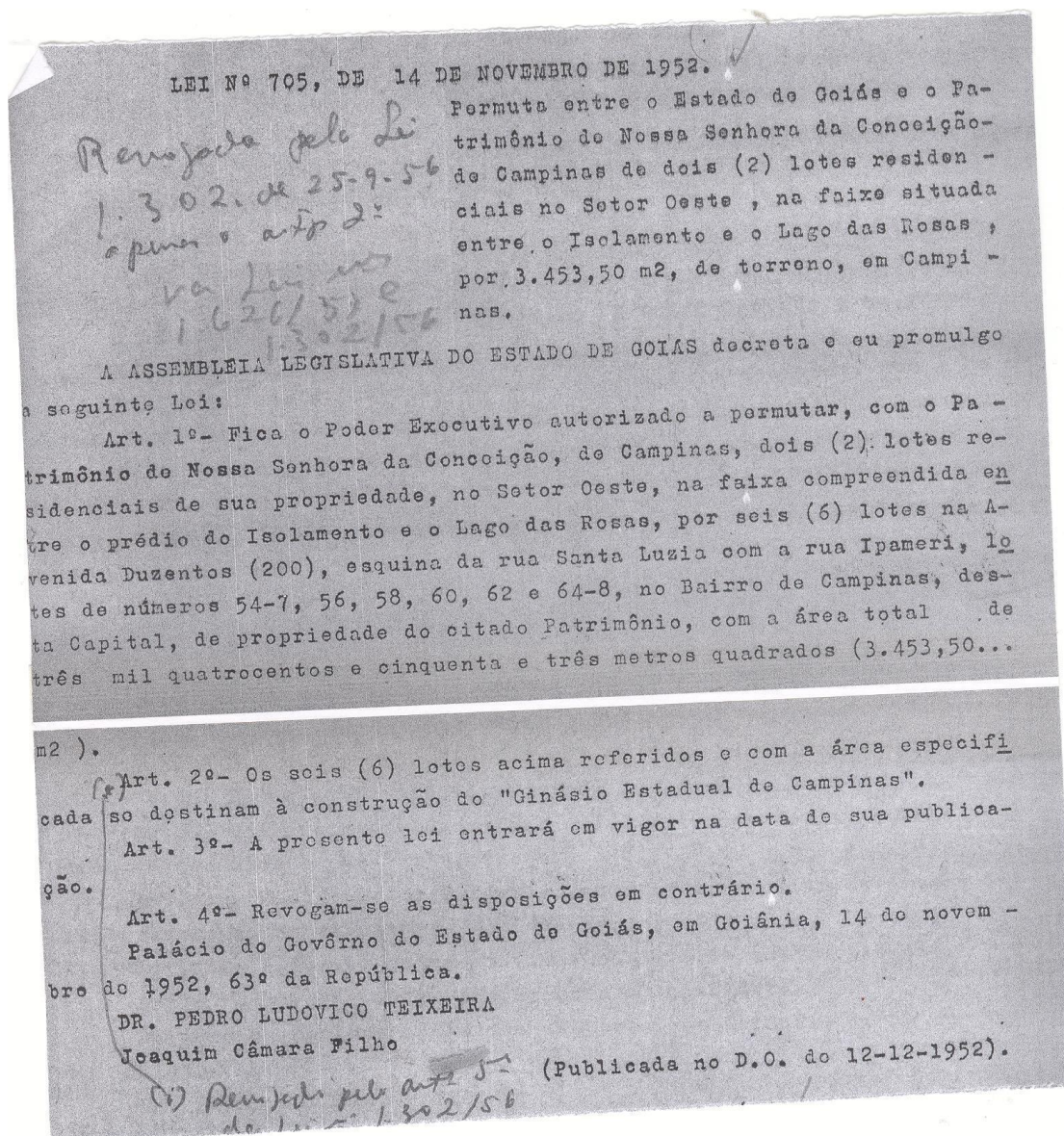


Fonte: Arquivo do Colégio Pedro Gomes/ Reprodução de fotografia de autoria própria.

De fato, o anúncio realizado pelo diretor que deixava o cargo, gerava uma expectativa com base na realidade concreta. Em 1952 o governo do Estado havia sinalizado a intenção de adquirir um terreno para a construção do prédio. A expectativa se deu em torno do texto da Lei nº 705, de 14 de novembro de 1952 (**Imagem 41**), assinada pelo governador Pedro Ludovico Teixeira.

O documento autorizava o poder executivo estadual a realizar permuta de terrenos com a Igreja Católica, especificamente com o Patrimônio de Nossa Senhora da Conceição de Campinas. O terreno, formado por seis lotes, totalizando 3453,50 m², que seria obtido pelo governo, em Campinas, seria destinado, exclusivamente, à construção da sede do Ginásio Estadual de Campinas, de acordo com o Art. 2º do dispositivo legal. Em troca, o governo estadual passaria, para a posse da entidade religiosa, dois lotes no Setor Oeste. Causa estranhamento, no texto do documento, a ausência da metragem dos ditos “lotes residenciais” ofertados pelo governo, bem como a ausência de informações acerca dos valores nos quais os imóveis em negociação foram estariam avaliados. Como foi registrado de forma manuscrita no documento (prática notadamente comum nos documentos de leis antigas digitalizadas pela Casa Civil do Estado de Goiás), para o infortúnio da comunidade escolar do Ginásio de Campinas, a troca não se efetivou e a lei foi revogada pela Lei nº 1302, de 25 de setembro de 1956, quando o governador ainda era José Ludovico de Almeida e Lígia Rebelo conduzia apenas seus primeiros meses à frente da direção da escola.

Imagem 41 - Fac-símile do texto da Lei Estadual nº 705, de 14 de novembro de 1952 (Registro da primeira negociação para aquisição do terreno do Ginásio Estadual de Campinas)



Fonte: Casa Civil do Estado de Goiás. Disponível em <http://www.casacivil.go.gov.br/legisla%C3%A7%C3%B5es-e-atos-oficiais/leisordin%C3%A1rias.html>

Em “História da Instrução Pública em Goiás”, Genesco Bretas chegou a uma conclusão frustrante, quando se pensa na gestão dos “interesses públicos de primeira necessidade”. Ela ajuda a explicar a origem do problema envolvendo a dificuldade do Estado para instalar seus dispositivos voltados à prestação de serviços públicos, após a construção do centro de Goiânia. Sua breve reflexão indica surpresa, ao analisar, especificamente o contexto da década de 1950, com a população da cidade em franca expansão. Justamente, esse foi um momento em que havia a necessidade emergencial de se encontrar não apenas um terreno para o educandário campineiro, mas duas áreas de grande porte na cidade, considerando a premente necessidade de construção de uma sede para o IEG - que também sofria com as consequências da severa

inadequação de sua sede provisória, situada em um sobrado de pequenas dimensões na Rua 4, no Centro. Nas palavras do autor, o espanto com tais circunstâncias encontram certo tom de ironia: “Estranho que pareça, o Estado, que teve toda a terra de Goiânia em suas mãos, agora não tinha lotes, nem áreas maiores para localizar seus próprios serviços.” (BRETAS, 1991, p. 584).

Realmente, a partir da análise dos textos das leis que trataram do tema, percebe-se, justamente, que foi intenso o volume de negociações entre o governo estadual e proprietários particulares, na busca por um terreno que fosse apto a acolher o Ginásio/ Colégio Estadual de Campinas. Novas ações favoráveis nesse sentido ocorreram somente em 1957, quando duas leis dispuseram sobre o assunto, encaminhando-o para seu desfecho.

A lei nº 1502, de 17 de julho de 1957 (*Imagem 42*), explicitava os parâmetros da negociação estabelecida entre o poder público estadual e o Sr. Eduardo Bilemjian (grafado no documento como Bilenjiam). Residente no setor Campinas desde 1935, ele possuía uma loja na Avenida 24 de outubro, chamada Goiânia Foto (ver registro fotográficos e informações no Anexo G). Graças aos registros fotográficos que realizou na época da “construção de Goiânia”, muitos dos quais já constituíram objeto de estudo acadêmico e de interesse jornalístico, é considerado um dos pioneiros da fotografia na nova cidade.

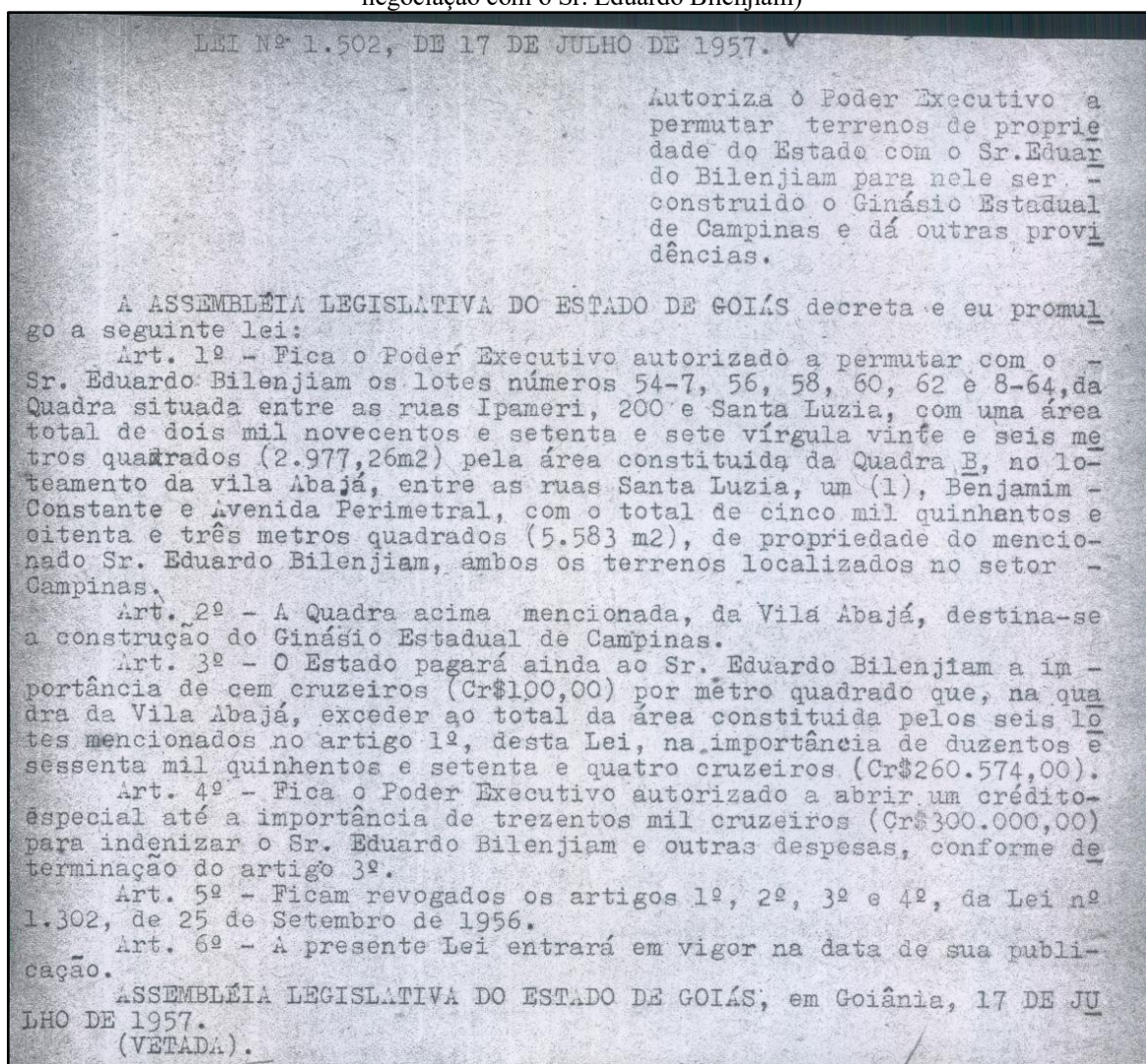
Bilemjian, como citado no documento, era proprietário da área na qual o prédio próprio do Ginásio Estadual de Campinas seria edificado. No rodapé do documento, é possível notar a observação “Vetada”, destacada com letras maiúsculas. Desta forma, a conclusão da negociação ficou suspensa, aguardando resolução posterior.

Na negociação, mais uma vez o governo recorria à troca de terrenos como forma de aquisição, porém, agora como elemento de amortização do montante compensatório que deveria pagar em função da considerável diferença de metragem dos terrenos a serem permutados. A área de interesse do governo foi descrita como “Quadra B”, situada até o então denominado “Loteamento Vila Abajá”, bairro residencial que crescia, anexo a Campinas. A tal quadra era circunscrita entre as ruas Santa Luzia, Rua 1, Benjamin Constant e Avenida Perimetral, sendo composta, em sua totalidade, por 5583 m². Em troca desta área, o Estado ofertava um conjunto de lotes em Campinas, com área total de 2977,26 m², além do pagamento de indenização pecuniária no valor de 260.574,00 Cruzeiros. O valor foi estipulado com base no cálculo de 100 Cruzeiros por metro quadrado excedente dos terrenos do Sr. Bilenjiam em relação à área pública ofertada.

Segundo o disposto no Art. 5º, esta lei revogava a lei imediatamente anterior relativa assunto, a Lei nº 1302, de 25 de setembro de 1956, responsável pela invalidação da negociação

com a Igreja. O caput da lei deixava claro que a finalidade do terreno almejado era a construção do Ginásio Estadual de Campinas. Assinada pela presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, a promulgação da lei sofreu veto, medida comum, durante o período democrático, passível de ocorrer dentro do rito do processo legislativo. Normalmente, a promulgação de leis ordinárias é ato de competência do Chefe do Poder Executivo, assim como o direito ao seu veto. O veto geralmente ocorre quando há algum impasse relativo aos termos da lei ou quando há algum entrave político, jurídico ou financeiro-orçamentário para sua plena execução. Por ocasião do veto, mais uma vez, então, a proposta ficou em estado de espera, aguardando novos trâmites.

Imagem 42 - Fac-símile do texto da Lei Estadual nº 1502, de 17 de julho de 1957 (primeira lei que trata da negociação com o Sr. Eduardo Bilenjiam)

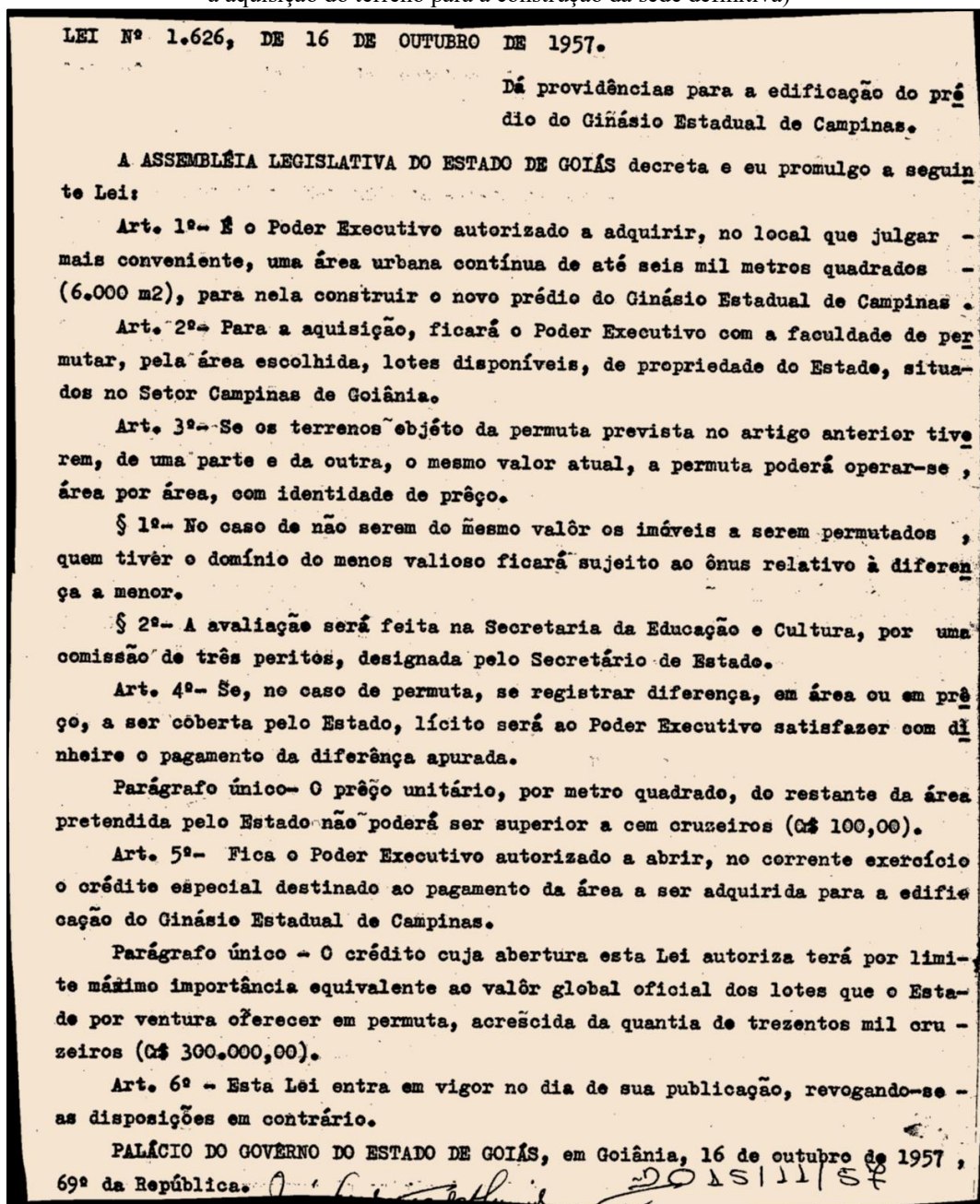


Fonte: Casa Civil do Governo do Estado de Goiás. Disponível em <http://www.casacivil.go.gov.br/legisla%C3%A7%C3%B5es-e-atos-oficiais/leisordin%C3%A1rias.html>. Acesso em 22 de maio de 2019)

O processo de reelaboração do projeto resultou, três meses depois, na Lei nº 1626, de 16 de outubro de 1957 (*Imagem 43*), que detalhava, também ao longo de seis artigos, a forma como o terreno desejado pelo Estado deveria passar ao controle do poder público. Do ponto de vista jurídico, essa normativa se diferenciava da anterior por ter a finalidade de “dar providências para a edificação do prédio do Ginásio Estadual de Campinas” (caput). Desta forma, tratou-se o tema de forma mais abrangente e impessoal, garantindo, assim, a licitude das intenções do agente público ao eliminar a possibilidade de incorrer em favorecimento pessoal de particulares via recurso público.

Foi este o instrumento jurídico responsável por, enfim, legalizar a negociação que se encontrava embargada, desde o veto da lei de 17 de julho. Assim, através dela, os Estado e o senhor Eduardo Bilemjian, fecharam a questão por meio de permuta e indenização, de acordo disposto nos artigos 2º, 3º e 4º. Finalmente era adquirido do terreno no qual o prédio próprio do Ginásio Estadual de Campinas seria construído, na localidade limítrofe entre Campinas e a Vila Abajá, citada na lei anterior, mas suprimida neste texto:

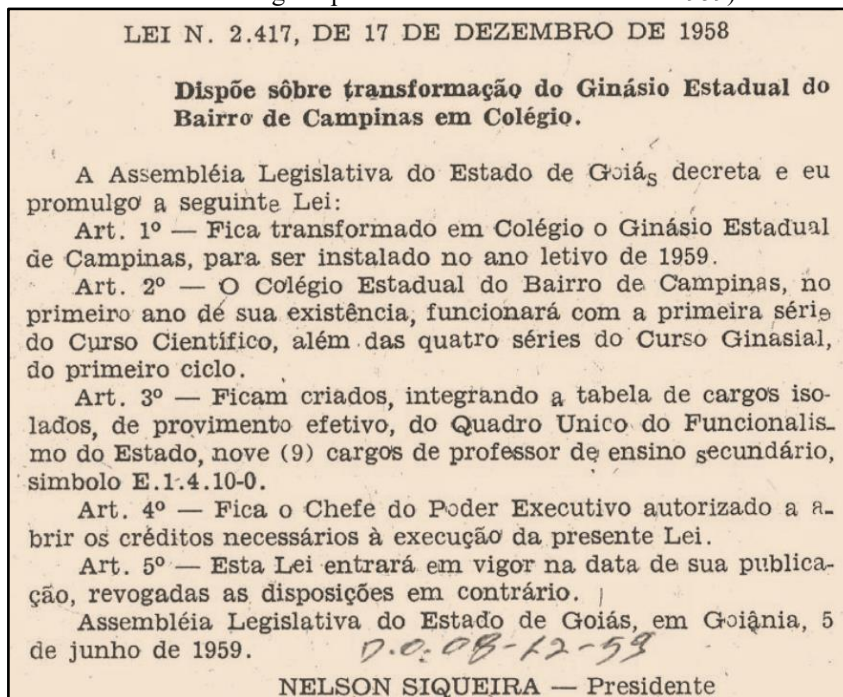
Imagem 43 - Fac-símile do texto da Lei Estadual nº 1626, de 16 de outubro de 1957 (Normativa que formalizou a aquisição do terreno para a construção da sede definitiva)



Fonte: Casa Civil do Governo do Estado de Goiás. Disponível em <http://www.casacivil.go.gov.br/legisla%C3%A7%C3%B5es-e-atosoficiais/leis-ordin%C3%A1rias.html>. Acesso em 22 de maio de 2019

Naturalmente, a publicação da lei, já no terço final de 1957 não representou o imediato início das obras. Por isso, a Lei nº 2417, de 17 de dezembro de 1958 (*Imagem 44*), é considerada o marco definitivo do início do novo processo de expansão da instituição, garantindo a execução do projeto de instalação da nova sede.

Imagem 44 - Fac-símile do texto da Lei Estadual nº 2417, de 17 de dezembro de 1958 (elevação do ginásio ao status de colégio a partir do início do ano letivo de 1959)



Fonte: Casa Civil do Governo do Estado de Goiás. Disponível em <http://www.casacivil.go.gov.br/legisla%C3%A7%C3%B5es-eatos-oficiais/leis-ordin%C3%A1rias.html>. Acesso em 22 de maio de 2019

Assinada pelo Deputado Nelson Siqueira, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, o texto determinava a elevação do Ginásio Estadual de Campinas à condição de colégio. Entretanto, ficava autorizada, a princípio, apenas a abertura de turma da primeira série do nível científico (etapa posterior ao ginásial, que continuaria sendo ofertado à comunidade). A ação é compreendida como normal, do ponto de vista administrativo, uma vez que visava formar a primeira turma do nível científico, no ano letivo de 1959, a partir dos concluintes que se formassem no ginásial no final do ano de 1958. Deste modo, nos anos seguintes, as séries subsequentes seriam implantadas a partir do avanço natural dos estudantes aprovados.

Àquela época, vivia-se o período final do governo de José Ludovico de Almeida, cujo secretário da Educação, José Feliciano Ferreira, seria o sucessor, demonstrando a força política da pasta. O governo José Feliciano renderia bons frutos para a administração de Lígia Rebelo, que àquela altura exerceria o terceiro ano de seu mandato, investido pelo próprio Feliciano e José Ludovico.

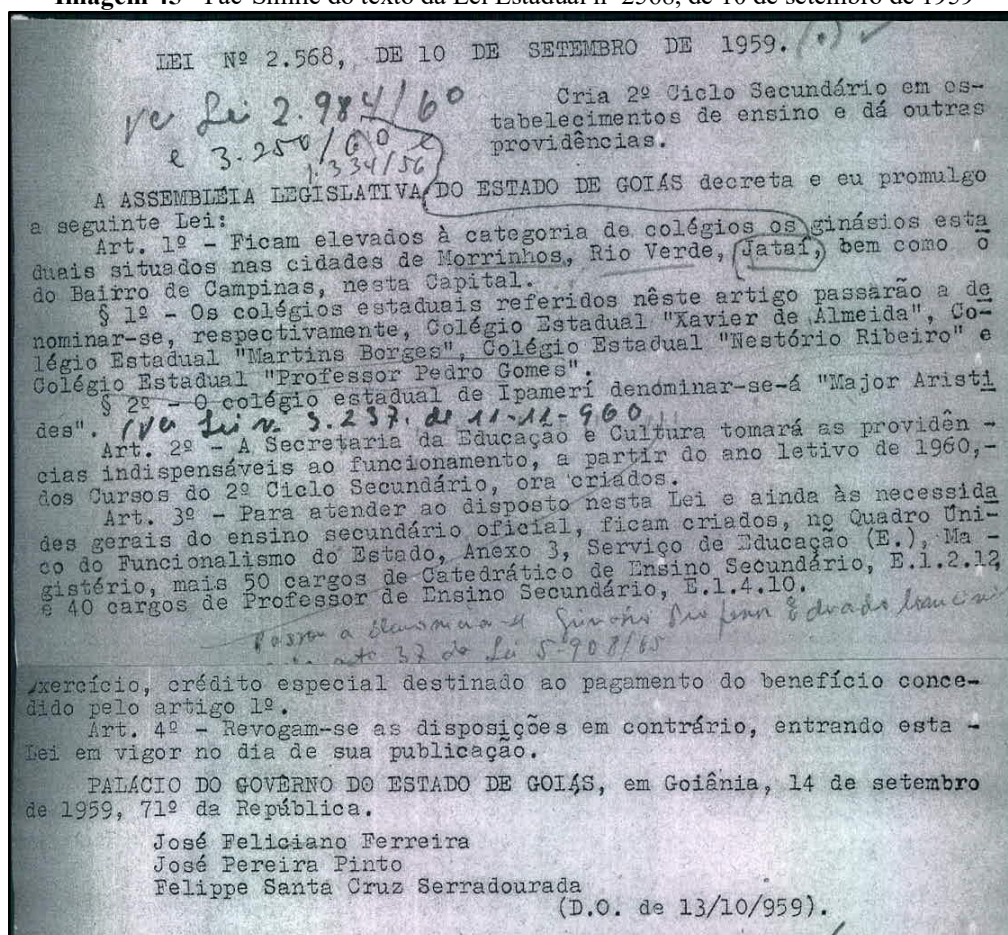
A partir daquele momento, tornava-se imperiosa a liberação do novo prédio, ainda em obras, para a acomodação da nova estrutura prevista. Então, no final do ano seguinte, conforme previsto, o governo José Feliciano não decepcionou as expectativas e promulgou a Lei nº 2568, de 10 de setembro de 1959 (*Imagem 45*), assinada pelo próprio governador, pelo Secretário de

Educação e Cultura José Pereira Pinto e pelo Secretário da Fazenda, Felipe Santa Cruz Serradourada. A lei foi publicada no Diário Oficial do Estado em 13 de outubro de 1959.

O texto é marcante para a história do colégio por dois motivos: por viabilizar mais uma etapa da expansão pretendida, ao determinar a criação do 2º Ciclo Secundário, e por oficializar a adoção do nome Colégio Estadual Pedro Gomes, em acato à sugestão atribuída ao diretor da Divisão de Segundo Grau, professor José Sizenando Jaime, que visava homenagear o folclórico escritor regionalista e ex-professor do Liceu de Goyaz.

O texto promovia as alterações em bloco, determinando a elevação à categoria de colégio, no mesmo dispositivo, “os ginásios estaduais situados nas cidades de Morrinhos, Rio Verde, Jataí, bem como o do bairro de Campinas”, em Goiânia (Art. 1º). O parágrafo primeiro deste artigo descreve os nomes que deveriam ser adotados pelos referidos educandários, promovendo o “rebatismo” das unidades com denominações completamente diferentes das que possuíam enquanto ginásios. Em seu Artigo 2º, a o dispositivo legal instituía o início do ano letivo de 1960 como prazo para que as providências necessárias ao funcionamento destes cursos secundários fossem tomadas pela Secretaria de Educação e Cultura.

Imagem 45 - Fac-Símile do texto da Lei Estadual nº 2568, de 10 de setembro de 1959



Fonte: Casa Civil do Governo do Estado de Goiás

No documento, chama atenção, ainda, a criação de dezenas de cargos de professores, a fim de suprir a nova demanda criada a partir da ampliação do atendimento à população, ocasionada pela abertura das novas turmas (Art. 3º).

Um sintoma da expansão da rede de colégios públicos estaduais foi a crescente demanda por valorização salarial, emergente entre os trabalhadores da área da educação, especialmente entre os docentes. Muitos deles, há anos, atuavam na condição de substitutos, e não recebiam regularmente. Na condição de diretora, Lígia Rebelo precisou lidar com frustrações relativas a esta questão no interior de sua equipe. No documento “Ata da Reunião da Congregação dos Professores do Colégio Estadual Prof. Pedro Gomes do Bairro de Campinas” (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES, 30 de setembro de 1961); (*Imagens 46 e 47*), percebe-se que Lígia Rebelo ouve as insatisfações dos colegas, mas tenta ponderar, invocando princípios de cidadania e patriotismo que remetem à responsabilidade do educador sobre a construção do futuro do país:

Houve alegação de alguns professores sobre a parte financeira; mal remuneração do professor, e como consequência lacunas sobrevêm com o acúmulo de aulas que deve dar o professor para sobreviver. A direção compreende que o idealismo sobrepujar o meio de vida é coisa indiscutível, principalmente nos dias atuais, com a predominância das dificuldades ocasionadas pelo custo de vida, mas que o educador não pode deixar de considerar a situação do estudante, que é o responsável amanhã, pelos destinos da pátria. (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES, 30 de setembro de 1961)

Imagem 46 - Ata da Reunião da Congregação dos Professores do Colégio Estadual Prof. Pedro Gomes (Recorte, p. 63, 1961)

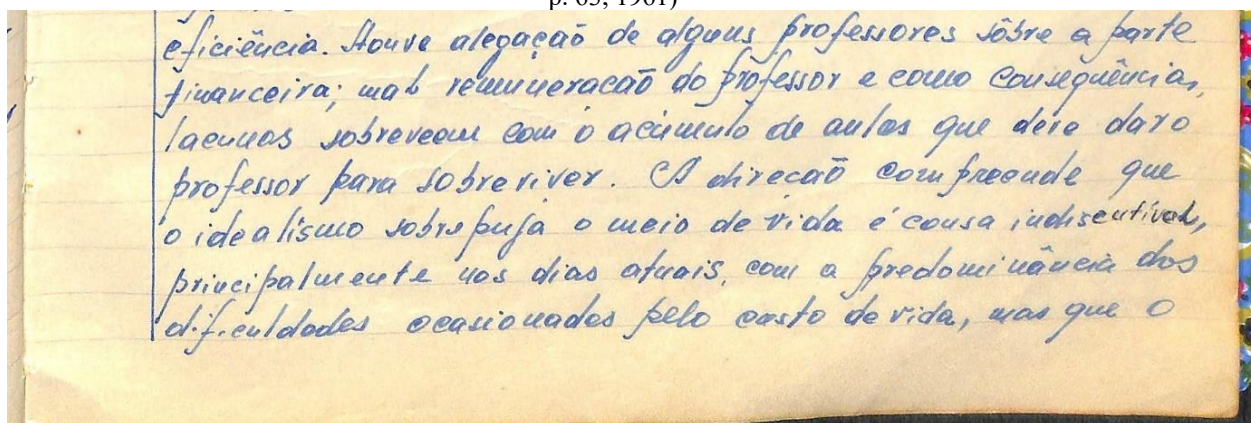
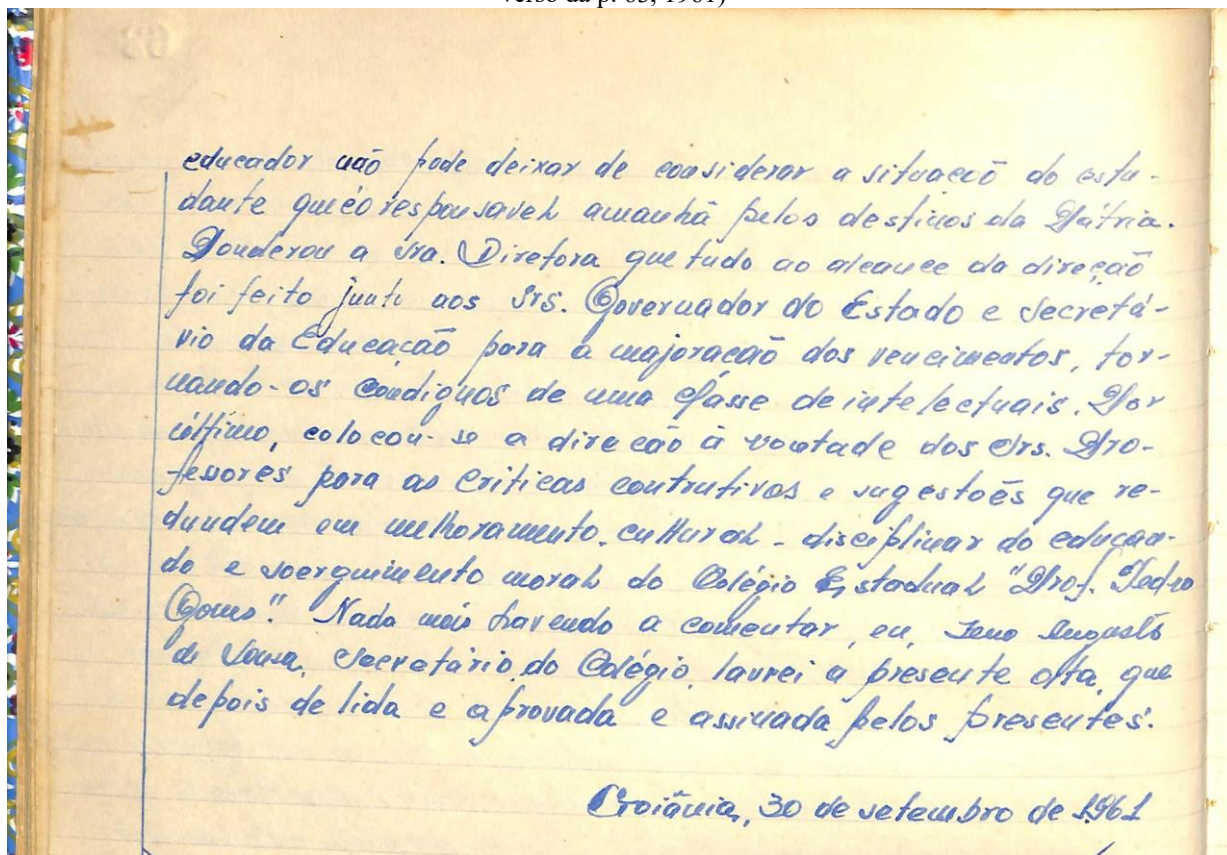


Imagem 47 - Ata da Reunião da Congregação dos Professores do Colégio Estadual Prof. Pedro Gomes (Recorte, verso da p. 63, 1961)



Na ocasião, ficou registrada a postura firme, mas diplomática de Lígia Rebelo, que se colocou como mediadora entre as demandas apresentadas e as limitações impostas pela desgastante dinâmica de negociação com os gestores políticos:

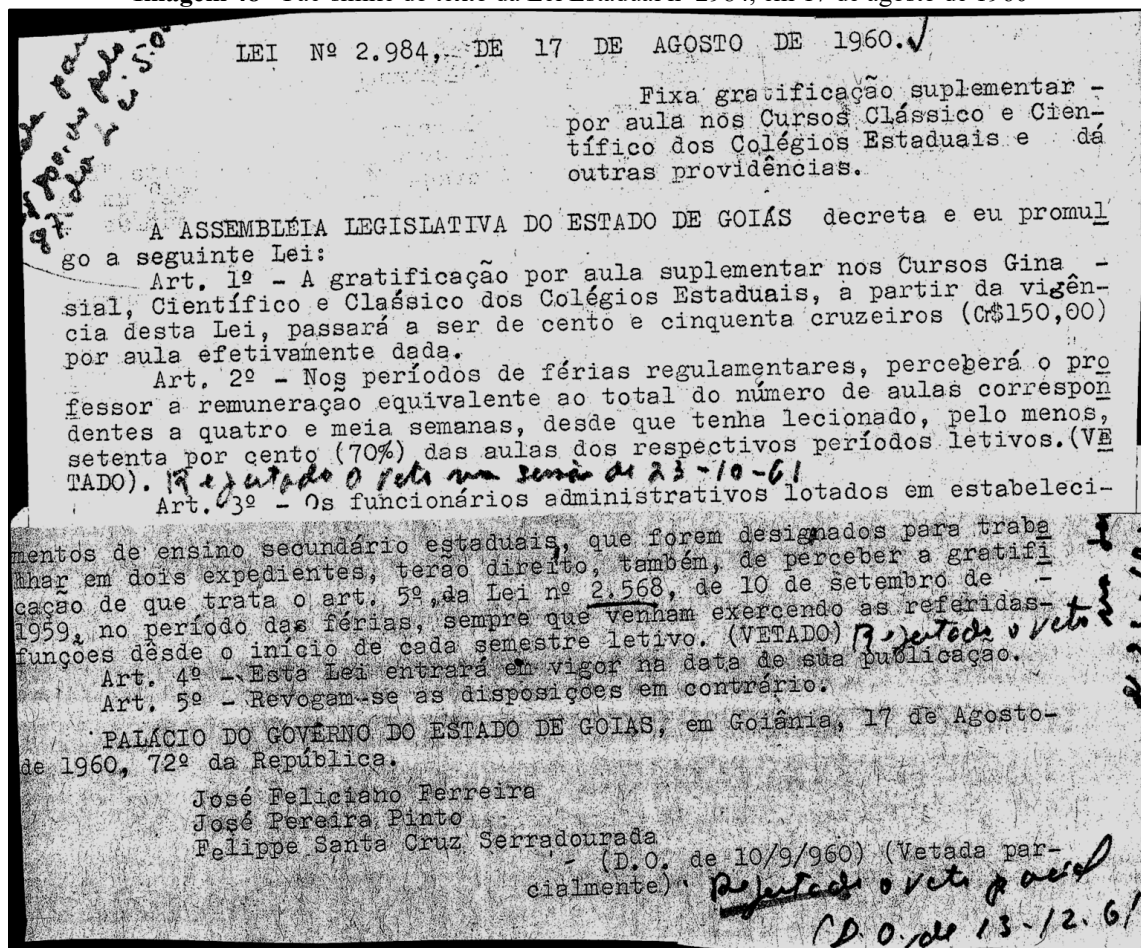
Ponderou a Sra. Diretora que tudo ao alcance da direção foi feito junto aos Srs. Governador de Estado e Secretário da Educação para a majoração dos vencimentos, tornando-os condignos de uma classe de intelectuais. Por último, colocou-se a direção à vontade dos srs. professores para as críticas construtivas e sugestões que redundem em melhoramento cultural-disciplinar do educando e soerguimento moral do Colégio Estadual "Prof. Pedro Gomes". (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES, 30 de setembro de 1961)

A análise do documento revela nuances do uso das habilidades de comando de Lígia Rebelo, empregadas para o gerenciamento de crises no seu ambiente de trabalho, ao mesmo tempo, aponta indícios de seu forte apego pessoal a valores tradicionais, como civismo, disciplina e preocupação moral. Percebe-se, portanto, como tal postura da diretora passa a se confundir, de forma natural, com os valores institucionais, sendo transmitidos hierarquicamente como componentes da cultura escolar e fortalecidos sob seu direcionamento.

Como medida que visava sanar esta iminente crise, o governo havia promulgado a Lei nº 2984, em 17 de agosto de 1960 (**Imagem 48**). Por questões orçamentárias, relativas à alegada contingência das contas públicas, a lei foi publicada no Diário Oficial do Estado apenas no dia 13 de dezembro de 1961, pouco mais de dois meses após a discussão registrada durante a

Reunião da Congregação dos Professores. Com dois de seus principais artigos vetados, o dispositivo foi responsável por estabelecer o valor de cento e cinquenta cruzeiros por aula suplementar lecionada nos cursos Ginásial, Científico e Clássico oferecidos pelos colégios integrantes da rede estadual.

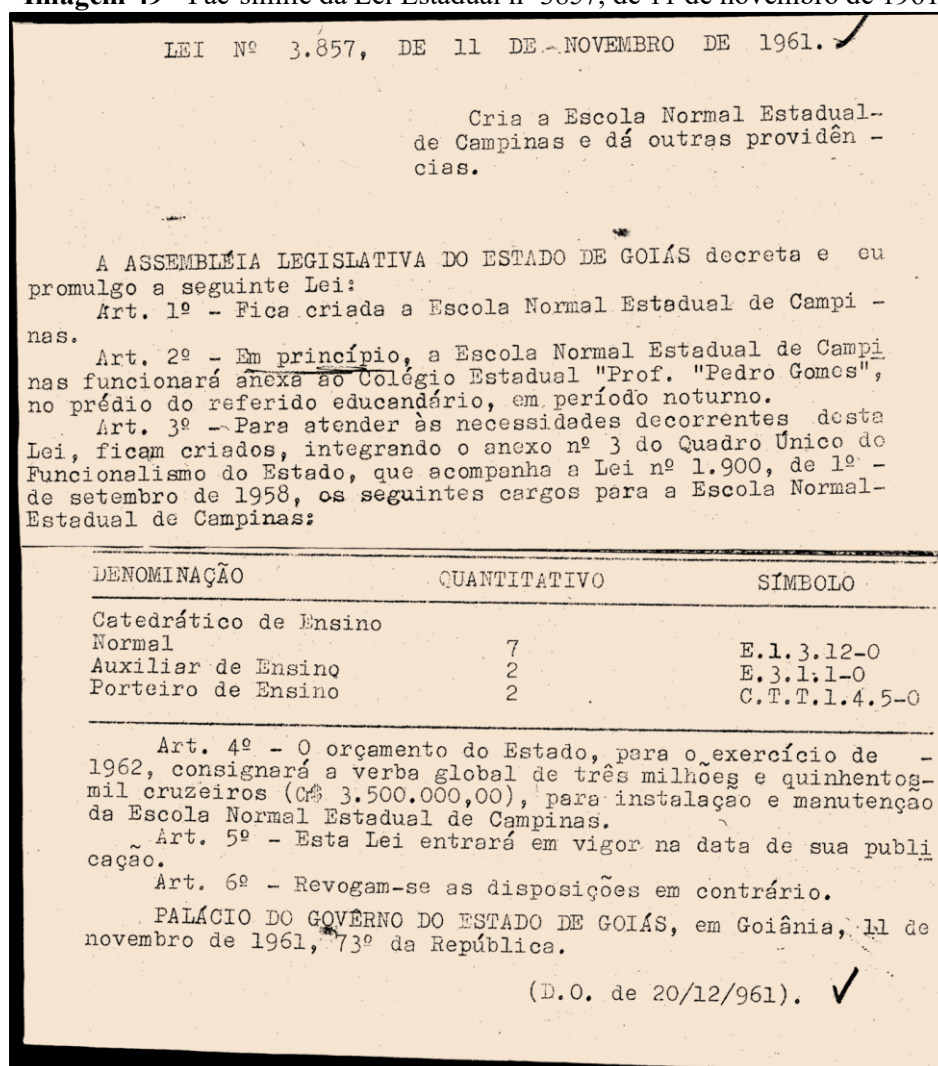
Imagem 48 - Fac-símile do texto da Lei Estadual nº 2984, em 17 de agosto de 1960



Fonte: Casa Civil do Governo do Estado de Goiás

A questão da desmotivação dos professores foi um sinal de que o agora Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, em sua sede própria, com equipe ampliada e crescente número de estudantes atendidos, estava funcionando a pleno vapor, como o esperado pelos agentes da modernização. Esta percepção levou a uma célere expansão do colégio e de suas atribuições junto à sociedade, conforme podemos ver na Lei nº 3857 (**Imagem 49**), de 11 de novembro de 1961 (publicada no Diário Oficial do Estado já no dia 20 de dezembro daquele ano). O dispositivo determinava a criação da Escola Normal Estadual de Campinas, que passaria a funcionar no prédio do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, no turno noturno.

Imagem 49 - Fac-símile da Lei Estadual nº 3857, de 11 de novembro de 1961



Fonte: Casa Civil do Governo do Estado de Goiás

Durante o governo de Mauro Borges (1961-1964), famoso pela condução de um governo discursivamente apoiado sobre a bandeira da “modernização via planejamento”, observa-se que houve um incremento da importância do papel do burocrata no interior do sistema de educação pública estadual. Foi um período em que se exigia do diretor escolar grande dinamismo, fazendo-o se equilibrar entre anseios por qualidade nos serviços e democracia na gestão. Foi nesse contexto em que o Colégio Pedro Gomes expandiu seu alcance real e sua presença no imaginário social, ao ampliar significativamente sua inserção na comunidade, recebendo novas atribuições que implicaram na abertura de novas turmas. Este processo ocorreu em consonância com a criação do Conselho Estadual de Educação, que possuía, entre suas atribuições, deliberar a respeito da abertura de novos cursos e estabelecimentos de ensino no Estado de Goiás.

No dia 25 de maio de 1962, foi publicada no Diário Oficial do Estado a Lei nº 4.009 (ver Anexo H), do dia 17 daquele mesmo mês. Através dela, foi criado o Conselho Estadual de Educação (CEE), que determinou algumas importantes transformações, consideradas implementos pedagógicos e administrativos de caráter modernizante, no cotidiano do Colégio Pedro Gomes, a partir de 1962. Na entrevista concedida a Luzian Pelles (*ver Imagem 27*), Lúgia Rebelo listou as consequências deste novo momento para a sua gestão. As diretrizes visaram ampliar o alcance de práticas democráticas, normatizando o trabalho colegiado no cotidiano do colégio. Deste modo, instituiu-se a transformação da antiga “Congregação dos Professores” no “Conselho de Professores”, com regulamento interno e presidência rotativa por eleição. Juntamente a este dispositivo, foi criado o “Departamento Pedagógico do Colégio Pedro Gomes”.

Em 1963, o CEE autorizou a abertura, no Colégio Pedro Gomes, do primeiro Curso Clássico Noturno Misto existente na capital. Este implemento era coerente com as novas demandas sociais emergentes na época, relativas à necessidade de oferta de formação escolar para mulheres que estavam inseridas, ou que buscavam se inserir no mercado de trabalho.

Outro curso que começou a ser ofertado, no CEPPG, no ano de 1963, foi o “Preparatório Pré-Universitário”. A abertura desta turma demonstrava, mais uma vez, a tendência institucional de busca pelo alinhamento dos serviços prestados nos estabelecimentos da rede estadual de ensino com as expectativas da comunidade.

A Universidade Federal de Goiás (UFG) havia sido oficialmente criada em 14 de dezembro de 1960, a fim de suprir a crescente demanda regional pela oferta de mão de obra qualificada. Como a concorrência para os processos seletivos era alta, devido à grande desproporcionalidade entre o número de vagas ofertadas e a procura por elas, os cursos pré-universitários se tornaram uma modalidade de preparação importante em Goiânia, que proliferou nos anos e décadas seguintes, tanto em instituições públicas quanto privadas. Este foi um processo irreversível, que denotava a movimentação de um mercado - ao qual os gestores políticos de mantiveram atentos - que respondia ao crescimento populacional da capital, à modernização econômica do Estado e ao surgimento de novas demandas socioeconômicas por parte de uma classe média que ansiava por oportunidades de trabalho que exigiam formação superior.

O Colégio Pedro Gomes se consolidava, assim, como uma sólida alternativa para os jovens goianienses, e do interior, que sonhavam em ingressar “na faculdade”, sem a necessidade de se mudar para outro Estado, como outrora era de praxe. Não por acaso, Lúgia Rebelo se acostumou a mencionar publicamente sua satisfação por ter contribuído para a formação de

“membros destacados da sociedade local”. Não raro, produzia extensas listas de estudantes que passaram pelo CEPPG e se tornaram profissionais de nível superior. Em uma destas oportunidades, na entrevista concedida a Luzian Pelles (*ver Imagem 27*), ela cita orgulhosamente médicos, professores e advogados, além de um publicitário e um agrônomo.

Como analisado no segundo capítulo deste trabalho, a entrevista concedida a Luzian Pelles constitui um material rico em elementos relacionados à autoavaliação do trabalho desempenhado por Lígia Rebelo como diretora no Colégio Pedro Gomes. A educadora realizou um balanço, em números, que explicitava seu entendimento de que os anos sob sua gestão levaram o CEPPG a uma inequívoca expansão quantitativa e qualitativa de seus serviços educacionais e de sua relevância social.

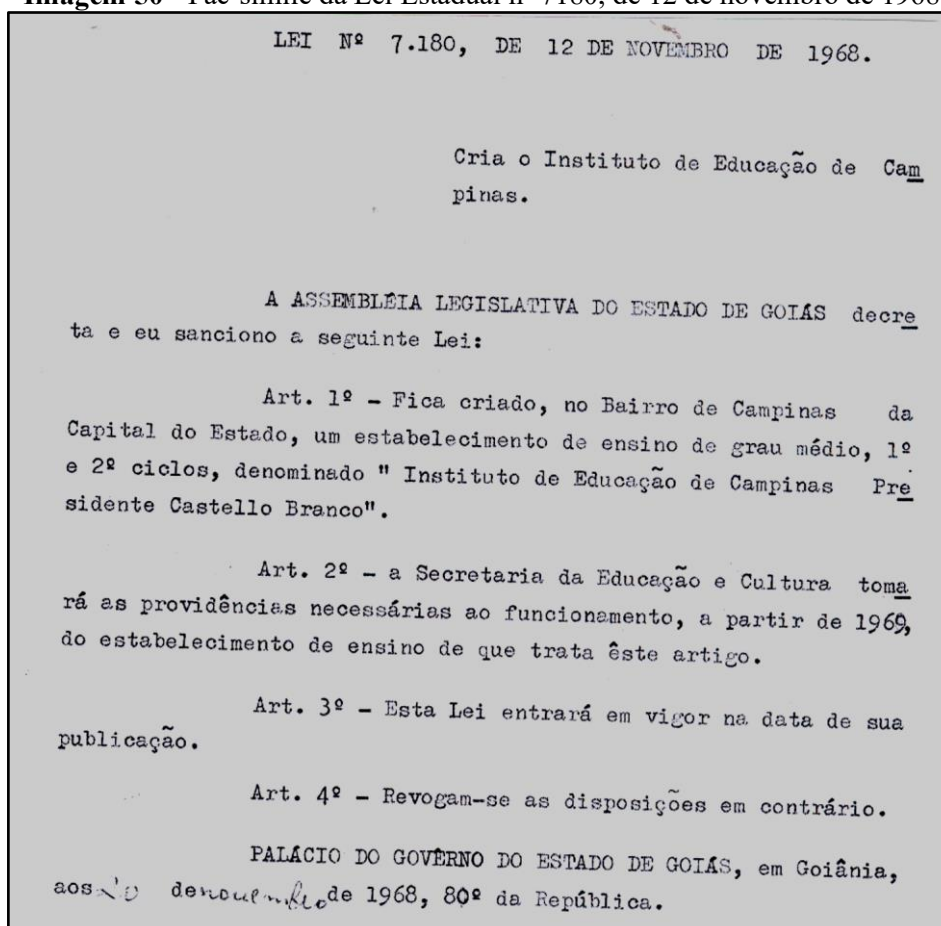
Quando ela assumiu a direção, em 1956, o estabelecimento contava com 180 alunos matriculados, apenas em aulas matutinas. No ano seguinte (1957), ainda no prédio do Grupo Escolar Henrique Silva, o número de matrículas foi duplicado, após a construção de mais quatro salas. Em 1959, já no novo prédio, ainda em obras, foram abertas turmas de Ginásial no turno vespertino. Naquele ano, ela relata que a instituição recebia 400 alunos matriculados. No ano de 1960 teve início o funcionamento noturno, com turmas do curso Ginásial. Entre os anos de 1961 e 1964, várias turmas de colegial, clássico e preparatório pré-universitário foram abertas nos três turnos, utilizando-se ao máximo a capacidade dos três pavilhões que, àquela altura, já se encontravam finalizados. Em 1964, a capacidade do colégio atingia seu ápice, até aquele momento, com três mil estudantes matriculados. Apesar da visão positiva da ex-diretora a respeito desta expansão, o ponto saturação era iminente, tornando a administração da instituição cada vez mais complexa. Não obstante, Lígia Rebelo concluiu que seu trabalho atingiu o pico de excelência em resultados no ano de 1965. Portanto, em sua avaliação, nos dez anos em que ela esteve à frente da gestão do CEPPG, seu trabalho esteve vinculado à construção das bases materiais e simbólicas que levaram o Colégio Pedro Gomes à conquista de uma posição de visibilidade e prestígio dentro do conjunto das escolas públicas no Estado de Goiás.

Em 1968, ao se completar quase dois anos após a saída de Lígia Rebelo da função de diretora do Colégio Pedro Gomes, (1966), a população da região de Campinas recebeu a notícia de que seria criada uma segunda instituição pública estadual de nível secundário no bairro, um colégio, assim como o CEPPG.

A lei de criação desta instituição foi publicada 18 anos após a instalação do Ginásio Estadual de Campinas (1950) e quase 10 anos após a elevação do ginásio à categoria de colégio (1959). Não por coincidência, a novidade ocorreu em um momento muito conturbado da história do Colégio Pedro Gomes, no qual a grande quantidade de alunos matriculados resultou

no fortalecimento organizacional de entidades de representação estudantil, especificamente o Grêmio Literário. Então, o momento político do país resultou em algumas manifestações que foram classificadas como indisciplina no interior da instituição, levando ao acirramento das tensões entre estudantes e a direção do colégio. Como veremos mais adiante, muitos estudantes foram punidos com o desligamento de suas matrículas naquele período, sendo obrigados a procurar outras instituições de ensino. A criação de um novo colégio na região cumpria, de certo modo, a função de diluir a militância concentrada no Colégio Pedro Gomes. De forma sintomática, o novo colégio recebeu o nome do presidente-general que havia deixado o cargo no ano anterior. Assim, através da lei nº 7180 (*Imagem 50*), de 12 de novembro de 1968, publicada no Diário Oficial de 25 de novembro de 1968, o governador Otávio Lage de Siqueira (UDN) ratificou a criação do “Instituto de Educação de Campinas Presidente Castello Branco”.

Imagem 50 - Fac-símile da Lei Estadual nº 7180, de 12 de novembro de 1968



Fonte: Casa Civil do Governo do Estado de Goiás

Este fato marcou a perda do protagonismo da instituição mais antiga da região, tanto na formação escolar e quanto na articulação política dos jovens campineiros, mas não significou, de forma alguma, a perda de relevância no cenário que se seguiu, configurando, na verdade, um

rearranjo inevitável, fruto de seu tempo. Do ponto de vista prático, a criação de outros colégios na região seguia o fluxo natural dos acontecimentos relativos ao aumento populacional rápido e significativo pelo qual passava Campinas e toda a cidade de Goiânia, plenamente integradas no alvorecer da década de 1970.

Curiosamente, o “Instituto de Educação de Campinas Presidente Castello Branco” guarda uma relação umbilical com o Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, uma vez que o Ginásio Estadual de Campinas funcionou nas dependências do Grupo Escolar Henrique Silva, situado na avenida Minas Gerais. Este mesmo local foi utilizado para instalação do novo educandário, após a readequação das instalações. Desde 2017, assim como o CEPPG, aquela “imponente” instituição – nas palavras de Lígia Rebelo – foi convertida em um centro de ensino em período integral, adotando, a partir de então, a denominação oficial “CEPI Presidente Castello Branco”.

3.3 Surge um símbolo do Colégio Pedro Gomes: a Banda Marcial Lígia Rebelo

As práticas educacionais subjetivas foram um meio encontrado por Lígia Rebelo para imprimir sua visão educacional no ambiente escolar do Colégio Pedro Gomes, permitindo-lhe a manifestação de um perfil profissional próprio, habilmente composto pelo amálgama de suas idiossincrasias pessoais e os projetos político-educacionais do Estado.

Enquanto as práticas educacionais objetivas, que visam a efetivação do processo de ensino-aprendizagem em ambientes formais de ensino, compõem um dos objetos primordiais das Ciências da Educação - constituindo-se a partir do estudo e do desenvolvimento do diversificado campo das metodologias de ensino e da Didática - as práticas educacionais subjetivas são aquelas que buscam envolver os indivíduos nos mesmos processos por meios indiretos.

Assim, as práticas educacionais subjetivas são aquelas que extrapolam os limites dos currículos formais, da sala de aula, ou até mesmo dos muros da escola, visando a construção de uma mentalidade sensível, responsiva aos aspectos contextuais e ao ambiente em que os processos educativos ocorrem. Chamamos esta mentalidade de “componente resultante da cultura escolar”.

Assim sendo, a eficiência das práticas educacionais subjetivas é condicionada pela construção e o compartilhamento de símbolos representativos dos tais aspectos contextuais relativos aos processos de ensino-aprendizagem operados nas instituições escolares. Busca-se,

através delas, promover a assimilação dos significados simbólicos concebidos e compartilhados no interior da comunidade escolar, como forma de legitimação dos processos educativos, de seus espaços e agentes. Por sua vez, essa assimilação se dá, idealmente, por meio do sistemático apelo ao sensível (ao domínio das emoções), ou seja, aos aspectos subjetivos dos indivíduos, diferentemente do domínio racional implicado nos processos formais de aprendizagem, tradicionalmente vinculados aos conteúdos das disciplinas curriculares.

Nos ambientes educacionais formais, estes dois conjuntos de práticas (objetivas e subjetivas) se complementam no processo formativo, mesmo que um, a priori, independa do outro. Eles podem se entrelaçar de maneira mais ou menos explícita no cotidiano escolar, a depender de fatores como o tipo de instituição (pública, privada, confessional, militarizada), o nível de ensino e seu público-alvo (educação infantil, fundamental ou médio), as práticas de gestão adotadas e o perfil pedagógico da equipe, por exemplo.

Desta relação de complementaridade existente entre as práticas que visam o cumprimento dos currículos oficiais e as práticas educacionais subjetivas, resultam parte das idiossincrasias que caracterizam, do ponto de vista pedagógico, cada escola, contribuindo para a formação de uma identidade que diferencia uma instituição de outra. Aos olhos do estudante, isso pode alimentar uma relação de identificação indivíduo-instituição, que leva em conta o papel desempenhado pelo ambiente e as experiências que ele proporciona. Assim, o “todo”, o conjunto das experiências vivenciadas no interior da escola possuem forte implicação na formação individual - para além da formação estudantil - afetando não somente o aprendizado no presente, como também a composição de perspectivas futuras relativas à educação escolar e, por fim, influenciando na composição das memórias afetivas do educando.

Quando a escola consegue desempenhar esta função de forma eficiente, o estudante formado não se lembrará apenas dos conteúdos que aprendeu, mas do ambiente que lhe proporcionou acesso a eles e, sobretudo, lhe permitiu experienciar a aprendizagem de uma forma singular com a qual ele se identifique. Portanto, a identificação entre indivíduo e instituição carece de elementos simbólicos, em maior medida que a qualidade do ensino, mensurável objetivamente por meio de processos avaliativos. Através das práticas educacionais subjetivas, Lígia Rebelo perseguiu a construção e o fortalecimento destes elementos simbólicos, sem desprezar a busca, em equipe, pelo paradigma do “ensino de qualidade”. Desta forma, sua gestão trabalhou em favor da consolidação de elementos estruturantes da cultura escolar do Colégio Pedro Gomes que, a qual foi projetada, sob seu direcionamento, para o público exterior à instituição, como a identidade institucional daquela instituição de ensino.

No processo de consolidação da cultura escolar do CEPPG nos anos 1960, criou-se uma imagem pública do educandário campineiro associada à personalidade de sua diretora. Este processo foi, em grande medida, resultante da visibilidade adquirida pela sua presença constante diante do público e por ações que foram creditadas a Lígia Rebelo, especialmente aquelas voltadas para a expansão do alcance dos serviços do colégio, como seu empenho pela construção e expansão da nova sede, assim como a sucessiva abertura de novas turmas.

Como resultado de tais ações, milhares de pessoas atingidas direta e indiretamente, entre estudantes, profissionais da educação e familiares. Sob a coordenação de Lígia Rebelo, sempre que possível, este efeito de publicidade orgânica era potencializado através das participações de representantes da instituição em eventos públicos, como desfiles cívicos e jogos estudantis, além da promoção de outras atividades que pudessem atrair a atenção dos veículos de comunicação jornalísticos e da comunidade externa, como no caso dos “mutirões de limpeza” que a direção promovia, com a participação de estudantes, eventualmente em pleno final de semana (Anexo K), as “tradicionais tardes dançantes” abertas à comunidade, que chegavam a ser divulgadas em Colunas Sociais (Anexo L) e as exposições públicas da produção artística e acadêmica dos estudantes (*Imagem 51*).

Na edição do dia 24 de novembro de 1959, a capa do Jornal de Notícias destacou o “pleno êxito” obtido pela exposição de “trabalhos de pintura, escultura, diversos objetos de arte e composições literárias” dos alunos. O jornal citou nominalmente a diretora (cuja grafia do nome foi registrada com erro) “daquele importante estabelecimento de ensino”, como a responsável pelo sucesso do evento que contou com “grande número de visitantes” e possibilitou a revelação da “inteligência e vocação artística dos alunos” aos membros da comunidade que prestigiaram a mostra (JORNAL DE NOTÍCIAS, 24 de novembro de 1959).

Imagem 51 - Recorte do Jornal de Notícias (24 de novembro de 1959): "Exposição Artística no Liceu de Campinas".

Exposição Artística no Liceu de Campinas

A Diretora do Liceu de Campinas, sra. Lídia Maria Rebelo, acaba de promover com pleno êxito uma exposição de arte dos alunos daquele importante estabelecimento de ensino. Assim é que foram expostos trabalhos de pintura, escultura, diversos objetos de arte e composições literárias.

Podemos afirmar que pelo grande número de visitantes, a exposição vem alcançando sucesso. Os trabalhos expostos revelam a inteligência e vocação artística dos alunos.

cargo de governador do Estado.

O deputado Emival Caiado tem uma expressiva folha de serviços prestada ao partido em Goiás.

A brava luta que sustentou outrora como deputado estadual e a sua fecunda e brilhante atuação como deputado federal em duas legislaturas, destacando-se entre outras iniciativas, o conjunto de leis básicas necessária à efetivação da transferência da Capital da República para Brasília, por si só constituem, mui merecidamente, as condições que o credenciam à as-

Por isso, sempre fomos os mais visados pelos nossos adversários.

Tenho pois, como de resto acontece com todos os ude-

Primeiros Filmes

Em continuação à "Primeira Semana dos Filmes Educativos", o "Club de Cinema" programou para hoje, a par-

Farmácia do Jamil

☆ Completo sortimento de drogas nacionais e estrangeiras

RUA 74 N. 11 -- JUNT AO MERCADO

Jornal de Notícias

Director: JARMUND NASSER

ANO IV ★ Goiânia, terça-feira, 24 de novembro de 1959 ★ N. 633

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Estes são exemplos de como a repercussão pública, obtida pelo relacionamento construído entre a imprensa e a direção do Colégio Pedro Gomes, promovia a divulgação positiva de eventos relativos ao colégio. A sistematização desta prática ao longo da gestão de Lígia Rebelo, que costumava ser citada nas notas jornalísticas, ampliava sua fama pessoal e refletia na percepção da comunidade externa acerca da qualidade das atividades desenvolvidas no interior da instituição. Desta forma, cada vez mais, o antigo ufanismo campineiro parecia se atualizar em torno do Colégio Pedro Gomes, que foi, então, apelidado carinhosamente de "Pedrão" pela comunidade.

Nesse aspecto, a apreciação de relatos que foram prestados por ex-alunos a fim de documentar suas memórias em textos jornalísticos e literários, são documentos que nos permitem interpretar como a cultura escolar do colégio naquele período teve o poder de construir e perpetuar, entre os estudantes, sentimentos de orgulho por pertencimento. Estes sentimentos eram forjados em torno de símbolos que se consolidaram como idealizações afetivas do passado, imagens cristalizadas no imaginário coletivo das pessoas que por eles foram afetadas: as cores do uniforme; o estandarte "preto, branco e vermelho"; a mascote "Pégaso"; as equipes de esportes; o Grêmio Literário e, enfim, a Banda Marcial.

O jornalista Jales Naves, que estudou no CEPPG na referida época e presenciou o fenômeno da ascensão destes símbolos registrou, em texto publicado no Jornal “A Redação”, as memórias compartilhadas entre ele e seus colegas a respeito deste tema: “A maior rivalidade era da fanfarra do ‘Pedro Gomes’ com a do Liceu de Goiânia”. No texto, o também ex-aluno Carlos Roberto Braga do Carmo, complementou: “o nosso símbolo era o Pégasus e o deles, a Águia. Nós dizíamos que o ‘cavalo alado’ iria esmagá-la”. A emoção demonstrada nas lembranças de estende ao uniforme e suas cores, mais uma vez colocados em comparação com os do Liceu:

O uniforme, igualmente, a destacava [referindo-se à banda]: calça preta com blusa vermelha e jaqueta com o cavalo alado da mitologia grega, Pegasus, cujo desenho foi feito pelo professor Antônio Henrique Péclat, dando um bonito visual ao conjunto, contrastando com o pessoal do Colégio Estadual de Goiânia [nome oficial do Liceu], o eterno rival, cujo uniforme era branco. (NAVES, 2021. *In*: JORNAL A REDAÇÃO, 10 de julho de 2021).

O médico e escritor Ademir Hamú, que também foi estudante do CEPPG na década de 1960, escreveu sobre a “boa fama” que o colégio detinha e “aura de excelência” que pairava sobre os professores e, por consequência, também sobre os alunos: “Na gestão de D. Lígia, o colégio experimentou ensino de excelência e, para fazer quadro do seu quadro discente, era necessário exame de seleção. Havia uma geração de ouro, com professores altamente capacitados e alunos cuidadosamente preparados.” (HAMÚ, 2024: p. 103).

Em mesmo sentido, Hamú registrou o relato de sua professora, Terezinha de Alencastro Veiga Lobo, conhecida como professora Leleza, que, aos 94 anos, relembrou o contexto em que trabalhou sob a coordenação diretiva de Lígia Rebelo:

“O colégio era muito organizado, e Dona Lígia exercia a diretoria com grande eficiência e a ele [o colégio] se dedicava com todo o carinho. O uniforme dos meninos era brim cáqui e camisa branca, e tinha que estar sempre impecável. Dona Lígia acompanhava o desempenho dos alunos e professores, e sabia de tudo o que se passava no colégio. Nesse período, o colégio se tornou expoente do ensino na cidade de Goiânia, e por ele desfilou uma ilustre geração de alunos que se destacam até hoje. (HAMÚ, 2024: p. 103, 104).

O depoimento colhido por Jales Naves, da mesma professora, em entrevista para seu jornal, complementa o hall de impressões memoriais advindas de uma colega, e ocasionalmente funcionária, de Lígia Rebelo. Na oportunidade, a professora Terezinha teceu considerações acerca daquilo que presenciou a partir da convivência com a ex-diretora, falando sobre a relação de Rebelo com o trabalho. A partir disso, ela avaliou os resultados obtidos e delineou a visão que Lígia Rebelo possuía sobre educação, a qual ela tanto se esforçou para imprimir. Segundo a professora Terezinha:

Dona Lígia se sobressaiu na direção do colégio, transformando-o no melhor da Capital, que ganhava as disputas intercolegiais, em especial sua fanfarra, cujos acordes ecoavam longe. Ela implantou, no colégio, o rigor nas cobranças, a busca de

professores mais preparados. Apresentava dedicação, quase que em tempo integral, tornando esse trabalho fundamental na liderança que o colégio assumiu, e na sua projeção, em nível estadual. Ela “largou” a família. Passava o tempo todo no colégio. Era criativa, gostava demasiadamente do que fazia e passava entusiasmo aos servidores, técnicos e professores. (NAVES, 2021. *In*: JORNAL A REDAÇÃO, 10 de julho de 2021).

Estas memórias nos proporcionam uma dimensão das sensações que os elementos simbólicos, e a própria presença da diretora, inspiravam nos estudantes, na equipe de profissionais que ali trabalhava, e na comunidade de Campinas, em geral. Fica claro que os estudantes, em especial, incorporavam ao seu cotidiano escolar, para além dos estudos e dos conhecimentos formais, também os frutos do trabalho de seus educadores, a quem citam com admiração. Quando jovens, estes frutos geraram vínculos e, a partir deles, surgiram narrativas e valores que encontravam ressonância nas experiências compartilhadas de vivência daquela cultura escolar da qual se sentiam parte integrante. Hoje, isso se cristaliza em memória.

Considerando o cenário analisado a partir destes documentos, nossa hipótese acerca do papel das práticas educacionais subjetivas, promovidas por Lígia Rebelo como complemento dos processos educativos e ampliador de seu escopo de atuação da escola, se sustenta a partir da discussão da qual emerge o conceito de cultura escolar. Assim, trazemos os aspectos pertinentes levantados pelo espanhol Antônio Viñao Frago, pelo francês Dominique Júlia e pelo português Antônio Nóvoa, no final do século XX. Suas reflexões acerca do conceito são mais complementares do que divergentes. Frago afirma que cultura escolar é o “conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, pautas, rituais, inércias, hábitos e práticas sedimentados ao longo do tempo em forma de tradições [...] compartilhadas por seus atores, no seio das instituições educativas” (VIÑAO FRAGO, 2006, p 73). O autor inclui nesse conjunto, também aspectos mais subjetivos que acabam incorporados às tais tradições, como “formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos”.

Dominique Julia opta por tratar da cultura escolar como um fenômeno conectado com outras esferas e formas de expressão cultural contemporâneas, existindo graças às dinâmicas de interação entre o que se faz dentro e fora da escola, as quais influenciam na construção e orientam as intencionalidades da cultura escolar, que seria, portanto: “Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)” (JULIA, 2001: p. 10-11).

Nesse sentido, o autor francês explica que a escola se constitui como lugar que possui elementos culturais próprios devido ao fato de ser o local socialmente investido da função de

formação e preparação dos indivíduos para a vida coletiva, através de obtenção de certos valores que são ensinados não somente através de conteúdos e currículos, mas que prescindem de processos e ambientes educativos formalmente estruturados: “para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização” (JULIA, 2001: p. 10-11).

Nóvoa, por sua vez, contribui lançando um olhar objetivo e, de certo modo, mais pragmático sobre o assunto, ao nomear de forma específica os elementos constituintes da cultura escolar, enfatizando que sua construção se dá partir das vivências cotidianas ocorridas no interior da escola, sejam elas pedagógicas, administrativas ou interações espontâneas: “o desenvolvimento do currículo, a construção do conhecimento escolar, a organização do cotidiano escolar, as vidas e as experiências dos alunos e professores, eis instrumentos teóricos e metodológicos.” (NÓVOA, Apud. SIMPLÍCIO NETO, 2010: p. 146).

Sob este panorama teórico, refletiremos acerca de como a banda marcial e o grêmio estudantil, as principais iniciativas pedagógicas encampadas por Lígia Rebelo enquanto gestora – por isso qualificadas como práticas educacionais subjetivas - resultaram na extensão da cultura escolar do Colégio Pedro Gomes, primeiramente em termos práticos - levando a cultura musical e a tradição da dança marcial à comunidade externa ao colégio – mas também em termos simbólico-ideológicos, sustentando valores cívicos como reflexo da educação fornecida pela escola.

Desta forma, entendemos que a banda marcial do Colégio Pedro Gomes serviu a propósito simultâneo de educar e fazer propaganda institucional, manifestando ao público interno e externo do colégio, uma simbologia alusiva à organização e à disciplina como componentes paradigmáticos da mentalidade político-pedagógica vigente na escola.

Nota-se, de princípio, tanto pelo tipo, quanto pelo volume da documentação encontrada, sobre a banda, no arquivo de documentos conservados institucionalmente no Colégio Pedro Gomes à época de sua já citada “grande reforma”, que o esforço de “historiar” a trajetória da iniciativa foi uma preocupação recorrente dos dirigentes da escola, assim como dos professores diretamente ligados à banda, estes por motivos mais óbvios que os primeiros.

No entanto, é o interesse demonstrado pelos diretores de diferentes décadas - ao estimular projetos de natureza similar, desenvolvidos por professores, funcionários e alunos, dos quais resultaram a escrita de textos de “biografia institucional” - mantendo-os em arquivo como “parte substancial da História do CEPPG”, ou seja, como narrativas oficiais, que chamou

nossa atenção. Uma interpretação cabível deste fato é a importância simbólica acumulada pela banda, ao longo dos anos, após seu auge nos anos 1960, que em muito transcende o ato de “ensinar música”.

Nenhum outro componente da cultura escolar da instituição recebeu a mesma atenção⁷⁴, com tamanho detalhamento e tantas narrativas escritas à parte, com seções especificamente dedicadas ao tema, mesmo em documentos que possuem escopo mais amplo, caso do manuscrito datado de 1978, denominado “Histórico do Colégio Estadual Prof. Pedro Gomes”.

Por serem documentos produzidos e arquivados no âmbito institucional, sua natureza é, inevitavelmente, restrita ao discurso oficial. Isso determina sua caracterização como fonte historiográfica. Outra característica importante é o fato de que foram escritos sem preocupações metodológicas. Trata-se de manuscritos e impressos datilografados, escritos em anos distintos, por mãos distintas e sem assinatura nominal. Nesta análise, tomaremos como referência principal o manuscrito de 1978, por ser o mais antigo, escrito durante a gestão do diretor Geraldo Divino Mendes (1976-1979). Os documentos mais modernos que também tentam “contar a história da banda” repetem e corroboram as informações e datas contidas no primeiro, eventualmente fornecendo informações complementares, no sentido de atualizar, na época em que foram escritos, a situação, a composição, as ações e a “mentalidade” da banda.

Em 15 de abril de 1950, durante a cerimoniosa Sessão Solene de Instalação do Ginásio Estadual de Campinas, foi criado o embrião da banda: a “Fanfarra do Ginásio de Campinas”. A “Ata de Instalação do Ginásio Estadual de Campinas” (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES, 1950), documento que registrou formalmente o evento, descreve que, na mesma ocasião em que estiveram presentes autoridades políticas e representantes da comunidade, fora dada a oportunidade para que os estudantes apresentassem suas organizações. Por isso, na mesma ocasião foi oficialmente criado e empossado o “Grêmio Literário Estudantil Professor Setúbal”.

A fanfarra recém-criada teve o maestro Fábio Martini como seu primeiro professor regente. Em entrevista concedida para a pesquisa da educadora musical Andressa Mendes dos

⁷⁴ Enquanto os esforços para se historicizar a trajetória da banda estiveram persistentemente presentes entre os intentos da secretaria e da direção da escola, resultando em textos de caráter institucional e oficial, presentes em documentos produzidos nas décadas de 1970 (manuscrito de 1978), de 1980 (impresso datilografado de 1989) e da década de 1990 (manuscrito de 1995), um outro elemento da cultura escolar também se mostrou recorrente na documentação conservada pela escola, porém em menor volume: a biografia do indivíduo que emprestou seu nome ao colégio em 1961, o professor Pedro Gomes. Em comparação tipológica, o tratamento dispensado ao tema é, notoriamente, distinto. Sobre a vida do educador e escritor, a escola conserva em seu acervo, pesquisas realizadas por estudantes, sob a orientação de professores. O texto mais extenso e aprofundado abordando a biografia do homenageado está presente em um trabalho escolar realizado para a disciplina de História, na época ministrada pela professora Maria Alice Gomes, onde se encontra a data 12 de outubro de 1989.

Santos, Antônio Marques Bueno⁷⁵, ex-aluno que se tornaria conhecido como maestro Lanza, e que sucedeu Martini na função de regente, assim caracterizou o trabalho desenvolvido inicialmente no agrupamento musical: “[o] maestro Fábio Martini era um professor de música interessante, tocava acordeom, tocando piano e conhecia a escala dos instrumentos em si bemol, ele foi o responsável pela banda do Pedro Gomes durante um ano ou dois.” (BUENO, 2016. *In.*: SANTOS, 2016, p. 65)

As fanfarras escolares eram agrupamentos musicais mais simples que as bandas marciais, com menos instrumentos e menos componentes. Inicialmente, a Fanfarra do Ginásio Estadual de Campinas dispunha apenas de elementos de percussão: bumbo e prato, eventualmente incrementados com a adição de caixas e surdos. Isto a caracterizava como fanfarra simples. Com a adição de elementos de sopro (trombeta e corneta)⁷⁶, passou a se caracterizar como fanfarra tradicional. Distintamente, as bandas marciais⁷⁷, como as que foram se formando nos colégios de Goiânia a partir da evolução das fanfarras, incluindo a própria banda do Colégio Pedro Gomes, contavam, também, com trompete, trombone, bombardino e tuba.

Merece destaque o fato da Fanfarra do Ginásio Estadual de Campinas ter sido a segunda agremiação do tipo fundada em Goiânia, precedendo, inclusive, sua congênere do Liceu de

⁷⁵ Atuou na educação musical por mais de quarenta anos, colaborando sua difusão na rede estadual de ensino público desde a década de 1960. Foi regente de várias bandas escolares, a começar pela Banda Marcial Lígia Rebelo, do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes. Em nota publicada pela ocasião de seu falecimento, em 26 de junho de 2022, a SEDUC-GO prestou-lhe homenagem afirmando que o maestro Lanza seguiu, ao longo dos anos, “desenvolvendo um trabalho de excelência em escolas como IEC Presidente Castello Branco (Goiânia), Colégio Estadual Olavo Bilac (Goiânia) e CEPMG Professor José dos Reis Mendes (Trindade)”. Em sua homenagem, ainda em vida teve seu nome escolhido para batizar a banda marcial do Colégio Estadual Olavo Bilac como Banda Marcial Antônio Marques Bueno (2005). Postumamente, teve seu legado profissional celebrado pela SEDUC-GO na edição de 2022 do Festival Arte Educativo de Goiás (Faego), realizado nos dias 18 e 19 de outubro, no Ginásio Goiânia Arena, em Goiânia. Seu nome foi tema central do evento que contou com a participação de 37 bandas e fanfarras de escolas da rede pública estadual de Educação. Naquele ano, o “Troféu Faego Categoria Bandas e Fanfarras” recebeu o nome de “Troféu Maestro Lanza”. Na ocasião, a gerente de Arte e Educação da SEDUC-GO, Luz Marina de Alcântara, assim sintetizou a importância do maestro para o ensino da música na educação pública do Estado: “O maestro Lanza foi um maestro muito cuidadoso, respeitoso, amoroso com as bandas e com os alunos. E ele tem hoje, dentro desse ginásio, muitos discípulos, sendo que quase todos os nossos professores passaram pela experiência de ser aluno do maestro Lanza. Esse discipulado já está em terceira geração, nós já temos professores que foram alunos dos alunos do maestro Lanza. Não é brincadeira a história que está por trás desse troféu” (Portal Governo de Goiás, 2022).

⁷⁶ Thales Bassalos Oliveira, ex-estudante do Colégio Pedro Gomes e integrante da banda, com 13 anos em 1959, relatou, em entrevista concedida a Jales Naves que, naquele ano, o agrupamento musical era composto por: “um bumbo, dois taróis, uma trombeta, duas cornetas, uma tuba e um triângulo; posteriormente foi ampliando esse quadro de instrumentos” (JORNAL A REDAÇÃO, 10/07/2012).

⁷⁷ Não obstante à percepção de diferentes usos das nomenclaturas “banda marcial” e “fanfarra” encontradas nas referências bibliográficas utilizadas, a fim de observar o domínio conceitual mais adequado ao campo acadêmico, em relação à estrutura e função de uma banda marcial, recorremos ao trabalho do professor Marco Antônio Toledo do Nascimento (2007, p.39), que propõe a seguinte definição de Banda Marcial: “grupo formado majoritariamente por instrumentos de sopro da família dos metais e percussão. Por não ter a família das palhetas, a execução de grandes peças fica restrita. Seu emprego é próprio para o deslocamento e evoluções (NASCIMENTO, 2007: p. 39)

Goiânia (Colégio Estadual de Goiânia), oficializada apenas em 1964 e com quem alimentou grande rivalidade em apresentações públicas na cidade nos anos subsequentes. A propósito, segundo Santos (2016: p.16), a mais antiga formação musical escolar do gênero, na cidade, foi a Fanfarra Nilo Peçanha, iniciada em 1942 e formalizada em 1943, na Escola Técnica de Goiânia (antiga Escola de Aprendizes e Artífices, da Cidade de Goiás).

Outra característica importante é o fato de que, apesar de o Ginásio Estadual de Campinas ser, desde o início, uma instituição de ensino mista, em relação ao gênero do alunado matriculado, a fanfarra seguia uma divisão tradicional para aquele meio nos anos 1950, oriunda das origens militares deste tipo de grupo, separando as atribuições e atividades de seus membros por sexo. Mesmo após a transformação da fanfarra em banda, os alunos do sexo masculino participavam dos trabalhos marciais portando, preferencialmente, instrumentos de sopro, enquanto as meninas eram admitidas à parte, no “grupo feminino de percussão”. Esta situação perdurou até 1968, quando o grupo musical foi definitivamente unificado (SANTOS, 2016: p. 65).

Lígia Rebelo desempenhou papel de grande destaque, tanto para o início das atividades da fanfarra, como pelo empenho em transformá-la em banda marcial. Ainda como fanfarra, o grupo começou a ter espaço regular dentro das atividades da escola, inclusive recebendo incentivos materiais, de fato, apenas em 1956, ano em Lígia Rebelo assumiu a direção (SANTOS, 2016: p.16). O incremento do grupo, mediante a aquisição de novos instrumentos, bem como a busca por novos professores capacitados para o desempenho da função de regente são ações creditadas à diretora. Na pesquisa de Santos, o maestro Lanza, assim contextualizou a relação entre os diretores das escolas e os grupos musicais:

“As bandas eram mantidas pela própria unidade escolar. Elas não tinham recursos financeiros nenhum. As verbas que vinham para as escolas eram destinadas àqueles diretores que se sensibilizaram com a proposta de formação de bandas. Então esses não mediam esforços. Se tinham que comprar instrumento de percussão, diziam: ‘vou me esforçar pra que isso seja atendido’”. (BUENO, 2016 *In.*: SANTOS, 2016: p. 65)

Nascido em 1944, o maestro Lanza teve seus primeiros contatos com o trabalho em fanfarras escolares no Colégio Pedro Gomes, quando teve a oportunidade de presenciar sua transformação em banda marcial sob a tutela da diretora Lígia Rebelo. Ele relata que começou como estudante-aprendiz em 1960, aos 16 anos, e permaneceu como integrante da banda até 1966. Em 1967 assumiu o posto de instrutor auxiliar. Em 1968 foi convidado para ser o professor da Banda Feminina de Percussão do Colégio Pedro Gomes. Naqueles anos, ele presenciou, também, a estruturação da nova e definitiva sede e a mudança de nome do colégio. Depois, seguiu carreira na área da educação musical em outras instituições, experienciando

diferentes ambientes de trabalho na rede estadual. Na entrevista, ele registra que conheceu diretores que eram contrários às atividades das bandas, enquanto outros eram a favor. Além disso, os recursos financeiros gerenciados pela unidade escolar, em geral, não eram suficientes para a manutenção da banda, pois os instrumentos eram desgastados pelos alunos, e a manutenção ou reposição tinha um alto custo (SANTOS, 2016: p. 24).

Neste aspecto, a banda precisava contar com o apoio da direção da escola para obter seu aval na realização de ações que visavam a captação de recursos complementares, como rifas, festivais de sorvetes abertos à comunidade e outros eventos (com a cobrança de entrada), além da sondagem de parcerias com o empresariado local, convertidas no patrocínio de atividades pontuais. Seu relato é reforçado pelo colega, o também músico e maestro Carlos Alberto Venâncio⁷⁸, que assim expôs seu ponto de vista acerca da:

O regente, quando tinha o apoio da diretora, até conseguia fazer alguma coisa porque a diretora recebia uma verba para o colégio para a iniciativa de alguma coisa. A diretora tirava um pouquinho e auxiliava a banda, e quando o regente não se dava bem, ele se “lascava”, porque aí a professora não deixava fazer nem festival de sorvete. (VENÂNCIO, 2016 *In.*: SANTOS, 2016: p.54)

O empenho do grupo de músicos e alunos, aliados às condições favoráveis concedidas pela diretora Lígia Rebelo resultaram no pioneirismo e na fama do grupo, que logo refletiria na fama do próprio colégio. Entre os colégios de nível básico regulares, a primeira fanfarra a iniciar o processo de transformação em banda marcial foi a do Colégio Pedro Gomes, com a ampliação do aparato musical e do corpo de membros. No início da década de 70, o aluno, que também se tornou professor de música na banda, maestro João Carlos da Silva⁷⁹, apelidado de Paulista, somou esforços a consumação desse processo ao inserir novos elementos no ensino musical disponibilizado aos alunos (ensino de instrumentos a partir do estudo da “escala cromática”). Nas palavras de Lanza, a Fanfarra do Ginásio Estadual de Campinas foi:

A primeira banda que realmente apresentou o estilo de banda marcial, com instrumental adequado para banda marcial, foi a do Pedro Gomes. Com o professor, que havia sido aluno no Pedro Gomes, quando tinha 12 anos, que era o professor João Carlos da Silva, conhecido por “Paulista”. Ele foi nosso aluno e vimos o crescimento musical dele. Ele estudou alguns instrumentos

⁷⁸ Foi professor de música no “Projeto Musicalidade”, da prefeitura de Goiânia, durante a gestão Nion Albernaz (1989-1992), que visava o ensino de teoria e prática musical a estudantes em fanfarras criadas em escolas da rede municipal de ensino. Atuou, também, como maestro regente da Banda Marcial do Colégio Estadual Bandeirante, situado na Av. T-2, em Goiânia. Atualmente é 1º Tenente do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, ocupando a função de regente auxiliar da banda da corporação.

⁷⁹ A singularidade da importância atribuída ao trabalho de João Carlos da Silva foi reconhecida no documento manuscrito institucional denominado “Banda Marcial Lígia Rebelo” (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES, 1978). O professor foi citado como “instrutor geral” e maestro regente, responsável por conduzir a participação da banda em sua primeira competição nacional, na cidade de São Paulo. Este evento foi considerado um marco na história da instituição em reiteradas oportunidades nas quais fora citado nos registros documentais e fontes analisadas.

de escala cromática e ele formou a primeira banda marcial verdadeiramente marcial em Goiás na década de 70. (BUENO, 2016, *In.*: SANTOS, 2016: p.64)

Seu relato mostra um cenário de gradativa expansão do espaço concedido às atividades da banda dentro do colégio, bem como como revela um interessante aspecto de replicabilidade dos conhecimentos compartilhados pelos membros, fazendo o grupo se autoalimentar de talentos formados dentro do próprio corpo de integrantes, já que ele próprio e depois o maestro João Carlos surgiram para a carreira na educação musical desta forma.

Outro documento institucional, o impresso “Breve Histórico da Banda Marcial Lígia Rebelo” (COLÉGIO PEDRO GOMES, 1989), registra que a Banda Marcial Lígia Rebelo foi motivo de grande orgulho para a comunidade escolar que representava quando, após sagrar-se campeã estadual por diversas vezes em concursos locais de bandas e fanfarras, foi a pioneira entre suas congêneres, em mais uma prática: “o título que lhe é mais honroso e intransferível consiste em ser a primeira banda colegial do Estado a participar de concursos além das fronteiras de Goiás”. No manuscrito “Banda Marcial Lígia Rebelo” são encontradas informações adicionais, percebidas como um relato mais preciso do “no calor do momento”, sobre a celebrada efeméride:

“campeã estadual por várias vezes, a banda marcial do nosso colégio sempre se fez presente em acontecimentos diversos, com a intenção sadia de participar. É com esse espírito que participamos, no momento, do XXI Campeonato Nacional de fanfarras e bandas, na capital paulista, em promoção brilhante da Rádio Record, procurando representar Goiás no referido evento, sob os auspícios da Secretaria de Educação de Goiânia, a qual achou por bem nos patrocinar em tal oportunidade, haja vista haveremos sido campeões em 1977 e vice em 1978, adquirindo tal direito conforme estipula o regimento de nosso Concurso Regional.” (COLÉGIO PEDRO GOMES, 1978)

O compromisso e o entusiasmo de Lígia Rebelo para com o projeto da banda são relatados, também, em texto do ex-aluno e jornalista Jales Naves, publicado pelo Jornal “A Redação”, em 10 de julho de 2021, mostrando como suas ações foram decisivas na trajetória de sucesso que se consolidaria. Segundo relatado, o ano de 1965 foi de grande importância para este processo de ascendente incremento na estrutura e no investimento da imagem pública da instituição. Isto está relacionado com a busca de mais um talento para lecionar música na escola. Trata-se do professor Armando Vieira dos Santos⁸⁰, que veio para Goiânia após aprovação em concurso público do Ministério da Educação, quando transferiu-se no intuito de trabalhar na implantação da Universidade Federal de Goiás, criada cinco anos antes e que era, a princípio,

⁸⁰ Antes de trabalhar, efetivamente, com educação musical, no Colégio Pedro Gomes, Armando Vieira havia integrado a Fanfarra do Liceu Coração de Jesus, ainda na capital paulista, mas não seguiu carreira profissional na área até que apareceu a oportunidade oferecida por Lígia Rebelo. Após se formar em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, se engajou no emprego que oportunizou sua transferência para Goiânia. (JORNAL A REDAÇÃO, 10/07/2021).

composta por cinco faculdades e institutos. Ele chegou ao Colégio Pedro Gomes através de convite realizado pela diretora Lígia Rebelo. Armando Vieira tinha como colega de trabalho, na UFG, um estudante do Colégio Pedro Gomes, ao qual confidenciara seu histórico pessoal de apreço pela música. O tal colega, então, intermediou o contato entre Armando e a diretora, que buscava, naquele momento, incrementar o grupo musical:

Um dia, conversando com um colega nesse trabalho na UFG, que era aluno do “Pedro Gomes”, falou de seu entusiasmo pela música, que vinha de seu pai, Sílvio Vieira dos Santos, que era violinista e muito ligado a grupos musicais. Essa informação chegou à professora Lígia Maria Coelho Rebelo, que era a diretora do Colégio e, sempre atenta a novidades que ampliassem o nome da escola, procurou-o para convidá-lo a lecionar nesse educandário. Como fazia sempre que descobria uma pessoa que se destacava numa área, ela o levava para integrar o quadro docente, o que resultou na grande projeção da escola quanto à qualidade do ensino” (NAVES, 2021. *In: JORNAL A REDAÇÃO*, 10 de julho de 2021)

Armando Vieira foi, então, contratado oficialmente como professor de música do Colégio Pedro Gomes. Ao presenciar grande interesse, demonstrado pelos estudantes, em integrar a banda, advogou junto à direção pela aquisição de “20 bumbos fuzileiros, que formaram a frente, 10 surdos médios e cinco surdos indianos, além de cornetas si bemol e fá” (NAVES, 2021. *In: JORNAL A REDAÇÃO*, 10/07/2021). Em meados de 1965 a banda recebeu os incrementos solicitados. Naquele ano, ainda foram inseridas importantes inovações musicais e estruturais na banda, que passou a ter a chamada “comissão de frente”, composta por alunas que desempenhavam a função de balizas. Logo as meninas foram ganhando cada vez mais espaço e algumas apresentações contavam com estudantes femininas encarregadas de tocar flauta doce e lira. A rotina de ensaios foi incrementada com ensaios públicos que tomavam as ruas do bairro de Campinas que compunham o entorno do colégio. Na época, o bairro era a região mais densamente povoada e economicamente mais dinâmica de Goiânia. Desta forma, a marcha musical dos estudantes pela região contribuía para a propagação das atividades educacionais desenvolvidas na escola entre a comunidade, como descreve Jales Naves:

Nas primeiras exibições tinha-se a vibração de quem pôde acompanhar os ensaios e a evolução, pelo entorno do colégio, daqueles alunos que, de repente, haviam se tornado músicos. Saíam da av. Sergipe, sede da escola, e seguiam pela rua Benjamin Constant até a av. 24 de Outubro, indo por essa via até a rua José Hermanno, passavam pela praça da Matriz e retornavam pela av. Sergipe até o colégio. (NAVES, 2021. *In: JORNAL A REDAÇÃO*, 10/07/2021).

Naquele ano, a banda chegou a contar com 145 integrantes, entre músicos, dançarinas e colaboradores, responsáveis pelas coreografias, alegorias e quaisquer atividades complementares. Naves registra que o desfile anual, promovido pelo poder público em

celebração do aniversário de Goiânia, em 24 de outubro de 1965, foi a primeira grande exibição do grupo no novo formato, sob o comando de Armando Vieira.

Na ocasião, a banda e a escola vinham embaladas em espírito por uma vitória que sempre gerava grande euforia na comunidade: fora considerada a melhor entre as bandas marciais escolares do Estado, em um concurso realizado na capital, uma semana antes do dia do aniversário da cidade. No concurso, o corpo de jurados apreciou as apresentações das agremiações musicais do Colégio Estadual de Goiânia, da Escola Técnica Federal de Goiás, do Instituto de Educação de Goiás, do Colégio Estadual de Catalão, único representante do interior, e do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, todas instituições públicas. Participou da disputa, também, a banda marcial do colégio privado Ateneu Dom Bosco. A primeira colocação foi obtida diante do público formado, principalmente, por estudantes das respectivas escolas, que juntamente com funcionários e professores compunham torcidas organizadas em apoio aos colegas, utilizando-se de bandeiras e adereços festivos. Além disso, o público amplo da cidade aproveitava a oportunidade para se entreter em um tipo de espetáculo que, nos anos 1960 ainda atraía muita atenção e despertava interesse entre a população. Naves assim descreve o clima apoteótico do momento: “o primeiro lugar coube justamente à Banda Marcial do Colégio Estadual Prof. Pedro Gomes, sob os aplausos gerais, em seu desfile pela Praça Cívica, toda tomada de populares”. (NAVES, 2021. *In*: JORNAL A REDAÇÃO, 10/07/2021)

A saída de Lígia Rebelo da direção coincidiu com o início do processo que culminaria, também, na saída do professor Armando Vieira da instituição. Em janeiro de 1966, quando a ascensão da vice-diretora Maria da Conceição da Paixão (professora Zizi) à função diretiva apontou para mudanças em relação à condução dos trabalhos, “começaram alguns atritos”. Ao final daquele ano, então, Vieira deixou o comando da Banda Marcial Lígia Rebelo, após dois anos de comprometimento com a consolidação e a expansão do projeto, vivenciados em clara sintonia com a ex-diretora: “Foram dois anos em que o Colégio ganhou destaque, fama e conquistou troféus nas disputas de que participou”, relembrou o ex-professor ao jornalista (NAVES, 2021. *In*: JORNAL A REDAÇÃO, 10/07/2021). Depois que saiu do Colégio Pedro Gomes, Vieira assumiu como professor e maestro regente da banda do Liceu de Goiânia a partir de 1967, onde trabalhou por 30 anos, até sua aposentadoria, em meados dos anos 1990.

O documento institucional “Breve Histórico da Banda Marcial Lígia Rebelo” (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES, 1989) registrou que “em 7 de setembro de 1960 a fanfarra “passou à categoria de Banda Marcial” sendo, então, rebatizada. “Em homenagem e reconhecimento à diretora da época, a corporação musical passou a denominar-se Banda Marcial Lígia Rebelo” (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO

GOMES, 1989). No entanto, a data diverge do dado apresentado pelo documento mais antigo, o manuscrito de 1978, no qual consta em que no ano de 1963 é que teria ocorrido a referida mudança em homenagem à diretora (data recorrente no documento manuscrito de 1995, que copia quase integralmente as informações contidas no documento de 1978, dando ênfase, entretanto, no acréscimo de informações que atualizavam dados relativos à gestão e à estrutura da escola e da banda no ano da redação).

Entre os documentos divergentes, não se especificam as motivações, nem a origem da sugestão da adoção do nome da diretora, deixando ao leitor apenas a sucinta explicação de que a iniciativa fora uma homenagem em “reconhecimento” à educadora. A propósito, em nenhum outro documento ou fonte consultados para esta pesquisa foram encontradas informações que acrescentem conhecimento e esta questão específica. No intuito de encontrar, na realidade descrita, motivações plausíveis para esta homenagem, analisaremos este ponto a partir dos elementos disponíveis. Por isto, a justificativa que fora cristalizada, por décadas, na palavra “reconhecimento” será de grande importância para as reflexões propostas. Deste modo, no quinto capítulo deste trabalho dar-se-á continuidade às reflexões acerca dos possíveis efeitos práticos e simbólicos da adoção do nome de Lígia Rebelo para nomear a banda marcial do colégio, considerando-a como parte do conjunto memorialístico que integra a cultura escolar da instituição.

3.4 Lígia Rebelo e o grêmio literário: a diretora ante a emergência do movimento estudantil no Colégio Pedro Gomes nos anos 1950 e 1960

A importância conferida às entidades de representação estudantil, nos anos 1950 e 1960, era tão significativa que a posse do primeiro grupo diretor do grêmio do Ginásio Estadual de Campinas ocorreu durante a cerimônia de fundação da escola, em 1950. Na ocasião, o “Grêmio Literário do Ginásio Estadual de Campinas” recebeu seu primeiro “nome-fantasia”, sendo batizado de “Grêmio Literário Professor Setúbal”, conforme registrado no documento “Ata de Instalação do Ginásio Estadual de Campinas” (Imagem 2). Durante a cerimônia, além de ser empossado pelo próprio governador do Estado, Jerônimo Coimbra Bueno, o primeiro presidente que a entidade teve, o aluno Ivo Sasse, recebeu espaço para apresentar, na forma de um “breve discurso”, o seu “plano de ação à frente do Grêmio”.

Este tipo de entidade era comumente chamado de “grêmio literário” devido à sua finalidade original, que era reunir estudantes para debates e concursos de oratória, acerca de temas gerais, geralmente estimulados por leituras prévias pactuadas entre os membros. O

engajamento em temas políticos acabava sendo um efeito colateral de tais discussões. A ideia de um grêmio estudantil como entidade de representação política da categoria foi ganhando mais força à medida em que os próprios estudantes, acompanhando as movimentações políticas externas, se interessavam e se engajavam cada vez mais neste universo. Inicialmente, a funcionalidade dos grêmios como organismos de classe se restringia à representação consultiva dos estudantes em reuniões convocadas pela direção, ao envio de estudantes para representação da escola em eventos públicos e ao papel de veículo de comunicação entre alunos e a direção da escola.

Com a emergência do ideal de ambiente escolar democrático, adotado como prática geral nas escolas públicas brasileiras após a redemocratização - materializada na Constituição de 1946 e consolidada, especialmente, na L.D.B. de 1961 - as agremiações de estudantes se viram na condição de demandar maior participação em decisões internas, expressar opiniões político-administrativas e até mesmo representar o posicionamento coletivo relativo à “categoria dos estudantes da escola” junto à comunidade. Isto, por vezes, colocou diretores e professores em situação de questionamento dos limites da ação estudantil autônoma. Com Lígia Rebelo, parece não ter sido diferente, como veremos.

Sendo assim, do ponto de vista dos detratores e críticos do movimento estudantil organizado, a partir do início da década de 1960, os grêmios estudantis passaram a reproduzir, no interior da escola, as tensões emergentes do cenário macropolítico do país. Isto era feito empregando estratégias de politização que visavam inserir os estudantes do colégio, enquanto categoria, no debate público polarizado que caracterizava aquele momento e na militância.

O professor Genesco Ferreira Bretas, que foi Secretário de Educação do Município de Goiânia durante a gestão de Hélio Seixo de Brito (1961-1966), se incomodava com o tema e dedicou algumas páginas de reflexões pessoais sobre o tema no clássico “História da Instrução Pública em Goiás” (1991), distribuídas nas sessões “XXXIX – Subversão Estudantil em Goiás” (p. 597-603) e “XL – A Educação e a Política” (p. 603-605). Nos escritos em questão, o autor não se abstém de demonstrar uma visão conservadora sobre a politização dos grêmios literários-estudantis. Sua crítica coloca o fenômeno como perturbador da ordem social e dos próprios objetivos pedagógicos da escola. O linguajar empregado é fortemente insinuante neste sentido. Ao localizar a emergência do movimento estudantil no tempo histórico-cronológico e situá-lo dentro de um contexto político específico, ele assim classifica o período de nosso recorte:

Esta fase de agitação política dos estudantes começou em Goiás nos anos cinquenta. Nos anos sessenta essa agitação atingiu o seu auge, e começou a perturbar a ordem, a incomodar governantes, mesmo ao tempo de um governo forte, como o inaugurado pela Revolução de 1964. A princípio os governos toleravam as passeatas, as greves, tidas como ingênuas ou inofensivas, de meninos que, por preguiça, não queriam

estudar. Mas esses movimentos foram se tornando mais agressivos, deixando perceber que agentes de subversão manipulavam os estudantes adolescentes segundo seus interesses políticos. Iniciou-se, então, a ação repressiva do Estado. Era isso justamente o que esses agentes desejavam. Choques cada vez mais sérios entre manifestantes e os poderes instituídos se sucederam, no período de 1955 a 1968. (BRETAS, 1991, p. 598)

Como aponta o autor, não raro, a relação descambava para o conflito e para a ingerência dos diretores sobre as entidades estudantis. Outras vezes, as negociações acabavam resultando na conciliação de interesses e na aparente convivência cordial. O segundo caminho parece ter sido o caso da relação conduzida por Lígia Rebelo com a representação estudantil, na maior parte do tempo. No entanto, é possível observar, com alguma distinção, a alternância de movimentos de aproximação, como quando parte dos estudantes renomearam o grêmio para “Grêmio Literário Lígia Rebelo”, e movimentos de embate, como na fase em que houve intervenção direta do Conselho dos Professores na direção da entidade.

No contexto geral, a evolução da polarização do cenário político brasileiro nos anos 1960 culminou em momentos de atrito que, eventualmente, colocaram em posições antagônicas representantes do corpo discente e professores ou gestores. Isso obrigava a direção das escolas a, eventualmente, assumirem posições ativas de enfrentamento, atuando para além da simples mediação de conflitos.

Em abril de 1962, um caso sintomático, neste aspecto, foi noticiado pelo jornal *Diário do Oeste*. Uma grande crise iniciada no Liceu de Goiânia acabou criando um clima de tensão, nas relações entre estudantes e gestores, que se espalhou para outros colégios do Estado, incluindo o CEPPG: o Grêmio daquela instituição deflagrou uma “greve”, ou seja, uma paralisação das atividades escolares, tendo em vista a destituição do vice-diretor da instituição, Zileir Passos (*Imagem 52*).

Entre outras acusações levantadas contra o vice-diretor da escola, destacavam-se aquelas que criticavam medidas disciplinares relativas à imposição de normas comportamentais consideradas demasiadamente “rigorosas”, até “fascistas”, e outras que explicitavam o posicionamento ideológico da autoridade contestada, supostamente alinhado à “propaganda política de potências estrangeiras”, sendo responsável por “criar clima hostil às liberdades democráticas”. Desta forma, se ilustra como, em alguns casos, as agremiações estudantis se inseriram, definitivamente, no debate público que impregnava o cotidiano das populações urbanas médias naquele período, abraçando um dualismo típico da Guerra Fria.

Imagem 52 - Diário do Oeste (25 de abril de 1962): "Contra disciplina de fascismo, alunos do Liceu em greve geral"

CONTRA "DISCIPLINA DE FASCISMO" ALUNOS DO LICEU EM GREVE GERAL!



Movimento pacífico de grandes proporções, liderado por estudantes do Colégio Estadual de Goiânia, surgiu à zero hora de ontem contra o vice-diretor Zilaire Passos, devido a impasses para com os alunos. As manifestações prosseguiram até às últimas horas de ontem. As aulas foram suspensas até segunda ordem.

As autoridades do Estado prosseguem estudando o problema, a fim de encontrar uma solução satisfatória a todos. Outros estabelecimentos de ensino continuam a enviar solidariedade aos grevistas, inclusive entidades estudantis e acadêmicas.

MOTIVO DA GREVE

A greve foi deflagrada tendo em vista o vice-diretor Zilaire Passos, do Liceu, "submeter os alunos a um sistema disciplinar nitidamente fascista" — conforme nota oficial do "QG" estudantil. Revela ainda a nota que a Diretoria do Liceu queria submeter alunos à censura rigorosa em suas manifestações de pensamento na imprensa estudantil; presidir totalitariamente às reuniões e assembleias dos estudantes; coagi-los direta ou indiretamente a assistir a filmes de propaganda política de potências estrangeiras, em colaboração

descarada com a USIS; obrigá-los a perder outra aula, além daquela para cujo horário chegaram atrasados (se chegam atrasados para a primeira, terão de perder também a segunda e só assistem à terceira aula); tratá-los despoticamente, retirando-os do classe e de filas por causa pormenores ridículos; sugerir nos alunos condição psicológica inferior, como obrigá-los a adentrar ao estabelecimento pela porta dos fundos; querer submeter os alunos a uma disciplina rigorosa, tipo fascista, com filas, vozes de mando e inadiável missão de protestos; criar clima hostil às liberdades democráticas e à eficiência do ensino.

DEMISSÃO DO PE. RUY

Falando ontem ao DIÁRIO DO OESTE o estudante Luiz Carlos de Moraes, presidente da UGES, afirmou que, caso as autoridades estudantis não solucionem o impasse estudantil, a greve será total nos estabelecimentos de ensino de Goiânia, bem como será exigida a demissão do Pe. Ruy Rodrigues da Silva, secretário da Educação e Cultura. O comando grevista, encabeçado por Graciano Arantes, Zoroastro Maranhão, Roberto Silva, Carlo, Alberto Santa Cruz, Henrique Meireles, Domingos de Oliveira, Célio Gomes, Amílcar Sá Peixoto, Gilberto Franco e Amauri de Sena, dentre outros, formando um total de 26 alunos, também confirmou a afirmação do presidente da União Goiana dos Estudantes Secundários.

PIQUETES

Dezenas de cartazes, com dizeres alusivos ao Vice-Diretor liceano, foram afixados nas árvores e muros próximos ao CEG. Também um serviço de auto-falante foi instalado à porta desse colégio, oportunidade em que oradores explicavam as razões da "paredão". Por outro lado, piquetes grevistas se movimentavam até à noite de ontem, a fim de evitar que qualquer aluno penetrasse no pátio do Liceu.

Este episódio recebeu grande atenção da imprensa local e deu combustível para reivindicações de entidades representativas similares, em outros colégios. Isso deixou diretores e professores em estado de alerta. Além disso, a situação deixou patente a existência de um grande potencial de mobilização conjunta, entre as agremiações de diferentes escolas, mediante a atuação de entidades como a União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES) e a União dos Estudantes de Goiás (UEG). A agremiação estudantil do Colégio Pedro Gomes se viu indiretamente envolvida na questão (*Imagem 53*), devido ao fato de que suas lideranças manifestaram apoio à causa vitoriosa dos colegas liceanos. Mais do que solidariedade, isto pôde ser visto como um demonstrativo de sintonia com as motivações ideológicas e práticas que sustentaram aquele movimento.

Imagem 53 – Recorte do Diário do Oeste (28 de abril de 1962): “Finda crise no Liceu com vitória total da greve”



Fonte: Arquivo Histórico Estadual

No Colégio Pedro Gomes, o grupo gestor, sob o direcionamento da diretora Lígia Rebelo, buscava se equilibrar entre a manutenção do diálogo e a intervenção direta no organismo representativo, quando necessário. Justificando-se pela necessidade de manter o

ambiente interno da escola sob controle e, assim, “preservar a boa reputação” da instituição, Lígia Rebelo e o Conselho de Professores não se furtaram às prerrogativas de, forçosamente, alterar a composição do grupo de alunos dirigentes do grêmio e negar pedidos para o desenvolvimento de atividades do interesse da entidade no interior da escola.

Em reunião de “caráter urgente”, realizada no dia 9 de março de 1964, registrou-se, em ata (*Imagens 54 e 55*), as deliberações do “Conselho de Professores do Colégio Estadual Pedro Gomes” acerca da solicitação, realizada por entidades de representação estudantil, para que seus representantes pudessem entrar nas salas de aula a fim de divulgar a atuação de seus respectivos grupos. Na ocasião, os professores decidiram pela não-autorização da atividade pleiteada pelas entidades externas, concluindo que “a entrada em classe só seria permitida ao presidente do Grêmio”, o qual deveria ser o único “porta-voz de quaisquer facções estudantis para os alunos desse estabelecimento”. Esta decisão, conforme registrado, foi aclamada em unanimidade. Isto representa o fato de que havia alinhamento de práticas, entre os professores e o grupo gestor, no sentido de limitarem as possibilidades de acesso direto dos militantes estudantis externos aos estudantes matriculados regularmente na escola, sem, no entanto, proibir por completo a atuação do Grêmio escolar local.

Imagem 54 - Ata de Reunião do Conselho dos Professores do CEPPG, parte inicial, p.2 (9 de março de 1964)

2

Colégio Estadual Prof. Pedro Gomes
Gariná, 9 de Março de 1964

Às 9.35hs, estando presentes $\frac{12}{14}$ dos membros do Conselho dos professores, deu-se início a uma reunião de caráter urgente.

A D^{ta}. diretora do estabelecimento, e presidente fundadora do Conselho, abriu a sessão, dando a palavra ao ex-aluno Nelson Lopes, para que expusesse aos membros do conselho dos professores, a razão desta reunião: "prioridade de distribuição de cadernetas, pela "CIEC", em fundação, e permitir aos membros da Diretoria da "CIEC", a entrada em classe, para uma explicação aos alunos dos motivos desta Entidade, seccionada da UGES e da C.G.E.

Após debates e explicações pelo líder da "CIEC", o conselho entrou em deliberação.

O conselheiro Modesto Gomes apresentou a ideia da permissão de deixa-los entrar em classe uma vez, para apresentar suas ideias (pelos conselheiros José Luciano e Horiste) sobre a "CIEC", sendo acompanhados na ideia pelos conselheiros José Luciano e Horiste Gomes.

A opinião geral se manifestou em concordância: "permitir a entrada em classe somente ao Presidente do Grêmio deste estabelecimento."

Foi retirada a proposta Modesto-Luciano Horiste.

A entrada em classe só será permitida ao Presidente do Grêmio, sendo ele o porta-voz de quaisquer facções estudantis para os alunos deste Estabelecimento.

Na página seguinte, o documento foi concluído com o registro do resultado da votação, realizada entre os presentes, que decidiu pela eleição de Lígia Rebelo como presidente do Conselho dos Professores. Na prática, isso significava maior concentração de autoridade em suas mãos, uma vez que, ao presidente do órgão, era resguardada a prerrogativa de convocar e presidir as reuniões, além do ordenamento da pauta de discussões.

Imagem 55 - Ata de Reunião do Conselho dos Professores do CEPPG, parte final, verso (9 de março de 1964)

Este parecer foi considerado e votado em unanimidade.

Foi efetuada a eleição do Presidente, Vice-presidente e Secretário do Conselho dos Professores, sendo eleitos por aclamação: Lígia Maria Coelho Rebelo, José Luciano, Modesto Gomes da Silva.

No final da reunião foi lida e aprovada a presente ata, a qual assino

Goiânia, 9 de Março 1964

Assinatura de Castro

Mary José Yáñez

João de Cavalcante de Castro

Maria Conceição da Paixão Mafra

Juceli Bizarra

Aracelis F. R. L.

João Furtado Lima

Hegiste Gomes

Francisco José Pedron

Elisabete de Faria Alves

Lígia Maria Coelho Rebelo

Fonte: Arquivo da Secretaria do CEPI Professor Pedro Gomes / Digitalização: Vinícius Machado

Oito meses depois, em 12 de novembro de 1964, uma outra reunião do Conselho dos Professores registrou em ata (**Imagens 56 e 57**) o debate que visava “resolver a situação do Grêmio Lígia Maria Coelho Rebelo, que havia sido entregue, após a intervenção revolucionária de 1º de abril (corrigido por 9 de outubro de 1964), ao Conselho de Professores do CEPPG”.

O texto dá a entender que o impasse relativo à presidência da agremiação se deu pela impossibilidade de se realizar eleições de imediato, após a intempestiva vacância, cujos motivos não foram explicitados neste documento. Tal impossibilidade ocorria devido à falta de tempo hábil no calendário letivo, o que agravava a indisposição gerada pelo fato de a representação estudantil poder permanecer sem uma diretoria legitimamente eleita.

Então, o documento citava a mobilização de um grupo de alunos, liderados “pelo cabeça” Alan Gomes, autodenominado “Comando Democrático Estudantil”. Como resultado da reunião, este grupo recebeu, mediante aprovação do Conselho, o direito de dirigir a entidade até 31 de março de 1965 “para que o Grêmio não ficasse fechado durante as férias”.

Imagem 56 - Ata da terceira reunião do Conselho dos Professores do CEPPG, verso, parte inicial (12 de novembro de 1964)

Goiânia, 12 de Novembro 1964

As 20,30hs, o Conselho de Professores do C.E.P.P.G., desfaleado dos professores Aurio Joti Pedrote, Jovê Chaves, Joti Luciano da Forteca, Elias Plínio F. Mello, e tendo sido preenchida a vaga, ocasionada pela saída do Prof. Modesto Gomes, pelo Prof. Cherife Oscar Abrão, reuniu-se para resolver a situação do Gêmio Ligia Maria Coelho Rebelo, que fora entregue, após a intervenção revolucionária de 1º de Abril ao Conselho de Professores do C.E.P.P.G., criada por um abaixo assinado de alunos pedindo a regularização da situação desconhecendo, eles o "Status quo", e o "status ad quem", do Gêmio, criada pelo "comando democrático estudantil" conforme declaração do cabeça do movimento, aluno Alvaro Gomes, à Diretora do C.E.P.P.G.

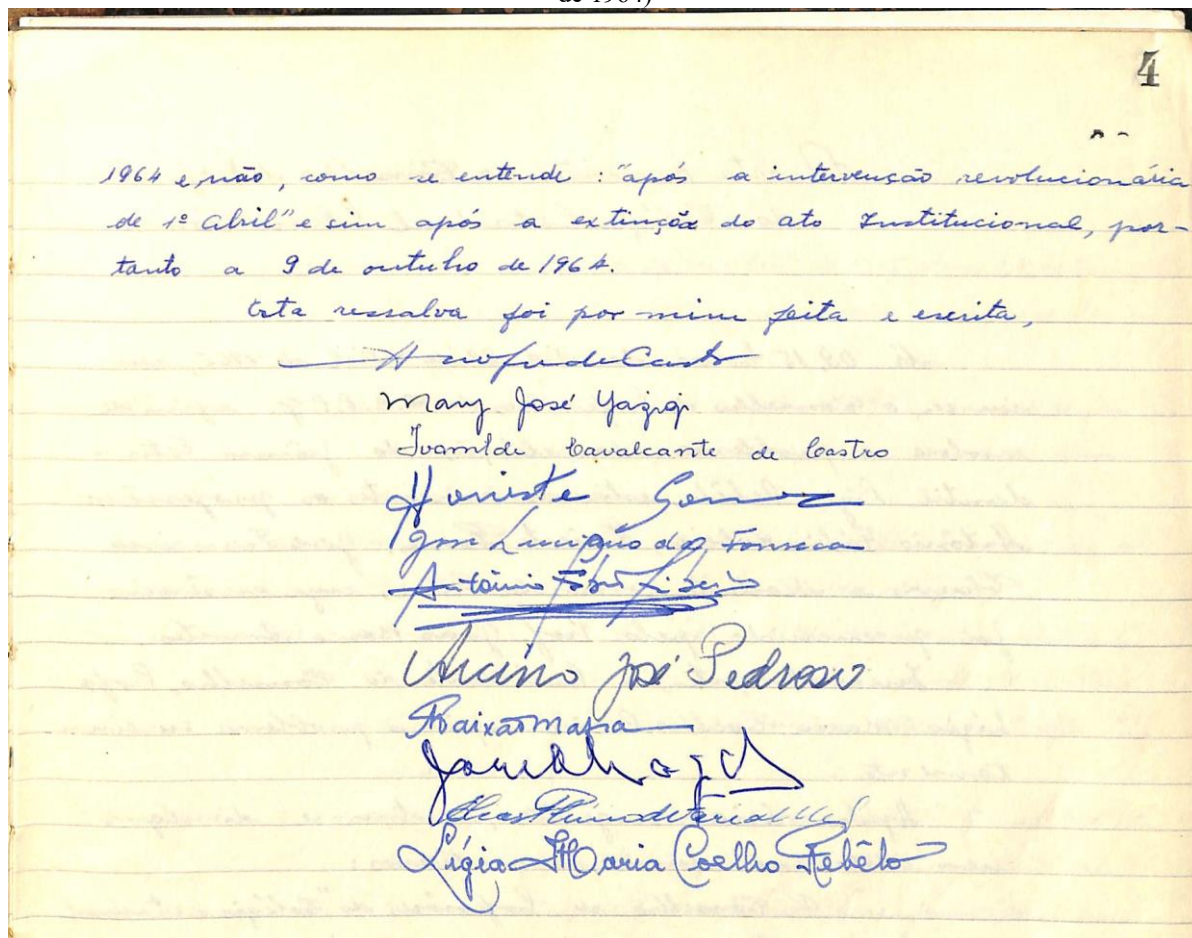
O Prof. Antonio Fabio ofereceu nos, a guisa de solução a ideia de deixar o Gêmio nas mãos do "ex-comando", até a 2ª quinzena de março, prazo em que já deve ter feita a convocação dos Alunos para novas eleições que deverão ter realizadas até 31 de março 1965, pois atualmente não há condições para estas eleições, já que o ano letivo aproxima-se de seu término, e para que o Gêmio não fique fechado durante as férias, tendo a distorção, eleita em março, mandato até a época legal das eleições"

A ideia, acima citada, foi aceita por unanimidade.

Nada mais havendo, que deve ser manifesto aos frósteros, assinou a presente ata, por mim feita e escrita

Prof. Erick Castro
Resolva: O Gêmio (alunos) estudantil L.H.C.B. foi entregue à Congregação de Professores do C.E.P.P.G. em 9 de outubro de

Imagem 57 - Ata da terceira reunião do Conselho dos Professores do CEPPG, parte final, p. 4 (12 de novembro de 1964)



Fonte: Arquivo da Secretaria do CEPI Professor Pedro Gomes / Digitalização: Vinicius Machado

A forma como esta questão foi tratada, é ilustrativa da importância atribuída ao grêmio naquela época, que não poderia ficar fechado durante as férias do final do ano, devido ao fato de que nele se desenvolviam atividades sociais entre os estudantes, ao longo de todo o ano, independentemente das aulas. Entendendo isto, o Conselho dos Professores decidiu acatar a sugestão do professor Antônio Fábio como uma medida paliativa, tomada como precaução, para abafar quaisquer possibilidades de revolta ou insatisfação que tomasse grandes proporções, tendo em vista que a origem de toda aquela situação de instabilidade havia se dado em circunstâncias de tensão, relacionadas ao golpe civil-militar e aos Atos Institucionais.

O ex-aluno do Colégio Pedro Gomes, senhor João Silva Neto, em depoimento concedido à Comissão da Anistia, um órgão do Estado Brasileiro vinculado ao Ministério da Justiça responsável por promover a publicação do livro "Memórias Transcritas: depoimentos" (2013), relatou detalhes de seu envolvimento com a militância política a partir do Grêmio Estudantil Lígia Rebelo, durante a década de 1960: "De 1964 a 1968, o Pedro Gomes foi um dos poderosos núcleos da resistência democrática no meio estudantil aqui em Goiânia e era

comandado pela nossa base de estudantes” (Depoimento de João Silva Neto. *In.*: ALVES; ALVES, 2013: p. 228).

Seu depoimento é revelador de indícios que levam à compreensão da relação existente entre as tensões políticas que eclodiram após o golpe de 1964 e a situação que o grêmio passou nos meses seguintes: o fortalecimento da militância comunista passou a incomodar, mas não chegou ser um impeditivo o funcionamento da entidade.

Pelo seu ponto de vista, havia ali, um foco de resistência contra a ditadura, cuja atividade era tolerada, na medida do possível, pela diretora Lígia Rebelo, que os monitorava atentamente e partilhava tais responsabilidades com sua equipe através do Conselho de Professores.

Em suas memórias, a atuação do Grêmio gozou de relativa liberdade no interior do Colégio Pedro Gomes até 1968. Quando perseguição à militância se tornou mais incisiva, especialmente com o Ato Institucional nº 5, que levou ao completo “desmantelamento” da entidade, Lígia Rebelo já não era mais a diretora:

Foi criada, depois de 1964, a primeira base estudantil do Partido Comunista em Goiás, no Colégio Pedro Gomes. Dali saiu um movimento extraordinário de resistência democrática à ditadura, baseado na luta estudantil. Criamos ali um poderoso Partido Comunista, com muitos estudantes, no meio da massa estudantil. Dominávamos completamente o grêmio; dominávamos as representações de classe. Criamos, a partir dali um movimento de embate contra a ditadura [...]. Tivemos a oportunidade de incentivar a criação núcleos do Partido Comunista em várias escolas de Goiânia, e fazer com que essas pessoas participassem da direção dos grêmios. Muitas delas ganharam a direção de grêmios e isso ajudou na criação de um grande bloco de resistência contra a ditadura no meio juvenil, no meio dos estudantes. (Depoimento de João Silva Neto. *In.*: ALVES; ALVES, 2013: p. 228).

O problema das eleições para o grêmio, mediado por Lígia Rebelo e seu Conselho de Professores, só foi resolvido, de fato, em 22 de abril de 1965, quando foi feito, no Livro Ata, o último registro de uma reunião realizada para deliberar a esse respeito (*Imagens 58, 59 e 60*). O documento é extenso, e suas três páginas foram reproduzidas a seguir, no intuito de serem tomadas como objeto de análise. O registro contém o rascunho do edital que foi elaborado pelo Conselho dos Professores para reger as eleições para a nova diretora do grêmio. Chama atenção, o fato de que as eleições não haviam ocorrido na data prevista na reunião anterior. Em contraste, registrou-se, naquele momento, uma admirável celeridade do processo que foi proposto no edital: os registros das candidaturas, as eleições e demais etapas até a posse da nova diretoria transcorreriam dentro de 8-9 dias. É provável que isto tenha ocorrido, porque a presidência do grêmio se encontrava vaga novamente, uma vez que o então presidente havia se desligado da escola mediante transferência. Outros elementos que chamam atenção é a seriedade com a qual todo este processo foi tratado pelo grupo gestor da escola, além da preocupação com a transparência do processo de votação e de apuração:

Imagem 58 - Ata da Quarta reunião do Conselho dos Professores do CEPPG, verso e p.5 (22 de abril de 1965)

Quarta Reunião do Conselho de Professores
do Colégio Estadual P. Pedro Gomes.

Às 09,15 horas do dia 22 de abril de 1965, reuniu-se o Conselho de Professores do C.E.P.P.G. a fim de resolver o problema das eleições do Grêmio Estudantil Lúcia Rebêlo, estando presentes os professores: Antônio Fábio Ribeiro, Horácio Gomes, José Francisco Chaves e Modesto Gomes da Silva, cuja ausência foi preenchida pelo Prof. João Bosco Brantes.

Inicialmente, a Presidente do Conselho, Profa. Lúcia Maria Coelho Rebêlo expôs o problema sucintamente.

Após várias sugestões, resolveu-se divulgar um edital aos alunos, nesses termos:

"O Conselho de Professores do 'Colégio Estadual Professor Pedro Gomes', considerando:

- a) que em sua última reunião deliberou que o Grêmio Professora Lúcia Rebêlo, até então sob sua responsabilidade, fosse novamente entregue ao Comando Revolucionário Estudantil;
- b) que as eleições para a Diretoria do mesmo deveriam ser (feitas) realizadas durante a segunda quinzena do mês de março do corrente ano;
- c) que as mesmas não se realizaram por motivo de força maior, não se cumprindo, assim, a resolução, em data, do Conselho de Professores;
- d) que o presidente do Grêmio se desligou do corpo docente desse Colégio, através de

Imagem 59 - Ata da Quarta reunião do Conselho dos Professores do CEPPG, segunda parte, p. 5 (22 de abril de 1965)

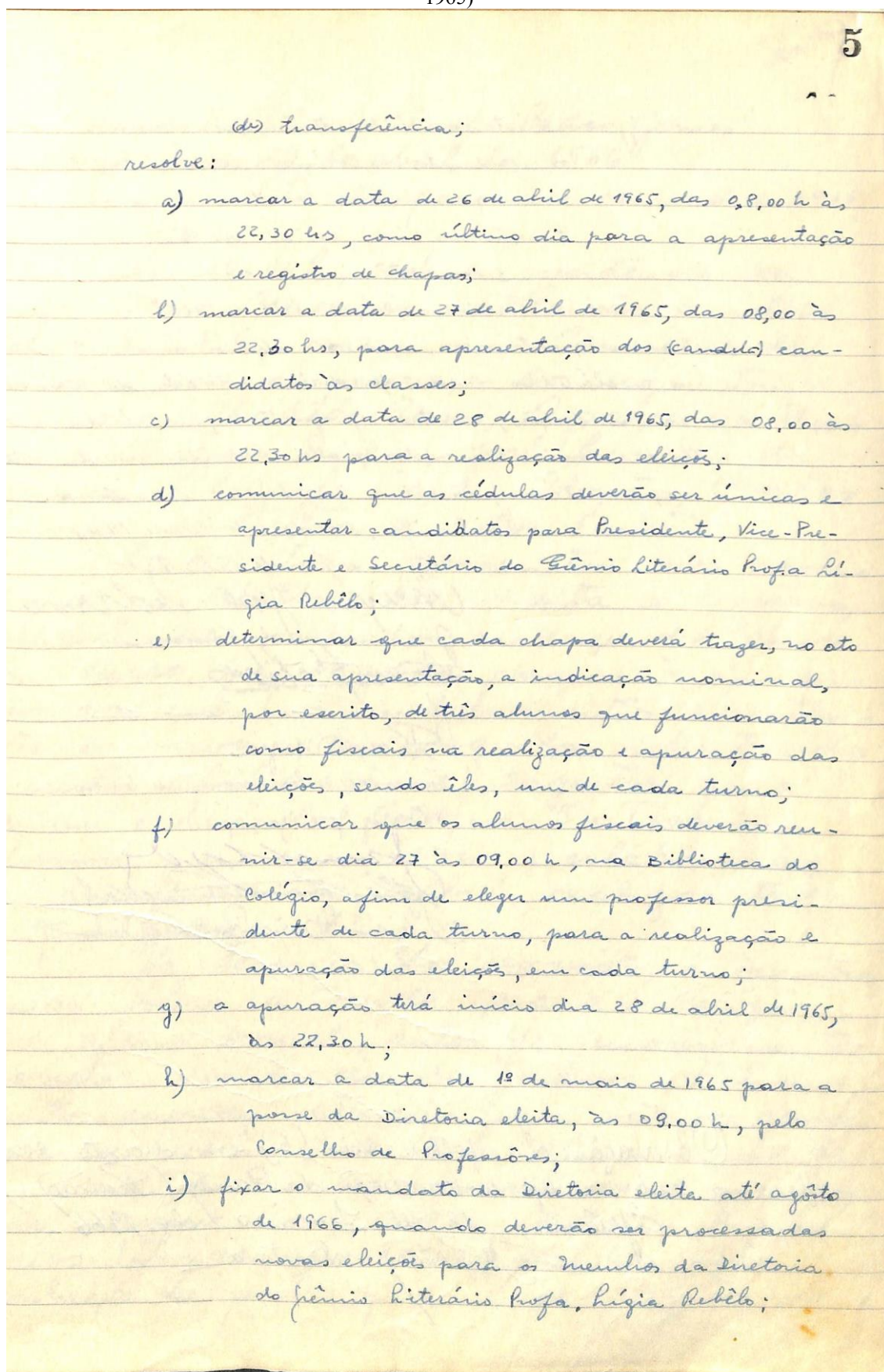


Imagem 60 - Ata da Quarta reunião do Conselho dos Professores do CEPPG, verso, parte final (22 de abril de 1965)

j) a diretoria eleita terá que assumir, com os estudantes do Colégio Estadual "Prof. Pedro Gomes" o compromisso de continuar a obra de construção da sede social do Grêmio.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Goianópolis, 22 de abril de 1965."

Deliberou-se, outrossim, que os alunos de 3ª e 2ª científico e clássicos não perderiam o direito de candidatura às eleições, contra proposta apresentada.

Nada mais havendo para discutir nesta ata, eu, secretário, larei a mesma e assino.

Goianópolis, 22 de abril de 1965

(assinatura)
 Mano José Pedrosa
 José Luíz da Fonseca
~~Antônio de Jesus~~
 Horácio Gomes
 Baixão Maria
 Ivam de Carvalho de Castro
 Mary José Gomes
 José de Jesus
 Antônio de Jesus
 Lígia Maria Belho Féliz

Observação: Da folha seis (6) em diante conterá a rubrica Maria Conceição da Baixão (Baixão)
 Goianópolis, 18 de Fevereiro de 1966
 Baixão - Diretora

Além das preocupações políticas que o grêmio pudesse, eventualmente, gerar para Lúgia Rebelo, outro motivo que a levava a mantê-los em atividade “supervisionada” por ela, no interior do Pedro Gomes, era a importância da agremiação de estudantes como dispositivo componente da cultura escolar, que permeava o cotidiano dos estudantes exatamente na mesma perspectiva das práticas educacionais subjetivas. Nesse sentido, João Silva Neto exaltou o grêmio estudantil como um espaço promotor de experiências educativas e vivências formativas. Ele lembrou que a entidade favorecia a existência de um ambiente de vida cultural intensa no interior do CEPPG:

O grêmio do colégio Pedro Gomes tinha um trabalho extraordinário do ponto de vista cultural e de lazer. Realizávamos bailes, concursos de oratória, de poesia, de contos. Tínhamos uma vida cultural intensa. Sai do Pedro Gomes em 1968 e as atividades continuaram até quando houve a prisão do pessoal, o que desmantelou o grêmio. Então expulsaram os remanescentes do Pedro Gomes, que eram o presidente Paulo de Jesus, o Stepan Nercessian, o Eli [Alves Fortes]. Expulsaram mais de vinte pessoas, causando o desmantelamento do grêmio em 1968. (Depoimento de João Silva Neto. *In.*: ALVES; ALVES, 2013: p. 229).

Se, por um lado, Lúgia Rebelo precisou lidar com os reflexos do golpe civil-militar dentro do colégio, sobretudo no que se refere à administração dos limites das manifestações políticas do grêmio, as movimentações políticas externas à escola também não tardaram em afetar seu trabalho e, a médio prazo, acabaram por comprometer sua permanência na função de diretora do CEPPG.

A saída de Lúgia Rebelo da direção do colégio está relacionada ao seu posicionamento político, firmado com veemência após o golpe militar de 1º de abril de 1964. A proximidade com o governador deposto Mauro Borges, por quem havia atuado ativamente, em favor de sua eleição em 1960, gerou desgastes com as instâncias superiores, que culminaram no seu afastamento compulsório. No final de 1965, após a conclusão daquele ano letivo, o governo estadual, por intermédio do novo secretário da educação e cultura, José Luiz Bittencourt, determinou sua substituição. Sobre este período, Raquel Teixeira escreveu, em artigo publicado no *Jornal Diário da Manhã*:

Cidadã consciente, nossa professora tem seu lado político: participa ativamente da campanha de seu ex-aluno Mauro Borges ao governo de Goiás, bem como da mobilização feita junto ao Comando Revolucionário das Forças Armadas para mantê-lo no governo. Tentativa frustrada, Dona Lúgia consegue permanecer ainda por um ano na direção do Pedro Gomes, graças à movimentação dos professores e pais de alunos, mas é finalmente exonerada. (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 DE SETEMBRO DE 2007).

Na documentação do colégio, o contexto de sua destituição foi registrado pelo ponto de vista da colega que a substituiu na função, Maria Conceição da Paixão, conhecida como professora Zizi. Por se tratar de um relato contido em um documento formal, a descrição do fato é sucinta, sem margem para o detalhamento do teor integral de sua fala. Porém, é possível

perceber que a troca foi uma situação politicamente forçada, e que contribuiu para um aparente ambiente de incerteza entre os colegas, a ponto de necessitar de esclarecimentos expressos em tom de lamentação, além de levar a nova diretora a construir um sutil esforço discursivo que sugeria sua posição de isenção em relação à decisão tomada pelas instâncias superiores. O fato, que ocorreu no dia 03 de abril de 1966, foi assim registrado na “Ata da 1ª Reunião dos funcionários da Secretaria do CEPPG em 1966”:

Inicialmente a diretora usou da palavra relevando a importância do funcionamento da Secretaria, e que o cargo que ora ocupa, não foi por ela solicitado, pois o está ocupando porque o governo achou conveniente, e continuou: “estamos também, porque assim Deus o quer”. Explicou também, que a ex-diretora, Dona Lígia Maria Coelho Rebelo fez o que foi possível [e que] procurássemos tirar o máximo também do nosso esforço. (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES, 1966).

Sob tais circunstâncias, a nova diretora comunicou, na sua primeira reunião com a equipe de funcionários do colégio, no início do ano letivo de 1966, a motivação da substituição. De acordo como o que foi relatado, aproveitou a ocasião para evocar o espírito de trabalho legado pela diretora anterior, ao mesmo tempo em que valorizou os esforços da antecessora (talvez se referindo especificamente à resistência demonstrada por Lígia Rebelo no contexto adverso que se impôs sobre ela ano anterior, permanecendo na direção ao longo de 1965 sob forte pressão ocasionada pelos atritos políticos).

A formalidade dos registros institucionais não permite vislumbrar as reais motivações para a substituição da diretora, nem muito menos, apreender o “clima” que se instalou entre a equipe naquele momento. Entretanto, a entrevista da professora Terezinha de Alencastro Veiga Lobo a Jales Naves apresenta maior riqueza de elementos válidos para nossa análise. Segundo ela, a notícia de que Lígia Rebelo deixaria o posto de diretora da instituição causou comoção e alvoroço no interior do colégio: “quando a oposição, liderada pela UDN, ganhou as eleições para o Governo do Estado, em 1965, dando a vitória ao candidato Otávio Lage de Siqueira, os udenistas queriam tirar Dona Lígia, que era muito ligada ao PSD, do então governador Mauro Borges”.

Então, após fortes pressões superiores e o surgimento de um ambiente hostil à sua permanência, entre os inspetores da Secretaria da Educação, a mudança se efetivou logo no início de 1966. A professora Leleza relembrou o desconforto geral que a situação causou ao final do ano de 1965:

Lígia Rebelo foi pega de surpresa, quando participava de uma festa de formatura. O que mais a deixou chateada foi o fato de ter sido substituída pela colega de direção, a vice, dona Maria Conceição da Paixão (Zizi). Sentiu-se traída, ficou magoada, mas foi reconhecida, recebendo uma boa recompensa, ao ser convidada pelo seu contemporâneo Joaquim Guedes de Amorim Coelho para auxiliá-lo na Centrais Elétricas de Goiás (Celg). (NAVES, 2021. In: JORNAL A REDAÇÃO, 10 de julho de 2021).

Apesar dos dissabores que suas relações e preferências partidárias acabaram lhe causando fora da escola, em seu interior, a relação que Lígia Rebelo estabeleceu com o grêmio estudantil de foi respeito mútuo, na maior parte do tempo. Por isso, grandes atritos frontais foram evitados durante sua gestão.

Sua característica diplomática, de conseguir diluir o firme exercício de sua autoridade em meio a elementos inquestionavelmente democráticos, como elaborações coletivas, decisões colegiadas e a realização de eleições em diversas oportunidades, permitiu que ela obtivesse sucesso na manutenção de sua visão sobre a educação e a escola, enquanto lhe fora concedido espaço para tanto.

Ao conduzir o trabalho de modernização que lhe fora atribuído a partir da mudança de sede e da transformação do ginásio em colégio, através das escolhas administrativas que fez, ela imprimiu sobre o ambiente, também suas características pessoais, expressando-as na forma como conduzia as relações com os estudantes e a comunidade em geral.

Dentro da margem de ação possível, ela se empenhou ativamente para a obtenção de uma sede própria definitiva, assim como na condução enérgica dos processos de expansão das estruturas e do atendimento à comunidade; abraçou e deu suporte à ideia da educação musical na escola; fomentou o projeto que culminou na formação da banda marcial; e, por fim, conduziu um significativo processo de construção de uma imagem pública positiva relativa ao Colégio Pedro Gomes.

Foram estas algumas de suas ações que, por si só, mostram o caráter de suas escolhas como profissional da educação enquanto atuou como diretora do CEPPG. São ações que, como visto, deixaram profundas e indeléveis marcas na história da instituição, bem como na vida de um sem-número de pessoas que por lá passaram.

Investigaremos, a partir de agora, em que medida estas ações se relacionam com a expressiva quantidade de homenagens recebidas por Lígia Rebelo, transmutadas, no interior da comunidade do Colégio Pedro Gomes, em elementos memoriais cujos sentidos, naturalmente fluidos, merecem ser compreendidos e situados no tempo.

4 O MONUMENTO A LÍGIA REBELO: OS SENTIDOS SIMBÓLICOS DE UMA HOMENAGEM RECEBIDA EM VIDA E SUA CONSTITUIÇÃO COMO LUGAR DE MEMÓRIA

“As obras de arte – quer se trate de monumentos, quer de objetos móveis – ainda constituem o tecido ambiental da vida moderna. Se as conservamos, ou seja, se toleramos ou desejamos a sua presença, é porque ainda têm significado.”

Giulio Carlo Argan

4.1 O “esforço de permanência”: rememoração e atualização imagética visando à autoafirmação da personalidade

De forma certa, a reflexão proposta pelo historiador e teórico de arte italiano vai ao encontro das motivações iniciais que desencadearam a realização desta pesquisa. Inquietações originadas de experiências vivenciadas por mim no interior do Colégio Pedro Gomes, quando ainda era professor daquela instituição, impeliram-me à busca por significados que serão desvelados ao longo deste capítulo.

Parece-nos inequívoco que o espaço concedido ao desenvolvimento e ao funcionamento de elementos que caracterizam práticas educacionais subjetivas, como a banda marcial e o Grêmio Literário-Estudantil, contribuíram para que Lígia Rebelo firmasse sua posição como uma gestora escolar que esteve empenhada na construção e no fortalecimento de uma imagem potente e eficiente da escola que dirigiu. Seu projeto de memória, concebido intra-institucionalmente, ao ser incorporado à cultura escolar do colégio, representou a continuidade de suas intenções em utilizar o espaço escolar para exercer algum tipo de influência sobre os processos ocorridos naquele ambiente, mesmo distante da sala de aula. Lígia Rebelo sabia que a manipulação da memória também possui caráter formativo, por isso se empenhou em “memorializar-se”, ao compactuar com o recebimento de inúmeras homenagens que manteriam viva sua presença, dentro do CEPPG, nos anos que se seguiram ao seu desligamento da instituição.

Portanto, objetivo desta parte da pesquisa, composta pelos capítulos 4 e 5, é analisar a permanência da memória de Lígia Rebelo, vinculada à história do Colégio Pedro Gomes, a partir de reflexões possíveis sob prismas teóricos diversos e complementares, acerca dos sentidos da existência e da longa manutenção de um monumento⁸¹ e de outras estruturas de

⁸¹ Termo utilizado sob perspectiva conceitual, cuja pertinência será tratada adiante.

valor prático, mas embebidas de forte apelo simbólico, erigidas em sua homenagem no interior da escola (o auditório e a banda, que ainda levam seu nome). Além de sua imagem, imortalizada no imaginário coletivo através de uma escultura⁸², o nome da ex-diretora é, também, parte constituinte da cultura escolar da instituição, já que estes dois dispositivos, a banda e o auditório, se tornaram importantes componentes da identidade e do cotidiano escolar, respectivamente, carregando o seu nome há gerações.

Ao chegarmos neste ponto da pesquisa, depois de termos nos aprofundado analiticamente na (auto)biografia da personagem, no contexto de suas ações como gestora educacional, e nos efeitos perpetuados em seu período como diretora do colégio, parecem óbvias as motivações e os sentidos da promoção e da existência de homenagens concedidas a Lúcia Rebelo no interior do Colégio Pedro Gomes.

No entanto, este capítulo e o próximo tomarão tais menções honrosas como objetos de análise providos de sentidos próprios, intrínsecos às suas formas de manifestação e aos seus contextos de produção. Como veremos, as homenagens, na forma como foram concebidas, são os duradouros veículos de mensagens que foram idealizadas para atravessar o tempo. A expressão artística sempre adquire contornos de expressão política quando observada para além das suas aparências. Se observada a fundo, à luz das teorias adequadas, sempre existem vestígios de que há algo a mais nas escolhas que permitiram sua existência como se vê: o nome, a forma, a técnica, o lugar.

A trajetória profissional da pessoa homenageada certamente é o princípio de toda a análise. Entretanto, a partir do momento em que a biografia, fonte dos elementos que inspiraram a honraria, é materializada na forma de um monumento ou lugar de usufruto coletivo, é inaugurada uma nova forma de interação entre a pessoa (ou a memória dela) e a sociedade. Assim, o objeto que foi construído com a finalidade de homenagear passa a ter historicidade própria. Lançar um olhar sobre tal historicidade pode configurar uma oportunidade de se ampliar a compreensão acerca da distinção que levou Lúcia Rebelo a ser a única diretora da instituição que, até hoje, recebeu deferências como a analisada neste capítulo.

⁸² Neste trabalho, a palavra escultura será utilizada de acordo com o que propõe Rosalind Krauss, em “A escultura no campo ampliado (2008), considerando-se, a título de conceito, mais o sentido histórico-cultural da escultura (no que se refere tanto à técnica quanto ao seu produto). A propósito, a concepção da autora será detalhada adiante, em contexto oportuno. A palavra estátua, muitas vezes tomada, no senso comum, como sinônimo de escultura, será utilizada sob os critérios formais apontados por Almir Paredes Cunha no seu “Dicionário de Artes Plásticas: guia para o estudo da história da arte” (2019): “Estátua [é] peça de escultura, em três dimensões, que representa figura inteira de homem, mulher ou animal, geralmente de tamanho natural, pouco menor, ou de grandes dimensões. Quando de grandes dimensões, diz-se estátua colossal e, quando de pequenas dimensões, estatueta. Em relação ao tema tratado ou à posição adotada pela figura representada, a estátua recebe nomes específicos (alegoria, equestre, jacente, pedestre, sedestre, entre outros) (CUNHA, 2019).

Neste ponto, devemos retomar as reflexões propostas pelo professor Luiz Sérgio Duarte da Silva (1997). Para ele, um dos principais limites da condição moderna na periferia é que ela se baseia em um permanente ‘esforço de atualização visando à auto-afirmação’ (SILVA, 1997, p. 107). A partir desta ideia, podemos pensar os sentidos da ação do indivíduo em posição de poder, investido da atribuição de agente da modernização.

A autoafirmação relacionada à modernidade do trabalho na burocracia pública constituiu grande parte da construção da imagem pública de nossa personagem. Uma modernidade que não se relacionava, necessariamente, com inovação em termos absolutos, mas com os efeitos de uma visão comparativa entre a realidade produzida a partir de seu trabalho e a realidade anterior. Ser moderno, neste contexto, era construir condições de ser reconhecido e lembrado como condutor de um trabalho suficientemente eficiente a ponto de ser socialmente percebido como um avanço em relação ao que existia anteriormente (ou em relação a um cenário sugerido de ausência). Assim, consolidava-se a idealização de uma modernização relativa ou, melhor dizendo, conservadora. Ações inseridas em processos de modernização que não subvertiam estruturas tradicionais eram suficientes e desejáveis, sob muita vigilância social, especialmente no que diz respeito à condução da educação dos jovens. O que hoje, chamamos de aprimoramento de práticas e modernização de infraestrutura, o discurso político-midiático chamava de “melhoramentos”. Foi na promoção de tais “melhoramentos” que a gestão de Lígia Rebelo se empenhou ao longo de dez anos.

Ao associar sua imagem pública e sua memória a um momento específico, o “período áureo do colégio”, representado por um monumento, Lígia Rebelo trabalhou para que tivesse seu nome inscrito na História da Educação goiana. Assim, seu nome, de fato, que passou a ter grande força simbólica em seu microcosmo de atuação, além de reverberações que atravessaram as décadas da segunda metade do século XX, e chegaram até os dias atuais.

Portanto, as raízes deste fenômeno, de associação pessoal-institucional, podem ser encontradas no projeto pessoal de memória pública de Lígia Rebelo, conduzido no interesse do projeto de modernização do Estado. As condições que viabilizaram esta associação são oriundas da necessidade de o Estado e seus agentes produzirem “elementos modernizantes” capazes de transmitir a ideia de progresso para os habitantes da nova capital e para a comunidade que lhe deu origem, o bairro de Campinas: daí a necessidade de se incorporar espaços educacionais na sustentação de projetos de autoridade e poder.

4.2 História, memória e poder: os sentidos tradicionais do monumento escultórico

No pátio interno do CEPI Professor Pedro Gomes, existe um objeto singular, característico dali, mas nem sempre notado. Apesar da presença silenciosamente marcante, trata-se de algo relativamente incomum entre o mobiliário que compõe um ambiente escolar convencional, especialmente quando se analisa o recorte de escolas públicas estaduais, mais ou menos contemporâneas a esta instituição, situadas em Goiânia⁸³. Por esta razão, tal elemento tem o poder de chamar a atenção de quem adentra o ambiente e tem a oportunidade de percorrê-lo com os olhos de forma mais atenta. Trata-se de uma escultura.

Eis um convite natural à curiosidade humana. Descrevendo-a superficialmente, com base em sua aparência, até mesmo o mais leigo dos olhares notaria que a obra representa uma figura feminina de olhar imponente e semblante austero, possivelmente de meia-idade. Nota-se prontamente, também, que é um monumento estatutário em forma de herma, devido à ausência de corpo (na linguagem popular, existe a clara tendência de se referir a este tipo de escultura como “busto”, como fez a própria Lígia Rebelo, em sua foto ao lado do monumento – ver inscrição a caneta no Anexo M); observa-se, ainda, que a herma fora executada em estilo figurativo-realístico, buscando uma representação fiel da pessoa (um retrato).

Diante de tal imagem, a reação natural de um espectador que nada saiba previamente sobre a figura poderia ser, em um primeiro momento, se perguntar: “quem é ela?”; seguido, talvez, pela inquietação de saber “por que ela tem uma escultura aqui?”. Como já sabemos a resposta da primeira questão, tomaremos a segunda como problema motivador deste capítulo. Nosso objetivo principal neste capítulo é refletir sobre o sentido da existência da estátua de Lígia Rebelo no interior da escola. Para isso, propomos um trajeto reflexivo que parte da superfície em direção à profundidade, analisando os aspectos visíveis e tangíveis concernentes à materialidade do monumento até atingirmos as reflexões sobre seu valor simbólico. Para além da mera descrição, neste texto buscamos contemplar as mais diversas possibilidades de análise do objeto em questão, caracterizando-o como fenômeno artístico imbuído de significado histórico, memorialístico e cultural. Visamos, deste modo, refletir sobre os sentidos de sua concepção, os possíveis significados atribuídos à sua existência e os vínculos estabelecidos com o lugar que o recebeu e o acolhe como parte de sua identidade há mais de cinco décadas.

⁸³ Entre as obras catalogadas no Inventário do Acervo Artístico do Município de Goiânia (CABRAL, 2008), apenas uma obra de características similares (escultura do tipo busto situada no interior de escola ou colégio público estadual) foi arrolada. Trata-se do busto de Pedro Xavier Teixeira, localizado no pátio interno do Colégio Estadual Pedro Xavier Teixeira (atual CEPI Pedro Xavier Teixeira), localizado na rua 1027 nº 70, Setor Pedro Ludovico, Goiânia. A peça, de autoria de Angelos Ktenas, é datada de 1978. Assim como a herma de Lígia Rebelo, foi também realizado em bronze. Sua instalação também foi feita sobre pedestal de alvenaria com placa metálica de identificação. Suas medidas são 57 x 50 x 27 cm. Pedro Xavier Teixeira, a figura homenageada no monumento, foi vereador na Câmara Municipal de Goiânia por seis legislaturas, entre 1959 e 1977, quando faleceu, aos 49 anos, durante o exercício de seu sexto mandato.

O monumento⁸⁴ a Lígia Rebelo (*Imagem 61*) é composto por uma escultura confeccionada em bronze, fixada sobre pedestal de concreto revestido de granito claro onde, na face frontal, se situa uma placa metálica com inscrições gravadas. A representação escultórica da ex-diretora mede cinquenta centímetros de altura, por quarenta centímetros de largura e vinte e cinco centímetros de profundidade.

Imagem 61 – Monumento a Lígia Rebelo (Péclat de Chavannes, 1961)



Fonte: Acervo pessoal Vinícius Felipe Leal Machado/ Autoria própria/ Localização: CEPI Professor Pedro Gomes, Goiânia

Em seu arquivo, a professora conservou uma das referências visuais utilizadas pelo autor no processo de elaboração da peça (*Imagem 62*). O retrato, que se assemelha ao padrão de fotografias usadas para identificação pessoal em documentos oficiais, estava arquivado no acervo de Lígia Rebelo junto de uma matéria jornalística que falava sobre o autor da escultura, Antônio Henrique Péclat, o “Péclat de Chavannes”. Nota-se que o artista buscou captar a essência do retrato fotográfico, reproduzindo-o fielmente, sem espaço para intervenções criativas que alterassem a premissa de realismo típica da proposta deste tipo de obra.

⁸⁴ Doravante, sempre que se fizer conveniente, designaremos de “monumento” o conjunto em que a escultura está inserida, e a pertinência conceitual desta escolha será objeto de análise posterior.

Exploraremos o contexto de produção e os vínculos existentes entre o artista e Lígia Rebelo mais adiante.

Imagem 62 - "Referência": Retrato utilizado por Péclat para elaboração da escultura



Fonte: Acervo familiar de Lígia Rebelo / Reprodução fotográfica: Vinicius Machado

Como dito, a escultura que constitui nosso objeto de análise é do tipo “herma”. Muitas vezes, as sutis diferenças formais relativas às características dos dois tipos se confundem, resultando na aplicação imprecisa das definições, especialmente na linguagem cotidiana, onde a palavra busto encontra-se naturalmente inserida no vocabulário e no imaginário popular devido à relação primária que guarda com a anatomia humana. Amplamente difundido na história da arte ocidental, graças às suas origens situadas na clássica cultura greco-romana, as modernas esculturas em forma de busto são derivações das hermas, originárias, portanto, da arte estatutuária da Grécia Antiga. Como explica Nanci Santos Novais (2010), o termo “herma” designava, originalmente, uma representação do deus Hermes, usualmente colocada em cruzamentos de estradas, funcionando como um marco de referência para localização em trajetos com encruzilhadas e em divisas territoriais. Entende-se, a partir do que fora exposto

pela autora, que este tipo de obra era caracterizado, em sua origem, pela necessidade humana de marcar e demarcar publicamente sua presença, individual ou coletiva, no espaço socialmente compartilhado, através da expressão de características culturais próprias, muitas vezes personificadas em uma figura divina vigilante.

No processo histórico de ocupação do espaço, sempre marcado por disputas, fez-necessário investir de sentido cultural certos símbolos materiais que tivessem potencial para expressar a autoridade exercida sobre um território. Seriam, estes objetos, formas simbólicas de dizer “eu estou aqui, pois faço-me presente através deste símbolo”. Tais símbolos, portanto, deveriam servir de lembrete permanente ao público, que neles podiam se referenciar e se localizar. Encontrava-se, pois, naqueles marcos, algum tipo de orientação e sentido, mesmo que isso significasse, a princípio, aparentes trivialidades como o reconhecimento do território em que se estava pisando ou o caminho a ser seguido por um viajante, ou ainda a virtual sensação de segurança/ proteção, ao se deparar com uma representação divina familiar. Assim, o monumento escultórico público surgiu como uma forma de exercer poder político, religioso ou militar (dimensões originalmente conectadas) sobre os espaços e as pessoas que neles viviam ou que por ele circulavam:

como uma demanda social, significativo da relação de cada momento no tempo e no espaço. Primeiro, materializado em dólmens, estelas, tótenes, os monumentos eram colocados ao longo dos caminhos para orientar e proteger os viajantes. Com a mitologia grega, este arquétipo passa a ser representado na figura de Hermes, o Deus protetor dos caminhos. (NOVAIS, 2010, p. 42)

Estruturalmente, uma herma era constituída pela cabeça, pescoço e parte do tronco, cortado verticalmente, em suas laterais, à altura dos ombros e, delimitado horizontalmente, por um corte acima da altura dos mamilos. A escultura era posicionada de tal forma que os cortes verticais fossem continuados pelos planos laterais da base que a elevava à altura desejada. Neste tipo de objeto, a coluna da base era um pedestal prismático, denominado “hermeta”. No “Dicionário de Artes Plásticas: guia para o estudo da história da arte”, elaborado pelo artista e pesquisador Dr. Almir Paredes Cunha, encontramos definição praticamente idêntica à da pesquisadora, na forma do verbete “Herma”: “Originalmente um retrato do deus grego Hermes, terminado em um pedestal sob a forma de tronco de pirâmide invertido, Por extensão, qualquer meio-busto esculpido, ou estátua, fazendo parte de um plinto” (CUNHA, 2019). Esta definição é importante para nosso texto, uma vez que estabelece a correlação estético-estrutural entre a herma e o busto, definindo a herma como um “meio-busto”. Na mesma obra, o autor define busto da seguinte forma: “Escultura ou pintura que representa parte da figura humana, composta pela cabeça, ombros, pescoço e uma parte do peito” (CUNHA, 2019). Entende-se, portanto,

que para o autor, o busto apresenta mais elementos do corpo da pessoa retratada que a herma, em que os cortes são responsáveis por deixar a peça “mais enxuta”.

Devido às suas características de execução mais simples, rápida e de custo inferior, demandando o uso de menos tempo e material - quando comparadas a obras que retratavam o corpo inteiro - este tipo de escultura popularizou-se entre os gregos. Especialmente no Período Clássico, quando Crésilas executou o “Busto de Péricles” (provavelmente em 425 a.C.), no âmbito dos grandes incrementos em ornamentação urbana que recebera Atenas, o gênero tornou-se, gradualmente, de uso corriqueiro para ornamentação de espaços, principalmente com o objetivo de prestar homenagens e cultos. Estes usos agora já não eram mais voltados exclusivamente ao deus Hermes, pois a prática se estendeu a outras divindades, além de pessoas, que passaram a ser também representadas de tal forma.

Assim como muitas práticas culturais gregas, este hábito cativou os romanos, que potencializaram seu uso político, sem, contudo, abandonar o significado religioso que lhe conferia legitimidade simbólica. Assim, muitas réplicas de monumentos gregos foram traduzidas ao estilo romano. Por fim, representações escultóricas de generais, aristocratas e políticos, junto de figuras lendárias, acabaram por povoar a urbanidade românica. A administração romana promoveu a difusão deste tipo estatutário pelos seus domínios e áreas de influência, onde, sob a égide da união simbólica entre as esferas sacra e cívico-militar, a escultura pública assumiria, “o papel de testemunho da história das cidades” (NOVAIS, 2010, p. 42).

A autora explica que a partir do “Renascimento Cultural” europeu, “com a desvinculação do sagrado e do profano, e a divisão entre o presente e o passado, entendido como tempos diferenciados, o monumento perde sua conotação religiosa” (NOVAIS, 2010, p. 42), assumindo seus sentidos modernos, vivenciados até os dias atuais. Aos poucos, o busto e a herma - a cabeça esculpida - foram se tornando uma forma de retrato tão importante para o registro das feições e da aparência de “pessoas importantes” - invariavelmente, aquelas que podiam pagar por elas ou “faziam por merecê-las”, mais precisamente, aqueles que, de alguma forma se impunham como merecedores - quanto outras formas de retrato, como a pintura figurativa. Esta, mais prática que a escultura, no Período Moderno se tornaria cada vez mais usada para esta finalidade (o retrato), pelo menos até a invenção da fotografia. Com efeito, estas formas de representação artística da figura humana jamais se substituíram por completo ou eliminaram umas às outras. Pelo contrário, atendendo a diferentes objetivos e demandas, derivando-se em novos usos e interpretações, atravessaram os séculos coexistindo e dividindo

com naturalidade o ambiente cultural e as paisagens urbanas, tanto nos espaços públicos, quanto nos privados.

Destaca-se, porém, na arte escultórica, seu potencial de substancial ocupação volumétrica e, por conseguinte, de obtenção de considerável destaque no espaço em que se insere, devido à tridimensionalidade que lhe é inerente. No tumultuado cenário urbano moderno-contemporâneo, muitas vezes poluído pela publicidade ou pela condensação de elementos, a busca por visibilidade e impacto sobre o público é constante. No contexto da arte urbana, as formas tridimensionais ocupam lugar privilegiado entre as possibilidades de expressão artística geradoras de atração. A escultura, especialmente quando instrumentalizada para finalidades de exercício de poder, evoca, com maior tangibilidade que as representações bidimensionais, elementos que possuem potencial de remeter, pela sua presença, à iconografia ligada ao imaginário de autoridade, seja ela política, religiosa, memorialística, etc, podendo expressar, através de signos específicos, valores como familiaridade, proximidade, fiabilidade, perenidade, imponência e altivez.

Assim, o impacto de uma escultura no imaginário urbano, independentemente de suas dimensões, materiais ou técnicas empregadas, está relacionado com seu potencial de “se fazer lembrar” e ainda de “educar sobre o passado”. Ou seja, relaciona-se, primariamente, com sua monumentalidade, no sentido proposto por Le Goff (1990). Apesar de ter uso corrente, especialmente no jargão da arquitetura, como palavra que sintetiza a ideia de imponência obtida através de grandes dimensões, monumentalidade remete ao que o medievalista francês explicou em “História e Memória”, recorrendo à etimologia:

A palavra latina ‘monumentum’ remete para a raiz indo-européia ‘men’, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo “monere” significa “fazer recordar”, donde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O “monumentum” é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (1990, p. 536)

No emaranhado de paisagens urbanas, este potencial guarda primordial relação com a significação atribuída (e adquirida) pela obra em seu local (e época) de instalação. A relação com o lugar, portanto, pode tanto fortalecer, quanto depreciar a relevância e os sentidos pretendidos de uma obra, evidenciando ou não sua potência de monumentalidade. Esta compreensão é possível a partir do que propôs Rosalind Krauss, quando, em 1979, no texto “A escultura no campo ampliado”, explicou como o conceito de escultura passou a ser manipulado, “moldado, esticado, torcido”, especialmente na arte americana pós-Segunda Guerra. Isso levou a novos paradigmas de análise artística, tanto crítica, quanto academicamente. Por outro lado, entretanto, também consolidou os debates acerca dos sentidos da escultura como monumento

ou efeméride, sua vinculação à História e à memória, e, por fim, sua relação com o lugar. Ante tais preocupações, a autora apresenta-se como contraponto ao sistemático processo de banalização da categoria-conceito que observara:

Uma das coisas aliás que sabemos é que escultura não é uma categoria universal, mas uma categoria ligada à história. A categoria escultura, assim como qualquer outro tipo de convenção, tem sua própria lógica interna, seu conjunto de regras, as quais, ainda que possam ser aplicadas a uma variedade de situações, não estão em si próprias abertas a uma modificação extensa. (KRAUSS, 2008, p. 131)

Ao vincular o sentido da arte escultórica à História, a autora assevera, por correlação, sua relação com a memória e, assim, expressa as condições que atuam sobre o potencial de uma obra pública se fazer memorável ou as que a levam a perecer na irrelevância e no esquecimento: atuar no espaço/ lugar como monumento, seu arcaibouço de memórias e significados intrínsecos. Este seria, segundo a autora, o sentido original deste tipo de arte:

Parece que a lógica da escultura é inseparável da lógica do monumento. Graças a esta lógica, uma escultura é uma representação comemorativa — se situa em determinado local e fala de forma simbólica sobre o significado ou uso deste local. [...] As esculturas funcionam, portanto, em relação à lógica de sua representação e de seu papel como marco; daí serem normalmente figurativas e verticais e seus pedestais importantes por fazerem a mediação entre o local onde se situam e o signo que representam. (KRAUSS, 2008, p. 131)

Apesar desta visão - da qual nos valem - apontar para uma arte escultórica em busca de sentidos perenes e ansiar pretensamente pela grandiloquência do registo eterno, a autora admite que o campo assumiu, a partir do final do século XIX, a possibilidade da transitoriedade, tanto em forma, quanto em substância. Assim emerge a ideia do “anti-monumento”. No, entanto, isso que Krauss chama de “condição negativa da escultura”, que se caracteriza, sobretudo, pela “ausência de local fixo ou de abrigo, a perda absoluta de lugar” caracteriza essencialmente as obras produzidas sob as influências do modernismo:

[...] entramos no modernismo porque é a produção escultórica do período modernista que vai operar em relação a essa perda de local, produzindo o monumento como uma abstração, como um marco ou base, funcionalmente sem lugar e extremamente auto-referencial. (KRAUSS, 2008, p. 132)

Longe de ser uma obra realizada sob os ditames estilísticos e conceituais do modernismo, esta lógica assegura a condição da herma de Lígia Rebelo como um objeto escultórico concebido e instalado para ocupar a condição de monumento, no sentido tradicional definido por Krauss. Trata-se, pois, de uma obra executada sob parâmetros conceituais e visuais apontados como marcas oriundas de uma concepção clássica do monumento estuário: o estilo de reprodução figurativa adotado pelo autor, a significativa relação com o lugar de instalação e a intenção de perpetuar-se como marco de memória. Este último elemento é, inclusive, característica também associada à durabilidade dos materiais escolhidos, tanto em seu pedestal

de alvenaria (elemento fixo que faz a “mediação permanente” entre o lugar e a escultura), e a herma em si, realizada em metal, especificamente, bronze.

Consolidada a noção de que o objeto analisado é um monumento e, por isso, portador dos valores que o qualificam como tal, a análise avança para outros enquadramentos possíveis. Primeiramente, faz-se necessário esclarecer que, devido ao teor técnico de alguns conceitos utilizados a seguir, notas explicativas rigorosamente baseadas nas explicações de especialistas, se fizeram necessárias.

Quanto ao material utilizado para a execução da escultura, importantes considerações devem ser estabelecidas, pois, segundo o professor e escultor português João Castro Silva, o material é o princípio da existência de uma escultura e sua escolha carrega, em si, significados apriorísticos que impregnam, em essência, a própria obra:

Não podemos imaginar uma forma escultórica sem uma matéria que lhe dê corpo e a torne real. Uma forma imaterial não é concebível, é uma imagem que habita apenas o mundo das ideias. Uma forma sem uma matéria que a suporte não é forma; a matéria é, no entanto, intrinsecamente formal. [...] Cada matéria ou material escultórico tem as suas peculiaridades físicas, a sua própria essencialidade e substância. Um escultor não falseia a matéria com que trabalha, antes estabelece com ela um diálogo formal, uma relação privilegiada, íntima. Mais do que infundir na matéria significância através da incorporação de uma intenção artística, o artista descobre o significado do trabalho na matéria. (SILVA, 2021, p.79-80)

Se entre os gregos, originalmente, a técnica (cinzelação⁸⁵) para a criação de uma herma ou busto, era aplicada sobre blocos de pedra – embora o bronze também tenha sido utilizado na Antiguidade⁸⁶ - a reintrodução no universo da arte estatutária, em larga escala, do uso desta liga

⁸⁵ O Glossário de Técnicas Artísticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, elaborado pelo professor Paulo César Ribeiro Gomes (2013), assim define e contextualiza o processo da cinzelagem: “é o processo de escultura em pedra para alcançar a formação de objetos em três dimensões. A escultura em pedra é uma atividade tão antiga quanto o homem, praticada desde a pré-história até os dias de hoje. As primeiras culturas utilizavam técnicas abrasivas, mas a tecnologia posterior utiliza-se de técnicas baseadas no uso do martelo e do cinzel (daí a expressão cinzelada) como ferramentas básicas para a escultura de pedra. As pedras normalmente disponíveis são o mármore, que tem uma superfície de grande translucidez, comparável à pele humana. É essa translucidez que dá a uma escultura em mármore uma profundidade visual além da sua superfície e isto evoca certo realismo, quando utilizado para obras figurativas. O mármore também tem a vantagem de ser um mineral relativamente macio e fácil de trabalhar. Outro mineral utilizado é o calcário, mais duro e mais durável, que não permite os detalhes do mármore, mas é mais resistente. Os métodos de trabalho são dois: o método direto, no qual o artista seleciona a pedra e atua diretamente sem uso de modelos e o método indireto, quando o escultor começa com um modelo, feito geralmente de gesso ou argila, a ser copiado na pedra com o auxílio de instrumentos de precisão. O processo de esculpir se inicia com o desbaste da pedra, passando para o refino, no qual as peças são trabalhadas na sua superfície e, finalmente, dá-se o polimento, que dá o acabamento-final”.

⁸⁶ Se comparado ao mármore, que era o outro material mais utilizado para a fabricação de esculturas na Europa Antiga, o bronze figura em menor número de exemplares remanescentes do período, com diferença considerável. Isto ocorre devido ao fato desta liga ser facilmente reaproveitável, tornando-a um material nobre, altamente valorizado para uso em diversas finalidades, incluindo militares. Assim, muitas peças acabaram, ao longo dos séculos, sendo transformadas em outros objetos. Por outro lado, gregos e, sobretudo, os romanos, gozavam de abundância de mármore em seus domínios, o que favoreceu a exploração das pedreiras e forçou à especialização

metálica⁸⁷, no período pós-industrial, possibilitou a ampliação das possibilidades produtivas e, definitivamente, facilitou a propagação comercial deste tipo de objeto. A propósito, o professor polonês Sergiusz Michalski (apud ALVES, 2004, p. 52), considera que a produção de monumentos de temática cívica e estética figurativa, em moldes clássicos, configurou “um dos elementos favoritos da cultura no século XIX”. Governos, instituições, entidades e personalidades em geral, passaram a, cada vez mais, recorrer a artistas que, em resposta à demanda, buscaram se especializar nas técnicas de fundição do bronze⁸⁸. Cada vez mais presente em monumentos fixados em praças, pátios e logradouros públicos, em geral, o bronze se estabeleceu, ao longo do século XX, como o material ideal para a criação de retratos tridimensionais, especialmente quando estes eram encomendados para ocupar espaços ao ar livre. Dois motivos colaboraram para este fato. O primeiro, de especial interesse dos artistas, preocupados com os resultados de seus esforços, estava relacionado às suas características favoráveis de trabalho, que facilitavam o detalhamento e a precisão, como explicou artista alemão Alexander Heilmeyer, no início do século XX:

O bronze favorece uma certa estilização da forma bem como uma maior exatidão e precisão da expressão. Isto pode ser reconhecido nas boas produções de bronze através das formas nitidamente concisas, da determinação clara do detalhe e, em geral, por toda a elaboração do conjunto. (HEILMEYER, 1928, p. 50)

O outro motivo guarda relação direta com as expectativas dos compradores de se ter “algo feito para durar”: a resistência do bronze, quando exposto a céu-aberto, confere-lhe a

dos artistas no trabalho com o material. Esta situação favoreceu a perpetuação das estátuas em mármore como símbolos da estatuária clássica.

⁸⁷ Devido a suas características de maleabilidade (ideal para a reprodução, em molde, de feições detalhadas em estátuas figurativas) e durabilidade, especialmente em áreas externas, resistindo à corrosão por oxidação, o bronze teve a preferência de escultores, quando se trata da fabricação de peças em metal, em detrimento de outros materiais, como o ferro fundido. Entretanto, na arte pós-industrial e, sobretudo com advento da arte moderna, o experimentalismo com materiais diversos se tornou comum entre os artistas de vanguarda e acabou-se popularizando o uso de materiais metálicos de características diversas, tanto na escultura, quanto no design e na arquitetura, ao longo do século XX.

⁸⁸ Gomes (2013) explica que “o bronze é o mais usual dos metais com os quais se fundem esculturas, a ponto de que qualquer escultura de metal frequentemente ser chamada de bronze. O bronze é uma liga metálica constituída [geralmente] de 85% de cobre, 10% de estanho e o restante de chumbo, e tem a propriedade de se expandir um pouco enquanto resfria, ressaltando todos os detalhes do molde. O processo mais utilizado para se fundir uma escultura de bronze é o chamado método da cera perdida, no qual o artista começa fazendo um modelo da obra em tamanho real em argila. A partir desse modelo, confecciona-se um molde com material próprio. Desse molde primeiro tira-se uma cópia em material vulgar, como gesso ou outro material plástico, que será a primeira visão da obra. Aplica-se então uma camada interna de cera no molde, como se fosse a casca de uma laranja, que será substituída pelo metal, na hora da fundição, daí o nome do processo. Reforços estruturais são adicionados aumentando a camada de cera em alguns pontos ou colocando-se pedaços do mesmo material. Preenchem então o espaço interior restante no molde para não gastar muito bronze e deixar a peça mais leve. O conjunto do molde é então reforçado externamente para que não se rompa durante a fundição. Verte-se então o metal fundido, cuidando de deixar um caminho por onde saia a cera derretida. Após um período de resfriamento, desmoldagem e correção de pequenos defeitos de fundição, a peça vai ao acabamento-final. Após o polimento aplicam materiais corrosivos para oxidar a peça e formar uma pátina que protege e dá a cor final da obra, ao gosto do artista.”

esperada característica de durabilidade, já que a liga é capaz de resistir a intempéries e à força do tempo atmosférico com degradações mínimas, sendo que a ocorrência de alteração mais destacada de suas características originais é que “ao ar livre as esculturas adquirem naturalmente cores negras e verdes” (SILVA, 2021, p. 108). Assim, devidamente situada a céu-aberto, explica-se como a escultura de Lígia Rebelo adquiriu tons realmente escurecidos, como pode ser visto na “Imagem ...”.

Deve-se observar, é claro, outros fatores concorrentes para o emprego do bronze em obras deste tipo, tais como os custos, a urgência e a disponibilidade de mão de obra qualificada para a execução do trabalho. Refletiremos sobre a correlação de tais circunstâncias, com ênfase nesta última, mais adiante, em trecho oportuno.

4.3 Os sentidos intrínsecos ao lugar: o monumento a Lígia Rebelo como um exemplar de escultura pública interior e sua inserção na cultura escolar do Colégio Pedro Gomes

A proliferação em massa de esculturas de bronze instaladas em locais públicos e as intencionalidades relacionadas a seus usos desdobram esta análise tipológica do objeto em outra categoria-conceito na qual o monumento a Lígia Rebelo deve ser enquadrado: o de escultura pública, que por sua vez está inserido no contexto teórico da arte pública. Entender como a herma de Lígia Rebelo se insere neste debate é um dos meios essenciais para o aprofundamento das reflexões acerca dos sentidos e significados de sua existência.

Para definir o que é uma escultura pública, é necessário compreender primeiramente o que a torna pública: o lugar, precisamente o “espaço público”, como denomina José Francisco Alves. Para o autor, “espaço público é aquele para cujo acesso o espectador necessita de livre circulação. Portanto, para apreciar a obra em espaço público não é necessária permissão, nem pagamento de ingresso, nem tampouco atravessar muros, gradis, etc.” (ALVES, 2004, p. 12).

Tal definição poderia nos colocar diante uma problemática na categorização da herma de Lígia Rebelo, uma vez que o pátio interno de uma escola, mesmo sendo um colégio público (no sentido administrativo), não permite a livre circulação de pessoas sem a devida permissão. O ambiente escolar, pensado como espaço voltado primariamente para o exercício de processos educativos formais, possui suas regras e códigos específicos, entre os quais figuram as normativas que regulam o acesso e a circulação de pessoas. Nos sistemas e redes de ensino de nível básico, regulamentados, no Brasil, pelas legislações federal, estaduais e municipais, estas regras são naturalmente introduzidas no cotidiano escolar, se incorporando ao *habitus* de funcionamento das instituições. São, portanto, elementos constituintes da cultura escolar que

visam, entre outras coisas, a segurança dos estudantes e profissionais envolvidos, além de serem pensadas para a manutenção de uma organização interna que privilegie essencialmente o processo de ensino-aprendizagem ali desenvolvido, condicionando o atendimento ao público ampliado, constituído pela comunidade externa, à categoria de atividade secundária ou colateral.

Apesar da aparente limitação imposta pelo conceito de escultura pública, ao delimitá-la ao espaço público, este é, justamente, o ponto de partida que conduziu ao aprofundamento das reflexões acerca da relação entre o espaço, o público e a arte, levando o autor a buscar elementos que ampliassem as possibilidades de análise. Assim, nos valem da introdução da noção de “espaço semipúblico”, assim definido: “Lugares cujo acesso somente é dado em certos períodos de tempo: os locais semipúblicos. São espaços abertos de ingresso mais restrito, como escolas, pátios de órgãos e empresas estatais, clubes, quartéis e os cemitérios” (ALVES, 2004, p. 12).

O autor explica, aliás, que este conceito tem sua concepção vinculada aos estudos de arte cemiterial, uma vez que “o monumento tumular é a principal origem da escultura pública” (ALVES, 2004, p. 12). Por isso, a arte cemiterial guarda “estreita ligação com a ampla gama de trabalhos colocados efetivamente em lugares públicos” (ALVES, 2004, p. 12). Contudo, observou-se naquele campo de estudos, que cemitérios podem ser espaços com acesso controlado em alguma medida. Apesar de muitos configurarem verdadeiras galerias a céu-aberto, a visitação, não raro, obedece a parâmetros limitantes de horário e circulação. Além disso, são ambientes normatizados por códigos culturais que, de certo modo, estabelecem vigilância sobre comportamentos em seu interior.

Tendo isso em vista, de forma muito pertinente, Alves (2004) pontua o que lhe parece uma obviedade de afirmação necessária: “a história da arte nos cemitérios varia conforme a realidade do mundo dos vivos” (p. 43). Sendo assim, não só a produção, como a exposição e a apreciação de tais elementos adjacentes à tumba estão submetidos aos valores de seu tempo e aos preceitos de quem se responsabiliza pela sua salvaguarda. Deste modo, o termo “espaço semipúblico” surge como definição mais apropriada.

Entende-se, portanto, que no cemitério está um dos sentidos originais da homenagem escultórica pública: a intenção de exaltar e perpetuar, entre o público visitante, a memória pós-morte exatamente em um lugar que guarda relação direta – tanto de ordem prática, quanto simbólica - com esta intenção, uma vez que ali seria a “última e permanente morada” da pessoa homenageada. Logo, seria o lugar mais adequado para rememorar sua existência, já que a presença física de seus restos mortais, naturalmente ocultados, mas simbolizados pelo monumento (lápide e outros elementos) não permitiria seu esquecimento. Seria esse, então, o

lugar de memória por excelência. Foi nesse sentido que o arquiteto e professor catalão Pedro Azara elucidou que: “A tumba é um cárcere, como também um monumentum, quer dizer, um objeto que mantém viva a memória, a recordação de um ausente”. (1999, p.12)

Sobre os processos de interação entre público e objeto artístico em lugares semipúblicos, Alves afirma que nos locais deste tipo circula, normalmente, “um público restrito, porém, ainda um público” (ALVES, 2004, p. 12), dentre o qual incluem-se visitantes ocasionais e aqueles que tem presença mais constante. No caso de uma obra situada, de forma permanente no interior de uma escola pública de grande porte, localizada em uma região densamente povoada de uma capital estadual, pode-se pensar no grande número de visitantes eventuais e, principalmente, de habitués que puderam (e ainda podem) ter tido contato com o monumento: certamente, um incalculável número estudantes, professores e funcionários, aos quais se somam pais, familiares e responsáveis por alunos e demais membros da comunidade. No caso específico da herma de Lígia Rebelo, trata-se de uma peça que está ao alcance de tais olhares há mais de seis décadas.

Alves (2004, p.12) explica que, nesse universo de expectadores possíveis, está incluso o que Jeremy Beach chama de “audiências particulares”, ressaltando que esses grupos são o alvo mais frequente para as instalações de arte pública, uma vez que, em seu entendimento “é difícil encontrar uma obra de arte ao ar livre destinada para todo o público”. Tal afirmação poderia, a princípio, parecer um contrassenso conceitual, porém adquire pleno sentido ao se observar que a interação entre público e obra nem sempre resulta na apreciação subjetiva e, muito menos, na interpretação aprofundada de seu conteúdo. Como explica o professor Eduardo Rocha (2020), da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, existem momentos em que indivíduos enxergam, mas não veem, de fato, o que está diante de seus olhos. Isto ocorre, pois o ato de enxergar “é um registro biológico”, uma função mecânica do olho. Enquanto a ação de ver “é um ato cognitivo, cerebral, relacionado à visão mais profunda, onde há um processo de interpretação em que, ao ver determinado objeto, o indivíduo também pode relacioná-lo a suas memórias”. Portanto, passar por um monumento público cotidianamente e não tomar nota de seus significados é plenamente possível.

Desta forma, muitos estudantes podem ter passado anos estudando no Colégio Pedro Gomes, sem jamais terem se interessado (ou manifestado interesse) em saber mais sobre o motivo daquela escultura estar naquele pátio, como pude testemunhar quando fui professor na instituição (entre 2010 e 2019). Nesses casos, apesar de terem registrado visualmente sua existência, é provável que não lhes tenha interessado - ou não lhes tenha sido oportunizado - ultrapassar a camada da mera percepção visual para obter maiores informações. Já em outros, como também presenciei, demonstravam profundo interesse em conhecer seus significados,

expressando através de perguntas sua curiosidade que, naquele momento, eu possuía capacidade limitada de sanar. Não raro, conversavam entre si sobre o assunto, especulando e trocando impressões.

Identifica-se, portanto, em situações como estas, a existência de uma audiência particular, oriunda da própria comunidade escolar, para o monumento a Lígia Rebelo. Logo, entende-se que as audiências particulares de monumentos públicos podem compor grupos de interesse organicamente estabelecidos em torno da obra. Manifestam-se como o resultado esperado da simples exposição, surgindo espontaneamente ou em reação a algum estímulo (educacional, cultural, publicitário) ou a algum condicionamento (espacial, por exemplo) como a inevitabilidade geográfica de contato, condicionada por trajeto, moradia ou realização de atividades cotidianas, como trabalho ou estudo; ou ainda, por associação de vários destes fatores, como é o caso.

Assim, os curiosos alunos que perguntavam sobre a pessoa representada na “estátua da mulher do pátio”, tornaram-se audiência para a obra. Estes foram casos que pude presenciar, e que me serviram, já naquela época, como uma amostra do potencial que aquela obra de arte possuía. Mesmo estática e silenciosa, ela falou algo à sensibilidade daqueles jovens e despertou-lhes alguma inquietação. Alguns chegaram até a intervir na obra, pintando seus lábios com tinta vermelha. Mesmo atos de interação inadequada como este, que podem ser classificados como vandalismo, apontam para o estabelecimento de uma relação que, sem dúvidas, não é pautada por indiferença. Enquanto isso, ao longo daqueles anos em que estive presente como educador naquele espaço, muitos outros alunos experimentaram pouca ou nenhuma interação com o objeto, experienciando sua existência com indiferença e distanciamento.

Entende-se, portanto, que a eficiente exposição de arte em espaços de livre, ou quase-livre circulação, tem início quando, ainda na idealização do projeto, busca-se concebê-lo tendo em mente lugar e o público provável, que não é o todo, mas aquele que, em perfil, se visa atingir. Assim, a obra elege, muitas vezes de forma tácita, seu público preferencial, mesmo em um universo amplo. É estabelecida uma relação dialética entre obra e público, de emissão e recepção de sentidos, condicionada tanto à subjetividade individual, quanto a fatores objetivos como localização/ acessibilidade, tema e estilo da obra, assim como a fatores socioculturais e econômicos do público, além de quaisquer outros elementos condicionantes do potencial de se canalizar e atrair as atenções do público circundante. Esse raciocínio nos leva ao passo seguinte de discussão do sentido público de monumentos como a escultura de Lígia Rebelo.

Como já firmado, as esculturas públicas são uma forma de arte pública, primeiramente, devido ao seu lugar de instalação e acesso para apreciação. Entretanto, este não é o único critério

ou fator a se considerar. A ideia de unir, em único conceito, o substantivo “arte” ao adjetivo “pública”, pressupõe implicações mais profundas no que diz respeito às características e às funções da arte assim qualificada. Nos campos da crítica e da teoria da arte, esta definição alimentou debates que discutem a ideia de público em oposição ao que é privado, como resumiu a crítica de arte estadunidense Lucy Lippard, ao estabelecer a seguinte definição de arte pública:

Arte acessível de qualquer espécie que se preocupa acerca dos desafios, envolve e consulta a audiência para ou com quem ela é feita, com respeito à comunidade e ao ambiente. As outras coisas – a maioria combustível para a controvérsia pública e a retórica dos meios de comunicação de massa sobre arte pública – ainda é arte privada; não importa como grande, exposta, intrusa ou exagerada ela possa ser. Permanente ou efêmera, objeto ou performance, preferivelmente interdisciplinar, democrática e às vezes funcional ou didática, uma arte pública existe nos corações, mentes, ideologias e na educação de seu público, assim como também na experiência física e sensual dele. (1997, p. 264)

Nessa perspectiva, a arte pública e as instituições públicas, por compartilharem o mesmo caráter, essencialmente condicionado ao exercício da democracia, guardam relação direta. A escola pública é, por definição básica, a antítese da escola privada no que se refere à sua função social. Se ela tem, por finalidade, democratizar o acesso à educação formal, todo o seu conteúdo cultural interno, incluindo seu acervo mobiliário, deve ser colocado a serviço deste fim. Deste modo, a escultura de Lígia Rebelo se converte, também, em um instrumento educativo inserido no contexto pedagógico do Colégio Pedro Gomes. A arte pública tem potencial para penetrar imaginários, educar, inculcar, enfim, estabelecer profundos e significativos vínculos, como explicam as professoras Maria Elízia Borges e Leda Maria Guimarães:

Entende-se por arte pública aquela produção artística que não se limita à simples edificação física, mas que também transita pelo imaginário da comunidade que flui diariamente com essas representações por meio de vínculos afetivos, sociais e culturais com o local na qual estão inseridas (BORGES; GUIMARÃES, 2007: 262).

A ponderação sobre tais abordagens possibilita o aprofundamento, de base conceitual, da reflexão sobre mais um importante aspecto atribuído como sentido do monumento a Lígia Rebelo. Ao mesmo tempo, também proporciona elementos úteis à compreensão das causas relacionadas ao fato de esculturas públicas serem itens notoriamente comuns na cultura monumental brasileira, além de terem se tornado elementos característicos de nossa urbanidade, consolidando-se, também, como parte da cultura urbana e, não raro, sendo tomados como alvo de interesses múltiplos e objeto de disputas.

4.4 Analisando o monumento como documento histórico: os sentidos da herma de Lígia Rebelo como objeto de interesse historiográfico

Como um fenômeno inserido na história cultural das sociedades, a produção de monumentos é a produção de documentos historiográficos. Assim, o estudo interpretativo dos monumentos estatutários desperta o interesse não somente de historiadores da arte, mas de uma ampla gama de estudiosos das relações humanas. Entender estes objetos para além de sua estética é um processo com potencial de revelar circunstâncias relativas à história social, política, econômica e religiosa de uma comunidade, grupo ou povo. Salientando-se que a compreensão da dimensão estética é, obviamente, importante para a compreensão de todo o contexto circundante à obra, instrumentais teóricos que possibilitem reflexões sobre as dimensões simbólicas da arte, se fazem assaz úteis. Portanto, estes estudos tendem a lançar mão de diálogos interdisciplinares em favor da busca das mais adequadas ferramentas de compreensão. Deste modo, ao se considerar a ampla variedade de campos de pesquisa sob o domínio da História Cultural, pressupõe-se múltiplos olhares que podem ser lançados sobre as obras e, através dos mais variados itinerários de análise, coloca-se a possibilidade de enriquecimento do universo de contribuições à historiografia. Como enfatizou Ronaldo Vainfas, ao destacar o processo de incremento qualitativo (e quantitativo) de pesquisas na área da História Cultural nas últimas décadas, consolidando-a, no Brasil, como resultado do crescente interesse por olhares historiográficos capazes de problematizar realidades passadas sob diferentes matizes:

Não é de estranhar, portanto, que apesar dos problemas que suscita (fato comum a outras formas de conhecimento), o interesse cada vez maior de autores e leitores na história cultural brasileira coincida com a crescente profissionalização da pesquisa universitária em nosso país. Sem prejuízo de outros campos de investigação histórica, vários deles também muito atualizados quanto aos métodos e referências teóricas, a história cultural veio para ficar. (VAINFAS, 1997, p. 240-241)

Tendo isso em mente, a presente reflexão se coloca no bojo de tais contributos, concebendo-se como incremento da pesquisa e da escrita da História de Goiás, ao mesmo tempo em que apresenta o monumento a Lígia Rebelo como objeto de interesse e debate, tanto no universo das pesquisas acadêmicas, quanto à sociedade, em geral.

A utilização da estatutaria pública como mecanismo de manipulação do imaginário coletivo em favor de projetos político-ideológicos se intensificou no Brasil a partir do advento republicano. Como delineado anteriormente, trata-se de uma herança europeia, se considerarmos, em primeiro lugar, tal instrumentalização e, em segundo plano, as influências estéticas relativas à monumentalidade. Como explicou Giulio Carlo Argan (1993, p. 57), o século XIX foi caracterizado como um período em que “como nunca se espalharam tantas estátuas nas praças, parques, parques públicos, palácios governamentais e municipais”. Esse

movimento guarda relação com o contexto de construção de identidades nacionais baseadas em mitos heroicos de formação histórica, na qual se amparavam regimes políticos em busca de afirmação. Isto ocorreu exatamente quando a disseminação do positivismo buscava a exaltação de valores como civismo e cidadania; e a arte romântica, associada à arquitetura neoclássica, se voltavam para o monumentalíssimo como forma de idealização do passado, o que serviria bem ao propósito de enraizamento histórico destes ideais políticos.

No Brasil, este fenômeno adentrou o século XX com grande ímpeto, alimentado por uma ideologia estatal favorável, associada a uma classe burguesa em ascensão, interessada em emular o embelezamento urbano europeu, se espelhando nos comportamentos culturais em voga na Europa Ocidental, especialmente na França. A afirmação da arte estatutária brasileira se inseria neste contexto que contou, ainda, com a imigração de artistas que traziam consigo conhecimentos e técnicas. Aqui, muitos passaram a atuar em firmas especializadas e a colaborar com a disseminação de saberes, absorvidos por estabelecimentos de ensino, como as escolas de artes e ofícios. Portanto, vivenciou-se no Brasil, ao longo do século XX, a construção de um cenário muito favorável para este tipo de arte, alimentado primariamente pela necessidade permanente das classes dirigentes se valerem da História para consolidar tradições a partir de “fatos epopeicos que precisavam ser comemorados, ou seja, registrados e atualizados na memória coletiva, para serem mais bem aproveitados no presente”. (ALVES, 2004, p.52).

Por isso, exemplares do tipo são tão comumente vistos pelo Brasil afora. Esculturas fixadas em locais de uso público e semipúblico estão presentes, há décadas, na paisagem e na cultura urbana de muitas cidades, incluindo a jovem Goiânia. Sempre que possível, são postas em destaque em espaços a céu-aberto, como praças, canteiros e até em obras urbanas de caráter funcional, como complexos viários (logradouros de acesso vetado a pedestres). Estas últimas, as chamadas “obras em espaços de passagem” são um caso à parte, eventualmente acabam inseridas em polêmicas e disputas de interesses. Quando originalmente concebidas para assim serem, obras em espaços de passagem são pensadas para serem apreciadas sob esta condição. Mesmo na ocorrência de circunstâncias específicas que restrinjam, de algum modo, o alcance de sua apreciação, geralmente, estas obras são colocadas em posições que oportunizam sua visualização, através do uso de artifícios empregados para sua potencializar sua projeção, como bases elevadas, robustos pedestais, recursos de iluminação e, em último caso, fusão com elementos arquitetônicos.

Não é raro, entretanto, obras que não foram concebidas para ocuparem espaços de passagem, acabarem sendo deslocadas para tal condição devido à imperiosidade das dinâmicas de transformação urbana às quais grandes centros, como a capital goiana, estão submetidos. O

caso que, talvez, melhor represente este fenômeno, na história recente de Goiânia, foi o que aconteceu com o “Monumento aos Bandeirantes”. Instalada em 1942 no centro de uma grande praça, a “Praça Attilio Correa Lima”, popularmente conhecida como “Praça do Bandeirante”, a peça, de autoria do italiano, radicado em São Paulo, Armando Zago, hoje jaz solitária e inacessível a pedestres, no alto de um elevado pedestal, ilhada entre o intenso fluxo de veículos do cruzamento que ocupa. A praça que a circunscrevia, desde 2003 desapareceu por completo, dando lugar às pistas exclusivas para circulação dos ônibus do Sistema BRT Leste-Oeste, conhecido como “Eixo Anhanguera” (Avenida Anhanguera). Notoriamente, a praça era quase exclusivamente conhecida pelo nome do monumento que nela se inscrevia, apesar de seu nome oficial homenagear um dos urbanistas que projetaram Goiânia. Entende-se que o Monumento aos Bandeirantes, assim como a praça – ambos, objetos profundamente analisados e discutidos em grande número de trabalhos acadêmicos recentes em Goiás – eram importantes pontos de referência e símbolos amplamente difundidos no imaginário do cidadão goianiense, tomado como parte da identidade urbana local em décadas passadas. Sobre casos assim, cabe destacar a reflexão proposta pela pesquisadora Maria Madalena Roberto Cabral, ao organizar no livro “Iconografia: documentação histórica e fotográfica do acervo artístico do município de Goiânia” (2008) e alertar que:

“Os espaços urbanos estão se transformando em espaços de passagem, cada vez mais é necessário alargar as ruas e avenidas, relegando as praças e as obras de arte – estátuas, bustos, esculturas e monumentos – ali instalados como um obstáculo ao imediatismo das metrópoles. Essa redução ou eliminação visa a ampliar o espaço para o trânsito de veículos, o que acarreta um grande prejuízo para as obras, que estão sendo subtraídas dos espaços de origem para outros sem a concepção inicial do artista ou reclusas a uma pequena ilha numa avenida de fluxo rápido, dificultando sua comunicação com o público. Com isso, a obra de arte rompe sua História com o espaço” (p. 159).

Tendo em vista que o monumento se situa exatamente no cruzamento dos dois maiores complexos viários de transporte coletivo da cidade, pairam incertezas sobre a pertinência da manutenção da estátua no mesmo local. Com o avanço das obras do BRT Norte-Sul, na avenida Goiás, novas mudanças significativas certamente serão propostas e novos debates serão abertos. Desde as primeiras alterações na Praça do Bandeirante, nos anos 1980, sempre se faz presente o tópico da preservação do sentido original da estátua. Até que ponto seu sentido está vinculado ao lugar em que foi instalada? A quem interessa a manutenção do monumento em posição de destaque (seu pedestal foi elevado, quando da subtração da praça), mesmo na inadequada localização atual? Por outro lado, a quem interessa sua remoção para outro lugar que em nada reflete a história de sua presença desde sua instalação? Quais seriam as implicações socioculturais de se alterar características originais do monumento? Cabe aos atores deste

debate, acadêmicos ou não, suscitarem reflexões que permitam a busca de respostas para estas e outras questões.

Felizmente, o interior de um colégio não é um local de passagem. Até o momento, questões como essas não se colocam no universo de problemáticas possíveis evocadas por nosso objeto. No entanto, sem dúvidas, ilustram o quão caras são para determinados setores da sociedade, sob vários aspectos, as discussões sobre a relação estabelecida entre o monumento e seu lugar, gerando interesse e até mesmo comoção popular de considerável repercussão. Remover a herma da ex-diretora para outro lugar que não seja o interior do Colégio Pedro Gomes seria algo, a priori, impensável e até mesmo sem sentido. Mas o que, exatamente, faria desta ação, algo desprovido de lógica? Busquemos respostas adiante, a começar pela análise da indissociabilidade histórica do conjunto formado por monumento e lugar, constituída pela interdependência de sentidos que se complementam e só são possíveis naquela configuração caracterizada pela unidade existente entre a escultura da ex-diretora e o colégio.

Até mesmo dentro do Colégio Pedro Gomes, a posição do monumento a Lígia Rebelo pouco se alterou ao longo das décadas. Isso não significa que ele não seja suscetível a intervenções que alteraram suas características originais. Uma delas, foi a mudança do pedestal, que originalmente era mais alto que o atual (ver pedestal original no Anexo M). Apesar de ser um pouco mais baixo, o atual é mais robusto (*Imagem 61*). Sua altura o deixa acessível até mesmo ao toque direto pelos estudantes que, não raro, aventuram-se na tentativa de tatear a peça, resultando em eventuais interações inusitadas, como a relatada anteriormente.

Retomando a visão de Rosalind Krauss (2008, p. 131), o pedestal representa parte importante da constituição simbólica de esculturas públicas modernas: mais do que um mero suporte, ele é o elemento que conecta a escultura ao lugar, cumprindo o papel de projetá-la do solo e destacá-la em meio à multidão, tanto de observadores, como de eventuais elementos concorrentes. Assim, o pedestal está para a escultura pública figurativa como a moldura está para um retrato pintado em tela. Intui-se que seja de interesse tanto do artista, quanto dos agentes promotores/ financiadores, assegurar que a obra seja vista e assimilada em plataforma condizente com as intenções nela empenhadas.

A propósito, o empenho para potencializar a visibilidade de obras de escultura pública visa, independentemente da forma de apresentação, inserir as obras, e por conseguinte, as mensagens a elas subjacentes, na vida das pessoas. Talvez fixá-las em seus cotidianos, levando à construção de imaginários e memórias coletivas⁸⁹, ativadas pelo gatilho que está materializado

⁸⁹ Adotamos a perspectiva proposta pelo francês Maurice Halbwachs de que a memória coletiva é, primariamente, fator de coesão grupal. Para o autor, a memória coletiva é criada como uma colcha de retalhos, na qual fragmentos

no conjunto monumento-lugar. Esforços para a projeção, tanto quanto para o ocultamento de obras em espaços públicos, são perpetrados de acordo com a conveniência política, e com o poder de interferir no espaço, daqueles que propõem ou promovem a intervenção. Assim, as obras de arte públicas são integradas à paisagem de maneira orientada a atender intencionalidades relacionadas à penetração de determinadas ideias e à construção e consolidação de memórias que passam a ser compartilhadas no imaginário do público atingido. Além disso, no caso específico das obras figurativas de celebração individual, elas podem demarcar espaços públicos e logradouros que remetem, em algum sentido e escala, à memória da figura homenageada, estabelecendo, assim, relação de vínculo memorialístico direto entre pessoa e lugar, podendo construir-se, deste modo, em um lugar de memória. Esta categoria constitui fértil terreno para a investigação historiográfica aqui proposta.

Levando-se em conta tudo o que se sabe sobre a biografia de Lúcia Rebelo e considerando todos os elementos concretos e teóricos apresentados, já está claro que sua escultura é muito mais que um ornamento decorativo introduzido aleatoriamente em seu ambiente, ao contrário de esculturas instaladas em lugares que não guardam especial significado histórico em relação à figura imortalizada, como é o caso de esculturas situadas em praças onde as pessoas homenageadas nunca sequer pisaram.

Por sinal, no início deste capítulo foi mencionado um caso exemplar de obra escultórica que, apesar de não ser mera peça decorativa – uma vez que serve de ilustração ao nome da instituição que nomeia – tampouco configura-se como lugar de memória, devido à ausência de vínculo entre a pessoa e o lugar. Trata-se da escultura do vereador Pedro Xavier Teixeira, que jamais trabalhou no colégio ao qual empresta seu nome e onde se situa seu busto em bronze. O vereador nem sequer possui histórico de relação com o tema da educação, o que esvazia ainda mais, neste caso, qualquer sentido implicado na eventual existência de vínculo entre o homenageado e o lugar de instalação da homenagem.

Como dito anteriormente, este tipo de retrato escultórico, a herma ou busto de homenagem pública, é carregado de funções específicas e valores simbólicos, alguns explícitos no próprio conjunto visual da obra, outros, implícitos nas intencionalidades investidas em sua

se somam a memórias individuais, ratificando-as ou tornando-as, aparentemente, mais completas e até mais precisas. Compartilhar impressões sobre o passado é “amparar-se no outro para se lembrar e para não esquecer”. Essa relação tem potencial para gerar e reforçar vínculos de identificação mútua, dentro de uma coletividade. Essa identificação gera sensação de pertencimento, que, por sua vez, produz a noção de segurança, essencial para a convivência social humana. Nas palavras de Halbwachs (1990), o processo é assim desencadeado: “Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias” (p. 25).

concepção, construção, instalação, exposição e manutenção. Com vistas para os objetivos desta pesquisa, todas as possibilidades que envolvem a análise deste tipo de objeto permitem considerá-lo como um marco memorialístico que dialoga de maneira muito direta com seu local de instalação, conferindo a ele, também, a condição de elemento identitário do lugar. Nesse sentido, como um tótem que remete à sacralidade como forma de revelação de uma ancestralidade explicativa das origens do grupo, a escultura de Lígia Rebelo confere fisicalidade, também, a elementos originários, que além de intangíveis são distantes da realidade de seus espectadores atuais (especialmente entre os jovens estudantes). Mesmo assim, remete à ideia da existência de uma tradição institucional firmada naquele passado, por intermédio daquela pessoa que, como sua imagem cristalizada, perpetuou a continuidade de um nome, de um lugar, de uma comunidade através do tempo: o Colégio Pedro Gomes, do qual eles são parte integrante atualmente. A fim de avançar conceitualmente sobre estes pressupostos, faz-se pertinente, enfim, a análise do nosso objeto como lugar de memória.

O conceito de lugar de memória foi proposto por Pierre Nora e colocado em debate a partir do seu texto “Entre História e Memória: a problemática dos lugares”⁹⁰, de 1984. A partir dele, outros historiadores se prontificaram a dialogar sobre o tríptico “História-Memória-Lugar” teorizado por Nora, como Jacques Le Goff (História e Memória, 1988) e Paul Ricoeur (A Memória, a História, o Esquecimento, 2000).

Para Nora, que se já se definiu como um “historiador do tempo presente”, pois prioriza a investigação dos significados de objetos históricos por sua “permanência viva”, os lugares de memória existem por necessidade social. Quanto mais se avança rumo “à aceleração do tempo”, maior a demanda por estes suportes de memória (NORA, 2012, p. 7). Em geral, estes suportes seriam meios de transmissão de valores associados a ritos em sociedades cada vez mais “desritualizadas” (NORA, 2012, p. 13), onde vínculos responsáveis pela coesão sociocultural, outrora baseados no compartilhamento e na transmissão de memória, foram suprimidos por processos de “massificação” e “mídiação” cultural (NORA, 2012, p. 8). Nas palavras de Nora, “Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 2012, p. 7).

Apesar de estabelecer relação direta entre História e memória, o francês considera importante tratá-las com diferenciação bastante clara. Para ele, memória é um fenômeno baseado na experiência vivida, portanto, dependente da existência de testemunhas que, de fato, vivenciaram o evento passado. Naturalmente, assim como a mente das pessoas, as memórias - originalmente uma teia de lembranças e esquecimentos - são passíveis de mudanças e

⁹⁰ Publicado originalmente em sete volumes, entre 1984 e 1992, em Paris, sob o título “Les lieux de memoire”.

“vulneráveis a todo tipo de uso e manipulações” (NORA, 2012, p. 9). Este processo faz com que as reminiscências memorialísticas sejam, inevitavelmente, expressões de um passado inconscientemente alterado. Ainda assim, seriam as melhores representações dele.

A História se encarrega, justamente, de fazer a reconstrução intelectual da memória, ciente de suas eventuais deformações. Longe de fazer apologia da infalibilidade desta capacidade, Nora, ao contrário, aponta para a natureza problemática do trabalho historiográfico. Apesar de necessária, a História será, sempre, uma “reconstrução incompleta do que não existe mais” (NORA, 2012, p. 9). Ademais, o autor deixa claro como compreende a relação de dependência mútua estabelecida entre memória e História: “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos a necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares, porque não haveria memória a ser transportada pela História” (NORA, 2012, p. 8). Nesse sentido, considera-se que quanto mais a escrita da História se aproximar dos elementos de memória à disposição, melhor serão seus resultados sobre um objeto ou tema, embora jamais atinja a perfeição de se reproduzir o passado. Essa ingênua pretensão, aliás, deve ser descartada. Ciente disso como limitação básica e incontestada de seu ofício, o historiador deve rastrear os vestígios de memória presentes na sociedade, entre os quais estão os documentos, os relatos orais, os monumentos, as representações, os lugares, etc.

Atendo-se aos lugares de memória, Nora teoriza que sua característica principal é a chamada de “vontade memória”, potência associada à justificativa de sua existência. Trata-se de uma intencionalidade memorialística contida em sua gênese e constituinte de sua identidade como lugar. Sem este elemento, potenciais lugares de memória podem ser, máximo, “lugares de História”, onde a memória não estaria viva. Isto remete aos três aspectos inerentes ao conceito de lugar de memória pelos quais a vontade de memória é manifestada, conforme descritos por Nora (2012, p. 21-22): 1) “aspecto material”, que é o suporte sensível da memória, ou seja, sua manifestação concreta e perceptível pelos sentidos; 2) “aspecto funcional”, que é capacidade que lhe foi socialmente⁹¹ investida de funcionar como elemento de rememoração e; 3) “aspecto simbólico”, que, vinculado aos anteriores, representa sua capacidade de significar e traduzir valores associados à memória que retém.

Importante lembrar que os lugares de memória podem ser intangíveis, desde que possuam o que o autor chama de “consciência comemorativa” (NORA, 2012, p. 12): materialidade sensível objetiva, além de carga simbólica e funcional voltadas à celebração

⁹¹ Pierre Nora estabeleceu suas reflexões sobre memória tomando os estudos de Halbwachs, sobre memória coletiva, como referência, por isso considera-se que os lugares de memória são manifestações essencialmente sociais, ligadas a elementos culturais compartilhados sob a forma de memória.

memorialística, como festas populares, celebrações coletivas, datas cívicas, etc. Além destes, entende-se como lugares de memória os “museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados”, além de “monumentos”, “santuários”, “associações”, instituições e até “processos verbais” (componentes do léxico, expressões linguísticas e esquemas de linguagem que resistem à revelia de agentes transformadores, preservados na forma de representações da fala e da escrita em bibliotecas, dicionários, textos, dialetos, sotaques). (NORA, 2012, p. 13)

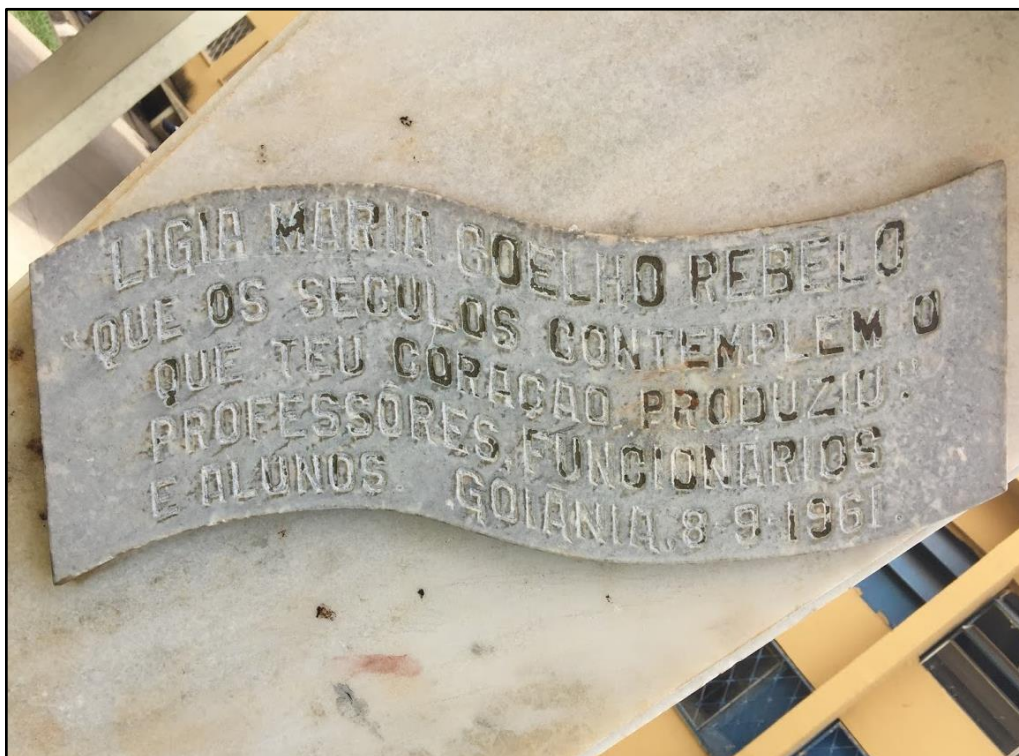
Em síntese, a função dos lugares de memória está intrinsecamente ligada à intencionalidade de sua vontade memória: investir de certa sacralidade algo que é fruto, justamente, dos processos de dessacralização das tradições e da ruptura com o passado. Assim, explica Pierre Nora: “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notarias, atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 2012, p. 13). Por isso, os lugares de memória funcionam como tótems - como dito anteriormente - símbolos dessa tentativa de (re)sacralização do passado em função do presente. Ao mesmo tempo, funcionam também como elos que conectam os membros do grupo a partir do sentimento de continuidade entre um presente e um passado comuns que, pretensamente, serão legados ao futuro, ao sobreviver, senão como práticas, pelo menos na forma de memória, monumento, lugar. O lugar de memória é, portanto, uma construção artificial, assim como a própria História. Ambos estão alicerçados na memória, única possibilidade verdadeira de se aproximar do passado.

Revestido de vontade de memória em sua concepção, o monumento a Lígia Rebelo foi inserido no pátio do Colégio Pedro Gomes como um símbolo de uma época específica da instituição, sendo dotado, em sua materialidade, das funções características de cristalização e perpetuação de um tempo: os anos da gestão de Lígia Rebelo. Assim, personificou-se uma época. Este tempo, de acordo com os idealizadores do monumento, não poderia ser esquecido. Ao contrário, deveria ser legado na forma de memória à comunidade escolar que se constituiria entre os futuros alunos, educadores e demais frequentadores. Então, desde sua instalação, a escultura serviu como o suporte dessas intenções memorialísticas e o veículo das memórias pretendidas. Este sistema, no entanto, só funciona dentro do arranjo no qual foi concebido. Por isso, todos os elementos do lugar de memória são indissociáveis: a escultura, o pedestal, a placa, o pátio, o colégio. Somente a associação de todos os elementos possui potencial genuíno de gerar e fortalecer memórias coletivas associadas ao tema. Para percebermos as especificidades que corroboram esta afirmação, fez-se necessário proceder com a análise de caráter iconográfico dos elementos constituintes do monumento, pois cada elemento foi fruto de uma

escolha. Logo, são atos pensados para a obtenção de determinados efeitos. Naturalmente, este é um processo que se desdobra no aprofundamento analítico das linguagens verbais e não verbais utilizadas para a expressão do conteúdo de mensagens que o conjunto se propõe a explicitar.

Começemos, pois, analisando a placa de ferro fundido que integra o monumento (*Imagem 63*). A peça traz os seguintes dizeres: “Lígia Maria Coelho Rebelo - ‘Que os séculos contemplem o que teu coração produziu’ – Professores, funcionários e alunos – Goiânia, 8-9-1961”. A placa, então, possui duas atribuições: a primeira é de elemento que verbaliza a homenagem. Como a legenda de uma imagem, seu conteúdo, expresso em texto, funciona como complemento explicativo, embora, neste caso funcione, principalmente, como intensificador da mensagem principal, a tal cristalização da pessoa no tempo, que está expressa na escultura em si, posicionada logo acima; a segunda atribuição é de elemento informativo, funcionando como uma espécie de “etiqueta de certidão de nascimento” do monumento, ao fornecer informações básicas ao observador: o nome da pessoa retratada, a motivação da homenagem (não explícita), os promotores da homenagem e a data em que ela foi prestada. Placas com estas funções são elementos comuns neste tipo de monumento e estão profundamente relacionadas com suas funções, tanto como escultura pública, quanto como lugar de memória.

Imagem 63 - Detalhe da gravação em placa de metal fixada no pedestal



Fonte: Acervo pessoal Vinícius Felipe Leal Machado/ Autoria própria

A informação contida na placa afixada no pedestal permite ao observador a imediata ciência do nome da pessoa retratada, informando seu nome completo, em destaque, como um vocativo ao qual é endereçada a mensagem que se segue, apesar da ausência de vírgula entre o nome e a mensagem posicionada logo abaixo. O arranjo, a propósito, não dá margem a dúvidas em relação ao encadeamento de ideias e faz saber claramente a que o conjunto se propõe. O tamanho da fonte utilizada para grafar o nome “Lígia Maria Coelho Rebelo” é levemente maior que o utilizado no restante do texto, sugerindo sutil ênfase no elemento. Os caracteres da fonte, em caixa-alta, possuem características modernas, estilizadas em ângulos retos e sem serifa, condizentes com a proposta de leveza e fluidez do formato escolhido para a placa. A placa, afixada transversalmente em posição ascendente (em relação ao sentido da leitura), possui formato de bandeira ou flâmula tremulante. Esta configuração inspira a sensação de dinamismo e movimento ao receptáculo do texto e foi uma forma de otimizar a utilização do espaço disponível para sua fixação no pedestal, mais estreito que as medidas da placa. Esta característica pode ser observada, também no pedestal original (Anexo M).

A presença de uma data informa com precisão quando ocorreu a inauguração do monumento: dia 8 de setembro de 1961. No entanto, a ausência de outros elementos explicativos tem potencial para gerar, no observador exógeno, possíveis dúvidas, não quanto à natureza do monumento, mas em relação às lacunas de informação deixadas pelo seu próprio conteúdo exíguo. Desta forma, a configuração do monumento poderia, facilmente, despertar questionamento sobre quem foi (exatamente) a figura nomeada e retratada - já que sua função profissional não é descrita - e o porquê de ela ter sido digna daquela menção honrosa promovida por membros da comunidade escolar (nomeadamente professores, funcionários e alunos) no ano de 1961. Neste caso, o lugar de instalação da escultura, ou seja, o pátio da escola, funciona como o primeiro elemento circunstancial para a delimitação de hipóteses: o monumento não diz de forma explícita, mas sua associação temática com o lugar, sugerida pela menção aos membros da comunidade escolar (um grupo amplo), bem como a datação, permite que o observador estabeleça um recorte temporal e espacial da ação da figura homenageada, assim como permite concebê-la como ocupante de uma posição que lhe conferiu prestígio junto ao grupo.

Diante da percepção de tal conjuntura, o espectador exógeno, visando maior compreensão, poderia continuar a investigar o conjunto em busca de elementos reveladores de características específicas da trajetória e até traços subjetivos da personalidade da pessoa retratada. A interpretação do texto da placa, em diálogo com o cenário delimitado preliminarmente conduz à seguinte situação: infere-se da mensagem uma exaltação do

desempenho de atividade profissional, especificamente ligada à educação, uma vez que o ambiente onde o monumento foi instalado é uma instituição de ensino e o texto gravado expõe nas palavras “professores, funcionários e alunos”, atores do contexto escolar como promotores daquela ode.

A partir deste ponto, já é possível que o observador leigo conclua que Lígia Maria Coelho Rebelo foi homenageada pela comunidade escolar do Colégio Pedro Gomes, no ano de 1961, por seus feitos na área educacional (possivelmente realizados no próprio colégio), os quais tiveram impacto positivo para o desenvolvimento daquela comunidade que a homenageia e deseja a perpetuação dos efeitos de suas ações através do tempo que transcorrerá dali em diante.

Seguindo esta linha de raciocínio, o fato de o monumento relacionar tais realizações ao coração da homenageada - no trecho inscrito na placa “o que teu coração produziu” – certamente constitui mais um rico elemento para análise. O trecho confere certo ar poético à homenagem ao fazer uso de recursos que quebram a formalidade e evocam uma subjetividade tipicamente literária, através do emprego da figura de linguagem metáfora. A linguagem empregada, além de sugerir proximidade suficiente entre a homenageada e seus tributários, certamente é coerente com o ambiente educativo de sua inserção, onde seria apreciada, primariamente, entre professores e estudantes. Também está alinhada com a tipologia artística escolhida para a reverência: uma escultura assinada por um colega, também professor, e artesão local, ativamente engajado na cena artística e cultural goiana à época de sua produção⁹². Assim, para uma peça de arte relevante devido à assinatura que carregaria, produzida sob circunstâncias que sugerem proximidade entre executor, idealizadores e homenageada, o tom lírico adotado soou melhor ao conjunto do que outras possibilidades de inserção textual usuais em esculturas do gênero, como uma seca descrição formal das informações básicas do tema do monumento.

A escolha deste artifício de linguagem denota, ainda, a intenção de exprimir a existência, em Lígia Rebelo, de virtudes éticas e qualidades morais socialmente valorizadas, consideradas, popularmente, atributos “vindos do coração”. O órgão, que nada produz de fato, é, na cultura popular ocidental, simbolicamente associado às emoções. Seria, no corpo humano, o local onde se originam toda uma série de sentimentos, que podem ser positivos, em geral vinculados à afetividade (carinho, compaixão, solidariedade etc.) ou negativos, situados no polo oposto. O sentido da frase inscrita na placa coloca, subjetivamente, estes atributos positivos como marcas da personalidade de Lígia Rebelo, ao mesmo tempo em que os concebe como as características

⁹² Abordamos as idiossincrasias relativas ao autor da obra, Antônio Peclat, no tópico 3.4 deste capítulo.

responsáveis pelo desempenho satisfatório de suas atividades profissionais. Desta forma, a mensagem correlaciona dois universos (pessoal e profissional), sobrepondo-os em lógica de causa e efeito. O lado humano da homenageada teria possibilitado o sucesso de seu lado profissional. Evidencia-se, então, a perspectiva defendida pelos autores: nessa relação dialética inevitável estabelecida no mundo do trabalho (em educação), o sucesso advém da primazia dos elementos humanos sobre os elementos técnicos.

Assim, no monumento, as esferas pessoal e profissional se fundem em uma aclamação pública da personalidade. Os méritos que tornam a figura digna da homenagem seriam, em essência, frutos de seu caráter. A homenagem teria a missão de valorizá-lo através da declarada pretensão de “imortalizar” por “séculos”, não só a profissional Lígia Rebelo, mas a pessoa e sua humanidade, em todos os seus aspectos, inclusive emocionais.

A investigação documental conduzida no âmbito desta pesquisa revelou-se essencial para o aprofundamento dos entendimentos delineados até aqui, uma vez que colocou em cena mais personagens e, a partir da análise de correlação de fatos, desvelou, de forma ainda mais acurada, o contexto de relações pessoais e profissionais no qual a homenagem foi idealizada. A propósito, observa-se que, no monumento, não há qualquer elemento que dê crédito ao autor da frase “Que os séculos contemplem o que teu coração produziu”. Este fato deixa a autoria oculta ao observador da obra. Entretanto, entre os documentos reunidos por Lígia Rebelo ao longo da vida, encontra-se um registro no qual se nota a preocupação dela em prestar o devido reconhecimento ao autor da frase que ela demonstrava apreciar em conjunto ao monumento lisonjeiro. Trata-se de uma fotografia, na qual ela posa ao lado do monumento e transcreve, à caneta, a auspiciosa assertiva, e, enfim, registra o nome e a profissão do autor (Anexo M). Este detalhe nos coloca diante de mais um indicativo de como Dona Lígia tratava com esmero suas memórias e era cuidadosa em seus registros. Além disso, nos desperta para a investigação do perfil desta pessoa a fim de conhecermos sua relação com a homenageada. A biografia do autor da frase agrega elementos que enfatizam ainda mais a pertinência de se explicitar o contexto no qual a escultura fora produzida e elevam seu valor simbólico para o cenário da educação em Goiás.

Certamente, um incontável número de pessoas que apreciaram o conjunto, desde 1961, jamais souberam que a frase foi escrita por um, à época, jovem professor chileno, que lecionava latim no colégio: o professor Fernando Plaza Mallea, que havia chegado ao Brasil há poucos anos. Nascido na cidade de Melipilla, em 1931, no ano de 1956, aos 25 anos, ele desembarcou em São Paulo, onde permaneceu por aproximadamente três anos. Mas foi a partir do destacado trabalho desempenhado no Colégio Estadual de Campinas/ Colégio Estadual Professor Pedro

Gomes e outras instituições de educação básica, que iniciou uma trajetória que se consumaria de grande importância para a difusão e fortalecimento do ensino da língua espanhola no Estado de Goiás. Em artigo que celebrava os vinte anos do curso de Letras com habilitação em Espanhol, promovido pela Faculdade de Letras da UFG, a professora Cleidimar Aparecida Mendonça e Silva afirma que:

A licenciatura dupla em Letras (habilitação em Português e Espanhol) foi criada, na Universidade Federal de Goiás (UFG), graças à persistência, coragem e determinação do saudoso mestre Fernando Plaza Mallea, um hispanista chileno. (MENDONÇA E SILVA, 2019: p. 188)

A autora explica que Mallea ingressou na UFG em 1965, ministrando as disciplinas de Latim e Espanhol para diversos cursos nos quais as disciplinas eram componentes curriculares. O Espanhol ainda aparecia apenas como disciplina optativa. Antes disso, fora seminarista, tendo iniciado sua formação religiosa católica ainda na adolescência, em Santiago, no Chile. Após a passagem por São Paulo, veio para Goiás em 1959, justamente para ingressar no Seminário da Ordem do Santíssimo Senhor Redentor (Padres Redentoristas), mas aqui acabou abandonando a vocação em definitivo e se dedicando integralmente ao curso de Direto na UFG, em que ingressara ainda em 1959. Concluiu o curso em 1962. Acabou por utilizar a formação obtida nos anos como seminarista para ingressar na área educacional, já que havia estudado Filosofia, Latim, Espanhol, Alemão e Grego. Assim, Plaza começou na docência trabalhando como professor em Trindade, cidade que concentrava o principal foco dos trabalhos da Ordem Redentorista no Estado.

Já em Goiânia, onde se naturalizaria brasileiro anos mais tarde, o ainda pouco experiente professor foi contratado como docente de Latim no colégio dirigido por Lígia Rebelo no ano de 1962. Em 1964, ingressou como professor de Latim e Filosofia na Universidade Católica de Goiás e, no ano seguinte, deu início à sua longa trajetória na UFG. Lá, foi o principal artífice da fundação do curso de Licenciatura Plena em Letras Português-Espanhol, dentro da Faculdade de Letras, no ano de 1992 (a primeira turma ingressou em 1994). Sua motivação veio da consolidação do projeto de criação do Mercosul e da perspectiva de maior integração entre os países hispanofônicos e o Brasil. Em 1993 viajou, junto a outros professores de espanhol, para a Espanha, em intercâmbio promovido pela embaixada espanhola no Brasil. Desde seu retorno, atento às discussões que culminaram na LDB de 1996, se colocou como grande defensor da necessidade de formar professores habilitados no ensino da língua espanhola na educação básica em Goiás. Em 1990, ele havia fundado a ASPROEGO – Associação de Professores de Espanhol do Estado de Goiás, da qual foi o primeiro presidente. Aposentou-se da carreira docente em 1996, mas foi lembrando em homenagem pública conferida pela

primeira turma a se formar no curso que ajudou a criar, apadrinhando os concluintes do ano de 1998/ 1999.

Ao se estabelecer como uma figura que atuou publicamente em favor da consolidação do ensino da língua espanhola e como representante da categoria pela qual se empenhou na construção e expansão, o educador chileno-brasileiro firmou seu nome na História da Educação goiana. Entre 1998 e 2018, o curso de Licenciatura Plena em Letras Português-Espanhol, que é descrito como “um sonho do Professor Fernando Plaza” pela professora Cleidimar Aparecida, habilitou 268 profissionais docentes, segundo a Coordenação de Expedição e Registro de Diplomas da UFG (MENDONÇA E SILVA, 2019: p. 188). Sua notoriedade entre colegas, alunos e admiradores, atingida graças aos significativos reflexos sociais de ações dedicadas ao campo educacional, ao longo de sua vida profissional, certamente acrescenta peso à aura simbólica do monumento a Lígia Rebelo e lhe confere um acréscimo de valor histórico que, infelizmente, permanece desconhecido de muitos atualmente. A autoria da frase foi, originalmente, decerto uma manifestação de carinho e reconhecimento profissional prestada a uma colega que, em 1961 lhe abriu as portas para trabalhar em um dos maiores colégios da capital goiana, hoje pode ser tomada como uma manifestação da memória do próprio autor, falecido em 2004.

No intento de se tentar identificar e traduzir os sentidos perpetuados no monumento através do tempo, este elemento é interpretado como demonstrativo do fato de que Lígia Rebelo se cercou e construiu relações com pessoas que, assim como ela, de alguma forma se destacaram e contribuíram para avanços na sociedade goiana. Podemos perceber, pelo contexto do envolvimento dos múltiplos atores na concepção desta homenagem pública, que algumas das relações sociais nascidas no ensejo de colaboração profissional, mesmo que momentaneamente hierarquizadas, puderam ter sido, também, celebradas como vínculos de admiração, respeito e reverência.

4.5 Os sentidos artístico-culturais do monumento a Lígia Rebelo: a obra de Péclat de Chavannes e a inserção da escultura no contexto da produção artística em Goiás nos anos 1960

Seguindo sob a premissa de que conhecer o contexto de concepção e execução de uma obra artística, de caráter público ou não, seja parte indispensável ao processo de análise do objeto de arte como sujeito histórico, abordaremos um fator evidentemente *sine qua non* da peça: seu autor. O objeto não existe por si só. Como arte, é criação humana investida de valor

simbólico e subjetividade, fruto da visão de um indivíduo, que emprega técnicas e habilidades específicas para chegar a um resultado que expresse, de alguma forma, a singularidade de sua ação criativa. Como produto, é resultado das intenções objetivas de um agente que executa um trabalho visando entregar um elemento, tangível e/ ou intangível, que passará a integrar o universo cultural (material ou imaterial) de um indivíduo, de um grupo, ou sociedade, em determinado espaço de tempo ou época - eventualmente, transcendendo tais limites.

Nesse sentido, o alcance final de uma obra de arte normalmente foge do domínio de seu autor, independentemente do alcance previsto em sua concepção original (público ou privado). O artista sabe onde e como seu projeto começa, mas, certamente, não sabe onde e como terminará, uma vez que isso depende, no mínimo, de sua recepção pelo público, além de outros fatores que escapam ao império de sua vontade e atuação individuais, como a inexorável passagem do tempo, à qual se submetem a sua obra e todo o contexto circundante, além, é claro, dele mesmo.

Em 1961, ano em que a escultura de Lígia Rebelo foi instalada, Antônio Henrique Péclat, seu autor, era um artista engajado na promoção das artes plásticas em Goiás, tanto academicamente quanto criativamente. Sua escolha para a execução do projeto não ocorreu por acaso, primeiramente graças ao fato de ele ter sido o pioneiro local na elaboração de elementos escultóricos produzidos em bronze fundido. Ademais, sem dúvidas, este não foi o único aspecto que valorizava o autor e sua obra naquele momento. Sua trajetória de relevantes serviços prestados à arte-educação e a relação de convivência profissional estabelecida com Lígia Rebelo anos antes, tornava Péclat um executor ideal para a peça.

Como veremos, o artista construiu, ao longo de toda vida, uma imagem profissional que o torna elemento constituinte do valor cultural agregado à obra instalada no interior da escola. Em seu processo de arquivamento de memórias pessoais baseadas em menções públicas ao seu nome, encontradas em impressos, Lígia Rebelo ativamente selecionou, entre seus recortes, uma pequena biografia do antigo colega, encontrada por ela na edição de 05 de julho de 1994, do Jornal O Popular (*Imagem 64*). Esta ação pode ser avaliada como indicativo da importância atribuída à pessoa responsável pela concepção artística de seu monumento, elegendo-o como um componente atrelado ao seu próprio passado. Como apontava o austríaco Michael Pollak (1992), a construção da memória (individual ou coletiva), realizada em meio a processos de lembranças, esquecimentos e silenciamentos, é feita com base em ações seletivas como esta. O autor teoriza que, além de acontecimentos e lugares, a memória é constituída por personagens (POLLAK, 1992: p. 2). Nessa perspectiva, Péclat consagrou-se como um personagem memorialisticamente relevante para Lígia Rebelo.

Imagem 64 - Recorte do Jornal O Popular (Edição do dia 05/07/1994)



(Fonte: Acervo pessoal de Lígia Rebelo)

Notar a assinatura de Péclat na escultura requer um pouco de atenção do observador. À primeira vista, o elemento pode até passar despercebido, o que não é de rara ocorrência em monumentos de escultura pública. O nome “Peclat” está escrito em baixo-relevo, grafado com letras-bastão em caixa-alta, ordenadas horizontalmente e posicionadas sobre um espaço destacado em alto-relevo de formato retangular, mas com ângulos irregulares (*Imagem 65*). Nota-se que a escrita é bastante simples, até mesmo rústica, com traçados que, aparentemente, arranharam o metal de forma relativamente superficial. Após a passagem de décadas, submetida às diversas circunstâncias relativas à exposição ao ar livre, esta parte da peça apresenta considerável desgaste (*Imagem 66*).

Imagem 65 – "Péclat": Assinatura do autor gravada na parte posterior da peça



Fonte: Acervo pessoal Vinícius Felipe Leal Machado/ Autoria própria

Imagem 66 - Assinatura "Peclat" em detalhe que possibilita melhor visualização



Fonte: Acervo pessoal Vinícius Felipe Leal Machado/ Autoria própria

Nascido na Cidade de Goiás, então capital do Estado, em 21 de julho de 1913, Péclat iniciou seus estudos de artes em 1925, aos 12 anos, quando ingressou no Seminário Santa Cruz, em Bonfim (atual Silvânia - GO). Ali deu seus primeiros passos aprendendo desenho, pintura e entalhamento em madeira. Na década de 1930, no ensejo da transferência da capital do Estado, migraram também as estruturas político-culturais e, com elas, muitas das oportunidades existentes e vindouras. Para aqueles que almejavam encontrar maior quantidade, diversidade e qualidade de oportunidades de trabalho e estudo dentro de Goiás, o destino inevitável, agora, passava a ser a nova capital.

Péclat, então, mudou-se para Goiânia em 1937. Não por coincidência, como veremos, no mesmo ano da inauguração do prédio do novo Lyceu, transferido da antiga capital com a função de se tornar mais um símbolo do virtual compromisso da gestão Pedro Ludovico com a instrução pública na nova capital. Enquanto perseguidores de um projeto de modernidade, o grupo político dominante sustentava o discurso de que a transferência da tradicional estrutura e do respeitado corpo docente seria, na condição de investimento educacional, um esforço indispensável à elevação cultural da população da nova capital. Tal projeto deveria levar, por fim, ao progresso e à almejada modernização do Estado. Como bem sintetizou o professor Nasr Fayad Chaul: “A modernidade, para os arautos de 30, consistia no progresso do estado, por meio do desenvolvimento da economia, da política, da sociedade e da cultura regionais” (CHAUL, 2015: p. 176).

Em “História da Instrução Pública em Goiás” (1991), o professor Genesco Bretas explica que toda a estrutura do Lyceu da Cidade de Goiás, incluindo grande parte do corpo docente e administrativo, seria transferida, de fato, para Goiânia, configurando o quase total esvaziamento da unidade original. Muitos profissionais de renome na educação goiana, na época, foram convidados a estabelecer nova moradia em Goiânia. Alguns aceitaram de pronto, outros vieram depois, de forma gradual. Este movimento gerou grande insatisfação na imprensa e entre opositores do grupo político na antiga capital. Setores da população da Cidade de Goiás ressentiam-se pelo irreversível desprestígio. A solução encontrada foi a manutenção de ambas as unidades, embora, para diferenciar uma da outra, a nova unidade fora denominada, pelo menos oficialmente, de Colégio Estadual de Goiânia. O novo nome satisfazia a ânsia por ares de novidade e de ruptura com um passado supostamente ultrapassado, mas não traduzia a respeitabilidade implicada no nome tradicional. O novo nome foi usualmente utilizado pela imprensa local e na documentação oficial ao longo das décadas de 1940 e 1950, embora o nome que circulava, de verdade, entre a população fosse “Lycu de Goiânia”, já que “por força de hábito dos estudantes e costume do povo, passou a ser chamado de Lyceu de Goiânia, e assim

permaneceu até que esta denominação fosse oficializada” (CASTRO, 2020, p.28-29). É notório, na historiografia da educação em Goiás que, desde o século XIX, muitos nomes das artes, letras, ciências e educação, que eram, ou mais tarde se tornariam consagrados regionalmente, por trabalhos relevantes em suas áreas ou na política estadual, passaram pelo Lyceu. Alguns como estudantes, outros como educadores e, em alguns casos, vivenciando ambas as condições. Isso fez daquela escola um dos ambientes privilegiados pela concentração de parte da intelectualidade goiana até meados do século XX.

O início da trajetória profissional de Antônio Henrique Péclat na educação escolar ocorreu exatamente neste contexto. No Lyceu, Péclat começou a lecionar ainda na Cidade de Goiás. Sua adesão atendia a convite de Venerando de Freitas Borges, colega educador que fora nomeado como primeiro prefeito de Goiânia, conforme apurado na matéria do Jornal O Popular coletada por Lígia Rebelo (Imagem 11): “Em 1935, Venerando de Freitas o procurou dizendo que tinha sido convidado para ser prefeito de Goiânia e que só aceitaria se Péclat ocupasse seu lugar no Liceu, em Goiás. Péclat aceitou o convite e passou a lecionar desenho.” (O POPULAR, 05/07/1994).

Continuou a trabalhar no Lyceu, de onde se afastou para estudar, no início da década de 1940, entre 1941 e 1944. Logo depois de concluir sua formação na Escola Nacional de Belas Artes, na capital do país, retornou a Goiânia para voltar a desempenhar suas funções na instituição. Este período trabalhando no Lyceu não só lhe serviu de introdução àquele universo, como consolidou sua experiência em educação escolar, não somente como professor, mas no exercício de outras funções dentro da escola. Seu empenho na construção de uma sólida imagem profissional na área lhe garantiria grande inserção no “mercado” da educação básica na nova capital. Mais tarde, tal inserção se expandiria para outros ambientes e níveis de ensino, relacionando-o ao surgimento das primeiras faculdades de artes ligadas às pioneiras instituições universitárias de Goiás.

Integrado como membro de um corpo docente caracterizado por ser muito ativo politicamente e inventivo pedagogicamente, Péclat conheceu, no Lyceu, colegas que acabariam se tornando recorrentes em colaborações profissionais e no desenvolvimento de atividades conjuntas diversas. Ali arquitetou uma sólida rede de contatos profissionais, e assim passou a colaborar com muitos outros projetos educacionais, atuando em diversas frentes de trabalho e exercendo diferentes funções no campo educacional, as quais muitas vezes se acumulavam. Nesse sentido, lecionou em diversas outras instituições, inclusive privadas. Também chegou a exercer a função de diretor do Lyceu de Goiânia. Em suas memórias autobiográficas, narradas em obra na qual explica o processo de fundação da FAV-UFG, o professor Orlando Ferreira de

Castro define Péclat como uma figura polivalente, engajada em múltiplas atividades educacionais simultâneas. Com reverência, Castro relata que a atuação de Péclat lhe garantiria a admiração de estudantes e da população goianiense em geral, embora não omita que sua rotina exigente tenha impactado no desempenho de alguns compromissos assumidos:

Antônio Henrique Péclat era conhecido e chamado nos meios escolares de Goiânia pelo seu nome de família, Professor Péclat, que doravante será assim referido como principal personagem na história da criação do Instituto de Belas Artes de Goiás. Desfrutava de inegável prestígio e estima entre os cidadãos goianienses e era estimado pelos estudantes da capital. Tive a honra de ser seu aluno durante quatro anos no curso secundário do Ateneu Dom Bosco. Havia pouco fora Diretor do Colégio Estadual de Goiânia, o famoso Lyceu de Goiânia. Os múltiplos afazeres, que este cargo lhe impunha, o impediram de ser pontual e assíduo na Escola Goiana de Belas Artes. Houve reclamações que repercutiram na Congregação e provocaram ressentimentos. (CASTRO, 2020: p. 33)

Foi neste contexto, situado no interior do efervescente Lyceu de Goiânia dos primeiros anos de Goiânia, que Péclat e Lígia Rebelo trabalharam juntos. Em 20 de janeiro de 1957, o Jornal de Notícias (Anexo N) destacou, na sétima página, o início das aulas do “Curso de Orientação de Candidatos ao Magistério Secundário” (*Imagem 67*):

Curso De Orientação a Candidatos Ao Magistério Secundário

Foi instalado no dia 7 do corrente, às 8 horas da manhã, no Colégio Estadual de Goiânia, onde vem funcionando regularmente o Curso de Orientação de candidatos ao magistério secundário.

Este curso, iniciativa da campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (C.A.D.E.S.), do Ministério de Educação e Cultura, funciona sob a responsabilidade da Inspeção Seccional do Ensino Secundário dirigida pelo Sr. Dr. Cívico Figueiredo e com a estreita colaboração da Secretaria de Estado da Educação que lhe vem emprestando todo o seu apoio e efetiva cooperação.

A parte administrativa do curso cabe a uma coordenada: Professora Geralda Lisboa.

A parte de orientação pedagógica cabe ao professor Manoel Ferreira Lima.

FUNCIONAM OS SEGUNTES CURSOS:

Português — Professores dirigentes: Lígia Maria Coelho Rebelo (conteúdo); Nadir da Costa Nunes (didática); Alunos: 17

Latim — Professores dirigentes: Padre Adolfo Serra (conteúdo); Ernst Heeger (didática); Alunos: 8

Francês — Professores dirigentes: Irma Passerini Tokatjian (conteúdo); Ntália Nunes Ferreira (didática) e Irma Marie da Universidade de Lovaina; Alunos: 9

Inglês — Professores dirigentes: Mr. Lincoln Brice Bucklin (conteúdo); Décio Jaime (didática); Alunos: 12

Matemática — Professores dirigentes: Nion Albenaz (conteúdo); José Gonçalves Zuza (didática); Alunos: 23

Ciências Físicas e Naturais — Professores dirigentes: Edmar Fleury Pereira (conteúdo); Percival Xavier Rebeilo (didática); Alunos: 11

Geografia — Professores dirigentes: Luiz Gonzaga de Faria (conteúdo); Antonio Theodoro da S. Neiva (didática); Alunos: 16

História do Brasil e Geral — Professores dirigentes: Laudelina Carvalho de Araújo (conteúdo); Agair de Faria (didática); Alunos: 14

Desenho — Professores dirigentes: José Ediberto da Veiga (conteúdo); Antonio Henrique Peclat (didática); Alunos: 14

Didática Geral — Professor dirigente: Manoel Ferreira Lima - Alunos (total de todo o curso): 114

CURSO DE INGLÊS

A partir de 12 do corrente, o curso de inglês (conteúdo) está sendo ministrado por Mr. Lincoln Brice Bucklin, doutor em filosofia pela «Universidade Johns Hopkins» (Baltimore), Diretor de cursos do Instituto Brasil - Estados Unidos, do Rio de Janeiro, e mandado a Goiânia pela Seção Cultural da Embaixada Norte-Americana.

A colaboração de Mr. Bucklin é feita em nome da amizade Brasil-Estados Unidos. Estão sendo esperados, da mesma procedência, mais dois colaboradores que deverão pronunciar, no auditório do Colégio Estadual, algumas conferências sobre assuntos culturais dos Estados Unidos.

Dr. Zulmir

Fonte: Jornal de Notícias/ Arquivo Histórico Estadual

Tratava-se de um preparatório para formação de professores da educação básica, em uma iniciativa do Ministério da Educação e da Cultura para promover a difusão do ensino secundário através de uma ação que foi denominada C.A.D.E.S. (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário), instituída pelo Decreto nº 34.638 de 1953. Apesar da iniciativa ser federal, sua execução dependia do envolvimento da Secretaria Estadual de Educação e da Inspeção Seccional do Ensino Secundário. Cabia às instâncias regionais o fornecimento do local e estruturas materiais, além da formação e manutenção da equipe formadora envolvida. Naquela oportunidade, Péclat foi listado como professor responsável pelo ensino de Didática no curso de desenho, em uma turma com 14 alunos matriculados. Tinha

como colega, responsável pela contraparte dos conteúdos específicos, José Ediberto da Veiga, com quem havia, juntamente com outros, colaborado no esforço de criação da pioneira sociedade Pró-Arte de Goyaz, em 1945, como detalharemos melhor logo adiante.

É importante analisar, neste documento, a composição do corpo docente restante, com nomes como Nion Albernaz (1930-1917), à época, professor de Matemática, que mais tarde integrou o corpo docente do Colégio Pedro Gomes sob a direção de Lígia Rebelo. Anos depois faria carreira na política e seria prefeito de Goiânia por dois mandatos (1983-1986 e 1996-2000). Encontramos, também, o nome de José Gonçalves Zuza, que havia sido diretor da Divisão de Segundo Grau da Secretaria Estadual de Educação em 1950, quando ocorreu a cerimônia de instalação do Colégio Estadual de Campinas. Inclusive, naquela ocasião, Zuza teve importante participação, ao proferir discurso aos presentes, conforme registrado na Ata do evento⁹³. Completando este grupo que, no futuro próximo, se reuniria em circunstâncias relacionadas ao Colégio Pedro Gomes, destaca-se no documento, é claro, a presença do casal Rebelo. Lígia Rebelo trabalhou como professora dos conteúdos de Língua Portuguesa, ao passo que seu marido, Percival Xavier Rebelo foi creditado como discente responsável pela parte de Didática das “Ciências Físicas e Naturais”, com turmas de 17 e 11 alunos matriculados, respectivamente.

A composição deste grupo de trabalho é indicativo importante para afiançarmos a pré-existência de relação profissional e vínculo social entre o professor e artista Henrique Péclat e Dona Lígia. Tais elementos contribuem para o reforço da hipótese de que a execução da obra da herma de Lígia Rebelo por Henrique Péclat não foi simples coincidência ou circunstância determinada exclusivamente pelo imperativo de causalidades técnicas. Mais importante: não se tratava de uma encomenda realizada por um artista desconhecedor da pessoa homenageada, nem muito menos distante da realidade social na qual sua obra seria instalada e apreciada, especificamente a realidade escolar da educação pública em Goiás. Este ambiente era, a propósito, vivenciado e compartilhado por ambos.

Nesse sentido, avalia-se que se a encomenda fosse executada por qualquer outro ateliê, especialmente caso fosse um “de fora” do Estado de Goiás - como outros monumentos similares existentes àquela época na capital, tal qual o busto de Pedro Ludovico⁹⁴, instalado em frente ao

⁹³ Documento analisado no terceiro capítulo do trabalho de dissertação de mestrado “Um colégio para Campinas: educação e modernidade na cidade que virou bairro (1947-1961)” (MACHADO, 2019).

⁹⁴ A obra, assinada pelo artista polonês, radicado no Brasil, Zaco Paraná, foi produzida e instalada na sede do poder estadual em 1937. Jan Żak (1884-1961), ou João Zaco Paraná, como assinava no início da carreira, em Curitiba, conquistou, ao longo de sua vida, grande destaque acadêmico e artístico, o que lhe concede significativa relevância para a História da Arte brasileira. Foi um artista polivalente e profícuo, deixando um grande legado na pintura e

Palácio da Esmeraldas, produzido no Rio de Janeiro - certamente a assinatura de autoria não teria o mesmo valor de análise dentro da historiografia da educação em Goiás. A assinatura de Henrique Péclat possui a singularidade de gerar a fortuita intersecção entre os campos da História da Educação e da Arte em Goiás.

Portanto, em caso diverso à realidade encontrada, na qual se estabelecem tais conexões, não haveria vínculo cultural circunstancial direto entre o artista, a obra e a pessoa homenageada que pudesse ser considerado significativo para efeito de investigação de eventuais sentidos implícitos relativos a intencionalidades e outros elementos interessantes para a construção desta narrativa que se insere na historiografia da educação goiana. A partir da elucidação das relações estabelecidas em sociedade, descortinam-se os papéis desempenhados por pessoas e instituições que fizeram e fazem parte da História da Educação regional.

Se esvaziada desse aspecto, a herma de Lígia Rebelo, ainda assim, seria importante pelo que é: uma escultura de homenagem a uma educadora goiana, situada no interior de um antigo colégio público da capital estadual. Entretanto, a impossibilidade do entrelaçamento de camadas culturais emergentes no interior de nosso próprio Estado, poderia ter nos colocado, para efeito de análise, diante de um trabalho consideravelmente mais superficial do ponto de vista simbólico. Um trabalho de escultura pública com características de concepção determinadas pelo distanciamento entre artista, tema e lugar, condiciona uma análise mais pragmática, descritiva e até mesmo burocrática da arte e do fenômeno artístico analisados, como pôde-se perceber em muitos catálogos de acervos de arte pública tomados como referência nesta pesquisa. O desvelamento minucioso do histórico do autor da herma de Lígia Rebelo, ao qual nos propusemos, revela que a peça não foi apenas mais um trabalho encomendado e entregue como produto qualquer, como muitos outros componentes no nosso mobiliário urbano, que também já foram objetos de análise em pesquisas acadêmicas e trabalhos catalográficos. Não foi, portanto, um trabalho executado - do ponto de vista do artista - por motivações exclusivamente comerciais. Apesar de extremamente natural e legítima, a execução de uma obra de homenagem pública motivada apenas pela contratação subtrai da arte pública um de seus valores possíveis: a potência dos vínculos. Ao carregar o ônus do distanciamento típico que permeia este tipo de relação (puramente comercial), no que tange ao simbolismo do objeto

na escultura brasileiras. Quando recebeu a encomenda para produzir o busto de Pedro Ludovico estava morando no Rio de Janeiro, onde atuou como professor da Escola Nacional de Belas Artes, destacando-se, também, como catedrático da instituição. Fonte: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22133/zaco-parana>. Acesso em: 31 de julho de 2023. Verbetes da Enciclopédia.

de arte pública, prejudica-se a riqueza de significados implícitos possíveis, os quais possibilitam o aprofundamento de investigações como essa.

Apesar do pioneirismo de Péclat entre artistas goianos nesta seara, ele, naturalmente, não era a única opção como escultor em bronze, em Goiás, na década de 1960. Outros artistas locais também se tornaram, depois dele, também muito requisitados e engajados na produção de monumentos de escultura pública na capital. Alguns nomes, em especial, superaram em muito a quantidade de obras do gênero produzidas por Péclat, tornando-se responsáveis por vasto conjunto de itens componentes do acervo artístico público no município de Goiânia (CABRAL, 2008). Assim, no contexto da década de 1960, escultores locais começavam a se afirmar como opções para o exercício da arte como instrumento político no Estado e a necessidade de se recorrer a artistas e estúdios de fora diminuía. Entre estes expoentes, destacaram-se, tanto pelo exuberante número de obras produzidas, quanto pelos vínculos políticos e institucionais construídos com seus contratantes e homenageados, figuram Angelos Ktenas⁹⁵ e Neusa Moraes⁹⁶.

O contexto descrito, portanto, revela que a escolha de Péclat se deu por circunstâncias práticas que o aproximavam da homenageada devido a sua inserção no mesmo cenário profissional, ligado à educação e, em sentido mais amplo, à cultura goiana. Isto gerava, entre o

⁹⁵ Ktenas nasceu na Grécia, em 1937. Veio para o Brasil aos dezessete anos e fixou-se em Goiânia em 1957, onde viveu até falecer, em dezembro de 2019. Graduiu-se na Escola de Belas Artes de Goiânia (Instituto de Artes da UFG), onde se especializou em Escultura, no ano de 1966. Foi professor titular de escultura e plástica no Instituto de Artes da Universidade Federal de Goiás até 1995, quando se aposentou. Em entrevista ao Jornal O Popular, concedida em outubro de 2019, o artista confirmou, no alto dos seus 83 anos de idade e 60 anos de carreira, que o volumoso conjunto de peças em bronze, em homenagem aos romeiros da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade, seria sua última obra. Ele deixou mais de 450 obras escultóricas instaladas em diversas cidades do Brasil e do exterior, entre os quais figuram 70 bustos e outras obras espalhadas por praças e locais públicos de Goiânia. (O POPULAR, 22 de junho de 2022). Conforme atestado no trabalho de catalogação do Acervo Artístico no Município de Goiânia (CABRAL, 2008, p. 164-165), o grande número de obras identificadas faz de Angelos Ktenas o maior produtor de estátuas de homenagem pública, do tipo busto, na capital goiana até hoje.

⁹⁶ Neusa Rodrigues Moraes é goiana de nascimento e dedicou grandes esforços à produção de monumentos que consolidam um imaginário histórico grandiloquente, relacionado à representação idealizada de arquétipos e personalidades políticas que compõem a história oficial recente do Estado de Goiás. Suas obras mais famosas atestam a relação de proximidade que desenvolveu com grupos de destacado poder político no Estado. Nascida na cidade Goiás, em 1932, graduou-se na Escola de Belas Artes de São Paulo. Ao retornar a Goiás, fixou-se em Goiânia, onde estabeleceu carreira como professora na UFG até se aposentar, em 1992. O pesquisador Amaury Menezes (1998), em seu Dicionário de Artes Plásticas em Goiás, afirma que Neusa foi uma escultora com “atração pelas grandes dimensões”. Por isso mesmo, suas obras mais famosas possuem grandes dimensões. A mais famosa delas, sem dúvidas é o “Monumento às Três Raças” (oficialmente denominado “Monumento a Goiânia”), instalado na Praça Cívica em 1967. A peça, esculpida em pedra-sabão, homenageia os trabalhadores anônimos que construíram Goiânia, ao mesmo tempo que simboliza a miscigenação das três raças presentes na formação do povo brasileiro e, por conseguinte, goiano. Sua outra peça destacada também se encontra instalada na mesma praça. Trata-se de uma estátua equestre de Pedro Ludovico, com aproximadamente oito metros de altura. Além destas obras, dezenas de bustos de sua autoria estão espalhados por locais públicos de Goiânia, colocando-a, a partir dos anos finais da década de 1960, no grupo dos mais ativos e requisitados contribuintes da escultura de homenagem pública no Estado. (CABRAL, 2008)

artista e a homenageada, certo nível de identificação e de interesse mútuo. Ter uma obra com sua assinatura dentro da mais tradicional escola pública secundária do histórico bairro de Campinas era circunstância garantidora de prestígio para o artista, especialmente, quando a tal escola era dirigida por sua, igualmente prestigiada, colega Lígia Rebelo. A lógica inversa também é verdadeira. Para Lígia e para o patrimônio do colégio, o monumento assinado por Péclat também era uma aquisição consideravelmente positiva nestes termos. A visibilidade destes elos, materializada no monumento era, sem dúvidas, testemunho simbólico de aclamação, tanto para o artista, quanto para a escola e, obviamente, para pessoa homenageada. Para entendermos o porquê disto, é necessário compreender exatamente quem era Henrique Péclat quando executou o trabalho e a quais feitos e contribuições para a cultura goiana remetia seu nome 1961. A fim de buscar tais sentidos, aprofundemo-nos mais na trajetória pregressa do artista até aquele ano, a fim de compreender como seu percurso profissional garantiu peso e relevância à sua obra e como isso se reflete nos significados históricos imputados ao monumento a Lígia Rebelo.

Ao voltar para a Goiânia, após seu período de estudos no Rio de Janeiro, Péclat encontrou um cenário de relativa ebulição artístico-cultural, embalada pela recente celebração do Batismo Cultural⁹⁷ da cidade, em 1942. A promoção deste evento como marco inaugural da jovem urbanidade, fez de Goiânia, até hoje, no Brasil, a única capital que teve sua inauguração oficial associada à “promoção da cultura”. Como se Goiânia “nascesse” para o Brasil e para o mundo em meio a uma grande festa de exaltação da cultura em seus mais diversos aspectos, Pedro Ludovico e os grupos hegemônicos da época visavam associar a imagem do povo goiano ao que de mais nobre, criativo e sublime a humanidade pudesse produzir através do moderno aprimoramento de suas capacidades técnicas e labor intelectual. O Batismo Cultural, juntamente com o surgimento e circulação de jornais impressos, além da chegada constante de visitantes e migrantes trazendo alguma contribuição de cunho artístico-cultural, deu alguma voz a artistas e intelectuais na imprensa goiana e na sociedade goianiense. Esta conjuntura cumpriu o papel de projetar as possibilidades de manifestação artística sobre um recorte

⁹⁷ Foi uma programação composta por apresentações e atividades de cunho cultural, tais como missas, exposições, recitais, cantatas, etc, - e de cunho político, com a realização de discursos e visitas de autoridades - que tiveram como ápice um conjunto de solenidades ocorridas no Cine-Teatro Goiânia (hoje Teatro Goiânia). A programação se estendeu de 1º a 11 de julho de 1942. A sessão solene de inauguração, por exemplo, reuniu governadores de Estados, intelectuais e ministros da República para presenciar o ato simbólico de “entrega da chave da cidade” ao primeiro prefeito, Venerando de Freitas. O presidente da República, Getúlio Vargas, esteve presente, além de comitivas internacionais e viajantes convidados, perfazendo um total estimado de 600 estrangeiros que prestigiaram presencialmente o evento. Fonte: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/120589/o-batismo-cultural-de-goiania-ou-a-inauguracao-oficial-da-capital-de-goias-e-o-marco-registrado-na-serie-nossa-historia>

populacional maior. Tal fato animou a presença e a articulação de muitos nomes vindos do interior, especialmente da agora antiga capital.

Sobre este contexto da década de 1940, Edna Goya, professora da Faculdade de Artes Visuais da UFG, explica as transformações nas quais Péclat foi inserido ao se vincular ao nascente cenário artístico goianiense, como importante colaborador na fundação da primeira iniciativa de difusão artística da capital, na qual foi enquadrado, inicialmente, como representante de tendências consideradas clássicas:

A cultura e as artes, antes voltadas para as festividades religiosas, para a literatura e para as manifestações populares, foram adquirindo uma nova conotação. Se as artes plásticas, até então, foram marcadas pela participação isolada de José Joaquim da Veiga Valle (1806-1874), com a arte em estilo Barroco, [...] e pela expressão, denominada pela crítica local de neorromântica tardia, ou primitiva, mas que tende para o realismo, evidenciado na obra de Octo Outorino Marques (1915-1988), e de outros artistas, como Goiandira do Couto (1915), e Antônio Henrique Péclat (1913-1988), de tendência Clássica, ambos da cidade de Goiás, começaram a se modificar ao se sustentar paradigmas modernos. Esses artistas formam, na nova capital, a Sociedade Pró-Arte de Goiás, responsável pelos primeiros movimentos artísticos na nova capital, fundada em 22 de outubro de 1945. (GOYA, 1998: p. 54)

Na condição de sócio-fundador da Sociedade Pró-Arte de Goyaz (grafia da época), Péclat atuou como diretor do Departamento de Pintura da instituição, mesmo se dedicando, também, à produção de esculturas, tal como destacou Anahy Mendonça Jorge, em pesquisa para dissertação de mestrado:

Neste período de sedimentação das artes na nova capital, faz-se necessário mencionar a participação da Sociedade Pró-Arte que, embora se concentrasse na expressão musical, incentivou as artes plásticas. Entre os participantes deste movimento (Octo Marques, Goiandira do Couto, Antônio Henrique Péclat, Jorge Felix, Regina Lacerda, José da Veiga e Brasil Grassini), destacamos os artistas Antônio Henrique Péclat e Brasil Grassini por terem se manifestado na escultura. (JORGE, 1998: p. 132).

Nas décadas seguintes, Péclat esteve diretamente ligado ao ensino das artes e engajado na difusão dos conhecimentos teóricos e das técnicas aprendidas desde o início de sua formação profissional, iniciada ainda na Cidade de Goiás e coroada com seus estudos no Rio de Janeiro, na Escola Nacional de Belas Artes, onde havia se aprofundado especialmente em pintura. Seus esforços pessoais, somados aos de outros colegas igualmente dedicados à constituição de uma cena artística mais bem estruturada em Goiás, resultou na fundação das duas primeiras instituições de ensino de artes do Estado, a Escola Goiana de Belas Artes (EGBA), em 1º de dezembro de 1952, e o Instituto de Belas Artes de Goiás (IBAG), em 20 de dezembro de 1960, conforme detalha Jorge:

“Artista pioneiro, [ele] dedica sua vida à cátedra de professor e fundador das primeiras instituições de ensino das artes no Estado: EGBA, origem da atual Faculdade de Arquitetura da UCG, Instituto de Artes, que se transformou,

posteriormente, na Faculdade de Artes Visuais [da UFG]”. (JORGE, 1998: p. 132)

Estas duas instituições constituíram, na década de 1960, espaços embrionários para o surgimento de movimentos artísticos em Goiás, graças à reunião de professores com experiência prática - alguns com vivência acadêmica em grandes centros e até no exterior - com estudantes interessados não somente em desenvolver-se profissionalmente, mas em contribuir para a consolidação, em nível regional, de uma cultura capaz de assimilar e absorver novas perspectivas, eventualmente alicerçadas sobre pretensões de rompimento com padrões e valores considerados tradicionais e conservadores. Assim, a institucionalização do ensino de artes em Goiás foi ao encontro do surgimento das primeiras instituições de ensino superior no Estado caracterizadas como universidades.

A EGBA foi, oficialmente, aberta ao público em 30 de março de 1953, contando com os esforços conjuntos de Péclat, do gravador Luiz Augusto do Carmo Curado, do pintor Frei Nazareno Confaloni e do escultor alemão Henning Gustav Ritter. Esta escola foi, posteriormente, incorporada pela Escola de Arquitetura da Universidade Católica de Goiás.

Depois disso, também em colaboração com Gustav Ritter, iniciou as atividades do IBAG, com aula inaugural de Ritter, realizada no dia 15 de março de 1962. Neste instituto, ocupou a função de diretor, de 1960 a 1964. Atuou ali como professor por vinte anos, até se aposentar da função em 1980, aos 67 anos. A sede desta escola ficava no Lago das Rosas (localizado no Setor Oeste, em Goiânia), cujo espelho d'água chegou a ser conhecido como “Piscina do Professor Péclat” pelos banhistas que usufruíam do local enquanto os banhos públicos ali eram permitidos. Inclusive, o conjunto de muretas e o trampolim em estilo *Art Deco* instalados, anos antes pela administração pública municipal ao redor do lago, em 1942, conferiam um ar pitoresco ao local, condizente com a aura artística da escola anexa. Em 30 de dezembro de 1963, a escola foi doada pelo Estado à Universidade Federal de Goiás, passando a ser denominada Faculdade de Belas Artes entre 1967 e 1968. O nome foi alterado para Instituto de Artes, de 1969 a 1995. A instituição acabou adquirindo, em 1996, a nomenclatura que ostenta atualmente: Faculdade de Artes Visuais (FAV).

Neste panorama, verificou-se haver em Goiânia, no início da segunda metade do século XX, demanda social por espaços propícios ao ensino-aprendizagem que extrapolassem a prática e proporcionassem condições ao aprofundamento também na seara das discussões teóricas e conceituais sobre arte, ao mesmo tempo em que, no âmbito informal (e comercial) a produção artística continuava ocorrendo sem amarras que impedissem a experimentação autoral. Anahy Jorge assim define este momento:

O período de sessenta constituiu-se de grande fertilidade nas artes, uma vez que ambas as escolas de arte funcionavam e [delas] começavam a emergir grupos, como o Macunaíma, constituído pelos artistas: Tancredo Araújo, Siron Franco e Heleno Godoy. Diversos artistas que, paralelamente à escola, funcionavam em seus ateliês, apresentando um vigor e uma arte menos formal, numa tentativa de romper com o tradicional, constituindo focos alternativos de discussões e aprendizagem para a comunidade. (JORGE, 1998: p. 138)

Diante dos feitos expostos, o legado de Péclat para a arte goiana, como educador e estudioso, parece substancial e inquestionável. Nesse sentido, Maria Madalena Roberto Cabral (2008: p. 138) afirma que Péclat, quando faleceu, em Goiânia, no dia 28 de setembro de 1988, aos 75 anos de idade, “deixou representativa contribuição para a História da Arte e do Ensino de Arte em Goiás”. Sua produção artística constitui a contraparte criativa deste legado. Ganhou status de pioneiro, também, no incentivo à promoção, à circulação e à valorização das artes plásticas regionais ao participar, de 14 a 28 de fevereiro de 1954, da Exposição Comemorativa do I Congresso Nacional de Intelectuais, sediado em Goiânia sob organização de Luís Curado. Como artista local, não se omitiu ao convite e prestigiou o evento, que acabou sendo considerado um sucesso ao reunir um total de 720 obras de arte, artesanato, e objetos artes sacra e indígena. Cabral assim caracteriza o conjunto de sua obra, dando ênfase na pintura, campo em que se tornou amplamente conhecido pelo seu pseudônimo, Péclat de Chavannes, adotado em alusão à origem franco-suíça de sua família:

Suas pinturas foram marcadas por um estilo neo-romântico. Temas históricos, marinhas e paisagens. Pintou retratos, natureza morta e temas cósmicos. Ambientes bucólicos, vistas panorâmicas, cenários da antiga capital do Estado goiano, sua terra natal. São cenas cotidianas e poéticas registradas por um pesquisador que ousou experimentar categorias, técnicas, temas e estilos. (CABRAL, 2008: p. 138)

Apesar de menos volumosa, sua obra escultórica, da qual a herma de Lígia Rebelo faz parte, constitui um conjunto relevante no cenário cultural e na cenografia urbana goianienses, justamente por seu multifacetado valor político, pedagógico e, hoje, também memorialístico e histórico, bem como por seu ampliado alcance de apreciação - características comuns da arte pública. Neste aspecto, encontramos, em Jorge, a seguinte síntese de sua trajetória e contribuições legadas ao público goiano:

[Péclat] desenvolveu pesquisas nas áreas de pintura, onde (*sic*) atuou com maior desenvoltura (especialmente na técnica a óleo, encáustica), escultura e cerâmica. Como artista pioneiro, foi solicitado para diversos encargos públicos [...]. Podemos mencionar, dentre os primeiros bustos fundidos em bronze inseridos em praça pública da nova capital: o busto de Santos Dumont, localizado na Praça Santos Dumont, o busto de Caxias, o busto da educadora Lígia Rebelo, no pátio do Liceu de Campinas; os primeiros murais pintados em escola uma pública de Goiânia, no Instituto de Educação; e a morte de Tiradentes, localizado no Instituto Histórico Geográfico. (JORGE, 1998: p. 132-133)

Entre os componentes da obra de Péclat, listados pela autora, esta pesquisa não conseguiu encontrar, em campo, apenas o “busto de Duque de Caxias”⁹⁸. O busto (na verdade, também é uma herma) de Santos Dumont (Anexo G), fixado em outubro de 1969 na praça popularmente conhecida como Praça do Avião, situada no Setor Aeroporto, em Goiânia, é considerado um dos primeiros bustos/ hermas em bronze fundido instalados em praça pública na cidade (excluídos os monumentos localizados no centro cívico e administrativo). A obra possui dimensões e características de execução semelhantes às da herma de Lígia Rebelo. Quanto às pinturas, mencionadas como sendo os primeiros murais pintados e expostos no interior de uma escola pública em Goiânia, localizamos e registramos, em fotografias, o painel “A Instrução” (*Imagem 68*), executado, originalmente, no antigo Instituto de Educação de Goiás (IEG) no ano de 1956. O complexo de prédios que acomodava o instituto atualmente funciona como sede da Secretaria Estadual de Educação. A pintura de Péclat de Chavannes foi restaurada em 2021 por Selvo Afonso, quando recebeu moldura de madeira frisada. Desde então, está disponível à apreciação pública no interior do hall de entrada no prédio principal. A obra retrata, em suas amplas dimensões (2,85m de altura por 11,50m de largura), uma sequência de três cenas que ilustram de forma alegórica a evolução cultural e tecnológica da sociedade brasileira (identificada por símbolos cívicos) resultante de processos educativos simbolizados pela instrução escolar.

A pintura, que é classificada pela curadoria da SEDUC-GO, sua proprietária, sob o estilo artístico denominado “Acadêmico Romântico”, constitui valioso objeto de análise para a pesquisa. A análise da obra em si, assim como de seu contexto, oferece elementos que reforçam o histórico de proximidade do artista com a esfera da educação pública no Estado, tendo em vista que o IEG - o local da instalação - foi, por muitas décadas, um dos principais centros formadores de professoras para as escolas de nível básico na região. Ao mesmo tempo, é um objeto que expressa criativamente uma visão do artista sobre o tema da educação, que lhe parecia ser tão caro, afinal.

A obra possui uma composição imagética que lembra, em proposta narrativa, os trípticos medievais. São três cenas que sintetizam a perspectiva de Péclat sobre “três estágios da humanidade”. Claramente dispostos em perspectiva evolutiva, estes estágios constituem cenários que ilustram distintas realidades culturais vivenciadas em sociedade. A ideia de

⁹⁸ Seguindo o propósito de localizar as obras componentes do legado artístico de Péclat conduzimos, por último, a busca pelo painel descrito como uma obra desenvolvida sobre o tema cívico do martírio de Tiradentes. Atualmente localizada no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), a peça não pôde ser registrada devido à limitação de acesso imposta ao público em decorrência da reforma estrutural pela qual passava a sede quando a visitamos (2022).

progresso está implícita no conjunto, uma vez que há o uso intencional de elementos que sugerem, ao imaginário, a existência de valores positivos e negativos associados a cada cena retratada.

A cena da direita, na qual é representado o estado humano diante da ignorância do conhecimento, é carregada em tons escuros, sugerindo a associação de tal condição com a ideia de trevas e morte. Na mesma cena, outros elementos reforçam a carga de negatividade relacionada a estes elementos: escassez, miséria, sofrimento, vergonha são representados, respectivamente, pela paisagem desértica, as árvores desfolhadas, o trabalho braçal e a feição de pathos desempenhada pelos personagens. Por outro lado, a cena da esquerda, que representa os avanços sociopolíticos advindos do conhecimento, possui tons claros e cores alegres, em associação às ideias de luz e vida. A cena central, divisora destes dois cenários que se opõem, simboliza justamente o lugar onde se dá a transição de uma realidade para a outra, implicando na sugestão, ao expectador, de que, necessariamente, a transformação da circunstância descrita na imagem da direita a da esquerda passa pela vivência do momento ilustrado ao centro: eis ali uma sala de aula, simbolizada por elementos típicos do mobiliário escolar, além da presença de adultos e crianças, representantes da relação entre aprendizes e educadores.

Visualmente, a composição do cenário central é caracterizada pelo equilíbrio e pela racionalidade no uso das cores e na disposição dos personagens e elementos, apresentados em profundidade na qual o ponto de fuga parte do quadro-negro, símbolo máximo da educação escolar. À frente, um homem em roupas sóbrias e elegantes, com olhar voltado para um livro que tem em mãos, ocupa posição central. O homem, que se senta sobre uma espécie de globo terrestre pode simbolizar a posição do mestre naquele contexto, o portador do conhecimento, que é observado com curiosidade por um jovem que lança seu olhar para o livro que segura. Sobre seu outro ombro, mulheres de aparência igualmente elegante parecem levar o conhecimento da sala de aula para a sociedade. Seriam representativas da ação da escolarização sobre a sociedade. Em uma composição que sugere dinâmica de movimento no desempenho de papéis sociais - indo de educandas a educadoras - estas pessoas seriam o veículo da transformação que se vê na cena da esquerda, com seus elementos que aludem à convivência harmoniosa entre homens, mulheres, jovens, adultos e natureza. Destaca-se, ainda, nesta cena, presença das estudantes do curso de magistério disponibilizado pela instituição, com seu característico uniforme constituído de saia e gravata azuis, camisa e meias brancas. As jovens conduzem, em ordem e com cuidado, bandeiras que representam o poder político, enquanto, um pouco mais à frente, a própria representação da república sobe em seu pedestal portando, em sinal de triunfo, uma coroa de louros na mão direita.

Percebe-se, portanto, um substancial domínio e manuseio da simbologia imagética e da estética tradicional consagrada pelo romantismo/ classicismo.

Imagem 68 - Painei "A instrução" (Péclat de Chavannes, Antigo IEG/ Atual Sede da SEDUC-GO, 1956)



Fonte: Acervo pessoal Vinícius Felipe Leal Machado/ Reprodução fotográfica do painel: Vinícius Machado

Com base na apreciação do conjunto descrito, constata-se sua destacada relevância histórica e artística para a cultura regional. É assim que o monumento a Lígia Rebelo se insere no contexto do desenvolvimento da arte goiana na segunda metade do século XX, figurando, na História da Arte em Goiás, como um elemento representante da obra legada por um de seus grandes artífices, o professor Antônio Henrique Péclat.

5 MEMÓRIAS EM DISPUTA: OUTRAS HOMENAGENS A LÍGIA REBELO PRESENTES NA CULTURA ESCOLAR DO CEPPG QUE PERMEIAM A SOCIEDADE

Mesmo que existissem, na Constituição de 1946, mecanismos restritivos ao abuso do poder individual no desempenho de funções públicas, a estrutura burocrática estatal do Brasil republicano não foi capaz de inibir por completo, em seu interior, o desvirtuamento das práticas voltadas ao cumprimento das funções do Estado. A indevida intersecção entre a esfera pública e privada, vinculada à interferência política de grupos interessados na ampliação de seu poder, podem dar margem à emergência de condutas incompatíveis com a burocracia ideal pensada para o Estado moderno, que tem, entre seus pressupostos, a impessoalidade. Desta forma, a partir da permanência das tradicionais relações oriundas de uma organização estatal pré-moderna, tributária de costumes tradicionais como paternalismo, nepotismo e clientelismo, insurgem condutas que podem ser enquadradas como manifestações de patrimonialismo, corporativismo, fisiologismo etc. Em um contexto de modernização periférica tardia, como o que Goiás passava, é observável a forte presença de tais permanências.

Nos dez anos em que dirigiu o Colégio Pedro Gomes, Lígia Rebelo não incorreu em nenhuma das práticas citadas. No entanto, seu maior desvio, em relação à condição de burocrata ideal, foi sucumbir ao personalismo. Contrariando o princípio da impessoalidade, ela se esforçou para transformar o desempenho de sua função profissional em uma experiência pautada pela busca de uma singularidade que se traduzia na adoção de práticas pedagógicas subjetivas e no estilo administrativo conciliador. Assim, ela imprimiu sua marca pessoal em vários elementos do cotidiano da escola e, deste modo, alimentou uma duradoura simbiose identitária entre o colégio e sua diretora, no imaginário coletivo. Durante sua gestão, ela se permitiu ser colocada em evidência através do recebimento de homenagens públicas, emprestando seu nome à banda marcial e ao grêmio estudantil, além de presenciar a inauguração de uma estátua em sua reverência no interior do colégio.

Graças à quantidade de menções e, principalmente, à natureza destes elementos, observa-se que, no interior do Colégio Pedro Gomes há o que se pode chamar de “atmosfera favorável” ao fortalecimento da memória da ex-diretora, através da qual preconiza-se a inviabilização de seu esquecimento naquele microcosmo social. Como vimos, esta é uma das funções dos lugares de memória: o “fazer lembrar”.

Além do monumento estatutário que decora o pátio, nota-se, ainda hoje, a presença do nome de Lígia Rebelo em dois outros elementos importantes da cultura escolar do Colégio

Pedro Gomes: o “Auditório Professora Lígia Maria Coelho Rebelo”, e a “Banda Marcial Lígia Rebelo”. O primeiro, é um espaço utilizado cotidianamente, desde sua construção, para as atividades de ensino desenvolvidas pelos professores, como mostras e apresentações, além de eventuais reuniões administrativas e em eventos e cerimônias direcionadas à comunidade em geral; O segundo, é, inequivocamente, um dos símbolos da instituição, há décadas responsável por representar o colégio em desfiles cívicos, apresentações e eventos públicos, além de concursos de bandas e fanfarras ocorridos em níveis regional, nacional e internacional.

Neste capítulo, serão analisados diversos sentidos possivelmente atribuídos pela comunidade atingida pelo usufruto destes dispositivos da cultura escolar ao longo do tempo. As reflexões sobre tais sentidos serão o ponto de partida no esforço de compreensão das motivações e implicações da escolha do nome de Lígia Rebelo para as respectivas nomeações.

5.1 A renomeação da banda marcial do Colégio Pedro Gomes: interpretando a escolha do nome de Lígia Rebelo

Conforme explanado anteriormente, a banda se consolidou, desde sua fundação, como um elemento icônico da simbologia relacionada ao colégio, responsável por divulgar suas cores (preto, vermelho e branco)⁹⁹, além de transmitir ao público externo, de modo artístico, uma imagem pública daquele corpo escolar, construindo uma “aura institucional” que expressa, através das escolhas dos temas inseridos em coreografias e canções executadas, determinados valores, intencionalmente encampados como institucionais.

A análise do histórico da Banda Marcial Lígia Rebelo, aprofundada no terceiro capítulo deste trabalho, revela como o grupo, enquanto atividade permanente, se enraizou na cultura escolar do colégio, levando consigo seu nome através dos anos, juntamente com os demais símbolos da instituição, a diversos lugares e públicos de distintas gerações.

⁹⁹ Em demonstração de como tais elementos simbólicos são socialmente apropriados e transformados em construtos memorialísticos com potencial para mobilizar afetos e emoções, Jales Naves afirma que o uniforme da banda do Colégio Pedro Gomes “a destacava” em relação à vestimenta da banda tida como rival, do Colégio Estadual de Goiânia (Líceu), que era inteiramente branca. O uniforme da Banda Marcial Lígia Rebelo, na década de 1960, era composto pelos seguintes itens: “calça preta com blusa vermelha e jaqueta com o cavalo alado da mitologia grega, Pegasus, cujo desenho foi feito pelo professor Antônio Henrique Péclat” (A REDAÇÃO, 10/07/2012). A propósito, a menção ao professor Péclat como autor do desenho do Pégaso, que serviu (e ainda serve) como mascote da instituição, é mais um elemento que atesta a efetividade obtida pela atividade de Péclat junto à administração de Lígia Rebelo, exitosa na construção elementos que acabaram se tornando traços identitários com forte valor simbólico junto à comunidade.

Tanto em 1960, quanto mais em 1963¹⁰⁰, Lígia Rebelo já havia conduzido a escola por momentos importantes de sua história. Sem dúvidas, merecem destaque: a transferência para o prédio próprio, na Avenida Sergipe, em 1959, a significativa elevação da capacidade de atendimento à comunidade, quando, em 1960 passou a ofertar tanto o 1º quanto o 2º ciclo, caracterizando a instituição dentro das atribuições de um colégio, estabelecidas na época. Foi quando a instituição passou a se chamar “Colégio Estadual de Campinas”, nome que, em 1961 foi definitivamente substituído por “Colégio Estadual Professor Pedro Gomes”.

Naquela altura, Lígia Rebelo já gozava de grande prestígio junto à comunidade escolar e foi alçada à condição de figura pública, se relacionado bem entre entes políticos, colegas da área da educação e, obviamente, seu alunado. Então, quando se mostrou atenta a certas demandas da comunidade escolar, demonstrando interesse em apoiar as iniciativas musicais na escola, a diretora acrescentou elementos que ampliaram a percepção positiva acerca de sua gestão junto a este público. A princípio, ainda na segunda metade dos anos 1950, concedeu espaço para a organização da modesta fanfarra. Deste modo, ano após ano, o grupo teve suas atividades ampliadas, assim como teve seu corpo instrumental e musical expandidos. A expansão da própria escola, já na nova sede, no início dos anos 1960, coincidiu com a transformação da embrionária iniciativa musical em banda marcial.

A diretora colaborou ativamente para esse processo, buscando atender às demandas pela aquisição de novos instrumentos e buscando atrair músicos capacitados para conduzir pedagogicamente o projeto. Isto levou à transformação de músicos em educadores e, de forma processual, também à formação de novos profissionais dentro dos quadros do próprio alunado do Colégio Pedro Gomes. Por isso, naturalmente, os efeitos de suas ações em relação à banda se fizeram sentir de forma mais acentuada sobre os estudantes e educadores diretamente beneficiados: aqueles que estavam inseridos e comprometidos com o projeto.

Não é se se estranhar, portanto, que este grupo considerasse legítimo prestar uma homenagem em agradecimento. Quando da transformação da fanfarra em banda marcial, ocorreu então, pelo contexto, a oportunidade perfeita para a adoção de um novo nome, simbolizando a passagem para a nova fase. Nesse sentido, adotar o nome da diretora que tanto contribuiu para que se chegasse àquela configuração parecia - como em muitas homenagens públicas conferidas a gestores, artífices, patrocinadores, incentivadores e articuladores político-sociais de projetos com ressonância sobre grupos fechados – algo totalmente natural ou até

¹⁰⁰ Como explanado ao final do segundo capítulo, trabalhamos com os dois anos como possibilidade para a mudança oficial do nome da banda devido à potencial temeridade implicada em uma eventual conclusão acerca do tema, tendo em vista a existência de divergência entre as fontes localizadas e analisadas.

lógico, tendo em vista o valor político que demonstrações públicas de gratidão possuem em nossa cultura de relações sociais. Pode-se, portanto, considerar que tal homenagem seguiu a premissa da justa retribuição, uma vez que a ideia de “reconhecimento” é citada, com o uso exato da referida palavra, como o fator motivador da escolha.

Por outro lado, pensando nos efeitos práticos que se visam atingir com a concessão de homenagens públicas a figuras de poder ainda vivas (e no exercício da atividade que inspirou a situação a que se busca retribuir), emerge outra clara possibilidade explicativa colocada em análise. Dar o nome da diretora à banda foi, também, uma forma de manter a relação entre banda e direção do colégio em boas condições, selando um vínculo de apadrinhamento. Tal possibilidade é contemplada especialmente quando retomamos a narrativa dos fatos ocorridos em 1965, quando o professor Armando Vieira, com aval da diretora, consolidou a consagração pública do projeto musical como parte da identidade institucional e da cultura escolar do Colégio Pedro Gomes. A saída de Vieira, após indisposição com o novo grupo diretivo do colégio, pode, também, reforçar a hipótese de existência desse tipo de vínculo, aparentemente baseado na pessoalidade com que Dona Lígia conduzia seu trabalho em relação ao grupo.

Assim, conclui-se que, tanto do ponto de vista interno, quanto externo, o investimento na banda rendeu poderosos frutos para a imagem de Lígia Rebelo que, naturalmente, fez uso do dispositivo escolar como vitrine para chamar a atenção da população goianiense para a instituição e para o trabalho que ali vinha desenvolvendo.

Em desfile público de caráter cívico, registrado em foto de 1962 (*Imagem 69*), integrantes da Banda Marcial Lígia Rebelo marcharam pelas ruas de Goiânia portando dizeres que faziam alusão a valores que deveriam traduzir, para a comunidade, uma síntese da concepção de educação encampada pelo colégio: o ensino do respeito à ordem político-social vigente e reverência à autoridade instituída. A ideia, compreendida pela mensagem “A juventude goiana saúda às autoridades”, denotava a formação de uma juventude disciplinada e alinhada ao status quo do momento. Deste modo, ficava implícita ao público a relação de causa e consequência, em que a formação de uma juventude com tal perfil era, pois, o projeto educacional promovido pelo colégio.

Imagem 69 - Banda Marcial do Lígia Rebelo em desfile cívico, no ano de 1962



Fonte: Arquivo do CEPI Professor Pedro Gomes

Pelo que já destacamos a respeito, a banda era um projeto de educação formal, que veiculava seus conteúdos prescritos, oficialmente definidos, com foco na iniciação e no desenvolvimento dos estudantes na educação musical. Como atividade escolar, não poderia ser diferente. Porém, como o episódio analisado na fotografia elucida, também funcionava como dispositivo promotor do currículo oculto da instituição.

O professor Tomaz Tadeu da Silva (2003, p. 78), apresenta uma definição sucinta para o conceito de currículo oculto: “o currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes”. Trazemos à tona a pertinência deste conceito para esta reflexão, pois ele dialoga com a ideia de cultura escolar, que é tão cara a este trabalho¹⁰¹.

Enquanto a cultura escolar tem escopo mais abrangente, sendo resultante da dinâmica estabelecida entre os diversos elementos componentes do cotidiano escolar, as camadas de

¹⁰¹ Não é pertinente aos objetivos desta pesquisa adentrar no debate concernente às Teorias Críticas do Currículo, que desde a década de 1960 buscam refletir sobre a problemática do que se aprende na escola, passando pelas contribuições geradas na área da Sociologia da Educação, a partir de Louis Althusser (1969), quando inseriu a escola entre os aparelhos ideológicos do Estado, além de Pierre Bourdieu, juntamente com Jean-Claude Passeron (1975), quando sustentaram a ideia que o sistema escolar tem a função de reproduzir as relações de violência que permeiam sociedade capitalista. O objetivo aqui é analisar, também sob esta ótica, a dinâmica de interesses vinculados ao exercício do poder que transpassam as relações sociais no interior da escola.

currículo, entre as quais está o currículo oculto, são aspectos inseridos formal ou informalmente dentro dos processos educativos conduzidos dentro da escola. Estão relacionados, especificamente, com o que se ensina e o que se aprende. Nesse sentido, a professora Viviane Patricia Colloca Araujo complementa tal definição de modo a delimitar a função do currículo oculto na formação dos estudantes em consonância com os anseios da sociedade em relação à educação escolar: “no currículo oculto são aprendidos comportamentos, atitudes, valores e orientações que a sociedade requer das novas gerações para que se ajustem às estruturas e ao funcionamento da sociedade já constituída” (ARAUJO, 2018, p. 30).

Diante disso, ideia da existência de um currículo oculto na instituição, encampado pela banda marcial do colégio Pedro Gomes, não é estranha a qualquer análise que se faça em relação às expectativas depositadas pelos gestores educacionais em projetos pedagógicos desenvolvidos sob sua tutela. É sempre uma possibilidade a ser considerada, uma vez que, não só a direção (que responde a instâncias políticas superiores), como também, professores, educadores, e os responsáveis pelos estudantes imprimem sobre os processos educativos, direta ou indiretamente, seus anseios, transformando a escola em um reflexo das visões que tensionam a sociedade. O professor, e teórico dos estudos curriculares, o espanhol Jurjo Torres Santomé (1995, p. 83) explica que a eficiente aplicação do currículo oculto se dá mediante a sutileza na inserção das pautas desejadas. Para ele, o currículo oculto se dilui no ambiente, nas relações e nos conteúdos formais, assim se impregna maneira sutil, por meio de escolhas, recortes e abordagens que permeiam hábitos, interações, linguagem e tarefas escolares, logo, podendo se converter em regras tácitas e códigos comportamentais compartilhados no interior da escola. Percebe-se, nesta ideia, portanto, a inserção do elemento curricular oculto em todos os componentes da cultura escolar.

Inclusive, deve-se, necessariamente, considerar a presença do currículo oculto voltado à formação do alunado do Colégio Pedro Gomes sob um perfil disciplinar específico, relacionando-o ao contexto político do período sob o qual Lúcia Rebelo esteve à frente da instituição. Em 1961, havia sido sancionada a Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro, que estabelecia, pela primeira vez, as diretrizes e bases da Educação Nacional, depois muita expectativa em relação às estruturas que substituiriam os projetos ainda vinculados às políticas varguistas (Leis Orgânicas do Ensino, conhecidas como “Reforma Capanema”, decretadas entre 1942 e 1946). Após acalorados quase treze anos de debates envolvendo representantes das classes intelectual e política do país, o projeto foi assinado pelo presidente João Goulart. A instituição da nova legislação não apaziguou os ânimos de todos os atores sociais interessados no campo da educação. Eram, sem dúvidas, tempos de intensa vigilância ideológica. Em 1962,

ano do desfile registrado na Imagem 69, o país passava por um momento de intensa mobilização política nos grandes centros urbanos, o que, por sua vez, culminou no acirramento da polarização entre visões divergentes de sociedade e de educação. Goiânia, como capital do Estado, foi onde mais fortemente reverberaram os reflexos daquele cenário. Em contextos como este, as sutilezas perdem espaço, dando espaço a uma comunicação mais direta, tanto para a crítica, quando para a bajulação. Isto explica a opção pela mensagem de tom conciliador portata pelas estudantes durante o desfile.

Se, por um lado, a situação ensejada nesta análise revela uma das possibilidades de compreensão do sentido funcional atribuído à banda pela diretora e, por conseguinte, proporciona condições para se entender sua atitude de vinculação ao impulsionamento do projeto, por outro lado, aponta, também, para a necessidade de se analisar o outro polo da relação, representado pelo alunado e pela comunidade, que possuíam seus próprios anseios e expectativas. Uma análise sobre as funções sociais que este tipo de projeto pode assumir dentro de uma escola pública é um caminho possível para se delinear uma reflexão acerca dos sentidos que podem ser atribuídos à homenagem conferida pela comunidade que escolheu o nome da diretora para batizar a banda do colégio.

Como ponto de partida, busquemos, primeiramente, nos situar em meio às discussões consolidadas neste campo, sem, no entanto, nos delongar excessivamente. Em artigo dedicado à revisão de bibliografia relacionada aos aspectos históricos e ao valor sociocultural da educação musical no Brasil, o professor Sérgio Luis de Almeida Álvares traz os seguintes apontamentos como referências: na visão da pesquisadora, compositora e educadora musical brasileira Cecília Fernandez Conde, a educação musical possui potencial para aproximar a escola da realidade social, uma vez que “é necessário evitar a institucionalização educacional desvinculada da realidade social do estudante.” (CONDE, 1978 apud. ÁLVARES, 2000, p. 9).

Na mesma linha de raciocínio, Álvares evoca o professor e pesquisador em educação nigeriano Aliu Babatunde Fafunwa, que defende a educação musical como elemento responsável por promover “o fortalecimento dos laços entre escola e família”. (FAFUNWA, 1978 apud. ÁLVARES, 2000, p. 9). Justificando a pertinência da educação musical pelo seu alegado aspecto do favorecimento ao desenvolvimento pessoal em nível psicológico, o autor alude ao que fora proposto pela filósofa estadunidense Suzanne Langer, que advoga em favor de um modelo educacional voltado para o desenvolvimento das sensibilidades artísticas, ao mesmo tempo em que sustenta a ideia de que “a música serve de base para a organização das emoções humanas” (LANGER, 1971 apud. ÁLVARES, 2000, p. 9). Estes pontos, apresentados em teoria, serão desenvolvidos e aplicados sobre nosso objeto, adiante.

Assim como outros elementos pedagógicos e atividades estudantis que eventualmente compõem a cultura escolar de uma instituição de ensino pública, como grêmio estudantil, grupos literários, grupos de teatro e demais artes, equipes esportivas etc., uma banda tem suas atividades estreitamente ligadas às diretrizes emanadas pelos responsáveis pela gestão escolar, que tem poder para fomentar ou obstruir projetos de naturezas diversas no interior das instituições.

Por outro lado, existem as demandas naturais dos estudantes, que muitas vezes refletem demandas sociais. Neste aspecto, os jovens (com apoio ou não de educadores) podem almejar fazer destes grupos e atividades, espaços de expressão autônoma de posições político-ideológicas e de representação coletiva. Vez ou outra, a afirmação de tais posições podem pôr direção e comunidade escolar em conflito. Pelo menos em relação à banda, Lígia Rebelo aparentemente soube manejar muito bem estas relações, fazendo concessões quando era solicitada e permanecendo atenta às necessidades do grupo.

Dispositivos e atividades escolares que fomentam a iniciativa e a integração estudantil, como a banda possuem função educativa e social que, na prática, extrapola os objetivos de aprendizagem formalmente delineados e consagrados pelos currículos, como apontam os professores José Robson Maia de Almeida e Elvis de Azevedo Matos: “as aprendizagens adquiridas com a vivência na banda de música podem se constituir de experiências importantes e ricas, podendo ser variadas e, não necessariamente, se restringir aos aspectos musicais”. (ALMEIDA, MATOS, 2010, p.1321). Além disso, os autores lembram que, nas realidades socioeconômicas desprivilegiadas tipicamente vivenciadas por estudantes de escolas públicas brasileiras, as bandas escolares, historicamente têm possuído uma função singular, que é de apresentar a música a um público que, geralmente, não teria acesso a este tipo de saber em outras circunstâncias (ALMEIDA, MATOS, 2010, p.1318).

Ademais, nota-se que estudantes que têm a oportunidade de serem integrados a uma banda escolar são instados a se desenvolver em diversos aspectos, com destacado incremento nas habilidades sociais, como constatou, em pesquisa, a educadora musical Carina da Silva Bertunes, quando afirmou que:

Banda Marcial desenvolve a socialização. Os alunos aprendem a respeitar o limite do outro e a cooperação (em grupo). Na banda, os alunos recebem uma educação, em que são orientados com valores visando à cidadania tais como: responsabilidade com horários, com o grupo e com ele mesmo e a disciplina. (BERTUNES, 2005, p. 23)

Logo, depreende-se que, nas bandas, o sentimento de pertencimento a uma coletividade tende a ser reforçado pela construção de um ambiente que preza pelo estímulo à disciplina, como forma de engajamento na busca pelos objetivos compartilhados, ao companheirismo,

como forma de inserção e socialização inerentes à convivência e à busca constante pelo autoaprimoramento, como forma de contribuição individual para o sucesso do grupo. Destarte, a autora consolida a ideia de que o estudante integrado pode perceber ganhos significativos em relação ao amadurecimento pessoal e à expansão de seu universo cultural, para além do conhecimento musical teórico. Nesse sentido, o maestro Antônio Marques Bueno lembrou o modo pelo qual o papel positivo desempenhando pela banda no comportamento dos jovens era sentido (e retribuído) pela comunidade externa. Ele testemunhou que esta percepção se difundia, especialmente entre os pais e responsáveis pelos estudantes, resultando no fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade:

Naquela época tínhamos sempre professores e pais de alunos acompanhando os desfiles, nas apresentações. As apresentações, às vezes, eram em auditório e nós sempre tínhamos pais prestigiando a banda e, especialmente, seu filho que estava tocando. Nos desfiles tinha sempre pais colaborando conosco, ajudando com água, com alguma coisa. Precisando de gente para ajudar, os pais estavam ali. Em viagens com a banda, tinha sempre a presença de mães e de pais, também, que ajudavam com tudo o que fosse necessário. A presença das direções, como diretor, vice-diretor e coordenador nos desfiles era sempre. Podíamos contar com a presença, que iam. (BUENO, 2016, in: SANTOS, 2016, p.68)

Depoimentos como este, submetidos ao referencial teórico pertinentemente exposto ao longo do texto, explicitam a qualidade da inserção obtida pela banda na comunidade e atestam seu ampliado impacto social. Ao mobilizar as famílias em torno de uma atividade escolar, a banda atingia o âmbito afetivo dos jovens engajados no projeto e proporcionava a integração ativa de representantes da comunidade de pais e responsáveis legais. Na realidade da escola pública brasileira este é, independentemente da época, um feito bastante significativo. Retomando a ideia firmada por Almeida e Matos (2010), a transformação social oriunda de projetos como as bandas escolares fogem ao alcance de seus idealizadores, podendo superar os objetivos inicialmente propostos, a depender da maneira como é conduzido e apropriado pela comunidade atingida. Portanto, a escolha do nome da diretora para dar nome à banda, no início dos anos 1960 foi, também (além dos outros motivos sustentados), o sintoma de um trabalho bem realizado neste aspecto. Houve ressonância, na sociedade, de um trabalho desenvolvido a partir do apoio concedido pela diretora e ela, então - como tipicamente ocorre em homenagens políticas - personificou o sucesso da ação aos olhos daqueles que a vivenciavam no “calor do momento”. A homenagem, deste modo, constituiu-se como uma resposta simbólica aos efeitos imediatos das ações de Lígia Rebelo. Ao mesmo tempo, pode ter funcionado como uma marca da confiança depositada na diretora, vislumbrando a continuidade daquela atividade e a manutenção de seus efeitos, considerados tão importantes por aqueles que se sentiam beneficiados. O relato do maestro Lanza, na qualidade de ex-aluno e colaborador do projeto,

precisamente durante a gestão Lígia Rebelo, sobre a importância que a banda teve em sua vida, quando questionado em entrevista, reforça e valoriza nossa constatação:

[...] especialmente a música de banda, em minha vida, eu posso dizer que foi a melhor coisa, [...] foi de importância vital. Eu comecei tocando no Pedro Gomes. O Pedro Gomes foi responsável por todo o meu início musical. Primeiro, tocando na fanfarra em 62 e, em 63, eu descobri que cantava, que eu era um tenor lírico. Isso no Pedro Gomes. E fui desenvolvendo, e amadureci a minha carreira musical, e posso dizer que para toda minha família, meus filhos, três filhos, todos os três estudaram música. [...] Então, a música para mim é o ar que eu respiro. Se me tirar esse ar... Eu vou completar 72 anos, jovem como vocês estão vendo. É porque a música me propiciou essa juventude. É o fato de eu trabalhar com jovens. Isso foi de importância e continua sendo muito importante para mim [...]. (BUENO, 2016 *in*: SANTOS, 2016, p. 72).

Descortina-se, assim, não em termos quantitativos, mas qualitativos, um vislumbre dos efeitos sociais que legitimavam o batismo da banda marcial do colégio com o nome da diretora.

5.2 O Auditório Professora Lígia Maria Coelho Rebelo: a diretora empresta seu nome ao principal espaço de eventos do colégio

Passemos, agora, à análise da outra homenagem prestada a Lígia Rebelo: a nomeação do auditório da escola. O registro mais antigo localizado por esta pesquisa, de utilização do auditório do colégio, é constituído por uma série de fotografias que foram encontradas, amontoadas em uma pasta simples, durante processos de remoção e realocação de mobiliário, para a realização de reformas prediais, ocorridas entre os anos de 2010 e 2015.

As fotografias estavam em precário estado de conservação, com marcas que sugeriam que, há muito tempo haviam sido “esquecidas” juntamente com outros documentos em uma espécie de “arquivo morto” da escola. A textura quebradiça das imagens sugeria que o delicado papel fotográfico dos anos 1960 fora exposto a, talvez, décadas de condições inadequadas de umidade e iluminação. Isto incorreu em severos danos às imagens, como esfarelamento da impressão e perda de nitidez. No verso das impressões fotográficas, manuscritos a lápis, apresentavam-se os únicos indícios de sua localização do tempo: o ano de 1966 (como visto no Anexo P).

Percebe-se, ao analisar elementos presentes nas imagens 70 e 71, que o auditório era, naquele ano, uma obra concluída e plenamente funcional, já com a estrutura que permanece quase inalterada até hoje: seu palco elevado, utilizado para as apresentações, as janelas laterais para ventilação e entrada da luz natural e a disposição ascendente dos níveis do piso para o posicionamento dos assentos móveis. A placa com o nome do auditório pode ser vista na mesma posição em que ainda se encontra - após reformas e repinturas do espaço - na parede lateral,

entre o palco e a primeira janela. Embora não seja possível realizar a leitura de seu conteúdo na Imagem 70, a disposição dos elementos gráficos é a mesma que se pode atestar na análise da placa em seu estado atual (*Imagem 72*): a palavra “auditório” na primeira linha, a palavra “professora”, na linha intermediária e o nome “Lígia Maria Coelho Rebelo” na linha inferior (observar Imagem 70). Conclui-se, portanto, ser a mesma placa da Imagem 72.

Imagem 70 - Auditório Lígia Rebelo: vista do palco e da parede lateral em evento realizado em 1966



Fonte: Arquivo do CEPI Professor Pedro Gomes/ Reprodução digital

Oficialmente, 1966 foi o ano em que se encerrou a gestão de Lígia Rebelo. Ela deixou a função diretiva da instituição no início daquele ano letivo. A ex-diretora não está presente nos registros fotográficos analisados, ao passo que a professora que lhe sucedeu no desempenho da função, Maria Conceição da Paixão, conhecida como “Dona Zizi”, pode ser identificada, vestida com roupas escuras, sentada ao centro (*Imagem 71*). A professora Zizi havia ocupado a função de vice-diretora durante a gestão de Lígia Rebelo, nos dez anos anteriores. Seu período como diretora foi curto, em comparação com a colega, perdurando por apenas dois anos, entre 1966 e 1967 (ver lista de diretores da instituição no Anexo E).

Imagem 71 - Auditório Lígia Rebelo: vista parcial da plateia em evento realizado em 1966



Fonte: Arquivo do CEPI Professor Pedro Gomes/ Reprodução digital

Embora não tenha sido possível localizar documento algum que ateste a data exata da inauguração do auditório, uma conjectura é possível a partir dos elementos disponíveis analisados. Se, ao ser concluído, o espaço já fora batizado com o nome de Lígia Rebelo, isto ocorreu durante o exercício de seu mandato, assim as outras homenagens que lhe foram conferidas: a banda marcial, que recebera seu nome em 1960, ano em que completava cinco anos na função (ou se ocorreu em 1963, transcorria o oitavo ano de seu mandato) e a escultura, datada de 1961, quando se celebrara seu sexto ano como diretora. Naturalmente, não se trata de auto-homenagens, como largamente argumentado nos casos anteriormente analisados, do monumento estatutário e da banda. Em suas memórias, há indícios de que o conjunto de homenagens do início dos anos 1960, constituiu, ao longo da vida de Lígia Rebelo, motivo de profundo orgulho, justamente por representarem manifestações espontâneas, do reconhecimento dispensado pela comunidade escolar em relação às suas ações na condição de diretora e educadora.

Qualquer jovem estudante que adentre, hoje, o prédio do auditório da escola poderá ver a placa de metal com o nome do recinto (Imagem 71). Ele, então, poderá relacionar o nome visto com o mesmo que pode ser observado na placa da escultura localizada no pátio. Ao

ingressar como membro do corpo da banda marcial (possibilidade aberta a todos os estudantes matriculados na escola), ou mesmo, na qualidade de expectador, ao presenciar uma apresentação, ele certamente poderá se deparar com o estandarte que possui uma lira ladeada pela inscrição “Banda Marcial Lígia Rebelo”, portado pelas estudantes encarregadas de marchar na linha de frente, denominadas “balizas” (ver Anexo Q).

Consciente ou inconscientemente, tais elementos se conectam na mente do hipotético estudante, da mesma forma que possuem o potencial de se somar, também, no imaginário da comunidade ampla a quem eles fossem eventualmente expostos, fortalecendo a ideia de que o colégio é, como um todo, também um lugar de celebração da memória de Lígia Rebelo. Ao possibilitar a exclusão de quaisquer possibilidades de coincidência ou aleatoriedade, a constatação da coexistência de três elementos da cultura escolar alusivos à mesma pessoa consolida tal perspectiva. São elementos que, quando relacionados entre si, formam um conjunto memorialístico que tende a causar, na comunidade, o efeito de intensificação da curiosidade acerca do nome “Lígia Rebelo”, como sugerimos anteriormente em relação ao impacto gerado pelo monumento estatutário, analisado e observado isoladamente.

Imagem 72 - Placa de denominação do auditório em estado atual



Fonte: Acervo pessoal Vinícius Felipe Leal Machado/ Autoria própria/ Reprodução

A importância conferida ao nome de uma pessoa como atestado de sua existência, especialmente em memória, é uma preocupação existente em culturas diversas. Nesse sentido, a tradição judaica baseada no Talmud ensina algo pertinente às reflexões aqui propostas. Há uma passagem no conjunto de livros basilares do judaísmo que afirma que "uma pessoa só é

esquecida quando seu nome é esquecido"¹⁰². Se é assim, o nome da ex-diretora, quando emprestado a dispositivos da cultura material e imaterial, e apropriados como componentes de uma cultura escolar vívida e vivenciada cotidianamente, cumpre o papel de manter sua memória distante do esquecimento. A princípio, esta conexão entre nome e memória parece simples e lógica. Entretanto, coloca-nos diante de um problema: lembrar do nome de uma pessoa é garantia de se lembrar da pessoa em si? Desdobremos, então, a questão.

Sem dúvidas, quando se trata de apresentações externas da banda marcial do colégio, o efeito de manutenção do nome de Lígia Rebelo em evidência no imaginário social ganha dimensões ainda mais impactantes, tendo em vista o maior alcance de público proporcionado por eventos do tipo. Esta constatação leva a um incremento da problemática proposta inicialmente: em termos de memória coletiva, como podemos entender os sentidos investidos na escolha e na manutenção do nome de uma pessoa como denominação de elementos presentes no cotidiano de uma coletividade? Especificamente, interessa-nos saber: o que se pode concluir acerca da presença do nome de Lígia Rebelo nestes elementos da cultura escolar do Colégio Pedro Gomes? Ingênua e inatingível seria a pretensão de mensurar os efeitos práticos e psicológicos destes elementos sobre a vida intelectual da comunidade atingida ao longo do tempo. O objetivo, portanto, é mais uma vez tratar o fenômeno da homenagem pública - desta vez concentrada no uso do nome - como objeto histórico e refletir sobre seus sentidos, à luz da investigação das causalidades que permitiram suas origens e permanências. No intuito de aprofundar a investigação erigida a partir das questões postas, faz-se necessário recorrer ao uso de ferramentas teóricas que possibilitem a análise das correlações existentes entre tais elementos. Logo, para esta finalidade, os estudos e conceitos engendrados na área da Toponímia se mostram assaz relevantes.

A “Toponímia” é um campo científico dedicado ao estudo dos nomes de lugares em seus diversos aspectos, tomando-os como fenômenos linguísticos inseridos em contextos culturais amplos. A professora Patrícia de Jesus Carvalhinhos, juntamente com a Dra. Alessandra Martins Antunes, explica que a sistematização teórica do interesse pela compreensão dos sentidos aos nomes atribuídos às coisas e pessoas tem sua origem na Grécia

¹⁰² Em iídiche transliterado: "a mentsh iz fargesn nor ven zeyn nomen iz fargesn", da qual se deriva a tradução em alemão "ein mensch wird erst vergessen, wenn sein name vergessen ist". A frase foi tomada como um dos lemas que guiam o Projeto Stolpersteine (Pedras de Tropeço), iniciado em 1992 pelo artista alemão Gunter Demnig, na cidade de Colônia. Trata-se de um trabalho de rememoração pública de vítimas do regime nazista, que vigorou na Alemanha entre as décadas de 1930 e 1940. Consiste na confecção e fixação, em meio ao calçamento de passeios públicos, de blocos de pedra cobertos por reluzentes placas latão de dez por dez centímetros, gravadas com o nome e informações de pessoas vitimadas pela violência oficial do Estado. Fonte: (Deutsche Welle).

antiga, com o surgimento dos estudos onomásticos¹⁰³. Segundo as autoras, Dionísio, o Trácio, no século II a.C., descreveu o termo “onoma” (latinizado como “nomen proprium”) “na primeira gramática do mundo ocidental”, como as denominações de seres individuais, atividades humanas, lugares e objetos (2007, p. 111). Modernamente, o estudo dos nomes se apropriou da teoria dos signos da comunicação (semiótica). Adentrar nas minúcias teóricas estabelecidas neste aspecto não interessa aos objetivos desta pesquisa, portanto, a abordagem sócio-histórica do uso do nome de Lígia Rebelo para a nomeação de itens associados ao que defendemos ser um lugar de memória será o foco desta análise.

Nesse sentido, as contribuições teóricas apresentadas pela professora e pesquisadora de Onomástica e Toponímia Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick constituem a principal base teórica de referência para as considerações expostas neste texto. Da teoria expressa pela autora (1990), depreende-se que a atribuição de nomes a lugares é um fenômeno complexo, especialmente no que se refere à identificação de motivações. Segundo ela, a motivação toponímica ultrapassa a questão linguística, já que é um processo norteado por fatores culturais diversos. Dick e a professora e pesquisadora Karylleila dos Santos Andrade, em colaboração, assim expressam este ponto:

Toponímia deve ser pensada como um complexo línguo-cultural: um fato do sistema das línguas humanas. Podemos pensar que a relação da toponímia, a partir de uma visão interdisciplinar, estabelece sentido de unidade diante dos diversos saberes. Ou seja: possibilita ao sujeito (re)encontrar a identidade, a história, a etimologia do nome na multiplicidade de conhecimentos, tendo em vista o plano onomasiológico no ato de dar nomes aos lugares. (ANDRADE; DICK, 2012, p. 198)

Portanto, sem a apreensão do contexto no qual o nome de um lugar está inserido, sua compreensão como signo¹⁰⁴ se perde, uma vez que sempre há, entre nome e contexto cultural,

¹⁰³ No intuito de proporcionar melhor compreensão acerca do domínio do qual provém os conceitos utilizados, faz-se necessária a contextualização da área científica da Onomástica e suas subáreas. Logo, consideramos pertinente apresentar o detalhamento exposto por Antunes e Carvalhinhos: “No Brasil, usamos o termo Onomástica para referir-nos à parte de Linguística que se dedica ao estudo dos nomes próprios. Leite de Vasconcelos (1928) propõe a seguinte terminologia, baseada em sua própria definição das subáreas (toponímia e antroponímia), proposta em 1887: “Temos (...) muitas espécies de nomes próprios. A secção de Glotologia que trata deles (origem, razão de emprego, forma, evolução, etc.), convieram os filólogos a designar por Onomatologia, que, de acordo com aquelas espécies, deverá decompor-se em três disciplinas secundárias: 1 - Estudo dos nomes locais, ou Toponímia, na qual se inclui igualmente o elemento líquidos, lagos etc.), e outros produtos da natureza, como árvores, penedos, que dão frequentemente nomes a sítios (a Toponímia é, pois, Onomatologia geográfica); 2 - Estudo dos nomes de pessoas, ou Antroponímia (...); 3 - Estudo de vários outros nomes próprios, isto é, de astros, ventos, animais, seres sobrenaturais, navios, coisas: Panteonímia (...)” (CARVALHINHOS, ANTUNES, 2007, p. 121)

¹⁰⁴ Márcia Zamariano explica que o signo é uma representação abstrata de um elemento da realidade concreta, assim: “É possível dizer que qualquer objeto, som, palavra capaz de representar uma outra coisa constitui signo” (2012, p. 356). Definindo a linguagem como “um sistema de signos que exprimem ideias”, considera-se que o

uma relação de significação simbólica relacionada a condicionantes específicos. Em certo sentido, o signo toponímico se contrapõe ao signo linguístico pelo seu caráter “motivado”, isto é, o designativo toponímico (nome de lugar) difere dos demais signos da língua por sua função onomástica de identificar nomes caracterizados sobretudo, pela motivação. Em outras palavras, as razões, que fazem com que o falante escolha ou selecione um determinado nome, dentro de um eixo de possibilidades sêmicas, são decisivas para nomear um lugar. A ação de designar localidades está ligada a aspectos importantes dos valores sociais, políticos, culturais e da memória coletiva, estabelecendo, assim, um vínculo de identidade entre o termo escolhido como nome e o lugar nomeado. Desse modo, os topônimos podem representar valores, podem revelar traços culturais, da memória e da identidade de um povo mediante as “particularidades cristalizadas” no termo toponímico. (SIQUEIRA, 2011, p. 194)

Apesar de sua origem como campo de estudo inserido na área da Linguística, a toponímia é, como observado por Andrade e Dick, como uma área interdisciplinar, dadas as implicações analíticas de interesse mútuo entre esse campo e as diversas ciências humanas (Geografia, Cartografia, História, Antropologia, Arqueologia, Psicologia, Sociologia e Política) e até biológicas (Zoologia e Botânica) (ANDRADE, 2012, p. 220). Conhecer as motivações toponímicas é um dos objetivos possíveis ao se estabelecer intersecções entre as diversas ciências que possuem interesse em compreender como se dá a nomeação dos lugares e coisas que constituem nossa cultura material e, conseqüentemente, o imaginário delas proveniente. O professor Alexandre Melo de Sousa (2013) vai ao encontro desta perspectiva, quando afirma que “o trabalho com a toponímia articulará saberes geográficos, históricos, biológicos, antropológicos, além, é claro, de saberes linguísticos” (SOUSA, 2013, p. 297).

Atribuir nomes é uma das funções mais básicas da linguagem humana. Dick explica que o que é, inicialmente, um imperativo em termos de necessidade objetiva voltada à condução da vida prática (nomear as coisas para facilitar a comunicação e os processos mentais), socialmente tende a se transformar numa ação investida de carga simbólica: o batismo, que é um ato “essencialmente motivado” por fatores culturais. Nesse sentido, a autora afirma que:

Muito embora seja o topônimo, em sua estrutura, [...] uma forma de língua, ou um significante animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo. (DICK, 1990. p. 38).

signo linguístico seria composto de significado (conceito, situado plano das ideias) e significante (forma, situada no plano da expressão). (ZAMARIANO, 2012, p. 354).

Portanto, a nomeação de lugares é, em princípio, um reflexo da realidade histórica e cultural do grupo que realiza seu batismo. A motivação para a escolha de um nome para local um de uso coletivo reside na intencionalidade do agente denominador (indivíduo ou grupo responsável pela atribuição do nome), a qual é acionada por circunstâncias específicas que tem o poder de gerar um “processo seletivo”. Deste modo, possibilidades de nomes são cogitadas e excluídas, de acordo com a:

[...] intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico. (DICK, 1990: p. 39).

Conhecer exatamente quem foi indivíduo agente denominador, ou seja a pessoa que sugeriu o nome de Lígia Rebelo para o auditório, infelizmente, não foi um objetivo atingido por esta pesquisa, Não obstante a esta limitação imposta pelos documentos alcançados, a afirmação de Dick (1990) nos confere margem para interpretar que a escolha do nome adveio do interior do próprio ambiente escolar, onde a partir do momento em que se cogitou atribuir o nome de uma pessoa a um espaço interno, iniciou-se um processo de seleção explícito ou velado, condicionado por circunstâncias que permitiram a justificação de tal escolha naquele momento. Assim como nos casos da escultura e da banda, os nomeadores foram pessoas que, para dispor de elementos impositivos de sua escolha, que fossem social e culturalmente legítimos, compartilhavam da convivência com a diretora ou dos efeitos dela, pois: “nome e nomeador pertencem a um só conjunto, são elementos da mesma origem, unidos pelo ato da nomeação” (DICK, 1990, p. 60).

A propósito da teoria de Dick (1990), “acidente geográfico” é o termo consagrado na ciência toponímica para se referir, de forma genérica, aos lugares que ganham denominação pela linguagem humana. Segundo a nomenclatura proposta por Dick (1990), os lugares criados pelo homem compreendem um tipo específico de acidente geográfico, que autora sugeriu chamar de “acidentes culturais”. A própria autora, eventualmente coloca o termo como sinônimo de “acidente humano”, em oposição aos “acidentes físicos” caracterizados como “naturais”. Assim, uma cidade, uma rua, um colégio, e o nosso objeto de análise, o auditório, compreendem acidentes culturais ou acidentes humanos, diferentes, categoricamente, dos rios, lagos, serras, montanhas etc.

O modelo taxionômico elaborado por Dick em 1986 é a principal referência relativa à classificação tipológica dos nomes de lugares no Brasil. O modelo proposto pela autora leva em consideração a natureza da motivação original expressa nos topônimos. Essa natureza é dividida em dois tipos: “física”, quando a motivação toponímica expressa aspectos físicos do

lugar; ou “antropocultural”, quando os termos designativos guardam relação com aspectos da vida cultural humana (DICK, 1986, p. 38-40).

Dentro desta classificação, enquadrámos o nome do nosso objeto no segundo tipo, como um “topônimo de natureza antropocultural”¹⁰⁵. O “Auditório Professora Lígia Maria Coelho Rebelo” poderia ser confortavelmente classificado como um “antropotopônimo”, ou seja, um topônimo referente a nome próprio e individual, não fosse pela ocorrência da palavra “Professora”. O termo designativo da profissão da homenageada altera a classificação, enquadrando o topônimo como um “axiotopônimo”, ou seja, um topônimo que faz referência a um título ou dignidade do qual se faz acompanhar o nome próprio individual (DICK, 1986, p. 39). Esta constatação é importante para nossa análise, pois fomenta a percepção de que a inclusão da profissão de Lígia Rebelo no nome do auditório foi essencial, em intenção, para a obtenção de um dos efeitos que seu almejava: a valorização do indivíduo-profissional. Foi, portanto, uma escolha motivada pelo valor social da atividade desempenhada, uma vez que apenas seu nome próprio poderia ter sido utilizado, ou ainda, outra designação de exercício de atividade profissional poderia ter sido escolhida, como a palavra “Diretora”, correspondendo a uma descrição direta da sua atividade principal na época do batismo.

Os nomes compartilhados por uma sociedade constituem o código lexical que permite a interação entre seus indivíduos em relação à realidade circundante. Seus sentidos, na maioria das vezes, ultrapassam a mera descrição do que se vê ou sente. Para Dick:

Os nomes [...] são recortes de uma realidade vivenciada, conscientemente ou não, pelo denominador isolado ou pelo próprio grupo, numa absorção coletiva dos valores especiais que representam a mentalidade do tempo histórico ou ethos grupal. [...] revelam padrões motivadores vigentes e suas influências objetivas e subjetivas. (DICK, 1998, p. 97)

Com base nisso, infere-se a existência de uma relação de indissociabilidade entre o ato da nomeação e o universo cultural compartilhado através da linguagem, empregada como

¹⁰⁵ A categoria dos topônimos de natureza antropocultural se subdivide em 16 tipos de topônimos: 1 - Animotopônimos ou Nootopônimos (referente à vida psíquica ou à cultura espiritual); 2 - Antropotopônimos (referente a nomes próprios ou individuais); 3 - Axiotopônimos (referentes a títulos ou dignidades); 4 - Corotopônimos (referentes a nomes de outras cidades, países, regiões ou continentes); 5 - Cronotopônimos (referentes a indicações cronológicas); 6 - Ecotopônimos (referentes a habitações de modo geral); 7 - Ergotopônimos (referentes a elementos da cultura material); 8 - Etnotopônimos (referentes a elementos étnicos isolados); 9 - Dirrematotopônimos (topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos compostos); 10 - Hierotopônimos (referentes a nomes considerados sagrados, subdivide-se em Hagiotopônimos, quando se referem a santos da Igreja Católica e Mitotopônimos, quando se referem a entidades mitológicas); 11 - Historiotopônimos (referentes a acontecimentos histórico-sociais e figuras envolvidas); 12 - Hodotopônimo (referente a vias de comunicação e transporte rurais e urbanas); 13 - Numerotopônimos (relativos a adjetivos numerais); 14 - Poliotopônimos (topônimos constituídos pelos vocábulos “aldeia”, “vila”, “povoação” ou “arraial”; 15 - Sociotopônimos (referentes a atividades profissionais ou a pontos de encontros sociais) e; 16 - Somatotopônimos (referentes a relações metafóricas estabelecidas entre o lugar e partes do corpo humano ou animal). (DICK, 1986, p. 39-40)

ferramenta básica da comunicação. Nesse sentido, a riqueza de nuances exigidas pelos processos de comunicação concorre para a expansão progressiva e permanente das possibilidades denominativas. Se a nomeação ocorresse simples e unicamente com base na descrição da percepção sensorial sobre o que se nomeia, a adjetivação seria a única ferramenta para a composição dos nomes. Pelo contrário, os substantivos aparecem como componentes substanciais dos nomes de lugares e coisas. A propósito, isto não compromete eventuais implicações de significação do nome. Nesse processo, o substantivo comum pode passar por transformações de ordem semântica (relativas ao sentido) e morfológica (aglutinação, justaposição etc.) que o configuram, em situações específicas, como nome próprio, possibilitando, assim, a aquisição de novos sentidos línguoculturais. Deste modo, sobre a composição dos nomes atribuídos a lugares a partir da apropriação de substantivos e adjetivos de uso comum, Dick aponta o seguinte caminho interpretativo:

o elemento linguístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada. (DICK, 1990, p. 34)

Assim, ao ser nomeado como “Auditório Professora Lígia Maria Coelho Rebelo”, o espaço, inserido dentro da escola, recebe, na motivação investida pelo nomeante, prerrogativas subjetivamente associadas a quem lhe empresta o nome. Há, no nome do auditório, analisado termo a termo, a denotação de ideias que partem da total transparência objetiva em relação à função social prática do espaço à conotação de sentidos relacionados a atributos implicitamente atribuídos à pessoa que lhe empresta o nome próprio. No termo “auditório”, temos um substantivo simples designativo de função ou uso prático. Segue-se para a descrição profissional da figura que lhe empresta o nome (“professora”, substantivo simples designativo de profissão ou atividade). Por fim, chegamos no nome próprio que, naturalmente, é o elemento principal da denominação daquele espaço, embora seja seu aspecto mais subjetivo. Tem-se aí a virada para a conotação do sentido implicado no uso do nome “Lígia Maria Coelho Rebelo”: a sugestão de “conexão hábil” entre o nome da pessoa e o lugar. Um lugar onde se exercem atividades educativas deve, segundo este critério, se relacionar, em essência, com uma profissional (professora) que se dedica (ou se dedicou) a tais atividades. Mas não é qualquer professora, como o uso do nome completo deixa claro. A escolha daquela profissional específica, em meio a outras possibilidades, encontra sua justificativa na posição de destaque que aquela profissional ocupava em relação aos seus congêneres, dentro daquele recorte social.

A partir desta análise, percebe-se que, mais do que simples designação, nomes geram identidade. Identidade implica singularidade. É o que propôs o linguista húngaro-britânico

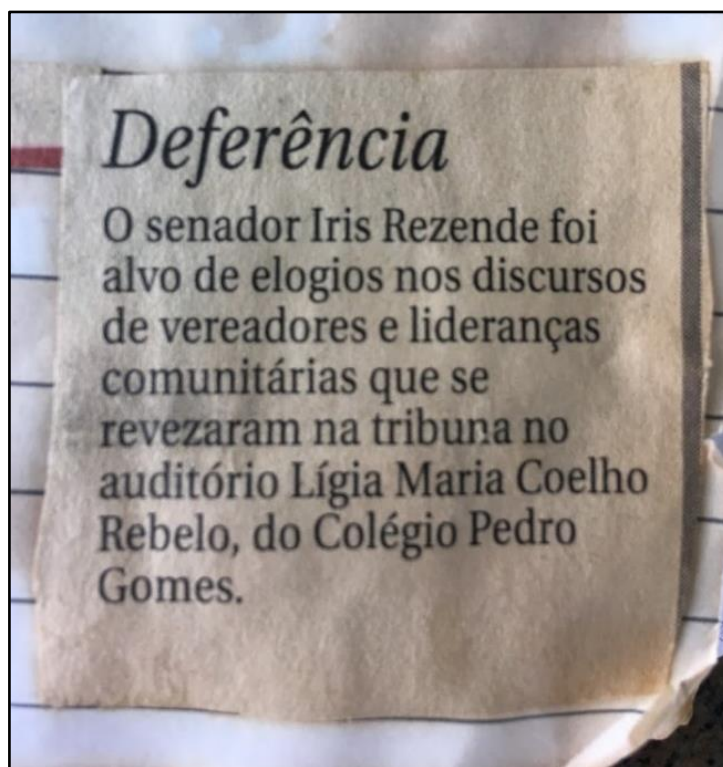
Stephen Ullmann, quando afirmou que “a função específica de um nome próprio é identificar e não significar” (1987, p. 155). Por isso, um nome próprio pode ser “inventado” por quem pratica a ação de nomear, arbitrariamente desconsiderando qualquer pretensão de significado. Entretanto, como veremos, quando um nome próprio é usado para dar nome a um lugar, o sentido desta premissa muda.

A princípio, o auditório poderia ter tido qualquer outro nome e isto seria o suficiente para identificá-lo. Sendo ele o único de seu tipo dentro do colégio, poderia, até mesmo, não possuir um designativo específico, podendo ser simplesmente “o auditório” e, quando necessário, para a comunidade externa, poderia ser referido como “o auditório do Colégio Pedro Gomes”. O lugar teria um nome plenamente funcional, mas seria um nome vazio de significado. Isso não seria problema, ou mesmo questão a ser considerada, caso a cultura da escola pública brasileira estivesse historicamente construída sob a ótica do pragmatismo educacional ao invés dos interesses políticos sobre a educação.

Quando se pensa na dilatação natural de seu universo de usuários (foi o que realmente aconteceu com o auditório ao longo do tempo, como podemos perceber pela característica de sua utilização pelo público, já na década de 1960, nas imagens 69 e 70), seu reconhecimento social se ampliou e o universo de possibilidades de uso deixou de ser exclusivamente restrita às finalidades pedagógicas, pelos professores e estudantes (o que já não seria pouca coisa, se considerarmos o cenário acumulado em seu tempo de uso, desde sua inauguração).

A própria Lígia Rebelo, em seus esforços para a reunião e organização de suas memórias pessoais, se deparou com uma citação ao seu nome, sob uso do auditório, em nota da coluna social de jornal local (*Imagem 73*). Sua coleta remete à importância que ela, provavelmente, devia atribuir à homenagem que mantivera seu nome em evidência pública. Tratava-se, em verdade, do nome do auditório do colégio, que fora cuidadosamente registrado de forma completa pelo jornalista responsável. Infelizmente, no caso deste documento, Lígia Rebelo, excepcionalmente, não registrou as informações relativas à publicação, por isso a data e o veículo de origem são incertos. A única pista para sua localização no tempo é a menção a Iris Rezende Machado como senador, que exerceu um único mandato nesta função eletiva, entre 1995 e 2003. Portanto, a nota foi publicada neste interstício. A ex-diretora, então, fez questão de arquivar o recorte que mostra, em breve relato, e em uma situação pontual, o quão ampliado uso social teve o auditório, portando seu nome ao longo das décadas, quando acabou sediando, inclusive, eventos políticos que contaram com a presença de personalidades políticas de grande monta:

Imagem 73 - Nota em jornal local sobre evento realizado no auditório do colégio



Fonte: Acervo pessoal de Lígia Rebelo/ Reprodução de autoria própria

Assim, a adoção de um nome próprio relativo a alguém considerado importante no âmbito institucional, em uma parte específica da escola, teve, também, a função de conferir uma identidade única ao lugar, ou seja, marcando-o com uma singularidade que outros espaços de função idêntica ou semelhante em outras escolas não possuem (não nos mesmos termos, obviamente, mas que poderiam adotar em alusão a outras figuras, de acordo com as especificidades de suas respectivas culturas escolares).

Nesse aspecto, é preciso, então, mais uma vez, se lembrar de nossa cultura política e de como a homenagem pública lhe é elemento relacional fundamental. Dificilmente se perde uma oportunidade de se firmar vínculos e de se estabelecer marcadores memorialísticos e ideológicos diante de um público considerável, quando isto é possível. Na realidade brasileira do início dos anos 1960, inserida no contexto da guerra fria, a aplicação deste hábito era ainda mais patente. Isto porque um nome próprio, particularmente quando usado como um topônimo, é basicamente isso nas sociedades ocidentais, em que as relações de poder se tornaram cada vez mais intrincadas com os diversos aspectos culturais da vida cotidiana: uma oportunidade de transmitir mensagens.

Exatamente sobre esta ideia, a professora Aparecida Negri Isquerdo amplia a função do nome próprio proposta por Ullmann, quando explica a premissa básica sobre a qual apoiamos

nosso raciocínio: o nome próprio usado como topônimo pode, além de designar, também significar, e é por isso que a análise da sua estrutura tem potencial para:

Fornecer elementos para esclarecer muitos aspectos referentes à história política, econômica e sociocultural de uma região. Desta forma, o papel do signo toponímico ultrapassa o nível apenas da identificação, servindo, pois de referência para o entendimento de aspectos da realidade em que está inserido (ISQUERDO, 1997, p. 31-32)

Ao ser socialmente reconhecido e apropriado, o nome passa a corresponder, em ideia, diretamente ao que designa no mundo real. Assim, o nome do lugar remete ao lugar físico e, por consequência, também à sua função e significado socioculturais (embora essa significação seja consequência ou efeito colateral possível, não um resultado certo, como veremos). O nome pessoal torna-se, portanto, signo toponímico, quando designação e designado passam a ser indissociáveis. Esta relação de indissociabilidade se consolida como componente de um acervo cultural que explica como o indivíduo se orienta social, psicológica e linguisticamente no ambiente em que se encontra inserido. Então, para a comunidade que teve a oportunidade de utilizar o auditório do Colégio Pedro Gomes sob o nome “Auditório Professora Lígia Maria Coelho Rebelo”, o nome sagrou-se como signo toponímico uma vez incorporado no vocabulário e na comunicação compartilhada entre os usuários.

No entanto, há que se considerar que o sentido cultural atribuído a tal signo toponímico, ou seja, à real apreensão do sentido original do nome do lugar, que é a compreensão da homenagem, não é o mesmo desde a saída de Lígia Rebelo da função de diretora da escola, em 1965. Não se pretende, nesta pesquisa, adentrar de forma aprofundada na problemática relativa ao modo como a comunidade escolar atual interpreta as referências à figura de Ligia Rebelo presentes no interior da escola. Do ponto de vista prático, tal investigação aparece como possibilidade de desdobramento da presente pesquisa, uma vez que demandaria a utilização de metodologias relacionadas à história oral, além, de requerer a mobilização de outro aporte teórico, o que fugiria aos objetivos propostos para este trabalho¹⁰⁶.

Esclarecidas as limitações que as contingências impõem à natureza deste trabalho, sigamos com o olhar da teoria toponímica sobre os fenômenos podem incidir sobre o nome do auditório, atentando-nos, especialmente, à relação “ideia x tempo”. Independentemente da época, ao ser admitido como signo toponímico, o nome do espaço deve remeter, primeiramente, ao auditório em si, ou seja, ao lugar que nomeia, e, apenas em nível secundário, à pessoa que lhe empresta o nome. O que compete a esta análise é apontar como o tempo, ou outros fatores,

¹⁰⁶ Como projeto futuro, pensamos em trabalhar com os estudantes e com a comunidade escolar atual a partir do conceito de consciência histórica, proposto por Jorn Rüsen e de aplicação amplamente discutida na realidade brasileira por Luis Fernando Cerri e Maria Auxiliadora Schimidt, entre outros.

como o simples desconhecimento, incidem sobre o sentido cultural do nome, esvaziando seu nível secundário de sentido.

Nos casos em que o usuário do auditório tivesse conhecido a diretora, a associação seria, acredita-se, um processo mental automático, mas após sua saída da instituição, em 1965, a real compreensão da segunda acepção possível do sentido do nome do auditório (referente à homenagem à ex-diretora) dependeria das informações e associações relativas ao nome possibilitadas pelo próprio ambiente cultural da escola. Quanto maior o distanciamento no tempo, maior tende a ser a dependência destes “fatores explicativos” para que o nome da ex-diretora tenha seu significado intrínseco de fato apreendido, para além da simples identificação do lugar ao qual nomeia. Este fenômeno foi explicado por Carvalhinhos e Antunes, que o descreveram como “opacidade do termo”, em “oposição à ideia de “transparência”. Nomes de lugares são transparentes quando seu “significado ainda está ativo no léxico comum” (2007: p. 118).

Com o tempo, a relação entre o lugar e a pessoa que lhe empresta o nome pode deixar de ser nítida, ou “transparente”, como pôde ter sido a princípio. É um processo inerente ao fluxo histórico e às dinâmicas linguísticas, ocasionado pela disjunção temporal que leva à ausência do referencial original no universo cultural cotidiano dos usuários¹⁰⁷, ou ainda pela “sobreposição de camadas” culturais que incidem sobre o vocabulário, decorrente das transformações das relações sociais que o tangenciam, ao longo do tempo (CARVALHINHOS; ANTUNES, 2007: p. 118). Nesta perspectiva, o nome da diretora, após 1965, pode ter se tornado gradativamente “opaco” para alguns usuários da comunidade, ou seja, desprovido de seu sentido intrínseco como mensagem/ discurso de homenagem, especialmente quando não foram proporcionadas condições de se tomar conhecimento de quem foi a professora citada nominalmente na placa. Deste modo, o distanciamento temporal, associado à deficiência na disponibilização de educação sobre a história institucional, podem ser os principais agentes catalizadores deste processo. Assim, a memória precisa ser permanentemente resgatada e alimentada a fim de atenuar a celeridade deste processo que é, grosso modo, natural, mas que não precisa ser fatalmente tomado como irreversível, nem muito menos inexorável.

A partir desta reflexão, conclui-se que, no caso dos antropotopônimos ou axiotopônimos, como é o caso do auditório, conhecer o nome de um lugar não significa,

¹⁰⁷ As autoras explicam que este processo que leva à opacidade dos nomes de lugares ocorre quando o nome não é substituído e, nem seque sofre alteração, mesmo assim, por força do tempo, acaba perdendo seu sentido original. Deste modo, a forma do nome é preservada, mas o valor semântico e cultural pode ser esvaziado: esta é a “fossilização do nome”. (CARVALHINHOS, ANTUNES, 2007: p. 118). O termo “fossilização”, conforme explicam, foi proposto pelo geógrafo francês Jean Brunhes, em 1925.

necessariamente, conhecer a pessoa a quem ele remete, pois esta conexão pode se perder no tempo, ou ser objeto do desconhecimento dos usuários dos lugares e dispositivos acerca de seu referencial denominativo original, além de outros fatores culturais que respondem a dinâmicas próprias. É neste ponto que se fazem valer as interconexões entre as diversas homenagens a Lígia Rebelo no Colégio Pedro Gomes, tornando as referências à ex-diretora intuitivamente autoexplicativas - ainda que de forma parcial - quando percebidas em conjunto. A partir delas, se não é possível atingir a compreensão do todo relativo ao tema, permite-se, ao menos, uma satisfatória contextualização. Desta forma, a atmosfera favorável ao fortalecimento da memória de Lígia Rebelo, realmente funciona em função da consolidação da escola como lugar de memória.

As mudanças pelas quais o colégio passou desde o fim da gestão de Lígia Rebelo não apagaram os elementos que lembram sua passagem pela instituição. É notório que, não obstante à atual inexistência de processos educativos e projetos pedagógicos especificamente voltados para a elucidação da figura de Lígia Rebelo junto à comunidade escolar (aulas, projetos de ensino, mostras pontuais ou permanentes), os elementos memorialísticos (o monumento escultórico, o nome do auditório e o nome da banda) em conjunto, possuem, por si só, a capacidade de inculcar e educar em relação ao passado da escola. Complementares em sentido entre si, cada um destes elementos auxilia na compreensão do outro e concorrem para sua inserção no todo, que circunscreve a história geral do Colégio Pedro Gomes. A existência destes outros elementos demonstra que a permanência do monumento escultórico a Lígia Rebelo não configura fato isolado na cultura escolar do Colégio Pedro Gomes. Pelo contrário, a percepção deste conjunto, atesta a existência de um ambiente cultural que funciona como lugar de memória voltado ao indivíduo, o qual se justifica a partir do peso político-social que fora atribuído às ações da ex-diretora.

5.3 O Colégio Pedro Gomes como lugar de memória: relações entre homenagens públicas, política e ideologia no conjunto memorialístico a Lígia Rebelo

A vida em sociedade é sustentada por atos essencialmente políticos. De forma universal aprendemos, desde cedo, que nossa sobrevivência, seja individual ou como espécie, depende da forma como estabelecemos nossas relações com os outros. Esta ideia, que soa tão básica, vem sendo consolidada desde Aristóteles, quando afirmou que “o homem é, por natureza, um

ser vivo político”¹⁰⁸, passando por desdobramentos que amadureceram na moderna filosofia política de Maquiavel, Hobbes e tantos outros, até, mais recentemente, culminar no campo da Ciência Política contemporânea, filiado às Ciências Sociais. O professor português Fernando dos Santos Neves, criador da primeira Licenciatura de Ciência Política em Portugal, em 1991, afirmava exatamente que “política não é tudo, mas tudo é político”¹⁰⁹. Esta premissa suporta a pertinência da análise proposta neste tópico, como um desdobramento lógico de todos os sentidos considerados e atribuídos às homenagens a Lígia Rebelo até aqui.

Assim, cabe um último olhar sobre as homenagens que compõem o conjunto memorialístico dedicado à ex-diretora, focado na dimensão política das causalidades e implicações de sua existência. A ocorrência das homenagens e a permanência da memória de Lígia Rebelo sobre dispositivos da cultura escolar do Colégio Pedro Gomes decorre do peso político-ideológico adquirido por sua figura pessoal, convalidado pela sua gestão como diretora. Deste modo, a abordagem de política aqui estabelecida, não enfoca a política partidária, eleitoral ou governamental, nem enfatiza as relações concernentes à esfera da macropolítica estatal, mas coloca em análise suas manifestações sob um recorte mais restrito: a política que rege a convivência entre os indivíduos em um grupo, a política de relações interpessoais e seus reflexos simbólicos no cotidiano. Eis, então, a percepção de uma política intraescolar.

De antemão, faz-se necessário recorrer a uma definição de “ideologia” cabível à perspectiva lançada sobre o objeto desta pesquisa, respeitando nosso recorte temático e os objetivos propostos. Evitando-se fugir das extensas divagações e embates filosóficos acerca de um tema que já foi extensamente trabalhado pela bibliografia ocidental, sobretudo marxista, o

¹⁰⁸ Tradução extraída diretamente do grego para a língua portuguesa por Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes, na edição bilingue de “Política”, de Aristóteles, publicada pela Editora Vega, em 1998. No contexto original, Aristóteles argumenta em favor da existência de uma tendência natural do ser humano para buscar e necessitar da vida em comunidade, o que se materializa nas cidades: “Formada, a princípio, para preservar a vida, a cidade subsiste para assegurar a vida boa. [...] Estas considerações evidenciam que uma cidade é uma daquelas coisas que existem por natureza e que o homem é, por natureza, um ser vivo político. Aquele que, por natureza e não por acaso, não tiver cidade, será um ser decaído ou sobre-humano, tal como o homem condenado por Homero como ‘sem família, nem lei, nem lar’” (p. 53). Em algumas obras e citações realizadas em contextos argumentativos, especialmente em autores contemporâneos, que não se baseiam precisamente na tradução direta do grego para o português, a afirmação de Aristóteles aparece como “O homem é, por natureza, um animal político”. É uma ideia possível, que não prejudica o sentido original. Pelo contrário, encontra bases no próprio raciocínio de Aristóteles, quando assim compara o ser humano com outros animais sociais: “A razão pela qual o homem, mais do que uma abelha ou um animal gregário, é um ser vivo político em sentido pleno, é óbvia. A natureza, conforme dizemos, não faz nada ao desbarato, e só o homem, de entre todos os seres vivos, possui a palavra. [...] Perante os outros seres vivos, o homem tem as suas peculiaridades: só ele sente o bem e o mal, o justo e o injusto; é a comunidade destes sentimentos que produz a família e a cidade.” (1998: p. 55)

¹⁰⁹ Esta frase, inclusive, tornou-se o título do livro que reúne seus artigos e ensaios sobre o tema. Os textos foram escritos entre 1965 e 2012, e o livro foi publicado em 2013, pela Editora Âncora, de Lisboa.

filósofo esloveno Slavoj Žižek funciona como articulador, em nossa contemporaneidade, entre a profusão de conceitos produzidos ao longo do século XX, trazendo a síntese:

A ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com a estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse. Quando um processo é denunciado como “ideológico por excelência”, pode se ter certeza de que seu inverso não é menos ideológico. (ŽIŽEK, 1996: p. 09).

Com base nisso, precisamos admitir a escola como um ambiente político, onde a ideologia é componente básico das relações cotidianas e pela qual se orienta a construção da própria cultura escolar institucional. De acordo com o raciocínio de Žižek, a ação ideológica é proporcionalmente mais eficiente na medida em que menos transparece sua real natureza. Deste modo, não é porque algo parece ser desprovido de intenções políticas ou conteúdo ideológico, que assim será na realidade. Na verdade, a aparente neutralidade deve instigar justamente a hipótese contrária. Por isso, a atribuição do nome de Lígia Rebelo ao auditório e à banda, bem como a instalação de seu monumento não são ações inócuas nesse sentido.

Levando adiante as reflexões propostas no tópico anterior, analisemos, primeiramente, os sentidos político-ideológicos associados à ação de nomear lugares de uso coletivo como forma de homenagem a alguém que ocupa posição de poder. Como esta pesquisa objetiva cobrir uma ampla gama de possibilidades interpretativas, o que só é, de fato, possível a partir de esforços teórico-metodológicos que afastem a possibilidade de adoção de uma perspectiva unilateral sobre o objeto, ou mesmo indulgente em relação ao papel social do sujeito histórico em análise, meditemos criticamente sobre a questão do uso de seu nome como forma de expressão político-ideológica.

Em seu texto “Os nomes como marcadores ideológicos”, Dick (1998) afirma que, na cultura toponímica brasileira, historicamente o hábito de homenagear figuras de poder tem sido uma prática constante que, desde o início da colonização, perpetua relações de dominação simbólica através de uma “toponímia dos vencedores”, uma vez que lugares denominados sob tais circunstâncias “passam, assim, a significar verdades absolutas” (DICK, 1998: p. 112)

Portanto, do ponto de vista político, a atribuição do nome da pessoa que ocupava a mais destacada posição de poder dentro da esfera administrativa do colégio foi uma forma de afirmação, não necessariamente exercida diretamente pela diretora, mas por agentes denominadores que nela se ancoravam politicamente. Dick (1998) explica que o que permeia as relações que determinam o simbolismo político-ideológico atribuído à homenagem “é a

presença do denominador, que poderá ser, ou não, o próprio homenageado”; quando não o for (o que é mais comum nas formas políticas democráticas, como é caso analisado), costuma-se levar em conta, no processo, fatores como comoção e “impacto na sociedade”, para justificar a escolha (DICK, 1998: p. 100). Entende-se, portanto, que a presença do homenageado é fator desejável para a completude do teatro político que se pretende, em efeito, junto ao público. Entretanto, não é indispensável, uma vez que existem subterfúgios de legitimação que podem ser invocados. Depois do próprio homenageado, os agentes denominadores são os maiores interessados na proposição e na assimilação cultural da homenagem, pois são eles, como proponentes, seus beneficiários imediatos, por associação.

No uso político da toponímia “tudo é homenagem, culto à personalidade do indivíduo” e pode configurar tentativa de “sacralização em vida de um procedimento que os modernos institucionalizaram como medida pós-mortem” (DICK, 1998, p. 99). Por isso, o fato de Lígia Rebelo ser ainda a diretora quando recebeu as homenagens precisa ser levado em consideração, uma vez que o exercício do poder gera interesses de muitas ordens, oriundos dos múltiplos agentes sociais que orbitam em torno dele. Este é o caráter objetivo da homenagem pública. No entanto, não pode ser desconsiderado seu caráter subjetivo, no qual se situam as intenções de expressar emoções que podem, eventualmente, extrapolar a linha das interações puramente profissionais e o pragmatismo político. Admite-se, deste modo, a admiração inspirada pelo carisma pessoal como exemplo de justificativa possível. Quando a profissional, a diretora Lígia Rebelo era homenageada, inevitavelmente a pessoa, a mulher Lígia Rebelo também era exaltada. Isto configurava, em certa medida, o culto à sua personalidade, ou como apontou Dick, assim se testemunhava sua sacralização em vida.

Buscando estabelecer relação com os demais elementos memorialísticos dedicados a Lígia Rebelo no colégio, analisemos a escultura sob a mesma ótica, acrescentando subsídios teóricos pertinentes ao seu significado político, os quais não foram contemplados nas reflexões anteriormente desenvolvidas. Assim como a adoção de nomes de pessoas vivas como topônimos para espaços públicos, a instalação de monumentos artísticos representativos de indivíduos na mesma condição nestes espaços são escolhas, explícita ou implicitamente arbitrárias, dos grupos hegemônicos (nas esferas em que atuam) a fim de fortalecer simbolicamente o seu poder, celebrando valores relacionados com a personalidade ou às ações da pessoa escolhida para a homenagem. São, portanto, demonstrações de força política, tanto de quem homenageia, quanto de quem é homenageado. Em casos de homenagens a terceiros, busca-se, por parte dos agentes promotores, primeiramente a demonstração da imposição de sua vontade ou ponto de vista sobre a coletividade. Em seguida, procura-se a vinculação de suas

ações à memória que se pretende firmar com a presença da escultura (que é o aspecto físico da homenagem) e dos valores (que são os elementos simbólicos que ela pretende evocar, e que são sugestivamente relacionados à figura retratada).

Um dos critérios para que este objetivo se cumpra satisfatoriamente é a legitimidade de tais vínculos e sentidos atribuídos: a denominada “legitimidade cultural”. A esse respeito, Míriam Escobar explica que “a legitimidade cultural é atributo vital da memória coletiva” (ESCOBAR, 1998: p. 43). Em sentido complementar, Giulio Carlo Argan (1993: p. 12) afirmou: “O que diferencia um objeto artístico dos outros objetos produzidos por uma determinada cultura urbana é o valor que lhe é atribuído pela comunidade”.

Depreende-se, portanto, que para ter legitimidade de sentido, a homenagem precisa ter relação de proximidade com o conteúdo histórico e cultural que permeia o local de implantação. A potência dessa relação é o elemento que justifica a presença da homenagem, conferindo a ela significado que ultrapassa a mera estética ornamental e o caráter decorativo. O caso do conjunto em homenagem a Lígia rebelo é exemplar desta premissa, principalmente quando nos avalizamos pelo argumento de Escobar: “De fato, nos casos de obras de escultura que são representações figurativas, a relação com o lugar de implantação é indicativa, direta e objetiva [...] Essa identidade entre obra e lugar é um valor de identidade”. (ESCOBAR, 1998: p. 23)

Assim, as esculturas e monumentos públicos que adquirem este status, em geral, possuem também, finalidade pedagógica, servindo ao objetivo de educar, no sentido de garantir a possibilidade de rememoração permanente, visando instruir e informar acerca do que precisa ser lembrado - pelas novas gerações, inclusive, dependendo do sucesso de sua permanência. Esta premissa pode ser aplicada tanto no macro, quanto no microcosmo das relações de poder que permeiam as interações nas sociedades urbanas modernas.

A educação, considerada como fenômeno social e, por consequência, a educação escolar, sua faceta instrumentalizada pelo Estado e, deste modo, estruturada como fenômeno político na modernidade, constitui-se como um palco preferencial para tais usos da memória, da arte e, por fim, da própria História como saber curricularizado. Isto ocorre, pois a escola é o espaço educativo por excelência em nossa sociedade. Este espaço é, portanto, local privilegiado para a difusão de ideias e valores que se propagam para a sociedade de maneira ampla. É um espaço, ao mesmo tempo, ideologizante e ideologizado. Este processo vai muito além da sala de aula e dos conteúdos contemplados explicitamente nos currículos formais. O ambiente escolar, com seu mobiliário, seus símbolos e códigos internos são elementos investidos de intencionalidades que visam à construção de uma cultura escolar que, por sua vez, está inserida

em uma cultura política, e exponencialmente, em múltiplas esferas de relações socioculturais interconectadas.

No Brasil, de modo geral, o ambiente escolar da escola pública foi, desde a instituição da república - especialmente depois da década de 1930 - socialmente consagrado como um espaço de uso público, idealmente acessível à coletividade, devido à finalidade de sua utilização: o fornecimento de educação “gratuita” com vistas à promoção da democracia e da cidadania por meio do acesso aos mais diversos saberes básicos. Ao teorizar sobre a relação que confere sentido de vinculação cultural entre espaços e monumentos públicos, Escobar afirma que “A instalação de uma escultura pode contribuir para a identificação de um lugar, quando seu tema está relacionado com os valores culturais contidos naquele espaço.” (ESCOBAR, 1998: p.23).

Nesse sentido, ao analisar o sentido político-ideológico de homenagens escultóricas em espaço público, Escobar ensina que “para compreender a razão da escolha dos temas de homenagem civil pública [a professores, educadores, intelectuais e políticos] é necessário nos reportarmos ao contexto político”. (ESCOBAR, 1998, p.31). Nota-se, portanto, que a educação escolar sempre foi “alvo preferencial do discurso político no Brasil republicano”, tendendo a elevar os agentes educativos à condição de figuras com alto potencial de exploração no cenário político-eleitoral.

Associar os representantes políticos aos espaços educativos institucionais, como um edifício público voltado para o ensino dos jovens, se tornou, ao longo do século XX, um poderoso instrumento simbólico para a construção e/ ou consolidação de posicionamentos eleitoralmente almejados pela classe política. Por serem espaços socialmente valorizados, configuraram uma forma eficiente de agentes e partidos capitalizarem politicamente sobre a educação, não pela verdadeira crença em seu valor efetivo, mas justa e tão somente pelo seu potencial mobilizador de mentalidades (e votos).

Embora Lígia Rebelo jamais tenha atuado, de forma direta, na política eleitoral, sua proeminência como educadora em Goiânia a colocava, já na década de 1960, em posição de evidência em tal cenário. Suas conexões políticas externas eram evidenciadas pelo bom trânsito que ela obteve entre os governadores e secretários da educação durante o exercício de seu mandato como diretora.

Simpática ao grupo ludoviquista, assumira a direção do colégio, em 1955, sob os auspícios do novo governo, José Ludovico de Almeida (PSD, 1955-1959) e de seu Secretário de Educação, entre 1955 e 1958, José Feliciano Ferreira. Colheu excelentes resultados quando José Feliciano Ferreira foi eleito governador, também pelo PSD (1959-1961), em sucessão a

José Ludovico. Deste governador obteve a missão de realizar a transferência para a nova sede, após a elevação do ginásio a colégio (Lei nº 2568, de 10 de setembro de 1959). A boa relação se estendia, principalmente, ao governador Mauro Borges (PSD, 1961-1964), com quem as afinidades políticas a levaram aos seus melhores anos como gestora da escola, na primeira metade dos anos 1960, quando o secretário estadual de educação foi Ruy Rodrigues da Silva (1961-1964), que não lhe objetou, de forma alguma, as homenagens que ela recebera da comunidade do Colégio Pedro Gomes.

A escolha de Lígia Rebelo para ser “imortalizada”, em 1961, na forma do único monumento estatutário situado no interior de um prédio da escola pública estadual até aquela época foi fato com contornos políticos evidentes. Especificamente por se tratar do colégio com o maior número de alunos do setor Campinas e um dos maiores de Goiânia, o fato ganha contornos ainda mais significativos que atestam seu alinhamento ao status quo do governo estadual. À primeira vista, o fator justificante da homenagem poderia ser sua celebração como a mais longeva diretora daquela instituição, já naquele ano. Isto seria o elemento estruturante central da legitimidade conferida ao monumento, mas esta é apenas a superfície de seu significado político. Sobre aspecto tangente, Escobar pontua que, no âmbito da escultura pública, analisada como sujeito historiográfico e objeto artístico-arquitetônico investido de sentido e intencionalidade discursiva:

O sujeito individualizado corresponde inicialmente à presença de uma única escultura num determinado lugar. A individualização é o resultado de um processo de síntese das simbologias contidas numa obra de tema único: a escultura se torna o agente individual ou sujeito do discurso poético naquele lugar. (ESCOBAR, 1998: p. 23)

Nesse sentido, a individualização da homenagem coloca o sujeito na privilegiada posição de exclusividade discursiva no ambiente, condicionada à inexistência de elementos discursivos concorrentes. Deste modo, a mensagem contida em seu discurso de afirmação política é reforçada: naquela condição, ela é “a diretora”, não “uma diretora”.

A escultura de Lígia Rebelo sustenta um discurso político, pois a gestão escolar é uma atividade de natureza política, como já argumentamos. Por óbvio, não compreende, necessariamente, as mesmas dinâmicas contidas na política partidária-eleitoral, mas busca gerenciar os reflexos da política extra-institucional dentro da escola ao mesmo tempo em que procura administrar a convivência entre os indivíduos e as demandas da comunidade.

Em 1961, a escultura funcionava como um discurso de “síntese de vida” que buscava englobar subjetivamente elementos positivos atribuídos à ação pessoal e profissional da diretora, ao passo que a partir de 1965, funcionou como lembrete de uma liderança que deveria ser contemplada e até talvez tomada como modelo. Assim, o sentido completo da frase contida

no monumento poderia ser: “Que os séculos contemplem seu trabalho relativo à construção da sede própria, às sucessivas expansões das dependências físicas da escola, do exponencial crescimento do número de matrículas e, principalmente, à elevação do nome da instituição a um grau de reconhecimento público e respeitabilidade social comparáveis aos do Lyceu de Goiânia.”

Cabe lembrar que este cenário, especialmente no que se refere ao “reconhecimento público”, ocorreu mediante, principalmente, ao engajamento da instituição nos desfiles públicos promovidos nas celebrações cívicas comuns naquela época. A edição de 8 de setembro de 1959 do Jornal de Notícias (Imagem 5, Capítulo 1), publicado em Goiânia, destacou, com adjetivos que caracterizam explícito entusiasmo, a escolha do Colégio Estadual de Campinas (nome anterior do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes) como o “colégio que melhor se apresentou no desfile” exacerbando a atenção pública recebida e o prestígio social alcançado pelo evento daquele ano junto à população:

“Revestiu-se de grande brilhantismo, alegria e entusiasmo a parada o dia 7 de setembro. Pela Praça Bandeirante, onde foi armado o palanque oficial e onde se concentrou enorme massa popular, desfilaram os diversos colégios e corporações militares [...]. Milhares de pessoas, apesar do calor e de um sol causticante assistiram e aplaudiram com entusiasmo, até o fim do desfile.” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 8 de setembro de 1959)

Associada a eventos públicos de grande alcance popular e impacto político-cultural, vimos que um elemento importantíssimo relacionado ao sucesso da consolidação de uma identidade positiva da escola junto à sociedade goianiense, sem dúvidas foi sua banda marcial, cujo projeto fora endossado pela diretora.

Portanto, do ponto de vista histórico podemos entender as homenagens prestadas pela comunidade escolar a Lígia Rebelo por duas óticas. Se, por um lado significavam, naquele momento, uma aclamação popular por sua rica trajetória como educadora e diretora, por outro, se explicam, também, pelas circunstâncias políticas favoráveis que possibilitaram e sustentaram sua posição como liderança administrativa no Colégio Pedro Gomes por tantos anos.

Sua posição social e seu status profissional foram construídos sobre uma trajetória de trabalho forjada por boas relações políticas e sociais, associada a uma grande capacidade de assumir desafios ligados à área educacional. Soma-se, ainda, o carisma pessoal vinculado à sua reconhecida capacidade de liderança, elemento que lhe garantiu respeitabilidade considerável entre colegas e subordinados. Tudo isto consolidou uma imagem pública de eficiência, competência e confiabilidade, alçando-a, no início dos anos 1960, à condição de personalidade pública politicamente ativa e relevante dentro de seu espaço de influência, mesmo não tendo exercido política partidária.

Por fim, consideremos implicações políticas posteriores, e bastante atuais, que podem ser extraídas do monumento estatutário a Lígia Rebelo, mais relacionadas ao gênero da homenagem, de certo, mas que ainda assim resvalam na promoção historiográfica da memória da ex-diretora. Ao ser catalogado, junto à prefeitura de Goiânia, como componente do acervo artístico da cidade, a escultura foi considerada um patrimônio histórico-cultural goianiense, ainda que não seja formalmente tombado.

Se por um lado, as obras de escultura pública, por si só, configuram objeto de múltiplos usos, interesses e interpretações, acadêmicas ou não (como abordado anteriormente), o advento da atual noção de patrimônio histórico-cultural e a consequente configuração de um amplo campo de estudos baseados nesta ideia, fizeram avançar, também, os interesses políticos infligidos sobre elas. Isto coloca o monumento a Lígia Rebelo dentro de um debate sobre a patrimonialização de elementos do passado e seu uso instrumentalizado como discurso político na esfera pública. Deste modo, reafirma-se a percepção de que a arte e a educação frequentemente se entrelaçam como fenômenos entendidos como campos estratégicos para o exercício da política. Não é por acaso que estas áreas sejam tão presentes no debate público, quanto também sejam passíveis de manipulação.

No livro “Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores”, Dominique Poulot explica que, na contemporaneidade, “o imperativo de conservação da herança – material e, daqui em diante, imaterial – impõe-se de maneira generalizada e obrigatória, como é testemunhado pelo aparato e por regulamentos que não cessam de estender sua área de aplicação” (POULOT, 2009: p. 201). Ele se refere às ações de governos nacionais, organizações internacionais e entidades representativas da sociedade civil que atuam, ao longo dos dois últimos séculos, pela implementação de políticas de preservação e conservação do patrimônio. Desse modo, tanto em escala global, a partir da atuação especialmente incisiva da Unesco, quanto em escalas locais, “as ações em favor do patrimônio tornaram-se, frequentemente, a vanguarda de uma democratização cultural” (POULOT, 2009, p. 201). Isso explica o acentuado interesse público e o foco político que o tema recebe. A atual situação, alerta, implica em disputas pelo domínio sobre o uso e categorização do patrimônio, além de ocasionalmente levar à “debilitação e a banalização do termo” (POULOT, 2009, p. 202). Por outro lado, o interesse e os múltiplos olhares da sociedade sobre o assunto tendem a conduzir a um cenário de maior preocupação em relação à descaracterização, à descontextualização e até a destruição de vestígios do passado de interesse coletivo. Deste modo, ciente da complexidade do campo do patrimônio, tomemos a definição proposta pelo francês:

A noção de patrimônio implica um conjunto de posses que devem ser identificadas como transmissíveis; ela mobiliza um grupo humano, uma sociedade, capaz de reconhecê-las como sua propriedade, além de demonstrar sua coerência e organizar sua recepção; ela desenha, finalmente, um conjunto de valores que permitem articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, a fim de promover determinadas mutações e, ao mesmo tempo, de afirmar uma continuidade. Esboçadas progressivamente por dispositivos de enquadramento de artefatos, lugares e práticas, as diversas configurações desdobram-se através das diversas sociabilidades que as cultivam, das afinidades que se estabelecem por seu intermédio, além das emoções e dos saberes que se experimentam nesse contexto. (POULOT, 2009: p. 203)

Diante disso, ao entrelaçarmos a definição de Poulot aos sentidos históricos e culturais socialmente percebidos no monumento a Lígia Rebelo ao longo deste trabalho, entende-se a coerência do acolhimento do estudo de Cabral (2008) que levou à identificação e à catalogação da obra, o que culminou na proposição de a prefeitura tomar seu acervo artístico público - dentro do qual se inclui o monumento à educadora - como patrimônio histórico-cultural dos goianienses. Nota-se que, dialogicamente, os campos da arte, da educação e da política usufruem, cada um a seu modo, do diálogo com o passado, seja através da formulação, da consolidação ou da revisão de memórias coletivas.

Por isso, trabalhos que lidam essa conjunção de temas, como o já citado trabalho organizado por Maria Madalena Roberto Cabral, “Iconografia: documentação histórica e fotográfica o acervo artístico no município de Goiânia” (2008), despertam interesse público, o que pode refletir no campo político, especialmente quando sua execução e divulgação extrapolam os limites da academia. Se lhes for conveniente, entidades e figuras políticas podem, por vezes, utilizar-se deste tipo de projeto como plataforma para se aproximar de valores histórico-culturais considerados desejáveis junto ao seu público/ eleitorado, como depreende-se dos riscos de apropriação e manipulação do conceito de patrimônio apontados por Poulot (2009).

No caso desta obra, de 2008, financiada pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura e publicada sob o selo da Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia, incide um elemento diferencial de potência, que geralmente é levado em consideração em editais de concorrência para a seleção em ações deste tipo (obras financiadas pela administração pública): sua temática, considerada culturalmente relevante é convertida em proveito do ponto de vista político; neste caso o manejo da memória local através da pesquisa e catalogação do acervo de arte pública da cidade. No discurso público, era uma oportunidade de revisitação do passado da cidade. A partir daí abriu-se a possibilidade do uso político-discursivo da História local pelas autoridades.

À época, o então prefeito Iris Rezende (2005-2008) não deixou escapar a oportunidade de registrar-se como apoiador de tal ideia, assinalando publicamente suas parabenizações aos responsáveis pelo projeto em prefácio assinado nominalmente:

Um patrimônio histórico desta natureza não poderia padecer de organização, de identificação das personagens e dos locais onde os fatos se concretizaram. Desta forma, só nos resta aplaudir o trabalho empreendido pela Divisão de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura. Visitar, documentar, catalogar as nossas referências artísticas representa um legado sem precedentes para as futuras gerações. (CABRAL, 2008: p. 9)

Palavras justas e, de fato, pertinentes à realização. Devemos nos atentar, tão somente, à escolha de palavras que buscam estabelecer: a) consciência de valorização do patrimônio cultural; b) aproximação institucional com a equipe realizadora e; c) inserção de si nos esforços de legar contribuição cultural às gerações futuras. O prefeito, como um outsider deste campo acadêmico, preocupa-se, ainda, em legitimar seu interesse no tema através de suas experiências e memórias pessoais:

A Goiânia do Grande Hotel, do Monumento às Três Raças, do Coreto, enfim de tantas referências culturais, agradece o empenho e a determinação de historiadores em busca das nossas verdadeiras raízes. Algumas dessas lembranças falam alto em meu coração, como a Praça Joaquim Lúcio e a Biblioteca Municipal Cora Coralina, em Campinas, bairro em que morei por quase duas décadas. Com 50 anos de vida pública dedicados a Goiânia, a Goiás e ao Brasil, tenho como dimensionar a importância das manifestações culturais ocorridas nesse período. Verdadeiras revoluções artísticas que ditaram o comportamento de gerações. Toda essa riqueza precisa, e merece, de um tratamento diferenciado, de uma ação que preserve a nossa identidade cultural, o patrimônio histórico que tanto orgulha o povo goiano. (p. 9)

Percebe-se, portanto, que este é um meio de sustentar um discurso político baseado na evocação de valores almejados politicamente, quando se trata do uso da História para este fim. O agente político, então, se baseia na ideia de que a arte realizada no passado deve ser considerada patrimônio histórico coletivo. Seu intento é justamente consolidar uma imagem política de defensor desta “riqueza” (ideia subjacente ao próprio uso da palavra “patrimônio”), que deve, por direito, ser compartilhada por todos. Subentende-se, ainda, na visão apresentada, que o aspecto histórico deste patrimônio estaria vinculado à noção de memória como componente básico de uma identidade cultural goiana idealizada.

Circunstâncias como essa se enquadram no que o filósofo alemão Jürgen Habermas chamou de “uso público da História”. No pós-guerra, quando a Alemanha Ocidental buscava se reerguer em todos os aspectos, em um esforço coletivo para digerir os acontecimentos ligados ao regime nazista, Habermas propôs que a abordagem de temas relativos ao passado comum por parte que chamou de “esfera pública” seria um fenômeno inerente à própria vida social democrática, contribuindo para “forjar sentidos de passado nas sociedades contemporâneas”.

Ao investigar as circunstâncias e os efeitos deste fenômeno em seu país, o historiador italiano Nicola Gallerano concluiu que, em geral, os agentes e espaços que promovem usos públicos da História - entre os quais ele coloca espaços urbanos e monumentos públicos - o fazem com objetivos políticos.

Assim, observa-se que os políticos profissionais estão entre os principais promotores de usos públicos da história. Apropriar-se (e sugerir interpretações) dos sentidos do passado como melhor lhes convir é o que os agentes políticos, como o então prefeito Iris Rezende, costumam visar quando o trazem para seu discurso, que é, naturalmente, voltado para o grande público “leigo” que constitui a população de cidadãos, ou seja, de eleitores em potencial.

Ao estabelecer o registro de seu apoio à iniciativa da especialista em catalogar, estudar e apresentar o acervo do que foi considerado patrimônio histórico e artístico da cidade, o discurso do prefeito sobre a necessidade de preservação destes vestígios do passado buscava atingir quaisquer indivíduos que tivessem contato com a obra dali em diante, fossem acadêmicos ou leigos interessados no assunto. O mais importante era o registro de sua ligação com a iniciativa, intento que foi atingido com sucesso, uma vez que a obra se encontra legada à posteridade em bibliotecas e arquivos públicos e privados espalhados pela cidade, teoricamente acessíveis ao público, apesar da tiragem original de apenas mil exemplares.

A análise do alcance deste caso se ampara nas implicações da definição que Gallerano propôs para conceito de “uso público da História”, abordando-o como “tudo o que se desenvolve fora dos lugares destinados à investigação científica em sentido estrito, da história dos historiadores, habitualmente escrita por especialistas e para um segmento muito restrito de público” (GALLERANO, 2007: p.87). Uso público da História é, portanto, a inevitável quebra do encastelamento que normalmente circunscreve certos temas, saberes e debates ao domínio acadêmico. Um fenômeno regido por processos culturais dinâmicos, determinados por forças que, por contingências específicas, buscam promover e/ ou usufruir de eventuais sentidos do passado oriundos da apropriação do tema histórico pelo público amplo.

Recentemente, a pesquisadora Ana Lima Kallás trouxe a discussão sobre usos públicos da História para a realidade cultural brasileira. A autora afirma que a apropriação de temas históricos em espaços sociais de amplo alcance é fruto do imperativo criado por demandas do presente, inclusive de cunho político:

Da mesma forma que a produção historiográfica, as representações do passado contidas nesses campos são produzidas a partir das demandas do presente e das disputas políticas, culturais, econômicas e sociais colocadas. Nesse sentido, constituem áreas de disputa, de conflitos intensos, podendo servir para reforçar a passividade ou para construir olhares participativos e

transformadores, configurando espaços cada vez mais centrais de disputa de hegemonia na contemporaneidade. (KALLÁS, 2017: p. 131).

Eis, então, que o interesse legítimo no uso político de monumentos ao passado reside não no genuíno apreço pelos significados reais do patrimônio histórico, mas no seu potencial de fornecer a aprovação social de projetos de poder. Nesse sentido, Kallás afirma que os usos da História estariam condicionados ao fato de que “a esfera pública acabaria transformando a política em espetáculo dirigido, em que os líderes e partidos pretendem, de tempos em tempos, obter uma aclamação plebiscitária” (KALLÁS, 2017, p. 135)

Portanto, é notável que devido ao fértil universo de abordagens possíveis sobre a historicidade de fenômenos artísticos como o monumento a Lígia Rebelo, considerando seus sentidos socioantropológicos intrínsecos, a historiografia e a História Pública se beneficiam pelo quadro favorável que se desenha através da produção de historiadores e demais pesquisadores interessados em conhecer, catalogar, resgatar, conservar, interpretar e discutir tais vestígios; também da ação de artistas e teóricos da arte, interessados em inserir a sensibilidade artística na pauta cotidiana e; por fim, da atuação de agentes políticos que, graças a seu alcance e recursos, possibilitam a execução de ideias nesse sentido em troca de terem seus nomes envolvidos como forma de potencializar ganhos políticos.

Assim sendo, convém elucidar que o livro organizado por Maria Helena Roberto Cabral (2008), além de inserir a herma de Lígia Rebelo no “Inventário do Acervo Artístico” da cidade de Goiânia – fato que por si só, é muito significativo, uma vez que dá a devida publicidade ao monumento, e assim contribui indiretamente para sua preservação, ao possibilitar seu conhecimento pelo grande público - reservou, na página 65, o primeiro espaço dedicado ao desenvolvimento de um texto biográfico de Lígia Rebelo em uma publicação bibliográfica profissional/ acadêmica. Mesmo tendo a existência de seu monumento como princípio motivador, aquele breve texto sobre a diretora foi a primeira oportunidade (e ainda se coloca como possibilidade) para um público, diferente do tradicional círculo social constituído por alunos, funcionários e comunidade do Colégio Pedro Gomes, de conhecer a personagem Lígia Rebelo.

Reiterando que as homenagens analisadas ao longo deste capítulo não foram oficialmente auto instituídas, acreditamos que as premissas teóricas propostas adicionam elementos que auxiliam na compreensão dos sentidos políticos que podem revestir uma homenagem pública em cenários hierarquizados, como a escola pública brasileira dos anos 1960. Tal possibilidade analítica, como demonstrado, se aplica sobre homenagens públicas do tipo recebido por Lígia Rebelo durante sua gestão e fora dela, mas ainda em função de suas

ações como diretora. A fim de reforçar a sustentação deste ponto, passemos à análise de demonstrações públicas do prestígio acumulado por Lígia Rebelo, através de homenagens recebidas em contextos e momentos distintos de sua vida.

Ao final do ano de 1962, Lígia Rebelo compartilhou com o governador Mauro Borges a posição de padrinhos da turma de formandos do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes naquele ano. Demonstrando apreço pelo convite e atestando o prestígio da diretora, o governador compareceu à cerimônia, realizada no salão do Cine Campinas, situado na Avenida 24 de outubro. Antes, porém, percorreu as dependências do colégio, se encontrando com membros da comunidade local e aproveitando para cumprimentar Lígia Rebelo pela significativa expansão da quantidade de matrículas vista naquele ano (*Imagem 74*).

Imagem 74 - Visita do governador Mauro Borges às dependências do CEPPG (13 de dezembro de 1962)



Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebelo/ Reprodução: Vinícius Felipe Leal Machado

Além desta foto, que foi publicada no Jornal O Popular, a professora conservou também o “Caderno de Formatura dos Concluintes de 1962” (*Imagem 76*), que listava os nomes de todos os concluintes, além dos detalhes da cerimônia, que foi registrada no documento “Ata da sessão solene de entrega dos certificados aos concluintes de 1962 do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes do Bairro de Campinas” (*Imagem 75*).

Imagem 75 – Recorte da “Ata da sessão solene de entrega dos certificados aos concluintes de 1962 do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes do Bairro de Campinas” (13 de dezembro de 1962)

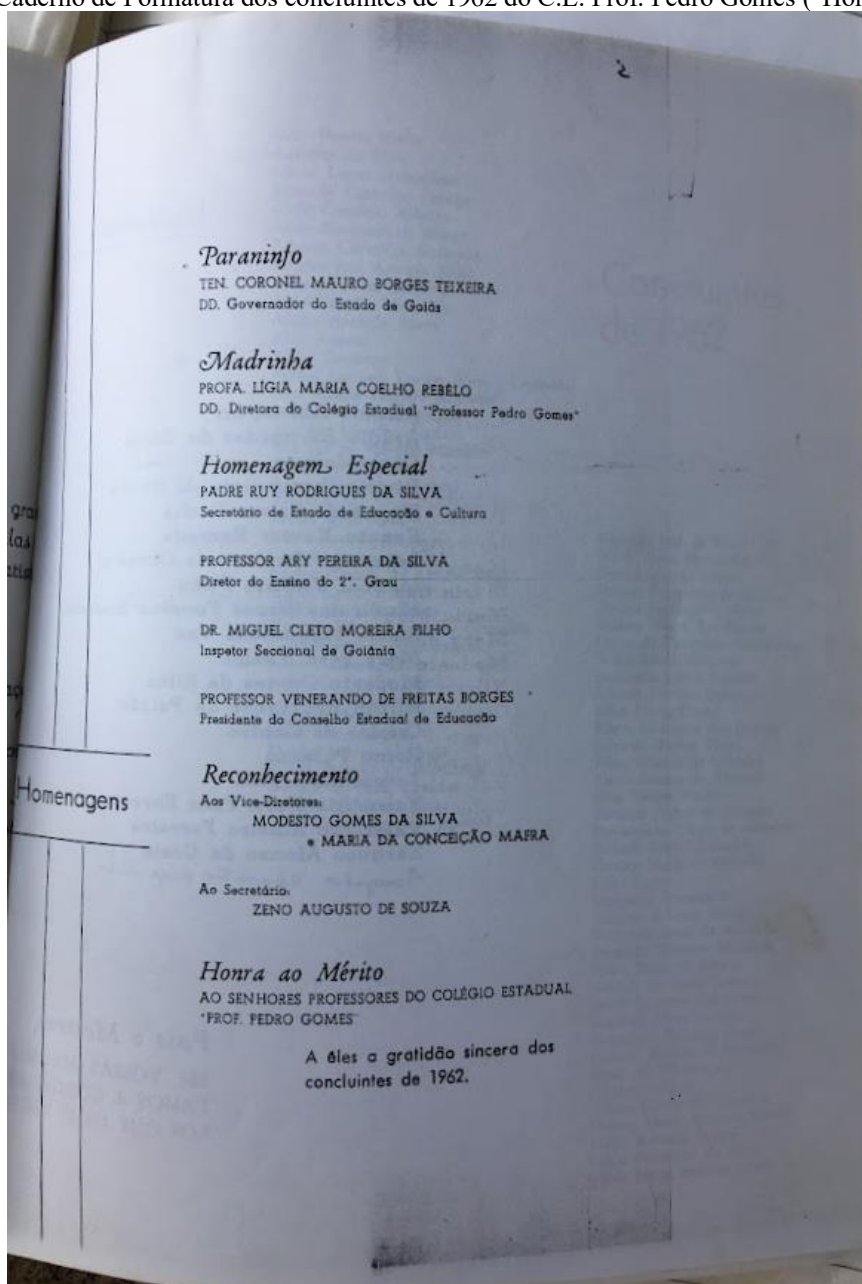
Ata da sessão solene de entrega dos certificados aos
concluintes de 1962 do Colégio Estadual "Prof. Pedro
Gomes" do Bairro de Campinas.

Em treze (13) dias do mês de dezembro do ano do
nir 2, noventa e sessenta e dois (1962), no salão do Colégio
Campinas, sito à Av. 94 de Outubro, neste bairro, teve lu-
gar a sessão solene de entrega de certificados aos concluin-
tes de 1962 do 1º Cielo. Presidida pela Diretora, pas-
sou a fazer o chamado das autoridades presentes para a compo-
sição da mesa que ficou assim constituída: Sr. Gen-
l. Manoel B. Teixeira, Gov. do Estado, que
foi escolhido como Patrono do Curso de Filosofia-
ciência de 1962, fazendo jurar a escolha a
Pres. do Tra. Sr. Governador, que inesperadamente, tu-
ve a honra de ser escolhido como Patrono do Curso de

Fonte: Arquivo do CEPI Professor Pedro Gomes

A página de “Homenagens”, no documento da Imagem 76 faz menção à “gratidão sincera” sentida pelos estudantes. Embora protocolar, o conteúdo deste documento revela o resultado de um processo de seleção, entre prováveis outras propostas, e de escolha coletiva por parte dos estudantes. O fato de Lígia Rebelo figurar na posição mais alta, juntamente com o governador, entre as categorias de homenagens prestadas naquele dia, sinaliza que os formandos daquele ano optaram por figuras de poder, escolhidas para realizar seu simbólico apadrinhamento como estudantes formados. Geralmente, os critérios considerados para escolhas deste tipo são de foro íntimo, relativo às discussões em turma. No entanto, o convite a autoridades políticas sempre foi bastante comum e sua presença tende a gerar expectativas entre a comunidade envolvida.

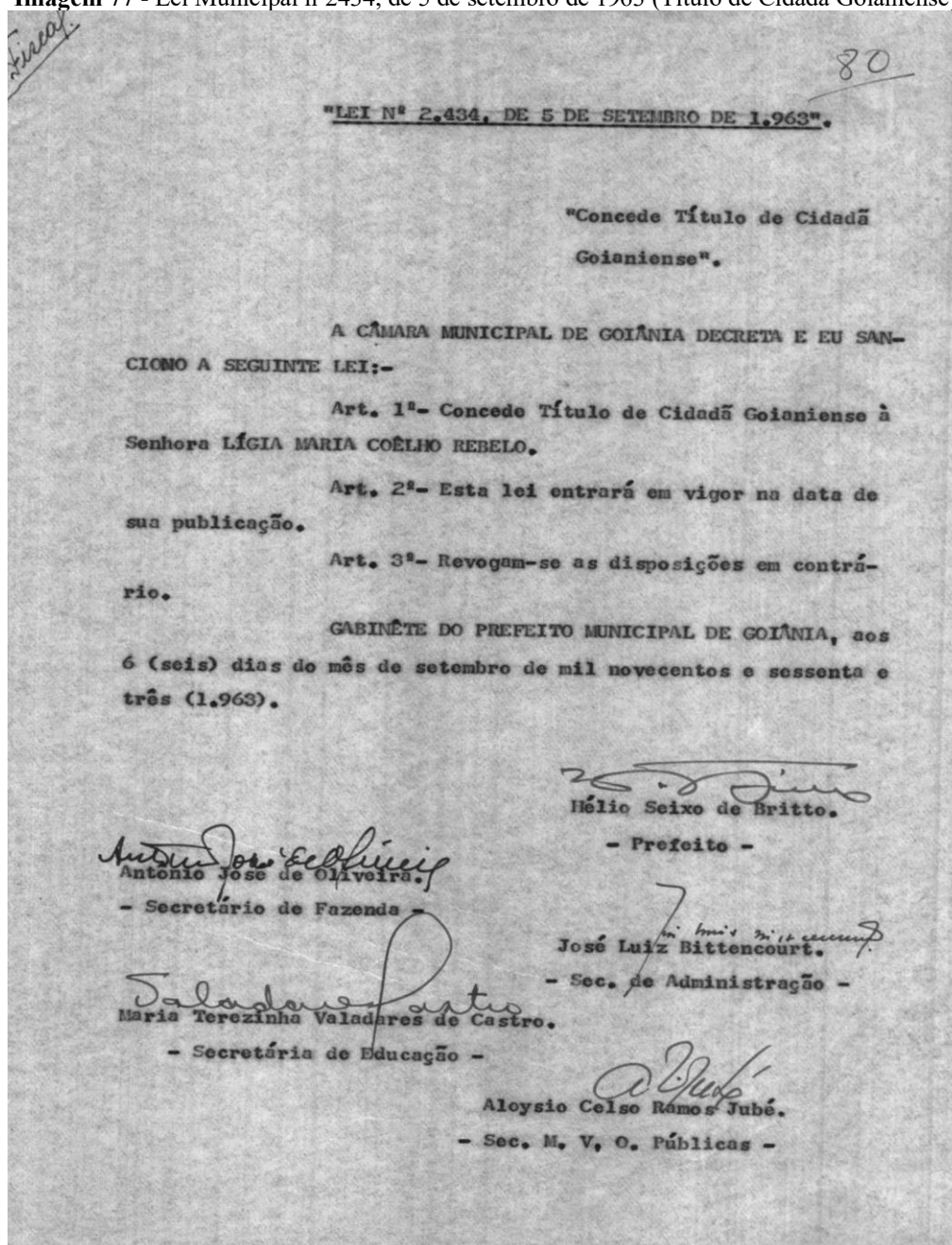
Imagem 76 - Caderno de Formatura dos concluintes de 1962 do C.E. Prof. Pedro Gomes ("Homenagens", p. 2)



Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebelo/ Reprodução: Vinícius Felipe Leal Machado

No ano seguinte, em 1963, Lígia Rebelo foi homenageada, em solenidade promovida pela Câmara de Vereadores de Goiânia, ao receber o honorífico título de "Cidadã Goianiense". Este título foi oficializado pela Lei Municipal nº 2434, de 5 de setembro de 1963 (*Imagem 77*). Ser lembrada para receber o título de cidadã da capital era mais um exemplo de como as relações de proximidade com pessoas ocupantes de posições de poder político não permitia que Lígia Rebelo caísse no ostracismo social.

Imagem 77 - Lei Municipal nº2434, de 5 de setembro de 1963 (Título de Cidadã Goianiense)



Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebelo/ Reprodução: Vinícius Felipe Leal Machado

Entre as autoridades que assinaram documento, figuram duas pessoas que se tornaram muito próximas de Lígia Rebelo e integraram sua história de vida de forma distintas: Hélio Seixo de Brito e José Luiz Bittencourt. Os vínculos do primeiro com o Colégio Pedro Gomes e sua diretora são abordados, nesta tese, no capítulo sobre o contexto de modernização em que ocorreu a criação do Ginásio Estadual de Campinas. Quanto ao segundo, trata-se de um político e intelectual que demonstrava muita admiração por Lígia Rebelo. Advogado e jornalista, o sergipano fez carreira na educação e na política goianas, além de ter constituído família no Estado a partir da união com Veneranda Cabral Bittencourt, com quem teve José Luiz

Bittencourt Filho. “Bittencourt-pai” foi professor da Faculdade de Direito e a proximidade adquirida com o casal Rebelo, assim como respeito profissional que demonstrava por Lígia Rebelo, o levou a confiar a educação de seu filho, José Luiz Bittencourt Filho, ao colégio de Campinas. Quando este exercia mandato de Deputado Federal pelo PMDB-GO, o filho de Bittencourt lembrou, em discurso proferido no púlpito da Câmara, seu passado como estudante na instituição:

Folgo em poder falar sobre este modelo estabelecimento de ensino, onde cursei todo o ciclo do ensino ginásial e de lá parti para o vestibular da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás, onde conclui o grau superior e me diplomei em Engenharia Civil. Posso testemunhar que os 57 anos de boa existência do Colégio Estadual Pedro Gomes constituem uma página de honra para a história da Educação em Goiás. Sempre abrigou na sua docência mestres da mais alta qualidade cultural, professores e professoras de exemplaríssimo currículo que ali desempenharam um verdadeiro sacerdócio a serviço da educação de jovens goianos. (BITTENCOURT FILHO, José Luiz. 2004. Câmara Legislativa Federal. Disponível em: www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?CodTeor=258608. Acesso em: 28 de junho de 2021)

O político aproveitou aquela ocasião para prestar sua homenagem ao aniversário dos 57 anos do colégio e demonstrar sua reverência à educadora. Assim, ele aproveitou para exaltar a figura de Lígia Rebelo, remetendo ao breve contato que teve com a diretora, em seu último ano na função:

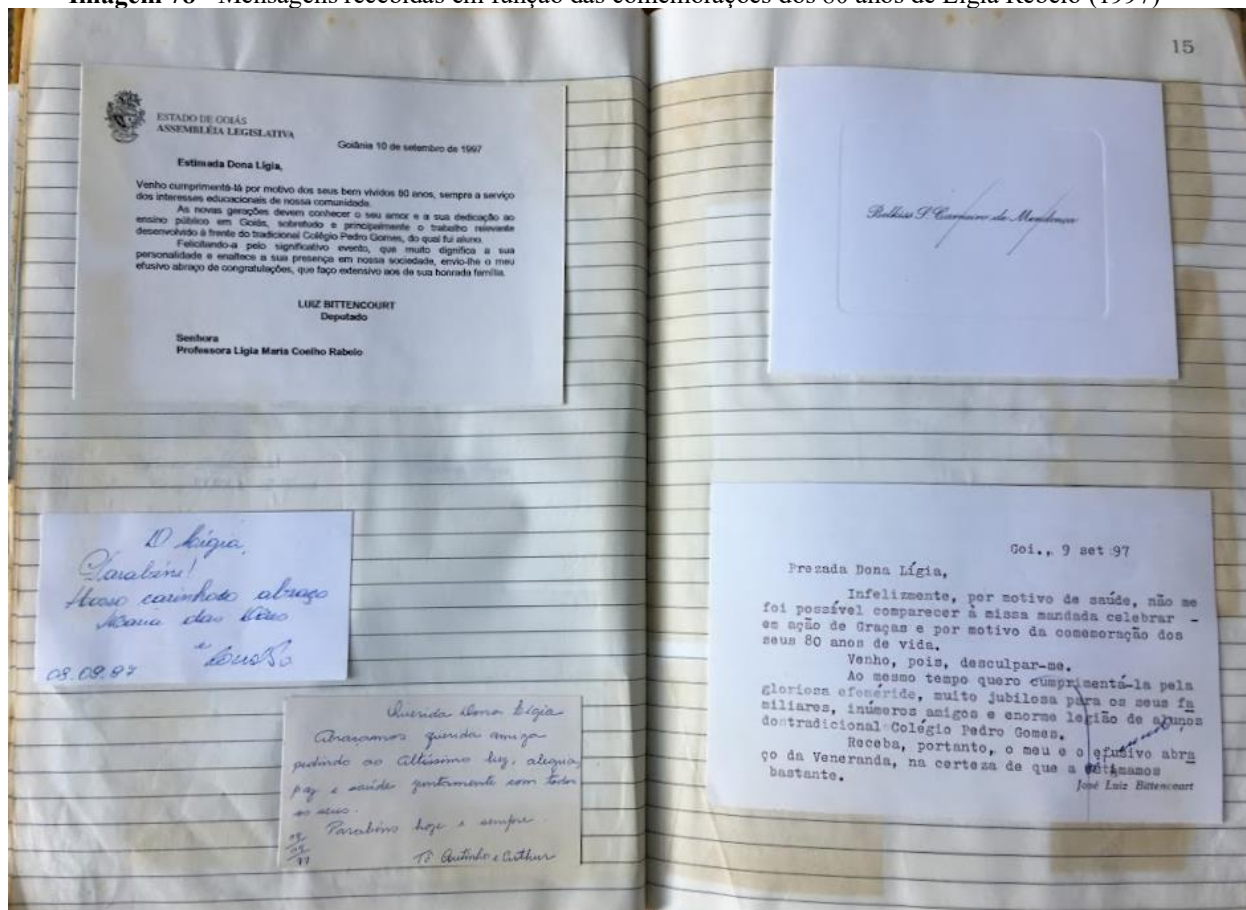
No meu tempo de estudante ginásial, o colégio era dirigido pela professora Lígia Rebelo, que desempenhou sua missão com bastante eficiência, elevada categoria profissional, alto senso de responsabilidade e extrema devoção. Muito me orgulha dizer, nesta oportunidade, que ela foi, sem a menor sombra de dúvida, uma educadora que sempre esteve no bom caminho do seu ministério de ensinar o bom ensino e de encaminhar a juventude para os desafios da vida. Ainda convivendo conosco, mãe de ilustre família, ela está na galeria das mulheres mais ilustres do Estado de Goiás, portadora de uma fé de ofício invejável e sempre à disposição dos jovens que a procuram para ouvir os seus conselhos e receber suas lições morais e culturais. (BITTENCOURT FILHO, José Luiz. 2004. Câmara Legislativa Federal. Disponível em: www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?CodTeor=258608. Acesso em: 28 de junho de 2021)

O discurso político apresenta nuances e intencionalidades específicas que devem ser consideradas, cujo mérito será aprofundado em tópico oportuno, mediante a utilização das ferramentas teóricas adequadas. Para o escopo analítico proposto neste seguimento da pesquisa, é importante que sejam ressaltadas as relações constituídas na esfera pública.

Na ocasião das festividades de 80 anos de Lígia Rebelo, em 1997, pai e filho enviaram-lhe mensagens de felicitações, demonstrando sua consideração pela educadora (*Imagem 78*). No entanto, a forma e o conteúdo remetem à diferença patente na relação existente entre o político mais velho, que foi seu contemporâneo e colega de área profissional, e seu filho, que foi aluno no Colégio Pedro Gomes, a conhecendo quando criança. Percebe-se, na mensagem do filho, um tom mais formal e protocolar, tratando-a, inclusive com distanciamento geracional,

enquanto a mensagem do pai apresenta tom mais informal e sugere familiaridade entre sua esposa com a homenageada.

Imagem 78 - Mensagens recebidas em função das comemorações dos 80 anos de Lígia Rebelo (1997)



Fonte: Acervo Familiar de Lígia Rebelo/ Reprodução: Vinícius Felipe Leal Machado

Em 30 de maio de maio de 2016, aos 99 anos, ela foi homenageada em evento que celebrava os 30 anos de existência do Conselho Municipal de Cultura de Cultura, ligado à Secretaria Municipal de Cultura, por ter sido um dos membros fundadores da entidade de interesse social e integrante dela por quase quinze anos. No material oficial de divulgação do evento, Edival Lourenço, presidente da U.B.E., escritor e conselheiro, aludiu à importância dos esforços empreendidos pelos primeiros conselheiros, nomeados de acordo com a Lei Municipal nº 6353, de 05 de dezembro de 1985, citando Lígia Rebelo juntamente com vultuosos nomes do cenário cultural local:

Esse aumento exponencial das manifestações culturais teve uma base de propulsão imprescindível: o surgimento do Conselho Municipal de Cultura, há 30 anos. [...]. Uma cidade sem manifestações culturais é uma cidade desalmada. Eis os nomes que compuseram aquele primeiro e memorável Conselho: Brasigóis Felício Carneiro, Gabriel José Nascente, José Mendonça Teles, Geraldo Coelho Vaz, Hélio Rocha, Oscar Sabino Júnior, Lígia Maria Coelho Rebelo, Luiz Fernando Valadares Borges,

Maria Augusta Callado de Salomão Rodrigues, Antônio José de Moura, Nelly Alves de Almeida e Maria das Graças Azevedo Veras. (SECULT GOIÂNIA, 2016)

Em consonância com os objetivos propostos, a pesquisa documental relativa à procura e análise destas homenagens nos permitiu concluir que as reverências encontradas foram concedidas por uma comunidade escolar que, de fato, enxergou em suas ações como educadora e diretora, méritos suficientes para cogitar e efetivar a concessão de tais honrarias.

Deste modo, concluímos que as homenagens atribuídas a Lígia Rebelo possuíram forte conotação política em seu contexto original. A posteriori, o conjunto se consolidou simbolicamente como o reflexo perene dos efeitos de suas ações na condução da direção da escola. As motivações das homenagens, embora engendradas nas relações de respeito e afeto estabelecidas nos planos profissional e pessoal, não se explicam somente com base na admiração coletiva espontaneamente convertida em demonstrações públicas de gratidão.

Assim, as homenagens funcionaram, originalmente, como marca de poder e “elemento de troca” cujo sentido simbólico está situado em relações de paternalismo, estabelecidas entre a dirigente e a comunidade beneficiada por seu trabalho, ao longo das décadas de 1950 e 1960. A força desta relação, naturalizada no contexto em que originou, se provou, através do tempo, capaz de selar seu nome junto ao da instituição, atrelando, no imaginário coletivo da comunidade e na história da educação goiana, o Colégio Estadual Professor Pedro Gomes e a Diretora Lígia Maria Coelho Rebelo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo depois de sua saída da função de diretora, em 1966 e de seu afastamento profissional da instituição, em 1973 – até os dias atuais - Lígia Rebelo continuou tendo seu nome notavelmente associado ao do colégio que dirigiu. Este processo de vinculação simbólica não deve ser interpretado apenas como uma resposta orgânica, nem muito menos um reflexo espontâneo de suas ações à frente da escola, mesmo que estas possam ser consideradas modernizadoras. Quando se trata da afirmação de posições de poder, tais processos dificilmente o são. Pelo contrário, são, definitivamente, projetos articulados politicamente.

Como um projeto que se enquadra neste tipo, a sistemática memorialização da vida profissional de Lígia Rebelo por ela mesma, em vida, reforçada simbolicamente por seu entorno socio-relacional, foi um conjunto de ações colocado em prática a fim de atender intencionalidades específicas, em seu momento de concepção e a posteriori, cujas interpretações puderam desvelar pontos de vista complementarmente elucidativos sobre o nosso objeto: o Colégio Pedro Gomes, observado em perspectiva histórica, a partir das memórias de sua diretora.

Deste modo, consideramos que o estudo dos mecanismos pelos quais se deu a permanência da memória de Lígia Rebelo no interior da cultura escolar do Colégio Pedro Gomes, através dos anos, permitiu-nos especular satisfatoriamente com elementos de análise avalizadores da hipótese central-inicial deste trabalho, a qual, portanto, se confirma: enquanto diretora, Lígia Rebelo se equilibrou habilmente no exercício das funções de educadora e burocrata, conseguindo, com isto, se beneficiar de uma rede de contatos políticos que lhe garantiu um posicionamento favorável na sociedade goiana, cujas benesses foram extensivas à instituição que dirigia.

Suas habilidades sociais, seus vínculos políticos e sua competência no cumprimento das demandas inerentes ao exercício do seu cargo foram fatores que proporcionaram o crescimento estrutural e o desenvolvimento qualiquantitativo do colégio até meados da década de 1960 e, ao mesmo tempo, lhe garantiram uma posição de prestígio (valor simbólico) que jamais foi igualada por outro educador na instituição, até o presente momento. Eis a simbiose, por ela alcançada na função de diretora escolar, entre pragmatismo e simbolismo, que lhe permitiu ir além da função burocrática pura e simples. Como diretora, Lígia Rebelo não permaneceu “fechada em seu gabinete”. Pelo contrário, ela foi permanentemente aberta à construção de vínculos no interior e fora dos muros da instituição.

Assim ela estabeleceu, ao longo de seus anos como diretora, um robusto conjunto de práticas educacionais subjetivas que se tornaram marca de seu trabalho e consubstanciaram parte estruturante da cultura escolar do Colégio Pedro Gomes. Este cenário proporcionou condições favoráveis à construção de uma imagem institucional associada à imagem pessoal de sua diretora.

Nesse sentido, enquanto foi conveniente para os projetos político-educacionais dos governantes do Estado, Lígia Rebelo dispôs de tempo e lutou pelos recursos necessários para que conseguisse reunir, em tono de sua imagem pública, algo que pudesse ser lembrado como um verdadeiro legado, o seu legado, para a instituição Colégio Estadual Professor Pedro Gomes e, conseqüentemente, para a educação pública de Goiás.

Portanto, ao final desta análise, concluímos que este teria sido seu projeto pessoal: a construção racional de um legado profissional, devidamente fundamentado pelo reconhecimento público obtido ao longo de décadas de homenagens, seguido pela seleção e organização dos testemunhos documentais deste legado. Indo mais além nesta análise, parece-nos que Lígia Rebelo quis se associar a um “mito fundador” da escola à qual dedicou tanto tempo e esforços, como se existissem dois paradigmas fundacionais da instituição: a escola antes dela e a escola depois dela.

Assim sendo, seus esforços visaram o fortalecimento de uma imagem pública forte o bastante para que ela fosse lembrada, ao mesmo tempo, como educadora, gestora e símbolo do Colégio Pedro Gomes. Desta forma ocorreu, de maneira concorrente ao desempenho de sua função como diretora escolar, o processo de construção de uma “Lígia Rebelo mítica”, associada ao também mítico, “momento áureo” da História da instituição. Estas foram idealizações construídas em favor da manutenção das estruturas simbólicas de dominação do Estado brasileiro que, modernamente, passou a incorporar espaços educacionais na sustentação de projetos de autoridade e poder.

No primeiro e maior colégio de Campinas, este processo teve início, de facto, ainda durante sua gestão, cuja longa duração, associada ao perfil centralizador adotado na condução dos processos internos e das relações públicas da instituição, favoreceram a identificação imagética entre a diretora e a escola. Mesmo que de forma cada vez mais difusa, esse processo de reverência pública à persona “Lígia-diretora” teve continuidade em diferentes meios, veículos e frentes até o final da vida de Lígia Rebelo, levando à constituição de um considerável conjunto memorialístico que inclui a manutenção um verdadeiro lugar de memória que ainda reúne a comunidade escolar de outrora e de hoje em torno de seu nome.

Em seus esforços memoriais pessoais, percebe-se que esta associação - que se consolidou no imaginário público - entre a pessoa Lígia Rebelo e seu trabalho no Colégio Pedro Gomes, apesar de, naturalmente, não resumir sua existência, era motivo de fervoroso orgulho pessoal. Isso era expresso de forma explícita em seus manuscritos e subentendido na cuidadosamente montada coleção de menções públicas, notas na imprensa, homenagens e lembranças diversas das valorosas relações sociais que cultivou ao longo da vida.

Portanto, a apreciação dos documentos pessoais da educadora permitiu-nos compreender a complexidade de uma rede multifatorial de elementos que podem levar à consagração pública da memória de uma pessoa. Se, por um lado, a cristalização do mito da professora Lígia Rebelo como “a maior diretora da história do Colégio Pedro Gomes” corresponde a um projeto - que ainda se faz presente no ambiente da escola e se mantém como elemento componente de sua cultura escolar - por outro, fica claro que sua permanência se ampara na solidez de sua longa trajetória pública, calcada, em grande medida, no eficiente cumprimento das expectativas políticas e sociais das quais estivera investida, enquanto educadora e burocrata.

Nesse sentido, os esforços profissionais que a consagraram no posto em que se encontra, claramente envolvem o habilidoso uso de seu poder decisório em sua trajetória profissional, especialmente, enquanto diretora, atuando em favor da promoção e da formatação de importantes elementos que se também se tornaram pilares da cultura escolar do Colégio Pedro Gomes, destacadamente a banda marcial e o grêmio estudantil.

Concluimos, portanto, que a atuação de Lígia Rebelo como educadora e gestora educacional resultou na construção intencional de um projeto de memória individual, atrelado ao contexto de criação e desenvolvimento de um projeto educacional moderno no bairro de Campinas, representado especificamente, em primeiro momento, pelo Colégio Estadual Professor Pedro Gomes. Neste contexto, o papel de Lígia Rebelo foi o de atuar em favor da consolidação da função social deste projeto, atribuindo-lhe características de identidade institucional que estivessem satisfatoriamente associadas ao ambiente político que lhe dava suporte, juntamente com seus respectivos agentes políticos, que se amparavam no ideal de modernização anunciado, promovido e disputado no debate político-cultural da época.

Neste processo, a identidade institucional que era forjada se fundiu com a imagem da própria Lígia Rebelo, que, na função de diretora, acabou assumindo a posição de símbolo da instituição. A partir deste momento, sua imagem e memória jamais se dissociaria do colégio no imaginário político e educacional goianiense.

Sua saída da função de diretora coincide justamente com a mudança no paradigma político-educacional ocorrido sob a alteração do regime político nacional, em 1964. O momento de ruptura desencadeado a partir daquele ano exigiu a reestruturação do sistema educacional visando atender a um novo projeto que encampava a visão de modernização promovida pelos novos agentes do poder.

Após sua gestão, Lígia Rebelo seguiu sua vida como figura socialmente proeminente no Estado de Goiás, circulando e atuando junto a figuras de eminente poder econômico e influência política. Inegavelmente, esta condição privilegiada fora respaldada pelas excelentes relações constituídas, primeiramente, graças à sua origem familiar, mas, sem dúvidas, fortalecida pela sempre lembrada atuação como diretora do Colégio Pedro Gomes.

Sob essa perspectiva, as práticas memorialistas auto-constituídas por Lígia Rebelo em registros de seus arquivos privados, além da perpetuação de elementos memorialísticos em seu favor, mantidos no ambiente público do Colégio Pedro Gomes, servem objetivamente ao seu interesse pessoal de se perpetuar como figura relevante na História da Educação e ao projeto político de modernização socioeconômico do Estado.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JR., Durval. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- ALMEIDA, José Robson Maia de; MATOS, Elvis de Azevedo. **Na banda aprendi...: Uma reflexão sobre as aprendizagens provenientes do repertório das bandas de música**. In: CONGRESSO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 19., 2010, Goiânia. Anais do evento. Goiânia: ABEM, 2010.
- ALVARES, Sérgio Luís de Almeida. **500 anos de educação musical no brasil: aspectos históricos**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 12., 2000, Salvador. Anais do evento. Salvador: ANPPOM, 2000.
- ALVES, Célia Maria; ALVES, Vera Côrtes. (Org.). **Memórias Transcritas: depoimentos**. Goiânia: ANIGO/NDH-UFG, 2013.
- ALVES, José Francisco. **A Escultura pública de Porto Alegre – história, contexto e significado**. Porto Alegre: Artfolio, 2004.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na Interdisciplinaridade**. Revista Eletrônica de Linguística Domínios de Linguagem, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 205-225, mar./jun. 2012.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos; DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A interdisciplinaridade no contexto da toponímia: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino**. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.). As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia, volume VI. Campo Grande: UFMS, 2012. p. 193-207.
- ARAÚJO, Gabriel Frias; BARBOSA, Agnaldo de Souza. **Cultura e identidade nacional nos anos Vargas: tensões e contradições de uma cultura oficial**. Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, 2016.
- ARAÚJO, Marco Aurélio Corrêa de. **A construção do capital – Sudeco: o Centro-Oeste em foco (1967-1990)**. Goiânia: Kelps, 2016.
- ARAÚJO, Viviane Patricia Colloca. **O conceito de currículo oculto e a formação de professores**. Revista de Estudos Aplicados em Educação, [S. l.], v. 3, p. 29-39, 2018.
- AREND, Silvia Fávero. **Meninas: Trabalho, Escola, Lazer**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2023.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Editorial Veja, 1998.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O historiador e seu tempo**. Pesquisa FAPESP, São Paulo, n. 228, p. 79-81, fev. 2015. Entrevista.
- ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar-se: a propósito de certas práticas de arquivamento**. In: HEYMANN, Luciana; ROUCHOU, Joelle; TRAVANCAS, Isabel (Org.). **Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

- AZARA, Pedro. **La casa de los muertos**. 1992. In: GILI, Mônica (Org.). **La última casa**. Barcelona: Gustavo Gili, 1999. p. 8-23.
- AZEVEDO, Francisca Nogueira. **Biografia e gênero**. In: GUAZELLI, César Augusto Barcellos et al. **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora UFRS, 2000. p. 131-146.
- BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERTUNES, Carina da Silva. **Estudo da Influência das bandas na formação musical: dois estudos de caso em Goiânia**. 2005. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.
- BINS, Milton. **Introdução à sociologia geral**. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1985.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história. Ou o ofício do historiador**. Tradução de A. Telles. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2002. (Obra original publicada em 1993).
- BORELLI, Andrea; MATOS, Maria Izilda. **Trabalho: Espaço feminino no Mercado Produtivo**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2023.
- BORGES, Barsanufio Gomides. **Goiás: modernização e crise (1920-1960)**. 1994. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- BORGES, Maria Elizia; GUIMARÃES, Leda. **O universo artístico popular de bairros de Goiânia: uma pesquisa de caráter interdisciplinar**. In: ROCHA, Cleomar (Org.). **Arte: limites e contaminações**. Anais do 15º Encontro ANPAP v. I. Goiânia: ANPAP, 2007.
- BORGES, Rogério. **Getúlio Vargas: minha visita a Goiás é o início da Marcha para o Oeste**. O Popular, Goiânia, 3 abr. 2023. O Popular 85 anos, s.p.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Alcances e limites da biografia**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O HISTORIADOR E SEU TEMPO, 18., 2006, Assis. Anais do evento. Assis: ANPUH/SP – UNESP, 2006.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Grandeza e misérias da biografia**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 203-234.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria prática**. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Sociologia: Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.
- BRETAS, Genesco Ferreira. **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- BRITO, Hélio Seixo de (Org.). **Cidadão e homem público: obrigado Doutor Hélio Seixo de Brito**. Goiânia: Kelps, 1999.
- BUENO, Abelardo Coimbra. **Depoimento**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. (Programa de História Oral).
- BUENO, Antônio Marques. **Entrevista concedida a Andressa Mendes dos Santos**. Goiânia, 4 jun. 2016. In: SANTOS, Andressa Mendes. **Panorama Histórico e Musical das Bandas de**

Música em Goiânia: 1960-2000. 2016. 80 f. Monografia (Licenciatura em Música - Habilitação em Educação Musical) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

BURKE, Peter. **A invenção da biografia e o individualismo renascentista. Estudos Históricos. Indivíduo, biografia e história.** Rio de Janeiro: FGV, v. 10, n. 19, p. 83-97, 1997.

CABRAL, Maria Madalena Roberto (Org). **Iconografia: documentação histórica e fotográfica do acervo artístico no município de Goiânia.** Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 2008.

CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. **O legislativo em Goiás – Volume 2: Perfil Parlamentar de Xavier Rebelo: 1891-1937.** Goiânia: Assembleia Legislativa de Goiás, 1998. p. 83; 231. Disponível em: https://publicacoes.al.go.leg.br/biblioteca/legislativo_goiás_vol_2.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade.** São Paulo: Contexto, 2023.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista - 1920-1945.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. **Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio.** Cadernos do CNLF, Rio de Janeiro, v. [01], n. [não informado], p. 108-121, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Orlando Ferreira de. **Faculdade de Artes Visuais da UFG: histórias e memórias do professor Orlando Ferreira de Castro.** Organizadoras: Anahy Mendonça Jorge, Eliane Maria Chaud e Patrícia Bueno Godoy. Goiânia: CEGRAF UFG, 2020.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.** 4. ed. Goiânia: Editora UFG, 2015.

CONDE, Cecília. **Significado e funções da música do povo na educação.** Rio de Janeiro: INEP/Sobrearte, 1978. Relatório de pesquisa.

CONTIER, Arnaldo Daraya. **Brasil novo, música, nação e modernidade: os anos 20 e 30.** 1990. Tese (Livres-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

CORBETTA, Glória. **Manual do escultor: um guia com técnicas escultóricas.** Porto Alegre: Age Editora, 2003.

CUNHA, Almir Paredes. **Dicionário de Artes Plásticas: guia para o estudo da História da Arte.** 2. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2019.

DE SOUSA, Octávio Tarquínio. **Introdução à História dos Fundadores do Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira Volume 3: República – Memórias (1889-1950).** Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Sentido político da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira.** Patrimônio e memória, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/98/98>. Acesso em: 28 jul. 2023.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Os nomes como marcadores ideológicos**. *Acta Semiotica et Lingvistica*, [S. l.], v. [01], n. [18], p. [81; 102], 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/actas/article/view/16907>. Acesso em: 23 jun. 2023.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1986.

ESCOBAR, Míriam. **Esculturas no espaço público em São Paulo**. São Paulo: Gráfica Camargo Soares/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1998.

FAFUNWA, Aliu Babatunde. **A escola são os outros**. O Correio da Unesco, Paris, n. 7, p. 10-15, 1978.

FEBVRE, Lucien Paul Victor. **Combates pela História**. 3. ed. [S. l.]: Presença, 1989.

FREITAG, Bárbara. **Habermas e a Teoria da Modernidade**. Caderno CRH, Salvador, v. 8, n. 22, p.138-163, 1995.

GALLERANO, Nicola. **Historia y uso público de la historia**. Pasajes: Revista de Pensamiento Contemporáneo, Valencia (Espanha), n. 24, p. 87-97, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GODINHO, Iúri Rincon. **A Construção: cimento, ciúme e caos nos primeiros anos de Goiânia**. Goiânia: Contato Comunicação, 2013.

GOMES, Felipe Tiago. **História da CNEG**. Rio de Janeiro: 29 de Julho Publicações, 1965.

GOMES, Horieste. **A Saga Do Atlético Clube Goianiense (1937-2012)**. Goiânia: [Edição do autor], 2014.

GOMES, Paulo César Ribeiro. **Glossário de Técnicas Artísticas**. Porto Alegre: Napead/UFRGS, 2013.

GOYA, Edna de Jesus. **A arte da gravura em Goiás: raízes e evolução**. 1998. Dissertação (Mestrado em Arte Publicitária e Produção Simbólica) – Universidade de São Paulo, Goiânia, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Shaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HAMÚ, Ademir. **De Goyaz a Goiás: Pedro Gomes/Coleção Vidas Vilaboenses – Vol 5**. Penápolis: Chafariz, 2024.

HEILMEYER, Alexander. **La escultura moderna y contemporânea**. Tradução de Ernesto Martínez. Barcelona: Ed. Labor S.A., 1928.

HERING, Ewald. **Memory as a universal function of organized matter**. In: BUTLER, Samuel (Ed.). **Unconscious memory**. London: Jonathan Cape, 1920. p. 63-86.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **A Toponímia como signo de representação de uma realidade**. Fronteiras: Revista de História, Campo Grande, v. 2, n. [não informado], p. 31-32, jul./dez. 1997.

- JESUS, Romário Euzébio de. **A Estrada de Ferro de Goiás e sua influência no surgimento de cidades e na economia regional do sudeste goiano**. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais (UEG), [S. l.], v. 7, n. 2, p. 28-56, jan./jul. 2018.
- JORGE, Anahy Mendonça. **Imagem e Símbolo: função da Escultura Figurativa Pública**. 1998. 178 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.
- KALLÁS, Ana Lima. **Usos públicos da história: origens do debate e desdobramentos no ensino de história**. Revista História Hoje, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 130-157, 2017.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- LANGER, Suzanne K. **Filosofia em Nova Chave**. Tradução de Janete Meiches e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- LEAL, Oscar. **Viagem às terras goyanas: Brasil Central**. Goiânia: Ed. UFG, 1980. (Coleção Documentos Goianos, 4).
- LEFEBVRE, Henry. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LIMA, Natália Dias de Casado. **A Belle Époque e seus reflexos no Brasil**. In: SEMANA DE HISTÓRIA UFES, 11., 2017, Vitória. Anais do evento. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/23114>. Acesso em: 8 out. 2024.
- LIPPARD, Lucy. **The lure of the local: senses of place in a multifaced Society**. New York: New Press, 1997.
- LORIGA, Sabrina. **O pequeno X: da biografia à História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história**. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1986. Manuscrito.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história**. Goiânia: Ed. UFG, 1990.
- MACHADO, Vinícius Felipe Leal. **Um colégio para Campinas: educação e modernidade na cidade que virou bairro (1947-1961)**. 2019. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- MALDI, Denise. **Pantaneais, planícies, sertões: uma reflexão antropológica sobre espaços brasileiros**. 1994. Manuscrito. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1994.
- MALHEIROS, Rogério Guimarães; ROCHA, Genylton Odilon Redo da. **A cidade de Belém e seu processo de modernização: aspectos históricos, econômicos e sociais e sociais aceca da constituição dos ideais de progresso e civilização (1840-1870)**. Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade/Unicamp, Campinas, v. 5, p. 178-212, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/index>. Acesso em: 9 out. 2024.
- MALISKA, Marcos Augusto. **Max Weber e o Estado Racional Moderno**. Revista Eletrônica do CeJUR, [S. l.], v. 1, p. 15-28, 2006.

- MARQUES, Edmilson Ferreira. **A História do Rádio em Goiás: 1942-1947**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.
- MARTINS, Luciano. **Pouvoir politique et developpement economique: structure de pouvoir et système de décision au Brésil**. 1983. Tese (Doutorado) – Université de Paris V, Paris, 1983.
- MCKEMMISH, Sue. **Evidence of me: Archives and Manuscripts**. The Australian Library Journal, [S. l.], v. 45, n. 3, p. 174–187, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1080/00049670.1996.10755757>.
- MCKEMMISH, Sue. **Provas de mim: novas considerações**. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joële; HEYMANN, Luciana (Org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.
- MELLO, Márcia Metran de. **Modernismo em Goiás**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ARTE E CULTURA VISUAL, 5., 2012, Goiânia. **Anais**. Goiânia: UFG, 2012. p. 281-290.
- MENEZES, Amaury. **Da caverna ao Museu: Dicionário de Artes Plásticas em Goiás**. Goiânia: Fundação Cultural Pedro Ludovico - Agepel, 1998.
- MENEZES, Áurea Cordeiro de. **O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás**. Goiânia: [s. n.], 1981.
- MENDONÇA E SILVA, Cleidimar Aparecida. **20 anos do curso de Letras/Espanhol da UFG: um sonho do Prof. Fernando Plaza**. Revista Polyphonia, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 187–196, 2019. DOI: 10.5216/rp.v30i1.60203. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/60203>. Acesso em: 17 fev. 2023.
- MIGUEL, Raquel de Barros; RIAL, Carmen. **Programa de Mulher**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2023.
- NASCIMENTO, Marco Antônio Toledo. **Método Elementar para o Ensino Coletivo de Instrumentos de Banda de Música Da Capo: um estudo sobre sua aplicação**. 2007. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2007.
- NEY, Licardino de Oliveira. **Um lutador**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975.
- NORA, Pierre; KHOURY, Yara Aun. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, [p. 22; 47], 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 4 maio 2023.
- NOVAIS, Nanci Santos. **Escultura e cidade: Uma relação ampliada no âmbito da contemporaneidade**. Cultura Visual, Salvador, n. 14, p. 41-52, dez. 2010.
- OLIVEIRA, Alexandre Luís de; OLIVEIRA, Priscila Musquim Alcântara de. **Sedução e desafios da biografia da História**. Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFJF, Juiz de Fora, 2015.
- OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **Imagens e mudança cultural em Goiânia**. 1999. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999. Orientador: Luiz Sérgio Duarte da Silva.

OLIVEN, Ruben George. **Cultura e Modernidade no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 3–12, abr. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000200002>. Acesso em: 9 out. 2024.

ORTÊNCIO, Bariani. **História documentada e atualizada de Campinas (Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas): 1810-2010**. Goiânia: Kelps, 2011.

PALACIN, Luiz. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1976.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frederique. **Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. **O termo “modernização conservadora”: sua origem e utilização no Brasil**. Revista Econômica do Nordeste, [S. l.], v. 40, p. 411–424, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Tradução de Monique Augras. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRUDENTE, Maria das Graças Cunha. **Experiências de professoras da Província de Goiás, Séc. XIX**. 2011. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. **(Des)encantos modernos: História da Cidade do Recife na década de vinte**. 1993. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

ROCHA, Hélio. **Os inquilinos da casa verde: governos de Goiás, de Pedro Ludovico a Marconi Perillo**. Goiânia: Asa Editora, 2004.

SÁ, Nicanor Palhares. **Política Educacional e Populismo no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora/Editora Autores Associados, 1982.

SANDES, Noé Freire. **Saúde e identidade nacional (1930-1960)**. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 1989.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **O Currículo Oculto**. Porto: Porto Editora, 1995.

SANTOS, Andressa Mendes. **Panorama Histórico e Musical das Bandas de Música em Goiânia: 1960-2000**. 2016. 80 f. Monografia (Licenciatura em Música - Habilitação em Educação Musical) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. **Trindade de Goiás. Uma cidade Santuário: Conjunturas de um fenômeno religioso no Centro Oeste**. 1976. [S. l.]: [s. n.], 1976.

SCHWAB, Mariana de Castro. **Os intelectuais no Estado Novo (1937-1945): a trajetória de Paulo de Figueiredo e as revistas Cultura Política e Oeste**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil: da Belle Époque à era do Rádio**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 1.

- SILVA, João Castro. **Reflexões sobre Escultura, Matéria e Técnicas: um manual**. Lisboa: CIEBA - Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2021.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **A Construção de Brasília: Modernidade e Periferia**. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SIMPLÍCIO NETO, Antônio. **Ensino de História e Cultura Escolar: fontes e questões metodológicas**. Revista Brasileira de História da Educação, [S. l.], n. 22, p. 141-167, jan./abr. 2010.
- SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. **Estudo toponímico: âmbitos e perspectivas de análises**. ReVEL, [S. l.], v. 9, n. 17, 2011.
- SODRÉ, Muniz. **Gente boa e gente fina**. Observatório da Imprensa, [S. l.], n. 257, dez. 2003. ISSN 1519-7670. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/gente-boa-e-gente-fina-2/>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- SOUSA, Alexandre Melo de. **Para a aplicação da toponímia na escola**. Cadernos do CNLF, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2013.
- SOUZA, Djalma Oliveira de. **Goiânia Esporte Clube: memórias em preto e branco (1936-1974)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.
- SOUZA, Rildo Bento de. **A História não perdoa os fracos: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira**. 2015. 267 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015.
- SWIFT, Graham. **Ever After**. Londres: Picador, 1992.
- TELES, José Mendonça. **A vida de Pedro Ludovico – Fundação de Goiânia**. Goiânia: Kelps, 2004.
- TELES, José Mendonça. **Crônicas da Campininha**. Goiânia: Kelps, 2006.
- ULLMANN, Stephen. **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- VALDEZ, Diane (Org). **Dicionário de educadores e educadoras em Goiás: séculos XVIII – XXI**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2017.
- VALDEZ, Diane; ALVES, Miriam Fábila. **Espaços de educar: biografias femininas e ensino de história da educação**. Revista Brasileira de História da Educação, [S. l.], n. 19, [p. não informado], 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e082>.
- VENÂNCIO, Carlos Alberto. **Entrevista concedida a Andressa Mendes dos Santos**. Goiânia, 12 maio 2016. In: SANTOS, Andressa Mendes. **Panorama Histórico e Musical das Bandas de Música em Goiânia: 1960-2000**. 2016. 80 f. Monografia (Licenciatura em Música - Habilitação em Educação Musical) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- VINÃO FRAGO, Antônio. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios**. Madrid: Morata, 2006.
- ZAMARIANO, Márcia. **Reflexões sobre a questão do nome próprio na toponímia**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: América Central e Caribe: múltiplos olhares, Rio de Janeiro, v. 22, n. 45, p. 351-372, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia: Paulo Setúbal**. [S. l.], [2019]. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/paulo-setubal/biografia>. Acesso em: 11 jul. 2023.

CASA CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Legislação**. Goiânia, [2020]. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/>. Acesso em: 12 maio 2021.

CPDOC-FGV. **Verbetes biográficos: Teixeira, Professora Raquel**. [S. l.], [2018]. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/teixeira-professora-raquel>. Acesso em: 11 nov. 2014.

DEUTSCHE WELLE BRASIL. **O esforço incansável para lembrar vítimas do nazismo**. Por Oliver Pieper. Deutsche Welle Brasil, [S. l.], 8 maio 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/pedras-de-trope%C3%A7o-o-esfor%C3%A7o-incans%C3%A1vel-para-lembrar-v%C3%ADtimas-do-nazismo/a-48653507>. Acesso em: 31 maio 2023.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTE E CULTURA BRASILEIRA. **Verbetes: Paulo Setúbal**. São Paulo, [2020]. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoal881/paulo-setubal>. Acesso em: 11 jul. 2023.

FERRAMENTA GENI. **João Batista de Oliveira Leite Setúbal**. [S. l.], [20--?]. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Jo%C3%A3o-Batista-de-Oliveira-Leite-Set%C3%BAbal/6000000027504003741>. Acesso em: 11 jul. 2023.

GLOSSÁRIO DE TÉCNICAS ARTÍSTICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Início**. Porto Alegre, [2021]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/napead/projetos/glossario-tecnicas-artisticas/index.php>. Acesso em: 27 abr. 2021.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. **Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, [20--?]. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

JORNAL O POPULAR. **Obra de Angelos Ktenas é instalada no Parque dos Romeiros em Trindade**. Goiânia, 22 jun. 2022. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/magazine/acontece/obra-de-angelos-ktenas-%C3%A9-instalada-no-parque-dos-romeiros-em-trindade-1.2478008>. Acesso em: 24 fev. 2023.

JORNAL O POPULAR. **Proprietário e presidente do extinto Hospital Lúcio Rebelo morre vítima da Covid-19 em Goiânia**. Goiânia, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/proprietario-e-presidente-do-extinto-hospital-lucio-rebelo-morre-vitima-da-covid-19-em-goiania-1.2210394>. Acesso em: 22 mar. 2023.

JORNAL O POPULAR. **Um dia após morte do marido, mulher de Percival Rebelo também morre vítima da Covid-19 em Goiânia**. Goiânia, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/um-dia-apos-morte-do-marido-mulher-de-percival-rebelo-tambem-morre-vitima-da-covid-19-em-goiania-1.2210927>. Acesso em: 22 mar. 2023.

NAVES, Jales. **Banda Marcial do Colégio Pedro Gomes surgiu casualmente em 1965**. Jornal A Redação, Goiânia, 10 jul. 2021. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/noticias/153440/banda-marcial-do-colegio-%E2%80%98pedro-gomes-surgiu-casualmente-em-1965>. Acesso em: 10 ago. 2021.

NAVES, Jales. **Professora Leleza fala dos tempos do Ginásio Estadual de Campinas em 1952**. Jornal A Redação, Goiânia, 10 jul. 2021. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/noticias/157752/professora-leleza-fala-dos-tempos-do-ginasio-estadual-de-campinas-em-1952>. Acesso em: 17 ago. 2023.

NAVES, Jales. **Os cinco primeiros diretores do Ginásio Estadual de Campinas na década de 1950**. Jornal A Redação, Goiânia, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/noticias/154841/os-cinco-diretores-do-ginasio-estadual-de-campinas-na-decada-de-1950>. Acesso em: 13 out. 2021.

PORTAL CHILENOS EN GOIÁS. **Início**. Goiânia, 2020. Disponível em: <https://chilenosengoiás.blogspot.com/2020/>. Acesso em: 10 maio 2023.

PORTAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. **O batismo cultural de Goiânia ou a inauguração oficial da capital de Goiás e o marco registrado na série Nossa História**. Goiânia, [2020]. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/120589/o-batismo-cultural-de-goiania-ou-a-inauguracao-oficial-da-capital-de-goias-e-o-marco-registrado-na-serie-nossa-historia>. Acesso em: 27 jul. 2022.

PORTAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO GOVERNO DE GOIÁS. **Ensino Integral**. Goiânia, [2021]. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/ensino-integral/>. Acesso em: 12 maio 2021.

PORTAL GOVERNO DE GOIÁS. **Festival Arte Educativo de Goiás reúne bandas e fanfarras em Goiânia**. Goiânia, 2022. Disponível em: <https://www.goias.gov.br/servico/44-educacao/127943-festival-arte-educativo-de-goi%C3%A1s-re%C3%BAne-bandas-e-fanfarras-em-goi%C3%A2nia.html>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ROCHA, Eduardo. **Olhos apresentam particularidades entre enxergar e ver**. Jornal da USP/Rádio USP, [S. l.], 24 jun. 2020. Coluna "Fique de Olho". Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/olhos-apresentam-particularidades-entre-enxergar-e-ver/>. Acesso em: 2 maio 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO GOVERNO DE GOIÁS. **Nota de pesar: Maestro Antônio Marques Bueno**. Goiânia, [2023]. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/sala-de-imprensa/nota-de-pesar/4699-nota-de-pesar-maestro-antonio-marques-bueno.html>. Acesso em: 2 jun. 2023.

VALOR. **Ideia de universidade para todos não existe, diz ministro da educação**. [S. l.], 28 jan. 2019. Notícia. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em: 8 fev. 2023.

DOCUMENTOS

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES, Secretaria do. **Livro Ata de Instalação do Ginásio Estadual do Bairro de Campinas**, 15 de abril de 1950.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES, Secretaria do. **Atas de Instalação do Ginásio, das Reuniões da Congregação dos Funcionários Administrativos e das Sessões Solenes de Entrega de Certificados dos Concluintes do Ginásio Estadual de Campinas**. Arquivo Institucional do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, 1950-1967.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES, Secretaria do. **Ata da Reunião da Congregação dos Professores do Colégio Estadual Prof. Pedro Gomes do Bairro de Campinas**. Arquivo Institucional do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, 30 de setembro de 1961.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES, Secretaria do. **Ata de Reunião do Conselho dos Professores do CEPPG**. Arquivo Institucional do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, 9 de março de 1964.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES. **Documento Institucional (manuscrito) “Banda Marcial Lígia Rebelo”**. Goiânia: 1978.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES. **Breve Histórico da Banda Marcial Lígia Rebelo (Documento Institucional)**. Goiânia: 1989.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES, Secretaria do. **“Breve Histórico do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes” (Arquivo Institucional)**. Goiânia: 1990.

DIÁRIO DA MANHÃ, Jornal. **Recorte sem data**. Origem: “Acervo da Biblioteca Municipal Cora Coralina”. Goiânia.

DIÁRIO DA MANHÃ, Jornal. **Edição do dia 17 de setembro de 2007**. Goiânia: 2007.

DIÁRIO DA MANHÃ, Jornal. **Edição do dia 23 de julho de 2016**. Goiânia: 2016.

DIÁRIO DA TARDE, Jornal. **Edição do dia 31 de outubro de 1958**. Goiânia: 1958.

DIÁRIO DA TARDE, Jornal. **Edição do dia 24 de dezembro de 1958**. Goiânia: 1958.

DIÁRIO DA TARDE, Jornal. **Edição do dia 28 de janeiro de 1959**. Goiânia: 1959.

DIÁRIO DO OESTE, Jornal. **Edição do dia 25 de abril de 1962**. Goiânia: 1962.

DIÁRIO DO OESTE, Jornal. **Edição do dia 28 de abril de 1962**. Goiânia: 1962.

ESTADO DE GOIÁS. **Lei Estadual nº 705, de 14 de novembro de 1952**. Goiânia: 1952.

ESTADO DE GOIÁS. **Lei Estadual nº 1502, de 17 de julho de 1957**. Goiânia: 1957.

ESTADO DE GOIÁS. **Lei Estadual nº 1626, de 16 de outubro de 1957**. Goiânia: 1957.

ESTADO DE GOIÁS. **Lei Estadual nº 2417, de 17 de dezembro de 1958**. Goiânia: 1958.

ESTADO DE GOIÁS. **Lei Estadual nº 2568, de 10 de setembro de 1959**. Goiânia: 1959.

ESTADO DE GOIÁS. **Lei Estadual nº 2984, em 17 de agosto de 1960**. Goiânia: 1960.

ESTADO DE GOIÁS. **Lei Estadual nº 3857, de 11 de novembro de 1961**. Goiânia: 1961.

ESTADO DE GOIÁS. **Lei Estadual nº 7180, de 12 de novembro de 1968**. Goiânia: 1968.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946**. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm# . Acesso em 17 de outubro de 2024.

FOLHA DE GOIAZ, Jornal. **Edição do dia 29 de abril de 1959**. Goiânia: 1959.

JORNAL DE NOTÍCIAS. **Edição do dia 16 de novembro de 1952**. Goiânia: 1952.

JORNAL DE NOTÍCIAS. **Edição do dia 11 de março de 1953 (nº 8)**. Goiânia: 1953.

JORNAL DE NOTÍCIAS. **Edição do dia 17 de janeiro de 1959**. Goiânia: 1959.

JORNAL DE NOTÍCIAS. **Edição do dia 21 de janeiro de 1959**. Goiânia: 1959.

JORNAL DE NOTÍCIAS. **Edição do dia 8 de setembro de 1959**. Goiânia: 1959.

JORNAL DE NOTÍCIAS. **Edição do dia 21 de outubro de 1959**. Goiânia: 1959.

JORNAL DE NOTÍCIAS. **Edição do dia 24 de novembro de 1959**. Goiânia: 1959.

MANIFESTO DOS EDUCADORES: “**Mais uma vez convocados**”. Brasil: 1959.

NOSSO JORNAL, Jornal. (Publicação estudantil impressa) **Edição nº 45/46 de setembro/outubro**. Goiânia: 1968.

O POPULAR, Jornal. **Seção “Suas Crônicas” de dezembro de 1989 (Suplemento)**. Goiânia: 1989.

O POPULAR, Jornal. **Edição do dia 31 de outubro de 1997**. Goiânia, 1997.

REBELO, Lígia Maria Coelho. **Manuscrito “Carta ao neto Percival”**. Goiânia: sem data.

REBELO, Lígia Maria Coelho. **Entrevista a Luzian Honorato (recorte de jornal)**. Sem local. Sem data.

REBELO, Lígia Maria Coelho. **Manuscrito “Viagem Europa Maravilhosa”**. Goiânia: 1974.

REBELO, Lígia Maria Coelho. **Manuscrito “Curriculum Vitae”**. Goiânia: 26 de abril de 1989.

REBELO, Lígia Maria Coelho. **Manuscrito “Lígia Maria Coelho Rebelo” (Texto Autobiográfico)**. Goiânia: 1997.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Relatório apresentado ao Ex.mo S.nr D.r Getúlio Vargas, d. d. Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado**. 1930-1933. Goiás, 1933.

VARGAS, Getúlio Dornelles. **Transcrição do discurso do Presidente Getúlio Dornelles Vargas intitulado “08 de agosto de 1940 - Cruzada rumo ao oeste - improviso inaugurando, em Goiânia, a associação cívica Cruzada rumo ao oeste”**. Biblioteca da Presidência da República. 1940, p. 31-32. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/25.pdf/view>. Acesso em 17 de outubro de 2024.

ANEXOS

Anexo A - Primeira página Relatório "Viagem Europa Maravilhosa"

- VIAGEM EUROPA MARAVILHOSA -

Julho - Dia 2 - "O" Hora

Levantamento de voo Rio-Lisboa pelo DC-10 inaugural - 241 passageiros - compartimento em 3 filas: 2 - 5 - 2 em 3 amplos salões. Após distribuição de vários brindes, inclusive um formulário de impressões, para ser devolvido após seu preenchimento, foi anunciado e servido o jantar. Feericamente iluminado o avião, com grande animação reinante: brincadeiras, bolo jogo Brasil X Holanda. Companheiros de lado no avião: Dr. Joviano Ribeiro, médico, goiano e Paulo Rodrigues Pereira, Acadêmico de Administração de Empresas, de Curitiba. Ótimo relacionamento já angariado com Milonda, Lúcia, Vânia e Maria Abrão e Ana Maria, excelentes companheiras e muito atenciosas. Estou me sentindo muito animada e já predisposta a enfrentar o que vier; como seria bom tê-los todos dentro desta aeronave e não trazê-los todos apenas no meu coração.

Jantei admiravelmente bem: cenoura com frango assado, presunto, alface, suco de tomate e melão. Deixei a sobremesa, que era torta. Cafezinho. Apagaram-se as luzes. Eram 3,30 da madrugada. Iniciou-se o filme: "Labirintos e Chacal": filme policial de longa metragem, fermidável. Término: 5,30. As três horas, horário do Brasil, o dia amanhecia. Claro como nunca e o sol bem quente. Os dorminhocos despertam-se e rodas se fazem c/ comentários, piadas etc.. Senti uma ligeira dor no estômago, logo debelada com uma pastilha "Primus", dada pela Maria Abrão. Não consegui dormir, o filme interessou-me bastante. Às seis horas o sono me dominou e dormi um pouco. Neste avião estão previstas 9 h. de voo na travessia: Rio-Lisboa. Às 7,30 h. do dia 3 ainda no avião café da manhã - Bacon c/omelete, café c/ leite - Doce de ameixa e pêssego. Queijo, geléia de morango, bolachas e chá - comi e bebi de tudo - Fotografias foram tiradas e delas nos participamos. Voo a 20.000 m - Temperatura: 23°.

Julho - Dia 3 - Chegada a Lisboa

9 h - descida no Aeroporto Internacional de Lisboa - com plicação geral para o transporte das malas até o ônibus, devido à greve geral dos carregadores. Pelo-ônibus "Tour 572" plenamente confortável, percorremos o trajeto até o "Hotel Condesável", dando vivas a Portugal e ao Brasil. No trajeto o Guia, senhor Joaquim Silva da Agência Abreu ia descrevendo o mais importante. Banho - Almoço - Aprendizagem da cambiação do dinhei

Anexo B - Produção intelectual de Lígia Rebelo: "Uma página de saudades" (Suas Crônicas. O Popular, dez. 1989)

12/89 **Uma página de saudades**
Lígia Maria Coelho Rebelo

Vestido de um colorido no seu matiz roxo, lilás e branco, estava na primavera, o pé de manacá, arbustozinho florido do jardim multicor e perfumado da chácara de Tia Adelina, na cidade de Goiás.

Como se esmerava ela no cultivo das flores! Resedá, niosótis, noíva, dália, bugarám, verbenas, jasmim, angélica, murta, amores perfeito, jasmim do cabo, saudade e tantas outras flores da antiguidade (como são conhecidas) porém que nunca envelhecem e sempre exalam pela fragrância e perfume.

Rosa, uma garota charmosa, no verdor dos seus quinze anos, quando a vida é todo um Poema de sonhos, venturas e felicidades, sentia-se feliz quando ali passava horas e horas, apreciando à sombra de um alvo caramanchão, aquele jardim mesclado que despertava os mais ternos sonhos e esperanças.

Há poucos metros dali, localizava-se o Asilo São Vicente de Paula, piedosamente dirigido pela irmã Hortência, uma dominicana devota, abnegada e de inigualável calor humano. Simples, mas impecável no trato e acolhimento, onde a dedicação e generosidade eram sempre uma constante. A jovem tinha por hábito visitá-lo nas suas andanças por aquelas redondezas e quando lá chegava, as velhinhas vinham pressurosas ao seu encontro em busca das balinhas de que ela nunca se esquecia; criaturas humanas estas que se tornaram criancinhas, apenas marcadas pelas rugas impiedosas da avançada idade. Em um dos tradicionais passeios, Rosa verificou que o mercadinho do "seu Zé", na Rua das Flores, estava fechado. Entristecera-se ante a impossibilidade de conseguir o "agrado" para as suas amiguinhas do Asilo. Hesitou entre visitá-las ou não, naquela manhã, receando magoá-las. O desejo de vê-las e abraçá-las falou mais alto e assim estimulada resolveu pelo encontro. Tia Adelina, atenta à situação, generosa e agradável, colheu as mais lindas flores e ofertou-lhe, com todo carinho. Rosa beijou-a ternamente e lá se foi...

Receosa, adentrou o grande portão, ouviu que cantavam e ainda pôde perceber em vozes fracas, enrouquecidas e não muito afinadas, o último verso de um canto: - No céu triunfarei...

Era domingo e a missa terminava. Ao perceberem Rosa, surpresa total! as velhinhas de andar trôpego e cambaleante, dela se acercaram e com alegria quase infantil, manifestaram-se animadamente! - Que beleza de flores! - Como são cheirosas! Unas eram colocadas nos cabelos brancos como flocos de algodão, embelezando-os. Outras, nos decotes, enfeitando-os. Trocas eram feitas, com exclamações: - A minha é maravilhosa! - Ah! a minha tem uma cor bela!

Rosa ficou perplexa ante tamanho desprendimento; o Asilo tornara as velhinhas felizes e algo ali despertava em Rosa uma saudade. Compreendeu, então, que as deslizes da vida são insuficientes para extirpar sentimentos nobres que pulsavam vibrantes nos corações daquelas figuras humanas - o coração não morre. Arriscamene, colocou as flores que lhe restavam em uma jarra apresentada pela irmã Hortência e devolveu-lhas. São suas e nelas toda a sua admiração, amor e carinho. Ela sorriu... Foi a vez do coração que diz sem falar, nem das palavras carece, para exprimir o que sente. Acenando para todos, despediu-se Rosa que, apesar da idade primaveril, questionou sobre a velhice... Quantas criaturas, às vezes, após toda uma trajetória de trabalho penoso, luta, abnegação e sobretudo muita renúncia não recebem o devido carinho de um lar - amor - o acolhimento de uma família - solidariedade - e nem mesmo a compreensão das autoridades competentes - gratidão - para que vivam os últimos dias de sua existência - esperanças - com a dignidade que elas merecem.

Num passeio matinal pelo Setor Bueno, em Goiânia, Rosa, após muitos anos, deparou-se com um florido pé de manacá emoldurado uma bem arquitetada mansão, semelhante àquela da chácara de tia Adelina, rico no seu colorido e exalando o mesmo suave e doce perfume.

Quantas saudades... quantas lembranças... umas mais roxas e doridas, outras mais amenas e lilases e outras mais, alvas e repletas de ternura... arrancadas do relicário de reminiscências de um passado que não volta, jamais.

Também, já no entardecer da vida, lembrou-se das amiguinhas do Asilo e passou a meditar sobre sua caminhada através do tempo, com todo seu séquito de saudades... Recordar é viver!

Numa página de saudade, a evocação de um pé de manacá, acaalento enoções!

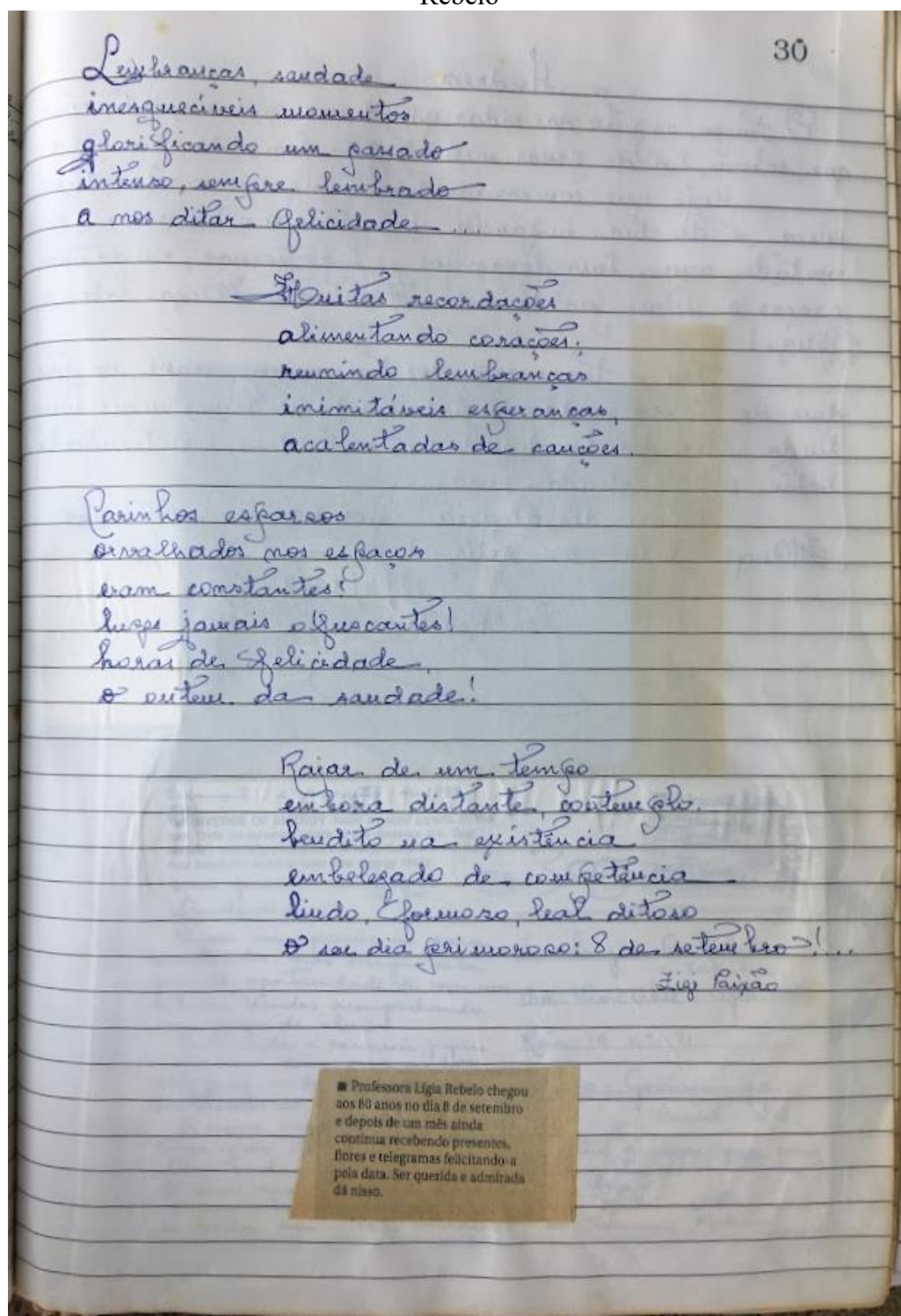
Fonte: Arquivo pessoal de Lígia Rebelo / Reprodução fotográfica: Vinícius Machado

Anexo C – Produção intelectual de Lígia Rebelo: “De emoção também se morre” (Suas Crônicas. O Popular, agosto de 1989)



Fonte: Arquivo pessoal de Lígia Rebelo / Reprodução fotográfica: Vinícius Machado

Anexo D - Acróstico de autoria de D. Zizi Paixão em homenagem aos 80 anos de Lígia Rebelo



Fonte: Arquivo pessoal de Lígia Rebelo / Reprodução fotográfica: Vinícius Machado

Anexo E - Lista de diretores do Ginásio Estadual de Campinas/ Colégio Estadual de Campinas/ Colégio Estadual Professor Pedro Gomes

NOME	PERÍODO
LOUVERCY OLIVAL	1950 a 1951
JOAQUIM GOMES FILHO	1951 a 1952
NEWTON PARANHOS	1952 a 1953
SEBASTIÃO VELOSO PELEJA	1953 a 1956
LÍGIA MARIA COELHO REBELO	1956 a 1966
MARIA CONCEIÇÃO DA PAIXÃO	1966 a 1967
DJALMA SILVA	1967 a 1968
PAULO MARCELINO	1968 a 1970
JOSÉ BARBOSA MEDEIROS	1970 a 1972
ADAIR NERI DOS SANTOS	1972 a 1975
ANA MARIA CAMILO NERI	1975 a 1976
GERALDO DIVINO MENDES	1976 a 1979
VALDIVINO VICENTE DA SILVA	1979 a 1980
GERALDO LIMA DOS REIS	1981 a 1983
THEREZINHA ARANTES DE FARIA	1984 a 1986
NIVALDO DA SILVA	1986 a 1987
ROSA MARIA DE JESUS	1987 a 1989
LUÍZA VAZ DE CAMPOS	1989 a 1991
NAIR VIEIRA DE CARVALHO	1991 a 1994
LUZIA ZANINE DOS REIS	1994 a 1995
MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA GUIMARÃES	1995 a 1999
MARTA SOUSA CASTRO	1999 a 2000
MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES NAVES	2000 a 2003
ODETE DE OLIVEIRA LÚCIO MEDEIROS SANTOS	2003 a 2005
AMÉLIA RODRIGUES DE SOUZA	2005 a 2009
ZILÁ CONCEIÇÃO DE CARVALHO SOUZA	2009 a 2015
JOSÉ JOAQUIM GOMES NETO	2015 a 2023
LUDMYLA RAYANNE DE SOUSA GOMES	2023 ao presente

Fonte: “Almanaque Comemorativo ‘O Pedraão’: Colégio Estadual Professor Pedro Gomes – 48 anos (1947-1995)”. Arquivo da Escola. Goiânia: 1995.

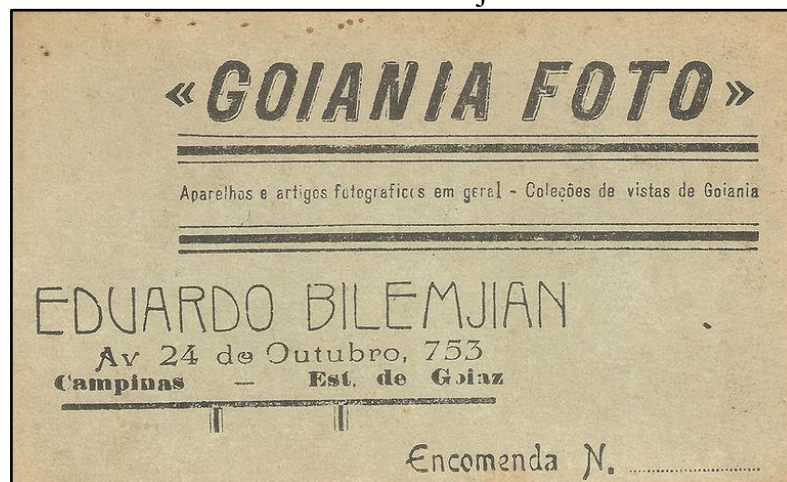
Nota do autor: como a tabela original encontrada no documento “Almanaque” alcançava apenas as gestões ocorridas até o ano de 1995 - ano em que fora elaborado - a atualização da lista de diretores (as) com dados a partir daquele ano foi feita pela Secretária Geral do colégio, D. Tânia Cerocino, atingindo, assim, o momento atual, no qual este trabalho foi finalizado.

Anexo F – “Ata da Instalação do Ginásio Estadual do Bairro de Campinas (Goiânia)”: p. 1

1
Ata da instalação do Ginásio Estadual
do Bairro de Campinas (Goiânia)

Aos quinze dias do mês de abril do ano de 1950, às 9 horas, no pátio do prédio do Grupo Escolar "Henrique Silva", deu-se início à solenidade de instalação do Ginásio de Campinas, tendo sido, inicialmente, celebrada missa votiva, pelo Reamo. Arthur Bonet, a qual foi assistida pelas autoridades, pelos professores, alunos e pelas demais pessoas presentes. Em seguida, no salão nobre do citado estabelecimento, foi aberta a sessão, pelo Titular Lourenço Olival, Diretor do Ginásio Estadual de Campinas que, em breves e corcetas palavras, repassadas de entusiasmo, deu por iniciada e aberta a sessão de instalação, congratulando-se com o povo de Campinas pelo melhoramento que acabava de conseguir, graças à boa vontade e patriotismo do Excmo. Governador Coimbra Bueno e do Sr. Secretário da Educação. Por fim, declarou que tinha a honra de convidar o Excmo. Sr. Governador do Estado, Engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno para presidir a sessão. Assumindo a Presidência, o Sr. Governador deu a palavra ao Professor Geraldo da Paizão, para falar em nome dos Professores do novo Ginásio. Com a palavra, o Prof. Paizão interpretou o sentimento dos preceptores do Ginásio. Em bulhante discurso extenso, filosoficamente, abordou o problema da educação, mostrando quanto benefício viria o novo Ginásio prestar à distinta e laboriosa população de Campinas. Foi em evidência o esforço e a boa vontade do Excmo. Sr. Governador do Estado e do dr. Helio Seixas de Brito, Secretário de Estado da Educação, que tudo têm feito em benefício da

Anexo G - Ficha de “ordem de serviço” da Loja Goiânia Foto / Eduardo Bilemjian à frente da fachada da loja



Informações adicionais: Goiânia Foto foi a loja e estúdio de fotografias e produtos para fotografia criada por Eduardo Bilemjian em 1935 na Avenida 24 de Outubro, em Campinas. Eduardo Bilemjian nasceu em Aintap, cidade da antiga Armênia em 1907. Aprendeu fotografia em um ateliê em Baalbek no Líbano aos quinze anos de idade. Quando chegou ao Brasil em 1926 se estabeleceu na cidade de São Paulo, onde trabalhou como auxiliar fotógrafo tendo depois montado seu próprio estúdio, o Foto Paris, na avenida São João. Em 1935, decidiu vender tudo o que possuía em São Paulo, para custear a viagem e vir para a cidade em construção, Goiânia, após ver um cartaz na Estação da Luz sobre a nova capital de Goiás. Aqui, montou o Goiânia Foto, na Avenida 24 de Outubro na antiga cidade de Campinas, hoje setor Campinas. A atividade de Eduardo Bilemjian constituiu um exemplo de criatividade, arte e habilidade técnica fotográfica e suas fotos da cidade emergente permanecem como testemunha de seu sonho, acalentado desde a saída de São Paulo: viver num “lugar de futuro”, onde principalmente entre 1935 e 1940 produziu registros fotográficos valiosos. Este texto foi elaborado, pelos seus autores, com base em acervo familiar, entrevista do fotógrafo ao Projeto Centro de Cultura Goiana - Memórias Goianienses I - 1985 - UCG/MIS e na publicação: Pioneiros da Fotografia de Goiânia - MIS - Cadernos de Fotografia (**Fonte do texto e das imagens:** <https://www.goianiafoto.com.br/> /Reprodução)

Anexo H – Publicações das leis de criação do Conselho Estadual de Educação de Goiás, em dois momentos distintos (1939 e 1962).

DECRÉTO-LÊI N.º 2.190, DE 6 DE JULHO DE 1939.

(Publicado no C. Of. de 14/7/939)

Dispondo sobre o Conselho Estadual de Educação.

O Interventor Federal, neste Estado, tendo em vista a representação que lhe foi feita pelo Sr. Diretor Geral de Educação e, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 181, da Constituição Federal,

DECRÉTA:

Art. 1.º — O Conselho Estadual de Educação compor-se-á de oito (8) membros:

- 1.º — Diretor Geral de Educação, que será o seu Presidente;
- 2.º — Consultor Jurídico, substituto do Presidente;
- 3.º — Diretor de Estatística Geral;
- 4.º — Diretor da Faculdade de Direito;
- 5.º — Diretor do Liceu de Goiaz;

6.º — Diretora do Grupo Escolar Modelo;

7.º — Diretor da Escola Normal Oficial;

8.º — Um funcionario do ensino nomeado pelo Governo.

Art. 2.º — O Conselho de Educação ora reformado organizará o seu novo regimento interno, devendo o mesmo vigorar depois de aprovado pelo Governo do Estado.

Art. 3.º — Os membros componentes do Conselho de Educação nada perceberão dos cofres publicos, sendo, entretanto, considerados relevantes os serviços prestados pelos mesmos.

Art. 4.º — Este decreto-lêi entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Palacio da Interventoria Federal do Estado de Goiaz, em Goiânia, 6 de Julho de 1939, 51.º da Republica.

DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA

João Teixeira Alvares Junior



ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO DE GOIÁS

ANO 122

GOIANIA — SEXTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 1962

ATOS DO GOVERNO DO ESTADO

LEI Nº 4.009, DE 17 DE MAIO DE 1962.

Cria o Conselho Estadual de Educação e dá outras providências. (Lei Federal nº 4.024, de 20-12-1961).

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica criado o Conselho Estadual de Educação, nos termos do artigo 10 da Lei n. 4.024, de 20-12-61.

Art. 2º — O Conselho Estadual de Educação será constituído de doze (12) membros nomeados pelo Governador do Estado, por quatro (4) anos, dentre pessoas de notório saber e experiência em matéria de educação.

§ 1º — Na escolha dos membros do Conselho, o Governador do Estado levará em consideração a necessidade de nele serem representados os diversos graus de ensino e o magistério oficial e particular.

§ 2º — Em caso de vaga a nomeação do substituto será para completar o quadriênio do substituído.

§ 3º — Cessado o mandato dos conselheiros a recondução será permitida por uma só vez.

§ 4º — O Conselho Estadual de Educação será dividido em Câmaras para deliberar sobre assuntos pertinentes ao ensino primário, médio e superior e se reunirá em sessão plena para decidir sobre matéria de caráter geral.

§ 5º — As funções de conselheiro são consideradas de relevante interesse público e seu exercício tem prioridade sobre o de quaisquer cargos públicos estaduais de que sejam titulares.

§ 6º — Os conselheiros terão direito a transporte, quando convocados, diárias e "jeton" de presença a serem fixados pelo Secretário da Educação e Cultura.

Art. 3º — Ao Conselho Estadual de Educação, além de todas as atribuições conferidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20-12-61), compete:

- Elaborar seu regimento interno a ser aprovado pelo Governador do Estado;
- decidir sobre a criação e instalação de escolas estaduais de nível médio e de escolas superiores isoladas;
- resolver todos os casos omissos em lei.

Art. 4º — Ficam extintos o Conselho Regional de Educação e o Conselho Regional de Caixas Escolares, criados pela Lei nº 3.999, de 14 de novembro de 1961.

Art. 5º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 23 de maio de 1962, 74º da República.

MAURO BORGES TEIXEIRA
Pe. Ruy Rodrigues da Silva

- cinco por cento (5%) para o artigo anterior, que serão Crédito desta Capital;
- dez por cento (10%) de item II, do artigo 1º, que Comércio e Indústria de

Art. 3º — Fica, igualmente, o com aval ou com a fiança, do E importância de cinquenta milhões qualquer estabelecimento de crédito cípio de Morrinhos, em uma ou e esgôto daquela cidade.

Art. 4º — Esta Lei entrará e vogadas as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado maio de 1962, 74º da República.

MAURO BORGES TEIXEIRA
Wilson da Paixão
José Abdalla

DECRETO Nº 54, DE 24 DE MAIO

Autoriza o Departamento DER-Go. — a garantir vimento Econômico ao C e dá outras providências

O Governador do Estado de são conferidas pelo artigo 38, te sonância com o parágrafo único novembro de 1956 e 7º, alínea "c"

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Departamento DER-Go. —, autorizado a garantir desenvolvimento Econômico (BND municipal, S.A.

Parágrafo único — Para o DER-Go. vinculará suas quotas meio de garantia de pagamento.

Art. 2º — O estabelecido no do Estado de Goiás no contrato viário Intermunicipal, S.A. e o Econômico (BNDE).

Art. 3º — Este Decreto en disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do mês de maio de 1962, 74º d

Fonte: Casa Civil do Governo do Estado de Goiás (Reprodução)

Nota do autor: O primeiro documento foi expedido durante a Interventoria de Pedro Ludovico Teixeira, já o segundo, durante o mandato de seu filho, Mauro Borges. A comparação dos documentos mostra como o escopo do órgão se ampliou na década de 1960, com o alargamento do quadro de membros e o incremento de suas atribuições.

Anexo I - Diário da Tarde (24 de dezembro de 1958) - Capa da Edição em página completa



Fonte: Arquivo Histórico Estadual (Reprodução)

Anexo J - Jornal O Popular (31 de outubro de 1997): "Um colégio que fez história"

Um colégio que fez história

Maior expressão de ensino do bairro de Campinas e palco de importantes acontecimentos, o Colégio Pedro Gomes comemora este ano o seu jubileu de ouro

WAGNER ROIM

O Colégio Estadual Professor Pedro Gomes comemora no dia 29 de outubro seu jubileu de ouro. Em 50 anos, ele abrigou mais de 50 mil estudantes, décadas de bom ensino, inúmeras vitórias em competições esportivas ou apresentações de bandas e forte atuação no movimento estudantil em várias épocas.

Mas essa história está esquecida e é desconhecida até por quem hoje faz parte do colégio. Nenhum livro foi lançado para contar a história do estabelecimento, a biblioteca do prédio não possui um arquivo com essas informações e na sessão solene realizada na Câmara Municipal, as cinco décadas foram facilmente resumidas em um pequeno discurso esentado à mão pela ex-aluna e professora Dora Veronez.

Detalhes de várias épocas também são lembrados por ex-diretores e alunos. No entanto, tudo continua registrado apenas na memória dos pioneiros. Sem história, prevalece apenas a imagem de que o colégio não pode fornecer bom ensino com poucas verbas governamentais. Muito se fez dentro deste estabelecimento de ensino de Campinas, bairro-berço de Goiânia, e ex-alunos ocupam atualmente importantes espaços na sociedade.

Início

O Pedro Gomes surgiu da necessidade de criação de um colégio em Campinas que comportasse o ginásio. Até 1947 só existia no bairro o Colégio Santa Clara, a Escola Técnica de Comércio de Campinas do professor Rubens Carneiro e um grupo escolar. O Colégio Santa Clara só aceitava mulheres e a escola de comércio funcionava à noite. Muitos alunos seguiam então para o Liceu, no centro de Goiânia. Com poucos ônibus, conhecidos na época como jardineiras, os estudantes partiam a pé.

"famoso correndo, chutando pedras e comendo gabriola", recorda Dora Veronez, 66 anos. A professora conta que o colégio era como a alma de Campinas e por puro baizismo foi chamado durante algum tempo de Liceu de Campinas. "Havia na década de 60 uma disputa acirrada entre o Pedro Gomes, o Liceu e a Escola

Técnica Federal em desfiles cívicos, campeonatos, jogos esportivos e concursos de oratória", recorda.

Segundo a professora, as vagas limitadas exigiam a realização de uma espécie de vestibular para o aluno entrar no colégio. Os professores também passavam por uma seleção. Dora tem recordações das aulas de matemática do atual prefeito de Goiânia, Nilton Albuquerque, ou de desenho da folclorista Regina Lacerda.

De 1956 a 1966 o Pedro Gomes foi dirigido por Lúcia Maria Rebelo. Ela não discorda da opinião de ex-alunos que dizem que a disciplina era rígida mas prefere falar com cautela, principalmente sobre a época do golpe militar. "A disciplina era rígida, mas feita com muito amor para beneficiar os alunos. Eles eram muito inteligentes e ativos. Tinham idéias, avançadas mas eram para prejudicar o colégio e o ensino", acredita.

Lúcia, hoje com 80 anos, prefere recordar as visitas de governadores, prefeitos e outras autoridades. Como primeira mulher nomeada para a direção de um colégio em Goiás, ela conta que no início sofreu preconceito até do governador. "Ele disse: 'Se houver fracasso, a responsabilidade é do corpo docente'. Mas no ano seguinte, em 1957, já aumentava consideravelmente o número de matriculados".

A diretora fala que durante os dez anos em que esteve na direção reuniu em uma pasta preta artigos de jornais, arquivos com nomes e números de alunos e fotos históricas que mostravam visitas de autoridades e vitórias em concursos. A pasta desapareceu entre os anos de 1964 e 1965.

Conceituado em seu exame de seleção, em 1965 uma denúncia de favorecimento de alguns alunos do professor Trajano de Sá Guimarães levou ao colégio o interventor marcial Ribas Júnior. Segundo Lúcia, um assistente de Ribas Júnior percorreu todas as salas e não encontrou nada de irregular. "Nesse momento, ele passou a ser amigo do colégio e participou de várias solenidades", conta.

Ao permanecer na direção, num período em que os goianos viram o Estado ser administrado por vários governadores e sofrer a intervenção federal, Lúcia foi considerada uma boa articuladora política. Hoje, ela faz sua defesa. "Sou parente dos Ludovicos mas não me interessava a política, apenas o colégio", diz.

Pégaso

A fanfarra, que tanto orgulho trouxe, foi criada em 1959 e em 1960 transformou-se em banda. Através de votação, passou a ser chamada de Banda Marcial Lúcia Rebelo. Durante muitos anos os integrantes da banda



Album de fotos de Lúcia Rebelo



Wagner Roim



Album de fotos Dora Veronez



Album de fotos de Lúcia Rebelo

ganharam prêmios nacionais, regionais e até internacionais desfilando com o uniforme vermelho, preto e branco.

A rivalidade entre Liceu e Pedro Gomes durou muitos anos. O Colégio de Campinas não tinha um símbolo definido. Já o Liceu exibiu uma linda águia nos desfiles. Lúcia diz que recorreu a mitologia e encontrou o cavalo alado, considerado o guardião do templo da sabedoria. Até hoje o Pégaso está estampado na fachada do prédio e nas bandeiras utilizadas em desfiles.

Antes do interventor Ribas Júnior, Mauro Borges governou o Estado e fez visitas ao colégio. O atual ministro Iria Rezende, à frente da prefeitura, também participou de solenidades como a coroação da rainha. São ilustres ex-alunos o ator Stepan Nercessian, o secretário da Indústria Comércio e Turismo, Erivan Bueno, os jornalistas Jackson Abrão e Arthur Rezende e os vereadores Daniel Antônio, Euler Ivo e Sussumu Tania.

Nome de um contista

O decreto de criação do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes foi assinado em 29 de outubro de 1947 pelo governador Jerônimo Coimbra Bueno. Na época, foi chamado de Ginásio Estadual de Campinas e passou a funcionar em um grupo escolar existente na Avenida Minas Gerais. No local, funciona hoje o Colégio Estadual Castelo Branco.

A mudança de nome para Colégio Estadual Professor Pedro Gomes foi oficializada em 1961 quando alunos, professores e funcionários já haviam invadido o novo prédio na Vila Abajá. A construção estava pronta mas faltavam os quadros negros, as carteiras e a autorização do governo para mudança. "As aulas eram com alunos sentados no

chão e professores de pé", recorda Lúcia.

O nome do colégio veio do contista da cidade de Goiás Pedro Adalberto Gomes de Oliveira. O professor manteve correspondências com Monteiro Lobato e com a amizade conseguiu ter a ajuda do escritor para lançar o livro *Na Cidade e na Roca*. Entretanto, seu livro mais conhecido é *O Pito Acoso*.

Religião

Católica

Fonte: Arquivo pessoal de Lúcia Rebelo (Reprodução)

Anexo K - Mutirão de limpeza no Colégio Estadual Professor Pedro Gomes (1965)



Fonte: Arquivo pessoal de Lúgia Rebelo (Reprodução)

Anexo L - Convite publicado na coluna "Semana Social" para a "tradicional tarde dançante" dos alunos do Colégio Estadual de Campinas (Jornal de Notícias, 8 de novembro de 1959)

TERCEIRA PAGINA JORNAL DE NOTÍCIAS

Grano de Bergerac Apresenta:



Semana Social

PATROCÍNIO DOS SERVIÇOS AERÉOS CRUZEIRO DO SUL

Aniversariou Ontem o Dr. Helio de Brito

A data de ontem assinalou a passagem de aniversário natalício do médico senhor Elío Seixo de Brito, uma das personalidades de maior relevo da nossa melhor sociedade e do alto mundo político do Estado, exercendo o cargo de Presidente da União Democrática Nacional. A oportunidade foi muito visitada e cumprimentado pelos seus amigos e correligionários.

Os alunos do Colégio Estadual de Campinas, comunicam aos interessados que farão realizar na tarde de hoje, em seu salão de festas a sua tradicional tarde dançante, com início às 14 horas.

Com a transferência da sede social da Associação Bancária do Estado para o salão térreo do Instituto dos Bancários, aquela agremiação social e esportiva entrará em nova vida, com uma série de programações, oportunidade em que voltará a oferecer aos seus associados, grandes noites dançantes.

Ontem, em Palácio, o Governador e senhora José Feliciano Ferreira, receberam para um jantar-americano, os médicos que se encontram em nossa Capital participando do Congresso de Leprólogos e convidados especiais, pertencentes às esferas políticas e sociais.

O programa "Sociedade & Adjacências" que L. B. P. está apresentando diariamente na Rádio Clube de Goiânia e levado ao ar no horário das 18,30 horas, com farto noticiário. Ainda ontem noticiou o provável noivado do sr. Síntão Hagü com a senhorita Adeley Vieira, "Miss Goiás 56".

Circula hoje mais uma edição do órgão estudantil "O Cinco de Março" editado pelos estudantes Waldemar Péres dos Santos e Custódio Santos.

A lista das "10 Mais Elegantes do Estado" a circular na edição de Natal do corrente ano, ultrapassará a expectativa dos amigos leitores. Aguardem, mais uma vez, essa nossa promoção anual de elegância.

A Boite Lisita, na noite de hoje, oferecerá aos seus frequentadores mais uma grande noite dançante, a exemplo dos domingos anteriores.

Na sede social dos estudantes universitários, embora perto dos exames finais, deverá acontecer mais uma concorrida "soirée dançante", contando com a animação do conjunto "Os Abdeirantes".

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Reprodução)

Anexo M - Registro fotográfico de Dona Lígia Rebelo ao lado da escultura instalada em sua homenagem



Fonte: Arquivo pessoal de Lígia Rebelo / Reprodução fotográfica: Vinícius Machado

Nota do autor: observa-se, nos manuscritos a caneta esferográfica, presentes na imagem, seu cuidado em legendar o contexto geral da fotografia, porém ela não escreveu a data em que o registro foi feito. Na lateral do pedestal, ela transcreveu a frase grafada na placa de bronze, acrescentando uma informação que na placa é omitida: a autoria da frase “Que os séculos contemplem o que teu coração produziu” é atribuída ao professor Fernando Plaza.

Anexo N - Sétima página do Jornal de Notícias do dia 20 de janeiro de 1957

SÉTIMA PAGINA

JORNAL DE NOTÍCIAS

20 - 1 - 1957

ELGIN Feliz ANO NOVO... Com Melhores Marcas**Máquinas de Costura:**

★ ELGIN
★ HAPPY
★ ROSSINI
★ CROSLY

Acordeons

★ SCANDALI
★ TODESCHINI
★ VERONEZE
★ MONNER

**Casas Aguiar****AV. ARAGUAIA, 51-D**

Preços Especiais | á vista ou pelo
Crédito Aguiar

um só preço para todos

Curso De Orientação a Candidatos Ao Magistério Secundário

Foi instalado no dia 7
do corrente, às 8 horas da
manhã, no Colégio Esta-

Para trilhar do seu lar,
Para ajeitar do vizinho
Compre, use CERA MICO
A cera do macaquinho.

Cera Líquida para assombrar,
— "MICO"—
A melhor cera do Brasil

Toto NevesEXECUTA-SE QUALQUER
SERVIÇO DE ARTES

★
SERIEDADE E PON-
TUALIDADE
★

A' Av. 24 de Outubro, 645

**Escritório Imobiliário
e de Representações Ltda.**DE
BAPTISTA & SILVA

Comunica a todos que se acha instalado a Praça
do Bandeirante — Edifício Mocar Teles — 1.º andar
sala 101, devidamente aparelhado para executar os
serviços de Administração, Fiscal, Correções de Lo-
tes e Fazendas, Contabilidade, Representações, Con-
sultas e Projeções, atendendo a todos os in-
teresses do interior do Estado.
O Escritório se coloca a disposição de todos aque-
les que queiram confiar serviços, garantindo-lhes
preço, honestidade e presteza.
Oferecem fontes de referência.

CICLONE

TURISMO
AV. ANHANGUERA 8. **AGÊNCIA**
PASSAGENS e Jomício

REAL VASP
AEROVÍAS
CRUZEIRO
DO SUL
NACIONAL
SEM AUMENTO
DE PREÇO
FONE 2229
2428

CICLONE

A parte de orientação
pedagógica cabe ao pro-
fessor Manoel Ferreira Li-
ma.

**FUNCIONA OS
SEGUNTES CURSOS:**

Português — Professores
dirigentes: Lígia Maria
Coeelho Rebelo (conteúdo);
Nadir da Costa Nunes (di-
dática); Alunos: 17
Latim — Professores di-
rigentes: Padre Adolfo
Serra (conteúdo); Ernst
Hoeger (didática) Alu-
nos: 8

Francês — Professores
dirigentes: Irma Passeri-
ni Tokajjan (conteúdo);
Níllia Nunes Ferreira (di-
dática) e Irma Marie da
Universidade de Lovaina
Alunos: 8

Inglês — Professores di-
rigentes: Mr. Lincoln Bri-
ce Bucklin (conteúdo);
Décio Jaime (didática)
Alunos: 12

Matemática — Profes-
sores dirigentes: Nion Al-
benaz (conteúdo); José
Gonçalves Zura (didáti-
ca) Alunos: 23

Ciências Físicas e Naturais
— Professores dirigentes:
Edmar Fleury Pereira
(conteúdo); Percival Xa-
vier Rebelo (didática)
Alunos: 11

Geografia — Professores
dirigentes: Luiz Gonza-
ga de Faria (conteúdo);
Antonio Theodoro da S.
Neiva (didática) Alunos:
18.

História do Brasil e Geral

— Professores dirigentes:
Laudelina Carvalho de A-
raújo (conteúdo); Agair
de Faria (didática) Alu-
nos: 14
Desenho — Professores di-
rigentes: José Edilberto
da Veiga (conteúdo); An-
tonio Henrique Peçat (di-
dática) Alunos: 14
Didática Geral — Profes-
sor dirigente: Manoel Fer-
reira Lima - Alunos (to-
tal de todo o curso): 114

CURSO DE INGLÊS

A partir de 12 do cor-
rente, o curso de inglês
(conteúdo) está sendo mi-
niaturado por Mr. Lincoln
Brice Bucklin, doutor em
filosofia pela «Universi-
dade Johns Hopkins»
(Baltimore), Diretor de
cursos do Instituto Bra-
sil Estados Unidos, do
Rio de Janeiro, e manda-
do a Goiânia pela Seção
Cultural da Embaixada
Norte-Americana.

A colaboração de Mr.
Bucklin é feita em nome
da amizade Brasil-Estados
Unidos. Estão sendo
esperados, da mesma pro-
cedência, mais dois cola-
boradores que deverão
pronunciar, no auditório
do Colégio Estadual, al-
gumas conferências sobre
assuntos culturais dos Es-
tados Unidos.

Dr. Zulmiro Sinicio

Especialista em doenças de crianças e

Clinica Geral

Tratamento Eficaz de Correntes das Senhoras
— Com 14 anos de prática pelo interior do Estado —
CONSULTÓRIO: AV. ANHANGUERA, 91 — Sobrado — Con-
sultas diárias das 8 às 11 horas. Telefone 10-81.
RESIDÊNCIA: Rua 20 n. 28 — GOIÂNIA.
Consultas na VILA OPERÁRIA 8 Rua do Comércio, 65.
Das 14 às 17 horas.

ESCRITÓRIO SANTA GENOVEVA

LOTES DO

BAIRRO SANTA GENOVEVA

Edifício Moncy Teles

Sala 102 — 1.º andar — Caixa Postal, 252
Telefone 1988 — Telegrama «GENOVEVA»
GOIÂNIA ★ GOIÁS

**Maior Rendimento Significa
Mais Lucros**

Para o rendimento máx-
mo de sua máquina de escre-
ver ou somar faça uma
reajustagem na

**MECANOTECNICA**

A mais perfeita organização mecânica
do mundo.

Serviços inteiramente garantidos
Rua Otto 38-b — Em frente ao Cine Casa-
blanca - Tel. 24-83 (Recado) — Goiânia

Sirva-se da

CRUZEIRO DO SUL

para suas viagens
às cidades de

Araguatins e São Domingos

Respectivamente aos sábados e terças-feiras

AGÊNCIA: — AVENIDA ANHANGUERA, 59 — TELEFONE 1894

Hospital Sta. Luiza

Instalado em prédio próprio especialmente
construído

DR. JOSE FLEURY e DR. FRANCISCO
DA CUNHA BASTOS

Cirurgia Geral — Operações de Estômago, Vesícula,
Bílis, Vias Urinárias, etc.

Clinica Médica — Partos — Moléstias de Mulheres —
Mal de Engasgo

GOIÂNIA — GOIÁS

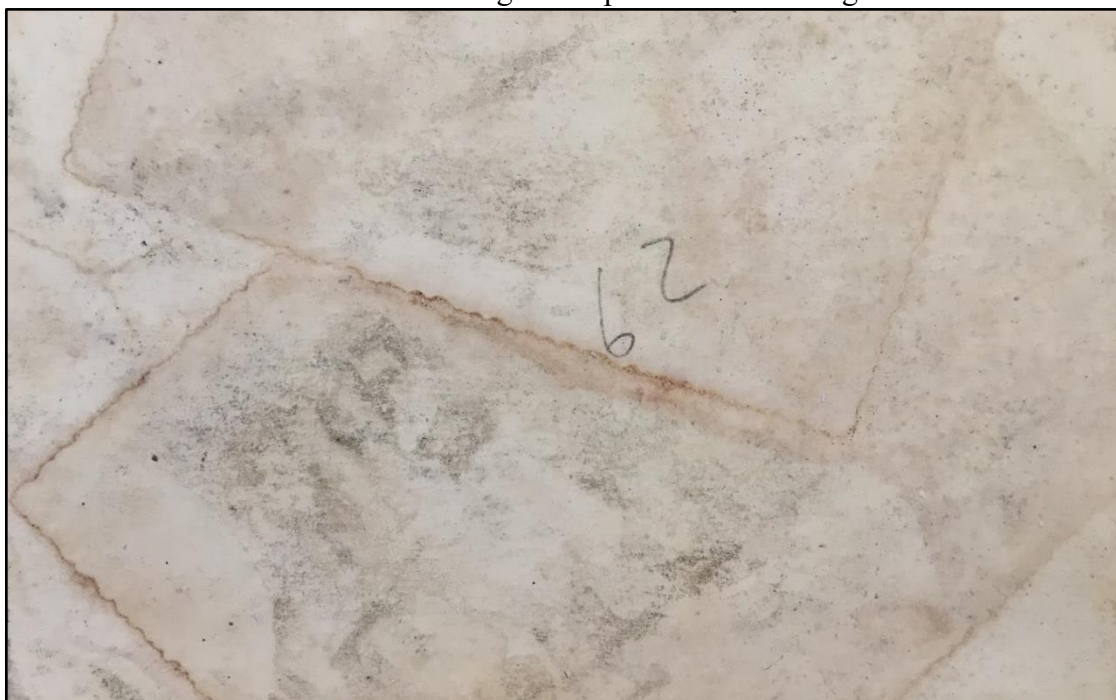
Anexo O - Aspecto do conjunto estatutário (herma, pedestal e placa) em homenagem a Santos Dummont (Goiânia-GO)



Autoria da obra: Antônio Henrique Péclat. Localização: conjunto instalado na praça homônima da obra, também conhecida como “Praça do Avião”.

Fonte das imagens: acervo pessoal do pesquisador

Anexo P - Verso da fotografia reproduzida na “Imagem 70”



Fonte: Arquivo do CEPI Professor Pedro Gomes / Reprodução fotográfica: Vinícius Machado

Nota do autor: observa-se o registro manuscrito a lápis do número “62”. Considerando-se a análise deste padrão, recorrente em todo o conjunto de fotos no qual esta foi encontrada, constata-se que esta foi a forma pela qual as fotografias foram datadas.

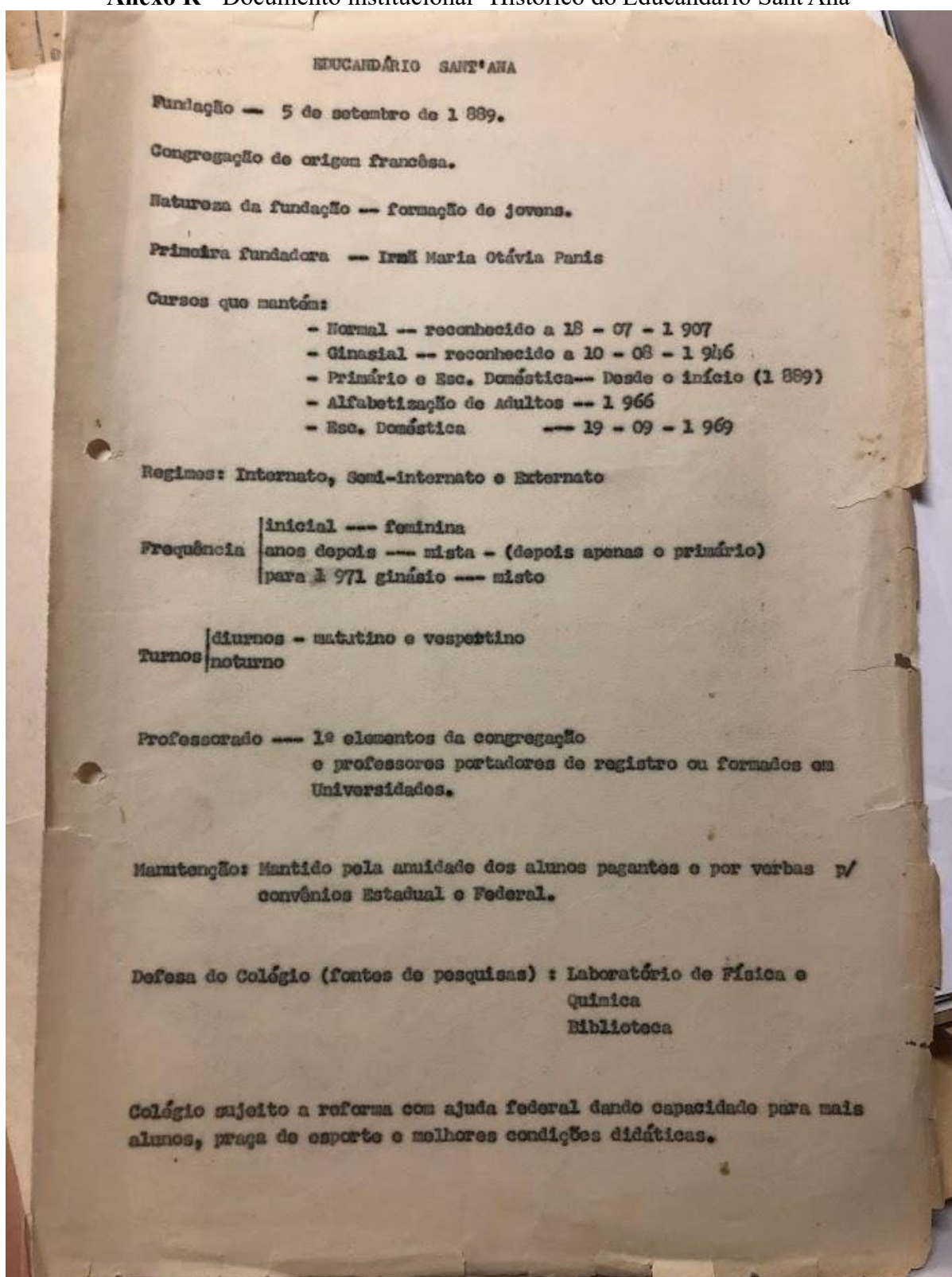
Anexo Q - Banda Lígia Rebelo no desfile cívico em celebração do 77º Aniversário de Goiânia (24 de outubro de 2010)



Fonte das imagens: Blog “O Pedrão”.

Disponível em: <http://ceppg.blogspot.com/2010/11/fotos-do-desfile-da-banda-marcial-ligia.html>
(Reprodução)

Anexo R - Documento institucional "Histórico do Educandário Sant'Ana"



Fonte: Arquivo Fundação Frei Simão Dorvi (Reprodução)